

# ELEKTRO

**Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

Companhia Aberta - CVM nº 17485  
CNPJ nº 02.328.280/0001-97 - NIRE 35.300.153.570  
Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, CEP 13053-024, Campinas - SP

Códigos ISIN: BREKTRDBS077 (Primeira Série) e BREKTRDBS085 (Segunda Série)

## R\$ 300.000.000,00

Classificação de Risco: Standard & Poor's: "brAAA"

A ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. ("Emissora"), está realizando uma oferta pública de distribuição de 30.000 debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sem garantia adicional, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirográfaria na data em que o agente fiduciário confirmar aos debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, está atendido, em duas séries, da quarta emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 em 15 de julho de 2010, e vencimento em 15 de julho de 2014 para as Debêntures da primeira série, e em 15 de julho de 2015 para as Debêntures da segunda série, perfazendo o valor total de R\$300.000.000,00 em 15 de julho de 2010 ("Debêntures"), sob a coordenação do BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 9 de junho de 2010; (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 24 de junho de 2010 e arquivada na JUCESP em 01 de julho de 2010.

Este prospecto ("Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, que é parte integrante deste Prospecto.

Os investidores devem ler as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, e a seção "Fatores de Risco", iniciada na página 71 deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Debêntures.

A Oferta foi registrada pela CVM em 27 de julho de 2010, sob o nº CVM/SRE/DEB/2010/024 (Primeira Série) e o nº CVM/SRE/DEB/2010/025 (Segunda Série).

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADOR LÍDER



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

|  |                  |
|--|------------------|
| <b>PARTE 1 - INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b>        |
| <b>Definições.....</b>   | <b>13</b>        |
| <b>Formulário de Referência.....</b>   | <b>17</b>        |
| <b>Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro .....</b>  | <b>18</b>        |
| <b>Sumário da Emissora .....</b>   | <b>19</b>        |
| <i>Visão Geral da Emissora.....</i>  | <i>19</i>        |
| <i>Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Emissora .....</i>  | <i>22</i>        |
| <i>Estratégias da Emissora .....</i>   | <i>24</i>        |
| <b>Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora .....</b>   | <b>26</b>        |
| <b><i>Apresentação das Informações Financeiras da Emissora .....</i></b>   | <b><i>26</i></b> |
| <b><i>Balanço Patrimonial.....</i></b>   | <b><i>27</i></b> |
| <b><i>Demonstração de Resultado.....</i></b>   | <b><i>29</i></b> |
| <b>Informações Cadastrais da Emissora.....</b>   | <b>32</b>        |
| <b>Identificação da Emissora, dos Administradores, do Coordenador Líder, dos Consultores e dos Auditores .....</b> | <b>33</b>        |
| <i>Emissora .....</i>  | <i>33</i>        |
| <i>Coordenador Líder.....</i>  | <i>33</i>        |
| <i>Consultores Legais .....</i>  | <i>33</i>        |
| <i>Consultores Legais da Emissora .....</i>  | <i>33</i>        |
| <i>Consultores Legais do Coordenador Líder .....</i>   | <i>34</i>        |
| <i>Agente Fiduciário .....</i>   | <i>34</i>        |
| <i>Banco Mandatário .....</i>  | <i>34</i>        |
| <i>Instituição Escriutadora.....</i>   | <i>34</i>        |
| <i>Auditores Independentes .....</i>   | <i>35</i>        |
| <i>Declarações do artigo 56 da Instrução CVM 400.....</i>  | <i>35</i>        |
| <b>Apresentação do Coordenador Líder .....</b>   | <b>36</b>        |
| <b>PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA .....</b>  | <b>39</b>        |
| <b>Sumário da Oferta.....</b>  | <b>41</b>        |
| <i>Cronograma Estimado das Etapas da Oferta.....</i>   | <i>48</i>        |
| <b>Informações Sobre a Oferta.....</b>   | <b>49</b>        |
| <i>Composição do Capital Social .....</i>  | <i>49</i>        |
| <i>Autorizações Societárias.....</i>   | <i>51</i>        |
| <i>Características da Oferta .....</i>   | <i>52</i>        |
| <i>Colocação .....</i>   | <i>52</i>        |
| <i>Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding).....</i>   | <i>52</i>        |
| <i>Prazo de Subscrição .....</i>   | <i>52</i>        |
| <i>Forma de Subscrição.....</i>  | <i>52</i>        |
| <i>Forma e Preço de Integralização .....</i>   | <i>53</i>        |
| <i>Negociação .....</i>  | <i>53</i>        |
| <i>Características das Debêntures.....</i>   | <i>53</i>        |
| <i>Número da Emissão .....</i>   | <i>53</i>        |
| <i>Valor Total da Emissão .....</i>  | <i>53</i>        |
| <i>Quantidade .....</i>  | <i>53</i>        |
| <i>Valor Nominal .....</i>   | <i>53</i>        |
| <i>Séries.....</i>   | <i>53</i>        |

|  |           |
|--|-----------|
| Forma.....   | 53        |
| Conversibilidade .....   | 53        |
| Espécie e Limite de Emissão .....  | 54        |
| Data de Emissão.....   | 54        |
| Prazo e Data de Vencimento .....   | 54        |
| Pagamento do Valor Nominal .....   | 54        |
| Remuneração da Primeira Série.....   | 55        |
| Remuneração da Segunda Série.....  | 55        |
| Indisponibilidade da Taxa DI.....  | 55        |
| Repactuação Programada .....   | 56        |
| Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa ..... | 56        |
| Oferta de Resgate Antecipado.....  | 57        |
| Aquisição Facultativa .....  | 58        |
| Encargos Moratórios.....   | 58        |
| Decadência dos Direitos aos Acréscimos.....                                      | 58        |
| Local de Pagamento .....   | 59        |
| Prorrogação dos Prazos .....   | 59        |
| Imunidade Tributária .....   | 59        |
| Vencimento Antecipado .....  | 59        |
| Publicidade .....  | 63        |
| <i>Assembleia Geral de Debenturistas.....</i>                                    | <i>63</i> |
| Convocação .....   | 63        |
| Instalação.....  | 64        |
| Deliberações .....   | 64        |
| Representantes Legais .....  | 64        |
| Comparecimento do Agente Fiduciário.....   | 64        |
| Aplicação da Lei das Sociedades por Ações .....                                  | 65        |
| <i>Contrato de Distribuição.....</i>   | <i>65</i> |
| Regime de Colocação.....   | 65        |
| Plano da Oferta.....   | 65        |
| Público Alvo da Oferta .....   | 65        |
| Pessoas Vinculadas.....  | 65        |
| Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez.....                              | 65        |
| <i>Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder .....</i>               | <i>66</i> |
| <i>Custos Estimados da Oferta .....</i>  | <i>67</i> |
| <i>Inadequação da Oferta a Certos Investidores.....</i>                          | <i>67</i> |
| <i>Manifestação de Aceitação à Oferta .....</i>                                  | <i>68</i> |
| <i>Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....</i>                     | <i>68</i> |
| <i>Modificação da Oferta .....</i>   | <i>68</i> |
| <i>Suspensão da Oferta .....</i>   | <i>68</i> |
| <i>Cancelamento ou Revogação da Oferta .....</i>                                 | <i>69</i> |
| <i>Informações Complementares .....</i>  | <i>69</i> |
| <b>Operações Vinculadas à Oferta .....</b>                                       | <b>70</b> |
| <b>Fatores de Risco .....</b>  | <b>71</b> |
| <i>Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora.....</i>                     | <i>71</i> |
| <i>Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures .....</i>              | <i>73</i> |
| <b>Destinação dos Recursos .....</b>   | <b>76</b> |
| <b>Capacidade de Pagamento da Emissora .....</b>                                 | <b>77</b> |
| <b>Capitalização.....</b>  | <b>78</b> |



|   |                |
|---|----------------|
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>79</b>      |
| <b>Estatuto Social da Emissora .....</b>  | <b>81</b>      |
| <b>Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta.....</b>   | <b>97</b>      |
| <b>Escritura de Emissão .....</b>   | <b>119</b>     |
| <b>Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão.....</b>  | <b>167</b>     |
| <b>Relatório de Classificação de Risco das Debêntures .....</b>   | <b>217</b>     |
| <b>Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....</b>   | <b>225</b>     |
| <b>Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....</b>  | <b>229</b>     |
| <br><b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....</b>   | <br><b>233</b> |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO .....</b>  | <b>244</b>     |
| 1.1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES.....  | 244            |
| <b>2. AUDITORES .....</b>   | <b>245</b>     |
| 2.1. INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES .....   | 245            |
| 2.2. MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DISCRIMINANDO OS HONORÁRIOS RELATIVOS A SERVIÇOS DE AUDITORIA E OS RELATIVOS A QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS .....   | 246            |
| 2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....   | 246            |
| <b>3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS .....</b>  | <b>246</b>     |
| 3.1. TABELA COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OU, QUANDO O EMISSOR ESTIVER OBRIGADO A DIVULGAR INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....   | 246            |
| 3.2. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA) .....                                   | 247            |
| 3.3. IDENTIFICAÇÃO E COMENTÁRIOS ACERCA DE QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE .....  | 247            |
| 3.4. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS .....  | 247            |
| 3.5. EM FORMA DE TABELA, INDICAÇÃO, PARA CADA UM DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS .....   | 249            |
| 3.6. INFORMAR SE, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, FORAM DECLARADOS DIVIDENDOS A CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES .....   | 250            |
| 3.7. EM FORMA DE TABELA, DESCRIÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DO EMISSOR .....   | 250            |
| 3.8. EM FORMA DE TABELA, SEPARANDO POR DÍVIDAS COM GARANTIA REAL, DÍVIDAS COM GARANTIA FLUTUANTE E DÍVIDAS QUIROGRAFÁRIAS, INDICAÇÃO DO MONTANTE DE OBRIGAÇÕES DO EMISSOR DE ACORDO COM O PRAZO DE VENCIMENTO .....   | 251            |
| 3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....   | 251            |
| <b>4. FATORES DE RISCO.....</b>   | <b>252</b>     |
| 4.1. FATORES DE RISCO QUE POSSAM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO .....  | 252            |
| 4.2. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS RISCOS ACIMA MENCIONADOS, CASO RELEVANTES, COMENTÁRIOS SOBRE EVENTUAIS EXPECTATIVAS DA REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS .....   | 262            |
| 4.3. DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS ..... | 262            |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 4.4.      | DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS .....                  | 271        |
| 4.5.      | EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NOS ITENS 4.3 E 4.4 ACIMA, ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAÇÃO DOS VALORES ENVOLVIDOS .....  | 271        |
| 4.6.      | DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS ..... | 271        |
| 4.7.      | DESCRIÇÃO DE OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES .....  | 272        |
| 4.8.      | INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E ÀS REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS, SE DIFERENTE DO PAÍS DE ORIGEM.....  | 272        |
| <b>5.</b> | <b>RISCOS DE MERCADO .....</b>  | <b>272</b> |
| 5.1.      | DESCRIÇÃO, QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE, DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS .....  | 273        |
| 5.2.      | DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELO EMISSOR, SEUS OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS.....   | 276        |
| 5.3.      | INFORMAÇÃO SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA.....  | 281        |
| 5.4.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 281        |
| <b>6.</b> | <b>HISTÓRICO DO EMISSOR .....</b>   | <b>281</b> |
| 6.1.      | INFORMAÇÕES COM RELAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR.....  | 281        |
| 6.2.      | INFORMAÇÃO DO PRAZO DE DURAÇÃO, SE HOUVER.....  | 281        |
| 6.3.      | BREVE HISTÓRICO DO EMISSOR .....  | 281        |
| 6.4.      | DATA DE REGISTRO NA CVM OU INDICAÇÃO DE QUE O REGISTRO ESTÁ SENDO REQUERIDO.....  | 284        |
| 6.5.      | DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, PELOS QUAIS TENHAM PASSADO O EMISSOR OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS .....                           | 284        |
| 6.6.      | INDICAÇÃO SE HOUVE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS .....   | 284        |
| 6.7.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 284        |
| <b>7.</b> | <b>ATIVIDADES DO EMISSOR .....</b>  | <b>284</b> |
| 7.1.      | DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS .....  | 284        |
| 7.2.      | INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO A CADA SEGMENTO OPERACIONAL QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....   | 287        |
| 7.3.      | PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2 .....  | 288        |
| 7.4.      | IDENTIFICAÇÃO SE HÁ CLIENTES QUE SEJAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR .....   | 296        |
| 7.5.      | EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR .....  | 297        |
| 7.6.      | INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS O EMISSOR OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.....  | 307        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| 7.7.       | EM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 7.6, INFORMAR EM QUE MEDIDA O EMISSOR ESTÁ SUJEITO À REGULAÇÃO DESSES PAÍSES E DE QUE MODO TAL SUJEIÇÃO AFETA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR.....   | 308        |
| 7.8.       | DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DO EMISSOR QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE DESTES FORMULÁRIO .....  | 308        |
| 7.9.       | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 310        |
| <b>8.</b>  | <b>GRUPO ECONÔMICO .....</b>  | <b>327</b> |
| 8.1.       | DESCRIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE O EMISSOR .....   | 327        |
| 8.2.       | ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE O EMISSOR, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO ITEM 8.1 .....   | 328        |
| 8.3.       | OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, OCORRIDAS NO GRUPO .....   | 328        |
| 8.4.       | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 328        |
| <b>9.</b>  | <b>ATIVOS RELEVANTES .....</b>  | <b>328</b> |
| 9.1.       | BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO EMISSOR.....   | 328        |
| 9.2.       | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 333        |
| <b>10.</b> | <b>COMENTÁRIOS DOS DIRETORES .....</b>  | <b>333</b> |
| 10.1.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE .....   | 333        |
| 10.2.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE .....   | 348        |
| 10.3.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS.....   | 394        |
| 10.4.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE .....   | 394        |
| 10.5.      | OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS ..... | 396        |
| 10.6.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS .....   | 398        |
| 10.7.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS .....  | 399        |
| 10.8.      | COMENTÁRIOS DS DIRETORES SOBRE OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR.....   | 399        |
| 10.9.      | COMENTÁRIOS DOS DIRETORES EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8.....   | 402        |
| 10.10.     | OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR.....  | 404        |
| 10.11.     | OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO .....   | 406        |
| <b>11.</b> | <b>PROJEÇÕES .....</b>  | <b>406</b> |
| 11.1.      | IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES .....   | 406        |
| 11.2.      | NA HIPÓTESE DE O EMISSOR TER DIVULGADO DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES .....  | 407        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO .....</b>  | <b>407</b> |
| 12.1. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO EMISSOR, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO .....   | 407        |
| 12.2. DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS.....  | 411        |
| 12.3. EM FORMA DE TABELA, INFORMAÇÃO DAS DATAS E JORNAIS DE PUBLICAÇÃO.....  | 412        |
| 12.4. DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....  | 413        |
| 12.5. SE EXISTIR, DESCRIÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA INSERIDA NO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E O EMISSOR POR MEIO DE ARBITRAGEM .....   | 414        |
| 12.6. INFORMAÇÕES, EM FORMA DE TABELA, EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR .....  | 415        |
| 12.7. INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS .....  | 416        |
| 12.8. INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....  | 417        |
| 12.9. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU.....   | 421        |
| 12.10. INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E .....  | 421        |
| 12.11. DESCRIÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO, QUEPREVEJAM O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU AO EMISSOR, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS, OU DE ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES .....                                     | 422        |
| 12.12. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 422        |
| <b>13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES .....</b>   | <b>422</b> |
| 13.1. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO .....  | 422        |
| 13.2. TABELA INFORMANDO, EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL .....  | 426        |
| 13.3. TABELA INFORMANDO, EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL .....  | 427        |
| 13.4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE .....  | 427        |
| 13.5. INFORMAÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL ..... | 432        |
| 13.6. TABELA INFORMANDO, EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.....   | 432        |
| 13.7. TABELA INFORMANDO, EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL .....  | 433        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| 13.8.      | TABELA INFORMANDO, EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS .....  | 434        |
| 13.9.      | DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES .....  | 434        |
| 13.10.     | INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS .....   | 436        |
| 13.11.     | EM FORMA DE TABELA, INDICAÇÃO, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA, E AO CONSELHO FISCAL .....   | 437        |
| 13.12.     | DESCRIÇÃO DOS ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR .....   | 437        |
| 13.13.     | EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAÇÃO DO PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO .....                                   | 437        |
| 13.14.     | EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS .....  | 438        |
| 13.15.     | EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS ..... | 438        |
| 13.16.     | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 438        |
| <b>14.</b> | <b>RECURSOS HUMANOS .....</b>   | <b>440</b> |
| 14.1.      | DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR .....   | 440        |
| 14.2.      | COMENTÁRIOS SOBRE QUALQUER ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1 ACIMA .....   | 441        |
| 14.3.      | DESCRIÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO EMISSOR .....  | 442        |
| 14.4.      | DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS .....   | 444        |
| <b>15.</b> | <b>CONTROLE .....</b>   | <b>444</b> |
| 15.1.      | IDENTIFICAÇÃO DO ACIONISTA OU GRUPO DE ACIONISTAS CONTROLADORES .....   | 444        |
| 15.2.      | EM FORMA DE TABELA, LISTA CONTENDO AS INFORMAÇÕES ABAIXO SOBRE OS ACIONISTAS, OU GRUPOS DE ACIONISTAS QUE AGEM EM CONJUNTO OU QUE REPRESENTAM O MESMO INTERESSE, COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES E QUE NÃO ESTEJAM LISTADOS NO ITEM 15.1 .....  | 446        |
| 15.3.      | EM FORMA DE TABELA, DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL, CONFORME APURADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS .....   | 446        |
| 15.4.      | ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DO EMISSOR, IDENTIFICANDO TODOS OS CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS BEM COMO OS ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 15.1 E 15.2 .....  | 447        |

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| 15.5.      | INDICAÇÃO COM RELAÇÃO A QUALQUER ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DO EMISSOR OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE, REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DE EMISSÃO DO EMISSOR .....   | 447        |
| 15.6.      | ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DO EMISSOR .....  | 447        |
| 15.7.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....   | 447        |
| <b>16.</b> | <b>TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....</b>   | <b>447</b> |
| 16.1.      | DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.....   | 447        |
| 16.2.      | INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS QUE, SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS, DEVAM SER DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS OU CONSOLIDADAS DO EMISSOR E QUE TENHAM SIDO CELEBRADAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS OU ESTEJAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE ..... | 448        |
| 16.3.      | EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 16.2 ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL .....   | 449        |
| <b>17.</b> | <b>CAPITAL SOCIAL .....</b>  | <b>452</b> |
| 17.1.      | TABELA CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL .....   | 452        |
| 17.2.      | INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS AUMENTOS DE CAPITAL DO EMISSOR .....  | 452        |
| 17.3.      | INFORMAÇÕES, EM FORMA DE TABELA, SOBRE OS DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES.....  | 452        |
| 17.4.      | INDICAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS REDUÇÕES DE CAPITAL DO EMISSOR .....  | 452        |
| 17.5.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.....  | 452        |
| <b>18.</b> | <b>VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>   | <b>452</b> |
| 18.1.      | DESCRIÇÃO DOS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA.....   | 452        |
| 18.2.      | DESCRIÇÃO, SE EXISTIREM, DAS REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA.....  | 454        |
| 18.3.      | DESCRIÇÃO DE EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO.....  | 454        |
| 18.4.      | EM FORMA DE TABELA, INFORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGOCIAÇÕES BEM COMO MAIORES E MENORES COTAÇÕES DOS VALORES MOBILIÁRIOS NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, EM CADA UM DOS TRIMESTRES DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.....  | 454        |
| 18.5.      | OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS QUE NÃO SEJAM AÇÕES .....  | 455        |
| 18.6.      | MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO.....  | 455        |
| 18.7.      | INDICAÇÃO EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE VALOR MOBILIÁRIO ADMITIDA À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS .....  | 455        |
| 18.8.      | DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELO EMISSOR OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR.....  | 455        |
| 18.9.      | DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELO EMISSOR RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO .....   | 456        |
| 18.10.     | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....   | 456        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| <b>19.</b> | <b>PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA .....</b>   | <b>456</b> |
| 19.1.      | INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DO EMISSOR .....   | 456        |
| 19.2.      | INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO À MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA, EM FORMA DE TABELA, SEGREGANDO POR TIPO, CLASSE E ESPÉCIE, INDICAR A QUANTIDADE, VALOR TOTAL E PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO .....  | 456        |
| 19.3.      | INDICAÇÃO, EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, EM FORMA DE TABELA, SEGREGANDO POR TIPO, CLASSE E ESPÉCIE .....  | 457        |
| 19.4.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 457        |
| <b>20.</b> | <b>POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>  | <b>457</b> |
| 20.1.      | INDICAÇÃO SE O EMISSOR ADOTOU POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE SUA EMISSÃO PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DIRETORES, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DE QUALQUER ÓRGÃO COM FUNÇÕES TÉCNICAS OU CONSULTIVAS, CRIADO POR DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA ..... | 457        |
| 20.2.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 458        |
| <b>21.</b> | <b>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>  | <b>458</b> |
| 21.1.      | DESCRIÇÃO DE NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA .....   | 458        |
| 21.2.      | DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELO EMISSOR, INDICANDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS .....  | 458        |
| 21.3.      | INFORMAÇÃO DOS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....   | 459        |
| 21.4.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 459        |
| <b>22.</b> | <b>NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS .....</b>   | <b>459</b> |
| 22.1.      | INDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR .....  | 459        |
| 22.2.      | INDICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR ....   | 459        |
| 22.3.      | IDENTIFICAÇÃO DOS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS .....   | 459        |
| 22.4.      | OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES .....  | 459        |
|            | <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>  | <b>461</b> |
|            | <b>INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR DA EMISSORA RELATIVAS AOS TRIMESTRES ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E DE 2009 E RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>   | <b>463</b> |
|            | <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>  | <b>531</b> |
|            | <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>  | <b>605</b> |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **PARTE 1 - INTRODUÇÃO**

---

- Definições
- Formulário de Referência
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Sumário da Emissora
- Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação da Emissora, dos Administradores, do Coordenador Líder, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta seção salvo referência diversa neste Prospecto:

|   |   |
|---|---|
| <b>ABRADEE</b>                                | Associação Brasileira de Distribuição de Energia Elétrica.  |
| <b>Administradores</b>                        | Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora.   |
| <b>AEI ou Acionista Controladora Indireta</b> | AEI, acionista controladora indireta da Emissora.   |
| <b>AEI Finance</b>                            | AEI Brazil Finance Ltd.   |
| <b>AEI Investimentos Energéticos</b>          | AEI Investimentos Energéticos Ltda.   |
| <b>Agente Fiduciário</b>                      | Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.  |
| <b>ANBIMA</b>                                 | ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.  |
| <b>ANEEL</b>                                  | Agência Nacional de Energia Elétrica.   |
| <b>Anúncio de Encerramento</b>                | Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.  |
| <b>Anúncio de Início</b>                      | Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.  |
| <b>Ashmore</b>                                | Ashmore Investment Management Limited.  |
| <b>Ashmore Group</b>                          | Ashmore Group plc.  |
| <b>Aviso ao Mercado</b>                       | Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.  |
| <b>Banco Mandatário</b>                       | Itaú Unibanco S.A.  |
| <b>BM&amp;FBOVESPA</b>                        | BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.   |
| <b>BNDES</b>                                  | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  |
| <b>BOVESPAFIX</b>                             | Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA.  |
| <b>Brasil</b>                                 | República Federativa do Brasil.   |
| <b>CETIP</b>                                  | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, câmara de registro, compensação e liquidação de negociações envolvendo determinados valores mobiliários de renda fixa, sendo integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.  |
| <b>Contrato de Distribuição</b>               | “Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, da 4ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.”, entre a Emissora e o Coordenador Líder.   |
| <b>Coordenador Líder</b>                      | Banco Itaú BBA S.A.   |
| <b>CVM</b>                                    | Comissão de Valores Mobiliários.  |
| <b>Data de Emissão</b>                        | 15 de julho de 2010.  |
| <b>Data de Integralização</b>                 | A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição.  |
| <b>Data de Liquidação</b>                     | A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, ocorrerá na respectiva Data de Integralização de cada uma das Debêntures (cada data, uma “Data de Liquidação”, observado que, haja vista a existência de duas Datas de Liquidação, a segunda Data de Liquidação corresponderá ao dia útil subsequente à primeira Data de Liquidação). |
| <b>Data de Vencimento</b>                     | A Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.   |

|   |  |
|---|--|
| <b>Data de Vencimento da Primeira Série</b>   | 15 de julho de 2014.   |
| <b>Data de Vencimento da Segunda Série</b>    | 15 de julho de 2015.   |
| <b>DDA</b>                                    | Sistema de Distribuição de Ativos, administrado pela BM&FBOVESPA.  |
| <b>Debêntures</b>                             | 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, da quarta emissão da Emissora, objeto da Oferta.   |
| <b>Debêntures da Primeira Série</b>           | 18.000 Debêntures, com as características descritas na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures”, na página 53 deste Prospecto.  |
| <b>Debêntures da Segunda Série</b>            | 12.000 Debêntures, com as características descritas na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures”, na página 53 deste Prospecto.  |
| <b>Debêntures em Circulação</b>               | Todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.  |
| <b>Debenturistas</b>                          | Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, em conjunto.   |
| <b>Debenturistas da Primeira Série</b>        | Os titulares das Debêntures da Primeira Série.   |
| <b>Debenturistas da Segunda Série</b>         | Os titulares das Debêntures da Segunda Série.  |
| <b>DOESP</b>                                  | Diário Oficial do Estado de São Paulo.   |
| <b>EBITDA</b>                                 | O EBITDA ( <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas (após reversão da despesa com juros sobre capital próprio), imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia. |
| <b>Edital de Oferta de Resgate Antecipado</b> | Anúncio nos termos da seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Publicidade”, na página 63 deste Prospecto, sobre a oferta de resgate antecipado.   |
| <b>Eletrobrás</b>                             | Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.  |
| <b>Emissora ou Elektro</b>                    | Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>Encargos Moratórios</b>                    | Multa moratória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.  |

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Endividamento Líquido</b>        | Corresponde ao Endividamento Total da Companhia, excluídos do saldo de caixa disponível, aplicações financeiras e caução de fundos para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido ou dívida líquida de maneira diferente da Companhia.   |
| <b>Endividamento Total</b>          | Valor total da dívida da Companhia que é composto pelo saldo de curto prazo (a vencer nos próximos 12 meses) e pelo saldo de longo prazo (a vencer a partir do 13º mês) para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento total de maneira diferente da Companhia.  |
| <b>EPC</b>                          | EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.   |
| <b>Escritura de Emissão</b>         | “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.”, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos.  |
| <b>ETB</b>                          | ETB – Energia Total do Brasil Ltda.   |
| <b>Eton Park</b>                    | Eton Park Capital Management, LP, uma gestora privada de fundos de <i>hedge</i> .   |
| <b>Evento de Inadimplemento</b>     | Qualquer um dos eventos previstos na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 59 deste Prospecto.   |
| <b>FINEP</b>                        | Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.   |
| <b>Formulário de Referência</b>     | O Formulário de Referência da Emissora, anexo a este Prospecto, iniciando-se na página 233.   |
| <b>Fundos Eton Park</b>             | Eton Park Fund, LP e Eton Park Master Fund, Ltd., quando considerados em conjunto.  |
| <b>IBGE</b>                         | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| <b>Instituição Escrituradora</b>    | Itaú Corretora de Valores S.A.  |
| <b>Instrução CVM 400</b>            | Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.  |
| <b>Instrução CVM 409</b>            | Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.  |
| <b>Instrução CVM 471</b>            | Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.  |
| <b>Instrução CVM 480</b>            | Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009.  |
| <b>Itaú BBA</b>                     | Banco Itaú BBA S.A.   |
| <b>JUCESP</b>                       | Junta Comercial do Estado de São Paulo.   |
| <b>Lei 11.638</b>                   | Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007.  |
| <b>Lei 11.941</b>                   | Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.  |
| <b>Lei das Sociedades por Ações</b> | Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.  |
| <b>Margem EBITDA</b>                | EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Esse dado financeiro não está expressamente indicado nas demonstrações financeiras. A Margem EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP. A administração da Companhia acredita que a Margem EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular a Margem EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, a Margem EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia. |

|  |  |
|--|--|
| <b>MP 449</b>                              | Medida Provisória n.º 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941.   |
| <b>Oferta</b>                              | A oferta pública das Debêntures.   |
| <b>Pessoas Vinculadas</b>                  | Investidores que sejam: (a) controladores ou Administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima.   |
| <b>Preço de Integralização</b>             | Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.   |
| <b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b> | Procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual foram definidas, com a Emissora (i) a emissão e a quantidade de Debêntures da Primeira Série e a emissão e a quantidade de Debêntures da Segunda Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures - Séries”, na página 53 deste Prospecto; e (ii) a Remuneração da Primeira Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Remuneração da Primeira Série”, na página 54 deste Prospecto, e a Remuneração da Segunda Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures –Remuneração da Segunda Série”, na página 55 deste Prospecto. |
| <b>Prospecto ou Prospecto Definitivo</b>   | Este prospecto definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.   |
| <b>Prospecto Preliminar</b>                | O prospecto preliminar da Oferta em conjunto com o Formulário de Referência.   |
| <b>Prospectos</b>                          | Este Prospecto e o Prospecto Preliminar.   |
| <b>Real ou R\$</b>                         | A moeda corrente no Brasil.  |
| <b>Remuneração</b>                         | A Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, em conjunto.   |
| <b>Remuneração da Primeira Série</b>       | A Taxa DI acrescida da Sobretaxa da Primeira Série.  |
| <b>Remuneração da Segunda Série</b>        | A Taxa DI acrescida da Sobretaxa da Segunda Série.   |
| <b>SDT</b>                                 | Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.   |
| <b>SND</b>                                 | Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.   |
| <b>Sobretaxa da Primeira Série</b>         | Sobretaxa equivalente a 1,15% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .   |
| <b>Sobretaxa da Segunda Série</b>          | Sobretaxa equivalente a 1,25% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .   |
| <b>STJ</b>                                 | Superior Tribunal de Justiça.  |
| <b>Taxa DI</b>                             | Variação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na <i>Internet</i> ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).   |
| <b>Valor Nominal</b>                       | Valor nominal unitário das Debêntures, de R\$10.000,00, na Data de Emissão.  |

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora, nos termos solicitados pelo anexo III da Instrução CVM 400/03, itens 4 (parte) a 7, poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto, iniciando-se na página 233, e que também se encontra disponível para consulta nas seguintes páginas da Internet: Elektro Eletricidade e Serviços S.A., [www.elektro.com.br/ri/paginas/prospecto.aspx](http://www.elektro.com.br/ri/paginas/prospecto.aspx), nessa página, baixar o arquivo referente ao Prospecto Definitivo - 4ª Emissão de Debêntures; e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página, acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e digitar “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.” no campo disponível e, em seguida, acessar “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.”, posteriormente em “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar em “Consultar” no quadro com o último prospecto definitivo disponibilizado.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco” e “Sumário da Emissora”, nas páginas 71 e 41, respectivamente, deste Prospecto, e no Formulário de Referência.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar a Emissora. Embora acredite que essas estimativas e declarações futuras estão baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- condições que afetam o setor de energia elétrica, tais como demanda dos consumidores, aumento de concorrência, alterações das tarifas e condição financeira dos consumidores;
- fatores ou tendências que podem afetar os negócios da Emissora, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;
- implementação das principais estratégias da Emissora;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de negócios da Emissora; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.



## SUMÁRIO DA EMISSORA

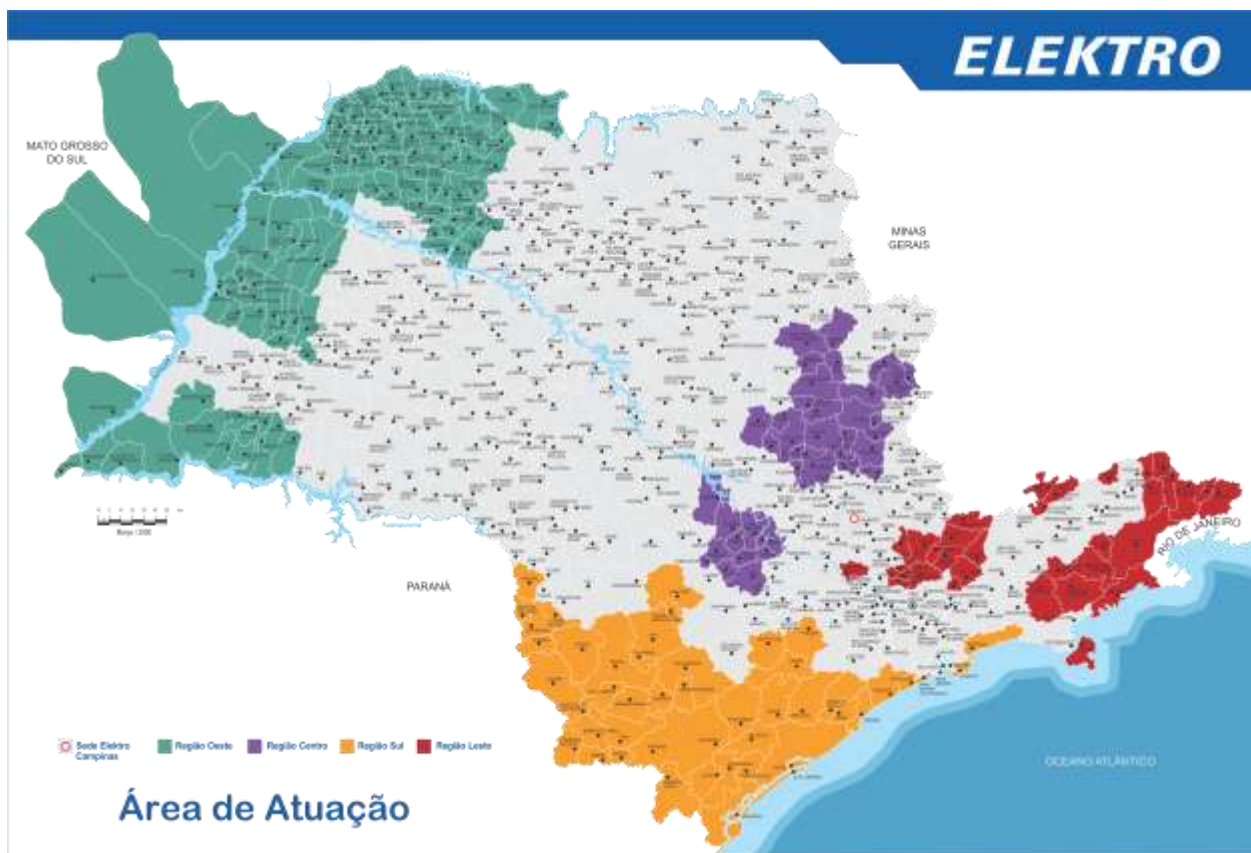
*Este sumário é apenas um resumo das informações da emissora. As informações completas sobre a Emissora estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a Oferta.*

*Este sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Emissora, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar sua decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como também as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.*

### Visão Geral da Emissora

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica para cerca de 2,1 milhões de unidades consumidoras, em uma área de concessão de 120 mil km<sup>2</sup> na qual, de acordo com dados do IBGE, de 2009, residem aproximadamente 5,7 milhões de pessoas.

A abrangência, a dispersão geográfica e a diversidade socioeconômica são características marcantes da área de concessão da Emissora, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme quadro abaixo.



Data base: 31 de março de 2010, vigente desde outubro de 2009.

Para ter acesso ao mapa com melhor resolução acesse o link

<http://www.luzpublicidade.com.br/admin/temp/ftp/ELEKTROMAPA.pdf>

A gestão operacional da Emissora é centralizada e realizada pelo Centro de Operações de Distribuição (COD). É de sua responsabilidade o monitoramento do fluxo de energia na rede de distribuição e o gerenciamento logístico otimizado das equipes de campo (situadas em 104 Células de Serviços de Rede (CSR) estrategicamente localizadas na área de atuação da Emissora) e geridos a partir de quatro escritórios regionais (denominados Oeste, Centro, Leste e Sul) que executam os serviços na rede elétrica.

Os negócios da Emissora dependem diretamente do mercado nacional e de seu próprio desempenho. Em linhas gerais, a operação da concessionária consiste em comprar energia elétrica e distribuir energia elétrica a seus clientes finais.

O mercado da Emissora é composto por residências e estabelecimentos públicos, comerciais e industriais localizados em sua área de concessão. Para possibilitar um melhor atendimento aos clientes, os mesmos são segmentados internamente com base no nível de tensão e características de consumo. São basicamente definidos conforme tabela a seguir:

| Segmento |                  | Quant. clientes | Critérios   |
|----------|------------------|-----------------|---|
| Grupo B  |                  | 2,1 milhões     | Clientes com fornecimento em baixa tensão, em sua maioria, clientes residenciais e rurais.  |
| Grupo A  | Grandes Clientes | 651             | Enquadram-se neste segmento todos os grupos de unidades consumidoras que a soma das demandas contratadas seja maior ou igual a 500 kW e que se enquadrem nos seguintes segmentos: Alimentos e Bebidas, Concessionárias e Energia, Grandes Consumidores, Sucroalcooleiro / Biomassa / Geração, Embalagem e Plásticos, Médios Consumidores, Automotivos e Comp. Industriais e Construção Civil e Móveis, Corporativos e os Clientes livres. |
|          | Grupo A          | 5.603           | Clientes com demanda contratada inferior a 2MW e que não se enquadram nos perfis dos Grandes Clientes.  |

Fonte: Emissora.

O relacionamento com os clientes segue as Diretrizes Comerciais e de Relacionamento com Clientes – política desenvolvida internamente para orientar todas as ações de relacionamento com clientes, visando ao atendimento com qualidade e voltado às necessidades dos consumidores.

O acompanhamento da satisfação dos clientes e a busca pela melhoria contínua do atendimento são tão fundamentais quanto o fornecimento da energia. O conhecimento dos clientes a respeito da marca, da imagem e dos produtos da Emissora é identificado por meio de pesquisas de mercado periódicas realizadas pela ABRADEE e pela ANEEL. Os resultados são criteriosamente analisados para a elaboração de planos de ação efetivos.

De acordo com a legislação vigente, as distribuidoras de energia elétrica devem garantir o fornecimento de energia a 100% de seu mercado cativo por intermédio da contratação de energia elétrica proveniente principalmente dos Leilões Regulados promovidos pela ANEEL.

Em 2009, a Emissora adquiriu energia para fornecimento a toda a sua base de clientes finais e teve o custo referente a essa energia integralmente repassado às tarifas dos consumidores finais, conforme legislação vigente. Cerca de 72% do volume de energia comprada provém de leilões regulados e 24% de energia compulsória proveniente de Itaipu. O restante do portfólio de compra foi composto por 2% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 2% decorreram de contratos bilaterais.

A Emissora participa ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou sua necessidade de energia até 2012. A partir de 2013, a Emissora adquiriu energia correspondente a 75% de sua necessidade para aquele ano e o restante o será adquirido por meio de leilões futuros.

A Emissora considera a segurança como seu principal valor, o qual é referenciado em todo o seu sistema de gestão. Para manter um ambiente saudável e seguro, a Emissora realiza atividades permanentes de capacitação e treinamento, normatização dos processos internos e incorporação de novas tecnologias em suas operações. Também procura desenvolver o lado comportamental de seus colaboradores. A Emissora desenvolve diversas ações para reforçar a importância da segurança no cotidiano das pessoas, tais como:

- **Programa de Observação de Segurança:** estimula os colaboradores a identificar riscos no ambiente de trabalho e sugerir melhorias e soluções;
- **Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR):** ferramenta que permite apurar os riscos de acidentes, classificá-los e definir as ações para combatê-los;
- **Lições aprendidas:** análise da ocorrência de acidentes e entendimento das falhas;
- **Programa Comportamento pela Vida:** conscientização sobre a importância da mudança de comportamento perante as questões de segurança;
- **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO):** identifica e trata riscos relativos a Saúde, Segurança e Ergonomia, certificado pela OHSAS 18001 desde 2005 e renovado em 2009; e
- **5 Compromissos da Liderança:** programa difundido em 2009 com o objetivo de prevenção de acidentes, baseada no comportamento seguro, com o comprometimento de todos os líderes da Emissora.

Com relação aos acidentes, a Emissora apresentou os seguintes índices:

| Empresa                 | Indicador                 | Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de |      |      |
|-------------------------|---------------------------|---|------|------|
|                         |                           | 2009  | 2008 | 2007 |
| Emissora                | Fatalidades               | 0   | 0    | 2    |
|                         | Acidentes com afastamento | 3   | 7    | 9    |
| Prestadores de Serviços | Fatalidades               | 1   | 1    | 3    |
| Emissora                | Acidentes com afastamento | 11  | 12   | 14   |

## Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Emissora

A Emissora considera que suas principais vantagens competitivas são:

**Área de Concessão com Potencial de Desenvolvimento.** A Emissora distribui energia elétrica em uma área de concessão que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e cinco municípios no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 31 de março de 2010, a Emissora fornecia eletricidade para 2,1 milhões de unidades consumidoras, em uma área de concessão de 120 mil km<sup>2</sup> na qual, de acordo com dados do IBGE, de 2009, residem aproximadamente 5,7 milhões de pessoas. O Estado de São Paulo, no qual se concentra a maior parte das atividades da Emissora, é o centro financeiro e comercial e um dos principais eixos industriais e de agronegócios do País. A Emissora acredita que o desenvolvimento de sua área de concessão tende ainda a se beneficiar do movimento de migração da região metropolitana da capital para o interior do Estado de São Paulo, bem como da expansão das atividades industriais, de serviços e do agronegócio em sua área de concessão, apresentando elevado potencial de elevação no consumo de energia.

**Base de Clientes Crescente e Diversificada.** A base de clientes da Emissora cresce em uma média de 2,9% ao ano desde 2007. Considerando que a base de clientes da Emissora concentra-se no segmento residencial (41% da receita de fornecimento de energia a clientes finais registrada em 31 de março de 2010) e esse mercado tende a ser menos sensível às oscilações da economia do que o mercado industrial, a Emissora acredita que sua carteira de clientes residenciais reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão. Além disso, sua base de clientes industrial é altamente diversificada, o que faz com que a Emissora seja menos vulnerável a oscilações negativas de determinados setores da economia. O maior cliente da Emissora representa 0,63% da receita de venda da Emissora no primeiro trimestre de 2010, o que demonstra a reduzida exposição da Emissora a risco de crédito de clientes individuais.

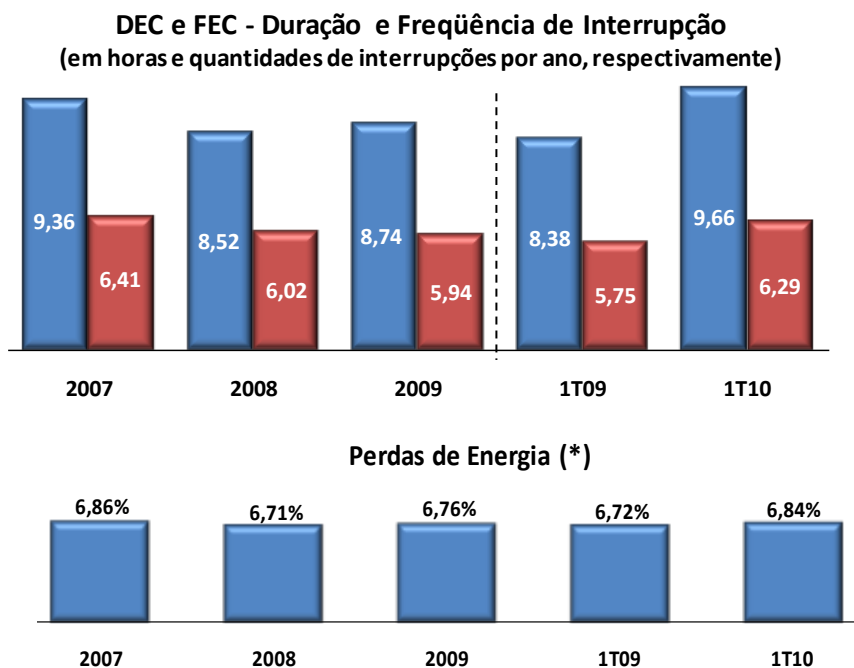
**Administração Experiente e Equipe Altamente Capacitada.** A Emissora possui uma administração com elevada *expertise* no setor elétrico e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Os Administradores da Emissora possuem vasta experiência no segmento de distribuição e geração de energia elétrica nos setores privado e público, tanto no País quanto no exterior. Em 31 de março de 2010, os diretores executivos da Emissora possuíam, em média, 17 anos de experiência no setor de energia elétrica. O Conselho de Administração da Emissora também é composto por profissionais com vasta experiência profissional e destaque no cenário nacional e internacional, possuindo também, em 31 de março de 2010, 20 anos de experiência, em média, no setor de energia.

**Acionista Comprometido e com Foco no Setor Energético.** A AEI é uma companhia registrada na Securities and Exchange Commission que administra, opera e possui participação societária em companhias de infraestrutura energética (distribuição e geração de energia elétrica, transporte e distribuição de gás natural e combustível refinado), espalhadas em mercados emergentes. Em 31 de dezembro de 2009, a AEI participava em empresas que, conjuntamente, possuíam cerca de 11,5 mil empregados, 7,4 milhões de clientes, capacidade instalada de 2,181 mil MW, aproximadamente 42,8 mil km de gasodutos e 195 mil km de linhas de distribuição de energia. A AEI foca na sua atuação em ativos de infraestrutura energética em mercados emergentes. Além disso, a Emissora está comprometida com as práticas de governança corporativa praticadas por sua Acionista Controladora Indireta, que, por sua vez, está sujeita à legislação dos Estados Unidos da América que impõe rígidas regras de governança corporativa.

**Gestão Operacional Premiada e Serviço de Alta Qualidade.** A Emissora acredita fornecer um serviço de alta qualidade, com poucos e curtos episódios de interrupção de serviço. Essa excelência no serviço pode ser comprovada por meio da análise dos indicadores técnicos operacionais da Emissora DEC e FEC, que medem, respectivamente, a duração de interrupção por consumidor e a frequência equivalente de interrupção por consumidor. Esses indicadores registraram, em 31 de dezembro de 2009, resultados menores que os padrões estabelecidos pela ANEEL. Ao longo de seus anos de existência, a Emissora vem sendo reconhecida por meio dos prêmios de maior credibilidade no setor elétrico do País. A Emissora foi premiada pela ABRADÉE por cinco vezes como Melhor Gestão Operacional (2009, 2008, 2007, 2006 e 2004) entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes.

Essa excelência operacional é resultado da experiência de seus colaboradores no setor de energia elétrica, da qualidade de seus colaboradores, da gestão eficiente dos recursos alocados na manutenção e expansão de sua rede, das melhorias constantes realizadas em seu sistema operacional e da inovação constante de seus processos.

A qualidade dos seus serviços também tem sido recorrentemente atestada pelos consumidores por meio dos resultados obtidos pela Emissora nas pesquisas de satisfação de clientes realizadas anualmente pela ABRADEE e pela ANEEL.



(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

**Menor índice de Perdas de Energia do Setor de Distribuição.** Conforme comparação feita pela Emissora com base nos dados das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizaram tal informação ao mercado, a Emissora possui o menor índice de perdas de energia entre as maiores empresas do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro, cuja receita operacional bruta foi maior que R\$2,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Emissora apresentou um índice de perdas de 6,76% e no trimestre encerrado em 31 de março de 2010, esse índice era de 6,84%. Esses resultados refletem a qualidade dos ativos da Emissora e a consistência no seu programa de manutenção e modernização do sistema elétrico, bem como a efetividade de seu programa de inspeção de medidores, identificação e correção de procedimentos irregulares e furtos de energia. A Emissora adotou uma política de alocação de investimentos, que objetiva de forma principal ações preventivas, mais eficientes e de menor custo. Durante o ano de 2009, do total investido em manutenção, 68% foram direcionados a ações preventivas buscando garantir a integridade da rede de distribuição de energia elétrica.

**Estrutura de Capital Equilibrada.** Em junho de 2005, a Emissora deu início a um processo de reestruturação de dívida e de capital que gerou reflexos positivos sobre seu grau de endividamento, e sobre sua estrutura de capital. Tal processo foi implementado por meio (i) da capitalização de cerca de R\$1,1 bilhão por meio da conversão de certas dívidas intercompanhia em capital, possibilitando a absorção de prejuízos acumulados; (ii) da eliminação do risco cambial da Emissora vinculado às dívidas denominadas em dólar norte-americano; e (iii) do refinanciamento da dívida por meio de sua segunda emissão de debêntures. Em 2009, a Emissora concluiu sua terceira emissão de debêntures no valor total de R\$300,0 milhões, cujos recursos foram utilizados para o resgate antecipado da primeira emissão de notas promissórias da Emissora, no valor de R\$120,0 milhões, e para o pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária de sua segunda emissão de debêntures. Como resultado, a Emissora obteve uma estrutura de capital prudente que preserva sua liquidez e facilita o acesso aos mercados financeiros e de capitais. Em 31 de março de 2010, a Emissora possuía um Endividamento Líquido de R\$794,9 milhões,

resultado do Endividamento Total de R\$1.134,6 milhões, deduzido do saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos, no valor de R\$339,7 milhões. A Emissora busca de forma ativa linhas de crédito que possuam custos atrativos, dadas as características de seus investimentos, sendo que desde 2009 a Companhia consegue financiar junto a instituições que oferecem linhas de crédito subsidiado (BNDES, FINEP e ELETROBRÁS) aproximadamente 50% do total de seus investimentos. A estrutura de capital da Emissora é marcada pelo baixo grau de endividamento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Emissora apresentava uma relação de 42% de capital de terceiros para 58% de capital próprio, denominado pela relação patrimônio líquido/(dívida líquida + patrimônio líquido) e, para o trimestre encerrado em 31 de março de 2010, a Emissora apresentava uma relação de 39% de capital de terceiros para 61% de capital próprio, denominado pela relação patrimônio líquido/(dívida líquida + patrimônio líquido), sendo que 64% do endividamento encontravam-se no longo prazo. Ambos estão abaixo da média de 47% das demais distribuidoras de energia elétrica, se comparados com os relatórios anuais divulgados pelas distribuidoras de energia elétrica com faturamento bruto acima de R\$2,5 bilhões de reais, e do grau de endividamento sugerido para o setor (de 57% de capital de terceiros e 43% de capital próprio), conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 259 de 27 de março de 2007. Ademais, a Emissora considera baixo o nível de seu passivo atuarial, após a liquidação, em 2007, de sua confissão de dívida com o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP.

**Solidez Financeira e Geração de Caixa Operacional Consistente.** Como resultado de uma gestão austera de seus recursos financeiros, controlando custos operacionais de forma eficiente e maximizando o fluxo de suas receitas, a Emissora apresentava, em 31 de março de 2010, uma Margem EBITDA de 29,0%, acima da média do setor que é de 23%, o que demonstra a preocupação da Emissora com a gestão eficiente de seus recursos e sua busca pela excelência na gestão de seus processos. A média da Margem EBITDA da Emissora tem se mantido próximo a 30% nos três últimos exercícios sociais, encontrando-se entre os melhores índices do setor de distribuição de energia elétrica. Como resultado dessa Margem EBITDA, a geração de caixa tem sido consistente, sendo que, nos últimos três exercícios sociais, a média de geração operacional de caixa, após a dedução de imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$729 milhões.

### **Estratégias da Emissora**

A visão da Emissora é ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País. Sua missão é distribuir energia elétrica com segurança e qualidade para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas. A Emissora está comprometida com a qualidade de seus serviços através da aplicação da melhoria contínua e inovação em seus processos, tecnologias e sistema de gestão.

A atividade de distribuição de energia tem como característica o monopólio no atendimento de um mercado consumidor de um serviço público dentro de sua área de concessão. Tal fato impõe que exista um agente regulador que garanta que a concessionária esteja operando de forma eficiente, equilibrada do ponto de vista econômico-financeiro e com uma tarifa acessível para todos os cidadãos.

A opção pelo atual posicionamento estratégico da Emissora está alinhada às restrições impostas pela atividade regulada de distribuição de energia. A Emissora está limitada a investir na sua área de concessão e o investimento é analisado pelo regulador com vistas a garantir prudência nos usos dos recursos da Emissora. Adicionalmente, o modelo regulatório da distribuição incentiva a busca pela eficiência em gastos gerenciáveis ao permitir que o acionista da concessionária aufera ganhos incrementais caso as despesas gerenciáveis sejam menores que as reconhecidas como eficientes pelo agente regulador. Para além da parte financeira, a distribuidora reforça a sua credibilidade perante o regulador e sociedade ao fornecer um serviço pautado pela excelência operacional, segurança, satisfação dos clientes e bem-estar das comunidades. Portanto, a maximização do retorno aos acionistas da Emissora passa necessariamente pela alocação otimizada de recursos e eficiência em despesas e investimentos que, na visão da Emissora, poderão ser obtidos através da melhoria contínua e inovação tecnológica como pilares da política de gestão.

O posicionamento estratégico da Emissora leva em consideração quatro principais temas estratégicos:

- **Financeiro Regulatório:** melhorar o retorno para os acionistas garantindo a sustentabilidade do negócio;
- **Relacionamento com clientes:** melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação;
- **Excelência operacional:** melhorar a excelência operacional através da otimização de processos e uso de novas tecnologias, além de implementar ações que visem ao comportamento seguro, mudanças de processos e inovações tecnológicas, objetivando acidente zero com colaboradores, parceiros e população, bem como na melhoria dos sistemas e práticas de gestão; e
- **Pessoas:** aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais.

A administração da Emissora define os objetivos estratégicos que estão atrelados a referidos temas e direcionam o foco de sua gestão de forma a garantir o alinhamento das diversas ações em curso na sua organização estratégica. Esses objetivos e alguns projetos desenvolvidos em 2009 estão listados a seguir:

- Eficiência na gestão financeira, com monitoramento constante de custos, investimentos e projetos, além da obtenção de recursos para financiar projetos pioneiros, obtidos de fontes mais adequadas e menos onerosas;
- Perfeito monitoramento das regras da ANEEL e um relacionamento transparente com o órgão regulador, visando patamares tarifários justos e aderentes ao princípio da modicidade tarifária;
- Maior eficiência operacional, com a reorganização da gestão, o redesenho dos processos e a aquisição de recursos operacionais modernos e inovadores:
  - Início de implantação do Projeto Novas Tecnologias visando aumentar a produtividade e segurança dos colaboradores;
  - Estudo da aplicabilidade do conceito de Smart Grid para detecção de fraudes e a implantação de redes inteligentes para a gestão online dos clientes atendidos.
- Maior qualidade no atendimento, com investimentos na Central de Atendimento ao Cliente (CAC), introdução de melhorias nos canais de comunicação e mudança no modelo de gestão de clientes para permitir um conhecimento mais profundo de suas necessidades;
- Busca da meta zero de acidentes, por meio da utilização de novos equipamentos/veículos e da disseminação dos programas sobre comportamento seguro;
- Satisfação e capacitação dos colaboradores, com a melhoria dos sistemas de RH, a disseminação de melhores práticas de gestão e a realização dos planos de treinamento e desenvolvimento desde o nível operacional até a liderança da Emissora; e
- Busca pela excelência na gestão, que resultou na manutenção da certificação ISO 9001 e na conquista dos três destaques no Prêmio Nacional da Qualidade (Clientes, Companhia e Processos).

Em 2009, a Emissora implementou novas tecnologias visando a diminuir o trabalho manual e a aumentar a produtividade e a segurança dos colaboradores. O objetivo principal é melhorar a eficiência na realização de atividades em toda a área de Concessão. A Emissora prospectou novas tecnologias e fornecedores durante o projeto piloto. Em seguida, durante o desenvolvimento do projeto foram implantados equipamentos inovadores alinhados ao desenvolvimento de nova metodologia operacional.

Com equipamentos inovadores, redesenho de processos e treinamento aos colaboradores, a Emissora acredita ter havido um aumento de produtividade, segurança, qualificação da mão de obra e qualidade na prestação de serviços. Através da implantação desse projeto, a Elektro afirma o seu posicionamento diferenciado na implantação de tecnologias inovadoras no setor elétrico nacional.

O projeto piloto foi financiado pela FINEP (R\$14 milhões com taxa de juros de 4,25% ao ano) e a implementação do "Projeto Novas Tecnologias" foi financiado pelo BNDES (R\$48 milhões com taxa de juros média de 7,4% ao ano).

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA

### Apresentação das Informações Financeiras da Emissora

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela MP 449, convertida na Lei 11.941, e posteriores regulamentações decorrentes dos pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e vigentes naquelas datas. Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O parecer de auditoria emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafos de ênfase quanto: (i) ao fato das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, terem sido ajustadas e reapresentadas conforme previsto na Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC n.º 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Correção de Erros”. Essa questão está mencionada na nota explicativa n.º 2 de tais demonstrações financeiras; e (ii) ao fato de que os exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas, tomadas no seu conjunto. A demonstração do resultado, segregado por atividade, correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, que foi apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Emissora, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referida demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria que as demonstrações financeiras básicas.

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado relativos aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e de 2009 foram extraídas das Informações Trimestrais elaboradas pela Emissora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela MP 449, convertida na Lei 11.941, e posteriores regulamentações decorrentes dos pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e vigentes até 31 de dezembro de 2009 e foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O relatório de revisão especial emitido, sem ressalvas, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais do período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, inclui parágrafo de ênfase quanto ao fato de que a Emissora optou por apresentar suas Informações Trimestrais utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis com vigência a partir de 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM n.º 603/09, alterada pela Deliberação CVM n.º 626/10, a Emissora divulgou esse fato na nota explicativa n.º 2 às Informações Trimestrais, e assim como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela referida Deliberação CVM n.º 603/09, alterada pela Deliberação CVM n.º 626/10.

As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, apresentadas neste Prospecto e utilizadas para fins de comparação dos saldos com os demais exercícios apresentados, são aquelas constantes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as quais apresentam certas reclassificações com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras e permitir melhor comparabilidade dos saldos, conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 2 daquelas demonstrações financeiras. As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 não apresentam referidas reclassificações; portanto, este fato deve ser levado em consideração no momento da comparação dos saldos relativos aos exercícios de 2008 e de 2007. As demonstrações financeiras originais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 não foram reemitidas, e, portanto, não contemplam estas reclassificações.



As tabelas a seguir mostram alguns dos dados financeiros da Emissora para os períodos indicados.

## Balanco Patrimonial

| Ativo   | Em 31 de dezembro de |                  |                  | Em 31 de março de |
|---|----------------------|------------------|------------------|-------------------|
|   | 2009                 | 2008             | 2007             | 2010              |
|   | Reapresentação       |                  |                  |                   |
|   | R\$ mil              | R\$ mil          | R\$ mil          | R\$ mil           |
| <b>CIRCULANTE</b>   | <b>1.095.114</b>     | <b>854.770</b>   | <b>772.102</b>   | <b>1.132.682</b>  |
| <b>Disponibilidades</b>                                     | <b>279.196</b>       | <b>205.020</b>   | <b>157.328</b>   | <b>332.067</b>    |
| Bancos  | 2.252                | 3.359            | 28.815           | 13.278            |
| Aplicações financeiras                                      | 276.944              | 201.661          | 131.513          | 318.789           |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                 | <b>815.918</b>       | <b>649.750</b>   | <b>614.774</b>   | <b>800.615</b>    |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores         | 532.993              | 494.680          | 467.591          | 553.862           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa               | (43.912)             | (43.656)         | (44.258)         | (43.964)          |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                     | 6.125                | 15.737           | 44.036           | 21.499            |
| Ativos regulatórios   | 130.048              | 38.469           | -                | 76.738            |
| Ativo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 10.789           | -                 |
| Recomposição de PIS e COFINS                                | -                    | -                | 6.201            | -                 |
| TUSD-G  | 62.641               | 13.722           | -                | 66.583            |
| Tributos diferidos e a compensar                            | 106.719              | 105.135          | 92.669           | 104.399           |
| Almoxarifado  | 5.488                | 4.153            | 3.973            | 5.760             |
| Outros créditos   | 15.816               | 21.510           | 33.773           | 15.738            |
| <b>Não circulante</b>                                       | <b>2.146.656</b>     | <b>2.096.672</b> | <b>1.910.045</b> | <b>2.166.445</b>  |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                             | <b>422.970</b>       | <b>514.554</b>   | <b>481.497</b>   | <b>403.517</b>    |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                 | <b>422.970</b>       | <b>514.554</b>   | <b>481.497</b>   | <b>403.517</b>    |
| Parcelamentos de débitos e supridores                       | 42.216               | 39.360           | 41.974           | 40.425            |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                     | 10.952               | 11.711           | 10.722           | 11.171            |
| Ativos regulatórios   | 59.902               | 114.846          | -                | 71.637            |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre           | -                    | -                | 15.960           | -                 |
| Ativo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 6.293            | -                 |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A CVA | -                    | -                | 8.234            | -                 |
| Recomposição de PIS e COFINS                                | -                    | -                | 3.263            | -                 |
| TUSD-G  | 61.134               | 31.713           | -                | 47.306            |
| Tributos diferidos e a compensar                            | 202.872              | 310.194          | 388.921          | 186.687           |
| Depósitos judiciais   | 41.839               | -                | -                | 42.340            |
| Outros créditos   | 4.055                | 6.730            | 6.130            | 3.951             |
| <b>Investimentos</b>  | <b>4.325</b>         | <b>4.334</b>     | <b>4.343</b>     | <b>4.254</b>      |
| <b>Imobilizado</b>  | <b>1.667.735</b>     | <b>1.537.888</b> | <b>1.387.251</b> | <b>1.706.726</b>  |
| <b>Intangível</b>   | <b>51.626</b>        | <b>39.896</b>    | <b>36.954</b>    | <b>51.948</b>     |
| <b>Total do Ativo</b>                                       | <b>3.241.770</b>     | <b>2.951.442</b> | <b>2.682.147</b> | <b>3.299.127</b>  |

| Passivo   | Em 31 de dezembro de |                  |                  | Em 31 de março de |
|---|----------------------|------------------|------------------|-------------------|
|   | 2009                 | 2008             | 2007             | 2010              |
|   | Reapresentação       |                  |                  |                   |
|   | R\$ mil              | R\$ mil          | R\$ mil          | R\$ mil           |
| <b>CIRCULANTE</b>   | <b>1.119.521</b>     | <b>1.004.148</b> | <b>719.390</b>   | <b>1.106.937</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 64.048               | 65.325           | 48.099           | 73.661            |
| Debêntures  | 249.296              | 202.420          | 18.618           | 325.571           |
| Arrendamento Mercantil  | 9.013                | 7.744            | 2.956            | 9.321             |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica                 | 239.486              | 239.856          | 217.503          | 234.976           |
| Tributos a recolher   | 126.620              | 112.098          | 86.198           | 134.989           |
| Encargos do consumidor  | 18.162               | 24.729           | 18.617           | 28.347            |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar              | 210.587              | 223.178          | 143.663          | 155.595           |
| Salários e contribuições sociais                              | 40.246               | 35.116           | 32.954           | 31.201            |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 23.900               | 35.071           | 36.840           | 13.229            |
| Passivos regulatórios   | 45.303               | 20.681           | -                | 30.411            |
| Energia livre   | -                    | -                | 8.817            | -                 |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 10.789           | -                 |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                    | -                | 11.293           | -                 |
| Devolução baixa renda – modicidade tarifária                  | -                    | -                | 37.723           | -                 |
| TUSD-G  | 59.090               | 12.839           | -                | 43.135            |
| Plano Especial de Aposentadoria                               | 1.842                | -                | -                | 1.187             |
| Outros passivos   | 31.928               | 25.091           | 45.320           | 25.314            |
| <b>Não circulante</b>   | <b>994.939</b>       | <b>844.262</b>   | <b>880.352</b>   | <b>950.836</b>    |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 | <b>994.939</b>       | <b>844.262</b>   | <b>880.352</b>   | <b>950.836</b>    |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 349.741              | 241.980          | 177.247          | 343.692           |
| Debêntures  | 421.318              | 366.380          | 508.332          | 368.882           |
| Arrendamento mercantil  | 15.497               | 22.284           | 10.290           | 13.472            |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 14.535               | 14.401           | 7.872            | 28.189            |
| Provisão para ações judiciais, líquidas                       | 30.787               | 81.701           | 83.189           | 30.051            |
| Passivos regulatórios   | 59.697               | 57.374           | -                | 65.490            |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 6.293            | -                 |
| Devolução baixa renda – modicidade tarifária                  | -                    | -                | 54.637           | -                 |
| TUSD-G  | 87.796               | 31.713           | -                | 85.459            |
| Plano de pensão   | -                    | 23.496           | 31.846           | -                 |
| Plano especial de aposentadoria                               | 12.791               | -                | -                | 12.791            |
| Outros passivos   | 2.777                | 4.933            | 646              | 2.810             |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                     | <b>1.127.310</b>     | <b>1.103.032</b> | <b>1.082.405</b> | <b>1.241.354</b>  |
| Capital social  | 952.492              | 952.492          | 952.492          | 952.492           |
| Reserva de capital  | 50.539               | 50.539           | 50.539           | 50.539            |
| Reserva legal   | 124.279              | 100.001          | 80.466           | 124.279           |
| Lucros/prejuízos acumulados                                   | -                    | -                | (1.092)          | 114.044           |
| <b>Total do Passivo</b>                                       | <b>3.241.770</b>     | <b>2.951.442</b> | <b>2.682.147</b> | <b>3.299.127</b>  |

## Demonstração de Resultado

| Demonstração de Resultado                                       | Exercício social encerrado<br>em 31 de dezembro de |                    |                           | Período de 3 meses encerrado<br>em 31 de março de |                  |
|---|--|--------------------|---------------------------|---|------------------|
|   | 2009   | 2008               | 2007                      | 2010  | 2009             |
|   | R\$ mil  | R\$ mil            | Reapresentação<br>R\$ mil | R\$ mil   | R\$ mil          |
| <b>Receitas Operacionais</b>                                    | <b>4.034.621</b>                                   | <b>3.719.874</b>   | <b>3.582.762</b>          | <b>1.158.702</b>                                  | <b>1.005.409</b> |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        | <b>(1.372.274)</b>                                 | <b>(1.207.397)</b> | <b>(1.326.689)</b>        | <b>(390.700)</b>                                  | <b>(332.708)</b> |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>2.662.347</b>                                   | <b>2.512.477</b>   | <b>2.256.073</b>          | <b>768.002</b>                                    | <b>672.701</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     | <b>(1.453.591)</b>                                 | <b>(1.328.595)</b> | <b>(1.070.771)</b>        | <b>(423.159)</b>                                  | <b>(341.407)</b> |
| Energia comprada para revenda                                   | (1.602.500)  | (1.461.478)        | (1.181.576)               | (465.241)   | (376.507)        |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 | 148.909  | 132.883            | 110.805                   | 42.082  | 35.100           |
| <b>Custo da operação</b>  | <b>(437.978)</b>                                   | <b>(386.632)</b>   | <b>(337.050)</b>          | <b>(115.212)</b>                                  | <b>(96.379)</b>  |
| Gastos com pessoal  | (150.313)  | (131.601)          | (129.277)                 | (39.986)  | (30.202)         |
| Gastos com materiais  | (24.940)   | (24.875)           | (23.659)                  | (8.685)   | (5.365)          |
| Gastos com serviços de terceiros                                | (85.335)   | (71.708)           | (66.735)                  | (21.589)  | (20.833)         |
| Depreciações e outras amortizações                              | (126.312)  | (116.981)          | (113.851)                 | (32.660)  | (30.564)         |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (55.662)   | (45.516)           | (19.044)                  | (13.388)  | (10.509)         |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              | 4.584  | 4.049              | 15.516                    | 1.096   | 1.094            |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  | <b>770.778</b>                                     | <b>797.250</b>     | <b>848.252</b>            | <b>229.631</b>                                    | <b>234.915</b>   |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    | <b>(152.062)</b>                                   | <b>(167.198)</b>   | <b>(146.256)</b>          | <b>(41.283)</b>                                   | <b>(41.218)</b>  |
| Despesas com vendas   | (21.957)   | (19.532)           | (13.089)                  | (5.849)   | (5.918)          |
| Despesas gerais administrativas                                 | (57.592)   | (63.543)           | (64.495)                  | (12.125)  | (13.726)         |
| Amortização mais valia do imobilizado                           | (7.348)  | (7.348)            | (7.348)                   | (1.837)   | (1.837)          |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (65.165)   | (76.775)           | (61.324)                  | (21.472)  | (19.737)         |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     | <b>618.716</b>                                     | <b>630.052</b>     | <b>701.996</b>            | <b>188.348</b>                                    | <b>193.697</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>2.925</b>                                       | <b>(140.232)</b>   | <b>(147.508)</b>          | <b>(14.261)</b>                                   | <b>(3.648)</b>   |
| Receitas financeiras  | 71.100   | 66.841             | 103.117                   | 16.197  | 16.479           |
| Despesas financeiras  | (65.435)   | (110.973)          | (152.860)                 | (26.365)  | (24.085)         |
| Variação cambial e monetária, líquidas                          | 64.819   | (28.386)           | (30.180)                  | (4.093)   | 3.958            |
| Juros sobre capital próprio                                     | (67.559)   | (67.714)           | (67.585)                  |   |                  |
| <b>Resultado operacional</b>                                    | <b>621.641</b>                                     | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>            | <b>174.087</b>                                    | <b>190.049</b>   |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> | <b>621.641</b>                                     | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>            | <b>174.087</b>                                    | <b>190.049</b>   |
| Imposto de renda  | (72.089)   | (74.867)           | (79.288)                  | (29.922)  | (30.583)         |
| Contribuição social   | (34.550)   | (25.754)           | (30.641)                  | (14.433)  | (17.416)         |
| Imposto de renda diferido                                       | (75.724)   | (47.633)           | (34.536)                  | (10.577)  | (10.811)         |
| Contribuição social diferida                                    | (21.270)   | (17.493)           | (10.751)                  | (5.111)   | (6.309)          |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         | 67.559   | 67.714             | 67.585                    |   |                  |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>485.567</b>                                     | <b>391.787</b>     | <b>466.857</b>            | <b>114.044</b>                                    | <b>124.930</b>   |

No Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFPs") de 31 de dezembro de 2009, para efeito de comparabilidade, a Emissora efetuou a reclassificação de certos valores no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, relacionados a: (i) ativos e passivos regulatórios; e (ii) custos relacionados a emissão de debêntures. As reclassificações nas contas relacionadas a ativos e passivos regulatórios foram feitas para agrupar saldos desses ativos e passivos de forma comparável a utilizada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

No caso dos custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente classificados como outros créditos no ativo circulante e não circulante, para atendimento ao CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados como dedução dos respectivos saldos de debêntures no passivo circulante e não circulante. Dessa forma, o montante de custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente apresentados nas rubricas "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante, pelos valores respectivamente de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil, foram reclassificados para o passivo circulante e passivo não circulante, como redutor da rubrica "Debêntures". Desta forma, o ativo total e o passivo total apresentados nas DFPs de 31 de dezembro de 2009, relacionados a 31 de dezembro de 2007, foram reduzidos pelo valor total de R\$ 4.896 mil em relação aos saldos originalmente apresentados. As Demonstrações Financeiras originalmente apresentadas não foram reemitidas e, portanto, não contemplam estas reclassificações.

A reconciliação entre os dados originalmente apresentados e os reclassificados para fins de apresentação nas DFPs de 31 de dezembro de 2009 é como segue:

**Em 31 de dezembro de 2007**

|   | Notas   | Publicado        | Reclassificações | DFP              |
|---|---------|------------------|------------------|------------------|
|   |         | Reapresentação   |                  |                  |
| Ativo   |         | R\$ mil          | R\$ mil          | R\$ mil          |
| <b>Circulante</b>   |         | <b>772.102</b>   | <b>(1.335)</b>   | <b>770.767</b>   |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |         | <b>614.774</b>   | <b>(1.335)</b>   | <b>613.439</b>   |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | (a)     | 467.591          | (10.079)         | 457.512          |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                | 34.710           | 34.710           |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 10.789           | (10.789)         | -                |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 6.201            | (6.201)          | -                |
| Outros créditos   | (a)/(b) | 33.773           | (8.976)          | 24.797           |
| <b>Não circulante</b>   |         | <b>1.910.045</b> | <b>(3.561)</b>   | <b>1.906.484</b> |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                               |         | <b>481.497</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>477.936</b>   |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |         | <b>481.497</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>477.936</b>   |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                | 33.750           | 33.750           |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | (a)     | 15.960           | (15.960)         | -                |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 6.293            | (6.293)          | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)     | 8.234            | (8.234)          | -                |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 3.263            | (3.263)          | -                |
| Outros créditos   | (b)     | 6.130            | (3.561)          | 2.569            |
| <b>Total do Ativo</b>   |         | <b>2.682.147</b> | <b>(4.896)</b>   | <b>2.677.251</b> |

- (a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Emissora passou a demonstrar os ativos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Emissora efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos ativos regulatórios dos ativos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de "Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores", "Ativo regulatório transmissoras", "Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA", "Recomposição de PIS e COFINS" e "Outros créditos" para a rubrica de "Ativos regulatórios".

- (b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2007

|   | Notas | Publicado        | Reclassificações | DFP              |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|
|   |       | Reapresentação   |                  |                  |
| Passivo   |       | R\$ mil          | R\$ mil          | R\$ mil          |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>719.390</b>   | <b>(1.335)</b>   | <b>718.055</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 18.618           | (1.335)          | 17.283           |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                | 86.093           | 86.093           |
| Energia livre   | (a)   | 8.817            | (8.817)          | -                |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 10.789           | (10.789)         | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)   | 11.293           | (11.293)         | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 37.723           | (37.723)         | -                |
| Outros passivos   | (a)   | 45.320           | (17.471)         | 27.849           |
| <b>Não circulante</b>   |       | <b>880.352</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 |       | <b>880.352</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 508.332          | (3.561)          | 504.771          |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                | 60.930           | 60.930           |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 6.293            | (6.293)          | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 54.637           | (54.637)         | -                |
| <b>Total do Passivo</b>                                       |       | <b>2.682.147</b> | <b>(4.896)</b>   | <b>2.677.251</b> |

- (a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Emissora passou a demonstrar os passivos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Emissora efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos passivos regulatórios dos passivos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de "Energia livre", "Passivo regulatório transmissoras", "Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA", "Devolução baixa renda – modicidade tarifária" e "Outros passivos" para a rubrica de "Passivos regulatórios".
- (b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

|  |   |
|--|---|
| <b>Identificação</b>   | Elektro Eletricidade e Serviços S.A., constituída em 6 de janeiro de 1998 sob a forma de sociedade por ações, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.153.570, registrada como companhia aberta na CVM sob o n.º 01748-5, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.328.280/0001-97. |
| <b>Sede</b>  | Rua Ary Antenor de Souza 321, Jardim Nova América, CEP 13053-024, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.   |
| <b>Data de Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta</b> | 8 de julho de 1998.   |
| <b>Acionista Controlador</b>                                     | Diretamente, a sociedade <i>holding</i> EPC. Indiretamente, a AEI.  |
| <b>Diretor de Relações com Investidores</b>                      | Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, com endereço na sede da Emissora. Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri@elektro.com.br">ri@elektro.com.br</a> ou por telefone (19) 2122-1090.   |
| <b>Atendimento aos acionistas</b>                                | Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri@elektro.com.br">ri@elektro.com.br</a> ou por telefone (19) 2122-1487.  |
| <b>Instituição Financeira Depositária</b>                        | Itaú Corretora de Valores S.A.  |
| <b>Auditor Independente</b>                                      | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.   |
| <b>Jornais de Publicação</b>                                     | Jornal Valor Econômico (distribuição nacional) e DOESP.   |
| <b>Internet</b>  | <a href="http://www.elektro.com.br">www.elektro.com.br</a> . As informações constantes da página da Emissora na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.  |
| <b>Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400</b>             | As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, como anexos nas páginas 225 e 229 deste Prospecto, respectivamente.   |

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS ADMINISTRADORES,  
DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES**

**Emissora**

**Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

Rua Ary Antenor de Souza 321

13053-024 Campinas, SP

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva

Telefone: (19) 2122-1090

Fac-símile: (19) 2122-1560

Correio Eletrônico: [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

Internet: <http://www.elektro.com.br/ri/paginas/prospecto.aspx>

**Coordenador Líder**

**Banco Itaú BBA S.A.**

Av. Brig. Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares

04538-132 São Paulo, SP

At.: Eduardo Prado Santos

Telefone: (11) 3708-8717

Fac-símile: (11) 3708-2533

Correio Eletrônico: [epsantos@itaubba.com.br](mailto:epsantos@itaubba.com.br)

Internet: [www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp](http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp)

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

**Consultores Legais**

***Consultores Legais da Emissora***

**Pinheiro Neto Advogados**

Rua Hungria 1100

01455-000 São Paulo, SP

At.: Sra. Daniela P. Anversa Sampaio Doria/Sr. Marcos Chaves Ladeira

Telefone: (11) 3247-8400

Fac-símile: (11) 3247-8600

Internet: [www.pinheironeto.com.br](http://www.pinheironeto.com.br)

### **Consultores Legais do Coordenador Líder**

#### **Pinheiro Guimarães – Advogados**

Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar

01310-923 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco José Pinheiro Guimarães/Sra. Ivie Moura Alves

Telefone: (11) 4501-5006

Fac-símile: (11) 4501-5025

Internet: [www.pinheiroguimaraes.com.br](http://www.pinheiroguimaraes.com.br)

### **Agente Fiduciário**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04

04543-011 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcelo Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)  
[trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)

### **Banco Mandatário**

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

Internet: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

### **Instituição Escriuradora**

#### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar

04538-132 São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

Internet: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)



## **Auditores Independentes**

### **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

Rua José Guerra, 127, Chácara Santo Antonio

04719-030 São Paulo, SP

At.: Sr. Maurício Pires de Andrade Resende

Telefone: (11) 5186-1000

Fac-símile: (11) 5186-6981

Correio Eletrônico: [mpiresende@deloitte.com.br](mailto:mpiresende@deloitte.com.br)

Internet: [www.deloitte.com.br](http://www.deloitte.com.br)

### **Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 225 a 229 deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

O Itaú BBA, um banco de atacado do Brasil, com ativos na ordem de R\$174 bilhões e patrimônio líquido de R\$11,9 bilhões em 31 de março de 2010. O Itaú BBA faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

A área de *Investment Banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, com participações de mercado de, respectivamente, 26%, 20%, 19%, 24%, 46% e 24%. Ainda em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio “*World’s Best Investment Banks*”, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de “Melhor Banco de Investimento da América Latina”, concedido pela “The Banker”. Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de “*Best Local Investment Bank in Brazil*”. Recebeu, ainda, o prêmio de “*Best Corporate Bond of the Year*”, concedido pela participação como *joint bookrunner* na emissão de *senior notes* pela Telemar.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do Grupo OHL Brasil (R\$1,4 bilhão, por meio de quatro concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$548 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (R\$600 milhões), da Alupar (R\$250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$810 milhões), da Companhia Energética do Ceará – COELCE (R\$245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A. (R\$2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$750 milhões, por meio de quatro concessionárias do grupo), da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$100 milhões), da Companhia Energética do Ceará – COELCE (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (R\$650 milhões), da Emissora (R\$120 milhões) e da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$180 e 200 milhões). Destacam-se, ainda, as operações FIDC CEEE IV-D (R\$130 milhões), e, nos anos anteriores, FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões) e CRI da BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

No segmento de renda fixa internacional, em 2009, o Itaú BBA participou como *joint bookrunner* de oito ofertas de *notes* de emissão de empresas latino-americanas, cujo montante total alcançou US\$4,75 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú atuou como *bookrunner* ou *joint bookrunner*, destacam-se as ofertas da Marfrig (US\$500 milhões), do Banco Panamericano (US\$500 milhões), da Globo Participações (US\$325 milhões), do Itaú (US\$1 bilhão), do Banco ABC Brasil (US\$300 milhões), da Magnesita (US\$400 milhões), do Banco Daycoval (US\$300 milhões), da BR Foods (US\$750 milhões), do Banco Votorantim (US\$750 milhões), do BicBanco (US\$275 milhões), da Gerdau (US\$1,25 bilhão), da CSN (US\$750 milhões), do Votorantim (US\$1,0 bilhão) e da Arcos Dorados (US\$450 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No *ranking* ANBIMA, o Itaú BBA terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 operações realizadas com um volume total de R\$12,9 bilhões.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

---

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capacidade de Pagamento
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 71 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.*

|  |  |
|--|--|
| <b>Emissora</b>                              | Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>Capital Social da Emissora</b>            | O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$952.491.950,14.  |
| <b>Coordenador Líder</b>                     | Itaú BBA.  |
| <b>Agente Fiduciário</b>                     | Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.   |
| <b>Banco Mandatário</b>                      | Itaú Unibanco S.A.   |
| <b>Instituição Escrituradora</b>             | Itaú Corretora de Valores S.A.   |
| <b>Classificação de Risco das Debêntures</b> | Standard & Poor's: “brAAA”   |
| <b>Autorizações Societárias</b>              | A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico” em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico” em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico” em 24 de junho de 2010 e arquivada na JUCESP em 01 de julho de 2010.   |
| <b>Destinação dos Recursos</b>               | Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da terceira emissão da Emissora. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 76 deste Prospecto.  |
| <b>Colocação</b>                             | As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Para informações sobre o plano da Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta”, na página 65 deste Prospecto.   |
| <b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>   | <p>Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual foram definidas, com a Emissora, (i) a emissão e a quantidade de Debêntures da Primeira Série e a emissão e a quantidade de Debêntures da Segunda Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures - Séries”, na página 53 deste Prospecto; e (ii) a Remuneração da Primeira Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Remuneração da Primeira Série”, na página 54 deste Prospecto, e a Remuneração da Segunda Série, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures –Remuneração da Segunda Série”, na página 55 deste Prospecto.</p> <p>Participaram do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta”, na página 65 deste Prospecto). Não houve participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> |

Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| <b>Valor Total da Emissão</b> | O valor total da emissão será de R\$300.000.000,00 na Data de Emissão.  |
| <b>Quantidade</b>             | Serão emitidas 30.000 Debêntures, observados os limites previstos em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures - Quantidade”, na página 53 deste Prospecto.  |
| <b>Valor Nominal</b>          | As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão.  |
| <b>Conversibilidade</b>       | As Debêntures não serão conversíveis em ações.  |
| <b>Espécie</b>                | <p>As Debêntures serão da espécie subordinada, sendo que passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, <i>caput</i>, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, <i>caput</i>, da Lei das Sociedades por Ações está atendido, observadas as demais disposições a esse respeito previstas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário deverá, na mesma data da confirmação aos Debenturistas, conforme previsto neste parágrafo, enviar comunicação sobre tal confirmação à CETIP, à BM&amp;FBOVESPA à Instituição Escriuradora e ao Banco Mandatário.</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até cinco dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar as confirmações a que se refere o parágrafo acima, celebrar aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a modificação da espécie das Debêntures para quirografárias.</p> <p>O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A alteração da espécie das Debêntures de subordinada para quirografária pode não ocorrer.”, na página 75 deste Prospecto.</p> |
| <b>Séries</b>                 | <p>A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo (i) a primeira série composta por 18.000 Debêntures ("<u>Debêntures da Primeira Série</u>"); e (ii) a segunda série composta por 12.000 Debêntures ("<u>Debêntures da Segunda Série</u>").</p> <p>A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.</p>   |
| <b>Prazo de Subscrição</b>    | Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização deste Prospecto aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição - Plano da Oferta”, na página 65 deste Prospecto.  |



|  |  |
|--|--|
| <b>Forma de Subscrição</b>             | As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.  |
| <b>Forma e Preço de Integralização</b> | As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, observado o disposto em “Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Séries”, na página 53 deste Prospecto, sendo que (i) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.  |
| <b>Negociação</b>                      | As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.   |
| <b>Data de Emissão</b>                 | Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010.   |
| <b>Prazo e Data de Vencimento</b>      | Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015.  |
| <b>Pagamento do Valor Nominal</b>      | <p>O Valor Nominal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em duas parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$5.000,00, devida em 15 de julho de 2013, e a segunda parcela, no valor de R\$5.000,00, devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e</li> <li>• de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33, devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33, devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34, devida na Data de Vencimento da Segunda Série.</li> </ul>  |
| <b>Remuneração da Primeira Série</b>   | <p>A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>atualização monetária</i>: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e</li> <li>• <i>juros remuneratórios</i>: sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, equivalente a 1,15% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série.</li> </ul> |

**Remuneração da Segunda Série**

A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- *atualização monetária*: o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- *juros remuneratórios*: sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série.

**Repactuação Programada**

Não haverá repactuação programada.

**Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa**

Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar:

- a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2011 (inclusive), e com aviso prévio de 15 dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2011 (inclusive) e 15 de janeiro de 2012 (exclusive); (b) 0,65% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (c) 0,55% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

- a qualquer tempo a partir de 15 de janeiro de 2012 (inclusive), e com aviso prévio de 15 dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de julho de 2014 (exclusive) e (d) 0,35% flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série.

Fica desde já certo e ajustado que qualquer amortização antecipada em valor igual ou superior a 90% do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI.”, na página 74 deste Prospecto.

#### **Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, na forma prevista na Escritura de Emissão.

### **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

### **Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado**

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 58 deste Prospecto e “Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.”, na página 73 deste Prospecto.

### **Quoruns de Deliberação**

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, dois terços das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos no quorum acima: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto no item “— Características das Debêntures – Disponibilidade da Taxa DI”, na página 55 deste Prospecto; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto no item “— Características das Debêntures – Espécie e Limite de Emissão”, na página 54 deste Prospecto; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas no item “— Características das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa”, conforme página 56 deste Prospecto; (h) das disposições relativas no item “— Características das Debêntures – Oferta de Resgate Antecipado”, na página 57 deste Prospecto; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.24.1 da Escritura de Emissão; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

### **Público Alvo**

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes do Coordenador Líder, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

|   |  |
|---|--|
| <b>Pessoas Vinculadas</b>                   | <p>Não houve participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.</p>   |
| <b>Inadequação da Oferta</b>                | <p>O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 71 a 75 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” constantes das páginas 252 e 272 do Formulário de Referência.</p> |
| <b>Regime de Colocação – Garantia Firme</b> | <p>A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição - Regime de Colocação”, na página 65 deste Prospecto.</p>  |
| <b>Fatores de Risco</b>                     | <p>Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção “Fatores de Risco”, na página 71 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, conforme páginas 252 e 272 do Formulário de Referência.</p>   |
| <b>Informações Adicionais</b>               | <p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e/ou na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, na página 33 deste Prospecto.</p> <p>Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 49 deste Prospecto.</p> <p>O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA em 2 de junho de 2010, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação pela CVM.</p>                  |

## Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta

| N.º | Evento  | Data de Realização/<br>Data Prevista <sup>(1)/(2)</sup> |
|-----|---|---|
| 1.  | Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 | 02/06/2010  |
|     | Disponibilização do Prospecto Preliminar  | 02/06/2010  |
| 2.  | Publicação do Aviso ao Mercado  | 24/06/2010  |
|     | Início das Apresentações a Potenciais Investidores  | 24/06/2010  |
|     | Encaminhamento do pedido de registro da Oferta à CVM  | 28/06/2010  |
| 3.  | Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores  | 19/07/2010  |
|     | Procedimento de <i>Bookbuilding</i>   | 19/07/2010  |
| 4.  | Registro da Oferta  | 26/07/2010  |
| 5.  | Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>                | 28/07/2010  |
|     | Disponibilização deste Prospecto Definitivo   | 28/07/2010  |
| 6.  | Liquidação da Oferta  | 28/07/2010  |
| 7.  | Publicação do Anúncio de Encerramento   | 03/08/2010  |

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e do Coordenador Líder.

<sup>(2)</sup> Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", a partir da página 69 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.elektro.com.br/ri](http://www.elektro.com.br/ri)).

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social

Em 31 de março de 2010, o capital social da Emissora era de R\$952.491.950,14, totalmente subscrito e integralizado, representado por 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal. A Emissora não possui capital autorizado.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre as acionistas com participação relevante em seu capital social em 31 de março de 2010:

| Acionista                                       | 31/03/2010        |               |                     |                |                    |                |
|---|-------------------|---------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
|   | Ações Ordinárias  |               | Ações Preferenciais |                | Total de Ações     |                |
|   | Qtde.             | Part. (%)     | Qtde.               | Part. (%)      | Qtde.              | Part. (%)      |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -                 | 0,00%         | 66.744.382          | 65,51%         | 66.744.382         | 34,45%         |
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221         | 7,16%         | -                   | 0,00%          | 6.579.221          | 3,40%          |
| EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480        | 64,55%        | -                   | 0,00%          | 59.310.480         | 30,61%         |
| ETB – Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606        | 28,26%        | 34.535.204          | 33,90%         | 60.499.810         | 31,22%         |
| Acionistas Minoritários                         | 26.665            | 0,03%         | 598.707             | 0,59%          | 625.372            | 0,32%          |
| <b>Total</b>                                    | <b>91.880.972</b> | <b>100%</b>   | <b>101.878.293</b>  | <b>100,00%</b> | <b>193.759.265</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>Participação sobre o total de Ações</b>      |                   | <b>47,42%</b> |                     | <b>52,58%</b>  |                    | <b>100,00%</b> |

A Emissora é diretamente controlada pela sociedade *holding* EPC, que é indiretamente controlada pela AEI, conforme tabela abaixo:

### EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.

| Nome                               | Nacionalidade | CPF/               | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|------------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|---|
|                                    |               | CNPJ               |                      |   |
| AEI Brazil PD Holdings Ltd.        | Ilhas Cayman  | 05.546.120/0001-02 | 178.156.433          | 46,28%  |
| AEI Brazil Power Investments Ltd.  | Ilhas Cayman  | 05.631.761/0001-65 | 896.579              | 0,23%   |
| ETB –Energia Total do Brasil Ltda. | Brasileira    | 02.886.241/0001-05 | 205.897.954          | 53,49%  |

### AEI Brazil Power Investments Ltd.

| Nome                        | Nacionalidade | CPF/               | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|-----------------------------|---------------|--------------------|----------------------|---|
|                             |               | CNPJ               |                      |   |
| AEI Brazil PD Holdings Ltd. | Ilhas Cayman  | 05.546.120/0001-02 | 1,000                | 100%  |

### AEI Brazil PD Holdings Ltd.

| Nome | Nacionalidade | CPF/               | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|------|---------------|--------------------|----------------------|---|
|      |               | CNPJ               |                      |   |
| AEI  | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 10,000               | 100%  |

## ETB – Energia Total do Brasil Ltda.

| Nome                           | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade<br>do capital social |
|--------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|--|
| AEI                            | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 484.901.500          | 50,46%   |
| AEI Brazil Power Holdings Ltd. | Ilhas Cayman  | 07.458.716/0001-86 | 476.121.917          | 49,54%   |

## AEI Brazil Power Holdings Ltd.

| Nome | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade<br>do capital social |
|------|---------------|--------------------|----------------------|--|
| AEI  | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 1,000                | 100%   |

A Acionista Controladora Indireta, AEI, detém aproximadamente 99,68% do capital social da Emissora e é, por sua vez, controlada por fundos de investimentos e veículos de propósito específicos, os “Veículos Ashmore AEI”, os quais são direta e indiretamente administrados, aconselhados ou controlados pela Ashmore.

Os Veículos Ashmore AEI detêm, coletivamente, 54,70% da AEI e, indireta e coletivamente, 54,60% da Emissora. Os outros acionistas que detêm mais de 5% da AEI são Buckland Investment Pte Ltd. e Sherbrooke, Ltd., conforme tabela abaixo:

## AEI

| Nome  | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ  | Quantidade de<br>ações ordinárias<br>da AEI | % em ações<br>ordinárias na<br>totalidade do<br>capital social<br>da AEI | % em ações<br>ordinárias na<br>totalidade do<br>capital social<br>da Elektro |
|---|---------------|---------------|---|--|--|
| Ashmore Emerging Markets Debt Fund  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 20.865.705                                  | 8,55%  | 8,52%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 2 Limited  | Guernesei     | Não aplicável | 13.169.905                                  | 5,40%  | 5,38%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 3 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 23.013.134                                  | 9,43%  | 9,40%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 4 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 10.977.303                                  | 4,50%  | 4,49%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 5 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 1.000.000                                   | 0,41%  | 0,41%  |
| Ashmore SICAV Emerging Markets Debt Fund  | Luxemburgo    | Não aplicável | 4.363.396                                   | 1,79%  | 1,78%  |
| Ashmore Global Opportunities Limited  | Guernesei     | Não aplicável | 6.237.039                                   | 2,56%  | 2,55%  |
| Asset Holder PCC Limited in respect of Ashmore Emerging Markets Liquid Investment Portfolio Limited | Guernesei     | Não aplicável | 45.353.925                                  | 18,59%   | 18,53%   |
| EMDCD Ltd.  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 5.091.645                                   | 2,09%  | 2,08%  |
| Ashmore Emerging Markets Global Investment Portfolio Limited  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 1.435.248                                   | 0,59%  | 0,59%  |
| Ashmore Growing Multi Strategy Fund Limited   | Guernesei     | Não aplicável | 905.938                                     | 0,37%  | 0,37%  |
| Ashmore Emerging Markets Debt and Currency Fund   | Guernesei     | Não aplicável | 1.233.864                                   | 0,51%  | 0,51%  |
| Buckland Investment Pte Ltd.  | Cingapura     | Não aplicável | 54.588.392                                  | 22,37%   | 22,30%   |
| Sherbrooke, Ltd.  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 13.931.097                                  | 5,71%  | 5,69%  |
| Outros  | Várias        | Não aplicável | 41.831.511                                  | 17,14%   | 17,09%   |
| <b>TOTAL</b>  | <b>---</b>    | <b>----</b>   | <b>243.998.102</b>                          | <b>100,00%</b>   | <b>----</b>  |



A Ashmore é uma subsidiária integral indireta do Ashmore Group, integrante do FTSE 250 e cujas ações são listadas no *London Stock Exchange*. A Ashmore Group é regulada pelo *United Kingdom Financial Services Authority*. O Sr. Mark Coombs é presidente do Comitê de Investimentos da Ashmore, além de ser o presidente executivo e detentor indireto de aproximadamente 42,8% da Ashmore.

O Sr. Mark Coombs é Diretor Presidente e Conselheiro do Ashmore Group. Ele é responsável por definir a estratégia geral dos investimentos dos fundos administrados pelo Ashmore Group.

Doze são os Veículos Ashmore AEI acionistas da AEI. Cada Veículo Ashmore AEI nomeou e concedeu a Ashmore poderes discricionários e de controle sobre os seus investimentos. Os investidores dos Veículos Ashmore AEI são investidores passivos e delegaram à Ashmore a gestão e a discricionariedade no processo de tomada de decisões de investimento. As decisões de investimento quanto aos Veículos Ashmore AEI cabem exclusivamente à Ashmore, enquanto gestora de tais fundos.

Nenhum investidor dos Veículos Ashmore AEI que seja pessoa física, detém indiretamente, mais do que 5% das ações da Emissora.

#### **Buckland Investment Pte. Ltd.**

A Buckland Investment Pte Ltd. detém 22,37% das ações da AEI, que representa indiretamente 22,30% das ações da Emissora. A Buckland Investment Pte Ltd. é um veículo de investimento administrado por GIC Special Investment Pte Ltd. O GIC Special Investment Pte Ltd. é o braço de private equity do Government of Singapore Investment Corporation (Ventures) Pte Ltd., uma companhia multinacional do governo da Singapura criada em 1981 para administrar a reserva em moeda estrangeira de Singapura (fundo soberano da Singapura).

#### **Sherbrooke, Ltd.**

O Sherbrooke, Ltd. detém 5,71% de participação na AEI, e, indiretamente, 5,69% da Emissora. A Sherbrooke, Ltd. é administrada pela Eton Park. A Sherbrooke, Ltd. é controlada pelos Fundos Eton Park. Os investidores dos Fundos Eton Park são investidores passivos. Nenhum investidor individual tem poder de decisão com relação a, ou ingerência sobre, os investimentos feitos pelos Fundos Eton Park. Na qualidade de gestora da Sherebrooke, Ltd. e dos Fundos Eton Park, a Eton Park administra e tem poder discricionário para tomar as decisões de investimento dos Fundos Eton Park, bem como da Sherebrooke, Ltd. O Sr. Eric Mindich é o administrador e presidente executivo da Eton Park.

#### **Autorizações Societárias**

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2010, cuja ata foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 24 de junho de 2010 e arquivada na JUCESP em 01 de julho de 2010.

## **Características da Oferta**

### **Colocação**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder.

### **Coleta de Intenções de Investimento (*Bookbuilding*)**

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, na qual foram definidas, com a Emissora:

- a emissão e a quantidade de Debêntures da Primeira Série e a emissão e a quantidade de Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no item “—Séries”, na página 53 deste Prospecto; e
- a Remuneração da Primeira Série, conforme previsto no item “—Remuneração da Primeira Série”, na página 55 deste Prospecto, e a Remuneração da Segunda Série, conforme previsto no item “—Remuneração da Segunda Série”, na página 55 deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início.

Participaram do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “—Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta”, na página 65 deste Prospecto). Não houve participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

### **Prazo de Subscrição**

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização deste Prospecto aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item “—Contrato de Distribuição – Plano da Oferta”, na página 65 deste Prospecto.

### **Forma de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.

### **Forma e Preço de Integralização**

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, observado o disposto no item “—Séries”, na página 53 deste Prospecto, sendo que:

- as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e
- as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

### **Negociação**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

### **Características das Debêntures**

#### **Número da Emissão**

As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora, sendo a terceira emissão pública.

#### **Valor Total da Emissão**

O valor total da emissão será de R\$300.000.000,00 na Data de Emissão.

#### **Quantidade**

Serão emitidas 30.000 Debêntures, observados os limites previstos no item “—Séries”, na página 53 deste Prospecto.

#### **Valor Nominal**

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão.

#### **Séries**

A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo (i) a primeira série composta por 18.000 (dezoito mil) Debêntures (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) a segunda série composta por 12.000 (doze mil) Debêntures (“Debêntures da Segunda Série”).

A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **Forma**

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

#### **Conversibilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### ***Espécie e Limite de Emissão***

Observado o disposto no parágrafo abaixo, as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e, conforme previsto no artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplicam às Debêntures.

As Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido, observadas as demais disposições a esse respeito previstas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário deverá, na mesma data da confirmação aos Debenturistas, conforme previsto neste parágrafo, enviar comunicação sobre tal confirmação à CETIP, à BM&FBOVESPA, à Instituição Escriutadora e ao Banco Mandatário.

Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até cinco dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar as confirmações a que se refere o parágrafo acima, celebrar aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a modificação da espécie das Debêntures para quirografárias.

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$952.491.950,14. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor bruto das debêntures da segunda emissão da Emissora (sem estar deduzido dos custos com a emissão) era de aproximadamente R\$332,1 milhões (primeira série) e de aproximadamente R\$58,7 milhões (segunda série), e o saldo devedor das debêntures da terceira emissão da Emissora (sem estar deduzido dos custos com a emissão) era de aproximadamente R\$308,0 milhões, totalizando, portanto, aproximadamente R\$698,8 milhões. Com a quitação das debêntures da terceira emissão, o limite de emissão para que as Debêntures passem a ser da espécie quirografária estará atendido, visto que o saldo devedor das debêntures da segunda emissão somado ao valor das Debêntures totalizaria R\$690,8 milhões, abaixo, portanto, do valor do capital social da Emissora.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A alteração da espécie das Debêntures de subordinada para quirografária pode não ocorrer.”, na página 75 deste Prospecto.

### ***Data de Emissão***

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010.

### ***Prazo e Data de Vencimento***

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015.

### ***Pagamento do Valor Nominal***

O Valor Nominal:

- de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em duas parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$5.000,00, devida em 15 de julho de 2013, e a segunda parcela, no valor de R\$5.000,00, devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e
- de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33, devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33, devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34, devida na Data de Vencimento da Segunda Série.

### **Remuneração da Primeira Série**

A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- *atualização monetária*: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- *juros remuneratórios*: sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,15% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### **Remuneração da Segunda Série**

A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- *atualização monetária*: o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- *juros remuneratórios*: sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### **Indisponibilidade da Taxa DI**

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIk (Taxa DI) pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DIk que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIk for superior ao prazo de dez dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no parágrafo abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIk (Taxa DI) por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIk às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até cinco dias contados da data de término do prazo de dez dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DIk ou de impossibilidade de aplicação da taxa DIk por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIk divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da

deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a taxa DIK volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série previstas acima, referidas assembleias gerais de Debenturistas não serão realizadas e a taxa DIK, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DIK nos termos aqui previstos, a última taxa DIK divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão. Caso, nas assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, dois terços das Debêntures da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, dois terços das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DIK a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última taxa DIK disponível; ou
- a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou pelos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, prevista acima.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI.”, na página 74 deste Prospecto.

### **Repactuação Programada**

Não haverá repactuação programada.

### **Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa**

Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar:

- a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2011 (inclusive), e com aviso prévio de 15 dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação,

mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2011 (inclusive) e 15 de janeiro de 2012 (exclusive); (b) 0,65% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (c) 0,55% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

- a qualquer tempo a partir de 15 de janeiro de 2012 (inclusive), e com aviso prévio de 15 dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de julho de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série.

Fica desde já certo e ajustado que qualquer amortização antecipada em valor igual ou superior a 90% do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI.”, na página 74 deste Prospecto.

### **Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma:

- a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de três dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

### ***Aquisição Facultativa***

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta seção, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

### ***Encargos Moratórios***

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2%; e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

### ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos***

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.



### **Local de Pagamento**

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

### **Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### **Imunidade Tributária**

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de dez dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **Vencimento Antecipado**

Sujeito ao disposto abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso XVII abaixo, dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um Evento de Inadimplemento):

- I. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00, corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de dois dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- II. vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$30.000.000,00, corrigidos anualmente pelo IPCA, ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até cinco dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- III. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$30.000.000,00, corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja sanado no prazo máximo de cinco dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- IV. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00, corrigidos anualmente pelo IPCA, ou seu equivalente em outra moeda;

- V. descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até dois dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- VI. decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- VII. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (a) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- IX. alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto no caso de (a) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora na Data de Emissão; ou (b) operação societária envolvendo a AEI, desde que, cumulativamente, a companhia resultante tenha classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal operação societária e que a classificação de risco corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal operação societária, em razão de tal operação societária; ou (c) alteração do controle da AEI, desde que, cumulativamente, os novos controladores da AEI tenham classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal alteração do controle e que a classificação de risco corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal alteração do controle, em razão de tal alteração do controle;
- X. limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (a) na perda de, no mínimo, 20% da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração da Escritura de Emissão; e/ou (b) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XI. perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- XII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XIV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação;

- XV. redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XVI. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;
- XVII. inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de dois dias úteis contados da data do inadimplemento;
- XVIII. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento;
- XIX. vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série;
- XX. não observância, pela Emissora, por dois trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente (Índices e Limites Financeiros):
  - (a) Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
  - (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,0.

Para os fins do disposto no inciso XX acima:

Endividamento Financeiro Líquido: é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (Empréstimos Eletrobras);

EBITDA: é o somatório do resultado dos últimos quatro trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e a contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, e (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

Despesa Financeira Líquida: é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos quatro trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobras; (ii) ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; e (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2010.

A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação.

Exclusivamente na hipótese prevista no parágrafo acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o parágrafo acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão. Caso qualquer das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o parágrafo acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e o desenquadramento, a partir desse momento, ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão, sendo que a data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste parágrafo será considerada uma Data de Vencimento Antecipado. Ressalvada a hipótese prevista no parágrafo acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em circulação.

Data de Vencimento Antecipado será qualquer uma das seguintes datas: (i) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, III, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos IV, V, IX, X e XX acima, será a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, ou a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, à Emissora, no prazo máximo de dois dias úteis nos termos da Escritura de Emissão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos IV, V, IX, X e XX acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até dois dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Caso a assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere o parágrafo acima não delibere(m) sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou não seja(m) instalada(s) por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável e de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Eventual suspensão dos trabalhos da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura seja aprovada pelos Debenturistas presentes à respectiva assembleia geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura da Emissão, em até cinco dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

As Debêntures objeto do procedimento descrito acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.”, na página 73 deste Prospecto.

### **Publicidade**

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal “Valor Econômico”, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

### **Assembleia Geral de Debenturistas**

Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

### **Convocação**

As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou 10% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item “—Características das Debêntures – Publicidade”, na página 63 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

### ***Instalação***

As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### ***Deliberações***

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, dois terços das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos no quorum acima:

- os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto no item “—Características das Debêntures – Indisponibilidade da Taxa DI”, na página 55 deste Prospecto; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto no item “—Características das Debêntures – Espécie e Limite de Emissão”, na página 54 deste Prospecto; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas no item “—Características das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa”, conforme página 56 deste Prospecto; (h) das disposições relativas no item “—Características das Debêntures – Oferta de Resgate Antecipado”, na página 57 deste Prospecto; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.24.1 da Escritura de Emissão; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação, “Debêntures em circulação” significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

### ***Representantes Legais***

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

### ***Comparecimento do Agente Fiduciário***

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### ***Aplicação da Lei das Sociedades por Ações***

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

### ***Contrato de Distribuição***

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e do Coordenador Líder indicada na seção “Identificação da Emissora, dos Administradores, do Coordenador Líder, dos Consultores e dos Auditores”, na página 33 deste Prospecto.

### ***Regime de Colocação***

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder realizará a colocação, em regime de garantia firme, de 30.000 Debêntures, no prazo de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início.

### ***Plano da Oferta***

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, devendo assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes do Coordenador Líder recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder.

### ***Público Alvo da Oferta***

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes do Coordenador Líder, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

### ***Pessoas Vinculadas***

Não houve participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

### ***Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez***

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

## Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Na data deste prospecto, a Emissora mantinha relacionamento com o Coordenador Líder por meio de serviços de *cash management* e de contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM e BNDES-Automático celebrados entre 7 de dezembro de 2006 e 18 de dezembro de 2009, com vencimento entre 15 de setembro de 2013 e 15 de maio de 2017 e remuneração variando entre TJLP acrescida de 1,55% a 4,65% ao ano e IPCA acrescido de 2,45% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$65,5 milhões.

Além dos contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM, descritos acima, na data deste prospecto, a Emissora e o Coordenador Líder mantinham relacionamento por meio de (i) contratos de fiança celebrados entre 26 de setembro de 2008 e 24 de junho de 2010, por prazo indeterminado e com remuneração entre 1,7% e 1,8% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$4,1 milhões, destinados à garantia em processos judiciais; (ii) aplicações financeiras em operações compromissadas, no valor total de aproximadamente R\$38,9 milhões, com vencimentos entre 15 de julho de 2010 e 22 de março de 2012; (iii) contrato de fiança celebrado em 20 de agosto de 2009 e remuneração de 0,5% ao ano, no valor de aproximadamente R\$42,2 milhões; (iv) contratos de fiança celebrados em 21 de junho de 2010 e remuneração de 0,5% ao ano, no valor de aproximadamente R\$21,4 milhões com vencimento em 21 de junho de 2011; e (v) titularidade de 14.657 debêntures da primeira série da segunda emissão de debêntures da Emissora, que, na data deste prospecto, totalizava uma dívida total de R\$137 milhões. Adicionalmente, a Emissora possui linhas de repasse do BNDES totalizando aproximadamente R\$52 milhões que na data deste prospecto ainda não tinham sido desembolsadas.

Na data deste prospecto, a Emissora também mantinha relacionamento com outras instituições integrantes do conglomerado econômico do Itaú Unibanco, por meio de contratos de *leasing* celebrados entre 14 de junho de 2007 e 26 de julho de 2008, com vencimento entre 14 de junho de 2012 e 26 de julho de 2013 e remuneração média correspondente à Taxa DI acrescida de 0,37% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$8 milhões.

Adicionalmente, na data deste prospecto, o Banco Itaú Europa, integrante do conglomerado econômico do Itaú Unibanco, mantinha relacionamento com a AEI, acionista controladora da Emissora, por meio de empréstimo externo no montante aproximado de R\$82 milhões, com vencimento em 2014 e remuneração correspondente à taxa LIBOR acrescida de 3% ao ano.

Na data deste prospecto, a Emissora mantinha relacionamento com o Unibanco, instituição integrante do conglomerado econômico do Itaú Unibanco, por meio de (i) contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM e BNDES-Automático celebrados entre 7 de dezembro de 2006 e 24 de novembro de 2008, com vencimento entre 15 de setembro de 2013 e 15 de dezembro de 2015 e remuneração variando entre TJLP acrescida de 1,55% a 4,65% ao ano e IPCA acrescido de 2,45% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$140 milhões; (ii) contratos de repasse do BNDES-FINAME celebrados entre 26 de junho de 2008 e 18 de novembro de 2008, com vencimento entre 15 de julho e 15 de setembro de 2013 e remuneração média correspondente à TJLP acrescida de 2,79% ao ano, os quais totalizavam R\$1,7 milhão; (iii) contrato de fiança celebrado em 27 de agosto de 2008 com vencimento em 14 de novembro de 2014, no valor de aproximadamente R\$3,2 milhões com remuneração de 0,68% ao ano; e (iv) contrato de fiança celebrado em 18 de dezembro de 2007 com vencimento em 14 de novembro de 2014, no valor de aproximadamente R\$3,9 milhões com remuneração de 0,4% ao ano, destinados a garantia perante a FINEP.

A ETB, controladora da Emissora, na data deste prospecto mantinha contratos de fiança de prazo indeterminado celebrados em 22 de fevereiro de 2008 e 28 de abril de 2008, com valores de aproximadamente R\$1,6 milhão e R\$3,4 milhões, respectivamente, e remuneração de 1,5% ao ano. Adicionalmente, a ETB mantinha aproximadamente R\$1,1 milhão em aplicações financeiras com vencimento entre 23 de agosto de 2010 e 2 de julho de 2012.

Adicionalmente, na data deste prospecto, o Unibanco mantinha relacionamento com a AEI, acionista controladora da Emissora, por meio de (i) empréstimo externo no montante aproximado de R\$13 milhões, com vencimento em 2014 e remuneração correspondente à taxa LIBOR acrescida de 3% ao ano; e (ii) contrato de fiança por prazo indeterminado, celebrado em 12 de fevereiro de 2008, no valor de aproximadamente R\$1,7 milhão, com remuneração de 1,4% ao ano.



O Coordenador Líder atuou como instituição intermediária na segunda e terceira emissões de debêntures da Emissora, fazendo jus a uma comissão de R\$7,5 milhões.

A Emissora poderá vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA, ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, assessoria em operações de mercado de capitais, ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração prevista no item “—Custos Estimados da Oferta”, na página 67 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem ações de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

### Custos Estimados da Oferta

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

| Descrição   | Valor Total (R\$)     | Valor por Debênture (R\$) <sup>(1)</sup> | % do Valor Total da Oferta |
|---|-----------------------|--|----------------------------|
| <b>Valor Total</b>  | <b>300.000.000,00</b> | <b>10.000,00</b>                         | <b>100,00%</b>             |
| <b>Custo Total</b>  | <b>1.991.466,60</b>   | <b>66,38</b>                             | <b>0,66%</b>               |
| Comissões incluindo tributos incidentes sobre o comissionamento | 1.141.726,60          | 38,06                                    | 0,38%                      |
| Garantia Firme  | 450.000,00            | 15,00                                    | 0,15%                      |
| Estruturação e Coordenação                                      | 300.000,00            | 10,00                                    | 0,10%                      |
| Colocação   | 300.000,00            | 10,00                                    | 0,10%                      |
| Tributos incidentes sobre o comissionamento                     | 91.726,60             | 3,06                                     | 0,03%                      |
| Taxa de Registro na CVM   | 165.740,00            | 5,52                                     | 0,06%                      |
| ANBIMA  | 15.000,00             | 0,50                                     | 0,01%                      |
| Despesas Estimadas  | 25.000,00             | 0,83                                     | 0,01%                      |
| Advogados   | 400.000,00            | 13,33                                    | 0,13%                      |
| Auditores   | 145.000,00            | 4,83                                     | 0,05%                      |
| Classificação de Risco  | 39.000,00             | 1,30                                     | 0,01%                      |
| Outras <sup>(2)</sup>   | 60.000,00             | 2,00                                     | 0,02%                      |
| <b>Valor Líquido para Emissora</b>                              | <b>298.008.533,40</b> | <b>9.934</b>                             | <b>99,34%</b>              |

(1) O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

(2) Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e publicações de anúncios e avisos.

### Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, iniciada na página 71 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” iniciadas nas páginas 198 e 218, respectivamente, do Formulário de Referência.

### **Manifestação de Aceitação à Oferta**

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

### **Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta**

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e o Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Suspensão da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “— Cancelamento ou Revogação da Oferta”, na página 69 deste Prospecto. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Cancelamento ou Revogação da Oferta**

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Informações Complementares**

O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da Internet: (i) **Elektro Eletricidade e Serviços S.A.** ([www.elektro.com.br/ri/paginas/prospecto.aspx](http://www.elektro.com.br/ri/paginas/prospecto.aspx), nessa página, baixar o arquivo referente ao “Prospecto Definitivo” – “4ª Emissão de Debêntures”); (ii) **Coordenador Líder - Banco Itaú BBA S.A.** ([www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp](http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp), nessa página, clicar em “Elektro – Prospecto Definitivo da 4ª Emissão de Debêntures”); (iii) **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros** ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), nessa página, acessar “Empresas Listadas”, depois digitar “Elektro”, posteriormente selecionar “Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.”, e, após, “Informações Relevantes”. Na sequência, selecionar “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar no *link* com o último prospecto definitivo disponibilizado); (iv) **CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos** ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), nessa página, acessar “Prospectos” e, em seguida, acessar “Prospectos de Debêntures” e “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.” – “4ª Emissão, até duas séries”, no *link* referente ao último prospecto definitivo disponibilizado); (v) **Comissão de Valores Mobiliários – CVM** ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página, acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e digitar “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.” no campo disponível e, em seguida, acessar “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.”, posteriormente em “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar em “Consultar” no quadro com o último prospecto definitivo disponibilizado); e (vi) **ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais** (<http://cop.anbid.com.br/webpublic/Default.aspx>, nessa página acessar “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida, acessar protocolo “020/2010” “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.” e clicar no *link* referente ao último prospecto definitivo disponibilizado).

## **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

Na data deste Prospecto, a Emissora e os acionistas controladores haviam contratado com o Coordenador Líder as operações de empréstimo mencionadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder”, conforme página 66 deste Prospecto.

A intenção do Coordenador Líder com a concessão dos créditos acima descritos foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

Não há qualquer conflito de interesse decorrente da concessão dos empréstimos acima descritos.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 67 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes das seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, iniciadas nas páginas 252 e 272, respectivamente, do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Emissora. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Emissora atualmente ou que a Emissora considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Emissora.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures e na capacidade de pagamento da Emissora das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção inclui apenas os cinco principais fatores de risco relativos à Emissora e os fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, iniciadas nas páginas 252 e 272, respectivamente, do Formulário de Referência.*

### **Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora**

*Para os demais fatores de risco, ver seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, iniciadas nas páginas 252 e 272, respectivamente, do Formulário de Referência.*

#### **A concessão da Emissora pode ser extinta, o que causará um efeito adverso para a Emissora.**

A Concessão da Emissora está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, podendo ser motivada por interesse público ou por inadimplemento da Emissora. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Em caso de extinção antecipada, a Emissora não pode assegurar que a indenização prevista no Contrato de Concessão (valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados) seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão em caso de inadimplemento, o valor da indenização pelos bens reversíveis ao patrimônio público pode ser reduzido a zero em virtude da imposição de multas ou outras penalidades. A ocorrência de qualquer desses eventos causará um efeito adverso para a Emissora. Para mais informações sobre a Concessão e a sua data de vencimento, ver item “7. Atividades do Emissor – 7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor – subitem A – Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações”, na página 297 do Formulário de Referência.

#### **A Emissora pode ser adversamente afetada em decorrência das disposições restritivas de seus contratos de dívida, bem como de sua alavancagem e obrigações de serviço de dívida.**

O nível de endividamento da Emissora aumenta a possibilidade de que ela seja incapaz de gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às suas dívidas. Além disso, a Emissora pode incorrer em dívidas adicionais, de tempos em tempos, para financiar investimentos ou para outros propósitos, sujeito às restrições aplicáveis ao seu endividamento existente. Se a Emissora incorrer em dívidas adicionais, os riscos associados a sua alavancagem, incluindo sua capacidade de efetuar seus compromissos financeiros, aumentarão.

Os contratos que regem as dívidas da Emissora contêm restrições que poderiam restringir significativamente a forma pela qual ela opera seus negócios. Por exemplo, a Emissora é obrigada a observar disposições de cross default, cumprir diversos índices financeiros que restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de obter linhas de crédito e, observar restrições na concessão de garantias e direitos de garantia para seus credores e, ainda observar restrições relativas a investimentos de capital.

O inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária sob os contratos financeiros ou de qualquer das restrições contratuais acima que não for solucionado ou sanado pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros (cross default).

Ademais, as restrições previstas em contratos financeiros da Emissora podem limitar sua capacidade geral de obter financiamentos para capital de giro, investimentos e outras atividades corporativas, bem como podem limitar sua flexibilidade de planejar ou reagir a alterações em seus negócios e nos setores em que opera, o que pode ter um efeito adverso para a Emissora.

***Uma parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores e obrigações regulatórias, nos termos de diversos contratos financeiros e comerciais, seguindo as práticas do setor.***

Nos termos de determinados contratos financeiros e contratos de fornecimento de energia, em 31 de março de 2010, 55,98% do total das receitas líquidas geradas pela Emissora foi empenhada e/ou os rendimentos daí derivados foram onerados em favor de determinados credores. Em caso de inadimplemento de tais contratos, as receitas líquidas oneradas poderão ser utilizadas para quitar obrigações vencidas da Emissora, o que poderá provocar um efeito adverso para a Emissora.

***Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Emissora é parte podem afetá-la adversamente.***

A Emissora está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Emissora. A Emissora não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo para a Emissora.

***As operações da Emissora envolvem riscos e perigos significativos que podem interromper seu negócio ou, de outra forma, resultar em prejuízos substanciais, que podem ter um efeito adverso para a Emissora se não estiver segura ou não for indenizada adequadamente.***

As operações da Emissora envolvem riscos e perigos significativos.

A Emissora, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem, bastando a demonstração do dano, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Além disso, perdas e danos causados a consumidores com origem nos sistemas de geração, transmissão ou de distribuição, cuja responsabilidade não possa ser exclusiva e comprovadamente atribuída a um integrante do SIN, serão rateadas entre os membros do SIN e a Emissora pode ser responsabilizada por até 36,8% das indenizações. Caso seja comprovada a responsabilidade da Emissora, esta será responsável por 100% das indenizações. Ademais, os equipamentos da Emissora afetados podem ficar parados e, conseqüentemente, indisponíveis para atividades geradoras de receita.

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por apólices de seguro ou que excedam os limites de indenização contratados nas referidas apólices de seguro da Emissora poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos. A Emissora não pode garantir que as apólices de seguro contratadas para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual ou que conseguirá ou renová-las a taxas comercialmente razoáveis, e mudanças nos mercados de seguro, como as causadas por terrorismo, podem fazer com que certos tipos de coberturas de seguro sejam mais caras e difíceis de serem obtidas. Além disso, se for negada cobertura pela companhia seguradora, a Emissora terá que adotar medidas para obter a cobertura.

A ocorrência que qualquer dos eventos acima pode ter um efeito adverso para a Emissora.

***A Emissora pode ser adversamente afetada se não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição.***

A Emissora está sujeita a dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. As perdas totais consolidadas da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 foram de 6,76% e 6,84% respectivamente, sobre o total de energia elétrica distribuída.

A Emissora não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão integralmente eficazes e bem sucedidas. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica poderá não ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível futura escassez de energia, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Emissora.

***A Emissora pode ser adversamente afetada se não for bem sucedida na execução de sua estratégia.***

O crescimento e o desempenho financeiro futuro da Emissora dependerão, em parte, do sucesso na implementação da estratégia da Emissora.

A Emissora não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Ademais, alguns elementos da estratégia da Emissora dependem de fatores que estão fora do controle da Emissora. Qualquer falha na execução de elementos da sua estratégia pode afetar negativamente o crescimento de negócio e desempenho financeiro da Emissora no futuro.

***Os ativos da Emissora são impenhoráveis.***

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, os bens da Emissora essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão, não estão sujeitos à penhora e à execução judicial. Assim, na hipótese de inadimplemento, pela Emissora, das obrigações financeiras, parte dos bens que compõem o ativo da Emissora não poderá ser objeto de execução.

**Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures**

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, não observância de certos índices financeiros, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

***A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures pode ser considerada nula em decorrência da Súmula n.º 176 do Superior Tribunal de Justiça.***

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula n.º 176 declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA (atual denominação da ANBID) quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

Existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, tal Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Nesse caso, um novo índice deverá ser determinado pelo Poder Judiciário, podendo representar remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.***

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI.***

Uma vez que as Debêntures poderão, a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, conforme previsto nas seções “Informações Sobre a Oferta – Indisponibilidade da Taxa DI” e “Informações Sobre a Oferta – Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa”, nas páginas 55 e 56, respectivamente, deste Prospecto, e na Escritura de Emissão, na página 119 deste Prospecto, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate ou amortização antecipada, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate ou da amortização, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.



***A alteração da espécie das Debêntures de subordinada para quirografária pode não ocorrer.***

Conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Espécie e Limite de Emissão”, na página 54 deste Prospecto, as Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido, observadas as demais disposições a esse respeito previstas na Escritura de Emissão.

Caso o Agente Fiduciário não confirme a ocorrência de qualquer das informações acima, as Debêntures permanecerão da espécie subordinada.

Ademais, caso a alteração da espécie da debênture não ocorrer, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedade por Ações, as Debêntures serão subordinadas aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de falência da Emissora.

***Caso as Debêntures passem a ser da espécie quirografária, os Debenturistas somente preferirão aos titulares de créditos subordinados da Emissora.***

Após o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido, as Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Emissora, os Debenturistas estarão subordinados aos demais credores da Emissora que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os Debenturistas somente preferirão aos credores subordinados, se existirem, e aos acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os Debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

## **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

A Emissora pretende utilizar os recursos líquidos a serem auferidos em decorrência da Oferta para efetuar o resgate antecipado da terceira emissão de debêntures da Emissora, realizada em 18 de junho de 2009, nos termos da respectiva Escritura de emissão, cujo saldo devedor em 31 de março de 2010 era de R\$305,6 milhões.

Os recursos captados por meio da Oferta são suficientes para o pagamento da parcela referente ao principal da terceira emissão de debêntures da Emissora. Para efetuar o pagamento da parcela referente ao prêmio de resgate, bem como da remuneração auferida até o momento do resgate pelos debenturistas da terceira emissão de debêntures da Emissora, a Emissora utilizará recursos provenientes de seu próprio caixa, ou eventualmente, poderá recorrer a emissão de outros valores mobiliários e/ou a contratação de outras linhas de financiamento, sendo certo que, até o presente momento, não existe definição acerca do instrumento de crédito a ser utilizado, se realmente necessário.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora na terceira emissão foram integralmente utilizados da seguinte forma:

- (i) aproximadamente 40% dos recursos foram utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela primeira emissão pública de notas promissórias, realizada em 24 de abril de 2009; e
- (ii) aproximadamente 60% dos recursos foram utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da segunda emissão da Emissora, realizada em 01 de setembro de 2005, com vencimento em setembro de 2009.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os Administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora no período de três meses encerrados em 31 de março de 2010:

| <b>(R\$ milhões)</b>   | <b>Período de Três Meses Encerrado<br/>em 31 de março de 2010</b> |
|--|---|
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais                       | 184,6   |
| Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento                 | (80,3)  |
| Captação de Empréstimo   | 18,8  |
| Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio                             | (55,0)  |
| Pagamento de Empréstimos e Financiamentos                              | <u>(19,8)</u>   |
| Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento                | (56,0)  |
| Aumento (Redução) do Caixa (Disponibilidades e Aplicações Financeiras) | 48,2  |

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores – Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos”, na página 333 do Formulário de Referência.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta as disponibilidades e o endividamento de longo prazo da Emissora, em bases efetivas, a partir das demonstrações financeiras revisadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos de aproximadamente R\$298,0 milhões provenientes da emissão de 30.000 Debêntures no âmbito da Emissão, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Emissão a serem pagas pela Emissora, e o resgate integral das debêntures da terceira emissão da Emissora.

| Em 31 de Março de 2010          |                |                         |                                     |              |  |  |
|---------------------------------|----------------|-------------------------|-------------------------------------|--------------|--|--|
| (R\$ milhões)                   | Efetivo        | Pagamento de Dividendos | Ajustado pelos Eventos Subsequentes | Oferta       | Saldo Devedor das Debêntures da Terceira Emissão | Ajustado pelos Eventos Subsequentes após a Oferta e o Resgate <sup>(*)</sup> |
| <b>Passivo Circulante</b>       | <b>564,2</b>   | <b>(155,6)</b>          | <b>408,6</b>                        | <b>-</b>     | <b>(121,7)</b>                                   | <b>286,9</b>   |
| Empréstimo e Financiamentos     | 73,7           |                         | 73,7                                |              |  | 73,7   |
| Debêntures                      | 296,5          |                         | 296,5                               |              | (113,7)  | 182,8  |
| Encargos de Dívida              | 29,1           |                         | 29,1                                |              | (8,0)  | 21,1   |
| Arrendamento Mercantil          | 9,3            |                         | 9,3                                 |              |  | 9,3  |
| Dividendos a Pagar              | 155,6          | (155,6)                 | -                                   |              |  | -  |
| <b>Passivo Não Circulante</b>   | <b>726,1</b>   |                         | <b>726,1</b>                        | <b>298,0</b> | <b>(183,9)</b>                                   | <b>840,2</b>   |
| Empréstimo e Financiamentos     | 343,7          |                         | 343,7                               |              |  | 343,7  |
| Debêntures                      | 368,9          |                         | 368,9                               | 298,0        | (183,9)  | 483,0  |
| Arrendamento Mercantil          | 13,5           |                         | 13,5                                |              |  | 13,5   |
| <b>Patrimônio Líquido Total</b> | <b>1.241,3</b> |                         | <b>1.241,3</b>                      |              |  | <b>1.241,3</b>   |
| Capital Social                  | 952,5          |                         | 952,5                               |              |  | 952,5  |
| Reservas de Capital             | 50,5           |                         | 50,5                                |              |  | 50,5   |
| Reservas de Lucros – Legal      | 238,3          |                         | 238,3                               |              |  | 238,3  |
| <b>Capitalização Total</b>      | <b>2.531,6</b> | <b>(155,6)</b>          | <b>2.376,0</b>                      | <b>298,0</b> | <b>(305,6)</b>                                   | <b>2.368,4</b>   |

(\*) Ajustado para refletir (i) o recebimento de recursos líquidos da Oferta, no valor de aproximadamente R\$298,0 milhões, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora; e (ii) o resgate integral das debêntures da terceira emissão da Emissora, sendo que eventual diferença necessária para o resgate e para o pagamento do prêmio de resgate das debêntures da terceira emissão da Emissora é proveniente do próprio caixa da Emissora.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção “10.1 Comentários dos Diretores – Alterações Significativas em Cada Item das Demonstrações Financeiras”, na página 333 do Formulário de Referência.

## **ANEXOS**

---

- Estatuto Social da Emissora
- Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta
- Escritura de Emissão
- Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão
- Relatório de Classificação de Risco das Debêntures
- Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

#### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 14 de setembro de 2007, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jardim Nova América. **PRESEÇA:** Presentes os acionistas representando mais de 2/3 do capital social da Companhia com direito a voto, consoante assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas" e, ainda, o senhor José Carlos Amadi, contador, portador da CRC nº 1 SP 158025/O-0, representando a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, na qualidade de Auditor Independente da Companhia. Presente também, como convidado, o senhor Marcelo Schmidt, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2007, de acordo com o artigo 124 da Lei 6.404/76. **MESA:** Presidente: senhor Orlando R. González, presidente do Conselho de Administração da Companhia, o qual escolheu a senhora Cinthia Maria Ambrogi Alonso, para Secretária. **ORDEN DO DIA:** Análise, discussão e votação dos seguintes assuntos: (1) eleição de membro efetivo do Conselho de Administração; (2) aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2007; (3) aprovação de Proposta de Distribuição de Dividendos Intermediários; (4) aprovação de Cancelamento das Ações mantidas em Tesouraria, e (5) aprovação das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (ii) Foi dado conhecimento aos presentes do recebimento do despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 2.762, de 30 de agosto de 2007, que aprovou o pedido de anuência desta concessionária para modificação de seu Estatuto Social, a qual foi lida na sua integralidade. (iii) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **DELIBERAÇÕES:** Item (1) da Ordem do Dia: tendo em vista a apresentação de renúncia pelo Conselheiro Efetivo, o senhor Brent William de Jong, ocorrida em 03 de agosto de p.p., os acionistas presentes elegeram, por unanimidade, e sem restrições, a eleição do senhor James Alton Hughes, norte-americano, casado, portador do passaporte norte-americano nº 133145269, com endereço comercial na Rua Lamar, nº 1221, 8º andar, no município de Houston, no Estado do Texas, Estados Unidos da América, para integrar o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 14 de setembro de 2010. Item (2) da Ordem do Dia: os senhores acionistas após analisarem os documentos que lhes foram submetidos à apreciação, relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2007, decidiram por unanimidade aprovar a matéria. Item (3) da Ordem do Dia: tendo em vista que o valor total do lucro líquido da Companhia no 1º semestre de 2007 foi de R\$ 249.277.583,86 (duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e sete mil e quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), os senhores acionistas presentes aprovaram, por maioria, a sua destinação conforme segue: (a) R\$12.463.879,19 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos e setenta e nove reais e dezenove centavos) para a constituição de reserva legal, ao final do exercício de 2007, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, montante este que permanecerá na conta de lucros acumulados até o encerramento do referido exercício; (b) R\$ 236.813.704,67 (duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil e setecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos) para a distribuição de dividendos Intermediários, sendo R\$130.125.872,38 (cento e trinta milhões, cento e vinte e cinco mil e oitocentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos) para os acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo a R\$ 0,638633944 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações considerando o direito à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e R\$ 106.687.832,29 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e oitocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) para os acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo este valor a R\$ 0,580576313 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações. Foi aprovado, ainda, que o pagamento dos referidos dividendos seja efetuado no dia 26 de setembro de 2007, em parcela única. Nos termos do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, terão direito ao recebimento de dividendos todos aqueles acionistas detentores de ações da Companhia. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendo" na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a partir de 17 de setembro de 2007, inclusive. Os acionistas receberão seus respectivos valores, livres para movimentação, no dia 26 de setembro de 2007, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente, de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A., conforme detalhamento constante do Aviso aos Acionistas a ser divulgado subsequentemente a esta Assembleia. Item (4) da Ordem do Dia: os acionistas, ao deliberarem sobre o cancelamento de 13.777 ações preferenciais mantidas em tesouraria, aprovaram o assunto por unanimidade, tendo em vista que não haverá redução de capital. Essas ações foram adquiridas pela Companhia dos acionistas que exerceram o direito de retirada por

*Handwritten signature/initials.*

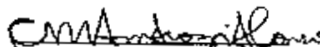
JUCESP

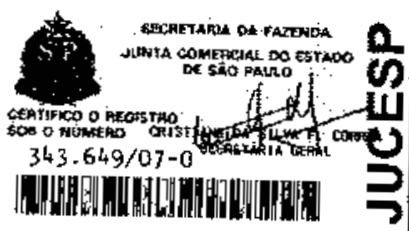
1999/07

o ocasião da cisão parcial da Companhia, em decorrência do processo de desverticalização, conforme aprovado pelos órgãos de deliberação da Companhia. Item (5) da Ordem do Dia: por fim, os senhores acionistas analisaram a proposta de alteração de artigos do Estatuto Social, já homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 149 de 28 de fevereiro de 2005 e do Despacho nº 2.762 publicado no Diário Oficial em 31 de agosto de 2007, quais sejam: (i) consolidação do Estatuto Social com as alterações aprovadas nas Assembléias Gerais realizadas em 05 de fevereiro de 2001, 25 de julho de 2005 e 31 de outubro de 2005; (ii) adaptação do objeto social em razão do processo de desverticalização, com alteração da redação do inciso II do artigo 2º; (iii) alteração do número de ações emitidas pela Companhia em razão da proposta constante do item (IV) da Ordem do Dia, se aprovado; (iv) inclusão de referência ao artigo que trata da eleição dos Conselheiros eleitos pelos empregados no inciso IV do artigo 10; (v) redução do prazo para apresentação de documentos pelos acionistas, para participação em Assembléias Gerais, com alteração do artigo 14; (vi) alteração da redação do artigo 16 de modo a incluir número de Conselheiros suplentes igual ao de efetivos, esclarecer e estabelecer procedimentos de substituição em caso de ausência, impedimento ou vacância dos Conselheiros; (vii) inclusão de novo artigo 17 que trata dos procedimentos de eleição dos Conselheiros eleitos pelos empregados, com renumeração dos artigos subsequentes; (viii) alteração da redação do artigo 18 (antigo artigo 17) e inclusão de parágrafos quanto a sexto para alteração dos prazos de convocação das Reuniões de Conselho e forma de participação dos Conselheiros nas reuniões; (ix) alteração de competência do Conselho com a modificação da alínea "h" e inclusão de alínea "o"; (x) alteração da designação da Diretoria e dos Diretores e inclusão do número mínimo obrigatório de Diretores, com a modificação do artigo 20 (antigo artigo 19); (xi) aprimoramento dos dispositivos relativos a substituição dos Diretores em caso de ausência, impedimento ou vacância, com modificação do artigo 23 (antigo artigo 22); (xii) inclusão de alçada de competência da Diretoria com alteração das alíneas "d" e inclusão de alíneas "f" e "g" no artigo 24 (antigo artigo 23); (xiii) modificação da designação da Diretoria e atribuições dos Diretores com modificação do artigo 25 (antigo artigo 24); (xiv) aprimoramento dos dispositivos atinentes a forma e periodicidade de reunião da Diretoria e forma de representação da Companhia com modificação do artigo 26 (antigo artigo 25); (xv) aprimoramento dos dispositivos relativos a distribuição de dividendos intermediários e antecipados com inclusão de artigo 30 e alteração do artigo 31 (antigo artigo 29); (xvi) implementação de ajustes visando ao aperfeiçoamento dos dispositivos previstos no artigo 33 (antigo artigo 31); (xvii) exclusão do artigo 33, e (xviii) alteração da denominação da Diretoria nos artigos 3º, 9º, 10, 21 (antigo artigo 20), 22 (antigo artigo 21), 26 (antigo artigo 25), 29 (antigo artigo 28), e 32 (antigo artigo 30). As alterações propostas, após alguns esclarecimentos, foram deliberadas e aprovadas pela unanimidade dos senhores acionistas. Por consequência, o Estatuto Social da Companhia devidamente consolidado, passará a vigorar com a redação de acordo com o texto anexo a esta ata, denominado "Anexo I". **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual após lida e conferida pelos presentes, foi por todos assinada. A.a. Orlando Rufo González (Presidente), Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária), EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), ETB - Energia Total do Brasil Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), AEI Investimentos Energéticos Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), AEI Brazil Finance Ltd. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), Laudus Rosenberg International Discovery Fund. (p.p. Citibank N.A.) e José Carlos Amadi (Contador).

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada às fs. 91 a 99 do Livro Próprio.

Campinas, 14 de setembro de 2007.

  
Cinthia Maria Ambrogi Alonso  
Secretária





JUL 2007

1000000

ANEXO - ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2007

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA**

Artigo 1º - A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - Constitui objeto da Companhia:

- I) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia;
- II) a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade;
- III) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Companhia, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade.

Parágrafo Único - Para fins de cumprir o seu objeto social, a Companhia poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

Artigo 3º - A Companhia, com duração por tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade de Campinas, São Paulo, à Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jd. Nova América, e poderá constituir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional, a critério da Diretoria Executiva, e no exterior, por proposta do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral.

**CAPÍTULO II**  
**DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS**

Artigo 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 952.481.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos), dividido em 387.518.530.917 (trezentos e oitenta e sete bilhões, quinhentos e dezolito milhões, quinhentos e trinta mil e novecentos e dezessete) ações, sendo 183.761.944.818 (cento e oitenta e três bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dezolito) ações ordinárias e 203.756.586.299 (duzentos e três bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e duzentos e noventa e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia serão escriturais, sem emissão de certificados, mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários e designada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações preferenciais, inclusive com criação de classe mais favorecida, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado sempre o limite de 2/3 (dois terços) para as ações preferenciais sem direito a voto ou com direito de voto restrito, nos termos do artigo 15, parágrafo 2, da Lei 6.404 de 1976.

Artigo 5º - As ações preferenciais não terão direito a voto e terão ainda as seguintes características:

- I) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- II) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- III) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado;

CAA

JUEP

1999

IV) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Parágrafo Único – Sem prejuízo das características conferidas por este Estatuto, as ações preferenciais adquirirão direito de voto se, durante 3 (três) exercícios sociais consecutivos, não lhes forem pagos os dividendos a que se refere o item II deste Artigo 5º, direito de voto este que cessará quando voltarem a ser pagos os referidos dividendos.

Artigo 6º – Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Artigo 7º – A Companhia poderá autorizar a instituição depositária encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista, observados os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

Artigo 8º – Fica assegurado aos acionistas, proporcionalmente às ações que possuem o direito de preferência na subscrição de novas ações.

### **CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA**

Artigo 9º – São órgãos da Companhia:

- I – a Assembléia Geral;
- II – o Conselho de Administração;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Conselho Fiscal.

#### **SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 10 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, na forma da lei, a fim de:

- I) tomar as contas dos administradores, relativas ao exercício social;
- II) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e dos Auditores Externos;
- III) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- IV) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, respeitado o disposto no artigo 17 do presente Estatuto, bem como os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, quando instalado;
- V) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e, quando instalado, do Conselho Fiscal. A remuneração da administração poderá ser fixada globalmente, com indicação dos montantes totais atribuíveis a cada um destes órgãos, caso em que sua distribuição será resolvida, respectivamente, em reunião do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Artigo 11 – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem.

Artigo 12 – Ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração convocar a Assembléia Geral.

Artigo 13 – A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, que escolherá o Secretário.

Artigo 14 – Para participar da Assembléia Geral, os acionistas deverão depositar na Companhia, com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias bancários úteis, contados da data fixada para a realização da Assembléia Geral, comprovante da propriedade das ações, expedido pela Instituição financeira em que são mantidas em conta de depósito. O procurador e o representante legal dos acionistas deverão ainda, em igual prazo, depositar na Companhia o instrumento de mandato e os documentos comprobatórios da representação.

Artigo 15 – Mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, a Companhia poderá suspender, por períodos que não ultrapassem cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de

*NA*

JUL 20

10:00 AM

90 (noventa) dias durante o ano, de serviços de transferência, conversão e desdobramento de ações, ressalvado o registro da transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

## SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 16** - A Companhia terá um Conselho de Administração composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, com igual número de suplentes, dos quais um membro efetivo e um suplente, conforme disposto no Artigo 33, inciso IX deste Estatuto, é reservado ao representante dos empregados da Companhia, a ser eleito na forma do disposto no Artigo 17 abaixo. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, todos acionistas, serão eleitos ou destituídos por Assembleia Geral (exceto quanto aos eleitos pelos empregados, nos termos deste Estatuto) e terão mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração serão empossados mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos ou sucessores.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de ausência, impedimento temporário ou licença de qualquer membro efetivo do Conselho, assim entendidos os que não excederem 90 (noventa) dias consecutivos, exceto o eleito pelos empregados, o Conselheiro ausente, impedido ou licenciado será substituído pelo suplente mais proveito, e que esteja disponível na ocasião. O Presidente do Conselho de Administração poderá indicar, dentre os demais Conselheiros (efetivos e suplentes), o seu substituto interino nos casos de ausência, impedimento ou licenciamento.

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de impedimento ou ausência superior a 90 (noventa) dias consecutivos de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração o substituto para o prazo restante do mandato será eleito na primeira Assembleia Geral subsequente, ficando o Conselheiro indicado nos termos do parágrafo segundo acima investido nos poderes de membro efetivo até realização da mencionada Assembleia.

**Parágrafo Quarto** - O Conselheiro efetivo eleito pelos empregados somente poderá ser substituído pelo Conselheiro suplente eleito pelos empregados, e este somente poderá substituir o Conselheiro efetivo eleito pelos empregados.

**Parágrafo Quinto** - No caso de impedimento ou vacância permanente do Conselheiro eleito pelos empregados, deverá ser realizado processo eleitoral, na forma do Artigo 17 abaixo, para a eleição do substituto para o restante do mandato.

**Artigo 17** - Os empregados elegerão, através de processo eleitoral a ser organizado pela Companhia em conjunto com a(s) entidade(s) sindical (is) representativa(s) dos empregados, um membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. O processo eleitoral será realizado em no mínimo 60 (sessenta) dias e, no máximo, 10 (dez) dias antes da Assembleia Geral que elegerá os membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - O representante dos empregados e seu respectivo suplente somente poderão ser eleitos pelos empregados através do processo eleitoral, e de acordo com regulamento eleitoral.

**Parágrafo Segundo** - Aplicam-se aos conselheiros efetivo e suplente, eleitos pelos empregados, todas as demais disposições, direitos e obrigações previstas neste Estatuto e na legislação competente, sem exceção.

**Artigo 18** - O Conselho de Administração, mediante convocação do seu Presidente ou de quaisquer outros dois Conselheiros, regularmente eleitos e empossados reunir-se-á ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - As convocações serão feitas por carta, fax ou por meio eletrônico, endereçada a cada Conselheiro, com antecedência mínima de 03 (três) dias consecutivos, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia dos trabalhos.

**Parágrafo Segundo** - Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões do Conselho de Administração que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

**Parágrafo Terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração requerem para a sua instalação a presença de, no mínimo, 3 (três) membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião, possuindo cada membro direito a um voto, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso ocorra empate, o Presidente do Conselho terá, além do voto comum, o de qualidade.

RA



JURIS

10000

**Parágrafo Quarto** - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao previsto no Parágrafo Primeiro acima.

**Parágrafo Quinto** - Fica facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões do Conselho, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a sua participação efetiva.

**Parágrafo Sexto** - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação escrita feita em favor de outro Conselheiro, os votos por escrito antecipado e o voto por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, reputando-se como presentes os membros que assim votarem.

**Artigo 19** - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir o Diretor Presidente e os Diretores Executivos da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- c) fiscalizar a gestão do Diretor Presidente e dos Diretores Executivos, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre os atos da administração;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria Executiva e sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- f) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta que a Diretoria Executiva pretenda submeter à deliberação da Assembleia Geral;
- g) aprovar o orçamento de investimento de cada exercício social;
- h) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação de garantias em operações de interesse da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), observado o disposto no artigo 24, "g" do Estatuto;
- i) deliberar sobre a negociação com as próprias ações da Companhia, nos casos permitidos por lei;
- j) deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares;
- k) deliberar sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio;
- l) escolher os auditores externos;
- m) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Companhia;
- n) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos de classe ou governamentais para serem promovidas pela Diretoria Executiva, indicando, quando for o caso, o Diretor Presidente ou o Diretor Executivo encarregado de tais atos;
- o) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia.

### SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Artigo 20** - A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 08 (oito) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e 6 (seis) Diretores Executivos sem designação específica. Para todos os fins e efeitos deste Estatuto, o Diretor Presidente é um Diretor Executivo, assim como os demais.

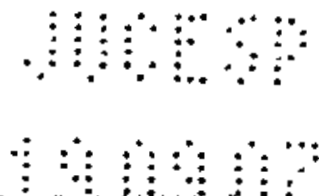
**Artigo 21** - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de até 3 (três) anos, admitida a reeleição.

**Parágrafo Único** - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria Executiva permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

**Artigo 22** - Os membros da Diretoria Executiva serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva.

**Artigo 23** - Em caso de ausência, impedimento temporário ou licença de qualquer Diretor Executivo, assim entendidos os que não excederem 90 (noventa) dias consecutivos, caberá ao Diretor Presidente indicar, dentre os Diretores Executivos, o substituto que acumulará interinamente as funções do Diretor Executivo ausente, impedido ou licenciado. Se a ausência, impedimento temporário ou licença for do Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração designar o Diretor Executivo substituto.

**Parágrafo Primeiro** - No caso de vacância na Diretoria Executiva, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo na primeira



reunião do Conselho de Administração que se realizar, sendo o substituto eleito para completar o mandato do Diretor Executivo substituído.

Parágrafo Segundo – Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor Executivo que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Artigo 24** – Compete à Diretoria Executiva, agindo como órgão colegiado:

- a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral, no Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- b) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- c) elaborar o regimento interno e os regulamentos da Companhia;
- d) adquirir qualquer ativo fixo de valor inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); alienar, onerar qualquer ativo fixo ou constituir ônus reais e prestar garantias em operações de interesse da Companhia de valor inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), bem como recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); a alienação, oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação garantias em operações de interesse da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), observado o disposto no artigo 24, "g" do Estatuto;
- e) apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após manifestação do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de proposta para a destinação do lucro líquido e, se conveniente, para a constituição de reservas, além da legalmente obrigatória;
- f) alienar ou onerar bens inservíveis ou que não tenham mais utilidade para a prestação dos serviços da Companhia, em operações de valor não superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- g) constituir as garantias necessárias e suficientes à participação da Companhia em leilões de compra e venda de energia, na forma da legislação em vigor, bem como constituir as garantias necessárias e suficientes à assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) deles decorrentes; podendo tais garantias serem emitidas em quaisquer modalidades, de forma a atender aos requisitos e regras definidas para os referidos leilões e respectivos contratos. A Diretoria Executiva deverá dar conhecimento de tais operações aos Conselheiros, na primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a concessão de tais garantias.

**Artigo 25** – Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

- I) Ao Diretor Presidente compete, privativamente: (a) Presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (b) Responder pelo planejamento, desenvolvimento e implementação das estratégias e objetivos da Companhia; (c) Coordenar e orientar as atividades dos Diretores Executivos, nas respectivas funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, bem como nas de outras funções que segundo a estrutura organizacional da Companhia reportem a este; e (d) Aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional.
- II) Ao Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores compete: (a) responder pela gestão financeira e orçamentária da Companhia; (b) fazer gestão no sentido de captar os recursos financeiros necessários aos programas aprovados, mantendo o controle das respectivas dívidas; (c) responder pela execução das práticas contábeis no âmbito da Companhia, inclusive nos aspectos patrimonial e de custos; (d) realizar, no seu âmbito de atuação, avaliações econômico-financeiras necessárias à condução dos negócios da Companhia; (e) realizar os estudos econômicos necessários à condução dos negócios, efetuando, quando for o caso, gestões externas para atender aos interesses da Companhia; (f) responder pelas funções de finanças e controladoria estabelecendo suas diretrizes; (g) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Companhia; e (h) representar a Companhia nas relações com o mercado de capitais o financeiro, interno e externo, responsabilizando-se pela prestação de informações à Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores.
- III) Aos Diretores Executivos sem designação específica compete: (a) executarem as atribuições específicas atinentes a cada área de atuação, que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (b) auxiliarem o Diretor Presidente no desempenho de suas funções; e (c) auxiliarem na administração da Companhia de um modo geral.

**Artigo 26** – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que o interesse da companhia o exigir, por convocação do Diretor Presidente ou de 2

RAA

.....

.....

(dois) Diretores Executivos, sendo tal convocação efetivada por qualquer meio físico ou eletrônico, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os seus membros.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria Executiva deliberará por maioria de votos dos membros presentes à reunião, possuindo cada Diretor Executivo um voto e cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – Caberá a qualquer Diretor Executivo a representação judicial e extrajudicial da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Os documentos que constituam a Companhia em obrigação ou exonem terceiros de responsabilidade conterão a assinatura do Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Executivo, de 2 (dois) Diretores Executivos, ou do Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 1 (um) Diretor Executivo em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 2 (dois) procuradores com poderes especiais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto – Os procuradores da Companhia serão constituídos mediante a outorga de instrumentos de mandato específicos que deverão ser outorgados nos termos do parágrafo terceiro acima, com especificação dos poderes outorgados, os quais, com exceção das que contenham a cláusula “ad judicia” deverão ter prazo de validade.

Parágrafo Quinto – Poderá a Diretoria Executiva deliberar sobre a constituição de um ou mais procuradores, que agirão isoladamente, para o fim especial de representar a Companhia no endosso de cheques para depósito em conta corrente bancária da Companhia, na emissão de ordens de pagamento, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria Executiva, na assinatura de contratos de trabalho e no recebimento, em nome da Companhia, de citações, notificações e intimações.

#### SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações ordinárias, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Artigo 28 – O Conselho Fiscal será constituído de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número.

Parágrafo Primeiro – Caso solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá determinar o número de membros efetivos e igual número de suplentes a serem eleitos, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

#### CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 29 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 30 – Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Artigo 31 – A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

DA





aos demais acionistas da Companhia, sendo certo que, uma vez obtida pelos empregados a representação assegurada pela legislação societária, a presente obrigação perderá eficácia;

X. manter programa de re-qualificação profissional voltado às ações de desligamento de pessoal;

XI. fazer com que a Companhia mantenha o programa de apoio às entidades assistenciais e beneficentes nos termos do protocolo firmado pela CESP – Companhia Energética de São Paulo para o cumprimento do Decreto Estadual nº 19.690, de 07 de outubro de 1982;

XII. determinar que a Companhia proceda a implantação de novas instalações e a ampliação e modificação das existentes, de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos gerenciadores do Sistema Elétrico Nacional e da União, nos termos do Contrato de Concessão;

XIII. não permitir a alteração das disposições objeto deste artigo 33 pelo prazo previsto no Contrato de Concessão, salvo nos casos onde outro prazo esteja determinado;

XIV. assegurar que a Companhia adote, na prestação dos serviços, tecnologia adequada e empregue equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços, modicidade das tarifas, bem como sejam observadas e cumpridas as metas do Programa de "Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica", anexo ao Contrato de Concessão;

XV. manter a sede da Companhia no Estado de São Paulo;

XVI. dar continuidade ao Programa de Eletrificação Rural, hoje denominado "Luz da Terra", alocando para tanto os recursos necessários à execução, no ano de 1998, de 12.970 (doze mil novecentos e setenta) ligações e, no ano de 1999, 10.000 (dez mil) novas ligações, conforme informações disponíveis nas salas de informações a que se refere o item 1.1.XXXVII do Edital ("Salas de Informações"). Deverá ainda dar continuidade à participação da Companhia no aludido programa enquanto vigorar o Decreto Estadual nº 41.187, de 25 de setembro de 1996, sem que a Companhia faça jus a quaisquer ressarcimentos ou reivindicações, a qualquer título, junto ao Estado de São Paulo;

XVII. manter servidão sobre as áreas onde se encontram instaladas as estações de microondas, bem como instituir servidão permanente e gratuita de acesso em favor da CESP – Companhia Energética de São Paulo às instalações das subestações pertencentes à Companhia, nas quais permanecerem equipamentos de telecomunicações de propriedade da CESP – Companhia Energética de São Paulo, os quais estão identificados nas Salas de Informações, possibilitando à CESP – Companhia Energética de São Paulo os serviços de manutenção de tais equipamentos. A Companhia deverá garantir o fornecimento de energia elétrica às aludidas estações de telecomunicações;

XVIII. assegurar de maneira permanente e gratuita a utilização e acesso para manutenção pela CESP – Companhia Energética de São Paulo do cabo guarda com fibras ópticas do tipo OPGW, do ramal de 138 kV derivado da LT Barra Bonita – Rio Claro I para a S/E Rio Claro III com 4,3 km de comprimento incluído no contrato TELESP/CESP – referência CT 95/5700, de 04/07/95, bem como assegurar a viabilidade de instalação, utilização e acesso para manutenção de cabo guarda com fibras ópticas do tipo OPGW no ramal de 138 kV derivado da LT Registro – Peruíbe para a S/E Juquiá com 1,489 km de comprimento, incluído no contrato TELESP/CESP referência CT 96/6276 de 27/11/96;

XIX. efetuar e responder por todos os atos necessários à regularização e transferência de domínio dos imóveis, a que se refere o Edital, da CESP – Companhia Energética de São Paulo, para a Companhia, arcando a Companhia com todas as despesas e custos decorrentes de tais atos e ficando a CESP – Companhia Energética de São Paulo isenta de qualquer responsabilidade, mas se comprometendo a fornecer informações e documentação necessárias à regularização de que trata este item; e

XX. cumprir os critérios técnico-financeiros a serem adotados para garantir o resgate físico de CTEE's – Certificados a Termo de Energia Elétrica e de Debêntures referentes ao Projeto Porto Primavera de que trata o item 4.3.1.8. do Edital, conforme Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças firmado em 19 de junho de 1998, entre a CESP – Companhia Energética de São Paulo e a Companhia.

#### **CAPÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO**

**Artigo 34** – A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação.

#### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 35** – A Companhia manterá um plano de previdência complementar aos seus empregados.

*JK*

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97**

**NIRE 35.300.153.570**

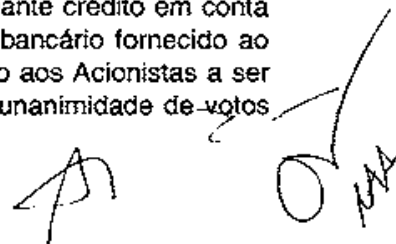
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 31 (trinta e um) do mês de março de 2008, às 15:00h, na sede da Companhia, localizada em Campinas, estado de São Paulo, na rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 do capital social da Companhia com direito a voto, consoante assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", o senhor José Carlos Amadi, contador, CRC nº 1 SP 158025/O-0, representando a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU na qualidade de Auditor Independente da Companhia, o senhor Carlos Marcio Ferreira, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia e o senhor Marcelo Schmidt, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores. **CONVOCAÇÃO:** De acordo com o artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme anúncios publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 13, 14 e 15 de março de 2008 e Valor Econômico (edição nacional), nos dias 13, 14 e 17 de março de 2008. **PUBLICAÇÕES:** Efetuadas em obediência ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), no dia 29 de fevereiro de 2007. **MESA:** Trabalhos presididos pelo senhor Orlando R. González, Presidente do Conselho de Administração, o qual escolheu como Secretária, a senhora Cinthia Maria Ambrogli Alonso. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas em Assembléia Geral Ordinária e em Assembléia Geral Extraordinária, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (ii) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar: **Em Assembléia Geral Ordinária:** (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, acompanhadas do Parecer do Auditor Independente; (2) Aprovar a proposta de destinação do resultado e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2007; (3) Fixar a remuneração anual global dos Administradores, e (4) Eleger membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração. **Em Assembléia Geral Extraordinária:** (5) Grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 2.000 (duas mil) ações existentes para 1 (uma) nova ação da mesma espécie, e (6) Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** **Em Assembléia Geral**

*[Handwritten signatures and initials]*

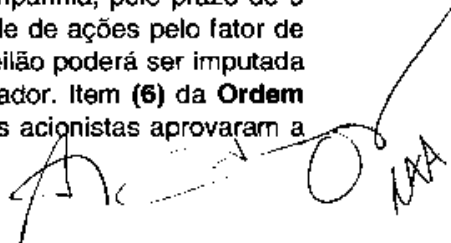


Ordinária: Item (1) da **Ordem do Dia:** os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, o Relatório e as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do respectivo parecer do Auditor Independente, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Item (2) da **Ordem do Dia:** tendo em vista que valor total do lucro líquido da Companhia no exercício social de 2007 foi de R\$466.910.836,14 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e trinta e seis reais e quatorze centavos) destinação conforme segue: (a) R\$23.345.541,81 (vinte e três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76; (b) R\$236.813.704,60 (duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil, setecentos e quatro reais e sessenta centavos) a título de dividendos intermediários, distribuídos pela Companhia em 2007; (c) R\$67.584.702,74 (sessenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e dois reais e setenta e quatro centavos) a título de Juros sobre Capital Próprio declarados no ano de 2007. Do valor total declarado de Juros sobre Capital Próprio, R\$62.063.430,08 (sessenta e dois milhões, sessenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e oito centavos) foram pagos em 10 de dezembro de 2007 e R\$5.521.272,66 (cinco milhões, quinhentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos) foram pagos em 23 de janeiro de 2008 e (d) R\$139.166.886,99 (cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos) para a distribuição de dividendos complementares, dos quais R\$62.696.597,30 (sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e trinta centavos) serão pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo este valor a R\$0,341183793 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações e R\$76.470.289,69 (setenta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos) serão pagos aos acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo este valor a R\$0,375302173 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações, considerando o direito à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Foi aprovado, ainda, que o pagamento dos referidos dividendos seja efetuado no dia 09 de abril de 2008, em parcela única. Nos termos do artigo 205 da Lei 6.404/76, terão direito ao recebimento de dividendos complementares todos aqueles acionistas constantes da base acionária da Companhia até a presente data. As ações da Companhia serão negociadas "*ex-dividendo*" na Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BOVESPA, a partir de 1º de abril de 2008, inclusive. Os acionistas receberão seus respectivos valores, livres para movimentação, no dia 09 de abril de 2008, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente, de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A., conforme detalhamento constante do Aviso aos Acionistas a ser divulgado oportunamente. Item (3) da **Ordem do Dia:** por unanimidade de votos



dos acionistas presentes, foi aprovado, conforme previsto no artigo 152 da Lei 6.404/76, a fixação da remuneração global dos Administradores da Companhia, já incluídas todas as despesas, benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários, para o exercício relativo a 2008, um valor anual global de até R\$ 6.940.000,00 (seis milhões, novecentos e quarenta mil reais) para a Diretoria e um valor também anual e global de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o Conselho de Administração, a serem distribuídos entre os membros de cada um dos respectivos órgãos da administração de acordo com o disposto no Estatuto da Companhia. Os acionistas ratificaram o valor de R\$ 12.571.280,00 (doze milhões, quinhentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta reais) despendidos para remuneração da Diretoria Executiva no exercício de 2007. Item (4) da **Ordem do Dia**: os senhores acionistas, após os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Assembléia, deliberaram a retirada deste item da pauta, permanecendo a atual composição do Conselho de Administração até o término dos respectivos mandatos.

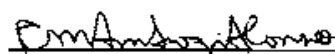
Em Assembléia Geral Extraordinária: Item (5) da **Ordem do Dia**: os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a proposta de grupamento da totalidade das ações da Companhia na proporção de 2.000 (duas mil) para 1 (uma) ação, de maneira que o capital da Companhia passe a ser dividido em 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais. Consignou-se que a proposta de grupamento de ações da Companhia tem como objetivo adequar a negociação de ações de emissão da Companhia às orientações da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BOVESPA com relação ao assunto. Aprovaram, ainda, a publicação de aviso aos acionistas, estabelecendo prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação, durante o qual as ações continuarão a ser negociadas sem considerar o grupamento, visando possibilitar que os acionistas adquiram ou alienem ações, a seu livre e exclusivo critério, a quantidade de ações necessárias para que passem a deter um número inteiro múltiplo de 2.000 ações, por espécie. As operações de compra e venda de ações para a recomposição de suas posições em números inteiros poderão ser realizadas pelos acionistas por intermédio de sociedades corretoras de sua livre escolha. As ações da Companhia passarão a ser negociadas já grupadas no dia útil imediatamente posterior ao término do período de 30 (trinta) dias acima mencionado. Findo o referido prazo de 30 (trinta) dias, as eventuais frações de ações ainda detidas pelos acionistas serão agrupadas e vendidas em sucessivos leilões a serem realizados na BOVESPA, devendo os respectivos valores ser creditados nas contas correntes dos detentores das frações. Para os acionistas cujas contas estejam paralisadas ou com o cadastro desatualizado, o valor da alienação das frações será mantido à disposição na Companhia, pelo prazo de 5 (cinco) anos. A fração resultante da divisão da quantidade de ações pelo fator de grupamento que não puder ser mais transacionada em leilão poderá ser imputada da participação do acionista integrante do grupo controlador. Item (6) da **Ordem do Dia**: Em razão do grupamento de ações, os senhores acionistas aprovaram a

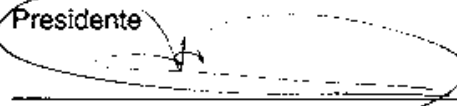
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'A. ...' followed by a large flourish, and the initials 'MA' are written to the right.

alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, passando este a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos), dividido em 193.759.265 (cento e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentas e sessenta e cinco) ações, sendo 91.880.972 (noventa e um milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e setenta e duas) ações ordinárias e 101.878.293 (cento e um milhões, oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal." Por fim, os acionistas autorizaram a Diretoria Executiva a praticar todo e qualquer ato e assinar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação das deliberações aprovadas acima. Todo o material pertinente a esta Assembléia ficará arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, conferida, aprovada e assinada pelos presentes.

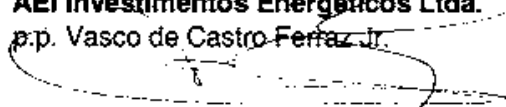
Campinas, 31 de março de 2008.

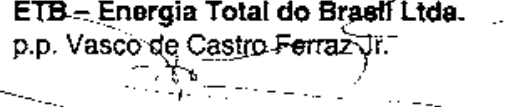
  
**Orlando R. González**  
Presidente

  
**Cinthia Maria Ambrogi Alonso**  
Secretária

  
**EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.**  
p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.

  
**AEI Investimentos Energéticos Ltda.**  
p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.

  
**ETB – Energia Total do Brasil Ltda.**  
p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.

  
**AEI Brazil Finance Ltd.**  
p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.

  
**José Carlos Amadi**  
CRC nº 1 SP 158025/O-0

- 
- Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



10.05.10

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF N° 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 10 de maio de 2010, às 13h00min, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13053-900. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Carlos Marcio Ferreira, Juracy Pereira Mamede, Cristián Arnóldo Reyes, Marcio Henrique Fernandes e Luiz Sergio Assad. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente) e Cinthia Maria Ambrogio Alonso (Secretária). **ORDEM DO DIA:** Atualizações e deliberações acerca dos seguintes assuntos: (1) Atualização sobre Segurança; (2) Resultados do 1º trimestre de 2010; (3) Garantia para participação no Leilão UHE Belo Monte; (4) Aprovação para contratação de financiamento junto ao BNDES e concessão de garantia para referido financiamento; (5) Aprovação da proposta de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, que serão convertidas de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional para a espécie quirografária após a integral quitação das debêntures da terceira emissão da Companhia e o atendimento do limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, para distribuição pública, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que constituirá a 4ª emissão de debêntures da Companhia ("4ª Emissão de Debêntures" ou "Emissão"); (6) Aprovação para o resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão pública da Companhia registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 26.6.2009 ("3ª Emissão de Debêntures"); (7) Aprovação da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Elektro; e, (8) Eleição de Membros da Diretoria Executiva. **ATUALIZAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, passou-se ao item (1) da Ordem do Dia. Neste ato, os senhores Conselheiros tomaram conhecimento das ações tomadas pela Companhia visando o aprimoramento de uma cultura de segurança. Sendo abordado o item (2) da Ordem do Dia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores apresentou os resultados financeiros e operacionais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2010. Na sequência, ao passar para o item (3) da Ordem do Dia, os senhores Conselheiros foram informados, nos termos do artigo 24, letra "g" do Estatuto Social da Companhia, a respeito da garantia prestada pela Diretoria Executiva da Companhia, para a participação da Companhia no Leilão UHE Belo Monte. **DELIBERAÇÕES:** Passando ao item (4) da Ordem do Dia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores solicitou a aprovação dos Conselheiros para que a Companhia contrate financiamento para o Programa de Eficiência Energética 2010, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINEM - PROESCO), até o valor de R\$ 25.600.000,00 (vinte e cinco milhões e seiscentos mil reais). Ainda, solicitou, nos termos do artigo 19, letra "h" do Estatuto Social da Companhia, a aprovação para concessão de garantia na modalidade cessão de fluxo de recebíveis equivalente a 130% da próxima parcela vincenda do financiamento. Após as deliberações, os senhores

EXA

JUCESP  
19 05 10

Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar a solicitação do financiamento em questão, bem como a concessão da garantia requerida. Ato contínuo, sendo abordado o item (5) da Ordem do Dia, (a) o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, presente à reunião, apresentou a proposta de implementação da 4ª Emissão de Debêntures com as seguintes características: (i) Valor Total: o valor total da 4ª Emissão de Debêntures será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); (ii) Número de Séries: até duas séries, sendo que a quantidade de debêntures por série será definida conforme o procedimento de *bookbuilding*, observado que o somatório das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série não poderá exceder R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão, e nem 30.000 (trinta mil) Debêntures; (iii) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão será 15 de julho de 2010; (iv) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures ("Debêntures"). A quantidade de Debêntures por série, se existirem duas séries, será definido em processo de *bookbuilding*; (v) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão das Debêntures; (vi) Espécie: as Debêntures serão da espécie subordinada, sem garantia adicional, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirografária na data em que o agente fiduciário confirmar aos debenturistas que (a) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (b) o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações está atendido; (vii) Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (viii) Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados; (ix) Remuneração: A aprovação das condições de remuneração das Debêntures, a ser verificado em processo de *bookbuilding*, será delegada ao Conselho de Administração; (x) Agente Fiduciário: Pentágono S.A. D.T.V.M.; (xi) Razões da Emissão e suas Consequências: A Companhia pretende efetuar a 4ª Emissão de Debêntures a fim de alongar o perfil do seu endividamento e se valer das condições de mercado mais favoráveis para reduzir seu custo de endividamento, verificadas neste ano de 2010; (xii) Prazo: 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 para as Debêntures da 1ª Série, e 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016 das Debêntures da 2ª Série; e (xiii) Destinação dos Recursos: Resgate antecipado integral das debêntures objeto da 3ª Emissão de Debêntures nos termos da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia. A Companhia pretende efetuar a 4ª Emissão de Debêntures a fim de alongar o perfil do seu endividamento e aproveitar as condições de mercado mais favoráveis para a redução de seu custo de endividamento; (b) considerando que algumas das características necessárias e suficientes para a conclusão da 4ª Emissão de Debêntures não serão conhecidas no dia 26 de maio próximo, data para a qual será convocada a Assembleia Geral Extraordinária cuja ordem do dia versará sobre a pretendida 4ª Emissão de Debêntures, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores propôs aos acionistas ali reunidos a delegação de poderes pela Assembleia Geral Extraordinária em favor deste Conselho de Administração, para que este possa legitimamente apreciar e votar as condições de que tratam as alíneas "e", "f", "h", "i" e "m" do item 1 do Anexo 15 da Instrução CVM nº 481, além dos incisos VI a VIII do artigo 59 da nº 6.404/76, conforme alterada, bem como poderes para cancelar as debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela própria Companhia. Os senhores Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar o envio da proposta de implementação da 4ª Emissão de Debêntures para aprovação no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; (c) ato contínuo, os senhores Conselheiros reconheceram que, consoante legislação aplicável, mormente Decreto nº 24.643/34 e item 6.3.17 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444/01, a emissão de debêntures estará sujeita à aprovação pela Agência Nacional de Energia

CH

JUCESP  
19 05 10

Elétrica, a ser ainda obtida, razão pela qual a sua aprovação pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 26 de maio se fará *ad referendum* da obtenção da necessária aprovação por parte daquela D. Agência; e (d) neste mesmo ato, os Conselheiros autorizam, sujeita a posterior ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 26 de maio, a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação da 4ª Emissão de Debêntures, aí incluídos, mas não limitados à contratação dos bancos coordenadores, agente fiduciário e agência de rating, tão logo obtidas a aprovação regulatória e manifestação do Conselho de Administração da Companhia às demais condições que lhe sejam aplicáveis. Passando ao item (6) da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª Emissão, que ocorrerá caso a 4ª Emissão seja realizada. Na sequência, sendo abordado o item (7) da Ordem do Dia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores submeteu aos Conselheiros presentes, para aprovação, a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Elektro. Após debates, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a Política apresentada. Por fim, sendo abordado o item (8) da Ordem do Dia, face à proximidade da data de término de vigência dos mandatos do Diretor Presidente, Sr. Carlos Marcio Ferreira, e do Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, Sr. Luiz Sergio Assad, os senhores Conselheiros, por unanimidade dos votantes, decidiram reeleger, para o mandato de 03 (três) anos, nos termos do caput do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, com início em 10 de maio de 2010, o Sr. **Carlos Marcio Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade (RG) nº 11.986.182 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob nº 016.712.938-43, para o cargo de Diretor Presidente e, para o cargo de Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, o Sr. **Luiz Sergio Assad**, brasileiro, casado, estatístico, portador do documento de identidade RG nº 5.43.901-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 441.655.878-34, ambos com endereço comercial, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. Registra-se que, neste ato, os senhores conselheiros Carlos Marcio Ferreira e Luiz Sergio Assad abstiveram-se da votação. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes: Campinas, 10 de maio de 2010. A.a.: João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente), Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária), Carlos Marcio Ferreira (Conselheiro), Juracy Pereira Mamede (Conselheiro Representante dos Empregados), Cristián Arnolds Reyes (Conselheiro), Marcio Henrique Fernandes (Conselheiro) e Luiz Sergio Assad (Conselheiro).

Certifico e dou fé que o presente é cópia fiel da ata lavrado no Livro Próprio.

  
Cinthia Maria Ambrogi Alonso  
Secretária







**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

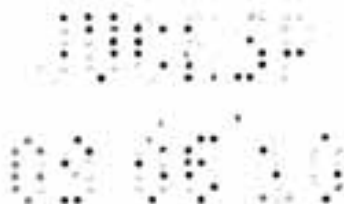
**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF No 02.328.280/0001-97**

**NIRE 35.300.153.570**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do ano de 2010 (dois mil e dez), às 10h30min, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13053-024. **PRESEÇA:** (a) Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia com direito a voto, consoante assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas"; e (b) Sr. Carlos Marcio Ferreira, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia. Presente ainda, o Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** De acordo com o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), conforme anúncios publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2010. **MESA:** Trabalhos presididos pelo senhor João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Presidente do Conselho de Administração, o qual escolheu como Secretária, a senhora Jessica de Camargo Reaach. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (a) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (b) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: (a) a proposta de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com cláusula de alteração para a espécie quirografária após o atendimento do limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei nº 6.404/76, para distribuição pública, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que constituirá a 4ª emissão de debêntures da Companhia ("4ª Emissão de Debêntures"). A emissão de debêntures, consoante previsão constante do Decreto nº 24.643/34 e item 6.3.17 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444/01, estará sujeita à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a ser ainda obtida, razão pela qual a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral se fará *ad referendum* da aprovação por aquela D. Agência; (b) a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam as alíneas "e", "f", "h", "i" e "m" do item 1 do Anexo 15 da Instrução CVM nº 481, além dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, bem como dos poderes para cancelar as debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela própria Companhia; e (c) a autorização para a Diretoria da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da 4ª Emissão de Debêntures, podendo, inclusive, celebrar aditamentos à escritura de emissão dentro dos limites fixados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, nos termos das alíneas (a) e (b) acima. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições (a) a 4ª Emissão de Debêntures com as seguintes características: (i) **Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (ii) **Valor Total:** o valor total da 4ª Emissão de Debêntures será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na data



de emissão; (iii) **Número de Séries:** até duas séries, sendo que a quantidade de debêntures por série será definida conforme o procedimento de *bookbuilding*, observado que o somatório das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série não poderá exceder R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, e nem 30.000 (trinta mil) Debêntures; (iv) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures ("Debêntures"). A quantidade de Debêntures por série, se existirem duas séries, será definido no procedimento de *bookbuilding*; (v) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão; (vi) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie subordinada, sem garantia adicional, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirografária na data em que o agente fiduciário confirmar aos debenturistas que (a) as debêntures da terceira emissão da Companhia foram integralmente quitadas; e (b) o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei n.º 6.404/76 está atendido; (vii) **Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (viii) **Forma:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados; (ix) **Agente Fiduciário:** Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; (x) **Razões da Emissão e suas Consequências:** A Companhia pretende efetuar a 4ª Emissão de Debêntures a fim de alongar o perfil do seu endividamento e aproveitar as condições de mercado mais favoráveis para a redução de seu custo de endividamento; e (xi) **Destinação dos Recursos:** Resgate antecipado integral das debêntures objeto da 3ª Emissão de Debêntures nos termos da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia. A Companhia pretende efetuar a 4ª Emissão de Debêntures a fim de alongar o perfil do seu endividamento e aproveitar as condições de mercado mais favoráveis para a redução de seu custo de endividamento. Ato contínuo, não obstante o fato de o Conselho de Administração da Companhia ter invocado a necessidade de aprovação prévia pela Agência Nacional de Energia Elétrica para a pretendida 4ª Emissão de Debêntures, consoante interpretação mais restritiva do Decreto nº 24.643/34 e item 6.3.17 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444/01, o Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, informou aos acionistas presentes que, em consulta mais recentemente formulada pela Companhia àquela D. Agência, restou confirmado o entendimento do Órgão regulador quanto à dispensa da necessidade de aprovação prévia para a 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme precedente constante do Ofício nº 1.156/2009 - SFF/ANEEL, que rubricado pela mesa passa a integrar a presente ata na forma do seu Anexo I; (b) Ademais, considerando que algumas das condições finais inerentes à 4ª Emissão de Debêntures não são ainda conhecidas nesta data, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores propôs aos acionistas a delegação de poderes por esta Assembleia Geral Extraordinária em favor do Conselho de Administração da Companhia, para que este possa legitimamente apreciar e votar as condições de que tratam as alíneas "e", "f", "h", "i" e "m" do item 1 do Anexo 15 da Instrução CVM nº 481, além dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como dos poderes para cancelar as debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela própria Companhia; e (c) por fim, os acionistas deliberaram autorizar a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação da 4ª Emissão de Debêntures e promover o registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, podendo, inclusive, (i) contratar as instituições intermediárias da Oferta; (ii) contratar os prestadores de serviços inerentes à 4ª Emissão de Debêntures, incluindo o agente fiduciário, a instituição prestadora dos serviços de escrituração, a instituição prestadora dos serviços de banco mandatário, a agência de classificação de risco, os assessores legais, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e outros, conforme o caso; e





(iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures, o contrato de distribuição da Oferta e quaisquer outros instrumentos relacionados às debêntures, bem como aditamentos aos mesmos, tão logo obtida manifestação do Conselho de Administração da Companhia às demais condições que lhe sejam aplicáveis. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Todo o material pertinente a esta Assembleia ficará arquivado na sede da Companhia. Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral, determinando que fosse lavrada a presente ata, em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pela mesa e pelos acionistas presentes, que constituem a maioria necessária às deliberações tomadas. A.a: **João Carlos Ribeiro de Albuquerque** (Presidente), **Jessica de Camargo Reaoch** (Secretária), **EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.** (p.p. Oduvaldo Lara Junior), **ETB – Energia Total do Brasil Ltda.** (p.p. Oduvaldo Lara Junior), **AEI Investimentos Energéticos Ltda.** (p.p. Oduvaldo Lara Junior) e **AEI Brazil Finance Ltd.** (p.p. Oduvaldo Lara Junior).

Certifico que o presente é cópia fiel da ata lavrada às fls. 118 a 121 do Livro Próprio.

Campinas, 26 de maio de 2010.

**Jessica de Camargo Reaoch**

Secretária



Brasília, 18 de junho de 2009.

À Senhora  
**Angela Magalhães Gomes**  
Superintendente de Regulação  
Light Serviços de Eletricidade S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Solicitação de anuência à 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT SESA.

Prezada Senhora,

Recebeu-se nesta Agência, a Carta nº DR-101-09, datada de 28/05/2009, submetendo à anuência da ANEEL, a 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica a LIGHT SESA.

2. Em relação ao tema em tela, o **Despacho ANEEL nº 1.618, de 23/04/2008**, aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444/2001, a saber:

**4) Alterar o subitem 1 do item 6.3.17 - Debêntures, da Instrução Contábil, conforme abaixo:**

**Onde se lê:**

Com a **prévia anuência do Órgão Regulador**, e atendidos todos os requisitos normativos e legais exigidos para efetuar operações dessa natureza, as concessionárias e permissionárias poderão emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado.

(...)

No caso de emissão de debêntures com prêmio, o valor deve ser registrado na conta 242.31 - Prêmio na Emissão de Debêntures.

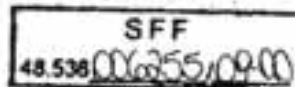
No caso de emissão de debêntures conversíveis em ações, a escritura de emissão especificará as bases de conversão e o prazo ou época para exercer esse direito.

**Leia-se:**

Atendidos todos os requisitos normativos e legais exigidos para efetuar operações dessa natureza, as concessionárias e permissionárias de serviço público de geração, transmissão e de distribuição poderão emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado.

(...)

No caso de emissão de debêntures com garantias decorrentes dos direitos emergentes da concessão, sua emissão estará sujeita ao cumprimento das disposições específicas sobre oferecimento de garantias



(Fl. 2 do Ofício nº 1165 /2009-SFF/ANEEL, de 18 / 06 /2009)

No caso de emissão de debêntures conversíveis em ações, a escritura de emissão especificará as bases de conversão e o prazo ou época para exercer esse direito. Se em função da conversão em ações ocorrer mudança do controle acionário, deverão ser observadas as disposições legais e regulatórias referentes ao assunto.

3. Sobre as garantias prestadas pela Light S.A. (Holding) à operação, vez que não comprometerão os direitos emergentes da LIGHT SESA, não carecem da anuência prévia da Agência em face do parágrafo grifado acima.

4. Diante das considerações acima apresentadas e ressaltando o disposto no item VIII do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13/02/1995, fica o pleito apresentado dispensado de prévia anuência, cabendo a Concessionária manter a disposição desta Agência a documentação comprobatória para futura fiscalização da ANEEL.

Atenciosamente,



ANTONIO GANIM

Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira





JUCESP  
09 08 10

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

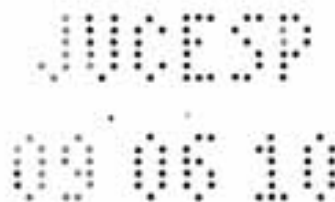
CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do ano de 2010 (dois mil e dez), às 14h00min, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13053-024. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Carlos Marcio Ferreira, Juracy Pereira Mamede, Marcio Henriques Fernandes e Luiz Sergio Assad. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente) e Jessica de Camargo Reaach (Secretária). **ORDEM DO DIA:** Aprovação de certos termos e condições relacionados à 4ª Emissão de Debêntures (conforme definido abaixo). **DELIBERAÇÕES:** os Conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem restrições, as seguintes condições aplicáveis à emissão, pela Companhia, de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sem garantia adicional, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirografária na data em que o agente fiduciário confirmar aos debenturistas que as debêntures da terceira emissão da Companhia foram integralmente quitadas; e o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76") está atendido, para distribuição pública, em até duas séries ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal") na Data de Emissão (conforme definido abaixo), perfazendo o valor total de emissão de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Oferta" e "4ª Emissão de Debêntures"), conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de maio de 2010: (i) **Razões da Emissão e suas Consequências:** A Companhia pretende efetuar a 4ª Emissão de Debêntures a fim de alongar o perfil do seu endividamento e aproveitar as condições de mercado mais favoráveis para a redução de seu custo de endividamento; (ii) **Registro Para Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; (iii) **Colocação e Plano de**

*Handwritten signature*



**Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do sistema do SDT, administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBOVESPA; (iv) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional. As Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização; e as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização; (v) **Data de Emissão:** para todos efeitos legais, 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão"); (vi) **Prazo de Vencimento:** O prazo (I) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (II) das Debêntures da Segunda Série será de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento"); (vii) **Pagamento do Valor Nominal.** O Valor Nominal: (I) de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e, (II) de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2014, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2015, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34 (três mil trezentos e trinta e três reais trinta e quatro centavos), devida na Data de Vencimento da Segunda Série; (viii) **Remuneração:** As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir. (a) **Remuneração da Primeira Série.** A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte: (I) **atualização monetária:** o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e (II) **juros remuneratórios:** sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior,



JUCESP  
09 06 10

conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (b) *Remuneração da Segunda Série*: A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte: (I) *atualização monetária*: o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e (II) *juros remuneratórios*: sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (ix) **Repactuação Programada**: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (x) **Aquisição Facultativa**: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nestes termos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação; (xi) **Vencimento Antecipado**: Sujeito ao disposto na escritura de emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do item "q", dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Companhia cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária; (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos

PR

JUL 2010

anualmente pelo IPCA, ressalvada a hipótese da Companhia, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente; (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Companhia tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia no prazo referido acima; (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ou seu equivalente em outra moeda; (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia, incluindo, sem limitação, a concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor; (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal; (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Companhia ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (h) cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo (x) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (y) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (j) limitação da concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Companhia em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (y) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Companhia, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Companhia na data de celebração da escritura de emissão; e/ou (z) na incapacidade de gestão dos negócios da Companhia e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Companhia com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas; (k) perda da concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Companhia em vigor; (l) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (m) transferência, pela Companhia, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; (n)



JUL 12  
09 08 10

alteração ou modificação do objeto social da Companhia, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; (o) redução do capital social da Companhia, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos da escritura de emissão das Debêntures; (q) inadimplemento, pela Companhia, com relação ao pagamento do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série prevista na escritura de emissão das Debêntures, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento; (r) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; (s) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série; e (t) não observância pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos índices e limites financeiros estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, a serem calculados trimestralmente pelo agente fiduciário da 4ª Emissão de Debêntures; (xii) **Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar: (I) a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2012 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da escritura de emissão das Debêntures, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de janeiro de 2015 (exclusive); e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2015 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e (II) a qualquer tempo

100230  
09 05 10

a partir de 15 de julho de 2013 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da escritura de emissão das Debêntures, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (b) 0,60% (sessenta centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de janeiro de 2015 (exclusive); e (c) 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) flat, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2015 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série; (xiii) **Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, na forma prevista na escritura de emissão das Debêntures; (xiv) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da escritura de emissão das Debêntures, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (xv) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da escritura de emissão das Debêntures serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA. Em face das deliberações acima tomadas os conselheiros decidem ainda autorizar a Diretoria a praticar todo e qualquer ato necessário à implementação da 4ª Emissão de Debêntures e promover o registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, podendo, inclusive, (i) contratar as instituições intermediárias da Oferta; (ii) contratar os prestadores de serviços inerentes à 4ª Emissão de Debêntures, incluindo o agente fiduciário, a instituição prestadora dos serviços de escrituração, a instituição prestadora dos serviços de banco mandatário, a agência de classificação de risco, os assessores legais, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e outros, conforme o caso; e (iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures, o contrato de distribuição da Oferta e quaisquer outros instrumentos relacionados às debêntures, bem como aditamentos aos mesmos.

PR

JUCESP  
09 05 10

**ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Campinas, 26 de maio de 2010. A.a. João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente), Jessica de Camargo Reaach (Secretária), Carlos Marcio Ferreira (Conselheiro), Juracy Pereira Mamede (Conselheiro Representante dos Empregados), Marcio Henrique Fernandes (Conselheiro) e Luiz Sergio Assad (Conselheiro).

Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da ata lavrado no Livro Próprio.

Campinas, 26 de maio de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
Jessica de Camargo Reaach  
Secretária





JUN 23  
01 07 10

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

#### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DATA, HORA E LOCAL:** No dia 23 (vinte e três) do mês de junho do ano de 2010 (dois mil e dez), às 10h45min, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13053-024. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Carlos Marcio Ferreira, Juracy Pereira Mamede, Luiz Sergio Assad e Marcio Henrique Fernandes. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente) e Jessica de Camargo Reaach (Secretária). **ORDEM DO DIA:** (1) Aquisição de Subestação Móvel por meio de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através da modalidade FINAME e concessão de garantia para linha de financiamento. (2) Aprovação de alteração de certas condições relacionadas à 4ª Emissão de Debêntures da Companhia (conforme definido abaixo). **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, passou-se ao item (1) da Ordem do Dia. Neste ato, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, nos termos do material anexo, apresentou proposta de aquisição de subestação móvel, através de contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade FINAME, bem como a concessão de garantia do financiamento em questão. Como garantia é necessária a concessão de alienação fiduciária do equipamento a ser adquirido, no valor aproximado de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais). Após amplos debates, em consonância com o artigo 19, alínea "h", do Estatuto Social da companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade, aprovaram a aquisição da subestação de energia elétrica móvel através da contratação da linha de financiamento em questão, bem como a alienação fiduciária do equipamento, a título de garantia, nos termos como solicitado estando a concessão da garantia sujeita à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a ser ainda obtida pela companhia. Na sequência, ao ser abordado o item (2) da Ordem do Dia, os senhores Conselheiros resolveram, por unanimidade e sem restrições, alterar alguns termos e condições aplicáveis à 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, que foram aprovados na reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010 ("Oferta", "4ª Emissão de Debêntures" e "Debêntures"). São as seguintes as alterações ora aprovadas: (I) **Prazo de Vencimento:** O prazo (I) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (II) das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento da Segunda



JCEP  
01 07 10

Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento"); (ii) **Pagamento do Valor Nominal.** O Valor Nominal (I) de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida em 15 de julho de 2013, e a segunda parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e, (II) de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), devida na Data de Vencimento da Segunda Série; (iii) **Remuneração:** As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir: (a) **Remuneração da Primeira Série.** A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte: (I) **atualização monetária:** o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e (II) **juros remuneratórios:** sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (b) **Remuneração da Segunda Série.** A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte: (I) **atualização monetária:** o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e (II) **juros remuneratórios:** sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à

JP

JUL 10  
01 07 10

Remuneração da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; (iv) **Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa**. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar: (I) a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2011 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da escritura de emissão das Debêntures, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2011 (inclusive) e 15 de janeiro de 2012 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e (II) a qualquer tempo a partir de 15 de janeiro de 2012 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da escritura de emissão de Debêntures, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de julho de 2014 (exclusive) e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série. Qualquer amortização antecipada em valor igual ou superior a 90% (noventa por cento) do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação,

RM




JUCESP  
01 07 10

conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso; e (v) **Vencimento Antecipado**. Sujeito ao disposto na escritura de emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na escritura de emissão das Debêntures), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): (...) "IX - alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto no caso de (a) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia na Data de Emissão; ou (b) operação societária envolvendo a AEI, desde que, cumulativamente, a companhia resultante tenha classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal operação societária e que a classificação de risco corporativo da Companhia não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal operação societária, em razão de tal operação societária; ou (c) alteração do controle da AEI, desde que, cumulativamente, os novos controladores da AEI tenham classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal alteração do controle e que a classificação de risco corporativo da Companhia não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal alteração do controle". Deverão permanecer inalterados todos os demais termos e condições aprovados na reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2010.

**ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Campinas, 23 de junho de 2010. A.a. João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente), Jessica de Camargo Reaach (Secretária), Carlos Marcio Ferreira (Conselheiro), Juracy Pereira Mamede (Conselheiro Representante dos Empregados), Marcio Henrique Fernandes (Conselheiro) e Luiz Sergio Assad (Conselheiro).

Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro Próprio.

Campinas, 23 de junho de 2010.

  
Jessica de Camargo Reaach  
Secretária



JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP  
10 07 10



JUCESP PROTOCOLO  
0.597.509/10-4



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza 321, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures ("Oferta") serão realizadas com base nas deliberações (i) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("AGE"); (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("RCA de 26 de maio de 2010"); e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2010 ("RCA de 23 de junho de 2010").

DOESP  
16 07 10

## 2. REQUISITOS

### 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata (a) da AGE foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 9 de junho de 2010; (b) da RCA de 26 de maio de 2010 foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; e (c) da RCA de 23 de junho de 2010 será publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" e arquivada na JUCESP;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures;
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos



JUL 59

15 07 10

Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"); e

- V. *análise prévia pela ANBIMA*. A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da terceira emissão da Emissora.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, da 4ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de

JUL 23  
15 07 10

instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador(es)").

- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo(s) Coordenador(es), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora ("Procedimento de Bookbuilding"):
- I. da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou da emissão e da quantidade de Debêntures da Segunda Série, observados os limites previstos na Cláusula 6.5 abaixo; e
  - II. da Remuneração da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.14.1 abaixo, inciso II), observado o limite previsto na Cláusula 6.14.1 abaixo, inciso II, e/ou da Remuneração da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso II), observado o limite previsto na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso II.
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
- 5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.
- 5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto na Cláusula 6.5.1 abaixo, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização; e
  - II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada



*pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

## 6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora, sendo a terceira emissão pública.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures por série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma da Cláusula 5.2 acima, observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") não poderá exceder R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão, e nem 30.000 (trinta mil) Debêntures.
- 6.5.1 Em havendo a emissão das duas séries, a Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.



JUL 23  
15 07 10

- 6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escrituradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora dos serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707, 9º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.701.190/0001-10 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.10 *Espécie e Limite de Emissão.* Observado o disposto na Cláusula 6.10.1 abaixo, as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e, conforme previsto no artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplicam às Debêntures.
- 6.10.1 As Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido. O Agente Fiduciário deverá, na mesma data da confirmação aos Debenturistas, conforme previsto nesta Cláusula, enviar comunicação sobre tal confirmação à CETIP, à BM&FBOVESPA, à Instituição Escrituradora e ao Banco Mandatário.
- 6.10.2 Para os fins de atendimento ao disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Emissora, neste ato, nomeia o Banco Mandatário seu procurador, de maneira irrevogável e irrevogável, na forma dos artigos 683 e seguintes do Código Civil, investido de poderes especiais para transferir, de conta corrente de titularidade da Emissora na qual os recursos líquidos obtidos com a Oferta serão depositados, os valores necessários à quitação integral das debêntures da terceira emissão da Emissora, sendo que este mandato deverá permanecer válido e eficaz até a integral quitação das obrigações decorrentes das debêntures da terceira emissão da Emissora.
- 6.10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar as confirmações a que se refere a Cláusula 6.10.1 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem

JULHO  
15 DE 2010

necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a modificação da espécie das Debêntures para quirografárias.

- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal:
- I. de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida em 15 de julho de 2013, e a segunda parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e
  - II. de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), devida na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 6.14 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.
- 6.14.1 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
  - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário

JUL 20  
15 07 10

disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida em cada data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI<sub>t</sub>, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{t=1}^{n-1} [1 + (TDI_t)]$$





Sendo que:

$n$  = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

$K$  = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n$ ;

$TDI_k$  = fator da taxa  $DI_k$ , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual no ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.14.2 *Remuneração da Segunda Série.* A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série", e a Remuneração da Primeira Série em conjunto com a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Segunda Série devida em cada data de pagamento de Remuneração da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



1000  
1000

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas  $DI_k$ , da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração da Segunda Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

$n$  = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

$K$  = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n$ ;

$TDI_k$  = fator da taxa  $DI_k$ , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Segunda Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.



**Observações:**

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.14.3 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.14.4 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIk pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DIk que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIk for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.14.5 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.14.5 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIk por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIk às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DIk ou de impossibilidade de aplicação da taxa DIk por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das





JUL 2011  
10 07 10

Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou pelos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, prevista acima.

- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar:
- L. a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2011 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.25 abaixo, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2011 (inclusive) e 15 de janeiro de 2012 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% (trinta e cinco

ANEXO  
10 DE 10

centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

- II. a qualquer tempo a partir de 15 de janeiro de 2012 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.25 abaixo, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de julho de 2014 (exclusive) e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série.

6.16.1 Fica desde já certo e ajustado que qualquer amortização antecipada em valor igual ou superior a 90% (noventa por cento) do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade

[illegible]

de condições para aceitar o resgate das Debênturas de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

6.17.1 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra



BM&FBOVESPA

10 07 10

funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

- 6.18 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de

BM&FBOVESPA  
16 07 10

Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

- 6.23 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1 abaixo a 6.24.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso XVII abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.24.9 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
  - II. vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;



ANEXO  
13.07.10

- III. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja anulado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- IV. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ou seu equivalente em outra moeda;
- V. descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- VI. decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- VII. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (a) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- IX. alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto no caso de (a) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora na Data de Emissão; ou (b) operação societária envolvendo a AEL, desde que, cumulativamente, a companhia resultante tenha classificação de risco

JUN 2013  
10 07 10

corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal operação societária e que a classificação de risco corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal operação societária, em razão de tal operação societária; ou (c) alteração do controle da AEI, desde que, cumulativamente, os novos controladores da AEI tenham classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal alteração do controle e que a classificação de risco corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal alteração do controle, em razão de tal alteração do controle;

- X. limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (a) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão; e/ou (b) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XI. perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- XII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XIV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série



representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;

- XV. redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XVI. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVII. inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- XVIII. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento;
- XIX. vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série;
- XX. não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente ("Índices e Limites Financeiros"):
  - (a) Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e
  - (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,0 (dois).

Para os fins do disposto no inciso XX acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos



JURESP

16 07 10

setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Empréstimos Eletrobras");

"EBITDA": é o somatório do resultado dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e a contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, e (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobras; (ii) ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; e (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2010.

- 6.24.1 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 6.24.2 Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



- 6.24.3 Caso qualquer das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e o desenquadramento, a partir desse momento, ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo que a data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos nesta Cláusula será considerada uma Data de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.24.5 abaixo).
- 6.24.4 Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 6.24.5 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos I, II, III, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, IX, X e XX, será a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, ou a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, à Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula 6.26 abaixo.
- 6.24.6 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, IX, X e XX, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

JUL 19

19 07 10

- 6.24.7 Caso a assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere a Cláusula 6.24.6 acima não delibere(m) sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou não seja(m) instalada(s) por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável e de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- 6.24.8 Eventual suspensão dos trabalhos da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura seja aprovada pelos Debenturistas presentes à respectiva assembleia geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.24.9 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula 6.26 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.19 acima.



DOESP  
15 07 20

- 6.24.10 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.24.9 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.25 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento") e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.26 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.
- I. para a Emissora:
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Rua Ary Antenor de Souza 321  
13053-024 Campinas, SP  
At: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva  
Telefone: (19) 2122-1090  
Fac-símile: (19) 2122-1560  
Correio Eletrônico: [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

MACSP

10 07 10

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Marcelo Ribeiro  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)  
[trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, e no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias e, a partir de 2012, 30 (trinta) dias, após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (b) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM 480;
- (c) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;

100539  
13 07 10

- (d) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XVIII abaixo;
  - (e) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
  - (f) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
  - (g) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
  - (h) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
  - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - III. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
  - IV. convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - V. informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

JUL 15 2010

- VI. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VIII. manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes da Emissora;
- IX. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- X. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- XI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;
- XIV. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- XV. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;





- XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVIII. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- XIX. informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
- XX. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIII;
- XXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora; e
- XXIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

JUL 30  
2010

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. verificou e verificará o atendimento, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e





XII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora, seja aprovada pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

JUL 23  
10 07 10

- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
  - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
  - VII. o agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
  - VIII. o agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.25 e 6.26 acima; e
  - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
    - (a) de R\$12.000,00 (doze mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
    - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do IPCA, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
    - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de



- Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora, hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por mês; e
  - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória de 2% (dois por cento);
- II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, imediatamente após a entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (b) extração de certidões;
  - (c) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e
  - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos



11/05/2023  
15:07:10

Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causaram prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista nos incisos II e III acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, bem como quando as Debêntures se tornarem quirografárias nos termos da Cláusula 6.10.1 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais

JURESP  
15 07 10

- aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, (a) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas; ou (b) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. elaborar e enviar à Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

100259  
10 07 10

- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices e Limites Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;



ANBIMA  
15 DE 10

- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunidade dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA; e
- XX. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XVIII, e encaminhar à ANBIMA cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
  - II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
  - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.24 a 6.24.10 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que



lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para basear suas decisões.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

10039  
16 07 10

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.14.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.10.1 e 6.10.3 acima; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas à Cláusula 6.16 acima; (h) das disposições relativas à Cláusula 6.17 acima; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.24.1 acima; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXIII, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## 10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;



JCESP  
16 07 10

- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o(s) Coordenador(es), em observância ao princípio da boa-fé;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) exceto por infrações que não causem um Efeito Adverso Relevante, não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (e) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2010, representem corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, incluindo o Formulário



de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos") são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- IX. os Prospectos (a) contêm e conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora, às suas controladas, diretas e indiretas, ou às suas coligadas, ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração dos Prospectos seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;
- XI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos exclusivamente em relação à Emissora, às suas controladas, diretas e indiretas, e às suas coligadas foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XIII. exceto conforme informado nos Prospectos, tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

JCESP  
15 02 10

- XIV. exceto conforme informado nos Prospectos, inexistem:
    - (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou
    - (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
  - XV. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
  - XVI. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM; e
  - XVII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
11. DESPESAS
- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.
12. DISPOSIÇÕES GERAIS
- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
  - 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
  - 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a



JUN 29  
10 07 10

inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### 13. FORO

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 23 de junho de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

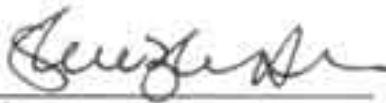
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

ARCEP

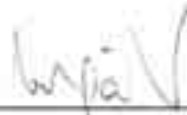
16 07 10

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 23 de junho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários -  
Página de Assinaturas 13.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



Nome: Luiz Sergio Assad  
Cargo: Diretor Executivo Assuntos Regulatórios e Institucionais




Nome: Max Xavier Lins  
Cargo: Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia

JUN 2010

15 10 10

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 25 de junho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários –  
Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: MARIZA LAGO ZAMBONI  
Cargo: PROCURADORA


JUCESP

15 07 10

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 22 de junho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nome:   
Id.: MARCARENE BUZO  
CPF: 070.801.885-22  
RG: 12.287.549-6

Nome:   
Id.: MARIA MARIA LACERDA  
CPF: 033.110.138-86



- 
- Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

São partes neste "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Aditamento"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza 321, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO que:

- (A) em 23 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão Original");
- (B) conforme previsto na Escritura de Emissão Original, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Cláusula 5.2 abaixo) em 19 de julho de 2010, no qual foram definidas:
- (i) a existência das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série;
  - (ii) a emissão de (a) 18.000 (dezoito mil) Debêntures da Primeira Série; e (b) 12.000 (doze mil) Debêntures da Segunda Série; e

- (iii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.14.1 abaixo, inciso II), correspondente à variação acumulada da Taxa DI (conforme definido na Cláusula 6.14.1 abaixo, inciso II), acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, e a Remuneração da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso II), correspondente à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;
- (C) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original para
- (i) alterar a Cláusula 2.1, inciso I, para refletir o arquivamento e a publicação da RCA de 23 de junho de 2010 (conforme definido na Cláusula 1.1 abaixo);
  - (ii) alterar a Cláusula 2.1, inciso II, para refletir a inscrição da Escritura de Emissão Original; e
  - (iii) refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

resolvem as partes aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original que, nos termos deste Aditamento, passa a vigorar de acordo com os seguintes termos e condições ("Escritura de Emissão"):

## 1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures ("Oferta") serão realizadas com base nas deliberações (i) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("AGE"); (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("RCA de 26 de maio de 2010"); e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2010 ("RCA de 23 de junho de 2010").

## 2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata (a) da AGE foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 9 de junho de 2010; (b) da RCA de 26 de maio de 2010 foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de maio de 2010 e

arquivada na JUCESP em 9 de junho de 2010; e (c) da RCA de 23 de junho de 2010 foi publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 24 de junho de 2010 e arquivada na JUCESP em 1º de julho de 2010;

- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* A Escritura de Emissão Original foi inscrita na JUCESP em 16 de julho de 2010 e este Aditamento e outros eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures;
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"); e
- V. *análise prévia pela ANBIMA.* A Oferta foi objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da terceira emissão da Emissora.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, da 4ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador(es)").
- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo(s) Coordenador(es), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400.

sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual foram definidas, com a Emissora (em conjunto, "Procedimento de Bookbuilding"):

- I. a emissão e a quantidade de Debêntures da Primeira Série e a emissão e a quantidade de Debêntures da Segunda Série, conforme previsto na Cláusula 6.5 abaixo; e
- II. a Remuneração da Primeira Série, conforme previsto na Cláusula 6.14.1 abaixo, inciso II, e a Remuneração da Segunda Série, conforme previsto na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso II.

5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* é ratificado por meio deste Aditamento e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início")

5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.

5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto na Cláusula 6.5.1 abaixo, sendo que:

- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização; e
- II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora, sendo a terceira emissão pública.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo (i) a primeira série composta por 18.000 (dezoito mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a segunda série composta por 12.000 (doze mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escriutadora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escriutadora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriutadora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora dos serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Armando de



Arruda Pereira 707, 9º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.701.190/0001-10 ("Banco Mandatário").

- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.10 *Espécie e Limite de Emissão.* Observado o disposto na Cláusula 6.10.1 abaixo, as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e, conforme previsto no artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplicam às Debêntures.
- 6.10.1 As Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que (i) as debêntures da terceira emissão da Emissora foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido. O Agente Fiduciário deverá, na mesma data da confirmação aos Debenturistas, conforme previsto nesta Cláusula, enviar comunicação sobre tal confirmação à CETIP, à BM&FBOVESPA, à Instituição Escriutadora e ao Banco Mandatário.
- 6.10.2 Para os fins de atendimento ao disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Emissora, neste ato, nomeia o Banco Mandatário seu procurador, de maneira irrevogável e irrevogável, na forma dos artigos 683 e seguintes do Código Civil, investido de poderes especiais para transferir, de conta corrente de titularidade da Emissora na qual os recursos líquidos obtidos com a Oferta serão depositados, os valores necessários à quitação integral das debêntures da terceira emissão da Emissora, sendo que este mandato deverá permanecer válido e eficaz até a integral quitação das obrigações decorrentes das debêntures da terceira emissão da Emissora.
- 6.10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar as confirmações a que se refere a Cláusula 6.10.1 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a modificação da espécie das Debêntures para quirografárias.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014

("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").

6.13 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal:

- I. de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida em 15 de julho de 2013, e a segunda parcela, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida na Data de Vencimento da Primeira Série; e
- II. de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2013, a segunda parcela, no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), devida em 15 de julho de 2014, e a terceira parcela, no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), devida na Data de Vencimento da Segunda Série.

6.14 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.14.1 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"). calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente

anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida em cada data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI<sub>k</sub>, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI<sub>k</sub> = fator da taxa DI<sub>k</sub>, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1.15, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.14.2 *Remuneração da Segunda Série.* A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*,

equivalente a 1.25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série", e a Remuneração da Primeira Série em conjunto com a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Segunda Série devida em cada data de pagamento de Remuneração da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI<sub>k</sub>, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração da Segunda Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n,n} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

$n$  = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo " $n$ " um número inteiro;

$K$  = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n$ ;

$TDI_k$  = fator da taxa  $DI_k$ , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Segunda Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,25, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " $n$ " um número inteiro,

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.14.3 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.14.4 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIk pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DIk que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIk for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.14.5 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.14.5 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIk por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIk às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DIk ou de impossibilidade de aplicação da taxa DIk por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIk divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a taxa DIk volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série previstas acima, referidas assembleias gerais de Debenturistas não serão realizadas e a taxa DIk, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de

divulgação da taxa DIk nos termos aqui previstos, a última taxa DIk divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, nas assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDik no cálculo da Remuneração será a última taxa DIk disponível; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou pelos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou

na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, prevista acima.

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar:

- I. a qualquer tempo a partir de 15 de julho de 2011 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.25 abaixo, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2011 (inclusive) e 15 de janeiro de 2012 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Primeira Série; e
- II. a qualquer tempo a partir de 15 de janeiro de 2012 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.25 abaixo, de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou amortizações antecipadas de qualquer parcela do saldo do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso do

resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente a (a) 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2012 (inclusive) e 15 de janeiro de 2013 (exclusive); (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2013 (inclusive) e 15 de janeiro de 2014 (exclusive); (c) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de janeiro de 2014 (inclusive) e 15 de julho de 2014 (exclusive) e (d) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 15 de julho de 2014 (inclusive) e a Data de Vencimento da Segunda Série.

6.16.1 Fica desde já certo e ajustado que qualquer amortização antecipada em valor igual ou superior a 90% (noventa por cento) do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.25 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e

pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures:

- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- IV. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

6.17.1 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.18 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no



mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.23 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida



imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1 abaixo a 6.24.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso XVII abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.24.9 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- II. vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- III. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- IV. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a

R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ou seu equivalente em outra moeda;

- V. descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- VI. decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- VII. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (a) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- IX. alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto no caso de (a) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora na Data de Emissão; ou (b) operação societária envolvendo a AEI, desde que, cumulativamente, a companhia resultante tenha classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal operação societária e que a classificação de risco corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal operação societária, em razão de tal operação societária; ou (c) alteração do controle da AEI, desde que, cumulativamente, os novos controladores da AEI tenham classificação de risco corporativo igual ou superior à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) da AEI vigente no momento anterior a tal alteração do controle e que a classificação de risco

corporativo da Emissora não seja reduzida em relação à classificação de risco corporativo (concedida pela mesma agência de classificação de risco) vigente no momento anterior a tal alteração do controle, em razão de tal alteração do controle;

- X. limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (a) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão; e/ou (b) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XI. perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- XII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XIV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XV. redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação;
- XVI. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora,

ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

- XVII. inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- XVIII. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento;
- XIX. vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série;
- XX. não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente ("Índices e Limites Financeiros");
  - (a) Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e
  - (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,0 (dois).

Para os fins do disposto no inciso XX acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Empréstimos Eletrobras");

"EBITDA": é o somatório do resultado dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e a contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, e (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobras; (ii) ao Programa de Integração Social - PIS e à

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; e (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2010.

- 6.24.1 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 6.24.2 Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.24.3 Caso qualquer das assembleias gerais de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e o desenquadramento, a partir desse momento, ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo que a data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos nesta Cláusula será considerada uma Data de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.24.5 abaixo).
- 6.24.4 Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser



aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação.

- 6.24.5 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos I, II, III, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, IX, X e XX, será a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, ou a data em que se realizar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, à Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula 6.26 abaixo.
- 6.24.6 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, IX, X e XX, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- 6.24.7 Caso a assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere a Cláusula 6.24.6 acima não delibere(m) sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou não seja(m) instalada(s) por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável e de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no



mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

6.24.8 Eventual suspensão dos trabalhos da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura seja aprovada pelos Debenturistas presentes à respectiva assembleia geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.24.9 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula 6.26 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.19 acima.

6.24.10 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.24.9 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.25 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento") e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.26 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Emissora:

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Rua Ary Antenor de Souza 321

13053-024 Campinas, SP

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva

Telefone: (19) 2122-1090

Fac-símile: (19) 2122-1560

Correio Eletrônico: [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcelo Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: [marcelo@pentagonotruster.com.br](mailto:marcelo@pentagonotruster.com.br)

[truster@pentagonotruster.com.br](mailto:truster@pentagonotruster.com.br)

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, e no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias e, a partir de 2012, 30 (trinta) dias, após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao

respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;

- (b) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM 480;
- (c) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XVIII abaixo;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (f) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária

ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão:

- (h) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
  - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - III. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
  - IV. convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - V. informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
  - VI. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
  - VII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
  - VIII. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
  - IX. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
  - X. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;

- XI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;
- XIV. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- XV. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVIII. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário.

desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- XIX. informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
- XX. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIII;
- XXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora; e
- XXIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
  - V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
  - VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
  - VII. verificou e verificará o atendimento, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
  - VIII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
  - IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
  - X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
  - XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
  - XII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, especialmente convocada para esse fim;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora, seja aprovada pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;

- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.25 e 6.26 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$12.000.00 (doze mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
  - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do IPCA, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
  - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
  - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora., hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$1.000.00 (um mil reais) por mês; e
  - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória de 2% (dois por cento);
- II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, imediatamente após a

entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

- III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista nos incisos II e III acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - IV. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, bem como quando as Debêntures se tornarem quirografárias nos termos da Cláusula 6.10.1 acima;
  - V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
  - VI. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
  - VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;

- X. solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, (a) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas; ou (b) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. elaborar e enviar à Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora; e



- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices e Limites Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA; e
- XX. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XVIII, e encaminhar à ANBIMA cópia das referidas

atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
  - II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
  - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.24 a 6.24.10 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para basear suas decisões.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série e

Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
  - II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.14.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.10.1 e 6.10.3 acima; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas à Cláusula 6.16 acima; (h) das disposições relativas à Cláusula 6.17 acima; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.24.1 acima; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das

Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

- 9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXIII, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

#### 10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

##### 10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi

acordada por livre vontade entre a Emissora e o(s) Coordenador(es), em observância ao princípio da boa-fé;

- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) exceto por infrações que não causem um Efeito Adverso Relevante, não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (e) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2010, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, incluindo o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos") são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm e conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;

- X. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora, às suas controladas, diretas e indiretas, ou às suas coligadas, ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração dos Prospectos seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;
- XI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos exclusivamente em relação à Emissora, às suas controladas, diretas e indiretas, e às suas coligadas foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XIII. exceto conforme informado nos Prospectos, tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- XIV. exceto conforme informado nos Prospectos, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- XV. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XVI. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM; e



XVII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escriuturadora, do Banco Mandatário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

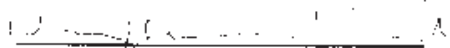
São Paulo, 19 de julho de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 19 de julho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários -- Página de Assinaturas 1/3.

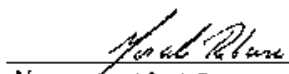
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

  
Nome: **Rodrigo Ferreira M. Silva**  
Cargo: **Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores**

  
Nome: **Luiz Sergio Assad**  
Cargo: **Diretor Executivo Assuntos Regulatórios e Institucionais**

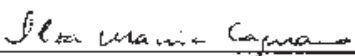
Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 19 de julho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

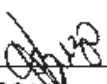
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO  
Cargo: DIRETOR

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 19 de julho de 2010 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

  
Nome: ILZA MARIA CAPUANO  
Id.: 13 002 303  
CPF: 033 558 138-26

  
Nome: MARGARETE BUZO  
Id.: CPF: 070.801.888-22  
CPF: RG: 12.267.549-6

|  |  |  |
|--|--|--|
| <div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);"> JUNTA COMERCIAL<br/> 28 JUN 10<br/> TMC </div>   | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<br>Secretaria do Desenvolvimento da Produção<br>Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC<br>Secretaria da Fazenda | <br>JUCESP PROTOCOLO<br>0.631.999/10-3<br> |
|  | JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO<br>Rua Santa Fúria, 930 - CEP 01152-000   |  |
| SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO<br>PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.<br>NOME EMPRESARIAL<br>ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. |  | <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> Controle Internet<br/> 006282339-6<br/>  </div>                         |
| ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)<br>Debenture Aditamento:  |  |  |



- 
- Relatório de Classificação de Risco das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Ratings

### Standard & Poor's eleva ratings da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para 'brAAA'; Perspectiva "Estável"

#### **Voltar**

Data de Publicação: Jul 01, 2010 00:00 America/Sao\_Paulo

Analistas:

Luísa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, [luisa\\_vilhena@standardandpoors.com](mailto:luisa_vilhena@standardandpoors.com)

Reginaldo Takara, São Paulo (55) 11-3039-9740, [reginaldo\\_takara@standardandpoors.com](mailto:reginaldo_takara@standardandpoors.com)

#### Resumo

- A Standard & Poor's elevou os ratings da AEI, empresa controladora da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., de 'B+' para 'BB-', em 30 de junho de 2010.
- A Elektro manteve fortes geração de caixa e métricas de crédito em 2009 e no 1º trimestre de 2010, mesmo em um cenário de menor crescimento econômico.
- Elevamos os ratings da Elektro na Escala Nacional Brasil, incluindo seu rating de crédito corporativo.
- A perspectiva estável do rating de emissor reflete nossas expectativas de que a empresa preservará sua política financeira prudente e manterá rentabilidade acima da média e indicadores financeiros sólidos.

#### Ações de Rating

Em 1º de julho de 2010, a Standard & Poor's Ratings Services elevou os ratings atribuídos na Escala Nacional Brasil à **Elektro Eletricidade e Serviços S.A.** ("Elektro"), incluindo seu rating de crédito corporativo, de 'brAA+' para 'brAAA'. A perspectiva do rating de crédito corporativo é estável.

#### Fundamentos

Os ratings da AEI (empresa controladora da Elektro) restringiam, até certo ponto, os ratings da Elektro, de acordo com o critério da Standard & Poor's. Assim, a ação de rating da Elektro reflete a recente elevação nos ratings da AEI, de 'B+' para 'BB-', em 30 de junho de 2010. Dessa forma, os ratings da Elektro passam a refletir o perfil de crédito individual da empresa.

Os ratings da Elektro refletem um perfil de negócios marcado por sólidos indicadores de eficiência operacional, melhores que a média do setor, e a concessão exclusiva para distribuir energia em parte do Estado de São Paulo e em cinco municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. O arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, cuja evolução tem sido positiva nos últimos seis anos, também é um importante componente de nossa avaliação do risco de negócios.

A Elektro apresenta um desempenho financeiro sólido historicamente, com forte geração de caixa, alta rentabilidade e baixo nível de alavancagem financeira. Contrapondo parcialmente esses fatores positivos estão a sua política de distribuição elevada de dividendos e o fato de a empresa ser controlada pela AEI.

Em 2009, a Elektro apresentou resultados fortes, com aumento de 1,8% no consumo de energia de seus consumidores cativos, apesar da redução no consumo de clientes industriais. Segundo os cálculos da Standard & Poor's, a empresa registrou margem EBITDA de 28,8% em 2009, abaixo dos 30,2% de 2008, mas ainda forte quando comparada à de seus pares. Esse declínio deveu-se a uma elevação de custos, resultante de maior volume de energia comprada e de reajustes de tarifa dos contratos de compra de energia. Mesmo apresentando uma elevação no seu endividamento em 2009, para financiar seu programa de investimentos, a Elektro ainda apresenta métricas de proteção de fluxo de caixa muito fortes para a sua categoria de rating. Em 2009, os seus índices de dívida total sobre EBITDA foram de 1,5x (1,2x em 2008), de geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) sobre dívida total de 66,3% (77,2% em 2008), e de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida total de 25,5% (25,1% em 2008).

No 1º trimestre de 2010, o consumo do mercado cativo da Elektro registrou crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período de 2009, refletindo a recuperação no consumo dos clientes industriais. O desempenho financeiro da empresa também foi forte no 1º trimestre de 2010, mantendo elevada geração de caixa e fortes métricas financeiras para a atual categoria de rating.

A Elektro apresenta sólidos indicadores de eficiência operacional, registrando um dos menores

índices de perdas de energia do setor elétrico brasileiro (perdas totais de 6,84% nos doze meses encerrados em março de 2010) e um baixo volume de contas em atraso que equivale a três dias de vendas para as contas vencidas acima de 90 dias. Além disso, seus indicadores operacionais são melhores que a média do setor, com DEC (índice de duração de interrupções) de 9,61 horas e FEC (frequência de interrupções) de 6,26 vezes, nos doze meses encerrados em março de 2010.

## Liquidez

A liquidez da Elektro é adequada. Em março de 2010, sua dívida total ajustada somava R\$ 1,1 bilhão, sendo que R\$ 408,6 milhões eram de curto prazo. Com reservas de caixa de R\$ 332 milhões na mesma data, e um histórico de forte geração de fluxo de caixa operacional livre nos últimos anos (R\$ 286,5 milhões em 2009), acreditamos que a empresa não enfrentará dificuldades para honrar as amortizações de dívidas de curto prazo, além de pagar dividendos e manter suas reservas de caixa em nível adequado. A Elektro realizará sua 4ª emissão de debêntures, a qual alongará seu perfil de endividamento, reduzindo as necessidades de refinanciamento. Também acreditamos que, se necessário, a empresa contará com flexibilidade para reduzir o atual nível de distribuição de dividendos (*payout*), de forma a evitar maiores pressões de liquidez.

## Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossas expectativas de que a Elektro preservará sua política financeira prudente, mesmo que prossiga com uma forte distribuição de dividendos de 95% do lucro líquido, bem como manterá uma rentabilidade acima da média e indicadores financeiros sólidos, ou seja, FFO sobre endividamento total acima de 45%, dívida total sobre capitalização total em torno de 50%, e dívida total sobre EBITDA ao redor de 1,5x. Os ratings poderão sofrer pressões negativas se os indicadores financeiros da Elektro não se sustentarem nos patamares mencionados, se a empresa mantiver uma distribuição de dividendos agressiva diante de um cenário de mercado menos favorável, ou se os ratings da AEI forem rebaixados.

## Artigos Relacionados

- “AEI Upgraded To ‘BB-’ From ‘B+’, Outlook Stable,” 30 de junho de 2010.
- “2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology,” 15 de abril de 2008.
- “Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded,” 27 de maio de 2009.
- “Standard & Poor’s atribui rating ‘brAA+’ à futura emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; ratings de emissor e emissão reafirmados”, publicado em 2 de junho de 2010.

### LISTA DE RATINGS

#### Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

| Ratings Elevados  |                  |                  |
|---|------------------|------------------|
| <i>Rating de Crédito Corporativo</i>                                      | De               | Para             |
| Escala Nacional Brasil  | brAA+/Estável/-- | brAAA/Estável/-- |
| <i>Ratings de Emissão</i>   | De               | Para             |
| 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 2011 | brAA+            | brAAA            |
| Futura 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões               | brAA+            | brAAA            |
| <i>Rating de Emissão Inalterado</i>                                       |                  |                  |
| 2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 750 milhões e vencimento em 2011 |                  | brAAA            |

### RATING VINCULADO

#### AEI

| Ratings Elevados em 30 de Junho de 2010 |                 |                |
|---|-----------------|----------------|
| <i>Ratings de Crédito Corporativo</i>   | De              | Para           |
| Escala global                           |                 |                |
| Moeda estrangeira                       | B+/-Positiva/-- | BB-/Estável/-- |
| Moeda local                             | B+/-Positiva/-- | BB-/Estável/-- |



Data de Publicação: 2 de junho de 2010  
Comunicado à Imprensa

## Standard & Poor's atribui rating 'brAA+' à futura emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; ratings de emissor e emissão reafirmados

Análises: Luisa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, [luisa\\_vilhena@standardandpoors.com](mailto:luisa_vilhena@standardandpoors.com); Reginaldo Takara, São Paulo (55) 11-3039-9740, [reginaldo\\_takara@standardandpoors.com](mailto:reginaldo_takara@standardandpoors.com)

### Resumo

- A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. manteve fortes geração de caixa e métricas de crédito em 2009 e no 1º trimestre de 2010, mesmo em um cenário de menor crescimento econômico.
- Atribuímos o rating 'brAA+' à futura 4ª emissão de debêntures da empresa no valor de R\$ 300 milhões e reafirmamos seus ratings, incluindo o rating de crédito corporativo.
- O rating da Elektro é, até certo ponto, restringido pelo rating de sua controladora, a AEI. A perspectiva estável do rating de emissor reflete nossas expectativas de que a empresa preservará sua política financeira prudente e manterá rentabilidade acima da média e indicadores financeiros sólidos.

### Ações de Rating

Em 2 de junho de 2010, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating 'brAA+' à futura 4ª emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro"), no montante de R\$ 300 milhões. Ao mesmo tempo, reafirmamos o rating de crédito corporativo de longo prazo 'brAA+' e os ratings de emissão atribuídos na Escala Nacional Brasil à empresa (vide quadro abaixo). A perspectiva do rating de emissor é estável.

As debêntures da 4ª emissão serão inicialmente de espécie subordinada, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirográria, e seus recursos serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª emissão da Elektro. Assim que isso ocorrer, as debêntures da 4ª emissão serão convertidas em quirográrias, razão pela qual o rating não reflete a subordinação no momento inicial.

### Fundamentos

Os ratings da Elektro refletem um perfil de negócios marcado por sólidos indicadores de eficiência operacional, melhores que a média do setor, e a concessão exclusiva para distribuir energia em parte do Estado de São Paulo e em cinco municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. O arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, cuja evolução tem sido positiva nos últimos seis anos, também é um importante componente de nossa avaliação do risco de negócios.

A Elektro apresenta um desempenho financeiro sólido historicamente, com forte geração de caixa, alta rentabilidade e baixo nível de alavancagem financeira. Contrapondo parcialmente esses fatores positivos estão a sua política de distribuição elevada de dividendos e o fato de a empresa ser controlada pela AEI (B+/Positiva/-). Assim, o rating de sua controladora restringe, até certo ponto, o rating da Elektro, considerando-se nossa visão do perfil de negócio e financeiro da empresa de forma isolada.

Em 2009, a Elektro apresentou resultados fortes, com aumento de 1,8% do consumo de energia de seus consumidores cativos, apesar da redução de consumo dos clientes industriais. Segundo os cálculos da Standard & Poor's, a empresa registrou margem EBITDA de 28,6% em 2009, abaixo dos 30,1% de 2008, mas ainda forte comparada à de seus pares. Esse declínio deveu-se a uma elevação de custos, resultante de maior volume de energia comprada e de reajustes de tarifa dos contratos de compra de energia. Mesmo apresentando uma elevação no seu endividamento em 2009, para financiar seu programa de investimentos, a Elektro ainda apresenta métricas de proteção de fluxo de caixa muito fortes para a sua categoria de rating. Em 2009, os seus índices de

dívida total sobre EBITDA foram de 1,5x (1,2x em 2008), de geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) sobre dívida total de 74,7% (84,7% em 2008), e de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida total de 35,1% (34,2% em 2008).

No 1º trimestre de 2010, o consumo do mercado cativo da Elektro registrou crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período de 2009, refletindo a recuperação no consumo dos clientes industriais. O desempenho financeiro da empresa também foi forte no 1º trimestre de 2010, mantendo elevada geração de caixa e fortes métricas financeiras para a atual categoria de rating.

A Elektro apresenta sólidos indicadores de eficiência operacional, registrando um dos menores índices de perdas de energia do setor elétrico brasileiro (perdas totais em 6,84% nos doze meses encerrados em março de 2010) e um baixo volume de contas em atraso que equivale a três dias de vendas para as contas vencidas acima de 90 dias. Além disso, seus indicadores operacionais são melhores que a média do setor, com DEC (índice de duração de interrupções) de 9,61 horas e FEC (frequência de interrupções) de 6,26 vezes, nos doze meses encerrados em março de 2010.

### Liquidez

A liquidez da Elektro é adequada. Em março de 2010, sua dívida total ajustada somava R\$ 1,1 bilhão, sendo que R\$ 409,7 milhões eram de curto prazo. Com reservas de caixa de R\$ 332 milhões na mesma data, e um histórico de forte geração de fluxo de caixa operacional livre nos últimos anos (R\$ 395 milhões em 2009), acreditamos que a empresa não enfrentará dificuldades para honrar as amortizações de dívidas de curto prazo, além de pagar dividendos e manter suas reservas de caixa em nível adequado. A nova emissão de debêntures alongará seu perfil de endividamento, reduzindo as necessidades de refinanciamento. Também acreditamos que, se necessário, a empresa contará com flexibilidade para reduzir o atual nível de distribuição de dividendos (payout), de forma a evitar maiores pressões de liquidez.

### Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossas expectativas de que a Elektro preservará sua política financeira prudente, mesmo que prossiga com uma forte distribuição de dividendos de 95% do lucro líquido, bem como manterá uma rentabilidade acima da média e indicadores financeiros sólidos, ou seja, FFO sobre endividamento total acima de 45%, dívida total sobre capitalização total em torno de 50%, e dívida total sobre EBITDA ao redor de 1,5x.

Uma melhoria nos ratings dependeria de uma elevação nos ratings da AEI, empresa controladora da Elektro, combinada à manutenção do adequado desempenho financeiro e operacional que a empresa apresenta atualmente. Por outro lado, se os indicadores financeiros da Elektro não se sustentarem nos patamares mencionados, ou se a empresa mantiver uma distribuição de dividendos agressiva diante de um cenário de mercado menos favorável, os ratings poderão sofrer pressão negativa.

### Artigos Relacionados

- "2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology," 15 de abril de 2008.
- "Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded", 27 de maio de 2009.

#### LISTA DE RATINGS

**Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

##### Novo Rating de Emissão

Futura 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões

toAA+

##### Ratings Reafirmados

Rating de Crédito Corporativo

Escala Nacional Brasil

toAA+ (Estável)-

Rating de Emissão

2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 2011

toAA+

2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 750 milhões e vencimento em 2011

toAAA



## Rating Visualizado

AD3

Rating de Crédito Corporativo

Escala global

Moeda estrangeira

B+ (Positivo)

Moeda local

B+ (Positivo)

Copyright 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P). Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito além do não autorizado, nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a precisão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores, e/ou seus diretores, conselheiros, advogados, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS REITAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUALQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, devida à S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, advogados, funcionários ou representantes em responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertados sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opinião na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão não se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultor de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que recebe. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabelece políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público relativas ao âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente das emissoras ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com/br](http://www.standardandpoors.com/br) / [www.standardandpoors.com/pt](http://www.standardandpoors.com/pt) (para assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/ratingfees](http://www.standardandpoors.com/ratingfees).

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# ELEKTRO

## Declaração

Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia"), companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, no âmbito do pedido de registro da distribuição de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, inicialmente da espécie subordinada, sem garantia adicional, com condição suspensiva de conversão automática em espécie quirografária na data em que o agente fiduciário confirmar aos debenturistas que (a) as debêntures da 3ª emissão da Companhia foram integralmente quitadas; e (b) o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei n.º 6.404/76 está atendido, a serem emitidas em até duas séries, da 4ª emissão da Companhia ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400"), declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Companhia no formulário de referência, elaborado conforme o Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Formulário de Referência") e nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades,

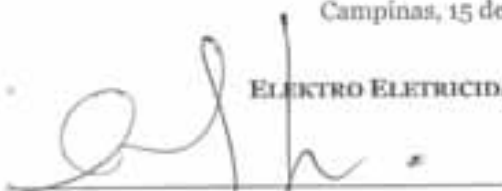


21  
af

situação econômico-financeira, dos riscos inerentes a sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Campinas, 15 de junho de 2010.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



Nome: Carlos M. Ferreira  
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Rodrigo Ferreira M. Silva  
Cargo: Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores





- 
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



#### DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública de debêntures nominativas escriturais, subordinadas e não conversíveis em ações da quarta emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Emissora" e "Oferta"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

#### CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Emissora, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Emissora contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Emissora os documentos que a Emissora considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora; e
- (vi) a Emissora confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

#### declarar que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Emissora no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no




Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das debêntures a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 16 de junho de 2010.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

  
Nome: João De Gise  
Cargo: Diretor

  
Nome: Pedro Marinho Nunes  
Cargo: Diretor



**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 480 de 7 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”)

**Data de referência: 31 de dezembro de 2009**  
**Atualizado até 20 de julho de 2010**

### **Dados Gerais**

|   |   |
|---|---|
| <b>Elektro Eletricidade e Serviços S.A.</b> | Distribuidora de Energia Elétrica constituída sob a forma de sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF n.º 02.328.280/0001-97 com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE n.º 35.300.153.570, registrada como companhia aberta na CVM sob o nº 01748-5 (“Elektro” ou “Companhia”). |
| <b>Sede</b>                                 | Rua Ary Antenor de Souza, nº 321 – Jd. Nova América, CEP 13053-024, Campinas / SP.  |
| <b>Constituição e registro da Companhia</b> | Constituída em 06/01/1998 e registrada na CVM em 08/07/1998.  |
| <b>Diretor de Relações com Investidores</b> | Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, com endereço na sede da Elektro. Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri@elektro.com.br">ri@elektro.com.br</a> ou por telefone (19) 2122-1090.  |
| <b>Atendimento aos acionistas</b>           | Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri@elektro.com.br">ri@elektro.com.br</a> ou por telefone (19) 2122-1487.  |
| <b>Instituição Financeira Depositária</b>   | Itaú Corretora de Valores S.A. situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 - 10º andar - Itaim Bibi / SP.  |
| <b>Auditor Independente</b>                 | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com código na CVM nº 00385-9.   |
| <b>Valores Mobiliários Emitidos</b>         | A Elektro possui ações ordinárias e preferenciais listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos “EKTR3” e “EKTR4”. Realizou três emissões de Debêntures (2000, 2005 e 2009), sendo as debêntures emitidas em 2005 e 2009 negociadas na CETIP e na BM&FBOVESPA e uma emissão de Notas Promissórias (2009).  |
| <b>Jornais de Publicação</b>                | Jornal Valor Econômico (distribuição nacional) e Diário Oficial do Estado de São Paulo.   |
| <b>Internet</b>                             | <a href="http://www.elektro.com.br">www.elektro.com.br</a> . As informações constantes da página da Companhia na Internet não são parte integrante deste Formulário de Referência, nem devem ser incorporadas por referência a este Formulário de Referência.   |

## DEFINIÇÕES

Os termos abaixo definidos, quando utilizados neste Formulário de Referência, seja no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta seção:

|   |  |
|---|--|
| <b>1ª Emissão Pública de Notas Promissórias</b> | 1ª emissão pública de notas promissórias realizada pela Companhia nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, em 24 de abril de 2009, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o montante de R\$120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão.  |
| <b>2ª Emissão</b>                               | 2ª emissão pública de 75.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, com garantia adicional, em três séries, da Companhia, sendo a 1ª série composta de 37.500 debêntures, a 2ª série composta de 18.750 debêntures e a 3ª série composta de 18.750 debêntures, com valor nominal unitário para as três séries de R\$ 10.000,00 em 1º de setembro de 2005, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 750.000.000,00. As debêntures da 1ª série, da 2ª série e da 3ª série da 2ª Emissão foram registradas junto à CVM sob os nº CVM/SRE/DEB/2005/048, CVM/SRE/DEB/2005/049 e CVM/SRE/DEB/2005/050, respectivamente. |
| <b>3ª Emissão</b>                               | 3ª emissão pública de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, sem garantia adicional, em uma única série, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 em 18 de junho de 2009, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 300.000.000,00. As debêntures foram registradas junto à CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/006.   |
| <b>ABRADEE</b>                                  | Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.   |
| <b>AEI ou Acionista Controladora Indireta</b>   | AEI.   |
| <b>AES Tietê</b>                                | AES Tietê S.A.   |
| <b>Ambiente de Contratação Livre ou ACL</b>     | Segmento no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre geradores, comercializadores, Consumidores Livres, importadores e exportadores de energia, através de Contratos Bilaterais com condições livremente negociados.  |
| <b>Ambiente de Contratação Regulada ou ACR</b>  | Segmento no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre vendedores e distribuidoras, precedidas de leilão público, ressalvados os casos previstos em lei.  |
| <b>Ampla</b>                                    | Ampla – Energia e Serviços S.A.  |
| <b>ANEEL</b>                                    | Agência Nacional de Energia Elétrica.  |
| <b>Ashmore</b>                                  | Ashmore Investment Management Limited.   |
| <b>Balanço Energético</b>                       | Conjunto de informações da quantidade de energia elétrica, em MWh, detalhadas pelas disponibilidades e pelos requisitos do mercado de energia elétrica da Companhia.   |
| <b>Bandeirante</b>                              | Bandeirante Energia S.A.   |
| <b>Base de Remuneração Regulatória</b>          | Investimentos prudentes, requeridos pela Companhia para prestar o serviço público de distribuição de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Concessão, em particular os níveis de qualidade exigidos, avaliados a preços de mercado e adaptados através dos índices de aproveitamento.   |

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <b>BM&amp;FBOVESPA</b>      | BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.   |
| <b>BNDES</b>                | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.   |
| <b>Brasil ou País</b>       | República Federativa do Brasil.   |
| <b>CAC</b>                  | Central de Atendimento ao Cliente.  |
| <b>Capacidade Instalada</b> | Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador, em particular em bases de carga total contínua, nos termos e condições específicas, conforme designado pelo produtor.  |
| <b>CCC</b>                  | Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, tem por objetivo possibilitar a cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais, quais sejam, distribuidoras, geradoras ou comercializadoras.   |
| <b>CCEAR</b>                | Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado.   |
| <b>CCEE</b>                 | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fiscalizada pela ANEEL, cuja principal função é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, sendo responsável por registrar os contratos do Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de ajustes de mercado e o volume de energia contratado no Ambiente de Contratação Livre, bem como pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo no âmbito do Sistema Interligado Nacional e das diferenças referentes aos Contratos Bilaterais registrados. |
| <b>CCT</b>                  | Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, celebrado entre a permissionária e um concessionário detentor das instalações de transmissão, no ponto de acesso, estabelecendo as responsabilidades pela implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e respectivos encargos, bem como as condições comerciais.  |
| <b>CDE</b>                  | Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei nº 10.438/02, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional. Foi criada para apoiar o desenvolvimento da produção de energia em todo o País, a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia e a universalização dos serviços de energia em todo o País.   |
| <b>CDI</b>                  | Certificados de Depósito Interbancário.   |
| <b>CESP</b>                 | CESP – Companhia Energética de São Paulo.   |
| <b>CETIP</b>                | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.   |
| <b>CHESF</b>                | Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf   |
| <b>CMSE</b>                 | Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.  |
| <b>COFINS</b>               | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.   |
| <b>COD</b>                  | Centro de Operação de Distribuição.   |

|  |  |
|--|--|
| <b>Concessão</b>   | É a delegação da prestação de serviço público de energia elétrica no âmbito do Contrato de Concessão.  |
| <b>Condições Gerais de Empréstimo da ELETROBRÁS</b>                        | Condições Gerais dos Contratos de Financiamento da ELETROBRÁS, aprovadas pela Diretoria Executiva da ELETROBRÁS em data de 29 de outubro de 1975 e registradas no Registro de Títulos e Documentos do 4º Ofício do Rio de Janeiro – RJ, son o nº 21.673 e aditadas em 20 de novembro de 1990.  |
| <b>Consumidor Especial</b>   | Consumidores ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 KW, atendidos em qualquer tensão de fornecimento, que, de acordo com determinadas regras, tenham optado por adquirir energia de empreendimentos a partir de fontes eólicas, biomassa ou solar ou de empreendimentos configurados como PCHs, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 KW.  |
| <b>Consumidor Livre ou Cliente Livre</b>                                   | Consumidores ou clientes com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos em nível de tensão igual ou maior que 69kV e, para consumidores conectados após julho de 1995, atendidos em qualquer tensão, que podem optar, por contratar o suprimento de suas necessidades de energia elétrica, no todo ou em parte, por meio da celebração de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre, com produtor independente de energia ou com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado, dentro do sistema interligado no qual estiver inserido. |
| <b>Consumidor Potencialmente Livre</b>                                     | Consumidor que, apesar de cumprir os requisitos para se tornar Consumidor Livre e adquirir energia no Ambiente de Contratação Livre, é atendido de forma regulada.   |
| <b>Contrato Bilateral</b>  | Contrato de compra e venda de energia resultante da livre negociação entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica a partir de 2003, quando as entregas de energia contratadas por meio de Contratos Iniciais começaram a ser reduzidas em 25% ao ano, de acordo com a Lei do Setor Elétrico, o qual tem por objeto estabelecer preços e volumes para as transações de compra e venda de energia elétrica, em intervalos temporais determinados.  |
| <b>Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR</b> | Contrato de Comercialização de Energia no ambiente regulado por meio do qual é celebrada e formalizada a compra e venda de energia elétrica em ambiente de contratação regulada.   |
| <b>Contrato de Concessão</b>   | Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 187/98, celebrado em 27 de agosto de 1998 e com prazo de vigência de 30 anos, e posteriormente aditado, entre a União, por intermédio da ANEEL, e a Elektro, o qual pode ser obtido no site <a href="http://www.aneel.gov.br">www.aneel.gov.br</a> .   |
| <b>COPOM</b>   | Comitê de Política Monetária do Banco Central.   |
| <b>CPC</b>   | Comitê de Pronunciamentos Contábeis.   |
| <b>CPFL</b>  | Companhia Paulista de Força e Luz.   |
| <b>CPFL Piratininga</b>  | Companhia Piratininga de Força e Luz.  |

|   |  |
|---|--|
| <b>CSR</b>  | Células de Serviços de Rede.   |
| <b>CVM</b>  | Comissão de Valores Mobiliários.   |
| <b>CVA</b>  | Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA  |
| <b>CUSD</b>   | Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.  |
| <b>CUST</b>   | Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão.  |
| <b>Duke</b>   | Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.   |
| <b>EBITDA</b>                                       | O EBITDA ( <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas (após reversão da despesa com juros sobre capital próprio), imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia. |
| <b>Elektro ou Companhia</b>                         | Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>ELETROBRÁS</b>                                   | Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.  |
| <b>Eletropaulo</b>                                  | Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.   |
| <b>Empresa de Referência ou ER</b>                  | Metodologia definida pelo regulador, neste caso a ANEEL, que consiste na determinação dos custos operacionais eficientes, para efeito de fixação das tarifas de energia elétrica. No entanto, não cabe ao regulador validar os procedimentos adotados pela Companhia em sua gestão operacional.  |
| <b>Endividamento Líquido ou Dívida Líquida</b>      | Corresponde ao Endividamento Total da Companhia, excluídos do saldo de caixa disponível, aplicações financeiras e caução de fundos para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido ou dívida líquida de maneira diferente da Companhia.  |
| <b>Endividamento Total, Endividamento ou Dívida</b> | Valor total da dívida da Companhia que é composto pelo saldo de curto prazo (a vencer nos próximos 12 meses) e pelo saldo de longo prazo (a vencer a partir do 13º mês) para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento total de maneira diferente da Companhia.   |
| <b>Energia Nova</b>                                 | Energia elétrica alienada em leilões por empreendimentos que ainda não iniciaram suas operações.   |
| <b>EPE</b>  | Empresa de Pesquisa Energética.  |
| <b>EPC</b>  | EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.  |

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <b>ERM</b>                         | <i>Enterprise Risk Management</i> - sistema de gestão de riscos estratégicos.  |
| <b>Escritura da 2ª Emissão</b>     | Escritura da segunda emissão pública de debêntures simples quirografárias, com garantia adicional, não conversíveis em ações da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. celebrada entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A em 14 de setembro de 2005, conforme aditada em 10 de outubro de 2005 e em 04 de dezembro de 2007. |
| <b>Estado</b>                      | Estado federal que compõe o sistema federativo do Brasil.  |
| <b>Estatuto Social ou Estatuto</b> | Estatuto Social da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  |
| <b>ETB</b>                         | ETB – Energia Total do Brasil Ltda.  |
| <b>Fator X</b>                     | Percentual a ser subtraído do Indicador de Variação da Inflação - IVI, quando da execução dos reajustes tarifários anuais entre revisões periódicas, com vistas a compartilhar com os consumidores os ganhos de produtividade estimados para o período.  |
| <b>FEC</b>                         | Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.  |
| <b>FCPA</b>                        | <i>Foreign Corrupt Practices Act</i>   |
| <b>FGV</b>                         | Fundação Getúlio Vargas.   |
| <b>FINEM</b>                       | Financiamento a empreendimentos de valor superior a R\$ 10 milhões, concedidos pelo BNDES.   |
| <b>FINEP</b>                       | Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.  |
| <b>Fundação CESP</b>               | Fundação da Companhia Energética de São Paulo.   |
| <b>Furnas</b>                      | Furnas - Centrais Elétricas S.A.   |
| <b>Gigawatt (GW)</b>               | Unidade equivalente a um bilhão de watts.  |
| <b>Gigawatt hora (GWh)</b>         | Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts hora.   |
| <b>IASB</b>                        | <i>International Accounting Standard Board</i> .   |
| <b>IASC</b>                        | Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor.  |
| <b>IBAMA</b>                       | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  |
| <b>IBGE</b>                        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.   |
| <b>IBRACON</b>                     | Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  |
| <b>ICMS</b>                        | Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.   |
| <b>ICVM 480</b>                    | Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009.   |
| <b>ICVM 371</b>                    | Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002.   |
| <b>IFRS</b>                        | <i>International Financial Reporting Standards</i> , práticas contábeis internacionais emitidas pelo IASB.   |



|   |   |
|---|---|
| <b>IGP-M</b>  | Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.  |
| <b>INPI</b>   | Instituto Nacional de Propriedade Industrial.   |
| <b>IPCA</b>   | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.   |
| <b>Itaipu</b>   | Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.  |
| <b>Kilovolt (kV)</b>  | Unidade equivalente a 1.000 volts.  |
| <b>Kilowatt (KW)</b>  | Unidade equivalente a 1.000 watts.  |
| <b>Kilowatt hora (KWh)</b>  | Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1.000 watts hora.   |
| <b>Lei das Sociedades por Ações</b>                                   | Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.   |
| <b>Lei de Concessões</b>  | Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.  |
| <b>Lei de Concessões do Setor Elétrico</b>                            | Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada.   |
| <b>Lei de Crimes Ambientais</b>                                       | Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.  |
| <b>Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico</b>                           | Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, pelo Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, e pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004.  |
| <b>Lei do Setor Elétrico</b>  | Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada.   |
| <b>Lei 11.638</b>   | Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual altera, revoga, e introduz dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, e à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.  |
| <b>Lei Sarbanes-Oxley</b>   | A Lei Sarbanes-Oxley tem por objetivo estabelecer sanções que coíbam procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuantes no mercado financeiro estadunidense e/ou de suas controladas.   |
| <b>MAE</b>  | Mercado Atacadista de Energia.  |
| <b>Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica</b> | Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica instituído pela ANEEL.   |
| <b>Margem EBITDA</b>  | EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Esse dado financeiro não está expressamente indicado nas demonstrações financeiras. A Margem EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP. A administração da Companhia acredita que a Margem EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular a Margem EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, a Margem EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia. |

|  |   |
|--|---|
| <b>Megawatt (MW)</b>                         | Unidade equivalente a um milhão de watts.   |
| <b>Megawatt hora (MWh)</b>                   | Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts hora.  |
| <b>MME</b>                                   | Ministério de Minas e Energia.  |
| <b>Notas Promissórias</b>                    | Notas promissórias emitidas no âmbito da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.  |
| <b>Novo Modelo do Setor Elétrico</b>         | Novo modelo para o setor elétrico brasileiro, implementado através da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e de legislação e regulação complementares.  |
| <b>ONS</b>                                   | Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado em 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela coordenação, controle e administração das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional. É composto por Consumidores Livres, geradoras, distribuidoras, comercializadoras e transmissoras.   |
| <b>Parcela A</b>                             | Parcela da receita correspondente aos seguintes custos:<br>(i) Compra de energia elétrica em função do “Mercado de Referência”, que inclui o montante de energia elétrica decorrente dos empreendimentos próprios de geração distribuída;<br>(ii) Conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica; e<br>(iii) Encargos Setoriais: Reserva Global de Reversão - RGR; Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE; Contribuição ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH para fins de geração de energia elétrica, quando aplicável; Encargo de Serviços do Sistema - ESS; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; Programa de Eficiência Energética - PEE; Encargo de Energia de Reserva – EER; conforme consta do Contrato de Concessão. |
| <b>Parcela B</b>                             | Corresponde ao componente das tarifas aplicáveis aos consumidores livres e cativos que agrupa os valores relativos à remuneração dos ativos, a quota de reintegração decorrente da depreciação e ao custo de operação e manutenção.   |
| <b>PCHs</b>                                  | Pequenas Centrais Hidrelétricas. Usinas com Capacidade Instalada entre 1 MW e 30 MW que atendam aos requisitos propostos na Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003.   |
| <b>PIB</b>                                   | Produto Interno Bruto   |
| <b>PIS</b>                                   | Programa de Integração Social.  |
| <b>Poder Concedente ou Governo Federal</b>   | Governo Federal brasileiro.   |
| <b>Práticas Contábeis Adotadas no Brasil</b> | Práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e instruções emitidas pela CVM e pelo IBRACON e nas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.  |

|   |  |
|---|--|
| <b>Prisma Energy</b>                                | Prisma Energy International Inc. (atualmente denominada AEI).  |
| <b>Programa de Racionamento de Energia Elétrica</b> | Programa de racionamento de energia elétrica decretado pelo Governo Federal nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.  |
| <b>Programa de Universalização</b>                  | Programa que objetiva a universalização do uso da energia elétrica, conforme previsto na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.  |
| <b>Programa Luz para Todos</b>                      | O Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz para Todos”, destinado a garantir o acesso à energia elétrica no meio rural, estabelecendo que os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da CDE, RGR, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados e Municípios, além de outros recursos destinados ao Programa. |
| <b>PROINFA</b>                                      | Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.   |
| <b>PSAP</b>   | Planos de suplementação de aposentadorias e pensão.  |
| <b>PSAP/ELEKTRO</b>                                 | Plano de suplementação de aposentadorias e pensão patrocinado pela Companhia.  |
| <b>Rede Básica</b>                                  | Instalações inerentes à prestação de serviço de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 KV e pertencentes ao Sistema Interligado Nacional, identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL.  |
| <b>Regionais</b>                                    | Escritórios regionais da Companhia localizados em Andradina, Atibaia, Guarujá/Itanhaém, Limeira/Rio Claro, Tatuí e Votuporanga.  |
| <b>Revisão Tarifária Extraordinária</b>             | Revisão tarifária que pode ser requerida pela Companhia à ANEEL a qualquer tempo nos casos em que haja variações de custos e alterações imprevistas, de modo a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.   |
| <b>Revisão Tarifária Periódica</b>                  | Revisão ordinária, prevista nos contratos de concessão, a ser realizada considerando-se as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.  |
| <b>RGR</b>  | Reserva Global de Reversão.  |
| <b>RTE</b>  | Recomposição Tarifária Extraordinária.   |
| <b>Sabesp</b>                                       | Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp   |
| <b>Santa Cruz</b>                                   | Santa Cruz Geração de Energia S.A.   |
| <b>SEC</b>  | <i>Securities and Exchange Commission.</i>   |
| <b>SELIC</b>  | Sistema Especial de Liquidação e Custódia.   |

|  |  |
|--|--|
| <b>SGA</b>                                 | Sistema de Gestão Ambiental  |
| <b>SISNAMA</b>                             | Sistema Nacional do Meio Ambiente.   |
| <b>Sistema Interligado Nacional ou SIN</b> | Conjunto de unidades de geração e linhas de transmissão de energia elétrica das Regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste/Norte/Nordeste, operados sob a coordenação do ONS.  |
| <b>Spot</b>                                | Mercado de compra e venda de energia no curto prazo.   |
| <b>Taxa de Fiscalização</b>                | Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica instituída pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996.   |
| <b>TJLP</b>                                | Taxa de Juros de Longo Prazo.  |
| <b>TUSD</b>                                | Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, devida pelos usuários (geradoras, Consumidores Livres e Consumidores Especiais) às Distribuidoras pelo uso de sua rede de distribuição (tensão inferior a 230 kV). |
| <b>TUSD-G</b>                              | Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras.  |
| <b>TUST</b>                                | Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão devida pelos usuários (geradoras, Consumidores Livres e Consumidores Especiais) às Transmissoras pelo uso de sua rede de transmissão (tensão inferior a 230 kV).     |
| <b>US GAAP</b>                             | Significa os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e vigentes nos Estados Unidos da América.   |
| <b>Valor Anual de Referência ou VR</b>     | Valor de Referência calculado e divulgado pela ANEEL baseado nos preços médios dos leilões de energia nova.  |
| <b>Volt</b>                                | Unidade básica de tensão de energia elétrica.  |
| <b>Watt</b>                                | Unidade básica de potência de energia elétrica.  |

## 1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do Formulário

### 1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Os Srs. Carlos Marcio Ferreira e Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Diretor-Presidente e Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, respectivamente, declaram que reviram todo conteúdo deste Formulário de Referência e que:

- (i) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos; e
- (ii) Contempla todas as informações que atendem ao disposto na ICVM 480, em especial no que tange os artigos 14 a 19 da ICVM n.º 480.

## 2. Auditores

### 2.1. Em relação aos auditores independentes

| Descrição dos serviços prestados  |  |  |  |   |
|---|--|--|--|---|
|   | 31.03.2010   | 31.12.2009   | 31.12.2008   | 31.12.2007  |
| A. nome empresarial   | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes   | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes   | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes   | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  |
| B. nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato (telefone e e-mail)  | Mauricio Pires de Andrade Resende<br>CPF 603.835.426-34<br>Tel. (11) 5186-1000<br>e-mail: mresende@deloitte.com  | Mauricio Pires de Andrade Resende<br>CPF 603.835.426-34<br>Tel. (11) 5186-1000<br>e-mail: mresende@deloitte.com  | José Carlos Amadi<br>CPF 060.494.668-66, atualmente representado por:<br>Mauricio Pires de Andrade Resende<br>CPF 603.835.426-34<br>Tel. (11) 5186-1000<br>e-mail: mresende@deloitte.com   | José Carlos Amadi<br>CPF 060.494.668-66, atualmente representado por:<br>Mauricio Pires de Andrade Resende<br>CPF 603.835.426-34<br>Tel. (11) 5186-1000<br>e-mail: mresende@deloitte.com  |
| C. data de contratação dos serviços   |  |  |  |   |
| Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR's)  | 24.2.2010  | 2.2.2009   | 30.6.2008  | 2.4.2007  |
| Assessoria Tributária   | 24.02.2010   | 2.6.2009   | 31.1.2008  | 5.3.2007  |
| Procedimentos acordados relativos a CVA e Componentes Financeiras   | Não Aplicável  | 29.4.2009  | 2.7.2008   | Não Aplicável   |
| Emissão da carta conforto nos termos da NPA 12  | Não Aplicável  | 3.6.2009   | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| Procedimentos acordados para fins de comprovações junto à Eletrobrás (aplicação de recursos)  | Não Aplicável  | 17.6.2009  | 28.2.2008  | 28.3.2007<br>14.11.2007<br>30.11.2007   |
| Treinamento em IFRS   | 8.10.2009  | 8.10.2009  | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| Treinamento em USGAAP   | 13.10.2009   | 13.10.2009   | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| Procedimentos referidos da matriz relativos a controles internos (SOX)  | Não Aplicável  | 10.8.2009  | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| D. descrição dos serviços contratados   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Auditoria das Demonstrações Financeiras anuais são realizadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, para fins de reporte à matriz para consolidação, de acordo com a normas de auditoria emitidas pelo Public Company Accounting Oversight Board.</li> <li>- As revisões das informações trimestrais (ITR's) são realizadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC</li> <li>- Assessoria Tributária, serviços de revisão de apuração e pagamento de tributos tendo em vista a legislação fiscal vigente.</li> <li>- Treinamento sobre as normas e praticas em contabilidade internacional (IFRS e USGAAP).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Auditoria das Demonstrações Financeiras anuais são realizadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, para fins de reporte à matriz para consolidação, de acordo com a normas de auditoria emitidas pelo Public Company Accounting Oversight Board.</li> <li>- As revisões das informações trimestrais (ITR's) são realizadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade- CFC</li> <li>- Assessoria Tributária, serviços de revisão de apuração e pagamento de tributos tendo em vista a legislação fiscal vigente.</li> <li>- Realização de procedimentos acordados para asseguaração das contas de variação da Parcela-A (CVA) e Componentes Financeiros para fins de Reajuste Tarifário Anual</li> <li>- Auditoria para fins de emissão de debentures</li> <li>- Procedimentos acordados para fins comprovações junto a Eletrobrás</li> <li>- Treinamento sobre as normas e praticas em contabilidade internacional (IFRS e USGAAP)</li> <li>- Auditoria de efetividade de controles internos (SOX), testes específicos sobre controles internos para fins de suporte ao processo de auditoria da controladora.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Auditoria das Demonstrações Financeiras anuais são realizadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, para fins de reporte à matriz para consolidação, de acordo com a normas de auditoria emitidas pelo Public Company Accounting Oversight Board.</li> <li>- As revisões das informações trimestrais (ITR's) são realizadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC</li> <li>- Assessoria Tributária, serviços de revisão de apuração e pagamento de tributos tendo em vista a legislação fiscal vigente.</li> <li>- Realização de procedimentos acordados para asseguaração das contas de variação da Parcela-A (CVA) e Componentes Financeiros para fins de Reajuste Tarifário Anual</li> <li>- Procedimentos acordados para fins comprovações junto a Eletrobrás</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Auditoria das Demonstrações Financeiras anuais são realizadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, para fins de reporte à matriz para consolidação, de acordo com a normas de auditoria emitidas pelo Public Company Accounting Oversight Board.</li> <li>- As revisões das informações trimestrais (ITR's) são realizadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC</li> <li>- Assessoria Tributária, serviços de revisão de apuração e pagamento de tributos tendo em vista a legislação fiscal vigente.</li> <li>- Procedimentos acordados para fins comprovações junto a Eletrobrás</li> </ul> |
| E. eventual substituição do auditor, informando:  | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| i. justificativa da substituição  | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável   |
| ii. eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável  | Não Aplicável   |

**2.2. Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados**

| <b>Serviço prestado</b>  | <b>Valor (R\$/mil)</b> |
|--|------------------------|
| Assessoria Tributária  | 33                     |
| Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR's) | 1.625                  |
| Procedimentos acordados relativos a CVA e Componentes Financeiras                              | 96                     |
| Procedimentos referidos da matriz relativos a controles internos (SOX)                         | 464                    |
| Emissão da carta conforto nos termos da NPA 12   | 100                    |
| Procedimentos acordados para fins de comprovações junto à Eletrobrás (aplicação de recursos)   | 15                     |
| Treinamento em USGAAP  | 18                     |
| Treinamento em IFRS  | 63                     |
| <b>Total</b>   | <b>2.415</b>           |

**2.3. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**3. Informações financeiras selecionadas**

**3.1. Demonstrações financeiras ou, quando o emissor estiver obrigado a divulgar informações financeiras consolidadas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas**

|  | <b>Em ou no Trimestre Encerrado em 31 de Março de 2010</b> | <b>Em ou no Trimestre Encerrado em 31 de Março de 2009</b> | <b>Em ou no Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de</b> |             |                 |
|--|--|--|---|-------------|-----------------|
|  |  |  | <b>2009</b>   | <b>2008</b> | <b>2007</b>     |
| A. Patrimônio líquido - Em R\$ mil         | 1.241.354  | 1.227.962  | 1.127.310   | 1.103.032   | 1.082.405       |
| B. Ativo total - Em R\$ mil (1)            | 3.299.127  | 3.058.283  | 3.241.770   | 2.951.442   | 2.682.147       |
| C. Receita líquida- Em R\$ mil             | 768.002  | 672.701  | 2.662.347   | 2.512.477   | 2.256.073       |
| D. Resultado bruto- Em R\$ mil             | 229.631  | 234.915  | 770.778   | 797.250     | 848.252         |
| E. Resultado líquido - Em R\$ mil          | 114.044  | 124.930  | 485.567   | 391.787     | 466.857         |
| F. Número de ações, ex-tesouraria (2)      | 193.759.265  | 193.759.265  | 193.759.265   | 193.759.265 | 387.518.530.917 |
| G. Valor patrimonial da ação - Em R\$ (3)  | 6,4067   | 6,3376   | 5,8181  | 5,6928      | 0,0028          |
| H. Resultado líquido por ação - Em R\$ (4) | 0,5886   | 0,6448   | 2,5060  | 2,0220      | 0,0012          |
| I. Outras informações                      | n/a  | n/a  | n/a   | n/a         | n/a             |

(1) No Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFPs") de 31 de dezembro de 2009, para efeito de comparabilidade, a Companhia efetuou a reclassificação de certos valores no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, relacionados a: (i) ativos e passivos regulatórios; e (ii) custos relacionados a emissão de debêntures. As reclassificações nas contas relacionadas a ativos e passivos regulatórios foram feitas para agrupar saldos desses ativos e passivos de forma comparável a utilizada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e de 2008. No caso dos custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente classificados como outros créditos no ativo circulante e não circulante, para atendimento ao CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados como dedução dos respectivos saldos de debêntures no passivo circulante e não circulante. Dessa forma, o montante de custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente apresentados nas rubricas "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante, pelos valores respectivamente de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil, foram reclassificados para o passivo circulante e passivo não circulante, como redutor da rubrica "Debêntures". Desta forma, o ativo total e o passivo total apresentados nas DFPs de 31 de dezembro de 2009, relacionados a 31 de dezembro de 2007, foram reduzidos pelo valor total de R\$ 4.896 mil em relação aos saldos originalmente apresentados. As Demonstrações Financeiras originalmente apresentadas não foram reemitidas e, portanto, não contemplam estas reclassificações.

(2) Para mais informações sobre o grupamento de ações de emissão da Companhia, ver item 3.9 deste Formulário de Referência.

(3) Valor em R\$ igual ao "A. Patrimônio líquido – Em R\$ mil" dividido pelo "F. Número de ações, ex-tesouraria – em quantidade" e multiplicado por mil

(4) Valor em R\$ igual ao "E. Resultado líquido – Em R\$ mil" dividido pelo "F. Número de ações, ex-tesouraria – em quantidade" e multiplicado por mil



**3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda)**

**A. Valor das medições não contábeis**

O EBITDA é uma medição não contábil utilizada pela Empresa.

**B. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA (em R\$ mil):

| Conciliação EBITDA   | No Trimestre Encerrado em 31 de Março de |                | No Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de |                |                |
|--|--|----------------|--|----------------|----------------|
|  | 2010                                     | 2009           | 2009   | 2008           | 2007           |
| <b>Lucro líquido</b>   | <b>114.044</b>                           | <b>124.930</b> | <b>485.567</b>                                     | <b>391.787</b> | <b>466.857</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                         | 60.043                                   | 65.119         | 203.633  | 165.747        | 155.216        |
| Depreciação e outras amortizações                              | 32.660                                   | 30.564         | 126.312  | 116.981        | 113.851        |
| Amortização da mais valia do imobilizado                       | 1.837                                    | 1.837          | 7.348  | 7.348          | 7.348          |
| Resultado financeiro   | 14.261                                   | 3.648          | (2.925)  | 140.232        | 147.508        |
| Reversão da despesa financeira com Juros sobre capital próprio | -  | -              | (67.559)   | (67.714)       | (67.585)       |
| <b>EBITDA</b>  | <b>222.845</b>                           | <b>226.098</b> | <b>752.376</b>                                     | <b>754.381</b> | <b>823.195</b> |

**C. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A administração da Elektro entende que o EBITDA é uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. A administração da Companhia entende que o EBITDA é o melhor indicador para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros; (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social; bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP. Outras empresas podem calcular o EBITDA de uma maneira diferente da utilizada pela Elektro.

**3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

O evento subsequente descrito na nota explicativa 41 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, referente ao Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, que alterou a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho ANEEL nº 245, publicado no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro de 2010, gerou impactos a partir de fevereiro de 2010, não alterando as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009.

**3.4. Política de destinação dos resultados dos três últimos exercícios sociais**

O disposto abaixo aplica-se aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007;

**A. Regras sobre retenção de lucros**

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para pagamento do imposto de renda, o Conselho de Administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido, sendo que 5% serão destinados à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Ainda, deduzidos 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será submetida à Assembleia Geral proposta para destinação do saldo.

## **B. Regras sobre distribuição de dividendos**

Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente no curso do exercício, e o valor pago antecipadamente será compensado com o valor do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente. Desse modo, a Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores, declarando dividendos intermediários.

O Conselho de Administração poderá ainda declarar juros sobre o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para pagamento do imposto de renda, o Conselho de Administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido, sendo que 25% serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, observados os direitos conferidos às ações preferenciais. Será submetida à Assembleia Geral proposta para destinação do saldo do lucro líquido, e o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar.

## **C. Periodicidade das distribuições de dividendos**

Anual (dividendo mínimo obrigatório). Contudo, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

## **D. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Atualmente, por conta de contratos de financiamento celebrados pela Companhia, há restrições à distribuição de dividendos, conforme descrito a seguir:

Art. 12, alínea (i) das Condições Gerais de Empréstimos da ELETROBRÁS

*“(i) não declarar ou pagar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie de ações sejam novas ou de aumento de capital, exceto na hipótese de reavaliação do ativo, ou efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de estar em atraso no cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento.”*

Cláusula VIII, item 8.1.n. sobre Vencimento Antecipado no Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão de Debêntures

*“(n) a deliberação ou a distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio para os acionistas da EMISSORA em montante superior a 110% (cento e dez por cento) do lucro líquido ajustado da EMISSORA (após dedução da reserva legal de 5% (cinco por cento)).*

Cláusula 4.12.1, alínea (p), da escritura da terceira emissão de debêntures da Companhia: *“pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.”*

Cláusula XV, alínea (b.b.) do Contrato de financiamento BNDES 10.498.140\_3 - Contrato de Repasse:

Em caso de não pagamento do serviço da dívida, ou seja, não pagamento de principal, juros e demais encargos nos termos previstos neste Contrato de Repasse, não realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202, § 2º da Lei 6.404/76 e, não realizar pagamento de juros sobre o capital próprio.

Ademais, nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício em que os órgãos da administração informarem à assembléia geral ser incompatível com a situação financeira da Companhia.

### 3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos três últimos exercícios sociais

| Distribuição dos dividendos<br>Em R\$/mil                                   |  |   |               |                            |     |
|---|--|---|---------------|----------------------------|-----|
|   | Trimestre<br>Encerrado<br>em 31 de<br>Março de<br>2010 | Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de |               |                            |     |
|   |  | 2009  | 2008          | 2007                       |     |
| a. Lucro líquido ajustado para fins de dividendos <sup>(1)</sup>            | 108.342  | 461.289   | 371.160       | 443.514                    | (*) |
| b. Dividendo distribuído  | -  | 461.289   | 371.160       | 443.565                    |     |
| - Juros sobre capital próprio   | -  | 67.559  | 67.714        | 67.585                     |     |
| - Dividendos  | -  | 393.730   | 303.446       | 375.981                    |     |
| c. Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado | n/a  | 100%  | 100%          | 100%                       |     |
| d. Dividendo distribuído Ações Ordinárias:                                  |  |   |               |                            |     |
| - Dividendos em Reais   | n/a  | 1,93 por Ação                                   | 1,49 por Ação | 0,92 por lote de mil ações |     |
| - Juros sobre o capital próprio em Reais                                    | n/a  | 0,33 por Ação                                   | 0,33 por Ação | 0,17 por lote de mil ações |     |
| Dividendo distribuído Ações Preferenciais:                                  |  |   |               |                            |     |
| - Dividendos em Reais   | n/a  | 2,12 por Ação                                   | 1,64 por Ação | 1,01 por lote de mil ações |     |
| - Juros sobre o capital próprio em Reais                                    | n/a  | 0,36 por Ação                                   | 0,37 por Ação | 0,18 por lote de mil ações |     |
| e. data de pagamento do dividendo   |  |   |               |                            |     |
| - Dividendos Intermediários 1º semestre                                     | n/a  | 26.08.2009                                      | 26.08.2008    | 26.09.2007                 |     |
| - Dividendos Intermediários 1º semestre                                     | n/a  | 20.10.2009                                      | 22.10.2008    | -                          |     |
| - Dividendos Intermediários 1º semestre                                     | n/a  | 16.12.2009                                      | -             | -                          |     |
| - Dividendos Complementares   | n/a  | 28.04.2010                                      | 28.04.2009    | 09.04.2008                 |     |
| - Juros Sobre o Capital Próprio   | n/a  | 21.01.2010                                      | 28.01.2009    | 10.12.2007 e 23.01.2008    |     |
| f. Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor              | n/a  | 41%   | 34%           | 41%                        |     |
| g. Lucro líquido retido   | n/a  | n/a   | n/a           | n/a                        |     |
| h. Data da aprovação da retenção  | n/a  | n/a   | n/a           | n/a                        |     |

(\*) Lucro líquido do exercício 2007, antes dos ajustes referente à Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 54 mil.

<sup>1</sup> Lucro líquido ajustado para fins de dividendos apurado com base no lucro líquido do exercício, excluído da parcela destinada à Reserva Legal.

Para mais informações sobre a política de distribuição de dividendos da Companhia, ver item 3.4 deste Formulário de Referência.

**3.6. Informar se, nos três últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores**

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores, no período citado.

**3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor**

**A. Montante total de dívida, de qualquer natureza**

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de março de 2010, o endividamento total da Elektro era representado pelos seguintes valores:

|   | <b>Em 31/03/2010<br/>(em milhões de reais)</b> | <b>Em 31/12/2009<br/>(em milhões de reais)</b> |
|---|--|--|
| <b>(a) Montante total de endividamento</b>  | <b>2.058,0</b>                                 | <b>2.114,0</b>                                 |
| Passivo circulante  | 1.107,0  | 1.120,0  |
| Passivo não circulante  | 951,0  | 995,0  |
| <b>(b) Índice de endividamento</b> (passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido) | 1,65   | 1,87   |
| <b>(c) Outros índices de endividamento</b>  |  |  |
| <b>Total da Dívida (*)</b>  | <b>1.134,6</b>                                 | <b>1.108,9</b>                                 |
| Debêntures  | 694,4  | 670,6  |
| Empréstimos e Financiamentos  | 417,4  | 413,8  |
| Arrendamento Mercantil  | 22,8   | 24,5   |
| Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos (**)   | (339,7)  | (281,5)  |
| <b>Dívida Líquida</b>   | <b>794,9</b>                                   | <b>827,4</b>                                   |
| Relação Patrimônio Líquido e Dívida Líquida   | 61%  | 58%  |
| Relação Dívida Líquida e Patrimônio Líquido (***) e (****)  | 39%  | 42%  |
| Dívida Líquida / EBITDA   | 0,9x   | 1,1x   |
| <b>Patrimônio Líquido</b>   | <b>1.241,4</b>                                 | <b>1.127,3</b>                                 |

(\*) contempla saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

(\*\*) exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

(\*\*\*) os percentuais foram auferidos com base nos dados:

(i) dívida líquida em 31/03/2010 (total da dívida - caixa, aplicações financeiras e caução de fundos) = R\$ 1.134,6 milhões – R\$ 339,7 milhões = R\$ 794,9 milhões e patrimônio líquido = R\$ 1.241,4 milhões. Sendo assim, dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) = R\$ 794,9 milhões / (R\$ 794,9 milhões + R\$ 1.241,4 milhões) = 0,39.

(ii) dívida líquida em 31/12/2009 (total da dívida - caixa, aplicações financeiras e caução de fundos) = R\$ 1.108,9 milhões – R\$ 281,5 milhões = R\$ 827,4 milhões e patrimônio líquido = R\$ 1.127,3 milhões. Sendo assim, dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) = R\$ 827,4 milhões / (R\$ 827,4 milhões + R\$ 1.127,3 milhões) = 0,42

(\*\*\*\*) A Companhia utiliza o método de apuração Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais Patrimônio Líquido: Dív. Líq. / (Dív. Líq. + PL), pois entende ser mais adequado para apresentar o nível de endividamento da Elektro, além de ser usual ao mercado financeiro. A Elektro utiliza esta metodologia, uma vez que ela desconsidera o saldo disponível em caixa e outros passivos não onerosos, como fornecedores e dividendos, que não afetam o índice de endividamento da Companhia. A Companhia entende que este índice de endividamento representa, de forma mais apropriada, o nível relativo de endividamento da Companhia, pois (i) reflete o endividamento consolidado líquido de sua capacidade imediata de pagamento e (ii) é utilizado, para fins de cálculo de índices financeiros nos diversos contratos de endividamento da Companhia. Outras empresas podem calcular o endividamento de uma maneira diferente da utilizada pela Elektro.

**3.8. Em forma de tabela, separando por dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, indicar o montante de obrigações do emissor de acordo com o prazo de vencimento**

| Em 31.03.2010        |                     |                                      |                                       |                   |           |
|----------------------|---------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|-----------|
| Dívida por Garantia  | Prazo de Vencimento |                                      |                                       |                   |           |
| Em R\$ (mil)         | Inferior a 1 ano    | Superior a 1 ano e inferior a 3 anos | Superior a 3 anos e inferior a 5 anos | Superior a 5 anos | Total     |
|                      | 2010                | 2011 a 2012                          | 2013 a 2014                           | 2015 em diante    |           |
| Garantia Real        | 279.899             | 314.118                              | 79.120                                | 26.158            | 699.295   |
| Garantia Flutuante   | -                   | -                                    | -                                     | -                 | -         |
| Dívida Quirografária | 827.039             | 438.269                              | 33.859                                | 59.311            | 1.358.477 |
| Total:               | 1.106.937           | 752.387                              | 112.979                               | 85.469            | 2.057.773 |

| Em 31.12.2009        |                     |                                      |                                       |                   |           |
|----------------------|---------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|-----------|
| Dívida por Garantia  | Prazo de Vencimento |                                      |                                       |                   |           |
| Em R\$ (mil)         | Inferior a 1 ano    | Superior a 1 ano e inferior a 3 anos | Superior a 3 anos e inferior a 5 anos | Superior a 5 anos | Total     |
|                      | 2010                | 2011 a 2012                          | 2013 a 2014                           | 2015 em diante    |           |
| Garantia Real        | 259.348             | 320.754                              | 77.440                                | 22.121            | 679.663   |
| Garantia Flutuante   | -                   | -                                    | -                                     | -                 | -         |
| Dívida Quirografária | 860.171             | 481.647                              | 33.810                                | 59.168            | 1.434.797 |
| Total:               | 1.119.520           | 802.400                              | 111.251                               | 81.289            | 2.114.460 |

Nota: Os critérios utilizados para a segregação de suas dívidas leva em conta a onerosidade da garantia perante a Companhia. O montante da dívida inclui os saldos de arrendamento mercantil (classificado como dívida quirografária).

**3.9. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Elektro na proporção de 2.000 ações existentes para uma ação.

Seguindo uma tendência do mercado, o grupamento de ações visou possibilitar que ações fossem negociadas de forma unitária e o processo não implicou em alteração do valor do capital social da Companhia, que ficou representado da seguinte forma: 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de maio de 2008 foi concluído o processo de grupamento de ações e a apuração das frações resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias, que foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&FBOVESPA em julho de 2008.

## 4. Fatores de risco

### 4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento

*O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, no caso de valores mobiliários representativos de dívida, a capacidade de pagamento da Companhia podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Companhia*

*Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, quando aplicável, na capacidade de pagamento da Companhia dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.*

*Para mais informações acerca dos termos técnicos aplicáveis ao setor elétrico sugerimos consulta ao glossário da ANEEL por meio do site <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/glossario.cfm>.*

#### **A. Fatores de risco relativos à Elektro**

##### ***A concessão da Elektro pode ser extinta, o que causará um efeito adverso para a Elektro.***

A Concessão da Elektro, está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, podendo ser motivada por interesse público ou por inadimplemento da Elektro. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Em caso de extinção antecipada, a Elektro não pode assegurar que a indenização prevista no Contrato de Concessão (valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados) seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão em caso de inadimplemento, o valor da indenização pelos bens reversíveis ao patrimônio público pode ser reduzido a zero em virtude da imposição de multas ou outras penalidades.

A ocorrência de qualquer desses eventos causará um efeito adverso para a Elektro. Para mais informações sobre a Concessão e a sua data de vencimento ver item 6.2 e item 7.5 A deste Formulário de Referência.



***A Elektro pode ser adversamente afetada em decorrência das disposições restritivas de seus contratos de dívida, bem como de sua alavancagem e obrigações de serviço de dívida.***

O nível de endividamento da Elektro aumenta a possibilidade de que ela seja incapaz de gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às suas dívidas. Além disso, a Elektro pode incorrer em dívidas adicionais, de tempos em tempos, para financiar investimentos ou para outros propósitos, sujeito às restrições aplicáveis ao seu endividamento existente. Se a Elektro incorrer em dívidas adicionais, os riscos associados à sua alavancagem, incluindo sua capacidade de efetuar seus compromissos financeiros, aumentarão.

Os contratos que regem as dívidas da Elektro contêm restrições que poderiam restringir significativamente a forma pela qual ela opera seus negócios. Por exemplo, a Elektro é obrigada a observar disposições de *cross default*, cumprir diversos índices financeiros que restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de obter linhas de crédito e, observar restrições na concessão de garantias e direitos de garantia para seus credores e, ainda observar restrições relativas a investimentos de capital.

O inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária sob os contratos financeiros ou de qualquer das restrições contratuais acima que não for solucionado ou sanado pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros (*cross default*).

Ademais, as restrições previstas em contratos financeiros da Companhia podem limitar sua capacidade geral de obter financiamentos para capital de giro, investimentos e outras atividades corporativas, bem como podem limitar sua flexibilidade de planejar ou reagir a alterações em seus negócios e nos setores em que opera, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

***Uma parcela das receitas da Elektro foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores e obrigações regulatórias, nos termos de diversos contratos financeiros e comerciais, seguindo as práticas do setor.***

Nos termos de determinados contratos financeiros e contratos de fornecimento de energia, em 31 de março de 2010, 55,98% do total das receitas líquidas geradas pela Elektro foi empenhada e/ou os rendimentos daí derivados foram onerados em favor de determinados credores. Em caso de inadimplemento de tais contratos, as receitas líquidas oneradas poderão ser utilizadas para quitar obrigações vencidas da Elektro, o que poderá provocar um efeito adverso para a Elektro.

***Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Elektro é parte podem afetá-la adversamente.***

A Elektro está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Elektro. A Elektro não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo para a Elektro.

***As operações da Elektro envolvem riscos e perigos significativos que podem interromper seu negócio ou, de outra forma, resultar em prejuízos substanciais, que podem ter um efeito adverso para a Elektro se não estiver segura ou não for indenizada adequadamente.***

As operações da Elektro envolvem riscos e perigos significativos.

A Elektro, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem, bastando a demonstração do dano, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Além disso, perdas e danos causados a consumidores em decorrência de interrupções ou distúrbios com origem nos sistemas de geração, transmissão ou de distribuição, cuja responsabilidade não possa ser exclusiva e comprovadamente atribuída a um integrante do SIN, serão rateadas entre os membros do SIN e a Elektro pode ser responsabilizada por até 35,7% das indenizações. Caso seja comprovada a responsabilidade da Elektro, esta será responsável por 100% das indenizações.

Ademais, os equipamentos da Elektro afetados podem ficar parados e, consequentemente, indisponíveis para atividades geradoras de receita.

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por apólices de seguro como, por exemplo, danos causados às linhas de transmissão ou que excedam os limites de indenização contratados nas referidas apólices de seguro da Elektro poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos. A Elektro não pode garantir que as apólices de seguro contratadas para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual ou que conseguirá ou renová-las a taxas comercialmente razoáveis, e mudanças nos mercados de seguro, como as causadas por terrorismo, podem fazer com que certos tipos de coberturas de seguro sejam mais caras e difíceis de serem obtidas. Além disso, se for negada cobertura pela companhia seguradora, a Elektro terá que adotar medidas para obter a cobertura.

A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode ter um efeito adverso para a Elektro.

***A Elektro pode ser adversamente afetada se não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição.***

A Elektro está sujeita a dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. As perdas totais consolidadas da Elektro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e no período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2010 foram de 6,76% e 6,84% respectivamente, sobre o total de energia elétrica distribuída.

A Companhia não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão integralmente eficazes e bem sucedidas. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica poderá não ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível futura escassez de energia, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia pode ser adversamente afetada se não for bem sucedida na execução de sua estratégia.***

O crescimento e o desempenho financeiro futuro da Companhia dependerão, em parte, do sucesso na implementação da estratégia da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Ademais, alguns elementos da estratégia da Companhia dependem de fatores que estão fora do controle da Companhia. Qualquer falha na execução de elementos da sua estratégia pode afetar negativamente o crescimento de negócio e desempenho financeiro da Companhia no futuro.

***O recolhimento de tributos imobiliários relativos à parte dos imóveis que a Elektro ocupa ainda não se encontra regularizado, o que poderá causar um efeito adverso para a Elektro.***

Tendo em vista que o processo de regularização da transferência dos imóveis ocupados pela Elektro no âmbito da privatização da CESP ainda está em curso perante os respectivos registros de imóveis, bem como perante os agentes arrecadadores de tributos imobiliários, existe uma dificuldade prática de identificação dos números de cadastro de contribuinte de referidos imóveis perante tais órgãos. Em decorrência desse fato, a Elektro não pode assegurar que todos os tributos incidentes por conta da titularidade dos referidos imóveis foram recolhidos, em virtude do estágio de regularização em que se encontram e, dessa forma, uma contingência pode existir, a qual pode ter um efeito adverso para a Elektro.

***Os ativos da Elektro são impenhoráveis.***

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, os bens da Elektro essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão, não estão sujeitos à penhora e à execução judicial. Assim, na hipótese de inadimplemento pela Elektro das obrigações financeiras, parte dos bens que compõem o ativo da Elektro não poderá ser objeto de execução.

**B. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***A Elektro é controlada por um acionista majoritário.***

A Elektro é controlada pela AEI, uma *holding* registrada na SEC constituída nas Ilhas Cayman (para mais informações, ver seção “15. Controle”).

A AEI tem poder de controle sobre a Elektro, incluindo a poderes para:

- eleger os membros do Conselho de Administração; e
- determinar a orientação a qualquer medida com relação à Elektro que exija a aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e as datas e pagamentos de quaisquer dividendos futuros.

**C. A seus acionistas**

***A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em suas ações.***

A Companhia poderá vir a precisar de capital adicional no futuro e esta captação de capital poderá ser feita por meio da emissão de valores mobiliários, que poderão constituir participação acionária ou dívida. Caso a Companhia emita valores mobiliários que constituam participação acionária ou opção para sua aquisição, a participação societária dos investidores já existente em seu capital social poderá ser diluída.

***Os proprietários das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com as regras sobre a distribuição de dividendos e para o pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá não distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio aos detentores de suas ações. Para mais informações sobre as regras de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia vide item 3.4 deste Formulário de Referência.

#### **D. A suas controladas e coligadas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem controladas nem coligadas.

#### **E. Fornecedores**

Para mais informações sobre o fator de risco “*A escassez de energia elétrica pode ter efeito adverso para o setor elétrico brasileiro, para os consumidores e para a Elektro.*” ver item 4.1 G deste Formulário de Referência.

#### **F. Clientes**

***A Elektro pode ser adversamente afetada se não conseguir controlar com sucesso a inadimplência em seu negócio de distribuição de energia.***

Em 31 de março de 2010, o saldo total das contas vencidas era de aproximadamente R\$ 122,3 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 27,0 milhões encontravam-se vencidos há mais de 90 dias. Do total dos valores vencidos e não pagos em 31 de março de 2010, R\$ 105,6 milhões referiam-se ao setor privado (residencial, comercial, industrial e rural), R\$ 6,8 milhões ao setor público (poder público, serviços públicos e iluminação pública) e R\$ 9,9 milhões de parcelamentos de débitos. A Elektro não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias a impedir uma elevação do inadimplemento, e tampouco que, uma vez implementadas, tais medidas impedirão a elevação da inadimplência. O aumento dos índices de inadimplência além dos limites repassados às tarifas pode afetar negativamente a Elektro.

Adicionalmente, o corte de fornecimento de energia pelas distribuidoras em caso de inadimplemento dos clientes tem sido questionado no judiciário, e discute-se no legislativo a possibilidade de regulamentação, por meio de lei, de referido procedimento.

A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para a Elektro.

#### **G. Setores da economia nos quais o emissor atue**

***Previsões incorretas das necessidades de energia nas áreas de distribuição da Elektro podem afetar adversamente a Elektro.***

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras devem contratar antecipadamente, por meio de leilões de energia elétrica, 100% de suas necessidades de energia elétrica. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse de preços de compra de energia. Se a energia contratada pela Elektro for inferior a 100% de sua necessidade total, ela sofrerá multas não repassáveis às tarifas e estará sujeita ao preço do mercado de curto prazo (exposição ao mercado Spot) na parcela que for inferior de recursos que eventualmente faltar para atingir 100% do mercado. Se a energia contratada representar mais de 100% e menos de 103% de suas necessidades totais de energia, haverá repasse integral às tarifas do custo total do montante de energia adquirida que superar os 100%. Caso a energia contratada pela Elektro seja superior a 103% de sua necessidade, ela terá que assumir o risco de preço de venda desse excedente no mercado de curto prazo (Spot), que poderá ser superior ou inferior ao custo de compra dessa energia, levando a ganhos ou perdas.

Considerando que inúmeros fatores e variáveis afetam as previsões de consumo de energia elétrica da Elektro, incluindo variáveis macroeconômicas, demográficas e climáticas (crescimento do PIB, produção industrial, nível de renda, taxa de desemprego, crescimento demográfico, temperaturas médias, pluviosidade, etc.), além do uso racional e eficiente da energia por parte dos consumidores, uso de equipamentos com significativa redução de consumo, a previsão do mercado tem caráter probabilístico e não determinístico, ou seja, não é possível garantir uma exata previsão do consumo de energia. Se houver variações significativas entre suas necessidades de energia elétrica e o volume de suas compras, a Elektro pode ser adversamente afetada.

***Penalidades impostas pela ANEEL em razão do Contrato de Concessão e/ou da regulamentação setorial podem ter um efeito adverso para a Elektro.***

As atividades de distribuição de energia elétrica da Elektro são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão e com as disposições legais e regulamentares em vigor. A ANEEL poderá impor penalidades à Elektro caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no Contrato de Concessão e/ou nas disposições legais e regulamentares em vigor. Dependendo da extensão da gravidade da não conformidade, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas por infração, limitadas, em caso de descumprimento do Contrato de Concessão, a 2% da receita operacional líquida da concessionária no exercício social encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios tendo por objeto novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL na administração da concessionária inadimplente; e (vii) caducidade da concessão. A imposição de penalidades à Elektro pela ANEEL pode afetar de maneira adversa a situação financeira e o resultado operacional da Elektro e até comprometer a continuidade de suas atividades.

***Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Elektro atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso para a Elektro.***

A Elektro mantém contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte dos serviços afetos ao Contrato de Concessão. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Elektro pode vir a ser condenada subsidiariamente a arcar com tais obrigações. Além disso, em virtude de ações judiciais, os profissionais terceirizados que prestam serviços à Elektro podem vir a ser considerados empregados da Elektro para fins da legislação trabalhista aplicável. Adicionalmente, o Poder Judiciário pode decidir pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades no setor elétrico, o que poderia acarretar para a Elektro, a impossibilidade de utilização de serviços terceirizados em tais atividades, bem como a caracterização de vínculo empregatício entre os terceirizados e a Elektro ou a necessidade de utilização de pessoal próprio para realização de alguns dos serviços até então terceirizados. Qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para a Elektro. Para mais informações sobre decisões judiciais contrárias à terceirização, ver item 4.3 deste Formulário de Referência.

***A escassez de energia elétrica pode ter efeito adverso para o setor elétrico brasileiro, para os consumidores e para a Elektro.***

Por ser uma empresa distribuidora de energia elétrica, a Elektro depende basicamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração de energia elétrica.

Com exceção de algumas regiões no norte do país, o sistema elétrico brasileiro é composto por diversas e extensas linhas de transmissão, que formam o SIN. A geração de energia que compõe esse sistema é composta principalmente por hidrelétricas (mais de 75% da Capacidade Instalada), que têm grande dependência das chuvas e da capacidade de armazenamento dos seus reservatórios (essa dependência vale para todo o ano). As demais fontes, tais como gás natural, carvão, nuclear, dentre outras, complementam a geração do sistema.

Devido em grande parte à falta de investimento em geração e transmissão de energia, aliada a um período muito severo de estiagem nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste, que se fez presente a partir do final do ano de 2000, os níveis dos reservatórios das hidroelétricas caíram para menos de um terço da sua capacidade, provocando um forte desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia, levando a um déficit de energia no País em junho de 2001. Em decorrência deste déficit foi instituído à época um racionamento de energia elétrica nessas regiões, tendo o Governo Federal publicado medidas destinadas à redução do consumo de energia elétrica (20% em média) e instituído sobretaxas e penalidades para aqueles que não atingissem suas quotas de redução. As restrições perduraram até 28 de fevereiro de 2002.



Caso o Balanço Energético estrutural se desequilibre novamente, ou seja, haja uma oferta insuficiente face às necessidades de consumo, o Governo Federal poderá decretar novo racionamento, sendo que tal medida pode ter efeito adverso para a Elektro.

#### **H. Regulação dos setores em que o emissor atue**

***O setor de atuação da Elektro é altamente regulado e concede ampla discricionariedade ao Poder Concedente.***

A principal atividade comercial da Elektro, a distribuição de energia elétrica, é um serviço público e, portanto, está sujeita a um ambiente altamente regulado. Além disso, a ANEEL tem competência para regular e fiscalizar diversos aspectos dos negócios da Elektro, inclusive determinar que tarifas cobradas pela Elektro sejam reduzidas ou os investimentos sejam incrementados. Caso a Elektro seja obrigada pela ANEEL a efetuar gastos adicionais imprevistos e não possa ajustar tempestivamente suas tarifas a fim de repassar integralmente o valor de tais despesas adicionais, ou ainda, caso a ANEEL edite resoluções que modifiquem as regras relativas ao repasse de custos e encargos para as suas tarifas, a Elektro pode ser adversamente afetada durante certo período até que possam ser reajustados ou recompostos posteriormente.

***Alterações na legislação tributária do Brasil podem ter um efeito adverso para a Elektro.***

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Elektro, as distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento da carga tributária da Elektro que, nos termos do Contrato de Concessão, possibilita a Revisão Tarifária Extraordinária junto à ANEEL para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ser ajustado o repasse do aumento dos encargos da Elektro às tarifas por ela cobradas pela prestação de seus serviços. Destaca-se que, nos casos que envolvam imposto de renda, a Elektro não poderá pleitear a Revisão Tarifária Extraordinária.

***A Elektro atua no setor elétrico brasileiro, o qual foi reestruturado pelo Governo Federal. Eventuais alterações na regulamentação do Setor Elétrico poderão afetar de maneira adversa as empresas sujeitas às suas regras, como a Elektro.***

O Governo Federal implementou mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro durante os últimos anos, especialmente por meio da Lei de Concessões do Setor Elétrico, da Lei do Setor Elétrico, da Lei 9427/1996 (criação da ANEEL) e das leis referentes à reestruturação do setor elétrico, além da regulamentação administrativa. Essas medidas tiveram por objetivo dar maior autonomia à autoridade regulatória em relação ao Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor. No âmbito dessa reestruturação, a competência regulatória foi atribuída à ANEEL.

Em 15 de março de 2004 foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o Novo Modelo do Setor Elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em julho e agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, praticamente a totalidade da energia comprada por empresas de distribuição, inclusive a Elektro, deve ser adquirida em leilões públicos anuais. A ANEEL aprovou os procedimentos para estabelecer os preços e as quantidades de energia a serem comercializadas desde o primeiro leilão de energia, que ocorreu em 7 de dezembro de 2004. Para mais informações sobre os leilões, a Companhia recomenda a leitura da legislação em vigor.



***A política tarifária e a regulamentação tarifária do setor elétrico podem não ser suficientes para remunerarem adequadamente os ativos da Elektro.***

A fixação das tarifas aplicáveis pela Elektro pela prestação de seus serviços é decorrente do Contrato de Concessão, englobando reajustes e revisões na forma prevista nesse contrato e na Lei de Concessões. A ANEEL tem competência para regular a forma de cálculo e a fixação de tarifas, editando regulamentos próprios.

A Lei de Concessões prevê mecanismos para ajustes nas tarifas ao longo dos contratos de concessão, os quais foram contemplados no Contrato de Concessão da Elektro: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária a cada quatro anos; e (iii) revisão tarifária extraordinária. A Elektro pode, a cada ano, por ocasião do aniversário da celebração do Contrato de Concessão, requerer o reajuste das tarifas. No reajuste tarifário são compensados os efeitos da inflação sobre as tarifas e os efeitos das variações dos custos não gerenciáveis, tais como custos de aquisição de energia, encargos tarifários relativos ao uso do sistema de transmissão e outros encargos setoriais. Conforme previsto no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor das tarifas praticadas pela Elektro é reajustado com periodicidade anual, contados do último reajuste ou revisão ocorrido.

As revisões tarifárias têm como objetivo garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Assim, a Revisão Tarifária Periódica das tarifas ocorre a cada quatro anos, mediante cálculo da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e remuneração adequada sobre os investimentos realizados. Pode englobar: (i) os custos de operação e manutenção eficientes; (ii) os custos de capital calculados sobre a base de ativos líquida de depreciação; (iii) os custos de depreciação e amortização; e (iv) os “custos não gerenciáveis”, incluindo custos com aquisição de energia para atender o seu mercado consumidor, encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, e demais encargos setoriais e tributos.

Além dos mecanismos mencionados acima, a qualquer tempo a Elektro pode solicitar a Revisão Tarifária Extraordinária para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, sempre que houver alterações significativas nos custos da Elektro, como modificações de tarifas de compra de energia, encargos setoriais ou tributários imprevistos.

Caso os reajustes ou revisões tarifários ou ainda, a aplicação da cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem, tempestivamente, um aumento do fluxo de caixa ou remunerem adequadamente os ativos da Elektro, a condição financeira e os resultados operacionais da Elektro podem ser afetados adversamente.

***As tarifas de distribuição, ainda que determinadas pela ANEEL, podem ser questionadas judicialmente, o que pode afetar adversamente a Elektro.***

As revisões e reajustes tarifários da Elektro estão sujeitos à aprovação da ANEEL, bem como aos limites estabelecidos em seu Contrato de Concessão e na legislação aplicável, tal como Lei de Concessões e Resoluções da ANEEL. Tais decisões da ANEEL acerca das tarifas da Elektro podem ser objeto de contestação judicial, inclusive pelo Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Elektro, dada a natureza de serviço público da atividade de distribuição de energia elétrica. Neste sentido, eventuais questionamentos de aumentos tarifários concedidos pela ANEEL podem ter um efeito adverso para a Elektro.

***O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL.***

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas; e (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada – a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Elektro.

***Projetos de lei que poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal nº 9.427/96.***

Deve-se mencionar que o projeto de lei n.º 4.292/2009, se aprovado, poderá dificultar o procedimento de suspensão por falta de pagamento de energia elétrica fornecida. Assim, a suspensão somente será admitida mediante sentença judicial, quando frustrados os meios ordinários de cobrança, devendo ser comunicada com antecedência de 15 dias ao poder público local ou ao Poder Executivo Estadual, quando puder prejudicar a prestação de serviço público ou essencial à população.

Nesse sentido, não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Elektro.

***Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.***

Os equipamentos, instalações e operações da Elektro estão sujeitos à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, bem como à fiscalização por agências governamentais responsáveis pela verificação de cumprimento desta legislação e pela implementação de políticas ambientais e de segurança do trabalho. Essa legislação inclui, por exemplo, a necessidade de obtenção de licenças para a instalação e operação de determinados equipamentos e atividades, a obrigatoriedade de obtenção de autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em áreas protegidas, bem como para o armazenamento, tratamento e destinação final adequada de resíduos. Tais agências podem impor sanções administrativas contra a Elektro em virtude de não-atendimento da legislação aplicável. Essas sanções poderão incluir, entre outras, a imposição de multas, o embargo de obras ou de atividades, a suspensão parcial ou total da atividade, bem como a suspensão ou cancelamento de licenças concedidas, a perda ou restrições de incentivos fiscais, linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito e a proibição de contratar com o poder público. Caso a legislação ambiental e de segurança do trabalho se torne mais rigorosa, a Elektro poderá ser forçada a aumentar os gastos com investimentos para atender a esta legislação. A demora ou a recusa dos órgãos ambientais em emitir ou renovar licenças ou autorizações, ou a incapacidade da Elektro de atender às exigências formuladas pelos órgãos ambientais para tal finalidade, pode impedir o início ou a continuidade de serviços prestados pela Elektro. Tais fatos podem afetar de maneira adversa a situação financeira e resultado operacional da Elektro.

***A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitar-nos ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e indenizações, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos.***

Além disso, a inobservância, pela Elektro, da legislação ambiental pode acarretar, além da obrigação de reparar danos diretos e indiretos que eventualmente sejam causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de culpa, a aplicação de sanções de natureza penal contra a Elektro e seus administradores, que podem incluir, no caso das sanções impostas contra a Elektro, a imposição de multas, a suspensão parcial ou total da atividade e a proibição de contratar com o poder público ou dele obter subsídios, subvenções e doações, podendo ter impacto negativo nas receitas da Elektro ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro. A personalidade jurídica da Elektro poderá também ser desconsiderada para garantir a reparação dos danos ambientais que porventura a Elektro venha a causar.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Elektro da legislação ambiental, assim como o descumprimento de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais por ela celebrados poderá causar impacto adverso relevante na imagem e no resultado da Elektro e de suas controladoras.

***Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Elektro.***

Com a edição das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil fossem convergentes com as práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB. Neste sentido, diversos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) até o final do exercício de 2009, para vigência a partir de 2010, de sorte que as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis no Brasil estarão, em sua essência, muito semelhantes àquelas elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Os impactos decorrentes da aplicação de referidos pronunciamentos técnicos, notadamente ao setor de energia elétrica, ainda estão em processo de apuração pela administração da Companhia, e podem produzir efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Elektro, tanto em termos de seu resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, bem como em alguns outros contratos financeiros. Para maiores informações sobre as alterações a entrarem em vigor em 2010 vide Nota Explicativa 2.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009.

***A nova metodologia de reajuste tarifário, desencadeada a partir de Fiscalização do Tribunal de Contas da União, poderá afetar as receitas originalmente previstas.***

O Contrato de Concessão da Elektro, celebrado em 27 de agosto de 1998, constou como um dos anexos do Edital do Leilão de privatização, e a fórmula de reajuste constante de sua cláusula oitava – “Tarifas aplicáveis na prestação do serviço” – foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Desestatização, examinada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União antes da privatização.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

O Tribunal de Contas da União, contudo, entendeu no Acórdão 2.210/2008, que a metodologia de reajuste das tarifas apresentava imperfeições que resultariam em ganhos para as concessionárias de distribuição e determinou que a ANEEL alterasse a metodologia.

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando a alterar a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho nº 245 publicado no Diário Oficial da União. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias, de forma a conferir neutralidade às variações de mercado sobre os referidos encargos, sejam positivas ou negativas, durante o período entre reajustes tarifários. Em 4 de março de 2010, tal Termo Aditivo, foi celebrado entre Elektro e ANEEL e a nova metodologia de cálculo é retroativa a fevereiro de 2010. A metodologia de cálculo da CVA sobre os encargos setoriais permanece sem alterações.

Encontra-se pendente de realização na ANEEL Audiência Pública, iniciada por meio do processo administrativo nº 48500.006802/2009-65, sobre o tratamento a ser dado ao período em que foi aplicada a metodologia de cálculo das tarifas cobradas pelas distribuidoras de energia elétrica, vigentes antes da assinatura dos aditamentos aos contratos de concessão.

Caso a ANEEL decida alterar os critérios de cálculo do aludido período, as receitas da Companhia poderão ser afetadas, o que pode ter um efeito negativo adverso para a Companhia.

**I. Países estrangeiros onde o emissor atue**

A Companhia não atua em países estrangeiros.

#### **4.2. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos relevantes acima expostos**

A Companhia monitora constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. A Companhia administra de forma conservadora sua posição de caixa e seu capital de giro. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

#### **4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo; e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas**

##### **TRIBUTÁRIO**

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>1999.61.00.037852-2 e 1999.61.00.037851-0</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | 23ª Vara Justiça Federal São Paulo e 13ª Vara Justiça Federal São Paulo   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Supremo Tribunal Federal  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 30/07/1999  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.<br>Réu: Delegado da Receita Federal - São Paulo   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 98.681.614,28   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS (andamento):</b>                        | <p>Referente ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.</p> <p>Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Companhia, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir.</p> <p>Considerando esses fundamentos técnicos, e a avaliação dos seus assessores jurídicos que avaliaram o risco de perda da contingência como remoto, a Companhia reverteu, em 30 de junho de 2009, a provisão constituída para esta finalidade, no montante corrigido até aquela data de R\$ 95.794.815,39, sendo R\$ 80.297.965,61 de COFINS e R\$ 15.496.849,78 de PIS.</p> <p>O efeito líquido da reversão dessa provisão no lucro líquido do exercício foi de R\$ 63.224.578,16, considerando-se o efeito da respectiva exclusão do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, no montante de R\$ 32.570.237,23.</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Companhia mantém o depósito judicial, efetuado em 29 de outubro de 2004, no valor de R\$ 24.905.874,96, cujo valor atualizado em 31 de março de 2010 totaliza R\$ 42.340.004,43 (R\$ 41.839.396,13 em 31 de dezembro de 2009). O referido depósito será levantado somente após o trânsito em julgado da ação, e como houve a baixa da provisão o mesmo foi reclassificado para Ativo não circulante. |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>              | Remoto   |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b> | Não há impacto a ser considerado.  |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>     | Não há provisão.   |

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº PROCESSO:</b>  | <b>35.957.803-9; 35.957.804-7; 35.957.807-1; 35.957.811-0; 35.957.824-1; 35.957.778-4; 35.957.779-2; 35.957.780-6; 35.957.806-3; 35.957.801-2; 35.957.805-5; 35.957.812-8; 35.957.786-5 e 35.957.793-8.</b>   |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Delegacia da Receita Previdenciária em Campinas   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 29/12/2006  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 61.004.856,25   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | <p>A Companhia recebeu 36 notificações / autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006 pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Elektro.</p> <p>Em 12 de junho de 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante nº 8, a qual assim dispõe: “São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”. Diante disso, diversas autuações foram canceladas, total ou parcialmente. Atualmente restam 14 autos de infração em trâmite, conforme informado no campo “Nº Processo” acima.</p> |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Remota: R\$ 2.482.640,00<br>Possível: R\$ 58.522.216,25   |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Tendo em vista que referidas notificações / autos de infração ainda estão na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar as cobranças. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor dos autos de infração, devidamente atualizados.  |

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>I. VALOR PROVISIONADO, SE HOUVER PROVISÃO:</b> | Não há provisão. |
|---|------------------|

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>10830.011.403/2007-40</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Delegacia da Receita Federal em Campinas – SP   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 27/12/2007  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: União<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 40.658.592,10   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | Trata-se de Auto de Infração que visa à cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS referentes aos anos calendários de 2002 a 2005.<br><br>Em 27/12/07 foi lavrado o Auto de Infração. Em 25/01/08 foi apresentada a impugnação administrativa. Em decisão da qual o contribuinte foi intimado em 17/06/2008, o lançamento foi julgado improcedente. Em 18/07/2008, os autos foram remetidos ao Conselho de Contribuintes para o julgamento da remessa “ex officio”. |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.   |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                     | Não há provisão.  |
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>10830.011.401/2007-51</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Delegacia da Receita Federal em Campinas – SP   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 27/12/2007  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: União<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 450.783.343,87  |



|  |   |
|--|---|
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                    | Trata-se de Auto de Infração que visa à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos calendários de 2002 a 2005. Em 27/12/07 foi lavrado o Auto de Infração. Em 25/01/08 foi apresentada a impugnação administrativa. Em decisão da qual o contribuinte foi intimado em 17/06/2008, o lançamento foi julgado improcedente. Em 18/07/2008, os autos foram remetidos ao Conselho de Contribuintes para o julgamento da remessa “ex officio”. |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>              | Possível  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b> | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.   |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>     | Não há provisão.  |

|  |  |
|--|--|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>10830.004900/2010-97</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Delegacia da Receita Federal em Campinas – SP  |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa   |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 22/04/2010   |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: União<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 96.751.560,35  |
| <b>F.PRINCIPAIS FATOS:</b>                                     | Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa referente a IRPJ e CSLL decorrente de compensação de valores indevidos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa de CSLL do ano-calendário 2007, exercício 2008. Tendo em vista que no AIIM nº 10830.011401/2007-51 a Receita Federal glosou as despesas financeiras referentes a apropriação de despesas de variação cambial, justificando que na alteração dos saldos de prejuízos fiscais e das bases de cálculo negativas da CSLL em virtude da glosa de despesas financeiras, ano-calendário 2003, e em decorrência dos saldos negativos a compensar, pois estes se esgotaram no ano-calendário de 2005 (cisão) e, por conseguinte, o contribuinte promoveu a compensação a maior. |
| <b>G.POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                               | Possível   |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.  |
| <b>I.VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                      | Não há provisão.   |

|  |  |
|--|--|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>3.077.005-1</b>   |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Posto Fiscal em Campinas – SP  |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa   |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 14/12/2007   |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Secretaria da Fazenda de São Paulo<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 16.972.316,50  |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | <p>Trata-se de Auto de Infração que visa à cobrança de ICMS, com a incidência de multa e juros de mora, em decorrência de suposta infração à legislação estadual.</p> <p>Em 14/12/07, foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa. Em 18/01/08, foi protocolada a impugnação administrativa. Em julgamento realizado em 31/03/08, foi julgado procedente o lançamento e ratificada a multa. Em 07/05/08, foi protocolado o Recurso Ordinário. Em 24/01/2009, foi publicado o v. acórdão que anulou a decisão proferida em 1ª instância. Em 20/03/2009, os autos foram encaminhados ao representante fiscal em Campinas, o qual converteu o julgamento em diligência para determinar a manifestação do Agente Autuante. Em 08/05/2009, tendo em vista a juntada de nova manifestação do Fisco, a empresa foi intimada a apresentar impugnação complementar, a qual foi protocolada em 09/06/2009. Tendo em vista a decisão que negou provimento à nova impugnação, foi apresentado recurso ordinário.</p> |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível   |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.  |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                     | Não há provisão.   |

|                                |  |
|--------------------------------|--|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>         | <b>3.102.922-0</b>   |
| <b>A. JUÍZO:</b>               | Posto Fiscal – Campinas  |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>           | Instância Administrativa   |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b> | 10/12/2008   |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>  | Autor: Secretaria da Fazenda de São Paulo<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A. |

|  |   |
|--|---|
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 48.768.479,24   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | Trata-se de Auto de Infração lavrado para a exigência de ICMS, com a incidência de multa e juros de mora, devido ao suposto creditamento indevido do valor de ICMS, nos períodos de janeiro de 2002 a agosto de 2008. (Exigência relacionada às Ações Cíveis Públicas que tramitaram em Ubatuba e Itanhaém.)<br>Em 10/12/2008, foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa, tendo sido, em 08/01/2009, protocolada a impugnação administrativa. Em razão da decisão que julgou o auto de infração parcialmente procedente, cancelando-se somente os valores abarcados pela decadência, foi protocolado, em 13/05/2009, o recurso ordinário. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso. |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.   |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                     | Não há provisão.  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>3.099.002-6</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | Posto Fiscal em Campinas – SP   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Instância Administrativa  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 08/01/2009  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Secretaria da Fazenda de São Paulo<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 19.867.565,01   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | Em 08/01/09, foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa, por exigência de ICMS. Em 09/02/09, foi protocolada a impugnação administrativa. Em 24/03/09, a Companhia foi intimada da decisão que manteve a autuação, razão pela qual foi interposto, em 23/04/09, Recurso Ordinário. Em 12/02/10, o julgamento foi convertido em diligência. |

|  |   |
|--|---|
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>              | Possível  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b> | Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado. |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>     | Não há provisão.  |

**TRABALHISTA**

|  |  |
|--|--|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>00297-2007-131-15-002</b>   |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | 12ª VT/Campinas.   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Segunda Instância  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 22/03/2007   |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Ministério Público do Trabalho da 15ª Região<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro.   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | Trata-se de ação civil pública na qual o Ministério Público do Trabalho visa proibir a companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho.<br>Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente a Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho, instância na qual o caso aguarda julgamento. |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível.  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | A Elektro estará proibida de contratar empresas terceirizadas para atuar em áreas tidas como <i>atividades-fim</i> no teor da decisão.   |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                     | Não há provisão.   |

**CÍVEL**

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>1062/1998 e 1069/1998</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | 8ª Vara. Fazenda Pública de São Paulo   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | 1ª Instância  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 14/07/1998  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autores: José Fedeli, José Jurandir Alves Lopes e Amarildo Bolito<br>Réu: Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. e outros   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro.  |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | Tratam-se de ações populares em face da Elektro e outros, que visam a anulação da privatização da Elektro sob a alegação, dentre outras, que o preço pago pela Elektro teria sido inaceitavelmente baixo.<br>A ação está em trâmite na 1ª. Instância, sendo que os autos estão com o perito judicial para elaboração de laudo pericial. |

|  |  |
|--|--|
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>              | Remota   |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b> | Anulação da privatização ou a complementação no preço pago pela Elektro. |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>     | Não há provisão.   |

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>053.01.019.036-0 e 053.01.015.432-1</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | 1ª Vara Fazenda Pública de São Paulo  |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | Superior Tribunal de Justiça  |
| <b>C. DATA DE INSTAURAÇÃO:</b>                                 | 18/07/2001  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.<br>Réus: DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo, DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., Centrovias - Sistemas Rodoviários S.A., SPVIAS - Rodovias Integradas do Oeste S.A., Rodovia das Colinas S.A., Renovias Concessionária S.A., Intervias - Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.   |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro.  |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | <p>Trata-se de Ação Declaratória de Obrigação de Fazer e Ação Cautelar para o fim de que os Réus se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da requerente, no que tange às faixas intermediárias e laterais de domínio das concessionárias. A Elektro requer: (i) que seja declarada a inexigibilidade de qualquer cobrança de taxa ou preço público pela utilização das faixas de domínio; (ii) a condenação do DER em aceitar o credenciamento da autora; e (iii) que sejam autorizadas as obras a serem realizadas por ela, bem como sejam os réus impedidos de promover quaisquer atos atentatórios ao prosseguimento das obras da autora cujos projetos já tenham sido autorizados.</p> <p>A ação foi julgada improcedente em primeira instância. O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a sentença e julgou as ações favoravelmente aos Réus. A Elektro interpôs recurso perante o Superior Tribunal de Justiça em Agosto de 2008 para suspender a decisão da corte paulista liminarmente, sendo que em novembro de 2008 a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. O recurso, quanto ao mérito da ação, aguarda o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível  |

|  |   |
|--|---|
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b> | A Elektro será obrigada a efetuar o pagamento pela utilização das faixas de domínio das concessionárias de rodovias quando houver rede instalada. |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>     | Não há provisão.  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Nº DO PROCESSO:</b>   | <b>2008.34.00.022036-7</b>  |
| <b>A. JUÍZO:</b>   | 20ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal   |
| <b>B. INSTÂNCIA:</b>   | 1ª Instância  |
| <b>B. DATA DE INSTAURAÇÃO:<br/>C.</b>                          | 15/07/2008  |
| <b>D. PARTES NO PROCESSO:</b>                                  | Autor: Duke Energy International Geração Paranapanema<br>Réu: Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e ANEEL  |
| <b>E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS, EM 31/03/2010:</b> | R\$ 51.149.069,80   |
| <b>F. PRINCIPAIS FATOS:</b>                                    | <p>Ação Ordinária na qual a Duke Energy alega a existência de vícios na elaboração da Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, tentando se esquivar do cumprimento das obrigações determinadas pela citada Resolução e que afetam diretamente a Elektro, quais sejam: assinatura do CUSD – Contrato de Uso do Sistema de Distribuição e o pagamento da tarifa correspondente TUSD G – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição relativa ao uso feito pelas geradoras de energia elétrica.</p> <p>Em sede de agravo, foi determinado pelo Tribunal o restabelecimento da obrigação prevista na Resolução citada, o que culminou na assinatura do CUSD pela autora. Contudo, quanto ao pagamento da TUSDg, restou determinado que a Duke deve efetuar o depósito judicial do valor considerado controverso, sendo obrigada a pagar diretamente a ré o valor incontroverso.</p> <p>Atualmente, a Elektro fez um pedido de reconsideração ao Desembargador Relator, objetivando o pagamento integral da TUSDg diretamente para a concessionária, o qual encontra-se pendente de julgamento.</p> |
| <b>G. POSSIBILIDADE DE PERDA:</b>                              | Possível  |
| <b>H. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA:</b>                 | Por tratar-se de contingência ativa, o impacto será a perda dessa receita para a concessionária.  |
| <b>I. VALOR PROVISIONADO (se existir):</b>                     | Não há provisão (natureza ativa).   |



**4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas**

Não aplicável, uma vez que não há processos nas condições acima.

**4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Não aplicável, uma vez que não há processos nas condições acima.

**4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros**

Em 31 de março de 2010, a Companhia era parte em aproximadamente 6.000 ações judiciais nas esferas trabalhista, cível e tributária as quais, nos termos da Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005, requerem análise de sua classificação de perda em remota, possível ou provável e, por conseguinte, o registro do respectivo provisionamento daquelas consideradas como de perda provável.

Em suma, as ações citadas tratam de eventuais perdas referentes a ações envolvendo objetos de naturezas diversas, quais sejam, (i) causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro ou de suas contratadas referentes a verbas salariais diversas, verbas rescisórias, horas extras e outros; (ii) tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL (iv) indenizatórias, relacionadas a acidentes na rede, danos decorrentes de interrupção / oscilação no fornecimento de energia elétrica, cobrança indevida, restituição de valores gastos com eletrificação, dentre outros; (v) ações civis públicas e ações populares; e (vi) ações de repetição de indébito. As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Estas ações são registradas em um sistema informatizado e acompanhadas constantemente de acordo com critérios prévios e a prática de atos processuais. Mensalmente, a Diretoria Jurídica e de *Compliance* envia à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores um relatório extraído do referido sistema denominado “Contingências Jurídicas” indicando o status e a classificação de perda de todos os processos em tramitação.

Com base no referido relatório, em 31 de março de 2010, a Elektro registrou as contingências jurídicas consolidadas no quadro abaixo, tendo registrado provisões jurídicas para todos os casos classificados como de Valor de Pedido Provável:

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam e liquidam os valores envolvidos nas contingências de forma individual, **o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável**, conforme determinado na Deliberação CVM nº 489/2005

| Contingências Judiciais - Data Base: 31.03.2010 <sup>(1)</sup>       |                                 |                                  |                                  |                               |
|--|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Natureza   | Valor Pedido Remoto Atualizado  | Valor Pedido Possível Atualizado | Valor Pedido Provável Atualizado | Valor Pedido Total Atualizado |
| Tributária.  | R\$ 139.663.750,81              | R\$ 17.365.404,82                | R\$ 1.040.496,18                 | R\$ 158.069.651,81            |
| Trabalhista.   | R\$ 78.014.962,21               | R\$ 26.402.553,31                | R\$ 9.422.147,87                 | R\$ 113.839.663,39            |
| Cível em geral.  | R\$ 90.138.691,84               | R\$ 20.273.509,65                | R\$ 17.798.746,41                | R\$ 128.210.947,90            |
| Ambiental.   | R\$ -                           | R\$ -                            | R\$ 18.391,30                    | R\$ 18.391,30                 |
| Desapropriações.   | R\$ 382.790,04                  | R\$ 2.824.111,85                 | R\$ 2.407.275,47                 | R\$ 5.614.177,36              |
| Servidões de Passagem.   | R\$ 612.960,09                  | R\$ 108.173,33                   | R\$ 2.537.664,50                 | R\$ 3.258.797,92              |
| <b>Contingência Total</b>  | <b>R\$ 308.813.154,99</b>       | <b>R\$ 66.973.752,96</b>         | <b>R\$ 33.224.721,73</b>         | <b>R\$ 409.011.629,68</b>     |
| Contingências Administrativas - Data Base: 31.03.2010 <sup>(1)</sup> |                                 |                                  |                                  |                               |
| Natureza   | Valor Pedido Remoto, Atualizado | Valor Pedido Possível Atualizado | Valor Pedido Provável Atualizado | Valor Pedido Total Atualizado |
| <b>Administrativo Tributário</b>                                     |                                 |                                  |                                  |                               |
| Previdenciária   | R\$ 2.482.640,00                | R\$ 66.922.750,71                | R\$ -                            | R\$ 69.405.390,71             |
| Demais Tributos  | R\$ 11.291.720,46               | R\$ 635.725.527,96               | R\$ -                            | R\$ 647.017.248,42            |
| <b>Demais Contingências</b>  |                                 |                                  |                                  |                               |
| Trabalhista  | R\$ 110.174,67                  | R\$ 67.004,37                    | R\$ -                            | R\$ 177.179,04                |
| Ambiental  | R\$ 156.581,85                  | R\$ -                            | R\$ -                            | R\$ 156.581,85                |
| Consumerista   | R\$ -                           | R\$ 1.328.852,40                 | R\$ -                            | R\$ 1.328.852,40              |
| Regulatórias   | R\$ -                           | R\$ -                            | R\$ 2.200.000,00                 | R\$ 2.200.000,00              |
| <b>Contingência Total</b>  | <b>R\$ 14.041.116,98</b>        | <b>R\$ 704.044.135,44</b>        | <b>R\$ 2.200.000,00</b>          | <b>R\$ 720.285.252,42</b>     |

<sup>(1)</sup> Os valores estão conforme as Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2010 e, portanto, não refletem os autos de infração descritos em 4.7 abaixo, lavrados em 02 de junho de 2010 e 05 de julho de 2010.

#### 4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

O A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou, em face da Companhia, os Autos de Infração e Imposição de Multa nºs. 3.125.781-1 e 3.125.616-8, em 02 de junho de 2010 e 05 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, devido ao creditamento indevido do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total exigido nas autuações é de R\$ 81,9 milhões e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

#### 4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem

Não aplicável uma vez que a Companhia não é estrangeira.

### 5. Riscos de Mercado

*O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados acima e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, no caso de valores mobiliários representativos de dívida, a capacidade de pagamento da Companhia podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Companhia.*

*Para os fins da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, quando aplicável, na capacidade de pagamento da Companhia dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” e nesta seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Ademais, não obstante a subdivisão da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”.*

#### **5.1. Principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

***O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.***

A Elektro atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Frequentemente, o Governo Federal intervém na economia do País, realizando, ocasionalmente, mudanças nas suas políticas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como nos mercados financeiro e de capitais brasileiro.

Assim, a Elektro poderá ser adversamente afetada por mudanças na política ou na regulamentação que envolva ou afete fatores como:

- políticas monetária, cambial, de juros e fiscal;
- políticas governamentais aplicáveis às atividades e ao setor de atuação da Elektro;
- inflação;
- controle de preços;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção de medidas por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para a Companhia.

***A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado mobiliário brasileiro e/ou os negócios da Elektro.***

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Eventuais pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, podem gerar um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado financeiro e de capitais brasileiro.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e no poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os negócios, para a condição financeira e para os resultados operacionais da Elektro. Além disso, caso o Brasil venha a registrar altas taxas de inflação, a Elektro poderá não ser capaz de ajustar seus preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre seus custos, afetando adversamente a margem operacional da Elektro. As pressões inflacionárias e percepções de pressões inflacionárias também poderão impedir o acesso aos mercados financeiros internacionais ou levar o Governo Federal a adotar políticas de combate à inflação que poderão prejudicar os negócios da Elektro.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, a Elektro pode ser afetada negativamente.

***A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso para a Elektro.***

Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, entre 2004 e meados de 2008, o Real valorizou-se frente ao Dólar, impulsionado pela estabilização do ambiente macroeconômico e o forte aumento de investimentos estrangeiros no país, com a taxa de câmbio chegando a R\$ 1,5593 para US\$ 1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise que atinge os mercados financeiros globais e que se espalhou em meados de 2008, o Real desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar em 2008, atingindo a taxa de R\$ 2,3370 por US\$ 1,00 no final de 2008. Em 2009, o Real valorizou 25,3% em relação ao Dólar e em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio era de R\$ 1,7412 para US\$ 1,00. Em 31 de março de 2010, a taxa de câmbio era de R\$ 1,7810 para US\$ 1,00.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que por sua vez, poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudicar tanto nossa situação financeira como nossos resultados operacionais, podendo, ainda, restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive a formação de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do Real em relação ao Dólar pode, como no contexto da atual desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do Real poderiam ter um efeito adverso relevante e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como ter um efeito adverso para a Elektro. Não há como garantir que o Real não sofra valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar no futuro.

Adicionalmente, a Elektro adquire parte das suas necessidades de energia de Itaipu, cuja tarifa é denominada em Dólares, sendo capturada pela Elektro, para fins dos reajustes tarifários anuais, no mecanismo da CVA. Consequentemente, essa tarifa sofre oscilações conforme a variação da taxa do Dólar. Dessa forma, elevações substanciais da taxa de câmbio podem elevar a necessidade de capital de giro da Elektro, comprometendo o seu fluxo de caixa, em período que antecede o reajuste tarifário anual, quando este valor será repassado à tarifa de energia elétrica, podendo ter um efeito adverso para a Elektro.

### ***Efeitos das Flutuações das Taxas de Juros.***

O COPOM estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro.

Conforme dados disponibilizados pelo COPOM, em 2006, a taxa básica de juros variou entre 18,00% e 13,25%. Em 2007, essa taxa variou entre 13,25% e 11,25% e, no ano de 2008, entre 11,25% e 13,75%. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa básica de juros, medida pela Selic, era de 8,75% ao ano sendo mantida nesse patamar até 31 de março de 2010. Posteriormente, em abril, o COPOM elevou a taxa SELIC para 9,5% ao ano.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Elektro na medida em que pode inibir o crescimento econômico e consequentemente a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são financiados com recursos de terceiros e remunerados a taxas de juros pós-fixadas indexadas ao CDI, TJLP, dentre outros índices. Caso haja uma elevação das taxas de juros que influencie esses indexadores, as despesas financeiras da Elektro também aumentarão, podendo afetar negativamente a capacidade de pagamento da Elektro.

O acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais internacional é influenciado pela percepção de risco no Brasil e em outras economias emergentes, e isso poderá prejudicar a capacidade da Elektro de financiar suas operações.

***Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.***

As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. Em razão dos problemas econômicos em vários países de mercados emergentes, em anos recentes (como a crise financeira da Ásia em 1997 e a crise financeira da Rússia em 1998), quanto nos mercados desenvolvidos (como a crise do mercado *subprime* de hipotecas, que se iniciou em agosto de 2007 e prejudicou fortemente os resultados dos grandes bancos europeus e norte americanos), os investidores examinaram com maior prudência os investimentos em mercados emergentes. As eleições no Brasil em 2002 também contribuíram para aumentar a instabilidade e produziram uma evasão de dólares do Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentassem custos mais altos para a captação de recursos, tanto no País como no exterior, restringindo seu acesso aos mercados financeiro e de capitais internacional. Não há garantia de que esses mercados permaneçam abertos às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesses mercados sejam vantajosos para a Elektro. Crises em outros países emergentes poderiam restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive as da Elektro, podendo dificultar a realização de seus planos de investimento. A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia causar um efeito adverso para a Elektro.

### ***Influência das Alterações na Legislação Tributária do Brasil.***

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Elektro, as distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento da carga tributária da Elektro que, nos termos do Contrato de Concessão, possibilita a Revisão Tarifária Extraordinária junto à ANEEL para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ser ajustado o repasse do aumento dos encargos da Elektro às tarifas por ela cobradas pela prestação de seus serviços. Destaca-se que, nos casos que envolvam imposto de renda, a Elektro não poderá pleitear a Revisão Tarifária Extraordinária.



***A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda dos valores mobiliários da Companhia pelo preço e no momento desejados.***

Não há garantias de que haverá um mercado de negócios ativo e líquido para os valores mobiliários de emissão da Companhia. Mercados de negócios ativos e líquidos, normalmente, resultam em menor volatilidade de preço e maior eficácia em efetuar as ordens de compra e venda dos investidores. O preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia poderá variar significativamente em decorrência de inúmeros fatores, alguns dos quais estão fora de seu controle, como eventual falta de atividade e de liquidez. Em caso de queda do preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia, o investidor poderá perder grande parte ou todo o seu investimento.

## **5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos**

### **A. Riscos para os quais se busca proteção**

A Elektro está exposta a riscos tradicionais de mercado, como variações nas taxas de juros, risco de crédito, risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento, risco de mercado e risco na interrupção no fornecimento de energia elétrica.

### **B. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Elektro possui uma política de gerenciamento de riscos, que tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira, incluindo flutuações na atividade econômica, índices de inflação, taxa de câmbio ou taxas de juros. Estes fatores são monitorados através de simulações mensais, do fluxo de caixa, para os próximos 12 meses e através dos Planos Operacionais Anuais da Companhia (Plano Operacional ou Plano).

De acordo com a política de gerenciamento de riscos da empresa, a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*) da Elektro é a utilização de derivativos como propósito único e específico de proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, exceto o risco relativo à compra de energia de Itaipu e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais não apresentam impactos nas demonstrações de resultado da Companhia por estarem contempladas em seu reajuste tarifário anual, conforme mecanismo de ativos e passivos regulatórios, especificamente da CVA. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários.



### **C. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não possuía, em 31 de março de 2010, instrumentos financeiros derivativos e não havia efetuado qualquer operação com esse tipo de instrumento durante os períodos apresentados no ITR de 31.3.2010.

### **D. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Elektro possui uma política de gerenciamento de riscos, que tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira, incluindo flutuações na atividade econômica, índices de inflação, taxa de câmbio ou taxas de juros. Estes fatores são monitorados através de simulações mensais, do fluxo de caixa, para os próximos 12 meses e através de Planos Operacionais Anuais da Companhia (Plano Operacional ou Plano).

O Plano Operacional é elaborado através da simulação de cenários, que são analisados e discutidos entre os membros da Diretoria, antes que seja definida a versão final do Plano. Estes cenários se baseiam em premissas que são agrupadas em:

- **Econômicas:** principais indicadores econômico-financeiros, como crescimento do Produto Interno Bruto, taxas de inflação, câmbio e juros; **Financeiras:** política de financiamento dos novos investimentos, política de aplicação de recursos, entre outras;
- **Mercado:** crescimento do consumo de energia pelas diferentes classes de clientes, clientes livres, compra de energia;
- **Regulatórias:** regras gerais do mercado, encargos, mecanismos de repasse, reajustes e revisões tarifárias;
- **Operacionais:** níveis de despesas e investimentos. O Orçamento é elaborado através das definições e direcionamentos estratégicos onde são definidas as metas e diretrizes que suportam o Plano Plurianual;
- **Prognóstico:** antecipa ações quanto aos impactos e mudanças em discussão e potenciais alterações no resultado futuro. Este acompanhamento é feito através da atualização mensal das projeções de longo prazo da Elektro e discussão das premissas com as áreas, em processo similar ao adotado quando da elaboração do Plano; e
- **Diagnóstico:** é realizado através da análise das variações dos resultados realizados como cenário projetado no Plano e são discutidas junto às áreas as justificativas para esses desvios. São traçados planos de ação para correção desses itens, que são acompanhados em reuniões mensais, envolvendo a Diretoria da Elektro.

Além disso, descrevemos abaixo os principais parâmetros utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus principais riscos:

## Variação das taxas de juros

Os instrumentos financeiros da Elektro estão sujeitos às oscilações do CDI, IGP-M, TJLP e IPCA, e, portanto, está sujeita à riscos envolvendo a variação de tais taxas de juros. Segue abaixo tabela contendo o resultado da análise de sensibilidade realizada pela empresa nos termos da Instrução CVM 475:

### Variação das taxas de juros (em R\$ mil)

| Instrumentos  | Exposição    | Risco          | Cenário I<br>Focus | Cenário II<br>Elevação do<br>índice em 25% | Cenário III<br>Elevação do<br>índice em<br>50% |
|---|--------------|----------------|--------------------|--|--|
| Aplicações Financeiras  | 318.789      | Variação CDI   | 5.809              | 7.115                                      | 14.230   |
| Debêntures  | (390.708)    | Variação CDI   | (7.119)            | (8.720)                                    | (17.441)                                       |
|   | (71.919)     |                | (1.310)            | (1.605)                                    | (3.210)  |
| Debêntures  | (308.037)    | Variação IGP-M | (14.960)           | (1.497)                                    | (2.993)  |
| Financiamentos  | (235.364,00) | Variação TJLP  | 19                 | (3.579)                                    | (7.159)  |
| Financiamentos  | (47.617,00)  | Variação IPCA  | (7)                | (615)                                      | (11.098)                                       |
| Impacto sobre as receitas/(despesas) financeiras líquidas (1) |              |                | (16.258)           | (7.296)                                    | (24.461)                                       |

(1) Considerando-se como base a despesa financeira líquida de R\$ 16.258 mil que seria registrada no caso de movimentação dos índices observados no encerramento do exercício.

## Risco de Crédito

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

## Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Companhia (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de “Empresa de Referência” e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Companhia nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante à Companhia o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, que será subtraído ou acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Companhia, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 6.1 das Informações Trimestrais da Companhia – data base 31/03/2010).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

### **Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro e o término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em 12/2004) as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

## **Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informações não auditadas pelos auditores independentes)**

A Elektro com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infra-estrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções destaca-se a disponibilidade de duas subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de mais 53 subestações (SE), a automação do comando de 435 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Quanto às ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a os investimentos realizados nos últimos 8 anos na melhoria dos sistemas de proteção envolveram mais de R\$ 54.243.000,00 na substituição de 348 disjuntores e na substituição de 340 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

| Índices  | Valorização %<br>acumulada nos períodos |            |
|--|---|------------|
|  | 31/03/2010                              | 31/03/2009 |
| Valorização/(Desvalorização) do Real frente ao Dólar | -2,29                                   | -0,93      |
| IGP-M  | 2,75                                    | -0,92      |
| IGP-DI   | 2,73                                    | -0,96      |
| TJLP   | 1,47                                    | 1,53       |
| Selic  | 2,08                                    | 2,88       |
| CDI  | 2,07                                    | 2,87       |
| IPCA   | 2,06                                    | 1,23       |

### **E. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

### **F. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Com o objetivo de monitorar o cumprimento da política de gerenciamento de risco, a Elektro conta com uma equipe de Auditoria Interna e Controles Internos, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos formado pelo Diretor-Presidente, pelos Diretores, pelo *Controller* e pelo Gerente Executivo de Auditoria e Controles Internos. O Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Elektro, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete a tal Comitê a revisão das deficiências de Controle Interno apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

Ainda, com o objetivo de reforçar a gestão dos riscos estratégicos da empresa e facilitar a divulgação dos mecanismos de controle desses riscos, a Elektro implementou um sistema de gestão de riscos estratégicos chamado de ERM (*Enterprise Risk Management*). Dentro desse sistema estão mapeados e monitorados, além dos riscos financeiros, os principais riscos setoriais e operacionais da Elektro, valendo a pena destacar: Regulamentação e política tarifária do setor elétrico, racionamento de energia, planejamento de mercado e de necessidades de energia para atender a área de concessão, e acidentes com força de trabalho e população. Os riscos que fazem parte do ERM são monitorados através de um painel de indicadores de riscos que são mensalmente atualizados e disponibilizados para todos os colaboradores através da intranet da empresa. O objetivo desses indicadores é antecipar o acontecimento de eventos associados a esses riscos, permitindo que a Administração da Elektro tome ações preventivas.

#### **G. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração acredita que a empresa possui uma estrutura adequada para garantir o cumprimento de sua política de gerenciamento de riscos. O mapeamento e avaliação dos riscos da empresa são elaborados por um time multidisciplinar de ERM - Enterprise Risk Management resultando em uma matriz de risco. A gestão desses riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve além do Planejamento Estratégico e a área de Auditoria e Controles Internos, gestores das áreas de negócio, que são os *Risk Owners* de cada risco identificados como críticos para a companhia. Também, a área de Auditoria e Controles Internos está estruturada para executar testes de auditoria periódicos nas categorias: Estratégico, Operacional, *Compliance* e Financeiro, assegurando a efetividade de seus controles internos.

A Administração entende que suas práticas e a política de gerenciamento de riscos e controles internos são adequadas à sua estrutura operacional.

#### **5.3. Em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

Não houve alterações em relação ao último exercício social.

#### **5.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes foram fornecidas acima.

### **6. Histórico do Emissor**

#### **6.1. Constituição do emissor**

A Elektro foi constituída em 6 de janeiro de 1998, como subsidiária integral da CESP, dentro das diretrizes estabelecidas pelo PED – Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, Brasil.

#### **6.2. Prazo de duração**

A Elektro, como sociedade por ações, foi constituída por prazo indeterminado, conforme artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, com vencimento em 2028, o qual pode ser prorrogado, por requerimento da Companhia e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, mais 30 anos.

#### **6.3. Breve histórico do emissor**

A Elektro é controlada diretamente pelas empresas *holdings* EPC – Empresa Paranaense Comercializadora, ETB – Energia Total do Brasil, AEI Investimentos Energéticos e AEI Brazil Finance que, conjuntamente, detêm 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Companhia. A EPC detém o bloco de controle com 64,55% do capital votante da Elektro. Todas as *holdings* acima mencionadas são indiretamente controladas pela AEI.

A Elektro foi constituída por meio da Assembleia Geral Extraordinária da CESP, realizada em 6 de janeiro de 1998, sendo inicialmente uma sociedade por ações de capital fechado. Posteriormente, a CESP aprovou alteração estatutária da Elektro em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 1998, elevando o seu capital social por meio da cessão de ativos relativos à distribuição de energia elétrica da CESP.

Em 27 de maio de 1998, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada nova alteração do Estatuto Social. Em 1º de junho de 1998, por sua vez, deu-se o início das operações comerciais independentes da Elektro, com a concomitante transferência para a Elektro de todos os funcionários da CESP que atuavam na distribuição de energia.

A Elektro obteve seu registro de companhia aberta na CVM em 8 de julho de 1998. Nos termos do Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998 e por intermédio do Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, a União concedeu à Elektro o direito de exploração dos serviços públicos de distribuição e de geração de energia elétrica nos municípios listados no Contrato de Concessão.

### **Aquisição do controle da Elektro pelo Grupo Enron**

Em 16 de julho de 1998, por meio de leilão realizado na Bovespa, a Terraço, holding brasileira que na época era controlada indiretamente pela Enron, adquiriu 43.681.171 lotes de mil ações ordinárias representativas de 89,98% do capital votante da Elektro (46,62% do capital total), mediante a utilização de recursos captados no exterior por sua subsidiária integral, a empresa TIL.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 1999, os acionistas da Elektro aprovaram a incorporação da Terraço, passando o controle do capital votante da Elektro a ser exercido diretamente pelos então acionistas da Terraço, na mesma proporção de suas participações na Terraço anteriormente à incorporação.

Por meio de mais 2 leilões ocorridos na Bovespa, em 29 de janeiro de 1999 e 18 de fevereiro de 1999, respectivamente, a Enron passou a deter indiretamente 99,46% do capital social total da Elektro por meio de suas holdings brasileiras.

No segundo trimestre de 1999, a parcela de dívida contraída pela TIL no exterior, no montante de R\$ 430.500 mil, que havia sido utilizada pela Terraço, sua então controladora, para aquisição das ações da Elektro ofertadas na então Bovespa no dia 16 de julho de 1998, foi assumido pelos controladores da Elektro na época. Essa parcela foi objeto de capitalização em 27 de maio de 1999, equivalente a R\$ 429.650 mil. Após esta capitalização, a Enron, por meio de suas holdings brasileiras, passou a deter indiretamente 99,62% do capital social total da Elektro e 99,96% de seu capital votante.

### **Reestruturação do Grupo Enron**

Em 2 de dezembro de 2001, a Enron e algumas de suas controladas e coligadas (conjuntamente com a Enron, os “Devedores”) iniciaram um processo de proteção falimentar com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América.

Em 11 de julho de 2003, os Devedores, com o apoio do Comitê Oficial de credores quirografários (Official Unsecured Creditors Committee) da Enron (“Comitê de Credores”) e do examinador independente do processo (nomeado pelo juiz da Corte de Falências de Nova Iorque), submeteram à aprovação da Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (“Corte de Falências”), um plano de reorganização da Enron em conjunto com algumas de suas afiliadas (“Plano”) com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América e o seu respectivo memorando de informações, que continha descritivo dos aspectos operacionais, comerciais, financeiros e regulatórios, dentre outros, dos ativos que integravam a Enron, e que tinha por objetivo dar uma visão geral dos negócios e condições financeiras da Enron aos seus credores.

O Plano contemplou a criação da Prisma Energy, companhia internacional de energia que deveria atuar na gestão de participações integrais ou parciais da Enron nos ativos de distribuição de energia elétrica e gás natural, gasodutos e geração de energia elétrica, todos localizados fora dos Estados Unidos da América. De acordo com o Plano, a Elektro se tornaria uma das empresas integrantes do grupo de empresas controlado pela Prisma Energy.



Após audiência pública realizada em 9 de janeiro de 2004, a Corte de Falências aprovou o memorando de informações, confirmando que este continha informações suficientes para permitir que um reclamante ou parte interessada no processo votasse contra ou a favor do Plano.

Após a realização de mais uma audiência pública em junho de 2004, a Corte de Falências aprovou, em 15 de julho de 2004, o Plano da Enron com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América. De acordo com o Plano então aprovado, os credores quirografários da Enron receberam pagamentos em espécie e em ações da Prisma Energy. As transferências dos ativos para a Prisma Energy ocorreram após a obtenção das aprovações regulatórias e de terceiros necessárias.

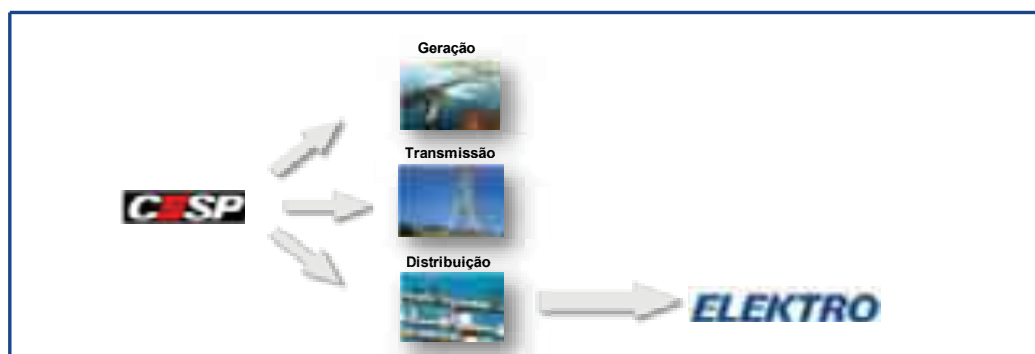
Tendo em vista a troca de controle da Elektro, as seguintes aprovações locais necessárias para a efetivação da transferência do seu controle societário indireto para a Prisma Energy foram obtidas: (i) em 16 de março de 2004, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 109, (ii) em 6 de abril de 2004, a Diretoria do BNDES, banco credor da Elektro na época, deliberou a aprovação, em consonância com disposições aplicáveis aos seus contratos de financiamento e (iii) os bancos agentes de repasses e linhas de crédito do BNDES detidos pela Elektro na época também aprovaram a alteração do controle societário indireto da Elektro para a Prisma Energy.

Em 31 de agosto de 2004 e em conformidade com as disposições do Plano, foi celebrado o Contrato de Contribuição e Separação de Ativos (Contribution and Separation Agreement) entre a Enron, Prisma Energy e outros, por meio do qual a Enron transferiu para a Prisma Energy diversos ativos e participações societárias, incluindo a sua participação acionária indireta detida na Elektro, concretizando uma das etapas do Plano.

### **Aquisição da Prisma Energy**

Entre maio e setembro de 2006, a Ashmore Energy International Limited adquiriu 100% das ações da Prisma Energy, o que somente ocorreu após a obtenção dos consentimentos e aprovações necessários, incluindo, no Brasil, a aprovação da ANEEL, BNDES e agentes repassadores de linhas de financiamento do BNDES.

Em 29 de dezembro de 2006, foi implementada a fusão das empresas Prisma Energy e Ashmore Energy International Limited, com o surgimento de uma empresa denominada Ashmore Energy International. Posteriormente, em 22 de outubro de 2007, houve a alteração da razão social dessa empresa de Ashmore Energy International para AEI.



#### **6.4. Data de registro na CVM**

A Elektro obteve seu registro de companhia aberta na CVM em 8 de julho de 1998.

#### **6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas**

Ver item 8.3 deste Formulário de Referência.

#### **6.6. Houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos**

Nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial foi apresentado por ou contra a Elektro.

#### **6.7. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes foram fornecidas acima.

### **7. Atividades do emissor**

#### **7.1. Atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas**

A Elektro é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica para cerca de 2,1 milhões de unidades consumidoras em uma área de concessão de 120 mil km<sup>2</sup>, na qual, segundo dados do IBGE, de 2009, residem aproximadamente 5,7 milhões de pessoas.

A abrangência, a dispersão geográfica e a diversidade socioeconômica são características marcantes da área de concessão da Elektro, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme quadro abaixo.



Data base: 31 de março de 2010, vigente desde outubro de 2009.

Para ter acesso ao mapa com melhor resolução acesse o link  
<http://www.luzpublicidade.com.br/admin/temp/ftp/ELEKTROMAPA.pdf>

A gestão operacional da Elektro é centralizada e realizada pelo Centro de Operações de Distribuição (COD). É de sua responsabilidade o monitoramento do fluxo de energia na rede de distribuição e o gerenciamento logístico otimizado das equipes de campo (situadas em 104 Células de Serviços de Rede (CSR) estrategicamente localizadas na área de atuação da Elektro) e geridos a partir de quatro escritórios regionais (denominados Oeste, Centro, Leste e Sul) que executam os serviços na rede elétrica.

O sistema elétrico operado pela Elektro é composto por 106 mil km de linhas de distribuição e 1.386 km de linhas de transmissão, 658 alimentadores, 121 subestações e duas subestações móveis, mais de 154 mil transformadores de distribuição e, aproximadamente, 1,7 milhão de postes. A Capacidade Instalada é de 4.593 MVA e demanda máxima registrada em 2010 foi de 2.263 MW.

A distribuição e o fornecimento de energia são regulamentados por diversos instrumentos legais, principalmente:

- Contrato de concessão – define as principais obrigações e direitos. No caso da Elektro, possui vigência até 27 de agosto de 2028, podendo a Companhia requerer à ANEEL a renovação contratual por mais 30 anos.
- Resolução nº 456 de 30 de novembro de 2000 – estabelece as condições gerais de fornecimento.
- Lei nº 10.848 de 16 de março de 2004 e o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004 - dispõem sobre a comercialização de energia elétrica e compõem a base regulatória do novo modelo do setor de energia elétrica.

Complementares aos requisitos legais mencionados, existem muitas outras resoluções, decretos, leis e portarias de maior especificidade.

Com relação à distribuição de energia, cada concessionária detém um monopólio natural em sua área de concessão e deve cumprir as obrigações impostas pela regulação, que garantem a prestação dos serviços com isonomia, eficiência e qualidade.

O mercado da Elektro é composto por residências e estabelecimentos públicos, comerciais e industriais localizados em sua área de concessão. Para possibilitar um melhor atendimento aos clientes, os mesmos são segmentados internamente com base no nível de tensão e características de consumo. São dois segmentos: Grupo B e Grupo A, definidos na tabela a seguir:

| Segmento |                  | Quant. clientes | Crerios   |
|----------|------------------|-----------------|---|
| Grupo B  |                  | 2,1 milhões     | Clientes com fornecimento em baixa tensão, em sua maioria, clientes residenciais e rurais.  |
| Grupo A  | Grandes Clientes | 651             | Enquadram-se neste segmento todos os grupos de unidades consumidoras que a soma das demandas contratadas seja maior ou igual a 500 kW e que se enquadrem nos seguintes segmentos: Alimentos e Bebidas, Concessionárias e Energia, Grandes Consumidores, Sucroalcooleiro / Biomassa / Geração, Embalagem e Plásticos, Médios Consumidores, Automotivos e Comp. Industriais e Construção Civil e Móveis, Corporativos e os Clientes livres. |
|          | Grupo A          | 5.603           | Clientes com demanda contratada inferior a 2MW e que não se enquadram nos perfis dos Grandes Clientes.  |

Fonte: Elektro

O relacionamento com os clientes segue as Diretrizes Comerciais e de Relacionamento com Clientes - política desenvolvida internamente para orientar todas as ações de relacionamento com clientes, visando ao atendimento com qualidade e voltado às necessidades dos consumidores.

Os canais de relacionamento estabelecidos nas Diretrizes Comerciais incluem equipes especializadas para atendimento aos grandes clientes, agências próprias e parcerias para atendimento presencial, agência virtual no site da empresa na internet e a Central de Atendimento ao Cliente (CAC). Estes canais foram definidos de acordo com as necessidades dos clientes e, expectativas dos diversos segmentos, acessibilidade a todos os clientes e dispersão geográfica.

A Central de Atendimento ao Cliente ("CAC") conta com: 151 posições de atendimento, um site de contingência com 30 postos adicionais, aproximadamente 313 operadores, todos funcionários próprios da Elektro, e atende a uma média de 6,0 milhões de chamadas por ano. A infraestrutura da CAC é terceirizada.

As demandas e reclamações vindas de qualquer canal de relacionamento são registradas no Sistema Comercial e são direcionadas de forma automática aos responsáveis pelos processos, sendo o número de protocolo informado ao cliente para acompanhamento do pedido. As análises são feitas com base na legislação vigente, Contrato de Concessão e instruções comerciais da Elektro, que contemplam regras e prazos a serem respeitados.

O acompanhamento da satisfação dos clientes e a busca pela melhoria contínua do atendimento são tão fundamentais quanto o fornecimento da energia. O conhecimento dos clientes a respeito da marca, da imagem e dos produtos da Elektro é identificado por meio de pesquisas de mercado periódicas realizadas pela ABRADEE e ANEEL. Os resultados são criteriosamente analisados para a elaboração de planos de ação efetivos.

De acordo com a legislação vigente, as distribuidoras de energia elétrica devem garantir o fornecimento de energia a 100% de seu mercado cativo por intermédio da contratação de energia elétrica proveniente principalmente dos Leilões Regulados promovidos pela ANEEL.

Em 2009, a Elektro adquiriu energia para fornecimento a toda a sua base de clientes finais e teve o custo referentes a essa energia integralmente repassado às tarifas dos consumidores finais, conforme legislação vigente. Cerca de 72% do volume de energia comprada provém de leilões regulados e 24% de energia compulsória proveniente de Itaipu. O restante do portfólio de compra foi composto por 2% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 2% decorreram de contratos bilaterais.

A Elektro participa ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou sua necessidade de energia até 2012. A partir de 2013, a Elektro adquiriu energia correspondente a 75% de sua necessidade para aquele ano e o restante o será adquirido por meio de leilões futuros.

**7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações**

**A. Produtos e serviços comercializados**

A Elektro é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica em uma área de concessão de 120 mil km<sup>2</sup> e com cerca de 5,7 milhões de pessoas. A abrangência e dispersão geográfica e a diversidade sócio-econômica são características marcantes da área de concessão da empresa, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul.

Os negócios da Elektro dependem diretamente do mercado nacional e de seu próprio desempenho. Em linhas gerais, a operação da concessionária consiste em comprar energia elétrica e distribuir energia elétrica a seus clientes finais.

A receita a partir do faturamento é dada por (i) fornecimento de energia elétrica ao mercado cativo; e (ii) faturamento pela demanda de uso do sistema de distribuição de energia elétrica contratadas pelos Clientes Livres, que a despeito de adquirirem energia de outros agentes no mercado livre de energia, permanecem utilizando os serviços da Elektro para transporte da energia.

**B. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

Mais de 98% da receita líquida da Elektro resulta exclusivamente da distribuição de energia elétrica. O restante refere-se a outras receitas provenientes, basicamente, de compartilhamento de infraestrutura e aluguel de postes, como também outros componentes financeiros contabilizados como Outras Receitas/Despesas, conforme Notas Explicativas das respectivas Demonstrações Financeiras.

No trimestre encerrado em 31 de março de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1.158,7 milhões, composta por R\$ 1.043,3 milhões no fornecimento de energia elétrica a seus clientes finais, R\$ 74,5 milhões no uso do sistema de distribuição e R\$ 40,9 milhões de outras receitas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4.034,7 milhões, composta por R\$ 3.719,5 milhões no fornecimento de energia elétrica a seus clientes finais, R\$ 365,9 milhões no uso do sistema de distribuição e R\$ 50,7 milhões de outras despesas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3.719,9 milhões, composta por R\$ 3.404,8 milhões no fornecimento de energia elétrica a seus clientes finais, R\$ 252,4 milhões no uso do sistema de distribuição e R\$ 62,8 milhões de outras receitas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3.582,7 milhões, composta por R\$ 3.327,9 milhões no fornecimento de energia elétrica a seus clientes finais, R\$ 300,4 milhões no uso do sistema de distribuição e R\$ 45,6 milhões de outras despesas.

Para mais informações acerca da receita da Companhia ver item 7.9 deste Formulário de Referência.

### **C. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Por se tratar de distribuição de energia elétrica, cujas receitas da Companhia são provenientes de seu único segmento, a Administração entende não ser aplicável a abertura do lucro ou prejuízo da Elektro por segmento de atuação. De toda forma, a tabela abaixo demonstra o lucro da Companhia nos últimos três exercícios sociais (em R\$ mil):

| Lucro Líquido<br>(R\$ mil) | Exercício Social<br>encerrado em 31 de<br>dezembro de 2009 | Exercício Social<br>encerrado em 31 de<br>dezembro de 2008 | Exercício Social<br>encerrado em 31 de<br>dezembro de 2007 |
|----------------------------|--|--|--|
|                            | 485.567  | 391.787  | 466.857  |

| Lucro Líquido<br>(R\$ mil) | Período de três meses findo<br>em 31 de março de 2010 | Período de três meses findo<br>em 31 de março de 2009 |
|----------------------------|---|---|
|                            | 114.044   | 124.930   |

Para mais informações acerca do lucro ou prejuízo da Companhia ver item 7.9 deste Formulário de Referência.

## **7.3. Produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2**

### **A. Características do processo de produção**

A Companhia não produz a energia que distribui. A Companhia adquire praticamente toda a sua energia por meio de (i) quotas de compra de energia de Itaipu e PROINFA; (ii) contratos bilaterais de longo prazo; e (iii) compra em leilões de energia.

### **B. Características do processo de distribuição**

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um sistema de coordenação e controle, formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, que congrega o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil. O SIN representa um sistema hidrotérmico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e proprietários múltiplos, estatais e privados.

Como as usinas hidrelétricas são construídas em espaços onde melhor se podem aproveitar as aflúncias e os desníveis dos rios, geralmente situados em locais distantes dos centros consumidores, foi necessário desenvolver no país um extenso sistema de transmissão. Essa distância geográfica, associada à grande extensão territorial e às variações climáticas e hidrológicas do País, tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e períodos do ano. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões, permitindo, assim, obterem-se os benefícios da diversidade de regime dos rios das diferentes bacias hidrográficas brasileiras.



Desde meados da década de 70, o sistema eletroenergético brasileiro é operado de forma coordenada, no intuito de se obterem ganhos sinérgicos a partir da interação entre os agentes. A operação coordenada busca minimizar os custos globais de produção de energia elétrica, contemplar restrições intra e extra-setoriais e aumentar a confiabilidade do atendimento. Atualmente, essa atividade é exercida pelo ONS.

Fazem parte do SIN as instalações elétricas de transmissão, com tensão igual ou superior a 230kV, denominadas de Rede Básica.

As demais instalações de transmissão bem como as instalações com tensão inferior a 230kV são utilizadas pelas distribuidoras para entregar a energia elétrica em baixa ou alta tensão a consumidores residenciais, comerciais, industriais e demais localizados em sua área de concessão.

A Elektro atende a 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no estado do Mato Grosso do Sul. Para atendimento a este mercado, a Elektro recebe energia em seu sistema de distribuição através de pontos de medição de fronteira, que são o limite entre as instalações de transmissão e o sistema de distribuição operado pela Elektro.

É de responsabilidade da Elektro a expansão, manutenção e operação da rede de distribuição, subestações (fixas e móveis), alimentadores e transformadores, para atendimento de sua área de concessão. Em 31 de março de 2010, os principais ativos que compõem este sistema são:

- 106 mil Km de rede distribuição
- 1.386 km de linhas de transmissão.
- 121 Subestações
- 2 Subestações Móveis (138kV – 15/30 MVA)
- 4.593 MVA de Potência Instalada
- 2.263 MW de demanda coincidente
- 658 alimentadores
- 154 mil transformadores de distribuição
- 1,7 milhões de postes

A tecnologia dos equipamentos e sistemas adotada pela Elektro é compatível com a utilizada pelo setor elétrico nacional e internacional. Esta estrutura operacional é constantemente modernizada de modo a garantir altos índices de eficiência e automação, refletindo em aumento de segurança e melhorias dos índices de qualidade do fornecimento.

Toda operação do sistema de distribuição da empresa é centralizada em um Centro de Operações (COD), que permite a supervisão e a operação remota, além do despacho automático de ordens às equipes de campo.

A Empresa também possui escritórios localizados em quatro Regiões: Oeste, Centro, Leste e Sul. As Regiões fazem a gestão do sistema elétrico e das equipes de campo, que estão distribuídas em 104 Células de Serviços de Rede (CSRs) estrategicamente localizadas para atuação ágil na rede distribuição em toda área de concessão.

### **C. Características do mercado de atuação:**

#### **(i) Participação em cada um dos mercados**

A distribuição de energia elétrica é uma atividade regulada, não havendo competição entre os agentes do mercado, uma vez que cada concessionária detém um monopólio natural em sua área de concessão. As concessionárias devem cumprir obrigações impostas pela regulação, que garantem a prestação dos serviços com eficiência e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela ANEEL.

De acordo com dados da ANEEL, o mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por 63 concessionárias, estatais ou privadas, de serviços públicos que abrangem todo o País. As concessionárias estatais estão sob controle dos governos federal, estaduais e municipais. Em várias concessionárias privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas. De acordo com dados da ANEEL, são atendidos cerca de 47 milhões de unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, em mais de 99% dos municípios brasileiros.

As principais empresas distribuidoras de energia elétrica que atuam juntamente com a Elektro no Estado de São Paulo são Eletropaulo, CPFL, CPFL Piratininga e Bandeirante.

A Elektro ocupou, em 31 de dezembro de 2008, a posição de 8ª maior distribuidora de energia elétrica no Brasil, de acordo com a ABRADEE. No Estado de São Paulo ela ocupou a 3ª posição segundo dados de 2009 da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. No mesmo período, as vendas de energia elétrica (em GWh) da Elektro representaram 3,5% do mercado brasileiro e 11,2% do mercado do Estado de São Paulo, segundo dados da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

#### **(ii) Condições de competição nos mercados**

A Elektro assinou em 27 de agosto de 1998 o Contrato de Concessão que lhe permite distribuir energia elétrica em 223 municípios do Estado de São Paulo e cinco municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Dentro de sua área de concessão, a Elektro não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica em baixa e alta tensão a consumidores residenciais, comerciais, industriais e demais.

Entretanto, sofre concorrência de comercializadoras e geradores na oferta de energia elétrica aos clientes com demanda superior a 500KW (denominados clientes especiais ou livres), que podem adquirir energia no Ambiente de Contratação Livre. Consumidor Especial é o cliente com demanda entre 500 KW e 3000 kW e que, de acordo com a legislação vigente, somente pode adquirir energia proveniente de fonte incentivada (usina PCH, biomassa, eólica ou solar com potência injetada no sistema elétrico de até 30 MW). Consumidores Livres são aqueles cuja demanda supera 3000 KW e que podem comprar energia incentivada ou convencional.

Caso optem por adquirir energia no mercado livre, os Consumidores Livres ou Consumidores Especiais irão contratar bilateralmente a energia de um agente comercializador ou gerador mas permanecerão como clientes da Elektro com relação ao serviço de distribuição de energia elétrica, que também deverá ser contratado. Caso optem por permanecer no mercado regulado, irão contratar tanto a energia quanto o serviço de distribuição da concessionária, em condição igual aos demais clientes localizados na área de concessão. Em 2009, o pagamento da TUSD pela utilização da rede por consumidores livres situados na área de concessão da Companhia representou 9% da receita bruta do fornecimento de energia a clientes finais da Elektro.

Como a contratação do serviço de distribuição é obrigatório mesmo para consumidores livres ou especiais, a receita operacional da distribuidora não é totalmente afetada.

Em 31 de março de 2010, 34 clientes livres localizados na área de concessão da Elektro adquiriam energia no mercado livre. De acordo com a legislação vigente, as distribuidoras de energia elétrica devem contratar energia dos geradores suficiente para atendimento a 100% de seu mercado cativo, sendo permitida uma sobre-contratação de até 103%. Contratação acima de 103% sujeita a distribuidora ao risco de não repasse integral dos custos de compra de energia às

tarifas dos consumidores e a contratação inferior a 100% do mercado cativo expõe a distribuidora à aplicação de penalidade pelo órgão regulador.

Como a migração dos clientes entre o mercado cativo e o mercado livre influencia o montante de energia a ser contratado pelas distribuidoras, sujeitando-as ao risco de não repasse ou penalidade, a regulamentação do setor de distribuição de energia elétrica também prevê que, na hipótese de saída de Consumidores Livres ou Consumidores Especiais para o mercado livre, a concessionária de distribuição tem a prerrogativa de devolução dos volumes de energia adquiridos nos leilões de compra de energia e, na hipótese de Clientes Livres ou especiais optarem por retornar à base cativa da distribuidora, esta deve ser notificada com antecedência mínima de cinco anos no caso dos consumidores livres ou seis meses no caso de consumidores especiais, ou ainda por prazo menor por iniciativa da distribuidora, de maneira a permitir o adequado gerenciamento da sua compra de energia.

#### D. Eventual sazonalidade

A sazonalidade nas vendas de energia elétrica da Elektro pode ser dividida nos seguintes períodos:

- Período de maio a agosto: apresenta um consumo de energia elétrica com poucas oscilações entre os meses;
- Período de setembro a abril: variações nas atividades econômicas, na produção industrial e agrícola e nas condições climáticas são mais sensíveis e afetam as vendas de energia da empresa, sendo que nesses meses normalmente ocorrem as maiores vendas de energia elétrica da Elektro.

Dentre as principais causas destas variações destacam-se: (a) o aumento das vendas de energia no quarto trimestre devido ao crescimento sazonal da produção industrial; (b) variação nas vendas pelo início ou término do ciclo agrícola; e (c) variação da demanda na região litorânea em função de períodos de férias e estação do verão.

A dispersão geográfica das áreas atendidas pela empresa faz com que existam amplas diversidades entre si, sejam elas, demográficas, sociais e de caráter econômico entre as áreas. Essas características fazem com que o perfil de consumo de energia elétrica seja heterogêneo na sua área de concessão.

Seguem abaixo os índices sazonais do mercado da Elektro que correspondem às características descritas:



Fonte: Elektro – Sazonalidade calculada pela relação entre o consumo de energia do mês e a média de consumo do ano.

#### **E. Principais insumos e matérias-primas:**

**Relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.**

O produto principal da Elektro é a distribuição de energia em sua área de concessão e o fornecimento da energia para os consumidores cativos.

De acordo com a legislação, as distribuidoras de energia elétrica devem atuar no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e garantir o fornecimento de energia a 100% de seu mercado cativo por intermédio da contratação da energia proveniente de:

1. Leilões Regulados – leilões de energia promovidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) do qual participam os geradores e as distribuidoras. Os vencedores do leilão são definidos segundo critério de menor tarifa, ou seja, vence o leilão aquele que ofertar energia elétrica pelo menor preço por MW/h para atendimento da demanda declarada pelas Distribuidoras. Após o leilão são firmados contratos de longo prazo denominados CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado. Os leilões regulados são basicamente:
  - Leilão para aquisição de energia proveniente de novos empreendimentos de geração com início de suprimento após três ou cinco anos do ano de realização do Leilão (são denominados respectivamente A-3 e A-5). O período de suprimento é de 15 anos para usinas termelétricas e de 30 anos para hidráulicas;
  - Leilão para aquisição de energia proveniente de empreendimentos de geração existente, com início de suprimento no ano posterior ao de realização do leilão (denominado A-1) e seu período de suprimento é de oito anos, sem distinção da fonte;
  - Leilão de Ajuste – leilão específico para possibilitar a aquisição, pelas distribuidoras, de energia elétrica complementar necessária ao atendimento da totalidade de suas cargas cativas. O período de suprimento é de até dois anos da realização do leilão.

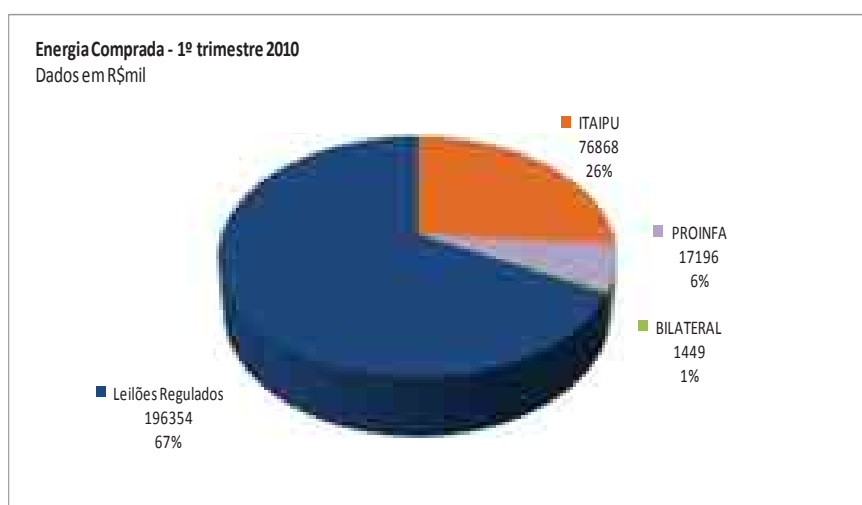
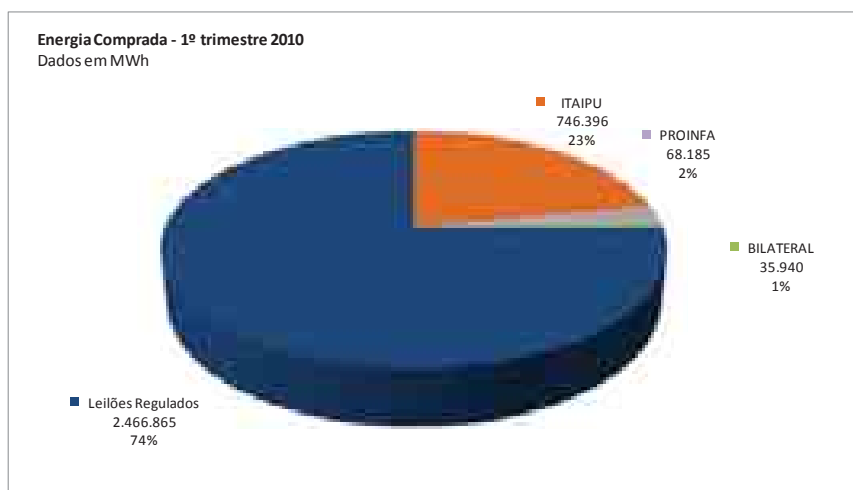
## Leilões Regulados realizados entre dezembro de 2004 a março de 2010

| Leilão                                 | Início do Suprimento | Realização | Quantidade Comprada Elektro (MWmed) | Preço Médio (R\$/MWh) |
|--|----------------------|------------|-------------------------------------|-----------------------|
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2005                 | 7/12/2004  | 518,3                               | 57,51                 |
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2006                 | 7/12/2004  | 333,0                               | 67,33                 |
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2007                 | 7/12/2004  | 38,0                                | 75,46                 |
| 2º Leilão de Energia Existente         | 2008                 | 2/4/2005   | 52,2                                | 83,13                 |
| 1º Leilão de Ajuste                    | 2005                 | 31/8/2005  | -                                   | -                     |
| 3º Leilão de Energia Existente         | 2006                 | 11/10/2005 | -                                   | -                     |
| 4º Leilão de Energia Existente         | 2009                 | 11/10/2005 | 5,9                                 | 94,91                 |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2008                 | 16/12/2005 | 21,0                                | 127,50                |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2009                 | 16/12/2005 | 26,0                                | 127,81                |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2010                 | 16/12/2005 | 66,0                                | 117,25                |
| 2º Leilão de Ajuste                    | 2006                 | 1/6/2006   | -                                   | -                     |
| 2º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2009                 | 27/6/2006  | 38,5                                | 128,96                |
| 3º Leilão de Ajuste                    | 2006                 | 29/9/2006  | -                                   | -                     |
| 3º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2011                 | 10/10/2006 | 58,6                                | 128,89                |
| 5º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2007                 | 14/12/2006 | 4,0                                 | 104,74                |
| 4º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2010                 | 26/7/2007  | 29,2                                | 137,67                |
| 5º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2012                 | 16/10/2007 | 60,2                                | 128,73                |
| 1º Leilão de Fontes Alternativas (A-3) | 2010                 | 18/6/2007  | 4,2                                 | 137,32                |
| 6º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 27/9/2007  | -                                   | -                     |
| 6º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2008                 | 11/12/2007 | -                                   | -                     |
| Leilão UHE Santo Antônio               | 2012                 | 10/12/2007 | 40,5                                | 78,87                 |
| Leilão UHE Jirau                       | 2013                 | 19/5/2008  | 52,3                                | 71,37                 |
| 6º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2011                 | 17/9/2008  | 34,4                                | 128,42                |
| 7º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2013                 | 30/9/2008  | 112,04                              | 141,78                |
| 7º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 19/6/2008  | -                                   | -                     |
| 8º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 23/9/2007  | -                                   | -                     |
| 7º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2009                 | 28/11/2008 | -                                   | -                     |
| 9º Leilão de Ajuste                    | 2009                 | 20/2/2009  | 13,8                                | 145,77                |
| 8º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2012                 | 27/8/2009  | 1,1                                 | 144,50                |
| 8º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2010                 | 30/11/2009 | -                                   | -                     |
| 9º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2014                 | Cancelado  | -                                   | -                     |
| Leilão Belo Monte                      | 2015                 | 20/4/2010  | 117,5                               | 77,97                 |

Fonte: Resultado dos Leilões – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

2. Geração Distribuída – produtor de energia elétrica conectado diretamente no sistema elétrico da distribuidora. A compra deve ser precedida de chamada pública e não pode exceder 10% da carga do agente de distribuição.
3. PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) – encargo compulsório das distribuidoras cujo volume de energia é determinado pela ANEEL através de quotas.
4. ITAIPU – energia proveniente da usina binacional de Itaipu. A aquisição é compulsória e o volume de energia é determinado pela ANEEL através de quotas. A tarifa é atrelada ao dólar.
5. Contratação anterior a 16/03/2004 – A Elektro possui um Contrato Bilateral com a usina LDC Bioenergia S.A. com vigência até 31/12/2013 e volume de 9 MW médios.

Analisando o primeiro trimestre de 2010, a Elektro adquiriu 1.535 MW médios de energia que foram responsáveis pelo desembolso de R\$ 292 milhões. Cerca de 74,4% do volume de energia comprada provém de CCEAR, cuja tarifa média de R\$ 79,5/ MWh é a menor entre as demais modalidades de contratos. O segundo maior volume de energia comprada, 22,54%, provém de Itaipu com tarifa média de R\$ 103 /MWh (lembrando que a mesma é atrelada à cotação do Dólar). A maior tarifa média é a do Proinfa R\$ 252/MWh, mas cujo volume de compra representa apenas 2,1%.



Fonte: Elektro

Os maiores fornecedores de energia da Elektro são: Itaipu (346 MWmédios e cerca de R\$ 282 milhões anuais), Furnas (316 MWmédios e R\$ 231 milhões anuais) e CHESF (218 MWmédios e R\$ 138 milhões anuais).

De acordo com a legislação, os custos de compra de energia são repassáveis às tarifas dos consumidores finais por intermédio das revisões e reajustes tarifários. Anualmente a ANEEL compara a carga da distribuidora e o volume contratado de energia.

Se a contratação for inferior a 100% da carga, esta situação expõe a distribuidora à aplicação de penalidade pela ANEEL baseada no volume descontratado. Se a contratação for superior a 103% da carga cativa, o volume sobrecontratado não é repassado às tarifas dos consumidores, havendo risco de exposição da distribuidora.

Para que as distribuidoras possam gerenciar o risco de previsão de carga, todos os contratos de Energia Existente são passíveis de redução das quantidades contratadas, observadas determinadas regras, (i) para compensar a saída de Consumidores Potencialmente Livres; (ii) em 4% a cada ano, para adaptarem-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, sempre por opção das distribuidoras; e (iii) para adaptarem-se às variações dos montantes de energia estipulados em contratos de geração firmados até 16 de março de 2004.

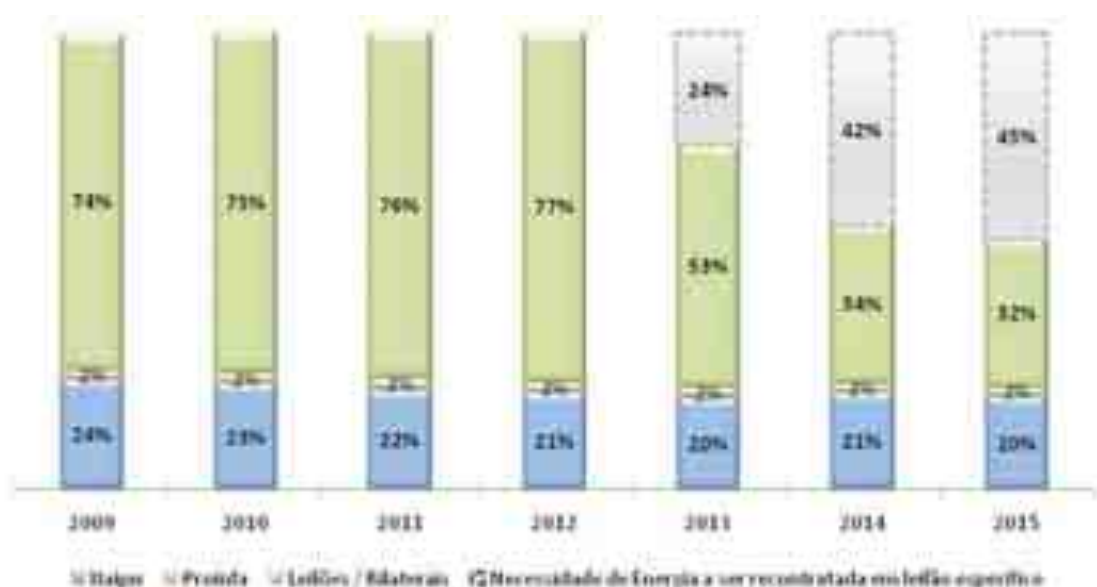
Em 2009, a posição da Elektro ficou em 102% e, portanto, seus custos de compra de energia serão integralmente repassados às tarifas dos consumidores. Considerando os dados realizados no primeiro trimestre, a posição prevista para o ano de 2010 é de 101,6%.



Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos e contratou suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012.

A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia devido ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente, sendo que a Elektro recontratará esta energia em leilões específicos que serão realizados a partir de 2012, conforme determina a legislação. Eventuais quantidades adicionais necessárias para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão das usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antonio), Belo Monte e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

Após os leilões, cada uma das usinas tem a obrigação de assinar contratos de venda de energia com a Elektro, estabelecendo volumes e prazos, inclusive homologados pela ANEEL. Este contrato prevê inclusive que eventual atraso no início das operações da usina, não afetará a entrega de energia do contrato, sendo que a usina vendedora deverá contratar energia de reposição, de outros geradores e, caso isso não ocorra, tal usina vendedora ficará sujeita às penalidades pela ANEEL, não trazendo impacto na posição contratual da Elektro.



Fonte: Elektro

Para possibilitar a distribuição de energia elétrica de forma regular e adequada aos usuários dos serviços, a Concessionária celebra além dos contratos de compra de energia, os de uso do sistema de transmissão (CUST), os de conexão ao sistema de transmissão (CCT) e os de uso do sistema distribuição de energia elétrica (CUSD) necessários.

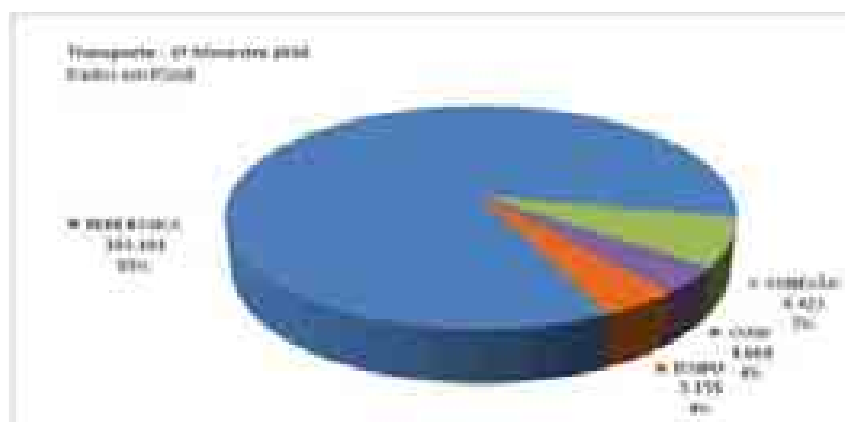
Os Encargos de Conexão são pagos à CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) e destinados a cobrir os custos incorridos com os equipamentos e manutenção das Subestações utilizadas pela Elektro, de maneira exclusiva ou compartilhada, para se conectar à Rede Básica.

Os Encargos referentes ao Uso do Sistema de Transmissão (CUST) são destinados à remuneração das receitas permitidas pelas transmissoras e operação do Sistema Interligado Nacional.

Os Encargos referentes ao Uso do Sistema de Distribuição remuneram o uso da rede de outras distribuidoras, muitas vezes necessário para atender clientes da área de concessão da Companhia. São nove pontos de conexão e abastecimento feitos por cinco distribuidoras (Bandeirante, CPFL Piratininga, Ampla, Santa Cruz e Eletropaulo).

Além destes, há ainda o ressarcimento à Furnas pelo transporte da energia de Itaipu desde a barra da usina até o SIN. Custo este determinado pela ANEEL.

Em 31 de março de 2010, cerca de R\$ 121 milhões foram despendidos com transporte de energia, sendo destes, 85% para Rede Básica. Todo o custo com transporte de energia é repassado integralmente às tarifas.



Fonte: Elektro

#### (ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Característica peculiar do setor de distribuição de energia elétrica é que os fornecedores de energia são muitos e pulverizados. Não há dependência em relação aos geradores em virtude do funcionamento do SIN, de onde chega a energia na rede da distribuidora para ser entregue aos consumidores sem interrupções, com qualidade e segurança.

#### (iii) Eventual volatilidade de preços

Desde que respeitados os limites de contratação de energia permitidos pela legislação, os custos de energia e transporte são integralmente repassados às tarifas e, portanto, a volatilidade dos preços não gera risco de exposição à empresa.

As distribuidoras contratam a maioria da sua necessidade de energia através dos leilões regulados cujo preço é determinado no leilão e o método de reajuste anual é baseado nas variações acumuladas do IPCA. O Contrato Bilateral com a LDC Bioenergia S.A. é reajustado anualmente de acordo com a variação acumulada do IGPM e os de Geração Distribuída são remunerados pelo VR (Valor de Referência calculado e divulgado pela ANEEL baseado nos preços médios dos leilões de energia nova). A quota de PROINFA e os custos de transporte de energia são remunerados de acordo com valores divulgados em Resoluções da ANEEL.

A principal volatilidade existe na Contratação de Itaipu cuja remuneração divulgada pela ANEEL é feita em dólar e, portanto, está sujeita às variações do câmbio. Está presente também na contabilização mensal promovida pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), no chamado mercado de curto prazo. Mensalmente, a CCEE apura a carga da Distribuidora e a confronta com o montante de contratos. A diferença (compra ou venda de energia) é liquidada pelo preço do mercado Spot (PLD1 - Preço de Liquidação das Diferenças). O risco de exposição da Elektro ao preço Spot é baixo pois somente são liquidados pequenos volumes de sobras ou faltas residuais de energia.

### 7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

#### A. Montante total de receitas provenientes do cliente e

Não aplicável, uma vez que não há clientes nas condições acima.

<sup>11</sup> PLD - A formação do preço da energia comercializada no mercado de curto prazo se faz através de um modelo matemático que considera os dados utilizados pelo ONS para a otimização da operação do Sistema Interligado Nacional; as condições hidrológicas; a demanda de energia; os preços de combustível; o custo de déficit; e, a entrada de novos projetos e disponibilidade de equipamentos de geração e transmissão. O PLD é calculado semanalmente e tem como base o Custo Marginal de Operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada sub-mercado.

## **B. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A receita da Elektro provém da venda e distribuição de energia elétrica a cerca de 2,1 milhões de unidades consumidoras. Seu mercado consumidor é bem pulverizado, sendo que nenhum cliente é responsável por mais de 10% da receita líquida total da empresa.

O maior cliente da Elektro é o cliente livre Sabesp com receita anual de R\$ 26,7 milhões em 2007, R\$ 22,7 milhões em 2008, R\$ 25,2 milhões em 2009 e R\$ 6,6 milhões no 1º ITR de 2010. Este volume representa, respectivamente, cerca de 0,8%, 0,67%, 0,68% e 0,63% da receita operacional bruta no fornecimento de energia para consumidores finais da empresa.

## **7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor**

### **A. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

#### **Contrato de Concessão**

A Elektro foi constituída em 6 de janeiro de 1998, como subsidiária integral da CESP, dentro das diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996 que criou o PED - Programa Estadual de Desestatização do Governo do Estado de São Paulo.

Em 1º de março de 1998, foram transferidos para a Elektro, através de integralização de capital, os ativos vinculados às atividades de distribuição de energia elétrica de propriedade da CESP. Os ativos operacionais incorporados pela Elektro foram administrados pela CESP até o início de suas operações.

Em 16 de julho de 1998, por meio do leilão de privatização, foram adquiridas pela Terraço Participações Ltda., *holding* brasileira integrante do Grupo Enron (EUA), ações ordinárias representativas de 89,98% do capital votante da Elektro.

Em 25 de agosto de 1998 foi finalizada a privatização, mediante Assembleia Geral Extraordinária da Elektro, que transferiu oficialmente o controle do capital votante.

O Contrato de Concessão nº 187/1998, celebrado em 27 de agosto de 1998 com a União e por intermédio da ANEEL, tem vigência de 30 anos e pode vir a ser prorrogado se requerido pela Companhia, a critério exclusivo da agência reguladora, no máximo por igual período.

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de implantar novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O Contrato de Concessão prevê que os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Companhia e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos para o Poder Concedente ao término do Contrato de Concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação em vigor.

O Contrato de Concessão define também regras de atuação, como as tarifas a serem aplicadas bem como a fórmula paramétrica de reajuste e os prazos para prestação de serviços.

Para mais informações sobre o Contrato de Concessão da Companhia, ver item 7.8 deste Formulário de Referência.

#### **Tarifas de energia elétrica**

As tarifas praticadas pela Elektro na cobrança dos serviços de distribuição de energia elétrica são rigorosamente as publicadas nas resoluções da ANEEL, a quem compete a fixação de tais tarifas, conforme estabelecido na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Os processos de

reajuste e revisão tarifários são efetuados em obediência ao disposto no contrato de concessão celebrado entre a concessionária e a União, segundo os ditames legais do país.

O Contrato de Concessão da Elektro, um dos anexos do Edital do Leilão de privatização, e a fórmula de reajuste constante de sua cláusula oitava – “Tarifas aplicáveis na prestação do serviço”, foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Desestatização, e foi examinada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União.

O regime tarifário vigente para os serviços de distribuição de energia elétrica é o de “serviço pelo preço” (em substituição ao “serviço pelo custo”, que vigia anteriormente), conforme estabelece a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995: “Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato”.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidas previamente ao escrutínio público.

### **Revisão e Reajuste de Tarifária**

A Revisão Tarifária Periódica é um mecanismo, que visa, em última instância a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido pela Lei de Concessões. O processo de Revisão Tarifária Periódica envolve o cálculo do: reposicionamento tarifário e a definição do Fator X, conforme detalhamento abaixo:

O reposicionamento tarifário tem por objeto central a análise das denominadas Parcelas A e B. A Parcela A é constituída pelos custos não-gerenciáveis (compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais resultantes de políticas de governo) e a Parcela B é constituída pelos custos gerenciáveis (custos operacionais, remuneração do investimento e quota de reintegração).

Assim, a composição dos valores da Parcela A e B, bem como de outras receitas (não decorrentes exclusivamente das tarifas, mas que mantêm relação com o serviço prestado ou com os bens afetos à prestação) em comparação ao montante da receita estimada para o Ano-Teste (12 meses imediatamente posteriores ao ano de vigência da Revisão Tarifária Periódica), leva ao valor do Reposicionamento Tarifário.

O tratamento da Parcela A é semelhante ao adotado nos reajustes anuais. Verifica-se com base nas projeções de mercado o volume de energia requerida para que a concessionária possa atender ao mercado cativo. O custo de compra da energia requerida é determinado pelos contratos de compra realizados pela concessionária, até o limite de repasse permitido pelo regulador. Encargos Setoriais como CCC, CDE, RGR, Taxa de Fiscalização, ONS além de custos de conexão, transporte e Rede Básica são agregados aos custos de energia.

O tratamento da Parcela B no processo de Revisão Tarifária Periódica é bem diferente do verificado nos reajustes anuais. Nos reajustes anuais, o valor da Parcela B, obtido pela fórmula paramétrica constante do Contrato de Concessão, é ajustado pela aplicação do IGP-M verificado nos 12 meses anteriores, deduzido do Fator X fixado na data da revisão tarifária. Na Revisão Tarifária Periódica, o regulador verifica o volume de recursos necessários para a concessionária cobrir seus custos operacionais e define o nível de remuneração e recuperação de capital permitidos.

Para a definição dos custos operacionais, a ANEEL introduziu o conceito de Empresa de Referência (“ER”). O conceito de Empresa de Referência está associado a três premissas básicas: (i) nível médio de eficiência na gestão; (ii) consistência entre o tratamento regulatório dado para os custos operacionais e para a avaliação e remuneração dos ativos; e (iii) condições específicas de cada área de concessão. Esse método permite que se aufera retornos superiores caso sua administração seja mais eficiente que o determinado pela ER. Entretanto, se os custos reais da concessionária forem superiores ao da ER, haverá incentivo para que a concessionária ajuste seus custos aos da ER.

Os níveis de remuneração e recuperação de capital são definidos a partir do conceito de “Base de Remuneração Regulatória”. A “Base de Remuneração Regulatória” é entendida como investimentos prudentes requeridos pela concessionária para prestar o serviço público de distribuição de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Concessão, atendendo os níveis de qualidade exigidos, avaliados a preços novos de reposição (valor de mercado) e limitados por meios de índices de carregamento e aproveitamento.

Nesse sentido, a remuneração do capital seria o resultado da Base de Remuneração Regulatória líquida de depreciação e obrigações especiais, multiplicada pelo custo médio ponderado de capital definido pelo regulador. A recuperação do capital seria o resultado da Base de Remuneração Regulatória Bruta (antes da Depreciação Acumulada e das Obrigações Especiais) multiplicada pela taxa de depreciação média da concessionária.

### **Fator X**

O Fator X é utilizado nos reajustes anuais subsequentes à revisão tarifária periódica, reduzindo o índice de IGP-M aplicável sobre o valor da Parcela B. O objetivo do regulador é o repasse aos consumidores dos ganhos de produtividade estimados para o período entre revisões tarifárias.

O Fator X é disciplinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 338/08, sendo calculado pela multiplicação do  $X_e$  pelo valor decorrente do IGP-M subtraído o  $X_a$ , e ao final somando-se o valor obtido ao  $X_a$ . O componente  $X_a$  reflete a aplicação do IPCA sobre a parcela de mão-de-obra dos custos operacionais da concessionária. O componente  $X_e$  reflete a expectativa de ganho de produtividade na escala do negócio, por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto por maior consumo dos consumidores existentes, como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias.

O cálculo do componente  $X_e$  é realizado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado - FCD, que tem por objetivo valorar as receitas e despesas futuras da concessionária, dado um determinado crescimento de mercado e uma previsão de investimentos. De acordo com esse método, o componente  $X_e$  é aquele que iguala a taxa interna de retorno do fluxo de caixa regulatório da concessionária no período tarifário ao custo de capital (WACC).

### **Regras de Concentração**

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Esses limites foram atualizados em 19 de julho de 2000, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 278/00. Referida resolução estabelecia limites com relação à participação de geradoras, distribuidoras e comercializadoras no setor. No entanto, referida resolução foi alterada pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 252/07 e 299/08 e, atualmente, o limite existente é denominado limite à auto-contratação. De acordo com tal limite, no âmbito do Sistema Interligado Nacional, uma empresa concessionária ou permissionária de distribuição somente poderá adquirir energia elétrica de empresas a ela vinculadas ou destinar energia por ela mesma produzida para atendimento de seus consumidores cativos até o limite de 30% da energia comercializada com esses consumidores. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora do leilão for uma parte relacionada da distribuidora.

### **Desverticalização**

O art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterado pelo art. 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e de geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas.

A obrigação de separação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão deveria ser cumprida até 16 de setembro de 2005, prazo esse prorrogado para 16 de março de 2007. As distribuidoras que detinham geração distribuída tinham a obrigação de realizar contratos de compra e venda de energia elétrica de suas respectivas unidades geradoras, até o final do período de concessão.

De acordo com as regras de desverticalização, as concessionárias distribuidoras, no âmbito do SIN, também não poderiam ter participação em outras sociedades, de forma direta ou indireta, ou ainda manter atividades não compatíveis com o objeto de sua concessão de distribuição de energia elétrica.

### **Concorrência**

A Elektro detém a concessão para distribuir energia elétrica em 223 municípios do Estado de São Paulo e cinco municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Dentro de sua área de concessão, não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais, industriais e demais supridos na baixa tensão, bem como aqueles atendidos em alta tensão.

As comercializadoras e geradoras de energia elétrica podem competir na oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres ou Consumidores Especiais. Caso optem por adquirir energia de outros fornecedores de energia elétrica, os Consumidores Livres ou Consumidores Especiais permanecem como clientes finais da Elektro com relação ao serviço de distribuição de energia elétrica. Por este serviço, a concessionária continua sendo remunerada pelo uso de seu sistema de distribuição, de modo que tal competição entre os fornecedores de energia elétrica pela oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres não afeta os resultados operacionais das distribuidoras.

A regulamentação do setor de distribuição de energia elétrica também prevê que, na hipótese de saída de Consumidores Livres ou Consumidores Especiais para o mercado livre, a concessionária de distribuição tem a prerrogativa de devolução dos volumes de energia adquiridos nos leilões de compra de energia referentes aos clientes que deixaram sua base cativa. Na hipótese de Clientes Livres optarem por retornar à base cativa da distribuidora, esta deve ser notificada com antecedência mínima de cinco anos, ou por prazo menor por iniciativa da distribuidora, de maneira a permitir o adequado gerenciamento da sua posição de suprimento de energia.

A Elektro fornece energia elétrica a 15 consumidores que tem a possibilidade de migrarem ao mercado livre e que, no entanto, permaneceram como consumidores cativos.



**B. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Dentre as diretrizes da Política de Gestão Elektro que está comprometida com a qualidade dos seus serviços, com a melhoria contínua e inovação de seus processos, tecnologias e sistemas de gestão, visando garantir a satisfação de seus clientes, acionistas, colaboradores e comunidades, destaca-se o sistema de Gestão Ambiental ISO 14001, através do qual a empresa busca garantir o menor impacto das operações da empresa sobre o meio ambiente, adotando medidas de proteção ambiental, prevenção à poluição e conservação dos recursos naturais.

| Custo dos TCRA's e Licenciamentos Ambientais (R\$)                   | Período de três meses findo em 31 de março de 2010 | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 |
|--|--|--|
| Custo com expansão da rede (TCRA's e licenciamentos – Meio Ambiente) | R\$ 31.332   | R\$ 284.238  |
| Custo com licenciamento de obras do Programa LPT (Operações)         | R\$ 146.342  | R\$ 546.816  |

TCRA – Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental  
LPT – Luz para Todos

***Impactos Ambientais***

Os equipamentos, instalações e operações da Elektro estão sujeitos à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, bem como à fiscalização por agências governamentais responsáveis pela verificação de cumprimento desta legislação e pela implementação de políticas ambientais e de segurança do trabalho.

Essa legislação inclui, por exemplo, a necessidade de obtenção de licenças para a instalação e operação de determinados equipamentos, a obrigatoriedade de obtenção de autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em áreas protegidas, bem como a destinação final adequada de resíduos.

Tais agências podem impor sanções administrativas contra a Elektro em virtude de não-atendimento da legislação aplicável. Essas sanções poderão incluir, entre outras, a imposição de multas, o embargo de obras ou de atividades, a suspensão parcial ou total da atividade, bem como a suspensão ou cancelamento de licenças concedidas, a perda ou restrições de incentivos fiscais, linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito e a proibição de contratar com o poder público.

Caso a legislação ambiental e de segurança do trabalho se torne mais rigorosa, a Elektro poderá ser forçada a aumentar os gastos com investimentos para atender a esta legislação. A demora ou a recusa dos órgãos ambientais em emitir ou renovar licenças ou autorizações, ou a incapacidade da Elektro de atender às exigências formuladas pelos órgãos ambientais para tal finalidade, pode impedir o início ou a continuidade de serviços.

Tais fatos podem afetar de maneira adversa a situação financeira e resultado operacional da Elektro. Além disso, a inobservância, pela Elektro, da legislação ambiental pode acarretar, além da obrigação de reparar danos diretos e indiretos que eventualmente sejam causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de culpa, a aplicação de sanções de natureza penal contra a Elektro e seus administradores, que podem incluir, no caso das sanções impostas contra a Elektro, a imposição de multas, a suspensão parcial ou total da atividade e a proibição de contratar com o poder público ou dele obter subsídios, subvenções e doações, podendo ter impacto negativo nas receitas da Elektro ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

A personalidade jurídica da Elektro poderá também ser desconsiderada para garantir a reparação dos danos ambientais que porventura a Elektro venha a causar. Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Elektro da legislação ambiental, assim como o descumprimento de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais por ela celebrados poderá causar impacto adverso relevante na imagem e no resultado da Elektro e de suas controladas, coligadas e controladoras.

### **Aspectos Ambientais**

#### **Competência Legislativa e Competência para Fiscalização**

Compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre: (i) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (ii) proteção ao meio ambiente cultural, envolvendo a preservação do patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico; e (iii) responsabilidade por danos ao meio ambiente. Os Municípios também são autorizados a legislar sobre questões ambientais com relação aos aspectos considerados de interesse local. Em situações nas quais existe conflito de normas, é importante salientar que prevalece o entendimento de que se aplica a legislação que confere melhor proteção ao meio ambiente, ou seja, a mais restritiva do ponto de vista do poluidor.

Ademais, todos os entes federativos têm competência para exercer a atividade de fiscalização ambiental, através de órgãos e instituições específicas. O conjunto de órgãos e instituições responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental constitui o SISNAMA. O Ministério Público Federal e Estadual, embora não integrem o SISNAMA, tem entre suas funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública objetivando, respectivamente, a identificação e a reparação de danos ambientais. O Ministério Público é, ainda, o titular privativo para a propositura de ação penal por crimes contra o meio ambiente.

#### **Responsabilidade Ambiental**

As condutas lesivas ao meio ambiente podem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na responsabilidade administrativa, entende-se por infração toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. A inobservância de tais normas pode sujeitar o infrator a penalidades, dentre as quais a Companhia destaca: (i) advertência; (ii) multa simples ou diária; (iii) embargo da obra ou atividade; (iv) suspensão total ou parcial das atividades; (v) suspensão ou cancelamento de licenças, alvarás e autorizações; e (vi) proibição de contratar com o Poder Público, gozar de benefícios fiscais e/ou obter financiamentos junto a instituições oficiais de crédito.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais admite a responsabilidade penal das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, exigindo a comprovação da culpa ou dolo do agente, bem como que a conduta esteja descrita na lei como ilícito penal específico. A responsabilização penal das pessoas jurídicas ocorre nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, em nome da Companhia. As pessoas jurídicas estão sujeitas à aplicação de multa, de penas restritivas de direitos e à prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direitos para pessoas jurídicas são: (i) suspensão parcial ou total de atividades; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Quanto à responsabilidade civil, a legislação ambiental brasileira adota o regime da responsabilidade objetiva, segundo o qual aquele que causa o dano ambiental é obrigado a reparar ou indenizar independentemente de culpa. Aplica-se, também, o princípio da responsabilidade solidária, de modo a responsabilizar todos aqueles agentes que viabilizaram, contribuíram ou criaram condições, por meio de sua atividade, para a ocorrência do dano, uma vez que a legislação define como poluidor a pessoa física ou jurídica responsável, direta ou indiretamente, por atividades causadoras de degradação ambiental. Ainda, a legislação brasileira possibilita, em situações específicas, que os sócios da empresa venham a ser responsabilizados patrimonialmente pela degradação ambiental, através da desconsideração da personalidade jurídica, admitida quando a forma societária representa obstáculo à reparação dos prejuízos causados ao meio ambiente.

### ***Outras licenças e autorizações ambientais***

Todos os projetos e atividades que envolverem supressão de vegetação, corte de árvores e intervenção em áreas protegidas (incluindo unidades de conservação), devem ser autorizados pelo órgão ambiental competente. Eventual intervenção em vegetação sem a devida autorização pode resultar na imposição de sanções administrativas, reparação ou indenizações civis e sanções criminais. Além disto, a captação de água de corpos superficiais ou de poços artesianos, assim como o descarte de efluentes líquidos industriais ou sanitários em corpos d'água, deve ser autorizada pelos órgãos de gestão dos recursos hídricos competentes. A prática não autorizada dessas atividades pode ensejar a aplicação de penalidade de multa e a suspensão das atividades até a regularização da situação.

Por fim, a disposição final inadequada de resíduos gerados a partir das atividades desenvolvidas pela empresa pode resultar em sanções tais como advertência, multas e/ou sanções penais, sem prejuízo à reparação ou indenização dos danos ambientais causados, direta ou indiretamente, independentemente de culpa da Elektro. Poderá também ser atribuída responsabilidade solidária à empresa geradora dos resíduos, quando for verificado qualquer dano ambiental resultante da disposição final inadequada, por parte daquele que realizou o transporte e a disposição desses resíduos. Especificamente no Estado de São Paulo, o órgão ambiental emite um documento denominado Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais (CADRI), que autoriza a destinação de resíduos perigosos (classe I).

### ***Política Ambiental***

A área de concessão da Elektro é marcada pela grande presença de áreas de preservação ambiental. Em consequência disso, a política da Elektro em relação ao meio ambiente pauta-se no compromisso de aplicar todas as medidas possíveis para minimizar quaisquer impactos negativos decorrentes de sua operação. Nesse sentido, quando cabível, novas instalações construídas em áreas especialmente protegidas (unidades de conservação e áreas de preservação permanente, por exemplo) são precedidas das necessárias autorizações emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, a Elektro implementou um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA") que, por meio da adoção de procedimentos, que orienta seus colaboradores e prestadores de serviços a executar as atividades de maneira ambientalmente adequada, evitando-se impactos negativos ao meio ambiente, com a definição de responsabilidades, avaliação contínua das atividades e processos, bem como disponibilização de recursos.

O SGA é baseado na norma ABNT ISO 14001 e possibilita a busca da melhoria permanente do desempenho ambiental da Elektro. Dentre suas principais ações, pode-se destacar: (a) o controle dos aspectos e impactos ambientais das atividades da Elektro, (b) o programa de gestão de resíduos, e (c) o monitoramento de fumaça preta emitida pelos veículos da Elektro.

Em 31 de março de 2010, a Elektro possui certificação na norma ISO 14001 para as subestações de Caieiras, Igaratá, Cabreúva II e Bertioga III. Também em atendimento à ISO 14001, em 31 de março de 2010, a Elektro mantinha o Plano de Atendimento a Emergências, com procedimentos que devem ser adotados em casos de acidentes ambientais, tais como vazamentos e/ou derramamentos de óleo, incêndios e/ou explosões, e demais situações que possam resultar na ocorrência de danos ao meio ambiente ou reclamações de terceiros.

A Elektro, desde 2004, observa os princípios do Global Compact (Pacto Global). Trata-se de uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas, cujos princípios ambientais estabelecem que as empresas devem: (1) apoiar uma abordagem preventiva sobre desafios ambientais; (2) desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental e (3) incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientais amigáveis, ou seja, que não agredam a natureza. De acordo com o exposto, pode-se admitir que a abordagem adotada pelo Pacto Global é preventiva, e não corretiva.

### **Subestações**

Em 2009, a Elektro iniciou o mapeamento de todas as atividades executadas em suas subestações que podiam causar impacto ambiental e legislação ambiental a que estão relacionadas. A partir dessas informações, serão elaborados procedimentos específicos com o objetivo de assegurar o controle desses impactos e a segurança do colaborador ao realizar suas atividades. Esse mapeamento atende à norma ISO 14001, que certifica quatro subestações da Elektro.

### **Gestão de Resíduos**

O programa de gestão de resíduos da Elektro tem como objetivo proporcionar a colaboradores, fornecedores e parceiros informações sobre o correto armazenamento e o descarte de resíduos gerados pela empresa em decorrência de suas atividades.

A Elektro dispõe de um Guia de Resíduos que trata de todos os tipos de materiais utilizados pela Elektro e dos resíduos gerados em suas atividades, como lâmpadas, porcelana, baterias, transformadores novos e usados, postes de concreto, postes e cruzetas em madeira tratada, vazamento e derramamento de óleo, óleo isolante e óleo hidráulico usado, equipamentos de proteção individual contaminados por óleo, pilhas, chumbo, bobinas e engradados em madeiras, pneus, metais, lixo doméstico, plástico, vidro, papel de escritório ou papelão, cartuchos de impressoras, lixo ambulatorial, entre outros.

Parte do material descartado (sucatas, pneus, trilhos) é vendida pela Elektro para reciclagem. Outros resíduos, não adequados à reciclagem, são enviados à destinação final adequada (co-processamento ou incineração). As telhas de amianto existentes em unidades antigas da Elektro, quando removidas, serão encaminhadas para entidades de destinação devidamente licenciadas para receber este tipo de material.

Considerando que a disposição final inadequada de resíduos pode resultar em sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar eventuais danos ambientais, até 31 de março de 2010, a Elektro providenciava a obtenção dos CADRIS para a destinação final de seus resíduos perigosos (classe 1).

Os resíduos gerados pelas atividades da Elektro são armazenados em unidades da empresa, em locais projetados para este fim, onde são acumulados para posterior destinação final adequada.

### **Co-Processamento de Terra Contaminada**

Os furtos de transformadores da Elektro para a retirada de material em cobre ocasionam a maioria dos vazamentos do óleo existente no interior dos equipamentos, o que pode acarretar a contaminação do solo. Os transformadores avariados correspondem a uma pequena parte dos vazamentos. Para reduzir os impactos ambientais causados por essa prática, a Elektro tem um procedimento específico para o tratamento da terra contaminada. Por esse procedimento, a terra contaminada é recolhida e enviada para co-processamento em fornos de cimentos, em empresa localizada no estado do Rio de Janeiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Elektro destinou R\$ 26,2 milhões em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente. Desse valor investido: (a) R\$ 3,0 milhões foram contabilizados como imobilizado e estão relacionados com a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos, e (b) R\$ 23,2 milhões foram contabilizados no resultado, estando relacionados, principalmente, a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental.

### ***Licenciamento ambiental***

A instalação de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais está sujeita ao licenciamento ambiental, procedimento através do qual o órgão ambiental competente avalia e autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação desses empreendimentos, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O licenciamento ambiental compreende três fases distintas e sucessivas, nas quais é feita a análise da viabilidade ambiental do empreendimento e são estabelecidas condições de instalação e operação do projeto. Essas fases compreendem a emissão de três licenças: (i) Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A implantação e funcionamento de empreendimentos sem as licenças ambientais necessárias podem sujeitar o empreendedor a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos ambientais eventualmente causados.

Especificamente no Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 5, de 7 de fevereiro de 2007, estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental das linhas de transmissão e respectivas subestações no território do Estado junto ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental. Dependerão de licenciamento ambiental, no âmbito estadual, a implantação, repotenciação e o recabeamento das linhas de transmissão com extensão superior 3 km, para obras em faixas novas e existentes, em áreas de baixa criticidade ambiental, e com extensão superior a 20 km, para o recabeamento, também em áreas de baixa criticidade ambiental. O mesmo ocorre com as subestações isoladas com área construída superior a 5000 m<sup>2</sup>, em áreas de baixa criticidade ambiental, e com todas as subestações em áreas de maior criticidade ambiental. As subestações isoladas de pequeno a médio porte (área < 10.000 m<sup>2</sup>), de impacto eminentemente local, poderão ser licenciadas pelo órgão ambiental municipal.

A obediência aos dispositivos da referida Resolução SMA nº 5/07 não exime o empreendedor de obter as autorizações necessárias da CETESB (antigo Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais) para a supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas, bem como anuência do(s) órgão(s) gestor(es) de Unidade(s) de Conservação eventualmente atingidas por linhas de transmissão e respectivas subestações, sob pena de sujeitar-se à multa no valor de R\$ 500,00 a R\$ 10,0 milhões, com base no artigo 66, parágrafo único, I, do Decreto 6.514/08.



A Elektro espontaneamente em 2006 deu início a procedimento administrativo junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo objetivando a regularização dessas linhas de transmissão que, por suas características técnicas e de localização, entende a Elektro que estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Com relação ao Estado do Mato Grosso do Sul, o licenciamento das atividades deve ocorrer no âmbito do Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

O Processo SMA 13.798/06 ainda estava em curso em 31 de março de 2010, não sendo possível estimar quando se dará o seu encerramento, se as linhas de transmissão, cujo licenciamento foi requerido, serão devidamente licenciadas e quais as exigências que serão impostas pelo órgão ambiental para tanto, em especial, o valor da Compensação Ambiental (que, provavelmente, será negociado em cima do valor mínimo oferecido pela Elektro, de R\$ 308.022,78).

Adicionalmente, a Elektro iniciou, espontaneamente, um levantamento para identificar quais das 106 subestações localizadas no Estado de São Paulo, ainda não licenciadas ou dispensadas de licença, necessitavam do respectivo licenciamento ambiental. Em 31 de março de 2010, a Elektro dispunha de cinco subestações licenciadas pelo órgão ambiental competente (Cabreuva II, Santa Albertina, Miracatu, Itanhaém e Limeira em São Paulo) e quatro subestações dispensadas do licenciamento pelo órgão ambiental competente (Cerquilha 02, Igaratá, Caieiras e Bertioja; as quatro em São Paulo). Várias subestações da Elektro foram implantadas antes da publicação da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, época em que a obrigatoriedade de licenciamento para linhas de transmissão com menos de 230KV era questionável.

A Elektro não tinha sido, até 31 de março de 2010, autuada ou notificada pelos órgãos ambientais para regularização de eventuais linhas de transmissão e subestações que operam sem licença ambiental e está, proativamente, tomando medidas para identificar situações em que o licenciamento ambiental seja necessário, antecipando eventuais providências cabíveis, de modo a evitar autuações ou questionamentos nas esferas administrativa e criminal.

Eventuais dificuldades, demoras ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores durante o processo de obtenção ou renovação das licenças acima mencionadas, bem como a eventual impossibilidade de atendimento às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

#### ***Supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas***

As atividades de supressão e/ou poda de vegetação e a intervenção em áreas de preservação permanente estão sujeitas à obtenção de autorização específica do órgão ambiental. A supressão de vegetação decorrente de atividades desenvolvidas pela Elektro ocorre quando (i) da instalação de novas linhas de transmissão e distribuição e/ou subestações; ou (ii) da manutenção das linhas de transmissão e distribuição existentes.

No que se refere à manutenção das linhas de transmissão e distribuição existentes no Estado de São Paulo, em 31 de março de 2010, a Elektro detinha autorização emitida pelo antigo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, em caráter emergencial e provisório, para a supressão de vegetação para a manutenção e segurança de tais linhas, com validade até 23 de outubro de 2011. Nos casos de supressão e/ou poda de vegetação para os quais referida autorização não pode ser aplicada, e também para aquelas exercidas no Estado do Mato Grosso do Sul, a Elektro submete ao órgão ambiental o pedido de autorização para a supressão e/ou poda de vegetação.



Da mesma forma, para intervenção em Unidades de Conservação, é obrigatória a prévia anuência do órgão gestor da Unidade, sob pena de sujeição, em tese, à multa no valor de R\$ 500,00 a R\$ 10 milhões, com base no artigo 66, parágrafo único, I, do Decreto 6.514/08.

#### ***Cadastro Técnico Federal do IBAMA***

O exercício de atividades que sejam consideradas potencialmente poluidoras ou que estejam relacionadas à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente ou sejam consumidoras de recursos naturais, está sujeito a registro junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA. As 17 unidades consumidoras de madeira, em 31 de março de 2010, estavam devidamente registradas no referido cadastro do IBAMA.

As linhas de transmissão estão contempladas no Cadastro Técnico Federal da Elektro (Categoria 2 – Serviços de Utilidade – Transmissão de Energia Elétrica). As subestações de energia não são registradas no aludido cadastro do IBAMA, uma vez que não constam na lista de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, constantes no Anexo II da Resolução Normativa 96/2006 do IBAMA, como sendo passível de registro e, por serem parte integrante do sistema de transmissão/distribuição de energia elétrica.

No entanto, por motivos fiscais/trabalhista (depósito de materiais e lotação de colaboradores) algumas subestações da Elektro possuem CNPJ/MF próprio, sendo que a Elektro providenciará o registro dessas subestações no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

#### ***Levantamentos ambientais em andamento***

Em 31 de março de 2010, a Elektro estava realizando levantamento em todos os seus imóveis para verificar a existência de poços de captação de água sem outorga concedida pelo órgão ambiental. Caso sejam encontradas quaisquer irregularidades, a Elektro adotará as providências cabíveis para regularização.

#### **C. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Favor verificar o conteúdo do item 9.1.(B) deste Formulário de Referência.

#### **7.6. Países dos quais o emissor obtém receitas relevantes**

##### **A. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

No trimestre encerrado em 31 de março de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1.158,7 milhões. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, a receita operacional bruta foi de, respectivamente, R\$ 3.582,8 milhões, R\$ 3.719,9 milhões e R\$ 4.034,6 milhões.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e em 31 de março de 2010, 100% das receitas totais da Elektro foram provenientes do Brasil, não havendo receita de países estrangeiros.

##### **B. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui clientes estrangeiros.

##### **C. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui clientes estrangeiros.

**7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui clientes estrangeiros.

**7.8. Relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário**

Nos termos do Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998 e por intermédio do Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, a União concedeu à Companhia o direito à exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos municípios listados no Contrato de Concessão, e de geração de energia elétrica de duas PCHs. Mediante o terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, descrito abaixo, o serviço de geração de energia elétrica foi suprimido do objeto do Contrato de Concessão.

Assim, de acordo com o referido contrato, os serviços de distribuição abrangem 223 municípios do Estado de São Paulo e cinco do Estado do Mato Grosso do Sul.

Para todos os efeitos contratuais e legais, em 31 de março de 2010, a Companhia possuía concessão individualizada para cada uma das áreas relacionadas no Contrato de Concessão. O prazo de concessão previsto no Contrato de Concessão é de 30 anos, sendo possível sua prorrogação por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente, devendo, para tanto, ser enviado um requerimento pela Companhia até 36 meses antes do término do Contrato de Concessão.

A Companhia somente pode suspender a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em situações de emergência ou mediante prévio aviso, quando ocorrer motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações, ou em caso de irregularidade cometida pelo consumidor, inadequação de suas instalações ou inadimplemento de faturas de fornecimento. Em qualquer hipótese, a prestação do serviço só poderá ser suspensa se o consumidor, notificado, não efetuar no prazo estabelecido os pagamentos devidos, ou não cessar a prática que configure utilização irregular de energia elétrica, ou, ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos exigidos pelas normas técnicas e de segurança.

A Companhia estará sujeita a multas ou outras penas pecuniárias sempre que (i) houver inobservância dos padrões de continuidade dos serviços; (ii) houver violação dos índices e padrões de qualidade dos serviços; e (iii) descumprir norma legal ou regulamentar, determinação do Poder Concedente, ou qualquer disposição ou cláusula do contrato.

Em caso de descumprimento pela Companhia de obrigações contratuais, legais ou regulamentares, o Poder Concedente poderá (i) aplicar multa, por infração ocorrida, em valor não superior a 2% do valor do faturamento da Companhia nos 12 meses anteriores à data em que ocorrer a infração; ou (ii) intervir na concessão.

O inadimplemento poderá, ainda, culminar na caducidade da concessão ou, alternativamente, (i) na restrição da área de concessão; (ii) outorga de sub-concessão; ou (iii) desapropriação do bloco de ações do controle da concessionária, com posterior leilão público. A concessão poderá ser igualmente extinta por anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga. De acordo com a legislação, a concessão também poderá ser encerrada no caso de encampação dos serviços, isto é, o Poder Concedente poderá declarar extinta a concessão por motivo de conveniência e oportunidade administrativa, sem que a Companhia tenha dado causa a tanto. Neste caso há necessidade de lei autorizativa e o Poder Concedente deverá indenizar a Companhia pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.

A Companhia comprometeu-se, ainda, a investir 1% de sua receita operacional líquida em programas de conservação e efficientização de energia elétrica e em pesquisa e desenvolvimento. Para tanto deve elaborar e apresentar à ANEEL, até o dia 30 de dezembro de cada ano, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano

subsequente. Esse programa tem como meta a redução de perdas técnicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores.

Pela distribuição da energia elétrica, a Companhia cobra tarifas homologadas pelo Poder Concedente.

A exploração da concessão é acompanhada, fiscalizada e controlada pela ANEEL. No exercício dessa fiscalização, a ANEEL deve elaborar relatórios a cada cinco anos, no mínimo.

A Companhia deve submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do seu Estatuto Social que implique na transferência de ações ou mudança do controle acionário da Companhia, restrito ao bloco de controle, equivalente a, no mínimo, 51% das suas ações com direito a voto. Além disso, deverão ser aprovados previamente quaisquer contratos, acordos ou ajustes, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo que controla a Companhia, incluindo (i) sua acionista controladora; (ii) suas controladoras indiretas; (iii) empresas coligadas; (iv) empresas direta ou indiretamente controladas por pessoas que direta ou indiretamente controlam a Companhia; e (v) empresas que tenham administradores em comum com a Companhia. Adicionalmente, o Poder Concedente poderá determinar a anulação de qualquer contrato celebrado pela Companhia quando verificar que dele possam resultar danos aos serviços concedidos ou tratamento diferenciado aos consumidores.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, (i) a Companhia deverá manter contabilizados, em separado, os reflexos produzidos pela incorporação autorizada pela Resolução da ANEEL nº 34, de 24 de fevereiro de 1999, com controle das demonstrações econômicas e financeiras; (ii) apurar um fluxo financeiro de acordo com metodologia pré-definida no primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão; e (iii) caso o fluxo financeiro apurado seja negativo, os acionistas controladores deverão aportar recursos próprios para cobrir tal insuficiência até o limite pré-estabelecido no referido termo aditivo, recursos estes que permanecerão sem remuneração pela tarifa até que seja amortizado o ágio incorporado.

O segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 12 de julho de 2005, visou adequá-lo ao Decreto Federal nº 5.163/2004, que dispõe, em seu artigo 36, parágrafos 1º e 2º, sobre a possibilidade de a ANEEL celebrar aditivos aos contratos para assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica.

O terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, firmado no ano de 2007, teve por objeto a transferência dos bens, direitos e obrigações da Companhia para a Aratu Geração S.A, antigamente denominada Elektro Geração S.A. Citadas transferências decorreram do processo de desverticalização da Companhia.

Em decorrência de referida reestruturação da Companhia, houve uma alteração na primeira subcláusula, da cláusula primeira do Contrato de Concessão, com a supressão do serviço de geração de energia elétrica, Também foram suprimidas a terceira subcláusula da cláusula primeira e cláusula segunda do Contrato de Concessão, que tratavam da concessão de geração outorgada pelo Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998, a qual passou a integrar o Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica n. 001/ANEEL, firmado em 22 de dezembro de 2006.

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando a alterar a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho nº 245 publicado no Diário Oficial da União. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias, de forma a conferir neutralidade às variações de mercado sobre os referidos encargos, sejam positivas ou negativas, durante o período entre reajustes tarifários. Em 4 de março de 2010, tal Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi celebrado entre Elektro e ANEEL e a nova metodologia de cálculo é retroativa a fevereiro de 2010. A metodologia de cálculo da CVA sobre os encargos setoriais permanece sem alterações.

## 7.9. Outras informações que o emissor julgue relevantes

### Receita proveniente do segmento

#### 1º trimestre de 2010

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh <sup>(*)</sup> |                |             | R\$ milhões    |              |              |
|--|--------------------|----------------|-------------|----------------|--------------|--------------|
|  | jan-mar/10         | jan-mar/09     | Var. %      | jan-mar/10     | jan-mar/09   | Var. %       |
| Residencial                                      | 990,5              | 931,6          | 6,3%        | 430,8          | 385,0        | 11,9%        |
| Industrial                                       | 980,9              | 877,2          | 11,8%       | 287,4          | 251,8        | 14,2%        |
| Comercial  | 482,7              | 439,0          | 10,0%       | 186,2          | 162,1        | 14,9%        |
| Rural  | 195,0              | 193,5          | 0,8%        | 43,3           | 40,0         | 8,4%         |
| Poder Público                                    | 68,5               | 63,4           | 8,1%        | 26,7           | 23,8         | 12,4%        |
| Iluminação Pública                               | 106,1              | 104,7          | 1,4%        | 24,4           | 23,1         | 5,7%         |
| Serviços Públicos                                | 108,2              | 103,0          | 5,1%        | 31,8           | 28,5         | 11,5%        |
| Receita não Faturada <sup>(2)</sup>              | -                  | -              | -           | 12,6           | 18,0         | -29,9%       |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>2.931,9</b>     | <b>2.712,2</b> | <b>8,1%</b> | <b>1.043,3</b> | <b>932,2</b> | <b>11,9%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW <sup>(*)</sup> |                |              | R\$ milhões |             |              |
|---|-------------------|----------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
|   | jan-mar/10        | jan-mar/09     | Var. %       | jan-mar/10  | jan-mar/09  | Var. %       |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b> | <b>6.925,0</b>    | <b>4.692,2</b> | <b>47,6%</b> | <b>74,5</b> | <b>67,6</b> | <b>10,2%</b> |

|  |                |              |              |
|--|----------------|--------------|--------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>1.117,8</b> | <b>999,7</b> | <b>11,8%</b> |
|--|----------------|--------------|--------------|

<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

<sup>(2)</sup> Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

No primeiro trimestre de 2010, a Elektro forneceu 2.932 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,1% quando comparado ao mesmo período de 2009.

O principal responsável por este crescimento foi a classe industrial, que apresentou elevação de 11,8% no consumo do primeiro trimestre de 2010, demonstrando importante recuperação em relação aos severos efeitos da crise financeira internacional em 2009. Os setores ligados à cadeia da construção civil apresentaram os mais relevantes crescimentos.

As classes residencial e comercial registraram aumento no consumo de 6,3% e 10,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se às altas temperaturas, nos meses de janeiro e fevereiro, que, em vários dias, atingiu 3 °C superiores às médias históricas para o mesmo período. A temperatura afeta positivamente o consumo destas classes por implicar na utilização mais intensa de equipamentos de refrigeração, como aparelhos de ar-condicionado e ventiladores.

O alto índice pluviométrico em dezembro de 2009, 44% superior à média histórica, afetou negativamente o resultado da classe rural do mês de janeiro, de modo que essa classe apresentou crescimento de apenas 0,8% no primeiro trimestre.

O crescimento do consumo acumulado até o mês de março das classes poder público e serviços públicos, representou aumento de 8,1% e 5,1% respectivamente, devido, também, às altas temperaturas verificadas nos dois primeiros meses do ano.

A classe Iluminação Pública com crescimento de 1,4% no trimestre, manteve-se dentro da média histórica de crescimento.

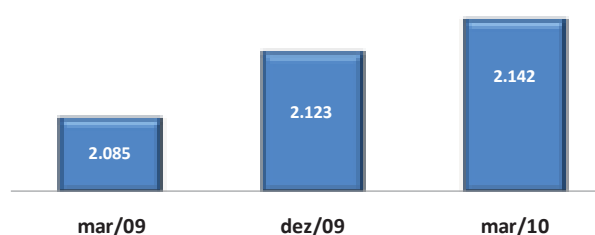
A demanda dos clientes livres cresceu 47,6% no primeiro trimestre de 2010 quando comparada a 2009. Este crescimento foi diretamente influenciado pela entrada das geradoras CESP e AES Tietê, em fevereiro de 2009, e Duke, em agosto de 2009, que passaram a pagar pelo uso do sistema de distribuição.

A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição cresceu 11,8% no acumulado dos três primeiros meses de 2010, sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 1.117,8 milhões contra R\$ 999,7 milhões em 2009. Este desempenho deveu-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, combinado ao incremento no volume de energia fornecida a clientes finais e forte crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentaram tarifas mais elevadas, aliado à retomada da atividade industrial.

Na área de concessão da Elektro, considerando os clientes livres e cativos, o crescimento do mercado no primeiro trimestre de 2010 foi de 10,5%, consequência dos mesmos motivos descritos acima.

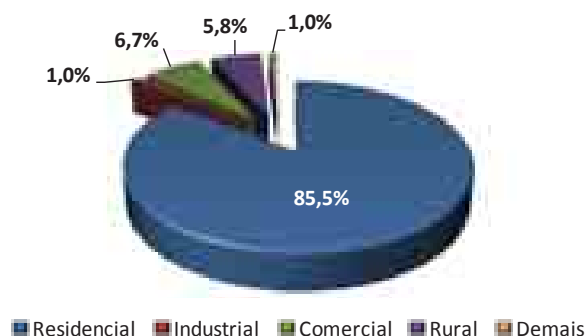
Em março de 2010, a base de clientes da Elektro foi de 2.142 milhões, um acréscimo de 19 mil novos clientes ligados nos três primeiros meses deste ano. O crescimento foi de 2,7% sobre o mês de março de 2009.

**Evolução do Número de Clientes (\*)**  
(Milhares)



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

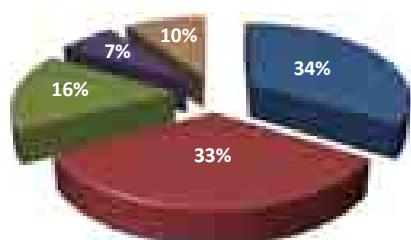
**Segmentação dos Clientes (\*)**  
(Total: 2,142 milhões)



## Segmentação do Fornecimento de Energia

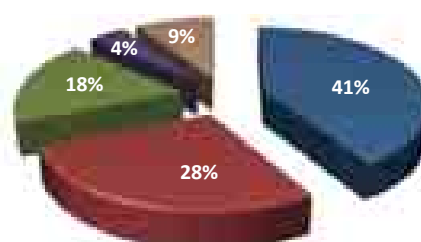
O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a março de 2010:

**Volume de Fornecimento de Energia**  
**a Clientes Finais (2.931,9 GWh) (\*)**



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

**Receita de Fornecimento de Energia**  
**a Clientes Finais (R\$ 1.043,3 milhões)**



(1) Inclui receita não faturada a clientes finais

## 2009

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh <sup>(1)</sup> |                 |             | R\$ milhões    |                |             |
|--|--------------------|-----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|
|  | 2009               | 2008            | Var. %      | 2009           | 2008           | Var. %      |
| Residencial                                      | 3.547,0            | 3.346,7         | 6,0%        | 1.478,2        | 1.337,8        | 10,5%       |
| Industrial                                       | 3.907,8            | 4.052,3         | -3,6%       | 1.129,4        | 1.076,5        | 4,9%        |
| Comercial  | 1.691,4            | 1.580,3         | 7,0%        | 634,2          | 555,9          | 14,1%       |
| Rural  | 782,4              | 807,3           | -3,1%       | 163,5          | 158,1          | 3,4%        |
| Poder Público                                    | 275,9              | 229,4           | 20,3%       | 104,2          | 77,3           | 34,9%       |
| Iluminação Pública                               | 423,0              | 428,9           | -1,4%       | 93,8           | 89,1           | 5,3%        |
| Serviços Públicos                                | 408,1              | 400,0           | 2,0%        | 116,1          | 110,3          | 5,3%        |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>11.035,6</b>    | <b>10.844,9</b> | <b>1,8%</b> | <b>3.719,5</b> | <b>3.404,8</b> | <b>9,2%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW <sup>(1)</sup> |                 |              | R\$ milhões  |              |              |
|---|-------------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|   | 2009              | 2008            | Var. %       | 2009         | 2008         | Var. %       |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(2)</sup></b> | <b>23.101,6</b>   | <b>13.089,5</b> | <b>76,5%</b> | <b>365,9</b> | <b>252,4</b> | <b>44,9%</b> |

|  |                |                |              |
|--|----------------|----------------|--------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>4.085,4</b> | <b>3.657,2</b> | <b>11,7%</b> |
|--|----------------|----------------|--------------|

<sup>(1)</sup> Informações não auditadas pelos auditores independentes.

<sup>(2)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição refere-se à demanda faturada.

No ano de 2009, a Elektro forneceu 11.036 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 1,8% quando comparado com 2008.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento no consumo de 6,0% e 7,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se, principalmente, às altas temperaturas registradas durante o primeiro trimestre, novembro e dezembro de 2009, bem como pela retomada da oferta de crédito a pessoas físicas.

A classe industrial apresentou redução de 3,6% do consumo de energia, em consequência dos efeitos da crise financeira internacional, apesar da recuperação notada no último trimestre de 2009.

O aumento expressivo do volume de chuvas no segundo semestre de 2009, 45% superior à média histórica desses meses, refletiu diretamente no consumo dos clientes rurais irrigantes, influenciando o resultado da classe rural, que apresentou queda de 3,1% no ano de 2009, contra o crescimento de 7,9% no primeiro semestre de 2009.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 10,0% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 4,6% em 2009, devido principalmente ao aumento da demanda contratada na classe serviços públicos. Além disso, devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, no primeiro semestre de 2008, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

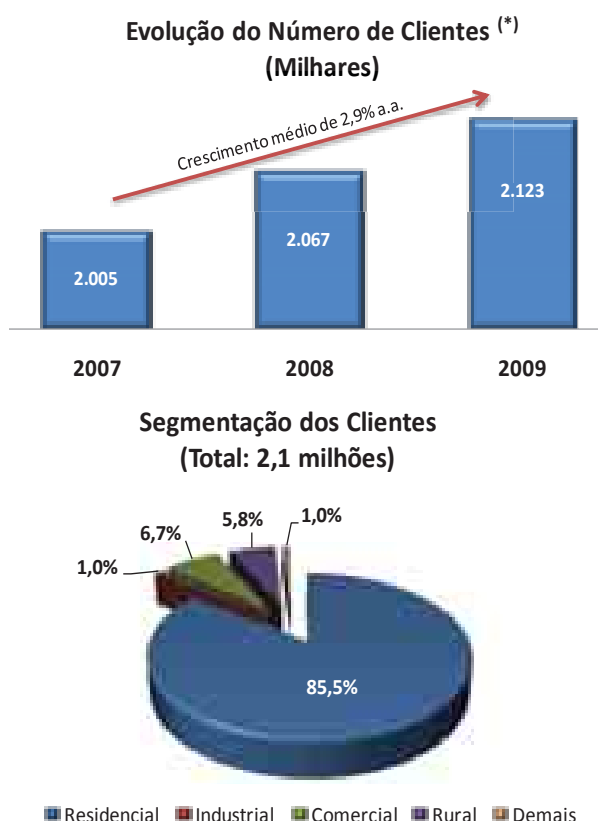
O aumento de 76,5% na soma das demandas de uso do sistema de distribuição, no ano de 2009, deve-se, principalmente, aos acordos celebrados com as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultaram na assinatura de contratos de uso do sistema de distribuição com tais geradoras. Segundo este acordo, e atendendo à legislação vigente, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição, e a Elektro, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão. Excluindo-se estes volumes referentes às geradoras, os demais clientes que usam o sistema de distribuição apresentaram soma das demandas de 14.237 MW, com incremento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para mais detalhes, ver Nota Explicativa nº 9.



A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição foi de R\$ 4.085,4 milhões, contra R\$ 3.657,2 milhões em 2008, apresentando crescimento de 11,7%. Este desempenho deve-se aos efeitos dos reajustes tarifários ocorridos em 2008 e 2009, com incremento médio nas tarifas de 10,91% e 12,19%, respectivamente, combinado ao acréscimo no volume de energia fornecida a clientes finais, fortemente impulsionado pelo crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

Em 2009, o consumo total de energia elétrica na área de concessão da Elektro considerando os clientes finais e os chamados clientes livres, foi de 13.682 GWh, com redução de 0,3% em comparação com 2008. Os clientes livres são aqueles que atendem a certos requisitos definidos em regulação específica e podem adquirir energia em contratos com geradoras ou comercializadoras de energia, permanecendo na base de clientes da distribuidora para o serviço de distribuição. Apesar da elevação do consumo das classes residencial e comercial, esse resultado foi determinado pela queda no consumo de grandes clientes industriais, afetados pela redução da atividade econômica mundial, principalmente nos clientes livres.

Em dezembro de 2009, a base de consumidores da Elektro foi de 2.123 mil clientes, um acréscimo de 56 mil novos clientes, resultando em um crescimento de 2,7% quando comparado ao encerramento de 2008.



## 2008

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh             |                |             | R\$ milhões    |                |             |
|--|-----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|
|  | 2008            | 2007           | Var. %      | 2008           | 2007           | Var. %      |
| Residencial                                      | 3.346,7         | 3.183,5        | 5,1%        | 1.337,8        | 1.371,5        | -2,5%       |
| Industrial                                       | 4.052,3         | 3.463,5        | 17,0%       | 1.076,5        | 912,7          | 17,9%       |
| Comercial  | 1.580,3         | 1.490,3        | 6,0%        | 555,9          | 575,7          | -3,4%       |
| Rural  | 807,3           | 809,3          | -0,2%       | 158,1          | 175,1          | -9,7%       |
| Poder Público                                    | 229,4           | 262,5          | -12,6%      | 77,3           | 104,7          | -26,2%      |
| Iluminação Pública                               | 428,9           | 394,7          | 8,7%        | 89,1           | 92,3           | -3,5%       |
| Serviços Públicos                                | 400,0           | 366,8          | 9,1%        | 110,3          | 95,9           | 15,0%       |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>10.844,9</b> | <b>9.970,6</b> | <b>8,8%</b> | <b>3.404,8</b> | <b>3.327,9</b> | <b>2,3%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW              |                 |               | R\$ milhões  |              |               |
|---|-----------------|-----------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
|   | 2008            | 2007            | Var. %        | 2008         | 2007         | Var. %        |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b> | <b>13.089,5</b> | <b>14.901,5</b> | <b>-12,2%</b> | <b>252,4</b> | <b>300,4</b> | <b>-16,0%</b> |

|  |                |                |             |
|--|----------------|----------------|-------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>3.657,2</b> | <b>3.628,3</b> | <b>0,8%</b> |
|--|----------------|----------------|-------------|

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

No ano de 2008, a Elektro forneceu 10.845 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao ano de 2007, destacando-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

O crescimento da classe industrial é justificado pelo aquecimento da economia como um todo e em particular do setor de construção civil, no primeiro semestre de 2008, destacando-se as indústrias do ramo de cimento e cerâmica que foram representativas para esse crescimento. No entanto, os efeitos da crise financeira mundial no último trimestre de 2008 afetaram fortemente o consumo industrial, notadamente os setores de metalurgia e autopeças, os quais apresentaram significativa redução do consumo.

Durante o ano de 2008, as classes residencial e comercial cresceram 5,1% e 6,0%, respectivamente. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento destas duas classes.

Já a classe rural, quando comparada ao mesmo período de 2007, manteve seu consumo estável. A expansão do cultivo de cana-de-açúcar, na área de concessão da Elektro, justifica essa estabilidade, uma vez que esta cultura utiliza os sistemas de irrigação com menor intensidade.

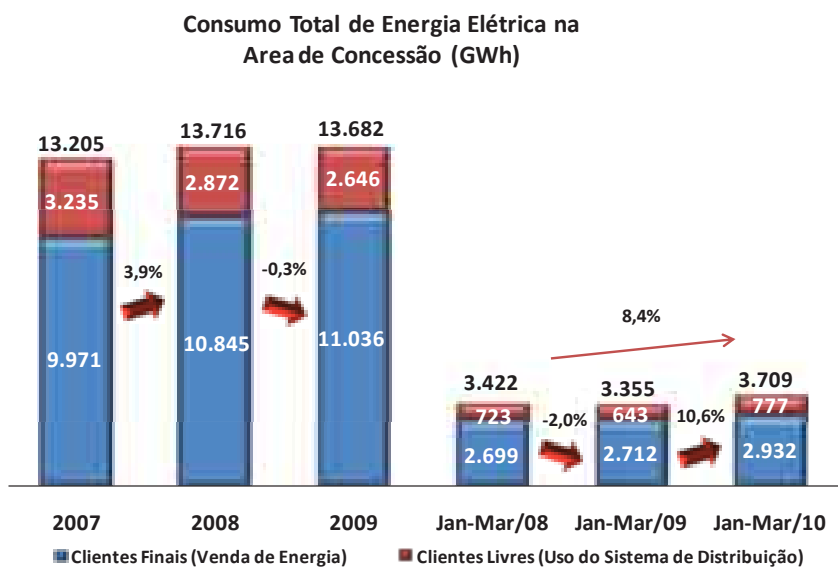
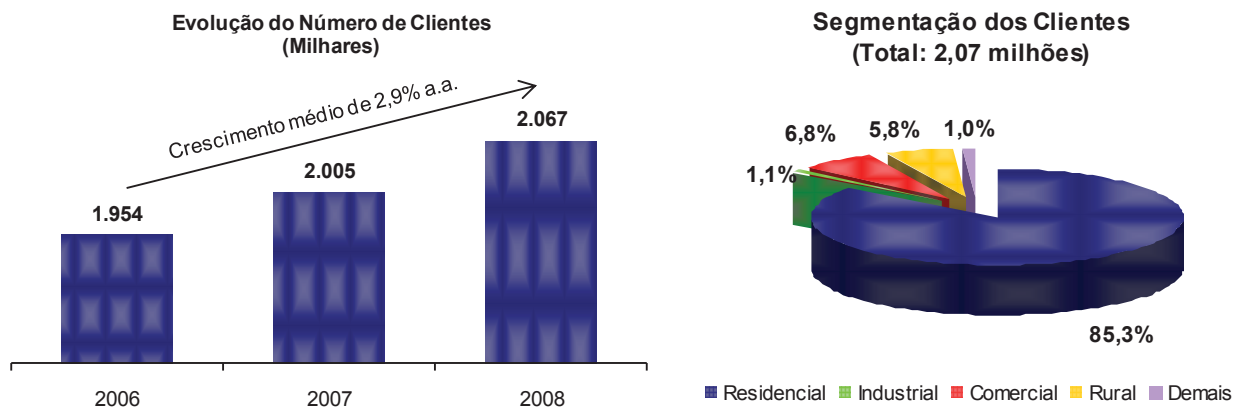
As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 9,8% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 3,4% em 2008. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

No ano de 2008 a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, foi de R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões de 2007, mantendo-se estável com variação de 0,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se aos efeitos da revisão tarifária, ocorrido em agosto de 2007, com reajuste médio negativo de 18,59%.

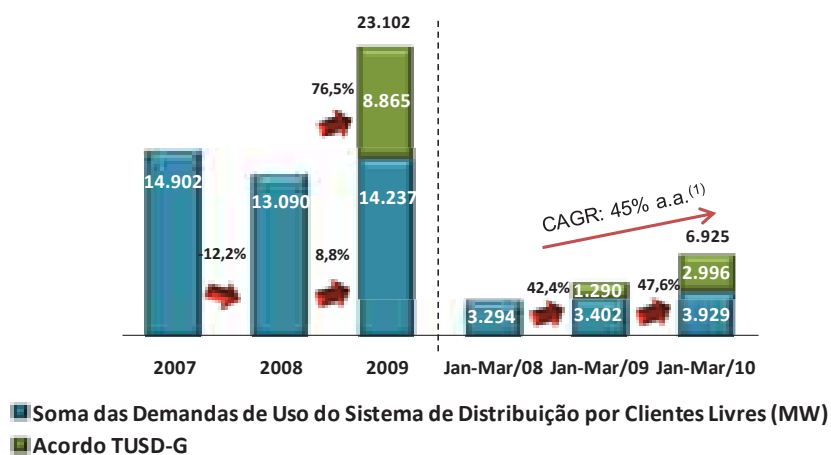
Em 2008, o total de consumo de energia na área de concessão da Elektro foi de 13.716 GWh, considerando os clientes livres e cativos, um crescimento de 3,9% em relação a 2007.

Em dezembro de 2008, a base de clientes da Elektro foi de 2.067 mil clientes, um acréscimo de 62 mil novos clientes ligados nos 12 meses do ano, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao mês de dezembro de 2007.

A Elektro distribui energia elétrica para 223 municípios do Estado de São Paulo e mais cinco no Estado de Mato Grosso do Sul. No total, são cerca de 5,7 milhões de pessoas atendidas.

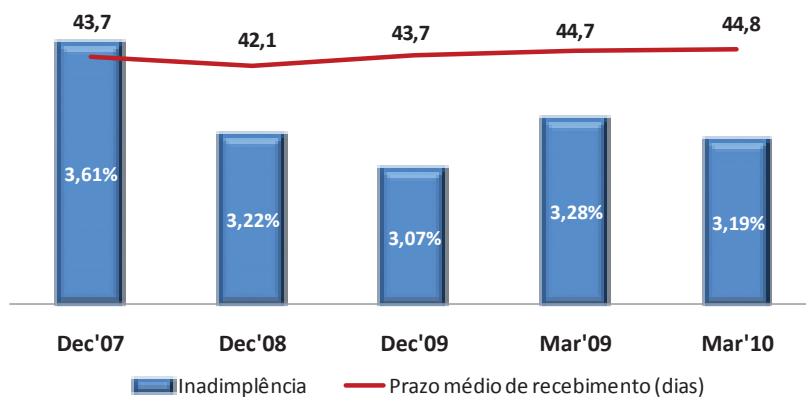


### Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres (MW)<sup>(1)</sup>



A Elektro adota política de gestão de inadimplência com a implementação de novas ferramentas de cobrança, tais como: credit scoring, negativação (SERASA), visitas de cobrança e ampliação do escopo das terceirizadas para incluir a arrecadação dos clientes ligados, que garantiram os baixos índices de inadimplência da Companhia.

### Índice de Inadimplência



## Lucro ou prejuízo resultante do segmento

### 1º Trimestre de 2010

| Valores em R\$ milhões                       | jan-mar/10     | jan-mar/09     | Variação      |               |
|--|----------------|----------------|---------------|---------------|
|  |                |                | R\$ milhões   | %             |
| Venda de Energia Clientes Finais             | 1.043,3        | 932,2          | 111,1         | 11,9%         |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 74,5           | 67,6           | 6,9           | 10,2%         |
| Outras Receitas                              | 40,9           | 5,7            | 35,3          | 620,9%        |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>1.158,7</b> | <b>1.005,4</b> | <b>153,3</b>  | <b>15,2%</b>  |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (390,7)        | (332,7)        | 58,0          | 17,4%         |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>768,0</b>   | <b>672,7</b>   | <b>95,3</b>   | <b>14,2%</b>  |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (423,2)        | (341,4)        | 81,8          | 23,9%         |
| Gastos Operacionais                          | (156,5)        | (137,6)        | 18,9          | 13,7%         |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>188,3</b>   | <b>193,7</b>   | <b>(5,3)</b>  | <b>-2,8%</b>  |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>222,8</b>   | <b>226,1</b>   | <b>(3,3)</b>  | <b>-1,4%</b>  |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>(14,3)</b>  | <b>(3,6)</b>   | <b>(10,6)</b> | <b>290,9%</b> |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>114,0</b>   | <b>124,9</b>   | <b>(10,9)</b> | <b>-8,7%</b>  |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortizações e da despesa de IR e CS

Nos três primeiros meses de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1,2 bilhão, registrando aumento de 15,2%, quando comparado ao mesmo período de 2009.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 768,0 milhões, registrando crescimento de 14,2% em relação ao período de janeiro a março de 2009. O incremento observado deve-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, aliado ao maior volume de energia fornecida a clientes finais observado em todas as classes de consumo.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 23,9% em comparação ao mesmo período de 2009, devido ao incremento no volume comprado, relacionado com o volume vendido, combinado com reajustes contratuais na compra de energia.

A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 222,8 milhões, apresentando discreta redução (1,4%) em relação ao primeiro trimestre de 2009. Os resultados registrados no primeiro trimestre de 2009 foram fortemente impactados pelas temperaturas bastante elevadas, que impulsionaram o consumo de energia das classes residencial e comercial, que apresentam as tarifas mais elevadas. Este efeito elevou a base de comparação entre esses trimestres. Adicionalmente, o primeiro trimestre de 2010 foi impactado pelo registro dos efeitos do Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão da Elektro, retroativos a fevereiro de 2010 no montante de R\$ 4,3 milhões. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 6.7 das Informações Trimestrais.

O resultado do serviço foi de R\$ 188,3 milhões, 2,8% menor em relação ao mesmo período de 2009.

O resultado financeiro acumulado em março de 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 14,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões em relação a 2009, devido, basicamente, à inflação medida pelo IGP-M em 2010, que reajusta a 1ª série da 2ª Emissão da Elektro, que em 31 de março de 2010 representava 29% da dívida (composição demonstrada na Letra "A" do Item 3.7 deste Formulário de Referência) da Companhia. O IGP-M acumulado em março de 2010 foi de 2,8% comparado a 0,92% acumulado em março de 2009.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 114,0 milhões em março de 2010, comparado a R\$ 124,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram os resultados operacionais da Elektro no período de janeiro a março de 2010, comparados ao mesmo período de 2009.

## 2009

| Valores em R\$ milhões                       | 2009           | 2008           | Variação      |                |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|
|  |                |                | R\$ milhões   | %              |
| Venda de Energia a Clientes Finais           | 3.719,5        | 3.404,8        | 314,7         | 9,2%           |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 365,9          | 252,4          | 113,5         | 45,0%          |
| Outras Receitas                              | (50,7)         | 62,6           | (113,4)       | -181,0%        |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>4.034,6</b> | <b>3.719,9</b> | <b>314,7</b>  | <b>8,5%</b>    |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (1.372,3)      | (1.207,4)      | (164,9)       | 13,7%          |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>2.662,3</b> | <b>2.512,5</b> | <b>149,9</b>  | <b>6,0%</b>    |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (1.453,6)      | (1.328,6)      | 125,0         | -9,4%          |
| Gastos Operacionais                          | (590,0)        | (553,8)        | 36,2          | -6,5%          |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>618,7</b>   | <b>630,1</b>   | <b>(11,3)</b> | <b>-1,8%</b>   |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>752,4</b>   | <b>754,4</b>   | <b>(2,0)</b>  | <b>-0,3%</b>   |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>2,9</b>     | <b>(140,2)</b> | <b>143,2</b>  | <b>-102,1%</b> |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>485,6</b>   | <b>391,8</b>   | <b>93,8</b>   | <b>23,9%</b>   |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Resultado do Serviço + Amortização da Mais Valia do Imobilizado + Depreciação e Outras Amortizações.

Durante o ano de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões, registrando aumento de 8,5%, quando comparada a 2008.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,7 bilhões, registrando crescimento de 6,0% em relação a 2008. O incremento observado deve-se aos reajustes tarifários de 2008 e 2009, e ao crescimento do consumo de energia pelas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas e registraram ritmo mais forte de crescimento do que as demais classes de consumo. Essa variação positiva foi parcialmente reduzida pelo efeito negativo do resultado definitivo da revisão tarifária de agosto de 2007, no valor de R\$ 55,8 milhões, registrado na linha de Outras Receitas. Ver Notas Explicativas nº 4.1 e 8.6.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 9,4% em comparação a 2008, devido ao incremento no volume comprado e aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra.

A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 752,4 milhões, apresentando leve queda de 0,3% em relação a 2008. O resultado do serviço foi de R\$ 618,7 milhões, com retração de 1,8% sobre o resultado de 2008.

O resultado financeiro acumulado em 2009 foi uma receita líquida de R\$ 2,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 143,2 milhões em relação a 2008, causado principalmente pela reversão de R\$ 95,8 milhões da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (ver Notas Explicativas 26.1 e 34). A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 485,6 milhões em 2009, comparado a R\$ 391,8 milhões do ano anterior, o qual deve ser avaliado a vista dos impactos dos itens não recorrentes referentes ao registro dos efeitos negativos do resultado definitivo da revisão tarifária de 2007, e à reversão da provisão relativa à incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.



| Valores em R\$ milhões                       | 2008           | 2007           | Variação      |               |
|--|----------------|----------------|---------------|---------------|
|  |                |                | R\$ milhões   | %             |
| Fornecimento de Energia Clientes Finais      | 3.404,8        | 3.327,9        | 76,9          | 2,3%          |
| Reposicionamento Tarifário                   | -              | (93,4)         | (93,4)        | N/A           |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 252,4          | 300,4          | (48,0)        | -16,0%        |
| Outras Receitas                              | 62,6           | 47,8           | 14,8          | 31,0%         |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>3.719,9</b> | <b>3.582,7</b> | <b>137,2</b>  | <b>3,8%</b>   |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (1.207,4)      | (1.326,7)      | (119,3)       | -9,0%         |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>2.512,5</b> | <b>2.256,0</b> | <b>256,5</b>  | <b>11,4%</b>  |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (1.328,6)      | (1.070,8)      | 257,8         | 24,1%         |
| Gastos Operacionais                          | (553,8)        | (483,3)        | 70,5          | 14,6%         |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>630,1</b>   | <b>701,9</b>   | <b>(71,8)</b> | <b>-10,2%</b> |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>754,4</b>   | <b>823,2</b>   | <b>(68,8)</b> | <b>-8,4%</b>  |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>(140,2)</b> | <b>(147,5)</b> | <b>(7,3)</b>  | <b>-4,9%</b>  |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>391,8</b>   | <b>466,9</b>   | <b>(75,1)</b> | <b>-16,1%</b> |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Resultado do Serviço + Amortização do Ágio + Depreciação e Outras Amortizações.

Durante o ano de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,7 bilhões, registrando aumento de 3,8%, quando comparado ao mesmo período de 2007. Do total da receita, 98,3% equivale à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,5 bilhões, registrando crescimento de 11,4% em relação aos doze meses de 2007, basicamente pelo aumento do consumo na área de concessão da Elektro e pelos efeitos do reajuste tarifário de 2008 de 10,91% sobre as tarifas de setembro a dezembro de 2008. Esta elevação é parcialmente compensada pela revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziu as tarifas em média de 18,59%, resultando em impacto negativo sobre as receitas de janeiro a agosto de 2008, quando comparado ao mesmo período de 2007.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 24,1% em comparação ao mesmo período de 2007, devido ao incremento na quantidade comprada em virtude do aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

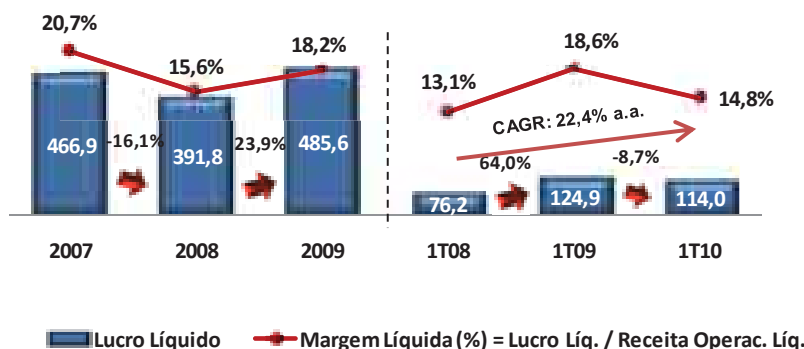
Os gastos operacionais (custo da operação somado às despesas operacionais) de 2008 foram de R\$ 553,8 milhões contra R\$ 483,3 milhões de 2007, influenciados pela reversão da provisão de ICMS sobre demanda, no valor de R\$ 37,9 milhões em 2007, e pela mudança de critério na contabilização de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado em 2008.

A Elektro encerrou o ano de 2008 com EBITDA, de R\$ 754,4 milhões, 8,4% menor em relação ao mesmo período de 2007 e o resultado do serviço foi de R\$ 630,1 milhões, com redução de 10,2% sobre o resultado de dezembro de 2007.

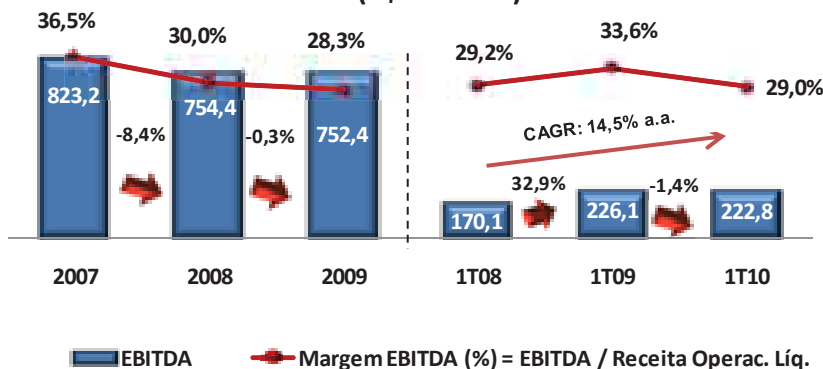
O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos, apresentando redução de 4,9% em relação a 2007, devido principalmente a menores despesas com juros em função do resgate antecipado de debêntures em 2007, e pelo fim da cobrança da CPMF.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 391,8 milhões em dezembro de 2008, comparado a R\$ 466,9 milhões no ano anterior.

### Lucro Líquido (R\$ milhões)



### EBITDA (R\$ milhões)



### Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Elektro

A Elektro considera que suas principais vantagens competitivas são:

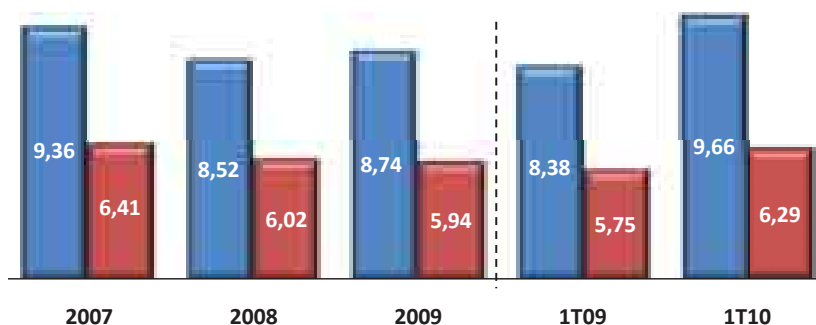
- Área de Concessão com Potencial de Desenvolvimento:** A Elektro distribui energia elétrica em uma área de concessão que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e cinco municípios no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 31 de março de 2010, a Elektro fornecia eletricidade para 2,1 milhões de unidades consumidoras, em uma área de concessão de 120 mil km<sup>2</sup> na qual, de acordo com dados do IBGE, de 2009, residem aproximadamente 5,7 milhões de pessoas. O Estado de São Paulo, no qual se concentra a maior parte das atividades da Elektro, é o centro financeiro e comercial e um dos principais eixos industriais e de agronegócios do País. A Elektro acredita que o desenvolvimento de sua área de concessão tende ainda a se beneficiar do movimento de migração da região metropolitana da capital para o interior do Estado de São Paulo, bem como da expansão das atividades industriais, de serviços e do agronegócio em sua área de concessão, apresentando elevado potencial de elevação no consumo de energia.
- Base de Clientes Crescente e Diversificada:** A base de clientes da Elektro cresce em uma média de 2,9% ao ano desde 2007. Considerando que a base de clientes da Elektro concentra-se no segmento residencial (41% da receita de fornecimento de energia a clientes finais registrada em 31 de março de 2010) e esse mercado tende a ser menos sensível às oscilações da economia do que o mercado industrial, a Elektro acredita que sua carteira de clientes residenciais, reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão. Além disso, sua base de clientes industrial é altamente diversificada, o que faz com que a Elektro seja menos vulnerável a oscilações negativas de determinados setores da economia. O maior cliente da Elektro representa 0,63% da receita de venda da empresa no 1º trimestre de 2010, o que demonstra a reduzida exposição da Companhia a risco de crédito de clientes individuais.

- Administração Experiente e Equipe Altamente Capacitada: A Elektro possui uma administração com elevada *expertise* no setor elétrico e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Os Administradores da Elektro possuem vasta experiência no segmento de distribuição e geração de energia elétrica nos setores privado e público, tanto no País quanto no exterior. Em 31 de março de 2010, os diretores executivos da Elektro possuíam, em média, 17 anos de experiência no setor de energia elétrica. O Conselho de Administração da Elektro também é composto por profissionais com vasta experiência profissional e destaque no cenário nacional e internacional, possuindo também, em 31 de março de 2010, 20 anos de experiência, em média, no setor de energia.
- Acionista Comprometido e com Foco no Setor Energético: A AEI é uma companhia registrada na SEC que administra, opera e possui participação societária em companhias de infraestrutura energética (distribuição e geração de energia elétrica, transporte e distribuição de gás natural e combustível refinado), espalhadas em mercados emergentes. Em 31 de dezembro de 2009, a AEI participava em empresas que, conjuntamente possuíam cerca de 11,5 mil empregados<sup>2</sup>, 7,4 milhões de clientes, Capacidade Instalada de 2,181 mil MW, aproximadamente 42,8 mil km de gasodutos e 195 mil km de linhas de distribuição de energia. A AEI foca na sua atuação em ativos de infraestrutura energética em mercados emergentes. Além disso, a Elektro está comprometida com as práticas de governança corporativa praticadas por sua Acionista Controladora Indireta, que, por sua vez, está sujeita à legislação dos Estados Unidos da América que impõe rígidas regras de governança corporativa.
- Gestão Operacional Premiada e Serviço de Alta Qualidade: A Elektro acredita fornecer um serviço de alta qualidade, com poucos e curtos episódios de interrupção de serviço. Essa excelência no serviço pode ser comprovada por meio da análise dos indicadores técnicos operacionais da Elektro DEC e FEC, que medem, respectivamente, a duração de interrupção por consumidor e a frequência equivalente de interrupção por consumidor. Esses indicadores registraram, em 31 de dezembro de 2009, resultados menores que os padrões estabelecidos pela ANEEL. Ao longo de seus anos de existência, a Elektro vem sendo reconhecida por meio dos prêmios de maior credibilidade no setor elétrico do País. A Elektro foi premiada pela ABRADÉE por cinco vezes como Melhor Gestão Operacional (2009, 2008, 2007, 2006 e 2004) entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes. Essa excelência operacional é resultado da experiência de seus colaboradores no setor de energia elétrica, da qualidade de seus colaboradores, da gestão eficiente dos recursos alocados na manutenção e expansão de sua rede, das melhorias constantes realizadas em seu sistema operacional e da inovação constante de seus processos. A qualidade dos seus serviços também tem sido recorrentemente atestada pelos consumidores, por meio dos resultados obtidos pela Elektro nas pesquisas de satisfação de clientes realizadas anualmente pela ABRADÉE e pela ANEEL.

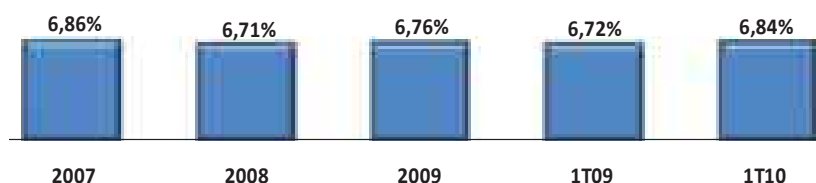
---

<sup>2</sup> Informação atualizada em 31 de maio de 2010.

**DEC e FEC - Duração e Frequência de Interrupção**  
(em horas e quantidades de interrupções por ano, respectivamente)



**Perdas de Energia (\*)**



(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

- **Menor índice de Perdas de Energia do Setor de Distribuição:** Conforme comparação feita pela Elektro com base nos dados das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizaram tal informação ao mercado, a Elektro possui o menor índice de perdas de energia entre as oito maiores empresas do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro, cuja receita operacional bruta foi maior que R\$2,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Elektro apresentou um índice de perdas de 6,76% e no trimestre encerrado em 31 de março de 2010, esse índice era de 6,84%. Esses resultados refletem a qualidade dos ativos da Elektro e a consistência no seu programa de manutenção e modernização do sistema elétrico, bem como a efetividade de seu programa de inspeção de medidores, identificação e correção de procedimentos irregulares e furtos de energia. A Companhia adotou uma política de alocação de investimentos, que objetiva de forma principal ações preventivas, mais eficientes e de menor custo. Durante o ano de 2009, do total investido em manutenção, 68% foi direcionado a ações preventivas buscando garantir a integridade da rede de distribuição de energia elétrica.
- **Estrutura de Capital Equilibrada:** Em junho de 2005, a Elektro deu início a um processo de reestruturação de dívida e de capital que gerou reflexos positivos sobre seu grau de endividamento, e sobre sua estrutura de capital. Tal processo foi implementado por meio (i) da capitalização de cerca de R\$ 1,1 bilhão por meio da conversão de certas dívidas intercompanhia em capital, possibilitando a absorção de prejuízos acumulados; (ii) da eliminação do risco cambial da Elektro vinculado às dívidas denominadas em dólar norte-americano; e (iii) do refinanciamento da dívida por meio de sua 2ª Emissão. Em 2009, a Companhia concluiu sua 3ª Emissão no valor total de R\$ 300,0 milhões, cujos recursos foram utilizados para o resgate antecipado da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias da Elektro no valor de R\$ 120,0 milhões e para o pagamento da 1ª parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária da 2ª Emissão. Como resultado, a Elektro obteve uma estrutura de capital prudente que preserva sua liquidez e facilita o acesso aos mercados financeiros e de capitais. Em 31 de março de 2010, a Elektro possuía um Endividamento Líquido de R\$ 794,9 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 1.134,6 milhões, deduzindo do saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos, no valor de R\$ 339,7 milhões. A Elektro de forma ativa busca linhas de crédito que possuam custos atrativos. A estrutura de capital da Elektro é marcada pelo baixo grau de endividamento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Elektro apresentava uma relação

de 42% de capital de terceiros, denominado pela relação dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido), para 58% de capital próprio, denominado pela relação patrimônio líquido/(dívida líquida + patrimônio líquido) e, para trimestre encerrado em 31 de março de 2010, a Elektro apresentava uma relação de 39% de capital de terceiros, denominado pela relação dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido), para 61% de capital próprio, denominado pela relação patrimônio líquido/(dívida líquida + patrimônio líquido), sendo que 64% do endividamento encontravam-se no longo prazo. Ambos estão abaixo da média de 47% das demais distribuidoras de energia elétrica, se comparados com os relatórios anuais divulgados pelas distribuidoras de energia elétrica com faturamento bruto acima de R\$2,5 bilhões de reais, e do grau de endividamento sugerido para o setor (de 57% de capital de terceiros e 43% de capital próprio), conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 259 de 27 de março de 2007. Ademais, a Elektro considera baixo o nível de seu passivo atuarial, após a liquidação, em 2007, de sua confissão de dívida com o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP.

- **Solidez Financeira e Geração de Caixa Operacional Consistente:** Como resultado de uma gestão austera de seus recursos financeiros, controlando custos operacionais de forma eficiente e maximizando o fluxo de suas receitas, a Elektro apresentava, em 31 de março de 2010, uma Margem EBITDA de 29,0%, acima da média do setor que é de 23%. O que demonstra a preocupação da Companhia com a gestão eficiente de seus recursos e sua busca pela excelência na gestão de seus processos. A média da Margem EBITDA da Elektro tem se mantido próximo a 30% nos três últimos exercícios sociais, encontrando-se entre os melhores índices do setor de distribuição de energia elétrica. Como resultado dessa Margem EBITDA, a geração de caixa tem sido consistente, sendo que, nos últimos três exercícios sociais, a média de geração operacional de caixa, após a dedução de imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$ 729 milhões.

### **Posicionamento Estratégico**

A visão da Elektro é ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País. Sua missão é distribuir energia elétrica com segurança e qualidade para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas. A Elektro está comprometida com a qualidade de seus serviços através da aplicação da melhoria contínua e inovação em seus processos, tecnologias e sistema de gestão.

A atividade de distribuição de energia tem como característica o monopólio no atendimento de um mercado consumidor de um serviço público dentro de sua área de concessão. Tal fato impõe que exista um agente regulador que garanta que a concessionária esteja operando de forma eficiente, equilibrada do ponto de vista econômico-financeiro e com uma tarifa acessível para todos os cidadãos.

A opção pelo atual posicionamento estratégico da Elektro está alinhada às restrições impostas pela atividade regulada de distribuição de energia. A Elektro está limitada a investir na sua área de concessão e o investimento é analisado pelo regulador com vistas a garantir prudência nos usos dos recursos da Elektro. Adicionalmente, o modelo regulatório da distribuição incentiva a busca pela eficiência em gastos gerenciáveis ao permitir que a acionista da concessionária aufera ganhos incrementais caso as despesas gerenciáveis sejam menores que as reconhecidas como eficientes pelo agente regulador. Para além da parte financeira, a distribuidora reforça a sua credibilidade perante o regulador e sociedade ao fornecer um serviço pautado pela excelência operacional, segurança, satisfação dos clientes e bem estar das comunidades. Portanto, a maximização do retorno aos acionistas da Elektro passa necessariamente pela alocação otimizada de recursos e eficiência em despesas e investimentos que, na visão da Elektro, poderão ser obtidos através da melhoria contínua e inovação tecnológica como pilares da política de gestão.

Desde sua fundação, a Elektro implementou uma série de melhorias, com o objetivo de modernizar os processos e reduzir custos. Em 2001 tivemos a centralização do Centro de Operações, responsável pela gestão da rede de distribuição e Central de Atendimento, no mesmo ano 100% das subestações passaram a contar com monitoramento e operação remota. Outro passo significativo em direção à melhoria dos sistemas foi a adoção em 2006 do *Personal*

*Digital Assistant* ("PDA"), computador de bolso dotado de um sistema de comunicação móvel celular, dando mais agilidade à prestação de serviços aos clientes. Em 2008 foi implementado um novo modelo de operação logística, que possibilitou a centralização da distribuição de materiais para toda a área de concessão da Elektro.

O posicionamento estratégico da Elektro leva em consideração quatro principais temas estratégicos:

- Financeiro Regulatório: melhorar o retorno para os acionistas garantindo a sustentabilidade do negócio;
- Relacionamento com clientes: melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação;
- Excelência operacional: melhorar a excelência operacional através da otimização de processos e uso de novas tecnologias, além de implementar ações que visem ao comportamento seguro, mudanças de processos e inovações tecnológicas, objetivando acidente zero com colaboradores, parceiros e população, bem como na melhoria dos sistemas e práticas de gestão; e
- Pessoas: aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais.

A administração da Elektro define os objetivos estratégicos que estão atrelados a referidos temas e direcionam o foco de sua gestão de forma a garantir o alinhamento das diversas ações em curso na sua organização estratégica. Esses objetivos e alguns projetos desenvolvidos em 2009 estão listados a seguir:

- Eficiência na gestão financeira, com monitoramento constante de custos, investimentos e projetos, além da obtenção de recursos para financiar projetos pioneiros, obtidos de fontes mais adequadas e menos onerosas;
- Perfeito monitoramento das regras da ANEEL e um relacionamento transparente com o órgão regulador, visando patamares tarifários justos e aderentes ao princípio da modicidade tarifária;
- Maior eficiência operacional, com a reorganização da gestão, o redesenho dos processos e a aquisição de recursos operacionais modernos e inovadores:
  - Início de implantação do Projeto Novas Tecnologias visando aumentar a produtividade e segurança dos colaboradores;
  - Estudo da aplicabilidade do conceito de *Smart Grid* para detecção de fraudes e a implantação de redes inteligentes para a gestão online dos clientes atendidos.
- Maior qualidade no atendimento, com investimentos na Central de Atendimento ao Cliente (CAC), introdução de melhorias nos canais de comunicação e mudança no modelo de gestão de clientes para permitir um conhecimento mais profundo de suas necessidades;
- Busca da meta zero de acidentes, por meio da utilização de novos equipamentos/veículos e da disseminação dos programas sobre comportamento seguro;
- Satisfação e capacitação dos colaboradores, com a melhoria dos sistemas de RH, a disseminação de melhores práticas de gestão e a realização dos planos de treinamento e desenvolvimento desde o nível operacional até a liderança da Elektro;
- Busca pela excelência na gestão, que resultou na manutenção da certificação ISO 9001 e na conquista dos três destaques no Prêmio Nacional da Qualidade (Clientes, Companhia e Processos).



Em 2009, a Elektro implementou novas tecnologias visando diminuir o trabalho manual e aumentar a produtividade e a segurança dos colaboradores. O objetivo principal é melhorar a eficiência na realização de atividades em toda a área de concessão. A Elektro prospectou novas tecnologias e fornecedores durante o projeto piloto. Em seguida, durante o desenvolvimento do Projeto foram implantados equipamentos inovadores alinhados ao desenvolvimento de nova metodologia operacional.

Com equipamentos inovadores, redesenho de processos e treinamento aos colaboradores houve aumento de produtividade, segurança, qualificação da mão de obra e qualidade na prestação de serviços. Através da implantação desse projeto a Elektro afirma o seu posicionamento pioneiro na implantação de tecnologias inovadoras no setor elétrico nacional.

O projeto piloto foi financiado pela FINEP (R\$ 14 milhões com taxa de juros de 4,25% a.a) e a implementação do projeto Novas tecnologias foi financiado pelo BNDES (R\$48 milhões com taxa de juros média de 7,4% a.a.)

- **Prêmios e Reconhecimentos:**

Ao longo de sua história, a Elektro acumulou uma série de prêmios e reconhecimentos concedidos por relevantes instituições. Dentre eles podem ser destacados:

**ABRADEE**

Prêmio de Melhor Distribuidora do Brasil por três anos - 2007, 2005 e 2004

Prêmio de Melhor Gestão Econômico Financeira - 2006

Prêmio de Melhor Distribuidora do País em Gestão Operacional por cinco anos – 2009, 2008, 2007, 2006 e 2004

Prêmio de Satisfação do Consumidor – 2007

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)

Reconhecimento como destaque nas categorias Processos, Clientes e Companhia em 2009

Gestão & RH

Melhores Empresas em Cidadania Corporativa

Premio ABRASCA

Menção Honrosa no Relatório de Sustentabilidade em 2007

Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) – ANEEL

2º Melhor Índice de Satisfação ao Consumidor em 2009

## **Segurança**

A Elektro considera a segurança como seu principal valor, o qual é referenciado em todo o seu sistema de gestão. Para manter um ambiente saudável e seguro, a Companhia realiza atividades permanentes de capacitação e treinamento, normatização dos processos internos e incorporação de novas tecnologias em suas operações. Também procura desenvolver o lado comportamental de seus colaboradores. A Elektro desenvolve diversas ações para reforçar a importância da segurança no cotidiano das pessoas, tais como:

a) Programa de Observação de Segurança: estimula os colaboradores a identificar riscos no ambiente de trabalho e sugerir melhorias e soluções;

b) Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR): ferramenta que permite apurar os riscos de acidentes, classificá-los e definir as ações para combatê-los;

c) Lições aprendidas: análise da ocorrência de acidentes e entendimento das falhas;

d) Programa Comportamento pela Vida: conscientização sobre a importância da mudança de comportamento perante as questões de segurança;

e) Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO): identifica e trata riscos relativos a Saúde, Segurança e Ergonomia, certificado pela OHSAS 18001 desde 2005 e renovado em 2009; e

f) 5 Compromissos da Liderança: programa difundido em 2009 com o objetivo de prevenção de acidentes, baseada no comportamento seguro, com o comprometimento de todos os líderes da Companhia.

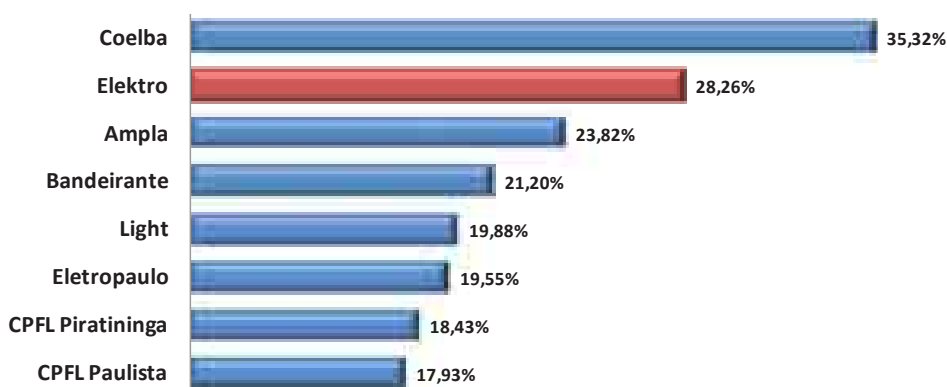
Com relação aos acidentes, a Elektro apresentou os seguintes índices:

|                                 | Indicador                 | Exercício social encerrado em<br>31 de dezembro de |      |      |
|---------------------------------|---------------------------|--|------|------|
|                                 |                           | 2009   | 2008 | 2007 |
| Elektro                         | Fatalidades               | 0  | 0    | 2    |
|                                 | Acidentes com afastamento | 3  | 7    | 9    |
| Prestadores de Serviços Elektro | Fatalidades               | 1  | 1    | 3    |
|                                 | Acidentes com afastamento | 11   | 12   | 14   |

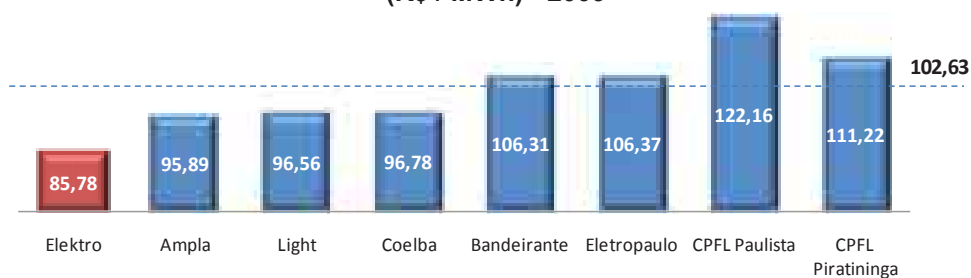
### Comparativo com Pares

Os gráficos abaixo apresentam uma comparação dos principais índices elaborados pela Elektro com base nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica que as disponibilizam no mercado e, cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

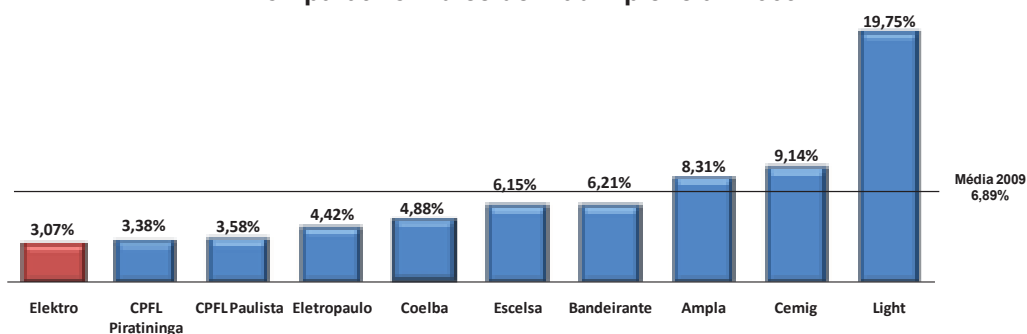
#### Comparativo Margem EBITDA (%) - 2009



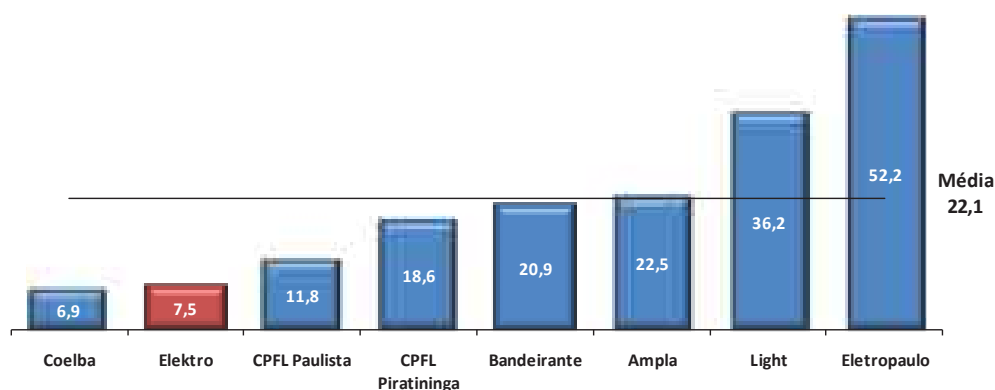
#### Comparativo Custo Médio de Compra de Energia (R\$ / MWh) - 2009



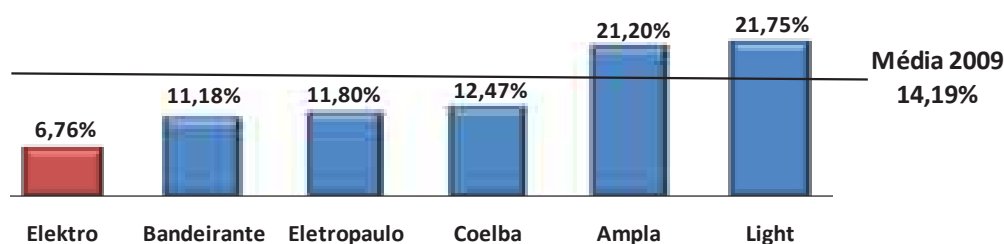
#### Comparativo Índice de Inadimplência - 2009



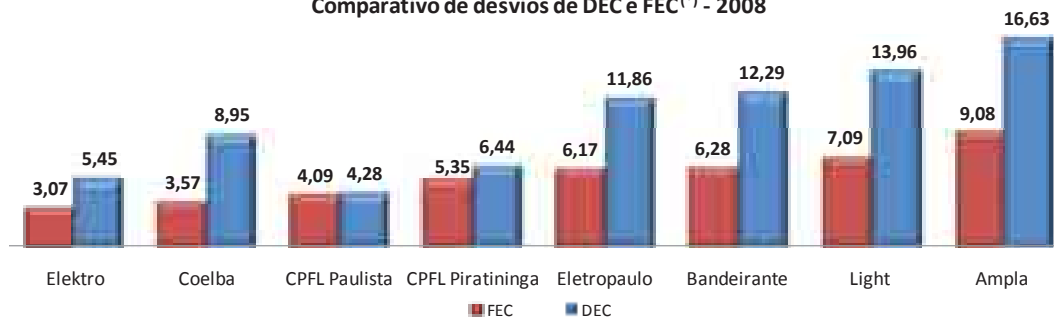
**Comparativo de Gastos**  
(Custos e Despesas Operacionais + Investimentos)/ km de rede



**Comparativo de Perdas de Energia - 2009**



**Comparativo de desvios de DEC e FEC(\*) - 2008**



(\*) Desvio conforme metodologia Abradee, cujos dados disponíveis referem-se a 2008

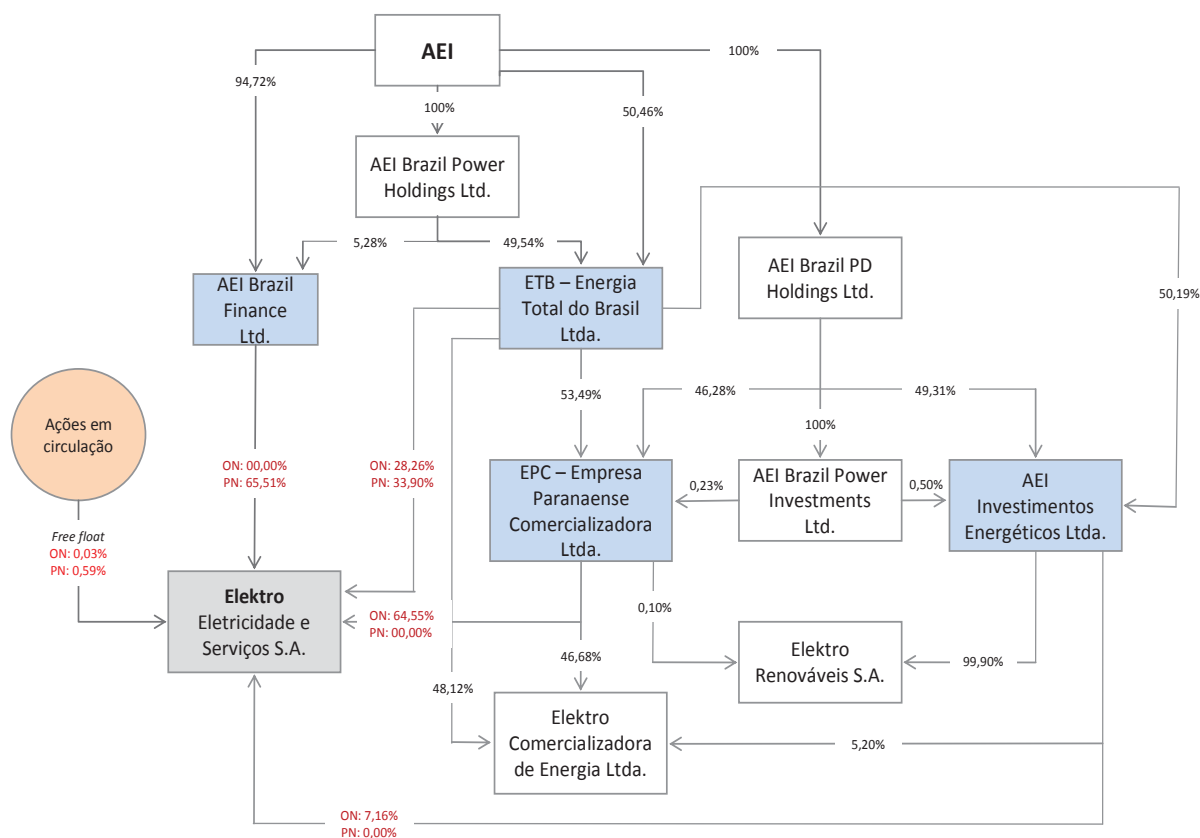
## 8. Grupo Econômico

### 8.1. Grupo econômico em que se insere o emissor

A Elektro é indiretamente controlada pela AEI por meio das participações societárias detidas por essa empresa nas *holdings* EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., ETB, AEI Investimentos Energéticos Ltda. e AEI Brazil Finance Ltd. que, conjuntamente, detém 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Companhia.

A Elektro não possui sociedades controladas, coligadas, sob controle comum direto ou participações em outras sociedades do grupo.

## 8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere o emissor



**8.3. Operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo**

Entre 31 de dezembro de 2007 e o encerramento do período em 31 de março de 2010 não houve eventos societários no grupo.

#### 8.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas acima.

## 9. Ativos relevantes

**9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

**1. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização**

Os principais ativos da Companhia consistem em linhas de sub-transmissão, sub-estações de distribuição e redes de distribuição, as quais estão localizadas em 223 municípios do Estado de São Paulo e 05 municípios no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia tem 121 subestações de distribuição e duas subestações móveis, aproximadamente 106 mil km de linhas de distribuição e 1.386 km de linhas de transmissão. Possui, ainda, 184 imóveis localizados nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A aquisição da propriedade pela Elektro ainda não foi registrada em aproximadamente metade dos 184 imóveis, estando tais imóveis ainda em processo de obtenção e/ou regularização de “Habite-se”, em processo de obtenção e/ou regularização do Alvará de Licença e Funcionamento - ALUF e de Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros - AVCB. A ausência ou irregularidade dos documentos aqui citados poderá ensejar a aplicação de medidas legais cabíveis, tais como a aplicação de multas e, eventualmente, em casos extremos, a paralisação de algumas atividades da Elektro no imóvel. Ressalta-se, entretanto, que de acordo com a legislação em vigor, alguns imóveis utilizados pela Companhia para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis, ou seja, ao término da concessão (por qualquer motivo) os mesmos retornam ao poder concedente.

Utilizando o critério de quantidade de alimentadores instalados, que indica a capilaridade do atendimento em relação ao espaço geográfico, associado ao critério de potência instalada que demonstra a capacidade de atendimento das subestações aos Clientes Finais, a tabela abaixo apresenta a descrição das propriedades mais importantes para os negócios da Elektro:

| Município/UF             | Endereço   | Área total (m²) | Área total construída (m²) | Quantidade de Alimentadores |         | Potência Instalada (MVA) | Finalidade       | Alugado ou Arrendado |
|--------------------------|--|-----------------|----------------------------|-----------------------------|---------|--------------------------|------------------|----------------------|
|                          |  |                 |                            | 13,8 KV                     | 34,5 KV |                          |                  |                      |
| Rio Claro/SP             | Av. Brasil, 4233 - Parque das Indústrias               | 15.577,00       | 75,00                      | 9                           | -       | 112,5                    | Subestação       | Não                  |
| Limeira/SP               | Av. Mar. Artur Costa e Silva, 1900 - Novo Horizonte    | 10.000,00       | 100,00                     | 9                           | -       | 66                       | Subestação       | Não                  |
| Itanhaém/SP              | Av. Paulo José de Moraes, s/nº                         | 4.127,04        | 220,00                     | 9                           | -       | 63,33                    | Subestação       | Não                  |
| Atibaia/SP               | Estrada Estadual Aroa Sahm, s/nº - Mato Dentro         | 12.485,81       | 66,00                      | 9                           | -       | 63                       | Subestação       | Não                  |
| Mogi Mirim/SP            | Rod. SP 147 km 56                                      | 35.400,00       | 356,07                     | 8                           | -       | 63,33                    | Subestação       | Não                  |
| Araras/SP                | R. Cândido Torales Gismenes, s/nº - Jd. Cândida        | 44.300,00       | 119,60                     | 8                           | 2       | 53,33                    | Subestação e CSR | Não                  |
| São João da Boa Vista/SP | R. José Virgílio Dutra, s/nº - Jardim Industrial       | 19.048,75       | 124,10                     | 8                           | -       | 52,08                    | Subestação       | Não                  |
| Campos do Jordão/SP      | R. Francisco Gaiola, 100                               | 15.642,00       | 69,31                      | 8                           | -       | 52,05                    | Subestação       | Não                  |
| Votuporanga/SP           | Estr. Municipal Fábio Cavallari 207 - Jd. Palmeiras II | 11.221,56       | 710,44                     | 7                           | -       | 60                       | Subestação       | Não                  |
| Ubatuba/SP               | Rodovia Osvaldo Cruz, 1001                             | 2.310,00        | 80,00                      | 7                           | -       | 52,08                    | Subestação       | Não                  |
| Leme/SP                  | Av. José Antunes de Lisboa, 630 - Jd Bosque            | 31.941,00       | 120,00                     | 7                           | -       | 52,08                    | Subestação       | Não                  |
| Andradina /SP            | Rod. SP 563 - Andradina/Pereira Barreto                | 17.200,00       | 260,00                     | 7                           | -       | 38,75                    | Subestação       | Não                  |
| Cordeirópolis/SP         | Rod. Limeira/Cordeirópolis                             | 8.582,00        | 84,00                      | 6                           | -       | 37,5                     | Subestação       | Não                  |
| Fernandópolis/SP         | Av. Luis Brambatti, 605 - Jd. Paulistano               | 15.505,00       | 83,00                      | 6                           | -       | 37,5                     | Subestação e CSR | Não                  |
| Arujá/SP                 | Rod. Moji das Cruzes/ Via Pres. Dutra                  | 16.535,00       | 112,00                     | 6                           | -       | 37,5                     | Subestação e CSR | Não                  |
| Mirandópolis/SP          | Rod. SP 300, Trevo Sentido Mirandópolis                | 9.007,00        | 105,00                     | 6                           | -       | 28,75                    | Subestação       | Não                  |
| Santa Isabel/SP          | Rod. Albino Rodrigues Neves, Vereador - Tevó Gleba     | 9.457,50        | 132,00                     | 6                           | -       | 25                       | Subestação       | Não                  |

Dos 17 imóveis listados na tabela acima, todos estão registrados, nas correspondentes matrículas, em nome da Companhia. Três imóveis possuem Alvará de Licença e Funcionamento – ALUF e seis imóveis possuem Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros - AVCB. Os demais fazem parte do plano de regularização da Companhia, para obtenção de toda a documentação necessária.

## 2. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

### Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca é adquirida somente por meio do registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante um prazo de 10 anos, renovável por períodos adicionais de 10 anos cada um.

Durante o processo de registro, o titular do pedido tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas para a identificação de seus produtos ou serviços especificamente na classe requerida.

Em 19 de maio de 2010, a Elektro era titular de diversos registros e pedidos de registro de marca no INPI, conforme abaixo:

| MARCAS                            |                  |   |                                   |   |                 |
|-----------------------------------|------------------|---|-----------------------------------|---|-----------------|
| Nº do Processo no INPI (Registro) | Data de Depósito | Nome da Marca   | Apresentação (Nominativa / Mista) | Status  | Classe          |
| 007104928                         | 25/01/1979       | ELETROCAMPO   | Mista                             | Expirou   | NCL(7 )<br>39   |
| 816784280                         | 28/07/1992       | ECOWATT   | Nominativa                        | Registro válido até<br>29/03/2014                             | 11 : 10         |
| 817708480                         | 28/02/1994       | GREEN LIGHTS  | Nominativa                        | Registro válido até<br>08/10/2016                             | 37 : 05 -<br>35 |
| 821954911                         | 27/01/2000       | PRONTA ENTREGA  | Mista                             | Registro válido até<br>18/10/2015                             | NCL(7 )<br>39   |
| 821954920                         | 27/01/2000       | PRONTA ENTREGA  | Mista                             | Registro válido até<br>18/10/2015                             | NCL(7 )<br>42   |
| 821954938                         | 27/01/2000       | LBR LUZ PARA BAIXA RENDA                              | Mista                             | Registro válido até<br>18/10/2015                             | NCL(7 )<br>39   |
| 821954946                         | 27/01/2000       | LBR LUZ PARA BAIXA RENDA                              | Mista                             | Registro válido até<br>18/10/2015                             | NCL(7 )<br>42   |
| 821957660                         | 27/01/2000       | ELETROCAMPO PLANTANDO PARCERIAS E COLHENDO RESULTADOS | Mista                             | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>39   |
| 821957694                         | 27/01/2000       | SGD OPEN  | Mista                             | Registro válido até<br>16/11/2015                             | NCL(7 )<br>39   |
| 821970577                         | 27/01/2000       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS                       | Nominativa                        | Registro válido até<br>08/11/2015                             | NCL(7 )<br>39   |
| 821970585                         | 27/01/2000       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS                       | Nominativa                        | Registro válido até<br>08/11/2015                             | NCL(7 )<br>42   |
| 822073641                         | 16/03/2000       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Registro válido até<br>20/12/2015                             | NCL(7 )<br>39   |
| 823980847                         | 05/06/2001       | ELEKTRO SERVICE                                       | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(7 )<br>35   |
| 823980855                         | 05/06/2001       | ELEKTRO SERVICE                                       | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>37   |
| 823980871                         | 05/06/2001       | ELEKTRO SERVICE                                       | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>39   |
| 823980898                         | 05/06/2001       | ELEKTRO SERVICE                                       | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>42   |
| 824003551                         | 12/06/2001       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.                  | Mista                             | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(7 )<br>35   |
| 824003560                         | 12/06/2001       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.                  | Mista                             | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>37   |
| 824003578                         | 12/06/2001       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.                  | Mista                             | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>42   |



| MARCAS                            |                  |   |                                   |   |               |
|-----------------------------------|------------------|---|-----------------------------------|---|---------------|
| Nº do Processo no INPI (Registro) | Data de Depósito | Nome da Marca   | Apresentação (Nominativa / Mista) | Status  | Classe        |
| 824003586                         | 12/06/2001       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.                      | Mista                             | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>39 |
| 824109848                         | 17/10/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(7 )<br>35 |
| 824109864                         | 17/10/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>37 |
| 824109872                         | 17/10/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>42 |
| 824187725                         | 06/12/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Registro válido até 17/07/2017                                | NCL(7 )<br>36 |
| 824187733                         | 06/12/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Pedido sobrestado   | NCL(7 )<br>40 |
| 824187741                         | 06/12/2001       | ELEKTRO   | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(7 )<br>39 |
| 825423937                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DA NOSSA TERRA | Mista                             | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 )<br>36 |
| 825423945                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DE NOSSA TERRA | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 )<br>44 |
| 825423872                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DA NOSSA TERRA | Mista                             | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 )<br>44 |
| 825423880                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DA NOSSA TERRA | Mista                             | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 )<br>42 |
| 825423899                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DA NOSSA TERRA | Mista                             | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 )<br>41 |
| 825423902                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DE NOSSA TERRA | Nominativa                        | Registro válido até 17/03/2019                                | NCL(8 )<br>36 |

| MARCAS                            |                  |   |                                   |   |            |
|-----------------------------------|------------------|---|-----------------------------------|---|------------|
| Nº do Processo no INPI (Registro) | Data de Depósito | Nome da Marca   | Apresentação (Nominativa / Mista) | Status  | Classe     |
| 825423910                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DE NOSSA TERRA | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 ) 41 |
| 825423929                         | 04/04/2003       | PROJETO MENINOS ECOLÓGICOS REPONDO O VERDE DE NOSSA TERRA | Nominativa                        | Pedido indeferido; recurso contra o indeferimento apresentado | NCL(8 ) 42 |

#### **Patentes**

A Elektro é titular de um pedido de patente para proteção de “equipamento portátil para execução de teste rápido em sistemas de iluminação pública, tipo vapor de mercúrio e vapor de sódio”, depositado junto ao INPI em 28 de novembro de 2000. O pedido de patente aguarda o exame do INPI.

#### **Software**

A Elektro possui um ambiente computacional composto de diversos sistemas. Em 2009, detinha a quantidade de licenças de software de prateleira necessária para o uso regular por todos os usuários, de acordo com as necessidades do curso normal de suas atividades, bem como possuía contratos de licença de uso de software válidos para os softwares mais relevantes para seus negócios.

A Companhia acredita que suas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos serviços. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem diversificação de portfólio de serviços, incluindo a melhora da qualidade dos serviços da Companhia e o aprimoramento da apresentação de marcas. Atualmente, a Companhia é titular das marcas e patentes mencionadas acima, registradas ou em processo de registro perante o INPI.

#### *i. duração*

#### **Marcas**

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito de uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos, contados da data de concessão do registro, prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços, bem como tem o direito de preferência de seu depósito, em face de pedidos posteriores de terceiros.

#### **Patente**

No Brasil, uma vez concedido o registro da patente de invenção, a proteção vigorará pelo prazo de 20 anos contados da data do depósito, desde que o prazo de vigência não seja inferior a dez anos a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

### **Direitos Autorais**

Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos (i) contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, caso a obra não seja anônima ou pseudônima; e (ii) contados de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação, caso a obra seja anônima ou pseudônima.

### **Software**

Os direitos relativos a programa de computador perduram pelo prazo de cinquenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

#### *ii. território atingido*

Brasil.

#### *iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

No âmbito administrativo (junto ao INPI), com relação aos registros de marca não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade p.ex.).

No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro da grande maioria de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e que eventualmente venham a propor algum tipo de ação em face da Companhia. A Companhia porém se cerca de todas as cautelas necessárias à garantir o registro adequado de sua propriedade intelectual, e em caso de algum tipo de litígio, é certo que tem fortes argumentos de defesa.

A manutenção dos registros de marcas e pedido de patente é realizada através do pagamento periódico de retribuições aos órgãos competentes. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Finalmente, em relação às marcas e patentes ainda sob análise do INPI, isto é, aguardando concessão de registro, não é possível afirmar que os registros serão concedidos. É possível afirmar porém, que antes de buscar um registro de propriedade intelectual perante o INPI a Companhia procede com toda a cautela necessária a garantir que a marca ou invenção tenha todos os requisitos necessários à garantir sua concessão de registro.

#### *iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia*

A eventual perda dos direitos sobre as marcas da Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre os mesmos em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de propriedade intelectual e violação de direitos de terceiros.

### **3. As sociedades em que o emissor tenha participação**

Não aplicável. A Companhia não possui participação em sociedades.

### **9.2. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes foram fornecidas acima.

## **10. Comentários dos diretores**

### **10.1. Comentários dos diretores sobre:**

#### **A. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no trimestre findo em 31 de março de 2010, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as atividades do negócio da Companhia, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Os diretores da Companhia acreditam, por meio de uma análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, que a Companhia possui um capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para desenvolver as atividades relacionadas ao negócio da Companhia e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

No trimestre findo em 31 de março de 2010 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, a companhia apresentava grau de alavancagem prudente e que vem garantindo liquidez para a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não têm como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entendam que é necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem amplo acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios, e visto que sua classificação de risco (brAAA pela Standard & Poor's) está entre as melhores do setor de distribuição de energia elétrica.

## B. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

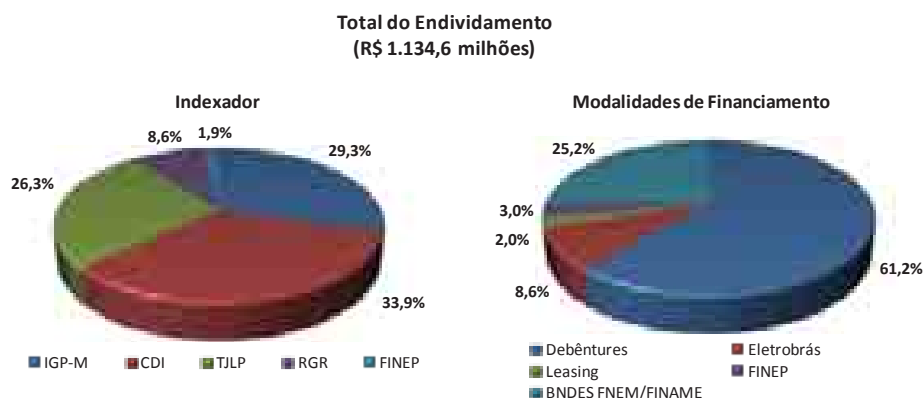
Os diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada às suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

A A Elektro encerrou 2007 com um endividamento líquido de R\$ 560,6 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 752,3 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos no montante de R\$ 191,7 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 91% do total e o grau de alavancagem de 34%, (denominado pela relação dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido), que garante uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

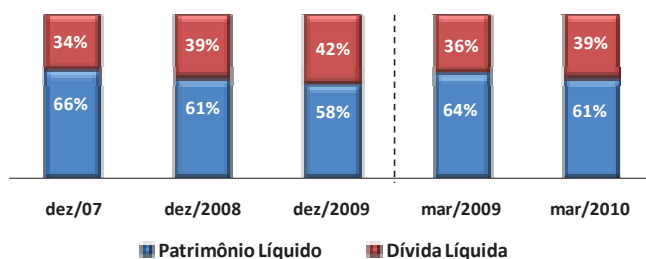
A Elektro encerrou o ano de 2008 com endividamento líquido de R\$ 669,6 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 879,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 210,1 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 69% do total do endividamento e o grau de alavancagem de 38% (denominado pela relação dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido), que garante uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

A Elektro encerrou o ano de 2009, com dívida líquida de R\$ 827,4 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.108,9 milhões e de seu saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 281,5 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 71% do total do endividamento e o grau de alavancagem de 42% (denominado pela relação dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido) e garante uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

A Elektro encerrou os primeiros três meses de 2010 com dívida líquida de R\$ 794,9 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.134,6 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 339,7 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 64% do total do endividamento.



### Estrutura de Capital



Entre janeiro e março de 2010, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através da linha de financiamento existente no BNDES no montante total de R\$ 18,8 milhões, através de agentes financeiros.

Ao final do período, o grau de alavancagem da Elektro era de 39% (denominado pela relação dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido), patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa, na opinião dos diretores.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2010 era de R\$ 1,2 bilhão com variação positiva de 10% em relação a 31 de dezembro de 2009.

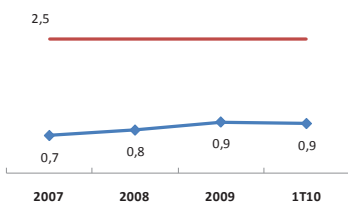
Não há qualquer previsão ou intenção, no momento, de resgate de ações de emissão da Companhia.

### C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

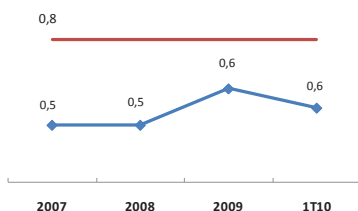
Os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para honrar seus compromissos financeiros assumidos e manter estrutura financeira equilibrada. A Companhia sempre honrou seus compromissos, possui índice de inadimplência nulo perante seus credores e sempre respeitou todos os *covenants* financeiros existentes em seus contratos de financiamento.

### Principais Covenants

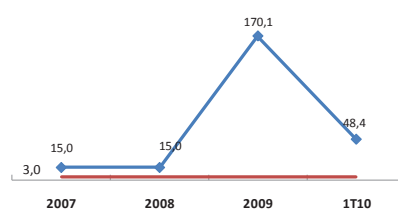
Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 2,5$   
(1) (2) (3)



Dívida Líquida/Patrimônio Líquido  $\leq 0,8$   
(1) (2)



EBITDA/Despesa Financeira Líquida  $\geq 3$   
(1) (2) (3) (4)



- (1) BNDES FINEM 2005
- (2) 2ª Emissão de Debêntures
- (3) 3ª Emissão de Debêntures
- (4) Na 4ª Emissão de Debêntures o covenant passa a ser : EBITDA/Despesa Financeira Líquida  $\geq 2$

Eventos não passíveis de mensuração, relacionados principalmente a situações externas à Companhia, fazem com que não seja possível garantir que essa situação de estabilidade permanecerá. Caso seja necessário captar empréstimos para financiar novos investimentos e aquisições, os Diretores entendem que a Companhia tem total condição de obtê-los.

A relação dívida líquida / EBITDA, ao final do primeiro trimestre de 2010 foi de 0,89x (1,10x ao final do ano de 2009) e a relação EBITDA / despesas financeiras (excluindo reversão de provisão) é de 48,4x (170,1x ao final do ano de 2009).

A classificação de risco da Companhia (brAAA pela Standard & Poor's) está entre as melhores no seu setor de atuação, possibilitando assim, sob o ponto de vista dos Diretores, que taxas mais baixas sejam contratadas nas operações financeiras da Companhia.

#### **D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os diretores entendem que a Companhia não precisa captar linhas para financiamento de capital de giro no momento. O uso dessas linhas de capital de giro não tem sido necessário em função da confortável situação de liquidez da Companhia; porém, caso haja necessidade de captar recursos para esta finalidade, a Companhia poderá utilizar recursos provenientes de financiamentos bancários, cédulas de crédito bancário, emissão de Notas Promissórias junto ao mercado de capitais, entre outros instrumentos.

Para financiamento dos investimentos da Companhia em ampliação e modernização do sistema elétrico e em ativos para suporte às operações, a Companhia capta recursos através de contratos de financiamento com agências de fomento (com destaque para BNDES e FINEP), em alguns casos através de agentes financeiros. A Companhia também possui contratos de financiamento com a ELETROBRÁS, referentes ao Programa Luz para Todos, que objetiva a eletrificação de unidades consumidoras em áreas rurais.

A Companhia recorre ainda ao mercado de capitais, através da emissão de notas promissórias e debêntures, ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento das suas operações.

A Companhia conta com linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, tendo acesso a linhas de financiamento com taxas atrativas para a Elektro.

Em 31 de março de 2010, e em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, o endividamento total da Elektro era representado pelos seguintes valores:

|  | 31/03/2010     |                |                |               |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total          |               |
|  |                |                | R\$ milhões    | %             |
| <b><u>Empréstimos com Terceiros</u></b>                                | <b>408,5</b>   | <b>726,1</b>   | <b>1.134,6</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 325,6          | 368,9          | 694,5          | 61,2%         |
| BNDES Finem / Finame   | 64,7           | 221,1          | 285,8          | 25,2%         |
| Eletrobrás   | 7,3            | 90,2           | 97,5           | 8,6%          |
| Finep  | 1,6            | 32,4           | 34,0           | 3,0%          |
| Arrendamento mercantil   | 9,3            | 13,5           | 22,8           | 2,0%          |
| <b>Total da Dívida</b>   | <b>408,5</b>   | <b>726,1</b>   | <b>1.134,6</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>36%</b>     | <b>64%</b>     | <b>100%</b>    |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup></b> |                |                | (339,7)        |               |
| <b>Dívida Líquida</b>  |                |                | <b>794,9</b>   |               |

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.  
Fonte: Elektro



|  | 31/12/2009     |                |                |               |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total          |               |
|  |                |                | R\$ milhões    | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>322,3</b>   | <b>786,6</b>   | <b>1.108,9</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 249,3          | 421,3          | 670,6          | 60,5%         |
| BNDES Finem / Finame   | 56,3           | 224,1          | 280,4          | 25,3%         |
| Eletrobrás   | 6,9            | 92,5           | 99,4           | 9,0%          |
| Finep  | 0,8            | 33,2           | 34,0           | 3,1%          |
| Arrendamento mercantil   | 9,0            | 15,5           | 24,5           | 2,2%          |
| <b>Total da Dívida</b>   | <b>322,3</b>   | <b>786,6</b>   | <b>1.108,9</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>29%</b>     | <b>71%</b>     | <b>100%</b>    |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup></b> | <b>(281,5)</b> |                |                |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   | <b>827,4</b>   |                |                |               |

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

|  | 31/12/2008     |                |              |               |
|--|----------------|----------------|--------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total        |               |
|  |                |                | R\$ milhão   | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>269,1</b>   | <b>610,6</b>   | <b>879,7</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 203,8          | 368,6          | 572,4        | 65,1%         |
| BNDES Finem / Finame   | 60,7           | 170,9          | 231,6        | 26,3%         |
| Eletrobrás   | 4,6            | 61,9           | 66,5         | 7,6%          |
| Finep  | 0,0            | 9,2            | 9,2          | 1,0%          |
| <b>Total da Dívida <sup>(1) (2)</sup></b>                              | <b>269,1</b>   | <b>610,6</b>   | <b>879,7</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>31%</b>     | <b>69%</b>     | <b>100%</b>  |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(3)</sup></b> | <b>(210,1)</b> |                |              |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   | <b>669,6</b>   |                |              |               |

(1) O valor apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil

(2) Os valores foram extraídos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2008

(3) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

|  | 31/12/2007     |                |              |               |
|--|----------------|----------------|--------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total        |               |
|  |                |                | R\$ milhão   | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>66,7</b>    | <b>685,6</b>   | <b>752,3</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 18,6           | 508,3          | 526,9        | 70,0%         |
| BNDES Finem / Finame   | 44,8           | 130,7          | 175,4        | 23,3%         |
| Eletrobrás   | 3,3            | 43,17          | 46,5         | 6,2%          |
| Finep  | 0,0            | 3,4            | 3,4          | 0,5%          |
| <b>Total da Dívida <sup>(1) (2)</sup></b>                              | <b>66,7</b>    | <b>685,6</b>   | <b>752,3</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>9%</b>      | <b>91%</b>     | <b>100%</b>  |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(3)</sup></b> | <b>(191,7)</b> |                |              |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   | <b>560,6</b>   |                |              |               |

(1) O valor apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil

(2) Os valores foram extraídos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2007

(3) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

Fonte: Elektro

## E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

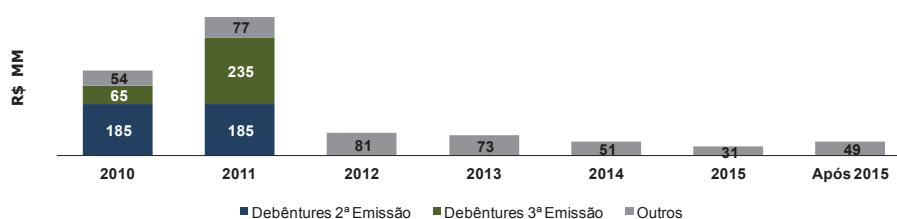
Os diretores entendem que não há necessidade de a Companhia captar recursos para capital de giro no momento. Se necessário buscará financiamentos por meio do BNDES bem como outros instrumentos de longo prazo disponíveis no mercado.

## F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

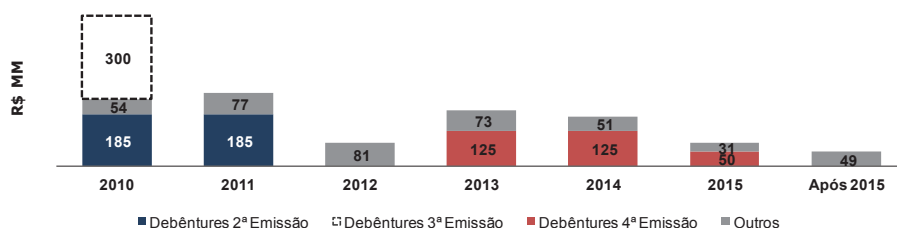
### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui a maior parte do seu endividamento no longo prazo. Após a estruturação da 4ª Emissão de Debêntures, e consequentemente o resgate antecipado da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, seu cronograma de vencimentos ficará melhor distribuído reduzindo assim o risco de refinanciamento.

Vencimento do Principal da Dívida (sem o resgate antecipado)



Vencimento do Principal da Dívida (Pro forma) <sup>(1)</sup>



(1) Considerando a destinação da 4ª emissão de debêntures para resgate da totalidade da 3ª emissão de debêntures. Foi utilizada a premissa de alocação de 50% do montante em cada série (4 anos e 5 anos).

As dívidas da Companhia estão detalhadas abaixo:

|  |                                     |            |                       | R\$ Milhões                   |
|--|-------------------------------------|------------|-----------------------|-------------------------------|
|  |                                     |            |                       | Saldo em 31/03/2010           |
| Financiamento                                | Destinação de Recursos              | Vencimento | Taxa juros a.a.       | Total                         |
| BNDES FINAME 2007                            | Renovação Frota 2007                | Jul 2012   | TJLP + 2,80%          | 1,59                          |
| BNDES Finame 2008                            | Renovação Frota 2008                | Jul 2013   | TJLP + 2,79%          | 2,90                          |
| BNDES Finame 2009                            | Renovação Frota 2009                | Mar 2014   | 4,25% to TJLP + 2,83% | 8,41                          |
| BNDES Finem - Votorantim                     | Investimentos 2005                  | Jun 2010   | TJLP + 6%             | 6,50                          |
| BNDES Finem - Capex 2006-2008 <sup>(1)</sup> | Investimentos 2006 - Jun/08         | Set 2013   | TJLP + 4,65%          | 99,36                         |
| BNDES Finem - Capex 2008-2010 <sup>(2)</sup> | Investimentos 2008 - 2010           | Dez 2015   | TJLP + 2,26%          | 101,84                        |
| BNDES Finem - Capex 2008-2010 <sup>(2)</sup> | Investimentos 2008 - 2010           | Mar 2014   | IPCA + 9,95%          | 45,49                         |
| Programa Luz para Todos 1ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Dez 2016   | RGR + 5%              | 8,54                          |
| Programa Luz para Todos 2ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Mai 2018   | RGR + 5%              | 18,64                         |
| Programa Luz para Todos 3ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Ago 2020   | RGR + 5%              | 34,00                         |
| Programa Luz para Todos 4ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Out 2020   | RGR + 5%              | 26,83                         |
| Programa Luz para Todos 5ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Out 2021   | RGR + 5%              | 9,54                          |
| FINEP - 1º Ciclo                             | Pesquisa e Desenvolvimento          | Out 2014   | TJLP + 0,94%          | 12,59                         |
| FINEP - 2º Ciclo                             | Inovação Pesquisa e Desenvolvimento | Dez 2017   | 4,25%                 | 21,43                         |
| BNDES Automático                             | Construção Datacenter               | Jul 2013   | TJLP + 2,70%          | 2,15                          |
| FINEM GECON                                  | Modernização de Equipamentos        | Mai 2017   | 7% to TJLP + 1,9%     | 17,55                         |
| Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série             | Reestruturação Dívida               | Set 2011   | IGP-M + 11,8%         | 332,06 <sup>(3)</sup>         |
| Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série             | Reestruturação Dívida               | Set 2011   | CDI + 1,65%           | 58,65 <sup>(3)</sup>          |
| Debêntures 3ª Emissão                        | Refinanc. Debentures e Cap. Giro    | Set 2011   | CDI + 1,40%           | 308,04 <sup>(3)</sup>         |
| <b>Total dos Financiamentos</b>              |                                     |            |                       | <b>1.116,10<sup>(4)</sup></b> |

(1) Bancos Agentes: Unibanco (50%), Votorantim (18,75%), ItaúBBA (18,75%) e Bradesco (12,5%)

(2) Bancos Agentes: Unibanco (60%), Itaú BBA (20%) e Banco do Brasil (20%)

(3) Não estão sendo considerados os custos de emissão no montante total de R\$ 4.292 mil.

(4) O valor de R\$ 1.116,10 milhões, apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil.

|  |                                     |            |                     | R\$ Milhões                   |
|--|-------------------------------------|------------|---------------------|-------------------------------|
|  |                                     |            |                     | Saldo em 31/12/2009           |
| Financiamento                                | Destinação Recursos                 | Vencimento | Taxa juros a.a.     | Total                         |
| BNDES Finame 2007                            | Renovação Frota 2007                | Jul 2012   | TJLP + 2,80%        | 1,77                          |
| BNDES Finame 2008                            | Renovação Frota 2008                | Jul 2013   | TJLP + 2,79%        | 3,12                          |
| BNDES Finame 2009                            | Renovação Frota 2009                | Mar 2014   | TJLP + 2,83%        | 8,43                          |
| BNDES Finem - Votorantim                     | Investimentos 2005                  | Jun 2010   | TJLP + 6%           | 13,01                         |
| BNDES Finem - Capex 2006-2008 <sup>(1)</sup> | Investimentos 2006 - Jun/08         | Set 2013   | TJLP + 4,65%        | 108,18                        |
| BNDES Finem - Capex 2008-2010 <sup>(2)</sup> | Investimentos 2008 - 2010           | Dez 2016   | TJLP + 2,26%        | 98,14                         |
| BNDES Finem - Capex 2008-2010 <sup>(2)</sup> | Investimentos 2008 - 2010           | Mar 2014   | IPCA + 7,6% + 2,45% | 45,49                         |
| Programa Luz para Todos 1ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Dec 2016   | RGR + 5%            | 8,86                          |
| Programa Luz para Todos 2ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Mai 2018   | RGR + 5%            | 19,23                         |
| Programa Luz para Todos 3ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Ago 2020   | RGR + 5%            | 34,89                         |
| Programa Luz para Todos 4ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Out 2020   | RGR + 5%            | 26,84                         |
| Programa Luz para Todos 5ª fase              | Ligação de clientes rurais          | Out 2021   | RGR + 5%            | 9,54                          |
| FINEP - 1º Ciclo                             | Pesquisa e Desenvolvimento          | Out 2014   | TJLP + 0,94%        | 12,58                         |
| FINEP - 2º Ciclo                             | Inovação Pesquisa e Desenvolvimento | Dez 2017   | 4,25%               | 21,43                         |
| BNDES Automático                             | Construção Datacenter               | Jul 2013   | TJLP + 2,70%        | 2,31                          |
| Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série             | Reestruturação Dívida               | Set 2011   | IGP-M + 11,8%       | 314,65 <sup>(3)</sup>         |
| Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série             | Reestruturação Dívida               | Set 2011   | CDI + 1,65%         | 60,07 <sup>(3)</sup>          |
| Debêntures 3ª Emissão                        | Refinanc. Debentures e Cap. Giro    | Set 2011   | CDI + 1,40%         | 300,92 <sup>(3)</sup>         |
| <b>Total Financiamentos</b>                  |                                     |            |                     | <b>1.089,43<sup>(4)</sup></b> |

(1) Bancos Agentes: Unibanco (50%), Votorantim (18,75%), ItaúBBA (18,75%) e Bradesco (12,5%)

(2) Bancos Agentes: Unibanco (60%), Itaú BBA (20%) e Banco do Brasil (20%)

(3) Não estão sendo considerados os custos de emissão no montante total de R\$ 5.024 mil.

(4) O valor de R\$ 1.089,43 milhões, apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil.

|  |                             |            |                    | R\$ milhões                      |
|--|-----------------------------|------------|--------------------|----------------------------------|
|  |                             |            |                    | Saldo em 31/12/2008              |
| Financiamento                                    | Destinação de Recursos      | Vencimento | Taxa de Juros a.a. | Total                            |
| BNDES Finame Ford                                | Renovação Frota 2007        | Jun 2012   | TJLP + 2,80%       | 0,96                             |
| BNDES Finame Ritz                                | Renovação Frota 2007        | Jul 2012   | TJLP + 2,80%       | 1,27                             |
| BNDES Finame Embark                              | Renovação Frota 2007        | Jul 2012   | TJLP + 2,80%       | 0,25                             |
| BNDES Finem - Votorantim                         | Investimentos 2005          | Jun 2010   | TJLP + 6%          | 38,98                            |
| BNDES Finem - Capex 2006-2008 <sup>(1)</sup>     | Investimentos 2006 - Jun/08 | Set 2013   | TJLP + 4,65%       | 140,53                           |
| BNDES Finem - Capex 2008-2010 <sup>(2)</sup>     | Investimentos 2008 - 2010   | Dez 2015   | TJLP + 2,26%       | 43,91                            |
| Programa Luz para Todos SP - 1ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 30/out/16  | RGR + 5%           | 9,38                             |
| Programa Luz para Todos MS - 1ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 31/dez/16  | RGR + 5%           | 0,78                             |
| Programa Luz para Todos SP - 2ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 30/jan/18  | RGR + 5%           | 20,79                            |
| Programa Luz para Todos MS - 2ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 30/mai/18  | RGR + 5%           | 0,78                             |
| Programa Luz para Todos SP - 3ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 30/set/19  | RGR + 5%           | 25,55                            |
| Programa Luz para Todos MS - 3ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 30/ago/20  | RGR + 5%           | 0,27                             |
| Programa Luz para Todos SP - 4ª fase             | Ligação de clientes rurais  | 31/out/20  | RGR + 5%           | 8,94                             |
| Debentures 2ª Emissão - 1ª Série <sup>(3)</sup>  | Reestruturação Dívida       | Set 2011   | IGP-M + 11,8%      | 480,81                           |
| Debentures 2ª Issuance - 2ª Série <sup>(3)</sup> | Reestruturação Dívida       | Set 2011   | CDI + 1,65%        | 91,55                            |
| FINEP  | Pesquisa e Desenvolvimento  | Out 2014   | TJLP + 0,94%       | 9,25                             |
| BNDES Automático                                 | Construção Datacenter       | Jul 2013   | TJLP + 2,70%       | 2,15                             |
| BNDES Finame 2008                                | Renovação Frota 2008        | Jul 2013   | TJLP + 2,79%       | 3,50                             |
| <b>Total dos Financiamentos</b>                  |                             |            |                    | <b>879,67 <sup>(4) (5)</sup></b> |

(1) Bancos Agentes: Unibanco (50%), Votorantim (18,75%), ItaúBBA (18,75%) e Bradesco (12,5%)

(2) Bancos Agentes: Unibanco (60%), Itaú BBA (20%) e Banco do Brasil (20%)

(3) 33,33% em Setembro 2009; 33,33% em Setembro 2010 e 33,34% em Setembro 2011

(4) O valor apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil

(5) Os valores foram extraídos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2008

|  |                             |            |                    | R\$ milhões                     |
|--|-----------------------------|------------|--------------------|---------------------------------|
|  |                             |            |                    | Saldo em 31/12/2007             |
| Financiamento                                    | Destinação de Recursos      | Vencimento | Taxa de Juros a.a. | Total                           |
| BNDES Finame Ford                                | Renovação Frota 2007        | Jun 2012   | TJLP + 2,80%       | 1,09                            |
| BNDES Finame Ritz                                | Renovação Frota 2007        | Jul 2012   | TJLP + 2,80%       | 1,40                            |
| BNDES Finame Embark                              | Renovação Frota 2007        | Jul 2012   | TJLP + 2,80%       | 0,06                            |
| BNDES Finem - Votorantim                         | Investimentos 2005          | Jun 2010   | TJLP + 6%          | 64,76                           |
| BNDES Finem - Capex 2006-2008 <sup>(1)</sup>     | Investimentos 2006 - Jun/08 | Set 2013   | TJLP + 4,65%       | 108,13                          |
| Eletrobrás - Luz no Campo                        | Ligação de clientes rurais  | 30/out/07  | RGR + 5%           | -                               |
| Eletrobrás - Luz para Todos SP - 1ª fase         | Ligação de clientes rurais  | 30/out/16  | RGR + 5%           | 10,75                           |
| Eletrobrás - Luz para Todos MS - 1ª fase         | Ligação de clientes rurais  | 31/dez/16  | RGR + 5%           | 0,98                            |
| Eletrobrás - Luz para Todos SP - 2ª fase         | Ligação de clientes rurais  | 30/jan/18  | RGR + 5%           | 23,19                           |
| Eletrobrás - Luz para Todos MS - 2ª fase         | Ligação de clientes rurais  | 30/mai/18  | RGR + 5%           | 0,61                            |
| Eletrobrás - Luz para Todos SP - 3ª fase         | Ligação de clientes rurais  | 30/set/19  | RGR + 5%           | 10,95                           |
| Debentures 2ª Emissão - 1ª Série <sup>(2)</sup>  | Reestruturação Dívida       | Set 2011   | IGP-M + 11,8%      | 436,30                          |
| Debentures 2ª Issuance - 2ª Série <sup>(2)</sup> | Reestruturação Dívida       | Set 2011   | CDI + 1,65%        | 90,65                           |
| Debentures 2ª Emissão - 3ª Série <sup>(2)</sup>  | Reestruturação Dívida       | Set 2011   | CDI + 1,65%        | -                               |
| FINEP  | Pesquisa e Desenvolvimento  | Out 2014   | TJLP + 0,94%       | 3,43                            |
| <b>Total dos Financiamentos</b>                  |                             |            |                    | <b>752,3 <sup>(3) (4)</sup></b> |

(1) Bancos Agentes: Unibanco (50%), Votorantim (18,75%), ItaúBBA (18,75%) e Bradesco (12,5%)

(2) 33,33% em Setembro 2009; 33,33% em Setembro 2010 e 33,34% em Setembro 2011

(3) O valor apresentado na tabela acima como total do endividamento não inclui os contratos de arrendamento mercantil

(4) Os valores foram extraídos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2007

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e valores mobiliários foram descritos acima.

**(iii) Subordinação entre as dívidas**

Os diretores entendem que não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto pelas Debêntures que serão da espécie subordinada, sendo que passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, que (i) as debêntures da terceira emissão da Elektro foram integralmente quitadas; e (ii) o limite de emissão previsto no artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações está atendido, observadas as demais disposições a esse respeito previstas na Escritura de Emissão.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

***Obrigação de Observância de Índices e Limites Financeiros***

• Nos termos da escritura da 2ª Emissão Simples, quirografárias, com garantia adicional, não conversíveis em ações, da Companhia, esta, dentre outras obrigações previstas, deverá obedecer aos seguintes índices e limites financeiros, a fim de evitar o vencimento antecipado da dívida:

1. Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido inferior a 0,8;
2. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA inferior a 2,5;
3. EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior 3,0;
4. Endividamento Financeiro de Curto Prazo/Endividamento Financeiro Total inferior a 0,30.
5. Não distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio para os acionistas em montante superior a 110% do lucro líquido ajustado da Companhia, após a redução da reserva legal.

• Nos termos da escritura da 3ª Emissão Simples, não conversíveis em ações, quirografárias, da Companhia, a dívida, dentre outras obrigações, deverá ser declarada antecipadamente vencida, caso:

1. Não haja observância, por parte da Companhia, por dois trimestres consecutivos, enquanto houver Debêntures em circulação dos seguintes índices e limites financeiros:

- Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e,
- EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

2. A Companhia esteja em mora com o pagamento de remuneração devida aos titulares de Debêntures e, mesmo assim, efetue o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro previsto no Estatuto Social da Elektro, ressalvado, apenas, o pagamento mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

• Adicionalmente, os diretores entendem que a Companhia deverá obedecer, além de todas as obrigações previstas em contrato, os seguintes índices e limites de financiamento:

- a) Contrato de financiamento celebrado aos 19.08.2005 - BNDES - FINEM, tendo como agente financeiro o Banco Votorantim S.A.:

1. Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8;
  2. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
  3. EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.
- b) Contratos celebrados desde 2004 com a ELETROBRÁS, a Elektro deverá solicitar aprovação prévia da ELETROBRÁS antes de contrair:
1. Compromisso financeiro (isolado ou conjunto) equivalente e/ou superior a 5% de seu ativo fixo; e,
  2. Compromisso financeiro (isolado ou conjunto) que eleve o endividamento em nível superior a 66% do ativo fixo da Companhia.

Observação: os diretores da Companhia crêem que os índices e limites previstos no item “b”, acima, poderão ser alcançados sem o risco de vencimento antecipado da dívida, sendo necessária apenas a expressa autorização por parte da ELETROBRÁS.

#### G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia dispunha, em 31 de março de 2010, de aproximadamente R\$ 433,9 milhões de financiamentos já contratados, sendo que até março de 2010 o montante de R\$ 202 milhões já havia sido liberado para a Companhia. Abaixo seguem as tabelas dos financiamentos contratados para os últimos três exercícios sociais:

| Financiamentos - R\$ mil                   | Valor do Contrato | Valor Sacado até Mar/2010 | Valor a sacar a partir de Abr/2010 |
|--|-------------------|---------------------------|------------------------------------|
| BNDES FINEM CAPEX 2008-2010 <sup>(1)</sup> | 253.631           | 144.423                   | 109.208                            |
| Programa Luz para Todos MS 3ª fase         | 906               | 272                       | 635                                |
| Programa Luz para Todos SP 4ª fase         | 29.813            | 26.831                    | 2.981                              |
| Programa Luz para Todos SP 5ª fase         | 31.786            | 9.536                     | 22.250                             |
| FINEP 1º Ciclo                             | 17.796            | 12.517                    | 5.279                              |
| FINEP 2º Ciclo                             | 51.745            | 21.390                    | 30.354                             |
| BNDES FINEM                                | 48.197            | 17.300                    | 30.897                             |
| <b>Total</b>                               | <b>433.874</b>    | <b>232.270</b>            | <b>201.604</b>                     |

| Financiamentos - R\$ mil                   | Valor do Contrato | Valor Sacado até Dez/09 | Valor a sacar a partir de Jan/2010 |
|--|-------------------|-------------------------|------------------------------------|
| BNDES FINEM CAPEX 2008-2010 <sup>(1)</sup> | 253.631           | 142.921                 | 110.710                            |
| Programa Luz para Todos MS 3ª fase         | 906               | 272                     | 635                                |
| Programa Luz para Todos SP 4ª fase         | 29.813            | 26.831                  | 2.981                              |
| Programa Luz para Todos SP 5ª fase         | 31.786            | 9.536                   | 22.250                             |
| FINEP 1º Ciclo                             | 17.796            | 12.517                  | 5.279                              |
| FINEP 2º Ciclo                             | 51.745            | 21.390                  | 30.354                             |
| BNDES FINEM                                | 48.197            | -                       | 48.197                             |
| <b>Total</b>                               | <b>433.874</b>    | <b>213.468</b>          | <b>220.406</b>                     |

| Financiamentos - R\$ mil                   | Valor do Contrato | Valor Sacado até Dez/08 | Valor a sacar a partir de Jan/2009 |
|--|-------------------|-------------------------|------------------------------------|
| BNDES FINEM CAPEX 2008-2010 <sup>(1)</sup> | 253.631           | 43.783                  | 209.848                            |
| Programa Luz para Todos SP - 3ª fase       | 36.502            | 25.551                  | 10.951                             |
| Programa Luz para Todos MS 3ª fase         | 906               | 272                     | 635                                |
| Programa Luz para Todos SP 4ª fase         | 29.813            | 8.944                   | 20.869                             |
| BNDES Automático                           | 2.863             | 2.113                   | 750                                |
| FINEP 1º Ciclo                             | 17.796            | 9.199                   | 8.597                              |
| <b>Total</b>                               | <b>341.511</b>    | <b>89.862</b>           | <b>251.649</b>                     |

| Financiamentos - R\$ mil             | Valor do Contrato | Valor Sacado até Dez/07 | Valor a sacar a partir de Jan/2008 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------------|------------------------------------|
| BNDES Finem - Capex 2006-2008        | 160.960           | 107.495                 | 53.465                             |
| Programa Luz para Todos SP - 2ª fase | 33.123            | 23.186                  | 9.937                              |
| Programa Luz para Todos MS - 2ª fase | 1.225             | 612                     | 612                                |
| Programa Luz para Todos SP - 3ª fase | 36.502            | 10.951                  | 25.551                             |
| BNDES Finame                         | 2.746             | 2.523                   | 224                                |
| FINEP 1º Ciclo                       | 17.796            | 3.411                   | 14.386                             |
| <b>Total</b>                         | <b>252.352</b>    | <b>148.177</b>          | <b>104.175</b>                     |

O contrato de financiamento com BNDES FINEM foi firmado no exercício social de 2009.



## **H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

### **Apresentação das Informações Financeiras**

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, de 2008 e de 2007 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil que incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 e regulamentações decorrentes dos pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e vigentes naquelas datas. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil

O parecer de auditoria emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafos de ênfase quanto: (i) ao fato de as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, terem sido ajustadas e reapresentadas conforme previsto na Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC nº 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Correção de Erros”. Essa questão está mencionada na nota explicativa nº 2 daquelas demonstrações financeiras; e (ii) ao fato de que os exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas, tomadas no seu conjunto. A demonstração do resultado, segregado por atividade, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que foi apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Referida demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria que as demonstrações financeiras básicas.

As informações financeiras constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2010 e das demonstrações de resultado referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009 foram extraídas das Informações Trimestrais elaboradas pela Companhia, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 e regulamentações decorrentes dos pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009 e foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC. O relatório de revisão especial emitido, sem ressalvas, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais do período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, inclui parágrafo de ênfase quanto ao fato de que a Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis com vigência a partir de 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, conforme alterada pela Deliberação CVM nº 626, de 31 de março de 2010, a Companhia divulgou esse fato na nota

explicativa nº 2 às Informações Trimestrais, assim como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela referida Deliberação CVM nº 603/09, conforme alterada pela Deliberação CVM nº 626, de 31 de março de 2010.

As informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas neste formulário de referência e utilizadas para fins de comparação dos saldos com os demais exercícios apresentados, são aquelas constantes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as quais apresentam certas reclassificações com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras e permitir melhor comparabilidade dos saldos, conforme mencionado na Nota Explicativa no. 2 daquelas demonstrações financeiras. As informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não apresentam referidas reclassificações; portanto, este fato deve ser levado em consideração no momento da comparação dos saldos relativos aos exercícios de 2008 e de 2007. As demonstrações financeiras originais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 não foram reemitidas, e, portanto, não contemplam estas reclassificações.

Para maiores informações acerca das principais variações ocorridas nas contas patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como ao período encerrado em 31 de março de 2010, ver o item 10.2 deste Formulário de Referência.

| Ativo   | Em 31 de dezembro de |                  |                           | Em 31 de março de |
|---|----------------------|------------------|---------------------------|-------------------|
|   | 2009                 | 2008             | 2007                      | 2010              |
|   | R\$ mil              | R\$ mil          | Reapresentação<br>R\$ mil | R\$ mil           |
| <b>CIRCULANTE</b>   | <b>1.095.114</b>     | <b>854.770</b>   | <b>772.102</b>            | <b>1.132.682</b>  |
| <b>Disponibilidades</b>                                       | <b>279.196</b>       | <b>205.020</b>   | <b>157.328</b>            | <b>332.067</b>    |
| Bancos  | 2.252                | 3.359            | 28.815                    | 13.278            |
| Aplicações financeiras  | 276.944              | 201.661          | 131.513                   | 318.789           |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   | <b>815.918</b>       | <b>649.750</b>   | <b>614.774</b>            | <b>800.615</b>    |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | 532.993              | 494.680          | 467.591                   | 553.862           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                 | (43.912)             | (43.656)         | (44.258)                  | (43.964)          |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 6.125                | 15.737           | 44.036                    | 21.499            |
| Ativos regulatórios   | 130.048              | 38.469           | -                         | 76.738            |
| Ativo regulatório transmissoras                               | -                    | -                | 10.789                    | -                 |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | -                    | -                | 6.201                     | -                 |
| TUSD-G  | 62.641               | 13.722           | -                         | 66.583            |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 106.719              | 105.135          | 92.669                    | 104.399           |
| Almojarifado  | 5.488                | 4.153            | 3.973                     | 5.760             |
| Outros créditos   | 15.816               | 21.510           | 33.773                    | 15.738            |
| <b>Não circulante</b>   | <b>2.146.656</b>     | <b>2.096.672</b> | <b>1.910.045</b>          | <b>2.166.445</b>  |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                               | <b>422.970</b>       | <b>514.554</b>   | <b>481.497</b>            | <b>403.517</b>    |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   | <b>422.970</b>       | <b>514.554</b>   | <b>481.497</b>            | <b>403.517</b>    |
| Parcelamentos de débitos e supridores                         | 42.216               | 39.360           | 41.974                    | 40.425            |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 10.952               | 11.711           | 10.722                    | 11.171            |
| Ativos regulatórios   | 59.902               | 114.846          | -                         | 71.637            |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | -                    | -                | 15.960                    | -                 |
| Ativo regulatório transmissoras                               | -                    | -                | 6.293                     | -                 |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                    | -                | 8.234                     | -                 |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | -                    | -                | 3.263                     | -                 |
| TUSD-G  | 61.134               | 31.713           | -                         | 47.306            |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 202.872              | 310.194          | 388.921                   | 186.687           |
| Depósitos judiciais   | 41.839               | -                | -                         | 42.340            |
| Outros créditos   | 4.055                | 6.730            | 6.130                     | 3.951             |
| <b>Investimentos</b>  | <b>4.325</b>         | <b>4.334</b>     | <b>4.343</b>              | <b>4.254</b>      |
| <b>Imobilizado</b>  | <b>1.667.735</b>     | <b>1.537.888</b> | <b>1.387.251</b>          | <b>1.706.726</b>  |
| <b>Intangível</b>   | <b>51.626</b>        | <b>39.896</b>    | <b>36.954</b>             | <b>51.948</b>     |
| <b>Total do Ativo</b>   | <b>3.241.770</b>     | <b>2.951.442</b> | <b>2.682.147</b>          | <b>3.299.127</b>  |

| Passivo   | Em 31 de dezembro de |                  |                           | Em 31 de março de |
|---|----------------------|------------------|---------------------------|-------------------|
|   | 2009                 | 2008             | 2007                      | 2010              |
|   | R\$ mil              | R\$ mil          | Reapresentação<br>R\$ mil | R\$ mil           |
| <b>CIRCULANTE</b>   | <b>1.119.521</b>     | <b>1.004.148</b> | <b>719.390</b>            | <b>1.106.937</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 64.048               | 65.325           | 48.099                    | 73.661            |
| Debêntures  | 249.296              | 202.420          | 18.618                    | 325.571           |
| Arrendamento Mercantil  | 9.013                | 7.744            | 2.956                     | 9.321             |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica                 | 239.486              | 239.856          | 217.503                   | 234.976           |
| Tributos a recolher   | 126.620              | 112.098          | 86.198                    | 134.989           |
| Encargos do consumidor  | 18.162               | 24.729           | 18.617                    | 28.347            |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar              | 210.587              | 223.178          | 143.663                   | 155.595           |
| Salários e contribuições sociais                              | 40.246               | 35.116           | 32.954                    | 31.201            |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 23.900               | 35.071           | 36.840                    | 13.229            |
| Passivos regulatórios   | 45.303               | 20.681           | -                         | 30.411            |
| Energia livre   | -                    | -                | 8.817                     | -                 |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 10.789                    | -                 |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                    | -                | 11.293                    | -                 |
| Devolução baixa renda – modicidade tarifária                  | -                    | -                | 37.723                    | -                 |
| TUSD-G  | 59.090               | 12.839           | -                         | 43.135            |
| Plano Especial de Aposentadoria                               | 1.842                | -                | -                         | 1.187             |
| Outros passivos   | 31.928               | 25.091           | 45.320                    | 25.314            |
| <b>Não circulante</b>   | <b>994.939</b>       | <b>844.262</b>   | <b>880.352</b>            | <b>950.836</b>    |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 | <b>994.939</b>       | <b>844.262</b>   | <b>880.352</b>            | <b>950.836</b>    |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 349.741              | 241.980          | 177.247                   | 343.692           |
| Debêntures  | 421.318              | 366.380          | 508.332                   | 368.882           |
| Arrendamento mercantil  | 15.497               | 22.284           | 10.290                    | 13.472            |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 14.535               | 14.401           | 7.872                     | 28.189            |
| Provisão para ações judiciais, líquidas                       | 30.787               | 81.701           | 83.189                    | 30.051            |
| Passivos regulatórios   | 59.697               | 57.374           | -                         | 65.490            |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                    | -                | 6.293                     | -                 |
| Devolução baixa renda – modicidade tarifária                  | -                    | -                | 54.637                    | -                 |
| TUSD-G  | 87.796               | 31.713           | -                         | 85.459            |
| Plano de pensão   | -                    | 23.496           | 31.846                    | -                 |
| Plano especial de aposentadoria                               | 12.791               | -                | -                         | 12.791            |
| Outros passivos   | 2.777                | 4.933            | 646                       | 2.810             |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                     | <b>1.127.310</b>     | <b>1.103.032</b> | <b>1.082.405</b>          | <b>1.241.354</b>  |
| Capital social  | 952.492              | 952.492          | 952.492                   | 952.492           |
| Reserva de capital  | 50.539               | 50.539           | 50.539                    | 50.539            |
| Reserva legal   | 124.279              | 100.001          | 80.466                    | 124.279           |
| Lucros/prejuízos acumulados                                   | -                    | -                | (1.092)                   | 114.044           |
| <b>Total do Passivo</b>                                       | <b>3.241.770</b>     | <b>2.951.442</b> | <b>2.682.147</b>          | <b>3.299.127</b>  |

| Demonstração de Resultado                                       | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de |                    |                           | Período de 3 meses encerrado em 31 de março de |                  |
|---|---|--------------------|---------------------------|--|------------------|
|   | 2009  | 2008               | 2007                      | 2010   | 2009             |
|   | R\$ mil   | R\$ mil            | Reapresentação<br>R\$ mil | R\$ mil  | R\$ mil          |
| <b>Receitas Operacionais</b>                                    | <b>4.034.621</b>                                | <b>3.719.874</b>   | <b>3.582.762</b>          | <b>1.158.702</b>                               | <b>1.005.409</b> |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        | <b>(1.372.274)</b>                              | <b>(1.207.397)</b> | <b>(1.326.689)</b>        | <b>(390.700)</b>                               | <b>(332.708)</b> |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>2.662.347</b>                                | <b>2.512.477</b>   | <b>2.256.073</b>          | <b>768.002</b>                                 | <b>672.701</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     | <b>(1.453.591)</b>                              | <b>(1.328.595)</b> | <b>(1.070.771)</b>        | <b>(423.159)</b>                               | <b>(341.407)</b> |
| Energia comprada para revenda                                   | (1.602.500)                                     | (1.461.478)        | (1.181.576)               | (465.241)                                      | (376.507)        |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 | 148.909   | 132.883            | 110.805                   | 42.082   | 35.100           |
| <b>Custo da operação</b>  | <b>(437.978)</b>                                | <b>(386.632)</b>   | <b>(337.050)</b>          | <b>(115.212)</b>                               | <b>(96.379)</b>  |
| Gastos com pessoal  | (150.313)                                       | (131.601)          | (129.277)                 | (39.986)                                       | (30.202)         |
| Gastos com materiais  | (24.940)  | (24.875)           | (23.659)                  | (8.685)  | (5.365)          |
| Gastos com serviços de terceiros                                | (85.335)  | (71.708)           | (66.735)                  | (21.589)                                       | (20.833)         |
| Depreciações e outras amortizações                              | (126.312)                                       | (116.981)          | (113.851)                 | (32.660)                                       | (30.564)         |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (55.662)  | (45.516)           | (19.044)                  | (13.388)                                       | (10.509)         |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              | 4.584   | 4.049              | 15.516                    | 1.096  | 1.094            |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  | <b>770.778</b>                                  | <b>797.250</b>     | <b>848.252</b>            | <b>229.631</b>                                 | <b>234.915</b>   |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    | <b>(152.062)</b>                                | <b>(167.198)</b>   | <b>(146.256)</b>          | <b>(41.283)</b>                                | <b>(41.218)</b>  |
| Despesas com vendas   | (21.957)  | (19.532)           | (13.089)                  | (5.849)  | (5.918)          |
| Despesas gerais administrativas                                 | (57.592)  | (63.543)           | (64.495)                  | (12.125)                                       | (13.726)         |
| Amortização mais valia do imobilizado                           | (7.348)   | (7.348)            | (7.348)                   | (1.837)  | (1.837)          |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (65.165)  | (76.775)           | (61.324)                  | (21.472)                                       | (19.737)         |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     | <b>618.716</b>                                  | <b>630.052</b>     | <b>701.996</b>            | <b>188.348</b>                                 | <b>193.697</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>2.925</b>                                    | <b>(140.232)</b>   | <b>(147.508)</b>          | <b>(14.261)</b>                                | <b>(3.648)</b>   |
| Receitas financeiras  | 71.100  | 66.841             | 103.117                   | 16.197   | 16.479           |
| Despesas financeiras  | (65.435)  | (110.973)          | (152.860)                 | (26.365)                                       | (24.085)         |
| Variação cambial e monetária, líquidas                          | 64.819  | (28.386)           | (30.180)                  | (4.093)  | 3.958            |
| Juros sobre capital próprio                                     | (67.559)  | (67.714)           | (67.585)                  |  |                  |
| <b>Resultado operacional</b>                                    | <b>621.641</b>                                  | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>            | <b>174.087</b>                                 | <b>190.049</b>   |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> | <b>621.641</b>                                  | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>            | <b>174.087</b>                                 | <b>190.049</b>   |
| Imposto de renda  | (72.089)  | (74.867)           | (79.288)                  | (29.922)                                       | (30.583)         |
| Contribuição social   | (34.550)  | (25.754)           | (30.641)                  | (14.433)                                       | (17.416)         |
| Imposto de renda diferido                                       | (75.724)  | (47.633)           | (34.536)                  | (10.577)                                       | (10.811)         |
| Contribuição social diferida                                    | (21.270)  | (17.493)           | (10.751)                  | (5.111)  | (6.309)          |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         | 67.559  | 67.714             | 67.585                    |  |                  |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>485.567</b>                                  | <b>391.787</b>     | <b>466.857</b>            | <b>114.044</b>                                 | <b>124.930</b>   |

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFPs”) de 31 de dezembro de 2009, para efeito de comparabilidade, a Companhia efetuou a reclassificação de certos valores no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, relacionados a: (i) ativos e passivos regulatórios; e (ii) custos relacionados a emissão de debêntures. As reclassificações nas contas relacionadas a ativos e passivos regulatórios foram feitas para agrupar saldos desses ativos e passivos de forma comparável a utilizada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e de 2008. No caso dos custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente classificados como outros créditos no ativo circulante e não circulante, para atendimento ao CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados como dedução dos respectivos saldos de debêntures no passivo circulante e não circulante. Dessa forma, o montante de custos relacionados a emissão de debêntures, anteriormente apresentados nas rubricas “Outros créditos” no Ativo circulante e não circulante, pelos valores respectivamente de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil, foram reclassificados para o passivo circulante e

passivo não circulante, como redutor da rubrica “Debêntures”. Desta forma, o ativo total e o passivo total apresentados nas DFPs de 31 de dezembro de 2009, relacionados a 31 de dezembro de 2007, foram reduzidos pelo valor total de R\$ 4.896 mil em relação aos saldos originalmente apresentados. As Demonstrações Financeiras originalmente apresentadas não foram reemitidas e, portanto, não contemplam estas reclassificações.

A reconciliação entre os dados originalmente apresentados e os reclassificados para fins de apresentação nas DFPs de 31 de dezembro de 2009 é como segue:

| Em 31 de dezembro de 2007                                     |         |  |                             |                |
|---|---------|--|-----------------------------|----------------|
|   | Notas   | Publicado<br>Reapresentação<br>R\$ mil | Reclassificações<br>R\$ mil | DFP<br>R\$ mil |
| Ativo   |         |  |                             |                |
| Circulante  |         | 772.102                                | (1.335)                     | 770.767        |
| Créditos, valores e bens realizáveis                          |         | 614.774                                | (1.335)                     | 613.439        |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | (a)     | 467.591                                | (10.079)                    | 457.512        |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                                      | 34.710                      | 34.710         |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 10.789                                 | (10.789)                    | -              |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 6.201                                  | (6.201)                     | -              |
| Outros créditos   | (a)/(b) | 33.773                                 | (8.976)                     | 24.797         |
| Não circulante  |         | 1.910.045                              | (3.561)                     | 1.906.484      |
| Realizável a longo prazo                                      |         | 481.497                                | (3.561)                     | 477.936        |
| Créditos, valores e bens realizáveis                          |         | 481.497                                | (3.561)                     | 477.936        |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                                      | 33.750                      | 33.750         |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | (a)     | 15.960                                 | (15.960)                    | -              |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 6.293                                  | (6.293)                     | -              |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)     | 8.234                                  | (8.234)                     | -              |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 3.263                                  | (3.263)                     | -              |
| Outros créditos   | (b)     | 6.130                                  | (3.561)                     | 2.569          |
| Total do Ativo  |         | 2.682.147                              | (4.896)                     | 2.677.251      |

(a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Companhia passou a demonstrar os ativos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Companhia efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos ativos regulatórios dos ativos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de “Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores”, “Ativo regulatório transmissoras”, “Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA”, “Recomposição de PIS e COFINS” e “Outros créditos” para a rubrica de “Ativos regulatórios”.

(b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de “Outros créditos” no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de “Debêntures” no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2007

|   | Notas | Publicado                 | Reclassificações | DFP              |
|---|-------|---------------------------|------------------|------------------|
|   |       | Reapresentação<br>R\$ mil | R\$ mil          | R\$ mil          |
| <b>Passivo</b>  |       |                           |                  |                  |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>719.390</b>            | <b>(1.335)</b>   | <b>718.055</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 18.618                    | (1.335)          | 17.283           |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                         | 86.093           | 86.093           |
| Energia livre   | (a)   | 8.817                     | (8.817)          | -                |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 10.789                    | (10.789)         | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)   | 11.293                    | (11.293)         | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 37.723                    | (37.723)         | -                |
| Outros passivos   | (a)   | 45.320                    | (17.471)         | 27.849           |
| <b>Não circulante</b>   |       | <b>880.352</b>            | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 |       | <b>880.352</b>            | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 508.332                   | (3.561)          | 504.771          |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                         | 60.930           | 60.930           |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 6.293                     | (6.293)          | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 54.637                    | (54.637)         | -                |
| <b>Total do Passivo</b>                                       |       | <b>2.682.147</b>          | <b>(4.896)</b>   | <b>2.677.251</b> |

(a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Companhia passou a demonstrar os passivos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Companhia efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos passivos regulatórios dos passivos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de "Energia livre", "Passivo regulatório transmissoras", "Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA", "Devolução baixa renda – modicidade tarifária" e "Outros passivos" para a rubrica de "Passivos regulatórios".

(b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

## 10.2 Comentários dos diretores sobre:

A Elektro não possui empresas controladas ou coligadas, desta forma, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência não são consideradas consolidadas, uma vez que representam apenas o desempenho da Elektro.

### A. Resultados das operações do emissor

O consumo e a demanda de energia elétrica em na área de concessão da Companhia e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados da Companhia. Estes fatores são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro da Companhia. Ver itens 10.2 b e 10.2 c para descrição detalhada de como estas variáveis impactam os resultados da companhia.



## Comparação entre os saldos dos balanços encerrados em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009

### Principais Variações nos Saldos das Contas Patrimoniais

| Ativo   | 31/03/2010       |              | 31/12/2009       |              | Variação        |              |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------|--------------|
|   | R\$ mil          | % do Ativo   | R\$ mil          | % do Ativo   | R\$ mil         | %            |
| <b>Circulante</b>                                   | <b>1.132.682</b> | <b>34,3</b>  | <b>1.095.114</b> | <b>33,8</b>  | <b>37.568</b>   | <b>3,4</b>   |
| <b>Disponibilidades</b>                             | <b>332.067</b>   | <b>10,1</b>  | <b>279.196</b>   | <b>8,6</b>   | <b>52.871</b>   | <b>18,9</b>  |
| Bancos  | 13.278           | 0,4          | 2.252            | 0,1          | 11.026          | 489,6        |
| Aplicações financeiras                              | 318.789          | 9,7          | 276.944          | 8,5          | 41.845          | 15,1         |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>         | <b>800.615</b>   | <b>24,3</b>  | <b>815.918</b>   | <b>25,2</b>  | <b>(15.303)</b> | <b>(1,9)</b> |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores | 553.862          | 16,8         | 532.993          | 16,4         | 20.869          | 3,9          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa       | (43.964)         | (1,3)        | (43.912)         | (1,4)        | (52)            | 0,1          |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 21.499           | 0,7          | 6.125            | 0,2          | 15.374          | 251,0        |
| Ativos regulatórios                                 | 76.738           | 2,3          | 130.048          | 4,0          | (53.310)        | (41,0)       |
| TUSD-G  | 66.583           | 2,0          | 62.641           | 1,9          | 3.942           | 6,3          |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 104.399          | 3,2          | 106.719          | 3,3          | (2.320)         | (2,2)        |
| Almoxarifado  | 5.760            | 0,2          | 5.488            | 0,2          | 272             | 5,0          |
| Outros créditos                                     | 15.738           | 0,5          | 15.816           | 0,5          | (78)            | (0,5)        |
| <b>Não circulante</b>                               | <b>2.166.445</b> | <b>65,7</b>  | <b>2.146.656</b> | <b>66,2</b>  | <b>19.789</b>   | <b>0,9</b>   |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                     | <b>403.517</b>   | <b>12,2</b>  | <b>422.970</b>   | <b>13,0</b>  | <b>(19.453)</b> | <b>(4,6)</b> |
| Parcelamentos de débitos e supridores               | 40.425           | 1,2          | 42.216           | 1,3          | (1.791)         | (4,2)        |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 11.171           | 0,3          | 10.952           | 0,3          | 219             | 2,0          |
| Ativos regulatórios                                 | 71.637           | 2,2          | 59.902           | 1,8          | 11.735          | 19,6         |
| TUSD-G  | 47.306           | 1,4          | 61.134           | 1,9          | (13.828)        | (22,6)       |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 186.687          | 5,7          | 202.872          | 6,3          | (16.185)        | (8,0)        |
| Depósitos judiciais                                 | 42.340           | 1,3          | 41.839           | 1,3          | 501             | 1,2          |
| Outros créditos                                     | 3.951            | 0,1          | 4.055            | 0,1          | (104)           | (2,6)        |
| <b>Investimentos</b>                                | <b>4.254</b>     | <b>0,1</b>   | <b>4.325</b>     | <b>0,1</b>   | <b>(71)</b>     | <b>(1,6)</b> |
| <b>Imobilizado</b>                                  | <b>1.706.726</b> | <b>51,7</b>  | <b>1.667.735</b> | <b>51,4</b>  | <b>38.991</b>   | <b>2,3</b>   |
| <b>Intangível</b>                                   | <b>51.948</b>    | <b>1,6</b>   | <b>51.626</b>    | <b>1,6</b>   | <b>322</b>      | <b>0,6</b>   |
| <b>Total do Ativo</b>                               | <b>3.299.127</b> | <b>100,0</b> | <b>3.241.770</b> | <b>100,0</b> | <b>57.357</b>   | <b>1,8</b>   |

### Disponibilidades

A conta de disponibilidades apresentou um aumento de 18,9% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 279,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 332,1 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorre principalmente da geração operacional de caixa no valor de R\$ 184,6 milhões que pode ser observada no fluxo de caixa, e que está relacionada ao resultado da Elektro, que pode ser observado pelo EBITDA (Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortizações e despesas de IR e CS) no valor de R\$ 222,8 milhões, compensados pelos pagamentos relacionados à (i) investimentos no montante de R\$ 78,3 milhões; (ii) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 55,0 milhões que haviam sido provisionados em 2009; e (iii) amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil no valor total de R\$ 28,8 milhões (R\$ 19,8 milhões de principal e R\$ 9,0 milhões juros).

### Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

Considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, a rubrica apresentou um aumento de 3,3% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 575,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 594,3 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorre principalmente do aumento do consumo na área de concessão da Elektro, do reajuste tarifário da Elektro ocorrido em 27 de agosto de 2009, e também pelos efeitos da sazonalidade, pois o consumo de energia elétrica é maior no período de janeiro a março devido às altas temperaturas.

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apesar do aumento de 3,3% das contas a receber de consumidores, parcelamentos de débitos e supridores, a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou um aumento de 0,1% no primeiro trimestre de 2010. Esta variação não é considerada relevante em virtude dos períodos envolvidos apresentarem circunstâncias que afetam mudanças no mix de consumo e pelo fato de referida provisão ser constituída com base na expectativa de realização da Administração que a considera suficiente para cobrir eventuais perdas com seus recebíveis, e está consistente com o Manual de Contabilidade do Serviço Elétrico (MCSE) e com a legislação tributária em vigor.

## Caução de fundos e depósitos vinculados

Considerando-se a soma das contas de Caução de fundos e depósitos vinculados do ativo circulante e não circulante, houve um aumento de 91,3% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 32,7 milhões em 31 de março de 2010. Tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento das garantias de compra de energia elétrica pela Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE e aumento das garantias referentes à 2ª e a 3ª emissão das debêntures.

## Ativos Regulatórios

| Ativo   | 31/03/2010     |              | 31/12/2009     |              | Variação        |               |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|---------------|
|   | R\$ mil        | %            | R\$ mil        | %            | R\$ mil         | %             |
| <b>Circulante</b>                                     | <b>76.738</b>  | <b>51,7</b>  | <b>130.048</b> | <b>68,5</b>  | <b>(53.310)</b> | <b>(41,0)</b> |
| CVA   | 70.108         | 47,3         | 112.801        | 59,4         | (42.693)        | (37,8)        |
| RTE   | 2.432          | 1,6          | 3.225          | 1,7          | (793)           | (24,6)        |
| Diferença de aliquotas e Recomposição de PIS e COFINS | 364            | 0,2          | 7.580          | 4,0          | (7.216)         | (95,2)        |
| Baixa Renda   | 1.782          | 1,2          | 2.974          | 1,6          | (1.192)         | (40,1)        |
| Outros ativos regulatórios                            | 2.052          | 1,4          | 3.468          | 1,8          | (1.416)         | (40,8)        |
| <b>Não Circulante</b>                                 | <b>71.637</b>  | <b>48,3</b>  | <b>59.902</b>  | <b>31,5</b>  | <b>11.735</b>   | <b>19,6</b>   |
| CVA   | 49.571         | 33,4         | 42.735         | 22,5         | 6.836           | 16,0          |
| RTE   | 9.790          | 6,6          | 10.382         | 5,5          | (592)           | (5,7)         |
| Encargos do sistema isolado                           | 2.306          | 1,6          | -              | -            | 2.306           | N/A           |
| Outros ativos regulatórios                            | 9.970          | 6,7          | 6.785          | 3,6          | 3.185           | 46,9          |
| <b>Total Ativos Regulatórios</b>                      | <b>148.375</b> | <b>100,0</b> | <b>189.950</b> | <b>100,0</b> | <b>(41.575)</b> | <b>(21,9)</b> |

### CVA

A CVA, conta de compensação de variações de itens da Parcela A, considerando-se a soma do ativo circulante e não circulante, demonstra uma diminuição de 23,1% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 155,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 119,7 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação de R\$ 35,8 milhões deve-se principalmente a redução da CVA referente à energia comprada, em virtude da diminuição da variação de preços dos contratos iniciados a partir de janeiro de 2010 e amortização dos saldos de curto prazo que vem ocorrendo através dos faturamentos desde 27 de agosto de 2009 quando ocorreu o reajuste tarifário da Elektro.

### RTE

A RTE, recuperação das perdas de receita e energia livre, considerando-se a soma do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 10,2%, passando de R\$ 13,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 12,2 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorre da amortização desse ativo a partir do faturamento da RTE nas unidades consumidoras da região de Presidente Prudente, as quais a Elektro passou a faturar a partir de 27 de agosto de 2008 após cassação de liminar que impedia anteriormente o faturamento no período original da RTE. O prazo para a amortização dos valores referentes às Liminares é de 52 meses.

## **Diferenças de Alíquotas e Recomposição de PIS e COFINS**

Em 31 de março de 2010 o montante registrado era R\$ 0,4 milhão e R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, sendo que o saldo dessa conta varia de acordo com o valor a receber (a devolver) do (para) consumidor, pois a partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Companhia passou a cobrar/devolver do consumidor as diferenças de alíquotas de PIS e COFINS entre valores pagos sobre faturamento e créditos tomados sobre custos e despesas operacionais (alíquota efetiva). Mensalmente as diferenças entre a majoração das alíquotas efetivas de PIS e COFINS e as alíquotas que foram cobradas dos consumidores, são contabilizadas como ativo regulatório no ativo circulante e repassadas nos faturamentos do segundo mês subsequente.

## **Baixa Renda**

No reajuste tarifário de 2009, foi inserido na tarifa da Elektro um componente financeiro positivo no valor de R\$ 4,5 milhões referente à diferença apurada entre o valor do subsídio recebido e o efetivamente concedido dos (aos) clientes baixa renda no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009. Esse montante será totalmente amortizado até 27 de agosto de 2010 e o saldo em 31 de março de 2010 era de R\$ 1,8 milhões.

## **Encargos do sistema isolado**

O encargo do sistema isolado foi constituído em 2009 por força da Lei nº 12.111/09 em que a Companhia está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional, de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, 0,30% da ROL (Receita operacional líquida), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009.

O montante a ser repassado ao Tesouro Nacional será incluído na tarifa da Elektro a partir do próximo reajuste tarifário. Em função disso, a Companhia constitui um Ativo não circulante na rubrica de “Ativos regulatórios” no valor de R\$ 2,3 milhões em 31 de março de 2010 (vide nota 22).

## **Outros ativos regulatórios**

A rubrica de outros ativos regulatórios, considerando-se a soma do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 17,3%, passando de R\$ 10,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 12,0 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação é em virtude das constituições de componentes financeiros a receber na tarifa referente ao ciclo 2009/2010.

## **Tarifa do uso do sistema de distribuição para unidades geradoras - TUSD-G**

A soma do saldo das contas de TUSD-G nos ativos circulante e não circulante apresentou uma redução de 8,0%, passando de R\$ 123,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 113,9 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorreu do recebimento de valores das geradoras AES e CESP, após acordo firmado em 13 de janeiro de 2009, e da geradora Duke após decisão judicial favorável à Elektro em relação a esses valores.

## **Tributos diferidos e a compensar**

A conta de tributos diferidos e a compensar, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 6,0% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 309,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 291,1 milhões em 31 de março de 2010. Essa redução ocorreu, basicamente, em razão da compensação dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido ao lucro tributável obtido no primeiro trimestre de 2010.

## **Almoxarifado**

A conta de almoxarifado apresentou um aumento de 5,0% no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 5,8 milhões em 31 de março de 2010. Nesta conta estão alocados os estoques de materiais de equipamentos de segurança (EPI's) para desenvolvimento das atividades em campo, e os estoques de materiais (componentes menores) a serem transferidos para obras e que são passíveis de créditos fiscais.

## **Outros créditos**

Os valores na rubrica de Outros créditos referem-se, principalmente, aos saldos de materiais em reparo, desativações em curso, alienação de bens, adiantamentos a fornecedores e adiantamentos a funcionários. A conta de outros créditos, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, passou de R\$ 19,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 19,7 milhões em 31 de março de 2010, com uma redução de 0,9%.

## **Investimentos**

O valor registrado na conta de investimentos refere-se, principalmente, a propriedades rurais mantidas pela Elektro para valorização de capital, tendo em vista a indefinição quanto ao seu uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. Essa conta não sofreu variação relevante no primeiro trimestre de 2010.

## **Imobilizado**

O aumento da conta de imobilizado em 2,3% no primeiro trimestre de 2010 ocorreu, principalmente, em razão de investimentos realizados pela Elektro em expansão e modernização do sistema elétrico, parcialmente compensado pela depreciação e amortização no mesmo período.

### **Os principais programas de investimentos realizados foram:**

- R\$ 66,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 20,3 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 4,9 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 14,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 26,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 11,5 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002.

## **Intangível**

A conta de intangível é composta por direitos de uso de software e terrenos (desapropriações e servidões de passagem). O aumento do saldo da conta em 0,6% passando de R\$ 51,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 51,9 milhões no primeiro trimestre de 2010 ocorreu principalmente devido aos investimentos para desenvolvimento e implementação de novos softwares. Tais investimentos seguem a tendência de modernização da Elektro e estão de acordo com seu plano de investimento.

|  | 31/03/2010       |               | 31/12/2009       |               | Variação        |              |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|-----------------|--------------|
| Passivo  | R\$ mil          | % do Passivo  | R\$ mil          | % do Passivo  | R\$ mil         | %            |
| <b>Circulante</b>                                  | <b>1.106.937</b> | <b>33,6</b>   | <b>1.119.521</b> | <b>34,5</b>   | <b>(12.584)</b> | <b>(1,1)</b> |
| Empréstimos e financiamentos                       | 73.661           | 2,2           | 64.048           | 2,0           | 9.613           | 15,0         |
| Debêntures   | 325.571          | 9,9           | 249.296          | 7,7           | 76.275          | 30,6         |
| Arrendamento mercantil                             | 9.321            | 0,3           | 9.013            | 0,3           | 308             | 3,4          |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica      | 234.976          | 7,1           | 239.486          | 7,4           | (4.510)         | (1,9)        |
| Tributos a recolher                                | 134.989          | 4,1           | 126.620          | 3,9           | 8.369           | 6,6          |
| Encargos do consumidor                             | 28.347           | 0,9           | 18.162           | 0,6           | 10.185          | 56,1         |
| Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar | 155.595          | 4,7           | 210.587          | 6,5           | (54.992)        | (26,1)       |
| Salários e contribuições sociais                   | 31.201           | 0,9           | 40.246           | 1,2           | (9.045)         | (22,5)       |
| Obrigações P&D e eficiência energética             | 13.229           | 0,4           | 23.900           | 0,7           | (10.671)        | (44,6)       |
| Passivos regulatórios                              | 30.411           | 0,9           | 45.303           | 1,4           | (14.892)        | (32,9)       |
| Tusd G   | 43.135           | 1,3           | 59.090           | 1,8           | (15.955)        | (27,0)       |
| Plano Especial de Aposentadoria                    | 1.187            | 0,0           | 1.842            | 0,1           | (655)           | (35,6)       |
| Outros passivos                                    | 25.314           | 0,8           | 31.928           | 1,0           | (6.614)         | (20,7)       |
| <b>Não circulante</b>                              | <b>950.836</b>   | <b>28,8</b>   | <b>994.939</b>   | <b>30,7</b>   | <b>(44.103)</b> | <b>(4,4)</b> |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                      | <b>950.836</b>   | <b>28,8</b>   | <b>994.939</b>   | <b>30,7</b>   | <b>(44.103)</b> | <b>(4,4)</b> |
| Empréstimos e financiamentos                       | 343.692          | 10,4          | 349.741          | 10,8          | (6.049)         | (1,7)        |
| Debêntures   | 368.882          | 11,2          | 421.318          | 13,0          | (52.436)        | (12,4)       |
| Arrendamento mercantil                             | 13.472           | 0,4           | 15.497           | 0,5           | (2.025)         | (13,1)       |
| Obrigações P&D e eficiência energética             | 28.189           | 0,9           | 14.535           | 0,4           | 13.654          | 93,9         |
| Provisão para ações judiciais, líquidas            | 30.051           | 0,9           | 30.787           | 0,9           | (736)           | (2,4)        |
| Passivos regulatórios                              | 65.490           | 2,0           | 59.697           | 1,8           | 5.793           | 9,7          |
| Tusd G   | 85.459           | 2,6           | 87.796           | 2,7           | (2.337)         | (2,7)        |
| Plano Especial de Aposentadoria                    | 12.791           | 0,4           | 12.791           | 0,4           | -               | -            |
| Outros passivos                                    | 2.810            | 0,1           | 2.777            | 0,1           | 33              | 1,2          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                          | <b>1.241.354</b> | <b>37,6</b>   | <b>1.127.310</b> | <b>34,8</b>   | <b>114.044</b>  | <b>10,1</b>  |
| Capital social                                     | 952.492          | 28,9          | 952.492          | 29,4          | -               | -            |
| Reserva de capital                                 | 50.539           | 1,5           | 50.539           | 1,6           | -               | -            |
| Reserva legal                                      | 124.279          | 3,8           | 124.279          | 3,8           | -               | -            |
| Lucros acumulados                                  | 114.044          | 3,5           | -                | -             | 114.044         | N/A          |
| <b>Total do Passivo</b>                            | <b>3.299.127</b> | <b>100,00</b> | <b>3.241.770</b> | <b>100,00</b> | <b>57.357</b>   | <b>1,8</b>   |

## Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 0,9% passando de R\$ 413,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 417,4 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão das captações de recursos para financiar o programa de investimentos da Companhia, por meio de linhas de financiamento já existentes no BNDES. A movimentação dessa conta é a seguinte:

| Empréstimos e Financiamentos - R\$ mil |                |               |                 |              |              |                |
|--|----------------|---------------|-----------------|--------------|--------------|----------------|
|  | 31/12/2009     | Ingressos     | Amortização     | Encargos     | VM           | 31/03/2010     |
| <b>BNDES</b>                           |                |               |                 |              |              |                |
| FINEM II                               | 13.006         | -             | (6.782)         | 278          | -            | 6.502          |
| FINEM III                              | 108.181        | -             | (11.447)        | 2.627        | -            | 99.361         |
| BNDES-FINEM IV                         | 143.625        | 1.502         | (1.957)         | 3.101        | 1.055        | 147.326        |
| Finem Novas Tecnologias                | -              | 17.300        | -               | 250          | -            | 17.550         |
| FINAME                                 | 1.765          | -             | (208)           | 35           | -            | 1.592          |
| FINAME 2008                            | 3.121          | -             | (280)           | 64           | -            | 2.905          |
| FINAME 2009                            | 8.427          | -             | (190)           | 174          | -            | 8.411          |
| Automático                             | 2.310          | -             | (208)           | 47           | -            | 2.149          |
| <b>Eletrobrás Luz para Todos</b>       | <b>99.342</b>  | <b>-</b>      | <b>(1.801)</b>  | <b>-</b>     | <b>-</b>     | <b>97.541</b>  |
| FINEP                                  | 12.582         | -             | (207)           | 211          | -            | 12.586         |
| FINEP 2º Ciclo                         | 21.430         | -             | (223)           | 223          | -            | 21.430         |
| <b>Total</b>                           | <b>413.789</b> | <b>18.802</b> | <b>(23.303)</b> | <b>7.010</b> | <b>1.055</b> | <b>417.353</b> |

## Debêntures

A conta de debêntures, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 3,6% passando de R\$ 670,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 694,5 milhões em 31 de março de 2010, em razão da correção monetária e dos encargos sobre as emissões sendo que a movimentação dessa conta é a seguinte:

| Debêntures - R\$ mil |            |           |             |          |       |            |
|----------------------|------------|-----------|-------------|----------|-------|------------|
|                      | 31/12/2009 | Ingressos | Amortização | Encargos | VM    | 31/03/2010 |
| 2ª Emissão           | 372.491    | -         | (2.522)     | 10.587   | 8.260 | 388.816    |
| 1ª Série             | 314.647    | -         | -           | 9.155    | 8.260 | 332.061    |
| 2ª Série             | 60.071     | -         | (2.856)     | 1.432    | -     | 58.648     |
| Custos com Emissão   | (2.227)    | -         | 334         | -        | -     | (1.893)    |
| 3ª Emissão           | 298.123    | -         | 398         | 7.116    | -     | 305.637    |
| Série Única          | 300.921    | -         | -           | 7.116    | -     | 308.037    |
| Custos com Emissão   | (2.798)    | -         | 398         | -        | -     | (2.400)    |
| Total                | 670.614    | -         | (2.124)     | 17.703   | 8.260 | 694.453    |

## Arrendamento mercantil

O saldo da conta, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 7,0% passando de R\$ 24,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 22,8 milhões em 31 de março de 2010. A referida redução ocorreu em razão, principalmente, dos pagamentos dos contratos de arrendamento já existentes referentes a equipamentos de informática, imóveis e veículos.

## Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou uma redução de 1,9% passando de R\$ 239,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 234,9 milhões em 31 de março de 2010, a variação apresentada, nesta rubrica, é determinada especialmente pelas variações no fluxo de pagamentos dos fornecedores em cada um dos períodos.

## Tributos a Recolher

A conta de tributos a recolher apresentou um acréscimo de 6,6% passando de R\$ 126,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 134,9 milhões em 31 de março de 2010. Referido aumento ocorreu, principalmente, nas contas de PIS, COFINS e ICMS devido ao faturamento de março de 2010 ser maior que o de dezembro de 2009.

## Encargos do consumidor

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com os encargos setoriais RGR, CCC, CDE e PROINFA. O aumento de 56,1% no saldo da conta que passou de R\$ 18,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 28,3 milhões em 31 de março de 2010 ocorreu em razão, principalmente, do aumento das despesas com CCC, encargo pago para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, e também pelo aumento dos encargos de PROINFA e CDE a partir de janeiro de 2010.

## Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar sofreu uma redução de 26,1%, passando de R\$ 210,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 155,6 milhões em 31 de março de 2010. A redução ocorreu pelo pagamento de juros sobre o capital próprio em 21 de janeiro de 2010.



## Salários e contribuições sociais

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto por provisões de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. Essa conta apresentou uma redução de 22,5% passando de R\$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 31,2 milhões em 31 de março de 2010, que decorre do pagamento da PLR provisionada em 2009 em março de 2010.

## Obrigações P&D e eficiência energética

O saldo dessas contas, considerando-se a soma do passivo circulante e não circulante, sofreu uma variação positiva de 7,8% no primeiro trimestre de 2010. Esta variação é decorrente principalmente da apropriação do Encargo do Sistema Isolado (Lei nº 12.111/2009), que aumenta em 0,3 p.p. o percentual sobre a receita operacional líquida que deve ser provisionado para esses fins, bem como novas provisões constituídas no primeiro trimestre de 2010, compensadas com a baixa de valores aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e gastos em Eficientização Energética.

## Passivos Regulatórios

| Passivo                            | 31/03/2010    |              | 31/12/2009     |              | Variação        |               |
|------------------------------------|---------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|---------------|
|                                    | R\$ mil       | %            | R\$ mil        | %            | R\$ mil         | %             |
| <b>Circulante</b>                  | <b>30.411</b> | <b>31,7</b>  | <b>45.303</b>  | <b>43,1</b>  | <b>(14.892)</b> | <b>(32,9)</b> |
| Energia livre                      | 5.494         | 5,7          | 6.041          | 5,8          | (547)           | (9,1)         |
| Baixa renda                        | 599           | 0,6          | 599            | 0,6          | -               | -             |
| Passivo Revisão Tarifária 2007     | 21.730        | 22,7         | 36.493         | 34,8         | (14.763)        | (40,5)        |
| Outros passivos regulatórios       | 2.588         | 2,7          | 2.170          | 2,1          | 418             | 19,3          |
| <b>Não Circulante</b>              | <b>65.490</b> | <b>68,3</b>  | <b>59.697</b>  | <b>56,9</b>  | <b>5.793</b>    | <b>9,7</b>    |
| Energia livre                      | 12.207        | 12,7         | 12.945         | 12,3         | (738)           | (5,7)         |
| Baixa renda                        | 48.099        | 50,2         | 46.534         | 44,3         | 1.565           | 3,4           |
| Variação dos encargos setoriais    | 4.311         | 4,5          | -              | -            | 4.311           | N/A           |
| Outros passivos regulatórios       | 873           | 0,9          | 218            | 0,2          | 655             | 300,7         |
| <b>Total Passivos Regulatórios</b> | <b>95.901</b> | <b>100,0</b> | <b>105.000</b> | <b>100,0</b> | <b>(9.099)</b>  | <b>(8,7)</b>  |

## Energia livre

O saldo da conta de energia livre considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 6,8% passando de R\$ 18,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 17,7 milhões em 31 de março de 2010, decorrente do repasse aos geradores dos montantes faturados e arrecadados a título de RTE – Energia Livre que hoje estão relacionados somente aos consumidores da região de Presidente Prudente.

## Baixa Renda

O saldo da conta apresentou um aumento de 3,4%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante que passaram de R\$ 47,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 48,7 milhões em 31 de março de 2010, sendo que tal variação ocorreu em razão, principalmente, da correção monetária dos valores a devolver.

## Passivo Revisão tarifária 2007

O saldo da conta de passivo revisão tarifária 2007 apresentou uma redução de 40,5% passando de R\$ 36,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 21,7 milhões em 31 de março de 2010, sendo que tal variação ocorreu em razão da amortização dos valores devolvidos via tarifa no período.

### **Variação dos encargos setoriais**

Em 4 de março de 2010, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição da Elektro, que alterou os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias entre reajustes tarifários.

A nova metodologia de cálculo será implementada a partir do reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeitos a retroativos a fevereiro de 2010, preservando-se integralmente os efeitos no resultado da disciplina anteriormente vigente. Em 31 de março de 2010 o saldo a devolver para os consumidores é de R\$ 4,3 milhões, registrado como passivo regulatório.

### **Outros passivos regulatórios**

O saldo da rubrica outros passivos regulatórios apresentou um aumento de 45,0%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante que passaram de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 3,5 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação é em virtude da constituição de componentes financeiros a devolver na tarifa referente ao ciclo 2009/2010.

### **TUSD-G**

A soma do saldo das contas de TUSD-G (tarifa do uso do sistema de distribuição para unidades geradoras) no passivo apresentou uma redução de 12,5%, passando de R\$ 146,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 128,6 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorreu da amortização de valores a devolver via tarifa (passivo regulatório) dos montantes registrados no ativo de TUSD-G e que estão sendo recebidos das geradoras AES, CESP e Duke após acordo firmado em 13 de janeiro de 2009 com a AES e CESP e decisão judicial que permite à Elektro faturar a Duke.

### **Plano Especial de Aposentadoria**

O montante original de R\$ 1,8 milhão registrado no passivo circulante na rubrica de “Plano especial de aposentadoria” refere-se a 27 colaboradores que aderiram ao plano no exercício de 2009 e cujo pagamento dos benefícios para 11 desses colaboradores ocorreu durante o primeiro trimestre de 2010 e o restante ocorrerá até o final do primeiro semestre de 2010. O valor atualizado em 31 de março de 2010 é R\$ 1,2 milhões. Para os períodos entre 2010 e 2013, a Companhia estima que até 201 colaboradores possam aderir ao plano, fato que gerou uma provisão de R\$ 12,8 milhões registrada no passivo não circulante.

### **Provisão para ações judiciais, líquidas**

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável, conforme determinado na Deliberação CVM nº 489/2005. As provisões relacionadas a ações judiciais reduziram em 2,4% passando de R\$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 30,1 milhões em 31 de março de 2010. Essa conta não sofreu variação relevante, tendo em vista a grande pulverização de processos de natureza cível, trabalhista e até mesmo tributário, que se encontram nas mais diversas fases processuais.

### **Outros passivos**

Os valores na rubrica de Outros passivos referem-se principalmente a valores a devolver de contas de energia pagas em duplicidade, devoluções aos consumidores em virtude de ajustes de faturamentos e outras contas a pagar. O saldo da conta de outros passivos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 19,0% passando de R\$ 34,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 28,1 milhões em 31 de março de 2010, o que é considerado normal pela Companhia.

## Patrimônio líquido

A conta de patrimônio líquido apresentou um aumento de 10,1% passando de R\$ 1.127,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 1.241,4 milhões em 31 de março de 2010. Essa variação decorreu, principalmente, da constituição de lucros acumulados no montante de R\$ 114,0 milhões no primeiro trimestre de 2010.

## Principais Variações nas Contas de Resultado

|  | Período de três meses encerrado em |                    |            |                    | Variação |         |
|--|------------------------------------|--------------------|------------|--------------------|----------|---------|
|  | 31/03/2010                         |                    | 31/03/2009 |                    |          |         |
|  | R\$ mil                            | % da Receita Total | R\$ mil    | % da Receita Total | R\$ mil  | %       |
| Receitas operacionais                                    | 1.158.702                          | 100,0              | 1.005.409  | 100,0              | 153.293  | 15,2    |
| Deduções às receitas operacionais                        | (390.700)                          | (33,7)             | (332.708)  | (33,1)             | (57.992) | 17,4    |
| Receitas operacionais líquidas                           | 768.002                            | 66,3               | 672.701    | 66,9               | 95.301   | 14,2    |
| Custo do serviço de energia elétrica                     | (423.159)                          | (36,5)             | (341.407)  | (34,0)             | (81.752) | 23,9    |
| Energia comprada para revenda                            | (465.241)                          | (40,2)             | (376.507)  | (37,4)             | (88.734) | 23,6    |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada          | 42.082                             | 3,6                | 35.100     | 3,5                | 6.982    | 19,9    |
| Custo da operação  | (115.212)                          | (9,9)              | (96.379)   | (9,6)              | (18.833) | 19,5    |
| Gastos com pessoal                                       | (39.986)                           | (3,5)              | (30.202)   | (3,0)              | (9.784)  | 32,4    |
| Gastos com materiais                                     | (8.685)                            | (0,7)              | (5.365)    | (0,5)              | (3.320)  | 61,9    |
| Gastos com serviços de terceiros                         | (21.589)                           | (1,9)              | (20.833)   | (2,1)              | (756)    | 3,6     |
| Depreciação e amortizações                               | (32.660)                           | (2,8)              | (30.564)   | (3,0)              | (2.096)  | 6,9     |
| Outras despesas operacionais líquidas                    | (13.388)                           | (1,2)              | (10.509)   | (1,0)              | (2.879)  | 27,4    |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação       | 1.096                              | 0,1                | 1.094      | 0,1                | 2        | 0,2     |
| Lucro operacional bruto                                  | 229.631                            | 19,8               | 234.915    | 23,4               | (5.284)  | (2,2)   |
| Despesas operacionais                                    | (41.283)                           | (3,6)              | (41.218)   | (4,1)              | (65)     | 0,2     |
| Despesas com vendas                                      | (5.849)                            | (0,5)              | (5.918)    | (0,6)              | 69       | (1,2)   |
| Despesas gerais e administrativas                        | (12.125)                           | (1,0)              | (13.726)   | (1,4)              | 1.601    | (11,7)  |
| Amortização mais valia do imobilizado                    | (1.837)                            | (0,2)              | (1.837)    | (0,2)              | -        | -       |
| Outras despesas operacionais líquidas                    | (21.472)                           | (1,9)              | (19.737)   | (2,0)              | (1.735)  | 8,8     |
| Resultado do serviço                                     | 188.348                            | 16,3               | 193.697    | 19,3               | (5.349)  | (2,8)   |
| Resultado financeiro                                     | (14.261)                           | (1,2)              | (3.648)    | (0,4)              | (10.613) | 290,9   |
| Receitas financeiras                                     | 16.197                             | 1,4                | 16.479     | 1,6                | (282)    | (1,7)   |
| Despesas financeiras                                     | (26.365)                           | (2,3)              | (24.085)   | (2,4)              | (2.280)  | 9,5     |
| Variação monetária líquida                               | (4.093)                            | (0,4)              | 3.958      | 0,4                | (8.051)  | (203,4) |
| Resultado operacional                                    | 174.087                            | 15,0               | 190.049    | 18,9               | (15.962) | (8,4)   |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 174.087                            | 15,0               | 190.049    | 18,9               | (15.962) | (8,4)   |
| Imposto de renda   | (29.922)                           | (2,6)              | (30.583)   | (3,0)              | 661      | (2,2)   |
| Imposto de renda diferido                                | (14.433)                           | (1,2)              | (17.416)   | (1,7)              | 2.983    | (17,1)  |
| Contribuição social                                      | (10.577)                           | (0,9)              | (10.811)   | (1,1)              | 234      | (2,2)   |
| Contribuição social diferida                             | (5.111)                            | (0,4)              | (6.309)    | (0,6)              | 1.198    | (19,0)  |
| Lucro líquido do período                                 | 114.044                            | 9,8                | 124.930    | 12,4               | (10.886) | (8,7)   |

## Receitas operacionais

No primeiro trimestre de 2010, a receita operacional bruta da Companhia foi de R\$ 1,2 bilhão, registrando aumento de 15,2% quando comparado ao mesmo período de 2009.

|   | Período de três meses encerrado em |           |            |           | Variação |        |         |       |
|---|------------------------------------|-----------|------------|-----------|----------|--------|---------|-------|
|   | 31/03/2010                         |           | 31/03/2009 |           | R\$ mil  |        | MWh     |       |
|   | MWh (*)                            | R\$ mil   | MWh (*)    | R\$ mil   | R\$ mil  | %      | MWh     | %     |
| <b>Receita operacional bruta</b>          | 3.193.454                          | 1.158.702 | 2.771.896  | 1.005.409 | 153.293  | 15,2   | 421.558 | 15,2  |
| Fornecimento para consumidores            | 2.931.893                          | 1.043.295 | 2.712.249  | 932.155   | 111.140  | 11,9   | 219.645 | 8,1   |
| Residencial                               | 990.473                            | 430.836   | 931.590    | 385.004   | 45.832   | 11,9   | 58.883  | 6,3   |
| Industrial                                | 980.860                            | 287.388   | 877.171    | 251.758   | 35.630   | 14,2   | 103.689 | 11,8  |
| Comercial                                 | 482.728                            | 186.219   | 438.963    | 162.083   | 24.136   | 14,9   | 43.765  | 10,0  |
| Rural                                     | 194.971                            | 43.349    | 193.507    | 39.984    | 3.365    | 8,4    | 1.464   | 0,8   |
| Poder público                             | 68.537                             | 26.716    | 63.376     | 23.772    | 2.944    | 12,4   | 5.161   | 8,1   |
| Iluminação pública                        | 106.124                            | 24.372    | 104.661    | 23.056    | 1.316    | 5,7    | 1.463   | 1,4   |
| Serviço público                           | 108.201                            | 31.836    | 102.981    | 28.541    | 3.295    | 11,5   | 5.220   | 5,1   |
| Não Faturado                              | -                                  | 12.579    | -          | 17.957    | (5.378)  | (29,9) | N/A     | N/A   |
| Outras receitas                           | 261.561                            | 115.407   | 59.647     | 73.254    | 42.153   | 57,5   | 201.914 | 338,5 |
| CCEE                                      | 261.561                            | 280       | 59.647     | 3.384     | (3.104)  | (91,7) | 201.914 | 338,5 |
| Receita de uso do sistema de distribuição | -                                  | 74.457    | -          | 67.574    | 6.883    | 10,2   | N/A     | N/A   |
| Componente financeiro - Revisão tarifária | -                                  | 14.763    | -          | -         | 14.763   | N/A    | N/A     | N/A   |
| 2007                                      | -                                  | 17.027    | -          | -         | 17.027   | N/A    | N/A     | N/A   |
| Componente financeiro - TUSD - G          | -                                  | 8.880     | -          | 2.296     | 6.584    | 286,8  | N/A     | N/A   |
| Outras receitas                           | -                                  | -         | -          | -         | -        | -      | -       | -     |

(\*) informações não auditadas pelos auditores independentes

No primeiro trimestre de 2010, a Elektro forneceu 2.932 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,1% quando comparado ao mesmo período de 2009.

O principal responsável por este crescimento foi a classe industrial, que apresentou elevação de 11,8% no consumo do primeiro trimestre de 2010, demonstrando importante recuperação em relação aos severos efeitos da crise financeira internacional em 2009. Os setores ligados à cadeia da construção civil apresentaram os mais relevantes crescimentos.

As classes residencial e comercial registraram aumento no consumo de 6,3% e 10,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se às altas temperaturas, nos meses de janeiro e fevereiro, que, em vários dias, atingiu 3°C superiores às médias históricas para o mesmo período. A temperatura afeta positivamente o consumo destas classes por implicar na utilização mais intensa de equipamentos de refrigeração, como aparelhos de ar-condicionado e ventiladores.

O alto índice pluviométrico em dezembro de 2009, 44% superior à média histórica (Fonte: IAC - Instituto Agrônomo de Campinas), afetou negativamente o resultado da classe rural do mês de janeiro, de modo que essa classe apresentou crescimento de apenas 0,8% no primeiro trimestre.

O crescimento do consumo acumulado até o mês de março das classes poder público e serviços públicos, representou aumento de 8,1% e 5,1% respectivamente, devido, também, às altas temperaturas verificadas nos dois primeiros meses do ano.

A classe Iluminação Pública com crescimento de 1,4% no trimestre, manteve-se dentro da média histórica de crescimento.

O aumento de 10,2% (R\$ 6,9 milhões), no primeiro trimestre de 2010, na conta de receita de uso do sistema de distribuição, refere-se ao aumento de 47,6% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição, que se deve, principalmente, a entrada das geradoras CESP e AES Tietê, em fevereiro de 2009, e Duke, em agosto de 2009, que passaram a pagar pelo uso do sistema de distribuição.

O montante de R\$ 14,8 milhões, registrado como “Componente financeiro – Revisão tarifária 2007”, refere-se a amortização do passivo regulatório registrado no passivo circulante em virtude da revisão tarifária de 2007. O valor de R\$ 17,0 milhões na linha de “Componente financeiro – TUSD - G” refere-se a amortização do passivo regulatório registrado na conta de TUSD-G.

Em março de 2010, a base de clientes da Elektro foi de 2.142 milhões, com um acréscimo de 19 mil novos clientes ligados nos três primeiros meses deste ano. O crescimento foi de 2,7% sobre o mês de março de 2009.

### **Deduções às receitas operacionais**

As deduções às receitas operacionais apresentaram um crescimento de 17,4%, passando de R\$ 332,7 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 390,7 milhões em 31 de março de 2010. O aumento de R\$ 58,0 milhões deve-se principalmente ao aumento dos impostos ICMS, PIS e COFINS em decorrência do incremento da receita operacional, além dos impactos relativos aos encargos setoriais e demais custos não gerenciáveis a serem contemplados na tarifa do próximo ciclo tarifário.

### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica cresceu 23,9% passando de R\$ 341,4 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 423,2 milhões em 31 de março de 2010, devido ao incremento no volume comprado, relacionado com o volume vendido, combinado com reajustes contratuais na compra de energia.

### **Custo da operação**

#### **Gastos com pessoal**

O gasto com pessoal no primeiro trimestre de 2010 foi de R\$ 40,0 milhões comparados a R\$ 30,2 milhões no mesmo período de 2009. O aumento de 32,4% ocorreu principalmente em razão: (i) do reajuste salarial de 6,4% ocorrido em junho de 2009; (ii) amortização do passivo atuarial que ocorreu em 2009 e influenciou positivamente no resultado de 2009; e (iii) do aumento de 20,5% no quadro de colaboradores ao fim do trimestre de 2010 comparado com o mesmo período do ano anterior, passando de 2.706 em 31 de março de 2009 para 3.261 em 31 de março de 2010.

#### **Gastos com materiais**

Os gastos com materiais apresentaram um aumento de 61,9%, passando de R\$ 5,4 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 8,7 milhões em 31 de março de 2010, devido ao aumento dos gastos com manutenção e modernização do sistema elétrico.

Nessa conta são registrados os materiais utilizados em manutenção e modernização do sistema elétrico, combustíveis e materiais para manutenção de veículos, materiais de escritório e informática, e materiais de segurança.

#### **Gastos com serviços de terceiros**

A conta de gastos com serviços de terceiros passou de R\$ 20,8 milhões no primeiro trimestre de 2009 para R\$ 21,6 milhões no primeiro trimestre de 2010, apresentando um aumento de 3,6% considerado normal pela Companhia em função de serem registrados nessa rubrica, principalmente, os gastos com serviços relacionados à manutenção e modernização do sistema elétrico, dentre eles manutenção de redes, linhas de distribuição, subestações e linhas de transmissão.

### **Outras despesas operacionais líquidas**

Considerando-se a soma das contas dos grupos “custo da operação” e “despesas operacionais”, houve aumento dessa rubrica em 15,3% passando de R\$ 30,2 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 34,8 milhões em 31 de março de 2010, devido principalmente ao aumento dos reembolsos a clientes por danos elétricos em virtude do apagão ocorrido em novembro de 2009 e mudanças na regulamentação para cálculo dos índices de qualidade (DIC/FIC) transgressões que também implicaram em maiores valores pagos para clientes em 2010.

## **Despesas operacionais**

### **Despesas com vendas**

As despesas com vendas tiveram uma redução de 1,2%, passando de R\$ 5,9 milhões no primeiro trimestre de 2009 para R\$ 5,8 milhões no primeiro trimestre de 2010. Nessa rubrica são registradas, principalmente, as despesas com pessoal da área comercial da Elektro, marketing, propaganda e publicidade, provisão para créditos de liquidação duvidosa, despesas com medição, leitura, entrega e cobrança de contas de energia elétrica.

### **Despesas gerais e administrativas**

Houve redução de 11,7% nas despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2010, passando de R\$ 13,7 milhões para R\$ 12,1 milhões quando comparado ao mesmo período de 2009. Nessa rubrica são registradas as despesas incorridas que estão relacionadas com a gestão ou direção da Elektro, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, algumas despesas legais e judiciais, materiais de escritório, depreciação de ativos imobilizados utilizados nas atividades administrativas e despesas de viagem de pessoal administrativo.

### **Amortização mais valia do imobilizado**

O montante de R\$ 1,8 milhão registrado em 31 de março de 2010 e 2009 refere-se ao valor trimestral de amortização da mais-valia de ativo imobilizado que teve origem no ágio pela incorporação da Terraço Participações Ltda. pela Elektro em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro acumulado em março de 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 14,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões em relação ao mesmo período de 2009, devido, basicamente, à inflação medida pelo IGP-M em 2010, que reajusta a 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Elektro, que em 31 de março de 2010 representava 30% da dívida da Companhia, conforme pode ser calculado na tabela do item 10.1 deste Formulário de Referência. O IGP-M (Fonte: <http://portalibre.fgv.br/>) acumulado em março de 2010 foi de 2,8% comparado a 0,92% acumulado em março de 2009.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social reduziram 7,8%, passando de R\$ 65,1 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 60,0 milhões em 31 de março de 2010, devido ao menor lucro tributável apurado no primeiro trimestre de 2010.

### **Lucro Líquido**

A Elektro registrou uma redução no lucro líquido de 8,7%, passando de R\$ 124,9 milhões em 31 de março de 2009 para R\$ 114,0 milhões em 31 de março de 2010, em virtude das variações no resultado descritas anteriormente.



## Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

### Principais Variações nos Saldos das Contas Patrimoniais

| Ativo   | Em 31 de dezembro de 2009 |              | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Variação        |               |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-----------------|---------------|
|   | R\$ mil                   | % do Ativo   | R\$ mil                   | % do Ativo   | R\$ mil         | %             |
| <b>Circulante</b>                                   | <b>1.095.114</b>          | <b>33,8</b>  | <b>854.770</b>            | <b>29,0</b>  | <b>240.344</b>  | <b>28,1</b>   |
| Disponibilidades                                    | 279.196                   | 8,6          | 205.020                   | 6,9          | 74.176          | 36,2          |
| Bancos  | 2.252                     | 0,1          | 3.359                     | 0,1          | (1.107)         | (33,0)        |
| Aplicações financeiras                              | 276.944                   | 8,5          | 201.661                   | 6,8          | 75.283          | 37,3          |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>         | <b>815.918</b>            | <b>25,2</b>  | <b>649.750</b>            | <b>22,0</b>  | <b>166.168</b>  | <b>25,6</b>   |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores | 532.993                   | 16,4         | 494.680                   | 16,8         | 38.313          | 7,7           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa       | (43.912)                  | (1,4)        | (43.656)                  | (1,5)        | (256)           | 0,6           |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 6.125                     | 0,2          | 15.737                    | 0,5          | (9.612)         | (61,1)        |
| Ativos regulatórios                                 | 130.048                   | 4,0          | 38.469                    | 1,3          | 91.579          | 238,1         |
| TUSD-G  | 62.641                    | 1,9          | 13.722                    | 0,5          | 48.919          | 356,5         |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 106.719                   | 3,3          | 105.135                   | 3,6          | 1.584           | 1,5           |
| Almoxarifado  | 5.488                     | 0,2          | 4.153                     | 0,1          | 1.335           | 32,1          |
| Outros créditos                                     | 15.816                    | 0,5          | 21.510                    | 0,7          | (5.694)         | (26,5)        |
| <b>Não circulante</b>                               | <b>2.146.656</b>          | <b>66,2</b>  | <b>2.096.672</b>          | <b>71,0</b>  | <b>49.984</b>   | <b>2,4</b>    |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                     | <b>422.970</b>            | <b>13,0</b>  | <b>514.554</b>            | <b>17,4</b>  | <b>(91.584)</b> | <b>(17,8)</b> |
| Parcelamentos de débitos e supridores               | 42.216                    | 1,3          | 39.360                    | 1,3          | 2.856           | 7,3           |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 10.952                    | 0,3          | 11.711                    | 0,4          | (759)           | (6,5)         |
| Ativos regulatórios                                 | 59.902                    | 1,8          | 114.846                   | 3,9          | (54.944)        | (47,8)        |
| TUSD-G  | 61.134                    | 1,9          | 31.713                    | 1,1          | 29.421          | 92,8          |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 202.872                   | 6,3          | 310.194                   | 10,5         | (107.322)       | (34,6)        |
| Depósitos judiciais                                 | 41.839                    | 1,3          | -                         | -            | 41.839          | N/A           |
| Outros créditos                                     | 4.055                     | 0,1          | 6.730                     | 0,2          | (2.675)         | (39,7)        |
| <b>Investimentos</b>                                | <b>4.325</b>              | <b>0,1</b>   | <b>4.334</b>              | <b>0,1</b>   | <b>(9)</b>      | <b>(0,2)</b>  |
| <b>Imobilizado</b>                                  | <b>1.667.735</b>          | <b>51,4</b>  | <b>1.537.888</b>          | <b>52,1</b>  | <b>129.847</b>  | <b>8,4</b>    |
| <b>Intangível</b>                                   | <b>51.626</b>             | <b>1,6</b>   | <b>39.896</b>             | <b>1,4</b>   | <b>11.730</b>   | <b>29,4</b>   |
| <b>Total do Ativo</b>                               | <b>3.241.770</b>          | <b>100,0</b> | <b>2.951.442</b>          | <b>100,0</b> | <b>290.328</b>  | <b>9,8</b>    |

### Disponibilidades

A conta de disponibilidades apresentou um aumento de 36,2%, passando de R\$ 205,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 279,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorre principalmente da geração operacional de caixa no valor de R\$ 612,6 milhões, que pode ser observada no fluxo de caixa, e que está relacionada ao resultado da Elektro, que pode ser observado pelo EBITDA (Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortizações e despesas de IR e CS) no valor de R\$ 752,4 milhões, somado a novas captações de empréstimos no total de R\$ 290,2 milhões e debêntures no valor de R\$ 297,2 milhões, compensados pelos pagamentos relacionados à (i) investimentos no valor de R\$ 292,2 milhões; (ii) dividendos e juros sobre capital próprio relacionados ao exercício de 2008 e dividendos intermediários de 2009 no valor total de R\$ 461,3 milhões; e (iii) amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil no valor total de R\$ 482,7 milhões (R\$ 372,3 milhões de principal e R\$ 110,4 milhões de juros).

### Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

Esta conta apresentou um aumento de 7,7%, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, passando de R\$ 534,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 575,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorre principalmente do aumento do consumo na área de concessão da Elektro e do reajuste tarifário de 27 de agosto de 2009.

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou um aumento de 0,6% no exercício de 2009, passando de R\$ 43,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 43,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa conta não sofreu variação relevante, mas refletiu a melhora do nível de inadimplência frente ao aumento do consumo havido no exercício.

## Caução de fundos e depósitos vinculados

Considerando-se a soma das contas de Caução de fundos e depósitos vinculados do ativo circulante e não circulante, houve uma redução de 37,8% passando de R\$ 27,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal variação ocorreu principalmente devido a redução das garantias de compra de energia elétrica pela Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE e redução das garantias referentes à 1ª e a 2ª emissão das debêntures, em consequência dos pagamentos efetuados em setembro de 2009.

## Ativos Regulatórios

| Ativo   | Em 31 de dezembro de 2009 |              | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Variação        |               |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-----------------|---------------|
|   | R\$ mil                   | %            | R\$ mil                   | %            | R\$ mil         | %             |
| <b>Circulante</b>                                     | <b>130.048</b>            | <b>68,5</b>  | <b>38.469</b>             | <b>25,1</b>  | <b>91.579</b>   | <b>238,1</b>  |
| CVA   | 112.801                   | 59,4         | 7.856                     | 5,1          | 104.945         | 1.335,9       |
| RTE   | 3.225                     | 1,7          | 5.336                     | 3,5          | (2.111)         | (39,6)        |
| Diferença de aliquotas e Recomposição de PIS e COFINS | 7.580                     | 4,0          | 2.268                     | 1,5          | 5.312           | 234,2         |
| Baixa renda   | 2.974                     | 1,6          | -                         | -            | 2.974           | N/A           |
| Ativo regulatório com transmissoras                   | -                         | -            | 6.293                     | 4,1          | (6.293)         | (100,0)       |
| Ativo de Revisão Tarifária 2007                       | -                         | -            | 12.180                    | 7,9          | (12.180)        | (100,0)       |
| Outros ativos regulatórios                            | 3.468                     | 1,8          | 4.536                     | 3,0          | (1.068)         | (23,5)        |
| <b>Não Circulante</b>                                 | <b>59.902</b>             | <b>31,5</b>  | <b>114.846</b>            | <b>74,9</b>  | <b>(54.944)</b> | <b>(47,8)</b> |
| CVA   | 42.735                    | 22,5         | 99.130                    | 64,7         | (56.395)        | (56,9)        |
| RTE   | 10.382                    | 5,5          | 12.419                    | 8,1          | (2.037)         | (16,4)        |
| Outros ativos regulatórios                            | 6.785                     | 3,6          | 3.297                     | 2,2          | 3.488           | 105,8         |
| <b>Total Ativos Regulatórios</b>                      | <b>189.950</b>            | <b>100,0</b> | <b>153.315</b>            | <b>100,0</b> | <b>36.635</b>   | <b>23,9</b>   |

## CVA

Considerando-se a soma das contas de CVA do ativo circulante e não circulante, ocorreu um aumento de 45,4%, passando de R\$ 107,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 155,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação de R\$ 48,5 milhões deve-se principalmente a:

- Crescimento da CVA referente à energia comprada, em virtude da variação cambial das faturas referentes à Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008 (ativo-não circulante) e também pela variação de preços dos contratos iniciados a partir de janeiro de 2009;
- Elevação do encargo de PROINFA a partir de janeiro de 2009. Estes valores foram homologados pela ANEEL através de Resolução Homologatória nº 772 de 27/01/2009, gerando diferenças a serem compensadas a partir do reajuste tarifário que ocorreu em 27 de agosto de 2009;
- Crescimento do encargo de CDE a partir de janeiro de 2009. Estes valores foram homologados pela ANEEL através de Resolução Homologatória nº 754 de 16/12/2008, gerando diferenças a serem compensadas a partir do reajuste tarifário que ocorreu em 27 de agosto de 2009.

## RTE

O saldo da conta, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 23,4%, passando de R\$ 17,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 13,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorre da amortização desse ativo a partir do faturamento da RTE nas unidades consumidoras da região de Presidente Prudente, as quais a Elektro passou a faturar a partir de 27 de agosto de 2008 após cassação de liminar que impedia anteriormente o faturamento no período original da RTE. O prazo para a amortização dos valores referentes às liminares é de 52 meses.

## **Diferenças de Alíquotas e Recomposição de PIS e COFINS**

Em 31 de dezembro de 2009 o montante registrado era R\$ 7,6 milhões e R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, sendo que o saldo dessa conta varia de acordo com o valor a receber (a devolver) do (para) consumidor, pois a partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Companhia passou a cobrar/devolver do consumidor as diferenças de alíquotas de PIS e COFINS entre valores pagos sobre faturamento e créditos tomados sobre custos e despesas operacionais (alíquota efetiva). Mensalmente as diferenças entre a majoração das alíquotas efetivas de PIS e COFINS e as alíquotas que foram cobradas dos consumidores são contabilizadas como ativo regulatório no ativo circulante e repassadas nos faturamentos do segundo mês subsequente.

## **Baixa Renda**

No reajuste tarifário de 2009 foi inserido na tarifa da Elektro um componente financeiro positivo no valor de R\$ 4,5 milhões referentes à diferença apurada entre o valor do subsídio recebido e o efetivamente concedido aos clientes baixa renda no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009. Esse montante será totalmente amortizado até 27 de agosto de 2010 e o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 2,9 milhões.

## **Ativo de Revisão tarifária de 2007**

No Reajuste Tarifário de 2008 a ANEEL inseriu na tarifa da Elektro um componente financeiro positivo decorrente da Revisão Tarifária de 2007, após atendimento parcial de Recurso Administrativo da Elektro que solicitava, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória e revisão de custos adicionais e componentes menores. Esse componente financeiro positivo foi registrado como ativo em agosto de 2008 no valor de R\$ 15,5 milhões e amortizado totalmente até agosto de 2009.

## **Outros ativos regulatórios**

A rubrica de outros ativos regulatórios, considerando-se a soma do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 30,9%, passando de R\$ 7,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 10,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é em virtude das constituições de componentes financeiros a receber na tarifa referente ao ciclo 2009/2010.

## **TUSD-G**

A soma do saldo das contas de TUSD-G no ativo apresentou um aumento de 172,4%, passando de R\$ 45,4 milhões (R\$ 13,7 milhões no ativo circulante e R\$ 31,7 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 123,7 milhões (R\$ 62,6 milhões no ativo circulante e R\$ 61,1 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu do registro de valores em 2009 referentes ao complemento dos valores a receber das geradoras AES e CESP, após acordo firmado em 13 de janeiro de 2009, e constituição dos valores a receber da geradora Duke, após decisão judicial favorável à Elektro em relação a esses valores.

## **Tributos diferidos e a compensar**

A conta de tributos diferidos e a compensar, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 25,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, passando de R\$ 415,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 309,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução ocorreu, basicamente, em razão da compensação dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido ao lucro tributável obtido no exercício de 2009.

## **Outros créditos**

A conta de outros créditos, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 29,6%, passando de R\$ 28,2 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 19,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é decorrente da redução dos saldos de materiais em reparo, desativações em curso, alienação de bens, adiantamento a fornecedores.

## **Almoxarifado**

A conta de almoxarifado apresentou um aumento de 32,1%, passando de R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Nesta conta estão alocados os estoques de materiais de equipamentos de segurança (EPI's) para desenvolvimento das atividades em campo, e os estoques de materiais (componentes menores) a serem transferidos para obras e que são passíveis de créditos fiscais.

## **Investimentos**

O valor registrado na conta de investimentos refere-se, principalmente, a propriedades rurais mantidas pela Elektro para valorização de capital, tendo em vista a indefinição quanto ao seu uso no futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. Essa conta não sofreu variação relevante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

## **Imobilizado**

O aumento da conta de imobilizado em 8,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2009, ocorreu, principalmente, em razão de investimentos realizados pela Elektro em expansão e modernização do sistema elétrico, parcialmente compensado pela depreciação e amortização do exercício de 2009.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 215,0 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 94,5 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 19,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 64 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 36,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 56,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - (i) R\$ 45,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.564 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos; e
  - (ii) R\$ 11,0 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

## **Intangível**

A conta de intangível é composta por direitos de uso de software e terrenos (desapropriações e servidões de passagem). O aumento do saldo da conta em 29,4% passando de R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 51,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 ocorreu principalmente devido aos investimentos em novos softwares, dentre eles a reestruturação e atualização do sistema SAP (Projeto NEO) e a sua integração com o sistema técnico e comercial. Tais investimentos seguem a tendência de modernização da Elektro e estão de acordo com seu plano de investimento.

| Passivo  | Em 31 de dezembro de 2009 |              | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Variação       |             |
|--|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------|-------------|
|  | R\$ mil                   | % do Passivo | R\$ mil                   | % do Passivo | R\$ mil        | %           |
| <b>Circulante</b>                                    | <b>1.119.521</b>          | <b>34,5</b>  | <b>1.004.148</b>          | <b>34,0</b>  | <b>115.373</b> | <b>11,5</b> |
| Empréstimos e financiamentos                         | 64.048                    | 2,0          | 65.325                    | 2,2          | (1.277)        | (2,0)       |
| Debêntures   | 249.296                   | 7,7          | 202.420                   | 6,9          | 46.876         | 23,2        |
| Arrendamento mercantil                               | 9.013                     | 0,3          | 7.744                     | 0,3          | 1.269          | 16,4        |
| Fornecedores e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar | 239.486                   | 7,4          | 239.856                   | 8,1          | (370)          | (0,2)       |
| Tributos a recolher                                  | 126.620                   | 3,9          | 112.098                   | 3,8          | 14.522         | 13,0        |
| Encargos do consumidor                               | 18.162                    | 0,6          | 24.729                    | 0,8          | (6.567)        | (26,6)      |
| Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar   | 210.587                   | 6,5          | 223.178                   | 7,6          | (12.591)       | (5,6)       |
| Salários e contribuições sociais                     | 40.246                    | 1,2          | 35.116                    | 1,2          | 5.130          | 14,6        |
| Obrigações P&D e eficiência energética               | 23.900                    | 0,7          | 35.071                    | 1,2          | (11.171)       | (31,9)      |
| Passivos regulatórios                                | 45.303                    | 1,4          | 20.681                    | 0,7          | 24.622         | 119,1       |
| Tusd G   | 59.090                    | 1,8          | 12.839                    | 0,4          | 46.251         | 360,2       |
| Plano Especial de Aposentadoria                      | 1.842                     | 0,1          | -                         | -            | 1.842          | N/A         |
| Outros passivos                                      | 31.928                    | 1,0          | 25.091                    | 0,9          | 6.837          | 27,2        |
| <b>Não circulante</b>                                | <b>994.939</b>            | <b>30,7</b>  | <b>844.262</b>            | <b>28,6</b>  | <b>150.677</b> | <b>17,8</b> |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                        | <b>994.939</b>            | <b>30,7</b>  | <b>844.262</b>            | <b>28,6</b>  | <b>150.677</b> | <b>17,8</b> |
| Empréstimos e financiamentos                         | 349.741                   | 10,8         | 241.980                   | 8,2          | 107.761        | 44,5        |
| Debêntures   | 421.318                   | 13,0         | 366.380                   | 12,4         | 54.938         | 15,0        |
| Arrendamento mercantil                               | 15.497                    | 0,5          | 22.284                    | 0,8          | (6.787)        | (30,5)      |
| Obrigações P&D e eficiência energética               | 14.535                    | 0,4          | 14.401                    | 0,5          | 134            | 0,9         |
| Provisão para ações judiciais, líquidas              | 30.787                    | 0,9          | 81.701                    | 2,8          | (50.914)       | (62,3)      |
| Passivos regulatórios                                | 59.697                    | 1,8          | 57.374                    | 1,9          | 2.323          | 4,0         |
| Tusd G   | 87.796                    | 2,7          | 31.713                    | 1,1          | 56.083         | 176,8       |
| Plano de pensão                                      | -                         | -            | 23.496                    | 0,8          | (23.496)       | (100,0)     |
| Plano Especial de Aposentadoria                      | 12.791                    | 0,4          | -                         | -            | 12.791         | N/A         |
| Outros passivos                                      | 2.777                     | 0,1          | 4.933                     | 0,2          | (2.156)        | (43,7)      |
| <b>Patrimônio líquido</b>                            | <b>1.127.310</b>          | <b>34,8</b>  | <b>1.103.032</b>          | <b>37,4</b>  | <b>24.278</b>  | <b>2,2</b>  |
| Capital social                                       | 952.492                   | 29,4         | 952.492                   | 32,3         | -              | -           |
| Reserva de capital                                   | 50.539                    | 1,6          | 50.539                    | 1,7          | -              | -           |
| Reserva legal  | 124.279                   | 3,8          | 100.001                   | 3,4          | 24.278         | 24,3        |
| <b>Total do Passivo</b>                              | <b>3.241.770</b>          | <b>100,0</b> | <b>2.951.442</b>          | <b>100,0</b> | <b>290.328</b> | <b>9,8</b>  |

## Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 34,6% passando de R\$ 307,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 413,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão das captações de recursos para financiar o programa de investimentos da Companhia, por meio de linhas de financiamento já existentes (BNDES, Eletrobrás e FINEP). A movimentação dessa conta é a seguinte:

| Empréstimos e Financiamentos - R\$ mil |                |                |                  |               |            |                |
|--|----------------|----------------|------------------|---------------|------------|----------------|
|  | 31/12/2008     | Ingressos      | Amortização      | Encargos      | VM         | 31/12/2009     |
| <b>BNDES</b>                           |                |                |                  |               |            |                |
| FINEM II                               | 38.976         | -              | (28.990)         | 2.981         | 39         | 13.006         |
| FINEM III                              | 140.531        | -              | (45.359)         | 12.849        | 159        | 108.180        |
| BNDES-FINEM IV                         | 43.912         | 99.138         | (5.781)          | 6.191         | 165        | 143.625        |
| FINAME                                 | 2.485          | -              | (872)            | 149           | 3          | 1.765          |
| FINAME 2008                            | 3.502          | -              | (673)            | 289           | 4          | 3.122          |
| FINAME 2009                            | -              | 8.337          | (227)            | 317           | -          | 8.427          |
| Automático                             | 2.150          | 612            | (664)            | 209           | 3          | 2.310          |
| <b>Eletrobrás Luz para Todos</b>       | <b>66.502</b>  | <b>37.374</b>  | <b>(4.534)</b>   | <b>-</b>      | <b>-</b>   | <b>99.342</b>  |
| FINEP                                  | 9.247          | 3.318          | (890)            | 896           | 11         | 12.582         |
| FINEP 2º Ciclo                         | -              | 21.390         | -                | 40            | -          | 21.430         |
| Notas Promissórias                     | -              | 120.000        | (122.469)        | 2.469         | -          | -              |
| <b>Total</b>                           | <b>307.305</b> | <b>290.169</b> | <b>(210.459)</b> | <b>26.390</b> | <b>384</b> | <b>413.789</b> |

## Debêntures

A conta de debêntures, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 17,9% passando de R\$ 568,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 670,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, sendo que a movimentação dessa conta é a seguinte:

| Debêntures - R\$ mil |            |           |             |          |         |            |
|----------------------|------------|-----------|-------------|----------|---------|------------|
|                      | 31/12/2008 | Ingressos | Amortização | Encargos | VM      | 31/12/2009 |
| 2º Emissão           | 568.800    | -         | (244.011)   | 56.132   | (8.429) | 372.492    |
| 1ª Série             | 480.811    | -         | (204.875)   | 47.140   | (8.429) | 314.647    |
| 2ª Série             | 91.550     | -         | (40.471)    | 8.992    | -       | 60.071     |
| Custos com Emissão   | (3.561)    | -         | 1.335       | -        | -       | (2.226)    |
| 3º Emissão           | -          | 296.407   | (14.415)    | 16.130   | -       | 298.122    |
| Série Única          | -          | 300.000   | (15.210)    | 16.130   | -       | 300.920    |
| Custos com Emissão   | -          | (3.593)   | 795         | -        | -       | (2.798)    |
| Total                | 568.800    | 296.407   | (258.426)   | 72.262   | (8.429) | 670.614    |

Em 2009 houve o pagamento de 33,3% das duas séries vigentes da 2ª emissão de debêntures acrescidos de sua remuneração, no valor de R\$ 245,3 milhões e em 18 de junho de 2009, a Elektro efetuou sua 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 300,0 milhões, com custos com emissão de R\$ 3,6 milhões, com vencimento em 18 de setembro de 2011 e remuneradas a taxa de CDI acrescida de 1,4% a.a.

## Arrendamento mercantil

O saldo da conta, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 18,4% passando de R\$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 24,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. A referida redução ocorreu em razão, principalmente, dos pagamentos dos contratos de arrendamento já existentes referentes a equipamentos de informática, imóveis e veículos.

## Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou uma redução de 0,15% passando de R\$ 239,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 239,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Não houve variação relevante no saldo desta conta, porém em 31 de dezembro de 2008 o saldo estava elevado devido à valorização do dólar frente ao real que impacta o saldo de suprimento de energia de Itaipu, já no final de 2009 o saldo refere-se ao aumento do consumo na área de concessão.

## Tributos a Recolher

A conta de tributos a recolher apresentou um acréscimo de 13,0% passando de R\$ 112,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 126,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Referido aumento ocorreu, principalmente, nas contas de PIS, COFINS e ICMS devido ao aumento do faturamento em 2009 em relação ao faturamento do exercício de 2008.

## Encargos do consumidor

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com os encargos setoriais RGR, CCC, CDE e ECE. A redução de 26,6% no saldo da conta que passou de R\$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 18,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 ocorreu em razão, principalmente, da diminuição das despesas com CCC, encargo pago para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.



## Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar sofreu uma redução de 5,64%, passando de R\$ 223,2 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 210,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Embora o resultado da Elektro tenha sido maior no exercício de 2009, quando comparado ao de 2008, houve maior distribuição de dividendos intermediários no exercício de 2009.

## Salários e contribuições sociais

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto por provisões de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. Essa conta apresentou um aumento de 14,6% passando de R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que decorre basicamente do reajuste salarial de 6,4% em junho de 2009, além do aumento e reflexo do dissídio em contas relacionadas a provisões de férias e participação nos lucros e resultados (PLR).

## Obrigações do programa de eficiência energética

A diminuição de 22,3% considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, que passaram de R\$ 49,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 38,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, ocorreu principalmente pelo recolhimento das obrigações referentes aos encargos de FNDCT e EPE/MME em 10 de fevereiro de 2009 que haviam sido provisionados de outubro de 2007 até dezembro de 2008, no valor de R\$ 6,3 milhões e R\$ 3,2 milhões, respectivamente. A partir dessa data, o recolhimento desses encargos ocorre no segundo mês subsequente ao mês de faturamento.

## Passivos Regulatórios

| Passivo                               | Em 31 de dezembro de 2009 |              | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Variação      |              |
|---------------------------------------|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|---------------|--------------|
|                                       | R\$ mil                   | %            | R\$ mil                   | %            | R\$ mil       | %            |
| <b>Circulante</b>                     | <b>45.303</b>             | <b>43,1</b>  | <b>20.681</b>             | <b>26,5</b>  | <b>24.622</b> | <b>119,1</b> |
| Energia livre                         | 6.041                     | 5,8          | 5.473                     | 7,0          | 568           | 10,4         |
| Baixa renda                           | 599                       | 0,6          | 944                       | 1,2          | (345)         | (36,5)       |
| Passivo regulatório com transmissoras | -                         | -            | 6.293                     | 8,1          | (6.293)       | (100,0)      |
| Passivo de Revisão Tarifária 2007     | 36.493                    | 34,8         | -                         | -            | 36.493        | N/A          |
| Outros passivos regulatórios          | 2.170                     | 2,1          | 7.971                     | 10,2         | (5.801)       | (72,8)       |
| <b>Não Circulante</b>                 | <b>59.697</b>             | <b>56,9</b>  | <b>57.374</b>             | <b>73,5</b>  | <b>2.323</b>  | <b>4,0</b>   |
| Energia livre                         | 12.945                    | 12,3         | 15.484                    | 19,8         | (2.539)       | (16,4)       |
| Baixa renda                           | 46.534                    | 44,3         | 41.890                    | 53,7         | 4.644         | 11,1         |
| Outros passivos regulatórios          | 218                       | 0,2          | -                         | -            | 218           | N/A          |
| <b>Total Passivos Regulatórios</b>    | <b>105.000</b>            | <b>100,0</b> | <b>78.055</b>             | <b>100,0</b> | <b>26.945</b> | <b>34,5</b>  |

## Energia livre

O saldo da conta de energia livre, considerada a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 9,4% passando de R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 18,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente do repasse aos geradores dos montantes faturados e arrecadados a título de RTE – Energia Livre que hoje estão relacionados somente aos consumidores da região de Presidente Prudente, conforme mencionado na discussão da variação da rubrica de RTE - Recuperação das perdas de receita apresentada acima.

## Baixa Renda

O saldo da conta apresentou um aumento de 10,0%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante que passaram de R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 47,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, sendo que tal variação ocorreu em razão, principalmente, da correção monetária dos valores a devolver.

### **Passivo regulatório com transmissoras**

O valor de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 foi totalmente repassado aos consumidores via tarifa, na mesma medida em que a Elektro recebeu esses valores das transmissoras.

### **Passivo de Revisão tarifária 2007**

Em agosto de 2009 foi registrado como passivo regulatório o valor de R\$ 55,8 milhões devido ao resultado da Revisão Tarifária de 2007 que estava provisório até o reajuste tarifário de agosto de 2009 (Ver detalhes na nota explicativa nº 8.6 das Demonstrações Financeiras de 2009). Este passivo refere-se à revisão de parâmetros da Empresa de Referência e redução do Fator X e está sendo amortizado desde o momento em que foi incorporado às tarifas de fornecimento no reajuste tarifário de 2009. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 36,5 milhões.

### **Outros passivos regulatórios**

O saldo da rubrica outros passivos regulatórios apresentou uma redução de 70,0%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante que passaram de R\$ 7,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é em virtude da amortização de componentes financeiros a devolver na tarifa referente ao ciclo 2008/2009.

### **TUSD-G**

A soma do saldo das contas de TUSD-G no passivo apresentou um aumento de 229,7%, passando de R\$ 44,5 milhões (R\$ 12,8 milhões no passivo circulante e R\$ 31,7 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 146,8 milhões (R\$ 59,1 milhões no passivo circulante e R\$ 87,8 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu do registro de valores a devolver aos consumidores via tarifa (passivo regulatório) dos montantes recebidos dos consumidores a título de TUSD-G e que serão recebidos das geradoras AES, CESP e Duke após acordo firmado em 13 de janeiro de 2009 com a AES e CESP e decisão judicial que permite à Elektro faturar a Duke.

### **Plano Especial de Aposentadoria**

A Companhia criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), em 25 de julho de 2007, mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis e continuam trabalhando. Tal plano foi prorrogado por meio do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 21 de setembro de 2009, estendendo-o até 31 de maio de 2011, com prorrogação automática até 31 de maio de 2013, caso as partes não se manifestem em contrário.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de trabalho do empregado na Companhia) além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para estarem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) prestar serviços à Companhia, (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, onde são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados, e (iii) apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O montante de R\$ 1,8 milhão registrado no passivo circulante refere-se a 27 empregados que aderiram ao plano em 2009 e cujo pagamento dos benefícios ocorrerá no primeiro semestre de 2010. Para os períodos entre 2010 e 2013, a Companhia estima que até 201 empregados possam aderir ao plano, fato que gerou uma provisão de R\$ 12,8 milhões registrada no passivo não circulante.

#### **Provisão para ações judiciais, líquidas**

As provisões relacionadas a ações judiciais reduziram-se em 62,3% passando de R\$ 81,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorre principalmente da reversão das provisões relacionadas à disputa judicial que trata da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS sobre receitas financeiras de qualquer natureza. O montante dessa reversão foi de R\$ 95,8 milhões ocorreu em 30 de junho de 2009, sendo R\$ 80,3 milhões para a COFINS e R\$ 15,5 milhões para o PIS (para maiores informações ver Nota 26.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

#### **Plano de pensão**

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantinha registrado um passivo atuarial de R\$ 23,5 milhões, decorrente do efeito da diferença entre o valor justo dos ativos do plano e o valor presente das obrigações atuariais determinado por avaliação atuarial preparada por atuários externos naquela data. Esse valor foi totalmente amortizado durante o exercício de 2009 devido ao superávit previsto no laudo atuarial e confirmado em 2009.

#### **Outros passivos**

O saldo da conta de outros passivos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 15,6% passando de R\$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 34,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Por se tratar de contratos pontuais que são registrados nesta rubrica, a variação apresentada é considerada normal pela Companhia.

#### **Patrimônio líquido**

A conta de patrimônio líquido apresentou um aumento de 2,2% passando de R\$ 1.103,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 1.127,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu, principalmente, da constituição de reserva legal no montante de R\$ 24,3 milhões sobre o lucro líquido do exercício de 2009.

## Principais Variações nas Contas de Resultado

|   | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 |                    | 2008               |                    | Variação         |                |
|---|--|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|----------------|
|   | R\$ mil  | % da Receita Total | R\$ mil            | % da Receita Total | R\$ mil          | %              |
| <b>Receitas operacionais</b>                                    | <b>4.034.621</b>                                     | <b>100,0</b>       | <b>3.719.874</b>   | <b>100,0</b>       | <b>314.747</b>   | <b>8,5</b>     |
| Outras receitas   | (56.843)   |                    | 49.815             |                    |                  |                |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        | <b>(1.372.274)</b>                                   | <b>(34,0)</b>      | <b>(1.207.397)</b> | <b>(32,5)</b>      | <b>(164.877)</b> | <b>13,7</b>    |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>2.662.347</b>                                     | <b>66,0</b>        | <b>2.512.477</b>   | <b>67,5</b>        | <b>149.870</b>   | <b>6,0</b>     |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     | <b>(1.453.591)</b>                                   | <b>(36,0)</b>      | <b>(1.328.595)</b> | <b>(35,7)</b>      | <b>(124.996)</b> | <b>9,4</b>     |
| Energia comprada para revenda                                   | (1.602.500)  | (39,7)             | (1.461.478)        | (39,3)             | (141.022)        | 9,6            |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 | 148.909  | 3,7                | 132.883            | 3,6                | 16.026           | 12,1           |
| <b>Custo da operação</b>  | <b>(437.978)</b>                                     | <b>(10,9)</b>      | <b>(386.632)</b>   | <b>(10,4)</b>      | <b>(51.346)</b>  | <b>13,3</b>    |
| Gastos com pessoal  | (150.313)  | (3,7)              | (131.601)          | (3,5)              | (18.712)         | 14,2           |
| Gastos com materiais  | (24.940)   | (0,6)              | (24.875)           | (0,7)              | (65)             | 0,3            |
| Gastos com serviços de terceiros                                | (85.335)   | (2,1)              | (71.708)           | (1,9)              | (13.627)         | 19,0           |
| Depreciação e amortizações                                      | (126.312)  | (3,1)              | (116.981)          | (3,1)              | (9.331)          | 8,0            |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (55.662)   | (1,4)              | (45.516)           | (1,2)              | (10.146)         | 22,3           |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              | 4.584  | 0,1                | 4.049              | 0,1                | 535              | 13,2           |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  | <b>770.778</b>                                       | <b>19,1</b>        | <b>797.250</b>     | <b>21,4</b>        | <b>(26.472)</b>  | <b>(3,3)</b>   |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    | <b>(152.062)</b>                                     | <b>(3,8)</b>       | <b>(167.198)</b>   | <b>(4,5)</b>       | <b>15.136</b>    | <b>(9,1)</b>   |
| Despesas com vendas   | (21.957)   | (0,5)              | (19.532)           | (0,5)              | (2.425)          | 12,4           |
| Despesas gerais e administrativas                               | (57.592)   | (1,4)              | (63.543)           | (1,7)              | 5.951            | (9,4)          |
| Amortização mais valia do imobilizado                           | (7.348)  | (0,2)              | (7.348)            | (0,2)              | -                | -              |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (65.165)   | (1,6)              | (76.775)           | (2,1)              | 11.610           | (15,1)         |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     | <b>618.716</b>                                       | <b>15,3</b>        | <b>630.052</b>     | <b>16,9</b>        | <b>(11.336)</b>  | <b>(1,8)</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>2.925</b>   | <b>0,1</b>         | <b>(140.232)</b>   | <b>(3,8)</b>       | <b>143.157</b>   | <b>(102,1)</b> |
| Receitas financeiras  | 71.100   | 1,8                | 66.841             | 1,8                | 4.259            | 6,4            |
| Despesas financeiras  | (65.435)   | (1,6)              | (110.973)          | (3,0)              | 45.538           | (41,0)         |
| Variação cambial e monetária, líquidas                          | 64.819   | 1,6                | (28.386)           | (0,8)              | 93.205           | (328,3)        |
| Juros sobre capital próprio                                     | (67.559)   | (1,7)              | (67.714)           | (1,8)              | 155              | (0,2)          |
| <b>Resultado operacional</b>                                    | <b>621.641</b>                                       | <b>15,4</b>        | <b>489.820</b>     | <b>13,2</b>        | <b>131.821</b>   | <b>26,9</b>    |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | <b>621.641</b>                                       | <b>15,4</b>        | <b>489.820</b>     | <b>13,2</b>        | <b>131.821</b>   | <b>26,9</b>    |
| Imposto de renda  | (72.089)   | (1,8)              | (74.867)           | (2,0)              | 2.778            | (3,7)          |
| Contribuição social   | (34.550)   | (0,9)              | (25.754)           | (0,7)              | (8.796)          | 34,2           |
| Imposto de renda diferido                                       | (75.724)   | (1,9)              | (47.633)           | (1,3)              | (28.091)         | 59,0           |
| Contribuição social diferida                                    | (21.270)   | (0,5)              | (17.493)           | (0,5)              | (3.777)          | 21,6           |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         | 67.559   | 1,7                | 67.714             | 1,8                | (155)            | (0,2)          |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>485.567</b>                                       | <b>12,0</b>        | <b>391.787</b>     | <b>10,5</b>        | <b>93.780</b>    | <b>23,9</b>    |

## Receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões, registrando aumento de 8,5%, quando comparado ao exercício de 2008, que foi de R\$ 3,7 bilhões.

|   | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de |                  |                   |                  | Variação       |            |                |            |
|---|---|------------------|-------------------|------------------|----------------|------------|----------------|------------|
|   | 2009  |                  | 2008              |                  | R\$ mil        |            | MWh            |            |
|   | MWh (*)   | R\$ mil          | MWh (*)           | R\$ mil          | R\$ mil        | %          | MWh            | %          |
| <b>Receita operacional bruta</b>          | <b>11.042.051</b>                               | <b>4.034.621</b> | <b>10.875.942</b> | <b>3.719.874</b> | <b>314.747</b> | <b>8,5</b> | <b>166.109</b> | <b>1,5</b> |
| Fornecimento para consumidores            | 11.035.607                                      | 3.719.498        | 10.844.888        | 3.404.837        | 314.661        | 9,2        | 190.719        | 1,8        |
| Residencial                               | 3.547.042                                       | 1.478.169        | 3.346.662         | 1.337.752        | 140.417        | 10,5       | 200.380        | 6,0        |
| Industrial                                | 3.907.757                                       | 1.129.431        | 4.052.253         | 1.076.460        | 52.971         | 4,9        | (144.496)      | (3,6)      |
| Comercial                                 | 1.691.450                                       | 634.233          | 1.580.340         | 555.913          | 78.320         | 14,1       | 111.110        | 7,0        |
| Rural                                     | 782.390   | 163.508          | 807.284           | 158.079          | 5.429          | 3,4        | (24.894)       | (3,1)      |
| Poder público                             | 275.873   | 104.189          | 229.411           | 77.256           | 26.933         | 34,9       | 46.462         | 20,3       |
| Iluminação pública                        | 423.025   | 93.847           | 428.920           | 89.109           | 4.738          | 5,3        | (5.895)        | (1,4)      |
| Serviço público                           | 408.070   | 116.121          | 400.018           | 110.268          | 5.853          | 5,3        | 8.052          | 2,0        |
| Outras receitas                           | 6.443   | 315.123          | 31.054            | 315.037          | 86             | 0,0        | (24.611)       | (79,3)     |
| CCEE                                      | 6.443   | 6.102            | 31.054            | 12.810           | (6.708)        | (52,4)     | (24.611)       | (79,3)     |
| Receita de uso do sistema de distribuição | -   | 365.864          | -                 | 252.407          | 113.457        | 45,0       | N/A            | N/A        |
| Componente financeiro - Revisão tarifária | -   | -                | -                 | -                | -              | -          | -              | -          |
| 2007                                      | -   | (36.493)         | -                 | -                | (36.493)       | N/A        | N/A            | N/A        |
| Componente financeiro - TUSD - G          | -   | (53.050)         | -                 | -                | (53.050)       | N/A        | N/A            | N/A        |
| Outras receitas                           | -   | 32.700           | -                 | 49.820           | (17.120)       | (34,4)     | N/A            | N/A        |

(\*) informações não auditadas pelos auditores independentes

No ano de 2009, a Elektro forneceu 11.036 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 1,8% quando comparado com 2008.

A classe industrial apresentou redução de 3,6% do consumo de energia em MWh, em consequência aos efeitos da crise financeira internacional, apesar da recuperação notada no último trimestre de 2009.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento no consumo de 6,0% e 7,0% respectivamente e esse desempenho deve-se, principalmente, às altas temperaturas registradas durante o primeiro trimestre, novembro e dezembro de 2009, bem como pela retomada da oferta de crédito a pessoas físicas.

O aumento expressivo do volume de chuvas no segundo semestre de 2009, 45% superior à média histórica desses meses, refletiu diretamente no consumo dos clientes rurais irrigantes, influenciando o resultado da classe rural, que apresentou queda de 3,1% no ano de 2009, contra o crescimento de 7,9% no primeiro semestre de 2009.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 10,0% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 4,6% em 2009, devido principalmente ao aumento de demanda contratada na classe serviço público. Além disso, devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, no primeiro semestre de 2008, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

A receita operacional bruta foi de R\$ 4.034,6 milhões em 2009, contra R\$ 3.719,9 milhões em 2008, apresentando crescimento de 8,5%. Este desempenho deve-se aos efeitos dos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2008 e 2009, com incremento médio nas tarifas de 10,91% e 12,19%, respectivamente, combinado ao acréscimo no volume de energia fornecida a clientes finais, fortemente impulsionados pelo crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

Em dezembro de 2009, a base de consumidores da Elektro foi de 2.123 mil clientes, um acréscimo de 56 mil novos clientes, resultando em um crescimento de 2,7% quando comparado ao encerramento de 2008.

#### **Deduções às receitas operacionais**

As deduções às receitas operacionais apresentaram um crescimento de 13,7%, passando de R\$ 1.207,3 milhões em 2008 para R\$ 1.372,3 milhões em 2009. O aumento de R\$ 164,9 milhões deve-se principalmente ao aumento dos impostos ICMS, PIS e COFINS em decorrência do incremento da receita operacional.

#### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica cresceu 9,4% passando de R\$1.328,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.453,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, devido a reajustes contratuais ocorridos em janeiro de 2009 e ao incremento na quantidade de energia comprada, em função do aumento das vendas de energia.

#### **Custo da operação**

##### **Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal no exercício de 2009 foram de R\$ 150,3 milhões comparados a R\$ 131,6 milhões no exercício de 2008. O aumento de 14,2% ocorreu em razão, basicamente, do reajuste salarial de 6,4% ocorrido em junho de 2009, e também do aumento das indenizações, comparados aos exercícios anteriores, parcialmente compensados pelo superávit no plano de pensão.

### **Gastos com materiais**

Os gastos com materiais apresentaram um aumento de 0,3%, passando de R\$ 24,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 24,9 milhões em 31 de dezembro de 2009

### **Gastos com serviços de terceiros**

Aumento de 19,0%, passando de R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 85,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, em razão, principalmente, do repasse pelos fornecedores da inflação do período ocorrido no momento da renovação dos contratos de serviços, reajuste anual e da contratação de serviços relacionados à manutenção e modernização do sistema elétrico, dentre eles manutenção de redes, linhas de distribuição, subestações e linhas de transmissão.

### **Outras despesas operacionais líquidas**

Considerando-se a soma das contas dos grupos “custo da operação” e “despesas operacionais”, houve diminuição dessa rubrica em 1,2% passando de R\$ 122,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 120,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, demonstrando certa estabilidade destes gastos.

### **Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação**

A conta de créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação apresentou um aumento de 13,2%, passando de R\$ 4,1 milhões em 2008 para R\$ 4,6 milhões em 2009. A variação acompanha o aumento dos custos operacionais que geram direito ao crédito tributário.

### **Despesas operacionais**

#### **Despesas com vendas**

O aumento em 12,4% nas despesas de venda no exercício de 2009, passando de R\$ 19,5 milhões para R\$ 21,9 milhões, ocorreu basicamente em razão do aumento nas despesas de pessoal em virtude do reajuste salarial de 6,4% ocorrido em junho de 2009 e pagamentos de indenizações trabalhistas ocorridas em 2009. Nessa rubrica são registradas, principalmente, as despesas com pessoal da área comercial da Elektro, marketing, propaganda e publicidade, provisão para créditos de liquidação duvidosa, despesas com medição, leitura, entrega e cobrança de contas de energia elétrica.

#### **Despesas gerais e administrativas**

A redução de 9,4% nas despesas gerais e administrativas no exercício de 2009, passando de R\$ 63,5 milhões para R\$ 57,6 milhões, ocorreu basicamente em razão da redução das despesas de pessoal administrativo em virtude de reduções ocorridas em 2008 parcialmente compensadas com o reajuste salarial de 6,4% ocorrido em junho de 2009. Nessa rubrica são registradas as despesas incorridas que estão relacionadas com a gestão ou direção da Elektro, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, algumas despesas legais e judiciais, materiais de escritório, depreciação de ativos imobilizados utilizados nas atividades administrativas e despesas de viagem de pessoal administrativo.

#### **Amortização mais valia do imobilizado**

O montante de R\$ 7,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se ao valor anual de amortização da mais-valia de ativo imobilizado que teve origem no ágio pela incorporação da Terraço Participações Ltda. pela Elektro em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado.



## **Resultado financeiro**

O resultado financeiro acumulado em 2009 foi uma receita líquida de R\$ 2,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 143,2 milhões em relação a 2008, causado principalmente pela reversão de R\$ 95,8 milhões na provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (ver Nota Explicativa nº 34). Outro fator que implicou em uma variação positiva de R\$ 47,6 milhões foi a deflação do IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, que em 31 de dezembro de 2009 representava 29% da dívida da Companhia, conforme pode ser calculada na tabela do item 10.1 deste Formulário de Referência.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 22,9%, passando de R\$ 165,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 203,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, devido ao maior lucro tributável apurado no exercício de 2009.

## **Lucro Líquido**

A Elektro registrou um aumento no lucro líquido de 23,9% que passou de R\$ 391,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 485,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, em virtude das variações acima descritas.

## **Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007**

As informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 apresentadas neste formulário de referência e utilizadas para fins de comparação dos saldos com os demais exercícios apresentados são aquelas constantes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, após reclassificações havidas com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras e permitir melhor comparabilidade dos saldos, conforme mencionado na Nota Explicativa no. 2 daquelas demonstrações financeiras. As informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não apresentam referidas reclassificações, portanto, este fato deve ser levado em consideração no momento da comparação dos saldos relativos aos exercícios de 2008 e de 2007.

## Principais Variações de Saldo nas Contas Patrimoniais

| Ativo   | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Em 31 de dezembro de 2007 |              | Variação       |              |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------|--------------|
|   | R\$ mil                   | % do Ativo   | Reapresentação<br>R\$ mil | % do Ativo   | R\$ mil        | %            |
| <b>Circulante</b>   | <b>854.770</b>            | <b>29,0</b>  | <b>772.102</b>            | <b>28,8</b>  | <b>82.668</b>  | <b>10,7</b>  |
| <b>Disponibilidades</b>                                       | <b>205.020</b>            | <b>6,9</b>   | <b>157.328</b>            | <b>5,9</b>   | <b>47.692</b>  | <b>30,3</b>  |
| Bancos  | 3.359                     | 0,1          | 25.815                    | 1,0          | (22.456)       | (87,0)       |
| Aplicações financeiras  | 201.661                   | 6,8          | 131.513                   | 4,9          | 70.148         | 53,3         |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   | <b>649.750</b>            | <b>22,0</b>  | <b>614.774</b>            | <b>22,9</b>  | <b>34.976</b>  | <b>5,7</b>   |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | 494.680                   | 16,8         | 467.591                   | 17,4         | 27.089         | 5,8          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                 | (43.656)                  | (1,5)        | (44.258)                  | (1,7)        | 602            | (1,4)        |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 15.737                    | 0,5          | 44.036                    | 1,6          | (28.299)       | (64,3)       |
| Ativo regulatório transmissoras                               | -                         | -            | 10.789                    | 0,4          | (10.789)       | (100,0)      |
| Ativos regulatórios   | 38.469                    | 1,3          | -                         | -            | 38.469         | N/A          |
| TUSD-G  | 13.722                    | 0,5          | -                         | -            | 13.722         | N/A          |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | -                         | -            | 6.201                     | 0,2          | (6.201)        | (100,0)      |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 105.135                   | 3,6          | 92.669                    | 3,5          | 12.466         | 13,5         |
| Almojarifado  | 4.153                     | 0,1          | 3.973                     | 0,1          | 180            | 4,5          |
| Outros créditos   | 21.510                    | 0,7          | 33.773                    | 1,3          | (12.263)       | (36,3)       |
| <b>Não circulante</b>   | <b>2.096.672</b>          | <b>71,0</b>  | <b>1.910.045</b>          | <b>71,2</b>  | <b>186.627</b> | <b>9,8</b>   |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                               | <b>514.554</b>            | <b>17,4</b>  | <b>481.497</b>            | <b>18,0</b>  | <b>33.057</b>  | <b>6,9</b>   |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   | <b>514.554</b>            | <b>17,4</b>  | <b>481.497</b>            | <b>18,0</b>  | <b>33.057</b>  | <b>6,9</b>   |
| Parcelamentos de débitos e supridores                         | 39.360                    | 1,3          | 41.974                    | 1,6          | (2.614)        | (6,2)        |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 11.711                    | 0,4          | 10.722                    | 0,4          | 989            | 9,2          |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | -                         | -            | 15.960                    | 0,6          | (15.960)       | (100,0)      |
| Ativo regulatório transmissoras                               | -                         | -            | 6.293                     | 0,2          | (6.293)        | (100,0)      |
| Ativos regulatórios   | 114.846                   | 3,9          | -                         | -            | 114.846        | N/A          |
| TUSD-G  | 31.713                    | 1,1          | -                         | -            | 31.713         | N/A          |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                         | -            | 8.234                     | 0,3          | (8.234)        | (100,0)      |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | -                         | -            | 3.263                     | 0,1          | (3.263)        | (100,0)      |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 310.194                   | 10,5         | 388.921                   | 14,5         | (78.727)       | (20,2)       |
| Outros créditos   | 6.730                     | 0,2          | 6.130                     | 0,2          | 600            | 9,8          |
| <b>Investimentos</b>  | <b>4.334</b>              | <b>0,1</b>   | <b>4.343</b>              | <b>0,2</b>   | <b>(9)</b>     | <b>(0,2)</b> |
| <b>Imobilizado</b>  | <b>1.537.888</b>          | <b>52,1</b>  | <b>1.387.251</b>          | <b>51,7</b>  | <b>150.637</b> | <b>10,9</b>  |
| <b>Intangível</b>   | <b>39.896</b>             | <b>1,4</b>   | <b>36.954</b>             | <b>1,4</b>   | <b>2.942</b>   | <b>8,0</b>   |
| <b>Total do Ativo</b>   | <b>2.951.442</b>          | <b>100,0</b> | <b>2.682.147</b>          | <b>100,0</b> | <b>269.295</b> | <b>10,0</b>  |

Conforme descrito no item 3.1, a Companhia efetuou algumas reclassificações no balanço patrimonial ativo de 31 de dezembro de 2007 apresentado nas DFPs de 31 de dezembro para 2009 para fins de melhor comparabilidade com os dados relacionados ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e de 2008. A reconciliação entre os dados originalmente apresentados e os reclassificados para fins de apresentação nas DFPs de 31 de dezembro de 2009 é como segue:

Em 31 de dezembro de 2007

|   | Notas   | Publicado<br>Reapresentação<br>R\$ mil | Reclassificações<br>R\$ mil | DFP<br>R\$ mil   |
|---|---------|--|-----------------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>  |         |  |                             |                  |
| <b>Circulante</b>   |         | <b>772.102</b>                         | <b>(1.335)</b>              | <b>770.767</b>   |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |         | <b>614.774</b>                         | <b>(1.335)</b>              | <b>613.439</b>   |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | (a)     | 467.591                                | (10.079)                    | 457.512          |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                                      | 34.710                      | 34.710           |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 10.789                                 | (10.789)                    | -                |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 6.201                                  | (6.201)                     | -                |
| Outros créditos   | (a)/(b) | 33.773                                 | (8.976)                     | 24.797           |
| <b>Não circulante</b>   |         | <b>1.910.045</b>                       | <b>(3.561)</b>              | <b>1.906.484</b> |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                               |         | <b>481.497</b>                         | <b>(3.561)</b>              | <b>477.936</b>   |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |         | <b>481.497</b>                         | <b>(3.561)</b>              | <b>477.936</b>   |
| Ativos regulatórios   | (a)     | -                                      | 33.750                      | 33.750           |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | (a)     | 15.960                                 | (15.960)                    | -                |
| Ativo regulatório transmissoras                               | (a)     | 6.293                                  | (6.293)                     | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)     | 8.234                                  | (8.234)                     | -                |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | (a)     | 3.263                                  | (3.263)                     | -                |
| Outros créditos   | (b)     | 6.130                                  | (3.561)                     | 2.569            |
| <b>Total do Ativo</b>   |         | <b>2.682.147</b>                       | <b>(4.896)</b>              | <b>2.677.251</b> |

(a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Companhia passou a demonstrar os ativos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Companhia efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos ativos regulatórios dos ativos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de "Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores", "Ativo regulatório transmissoras", "Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA", "Recomposição de PIS e COFINS" e "Outros créditos" para a rubrica de "Ativos regulatórios".

(b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

## Ativo

### Disponibilidades

A conta de disponibilidades apresentou um aumento de 30,3%, passando de R\$ 157,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 205,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorre principalmente da geração operacional de caixa no valor de R\$ 526,8 milhões que pode ser observado no fluxo de caixa e que está relacionada ao resultado da Elektro, que pode ser observado pelo EBITDA (Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortizações e despesas de IR e CS) no valor de R\$ 754,4 milhões, somado a novas captações de empréstimos no total de R\$ 128,7 milhões, compensados com pagamentos relacionados à (i) dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 144,6 milhões; (ii) dividendos intermediários no valor de R\$ 135,4 milhões; (iii) investimentos no valor de R\$ 275,4 milhões e (iv) amortização de empréstimos e debêntures no valor de R\$ 139,6 milhões (R\$ 49,4 milhões de principal e R\$ 90,2 milhões de juros).

## Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

A conta de consumidores, parcelamentos de débitos e supridores, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 4,8%, passando de R\$ 509,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 534,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu, principalmente, (a) do aumento do consumo na área de concessão da Elektro e (b) do efeito positivo de 10,91% do reajuste tarifário de 2008 sobre as tarifas aplicadas pela Elektro a partir de 27 de agosto de 2008.

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou uma diminuição de 1,4%, passando de R\$ 44,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 43,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa conta não sofreu variação relevante.

## Caução de fundos e depósitos vinculados

A conta de caução de fundos decorre de obrigações da Elektro assumidas (a) em contratos celebrados com a Eletrobrás; (b) em contratos celebrados com BNDES (FINEM); (c) no âmbito da 2ª Emissão de debêntures da Elektro; e (d) como garantia para compra de energia elétrica em leilões.

A redução do saldo da conta em 50%, passando de R\$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 27,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante. Tal variação ocorreu em razão: (a) da comprovação dos investimentos efetuados pela Elektro com os recursos obtidos por meio das linhas de financiamentos da ELETROBRAS (Programa Luz para Todos) e (b) da utilização do valor caucionado referente ao BNDES para pagamento das prestações do financiamento (FINEM II).

## Ativos regulatórios

Os saldos das rubricas “Ativo regulatório transmissoras”, “Recomposição de PIS e COFINS”, “Recuperação das perdas de receita e energia livre” e “Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA” do ativo circulante e não circulante, foram reclassificados para a rubrica de “Ativos regulatórios” a partir de 31 de dezembro de 2008, portanto a análise de variações destas contas deve considerar estas reclassificações.

| Ativo   | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Em 31 de dezembro de 2007 |              | Variação       |              |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|----------------|--------------|
|   | R\$ mil                   | %            | R\$ mil                   | %            | R\$ mil        | %            |
| <b>Circulante</b>   | <b>38.469</b>             | <b>25,1</b>  | <b>16.990</b>             | <b>33,5</b>  | <b>21.479</b>  | <b>126,4</b> |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | 7.856                     | 5,1          | -                         | -            | 7.856          | N/A          |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 5.336                     | 3,5          | -                         | -            | 5.336          | N/A          |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | 2.268                     | 1,5          | 6.201                     | 12,2         | (3.933)        | (63,4)       |
| Ativo regulatório transmissoras                               | 6.293                     | 4,1          | 10.789                    | 21,3         | (4.496)        | (41,7)       |
| Ativo de Revisão Tarifária 2007                               | 12.180                    | 7,9          | -                         | -            | 12.180         | N/A          |
| Outros ativos regulatórios                                    | 4.536                     | 3,0          | -                         | -            | 4.536          | N/A          |
| <b>Não Circulante</b>   | <b>114.846</b>            | <b>74,9</b>  | <b>33.750</b>             | <b>66,5</b>  | <b>81.096</b>  | <b>240,3</b> |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | 99.130                    | 64,7         | 8.234                     | 16,2         | 90.896         | 1.103,9      |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 12.419                    | 8,1          | 15.960                    | 31,5         | (3.541)        | (22,2)       |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | -                         | -            | 3.263                     | 6,4          | (3.263)        | (100,0)      |
| Ativo regulatório transmissoras                               | -                         | -            | 6.293                     | 12,4         | (6.293)        | (100,0)      |
| Outros ativos regulatórios                                    | 3.297                     | 2,2          | -                         | -            | 3.297          | N/A          |
| <b>Total Ativos Regulatórios</b>                              | <b>153.315</b>            | <b>100,0</b> | <b>50.740</b>             | <b>100,0</b> | <b>102.575</b> | <b>202,2</b> |

## **Recuperação das perdas de receita e energia livre - RTE**

Os valores registrados na conta de recuperação das perdas de receita e energia livre da Elektro referem-se à RTE, um mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica. Os saldos de referida rubrica foram reclassificados em 2008 para a rubrica de ativos regulatórios, portanto, a análise de variação leva em consideração os saldos deste item que compõe a rubrica de ativos regulatórios para 2008. Os montantes registrados no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2008 referem-se aos valores a receber de consumidores de 26 municípios situados na região do município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, valores que não foram faturados anteriormente por força de liminar concedida à consumidores dessa região. Essa liminar foi cassada em 29 de fevereiro de 2008 e os valores estão sendo amortizados desde os faturamentos iniciados a partir do reajuste tarifário de 27 de agosto de 2008. Os montantes arrecadados correspondentes a energia livre estão sendo repassados aos geradores.

O saldo da conta, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 11,2%, passando de R\$ 16,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação deu-se em virtude do recálculo efetuado no exercício social de 2008, de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008, bem como o registro da correção monetária dos valores que não estavam sendo cobrado em virtude da liminar supracitada.

## **Ativo regulatório transmissoras**

O saldo da conta de ativo regulatório transmissoras no valor de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 refere-se aos valores homologados pela ANEEL através do Ofício Circular nº 2.409/2007, que determinou que as distribuidoras contabilizassem os valores a receber de algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) que tiveram sua Revisão Tarifária Periódica homologada em 2007 e incluiu a diferença de tarifa que deveria ser repassada às distribuidoras. O valor inicialmente registrado pela Elektro foi de R\$ 21,6 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2008, havia R\$ 6,3 milhões a receber das transmissoras (R\$ 17,1 milhões, considerando-se a soma das contas do circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2007). A redução de 63,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ocorreu em razão do recebimento dos valores no período.

## **Tarifa do uso do sistema de distribuição para unidades geradoras - TUSD-G**

O saldo agregado das contas TUSD-G no valor de R\$ 45,4 milhões (R\$ 13,7 milhões no ativo circulante e R\$ 31,7 milhões no ativo não circulante) decorreu da constituição de valores a receber das geradoras de energia elétrica em virtude de diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008. Esses valores serão pagos à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista quando forem recebidos pela Elektro a título de Encargos CUST, de forma que não seja onerado o seu resultado, sendo que a diferença entre os saldos das contas de ativo e passivo de R\$ 0,9 milhão (R\$ 45,4 milhões no ativo e R\$ 44,5 milhões no passivo) refere-se ao intervalo temporal entre o recebimento das geradoras e o pagamento para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

## **Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA**

Criada em 2001, esta conta refere-se ao reconhecimento dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A. De acordo com a legislação vigente, quando tais despesas forem superiores ou inferiores aos montantes estipulados na fixação das tarifas de uma distribuidora, na data de seu respectivo reajuste, a distribuidora terá o direito de recuperar ou, de outra maneira, a obrigação de devolver aos consumidores a diferença apurada. Por intermédio de reajuste tarifário, a distribuidora terá sua tarifa elevada caso suas despesas tenham sido efetivamente superiores àquelas estipuladas. De forma diferente, a tarifa da distribuidora será reduzida se suas despesas forem inferiores aos montantes estipulados na fixação de suas tarifas. Tais valores são mensalmente corrigidos pela taxa SELIC.

Os saldos de referida rubrica foram reclassificados em 2008 para a rubrica de ativos regulatórios no item denominado CVA, portanto, a análise de variação leva em consideração os saldos desta item que compõe a rubrica de ativos regulatórios para 2008. A conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA da Elektro, considerando todas as contas de CVA, apresentou um aumento de 3.597,4%, passando de um saldo credor de R\$ 3,1 milhões (R\$ 8,2 milhões no ativo não circulante e R\$ 11,2 milhões no passivo circulante) em 31 de dezembro de 2007, para um saldo devedor de R\$ 106,9 milhões (R\$ 7,8 milhões no ativo circulante e R\$ 99,1 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação de R\$ 110,0 milhões deve-se principalmente ao:

- crescimento do encargo de serviços do sistema (ESS) causado pela operação de usinas termelétricas acionadas desde o final de 2007, em razão da ultrapassagem da curva de aversão a risco (CAR), e por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);
- crescimento da CVA referente à energia comprada, em virtude da variação cambial das faturas referentes a Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008 e também pelo alto custo da energia gerada pelas usinas termelétricas acionadas a partir de janeiro de 2008; e
- aumento da conta de consumo de combustíveis (CCC) devido ao crescimento das despesas com consumo de combustíveis para geração de energia nos sistemas isolados.

### **Recomposição de PIS e COFINS**

Os saldos de referida rubrica foram reclassificados em 2008 para a rubrica de ativos regulatórios no item denominado “Diferenças de alíquota e Recomposição de PIS e COFINS”, portanto, a análise de variação leva em consideração os saldos deste item que compõe a rubrica de ativos regulatórios para 2008. A conta de recomposição de PIS e COFINS, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 76,0%, passando de R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal variação ocorreu em razão do recebimento dos valores no período. Esse valor refere-se, principalmente, à majoração das alíquotas de PIS e COFINS quando houve a mudança do critério de tributação para não-cumulatividade desde 2003, para o PIS, e 2004 para a COFINS. A partir das referidas datas a Elektro passou constituir um ativo que foi homologado pela ANEEL nos reajustes de 2005, 2006, 2007 e 2008 e será totalmente amortizado até 26 de agosto de 2009.

### **Tributos diferidos e a compensar**

A conta de tributos diferidos e a compensar, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 13,8%, passando de R\$ 481,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 415,3 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Essa redução ocorreu, basicamente, em razão da compensação dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido ao lucro tributável obtido no período.

### **Outros créditos**

A conta de outros créditos, considerando-se a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 29,2%, passando de R\$ 39,9 milhões (R\$ 33,8 milhões no ativo circulante e R\$ 6,1 milhões no ativo não circulante), em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 28,2 milhões (R\$ 21,5 milhões no ativo circulante e R\$ 6,7 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa redução decorreu, basicamente, da reclassificação R\$ 12,2 milhões de “Outros créditos” para “Ativos regulatórios” para melhor comparabilidade com a apresentação dessas rubricas em 2009 e de R\$ 1,3 milhão e R\$ 2,2 milhões de “Outros créditos” no ativo circulante e não circulante respectivamente para a rubrica de “Debêntures” nos passivos circulante e não circulante em atendimento ao CPC 08 – Custos de Transação de Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

### **Almoxarifado**

A conta de almoxarifado apresentou um aumento de 4,5%, passando de R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Nesta conta estão alocados os estoques de materiais de equipamentos de segurança (EPI's) para desenvolvimento das atividades em campo, e os estoques de materiais (componentes menores) a serem transferidos para obras e que são passíveis de créditos fiscais.

### **Investimentos**

O valor registrado na conta de investimentos refere-se, principalmente, a propriedades rurais mantidas pela Elektro para valorização de capital, tendo em vista a indefinição quanto ao seu uso no futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. Essa conta não sofreu variação relevante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.



## Imobilizado

O saldo da conta de Imobilizado apresentou um aumento de 10,9%, passando de R\$ 1.387,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 1.537,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu, principalmente, em razão de investimentos realizados pela Elektro em expansão e modernização do sistema elétrico no valor de R\$ 194,3 milhões e em programas de universalização, como o Programa Luz para Todos, no valor de R\$ 54,7 milhões, compensados parcialmente com a depreciação do período.

## Intangível

A conta de intangível é composta por direitos de uso de software e terrenos (desapropriações). O saldo da conta apresentou aumento de 8,0%, passando de R\$ 37,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu, principalmente, em razão dos investimentos em novos softwares. Tais investimentos seguem a tendência de modernização da Elektro e estão de acordo com seu plano de investimento.

| Passivo   | 2 Em 31 de dezembro de 2008 |              | Em 31 de dezembro de 2007 |              | Variação        |              |
|---|-----------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-----------------|--------------|
|   | R\$ mil                     | % do Passivo | Reapresentação<br>R\$ mil | % do Passivo | R\$ mil         | %            |
| <b>Circulante</b>   | <b>1.004.148</b>            | <b>34,0</b>  | <b>719.390</b>            | <b>26,8</b>  | <b>284.758</b>  | <b>39,6</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 65.325                      | 2,2          | 48.099                    | 1,8          | 17.226          | 35,8         |
| Debêntures  | 202.420                     | 6,9          | 18.618                    | 0,7          | 183.802         | 987,2        |
| Arrendamento mercantil  | 7.744                       | 0,3          | 2.956                     | 0,1          | 4.788           | 162,0        |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica                 | 239.856                     | 8,1          | 217.503                   | 8,1          | 22.353          | 10,3         |
| Tributos a recolher   | 112.098                     | 3,8          | 86.198                    | 3,2          | 25.900          | 30,0         |
| Encargos do consumidor  | 24.729                      | 0,8          | 18.617                    | 0,7          | 6.112           | 32,8         |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar              | 223.178                     | 7,6          | 143.663                   | 5,4          | 79.515          | 55,3         |
| Salários e contribuições sociais                              | 35.116                      | 1,2          | 32.954                    | 1,2          | 2.162           | 6,6          |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 35.071                      | 1,2          | 36.840                    | 1,4          | (1.769)         | (4,8)        |
| Energia livre   | -                           | -            | 8.817                     | 0,3          | (8.817)         | (100,0)      |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                           | -            | 10.789                    | 0,4          | (10.789)        | (100,0)      |
| Passivo regulatório   | 20.681                      | 0,7          | -                         | -            | 20.681          | N/A          |
| TUSD-G  | 12.839                      | 0,4          | -                         | -            | 12.839          | N/A          |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                           | -            | 11.293                    | 0,4          | (11.293)        | (100,0)      |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | -                           | -            | 37.723                    | 1,4          | (37.723)        | (100,0)      |
| Outros passivos   | 25.091                      | 0,9          | 45.320                    | 1,7          | (20.229)        | (44,6)       |
| <b>Não circulante</b>   | <b>844.262</b>              | <b>28,6</b>  | <b>880.352</b>            | <b>32,8</b>  | <b>(36.090)</b> | <b>(4,1)</b> |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 | <b>844.262</b>              | <b>28,6</b>  | <b>880.352</b>            | <b>32,8</b>  | <b>(36.090)</b> | <b>(4,1)</b> |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 241.980                     | 8,2          | 177.247                   | 6,6          | 64.733          | 36,5         |
| Debêntures  | 366.380                     | 12,4         | 508.332                   | 19,0         | (141.952)       | (27,9)       |
| Arrendamento mercantil  | 22.284                      | 0,8          | 10.290                    | 0,4          | 11.994          | 116,6        |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 14.401                      | 0,5          | 7.872                     | 0,3          | 6.529           | 82,9         |
| Provisão para ações judiciais, líquidas                       | 81.701                      | 2,8          | 83.189                    | 3,1          | (1.488)         | (1,8)        |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                           | -            | 6.293                     | 0,2          | (6.293)         | (100,0)      |
| TUSD-G  | 31.713                      | 1,1          | -                         | -            | 31.713          | N/A          |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | -                           | -            | 54.637                    | 2,0          | (54.637)        | (100,0)      |
| Passivo regulatório   | 57.374                      | 1,9          | -                         | -            | 57.374          | N/A          |
| Plano de pensão   | 23.496                      | 0,8          | 31.846                    | 1,2          | (8.350)         | (26,2)       |
| Outros passivos   | 4.933                       | 0,2          | 646                       | 0,0          | 4.287           | 663,6        |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                     | <b>1.103.032</b>            | <b>37,4</b>  | <b>1.082.405</b>          | <b>40,4</b>  | <b>20.627</b>   | <b>1,9</b>   |
| Capital social  | 952.492                     | 32,3         | 952.492                   | 35,5         | -               | -            |
| Reserva de capital  | 50.539                      | 1,7          | 50.539                    | 1,9          | -               | -            |
| Reserva legal   | 100.001                     | 3,4          | 80.466                    | 3,0          | 19.535          | 24,3         |
| Prejuízos acumulados  | -                           | -            | (1.092)                   | (0,0)        | 1.092           | (100,0)      |
| <b>Total do Passivo</b>                                       | <b>2.951.442</b>            | <b>100,0</b> | <b>2.682.147</b>          | <b>100,0</b> | <b>269.295</b>  | <b>10,0</b>  |

Conforme descrito no item 3.1, a Companhia efetuou algumas reclassificações no balanço patrimonial passivo de 31 de dezembro de 2007 apresentado nas DFPs de 31 de dezembro para 2009 para fins de melhor comparabilidade com os dados relacionados ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e de 2008. A reconciliação entre os dados originalmente apresentados e os reclassificados para fins de apresentação nas DFPs de 31 de dezembro de 2009 é como segue:

Em 31 de dezembro de 2007

|   | Notas | Publicado        | Reclassificações | DFP              |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|
|   |       | Reapresentação   |                  |                  |
| Passivo   |       | R\$ mil          | R\$ mil          | R\$ mil          |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>719.390</b>   | <b>(1.335)</b>   | <b>718.055</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 18.618           | (1.335)          | 17.283           |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                | 86.093           | 86.093           |
| Energia livre   | (a)   | 8.817            | (8.817)          | -                |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 10.789           | (10.789)         | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | (a)   | 11.293           | (11.293)         | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 37.723           | (37.723)         | -                |
| Outros passivos   | (a)   | 45.320           | (17.471)         | 27.849           |
| <b>Não circulante</b>   |       | <b>880.352</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 |       | <b>880.352</b>   | <b>(3.561)</b>   | <b>876.791</b>   |
| Debêntures  | (b)   | 508.332          | (3.561)          | 504.771          |
| Passivos regulatórios   | (a)   | -                | 60.930           | 60.930           |
| Passivo regulatório transmissoras                             | (a)   | 6.293            | (6.293)          | -                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | (a)   | 54.637           | (54.637)         | -                |
| <b>Total do Passivo</b>                                       |       | <b>2.682.147</b> | <b>(4.896)</b>   | <b>2.677.251</b> |

- (a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Companhia passou a demonstrar os passivos regulatórios em rubricas específicas. Portanto, para melhor comparabilidade das informações a Companhia efetuou nos saldos das DFPs de 2009, na coluna do exercício de 2007, a reclassificação dos passivos regulatórios dos passivos circulante e não circulante que estavam nas rubricas de "Energia livre", "Passivo regulatório transmissoras", "Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA", "Devolução baixa renda – modicidade tarifária" e "Outros passivos" para a rubrica de "Passivos regulatórios".
- (b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 mil e R\$ 3.561 mil respectivamente.

### Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 36,4%, passando de R\$ 225,3 milhões (R\$ 48,1 milhões no passivo circulante e R\$ 177,2 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 307,3 milhões (R\$ 65,3 milhões no passivo circulante e R\$ 242,0 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão das captações de recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio das seguintes linhas de financiamento já existentes, conforme quadro a seguir:

**Empréstimos e Financiamentos - R\$ mil**

|                           | <u>31/12/2007</u> | <u>Ingressos</u> | <u>Amortização</u> | <u>Encargos</u> | <u>VM</u>  | <u>31/12/2008</u> |
|---------------------------|-------------------|------------------|--------------------|-----------------|------------|-------------------|
| BNDES                     |                   |                  |                    |                 |            |                   |
| FINEM II                  | 108.127           | 49.825           | (31.736)           | 13.952          | 361        | 140.529           |
| FINEM III                 | 64.763            | -                | (31.888)           | 5.977           | 126        | 38.978            |
| BNDES-FINEM IV            | -                 | 43.782           | -                  | 126             | 4          | 43.912            |
| FINAME                    | 2.552             | 224              | (553)              | 255             | 7          | 2.485             |
| FINAME 2008               | -                 | 3.442            | (31)               | 88              | 2          | 3.501             |
| Automático                | -                 | 2.113            | (24)               | 60              | 2          | 2.151             |
| Eletrobrás Luz para Todos | 46.476            | 23.557           | (3.531)            | -               | -          | 66.502            |
| FINEP                     | 3.428             | 5.789            | (474)              | 487             | 17         | 9.247             |
| Total                     | <u>225.346</u>    | <u>128.732</u>   | <u>(68.237)</u>    | <u>20.945</u>   | <u>519</u> | <u>307.305</u>    |

Adicionalmente a essas captações, houve também os juros contabilizados no exercício e as amortizações de juros e principal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

### Debêntures

A conta de debêntures, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 7,9%, passando de R\$ 526,9 milhões (R\$ 18,6 milhões no passivo circulante e R\$ 508,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 568,8 milhões (R\$ 202,4 milhões no passivo circulante e R\$ 366,4 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão da apropriação dos encargos de juros e variação monetária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, houve a transferência de 33,33% da dívida do passivo não circulante para o circulante, para fazer frente ao vencimento da parcela em referência em 1º de setembro de 2009.

**Debêntures - R\$ mil**

|                          | <u>31/12/2007</u> | <u>Reclassificação</u> | <u>Amortização</u> | <u>Encargos</u> | <u>VM</u>     | <u>31/12/2008</u> |
|--------------------------|-------------------|------------------------|--------------------|-----------------|---------------|-------------------|
| Debêntures CP - 1ª Série | 436.301           | -                      | (52.987)           | 55.767          | 41.730        | 480.811           |
| Debêntures CP - 2ª Série | 90.649            | -                      | (11.079)           | 11.980          | -             | 91.550            |
| Custos com emissão       | -                 | (3.561)                | -                  | -               | -             | (3.561)           |
| Total                    | <u>526.950</u>    | <u>(3.561)</u>         | <u>(64.066)</u>    | <u>67.747</u>   | <u>41.730</u> | <u>568.800</u>    |

### Arrendamento mercantil

Os valores registrados na conta de arrendamento mercantil estão de acordo com a nova redação da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei 11.638, e com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, quanto ao registro de ativos imobilizados que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

O saldo da conta, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 126,7%, passando de 13,2 milhões (R\$ 2,9 milhões no passivo circulante e R\$ 10,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 30,0 milhões (R\$ 7,7 milhões no passivo circulante e R\$ 22,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu em razão, principalmente, da celebração de novos contratos de arrendamento referentes a equipamentos de informática, imóveis e veículos iniciados em 2008

### Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou um aumento de 10,3%, passando de R\$ 217,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 239,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento ocorreu em razão, principalmente, do aumento dos valores da compra de energia elétrica proveniente de Itaipu e dos encargos de serviço do sistema (ESS).

## **Tributos a Recolher**

A conta de tributos a recolher apresentou um acréscimo de 30,0%, passando de R\$ 86,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 112,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu, principalmente, nas contas de PIS, COFINS e ICMS devido ao aumento do faturamento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em relação ao exercício social anterior. Adicionalmente, em dezembro de 2008, também houve o lançamento do imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,6 milhões, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2009 (em 2007 a referida retenção foi efetuada em novembro e dezembro do mesmo ano).

## **Encargos do consumidor**

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com RGR, CCC, CDE e ECE. O aumento de 32,8% no saldo da conta de encargos ao consumidor, passando de R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 ocorreu em razão, principalmente, do aumento das despesas com CCC para geração de energia nos sistemas interligados e isolados, que resultou na alteração, pela ANEEL, dos valores das quotas anuais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008.

## **Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar sofreu um aumento de 55,3%, passando de R\$ 143,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 223,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento ocorreu porque os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 55,1 milhões, declarados em novembro e dezembro de 2008 foram pagos em 28 de janeiro de 2009. No ano de 2007 o valor de R\$ 62,1 milhões referente aos juros sobre capital próprio foi pago no próprio exercício.

## **Salários e contribuições sociais**

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto pelas provisões de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento da Elektro. A conta salários e contribuições sociais aumentou em 6,6%, passando de R\$ 33,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu em razão, basicamente, do reajuste salarial de 6,8% em junho de 2008.

## **Obrigações do programa de eficiência energética**

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. O aumento no saldo da conta em 10,7%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 44,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 49,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão da movimentação da conta no período. Tal movimentação estava relacionada (a) aos R\$ 26,1 milhões de novos ingressos relativos ao cálculo de 1% sobre a receita operacional líquida da Elektro, (b) aos R\$ 4,5 milhões de atualização monetária e (c) à realização de projetos de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 25,8 milhões.

## **Passivos regulatórios**

Os saldos das rubricas “Energia livre”, “Passivo regulatório transmissoras”, “Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA” e “Devolução baixa renda - modicidade tarifária” do passivo circulante e não circulante, foram reclassificados para a rubrica de “Passivo regulatório” a partir de 31 de dezembro de 2008, portanto a análise de variações destas contas deve considerar estas reclassificações.

| Passivo   | Em 31 de dezembro de 2008 |              | Em 31 de dezembro de 2007 |              | Variação        |               |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-----------------|---------------|
|   | R\$ mil                   | %            | R\$ mil                   | %            | R\$ mil         | %             |
| <b>Circulante</b>   | <b>20.681</b>             | <b>26,5</b>  | <b>68.622</b>             | <b>53,0</b>  | <b>(47.941)</b> | <b>(69,9)</b> |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | -                         | -            | 11.293                    | 8,7          | (11.293)        | (100,0)       |
| Energia livre   | 5.473                     | 7,0          | 8.817                     | 6,8          | (3.344)         | (37,9)        |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | 944                       | 1,2          | 37.723                    | 29,1         | (36.779)        | (97,5)        |
| Passivo regulatório transmissoras                             | 6.293                     | 8,1          | 10.789                    | 8,3          | (4.496)         | (41,7)        |
| Outros passivos regulatórios                                  | 7.971                     | 10,2         | -                         | -            | 7.971           | N/A           |
| <b>Não Circulante</b>   | <b>57.374</b>             | <b>73,5</b>  | <b>60.930</b>             | <b>47,0</b>  | <b>(3.556)</b>  | <b>(5,8)</b>  |
| Energia livre   | 15.484                    | 19,8         | -                         | -            | 15.484          | N/A           |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | 41.890                    | 53,7         | 54.637                    | 42,2         | (12.747)        | (23,3)        |
| Passivo regulatório transmissoras                             | -                         | -            | 6.293                     | 4,9          | (6.293)         | (100,0)       |
| <b>Total Passivos Regulatórios</b>                            | <b>78.055</b>             | <b>100,0</b> | <b>129.552</b>            | <b>100,0</b> | <b>(51.497)</b> | <b>(39,8)</b> |

## Energia livre

Os valores registrados na conta de energia livre referem-se ao montante a ser repassado para os geradores referente à RTE. Os montantes estão sendo repassados conforme faturamento e arrecadação da RTE.

Os saldos de referida rubrica foram reclassificados em 2008 para a rubrica de passivos regulatórios no item denominado “Energia livre”, portanto, a análise de variação leva em consideração os saldos deste item que compõe a rubrica de passivos regulatórios para 2008. O saldo conta de energia livre, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 137,5%, passando de R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão do recálculo efetuado no exercício social de 2008, de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008.

## Passivo regulatório transmissoras

Os saldos de referida rubrica foram reclassificados em 2008 para a rubrica de passivos regulatórios no item denominado “Passivo regulatório transmissoras”, portanto, a análise de variação leva em consideração os saldos deste item que compõe a rubrica de passivos regulatórios para 2008. A redução de 63,2% na conta de passivo regulatório transmissoras, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorreu dos valores repassados aos consumidores via tarifa, na mesma medida em que a Elektro recebe esses valores das transmissoras.

## Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

Vide informações sobre a natureza desta conta e sobre as variações existentes na conta do ativo sob a mesma rubrica.

## Devolução baixa renda – modicidade tarifária

O saldo dessa conta refere-se à aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485 de 29 de agosto de 2002, que implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes.

O saldo da conta apresentou uma redução de 53,6%, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, dos valores correspondentes ao período de agosto a dezembro de 2007 terem sido revertidos para o resultado devido à alteração da metodologia de cálculo da revisão tarifária da ANEEL, que já assegura os ganhos de receitas decorrentes dos subsídios dos consumidores baixa renda. O saldo remanescente mantido no passivo não circulante está sujeito a previsão e homologação da ANEEL em próximos reajustes tarifários.

## **Tarifa do uso do sistema de distribuição para unidades geradoras - TUSD-G**

O saldo agregado das contas TUSD-G de R\$ 44,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, considerando-se a soma de R\$ 12,8 milhões no passivo circulante e R\$ 31,7 milhões no passivo não circulante, ocorreu em razão da constituição de valores a pagar à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a título de CUST, em virtude de diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008. Esses valores serão recebidos das geradoras de energia elétrica de forma que o resultado da Elektro não será onerado, sendo que a diferença entre os saldos das contas de ativo e passivo de R\$ 0,9 milhão (R\$ 45,4 milhões no ativo e R\$ 44,5 milhões no passivo) refere-se ao intervalo temporal entre o recebimento das geradoras e o pagamento para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

## **Provisão para ações judiciais, líquidas**

As provisões relacionadas a ações judiciais reduziram em 1,8%, passando de R\$ 83,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 81,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. De tais valores foram subtraídos os depósitos judiciais que totalizavam R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R\$ 38,0 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Todas as demandas de natureza judicial da Elektro são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Elektro que, de acordo com critérios previamente definidos pela administração, classificam as contingências de forma individual e as provisionam quando sua perda é considerada provável.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a maior provisão mantida pela Elektro estava relacionada à questão judicial que trata da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS com as receitas financeiras de qualquer natureza. O montante dessa provisão, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 78,1 milhões para a COFINS e R\$ 15,1 milhões para o PIS.

## **Plano de pensão**

A Elektro, por meio da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados. A redução do passivo em 26,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 23,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, reflete a amortização dos ganhos atuariais de acordo com os critérios societários previstos na Instrução CVM 371, que leva em consideração o serviço futuro médio dos participantes do plano. A determinação dos montantes dos ganhos a serem amortizados a cada ano leva em consideração a avaliação atuarial dos planos que a Elektro mantém, e que oscilam em decorrência do perfil dos participantes nos planos, da taxa de desconto do cálculo do valor presente das obrigações e do valor justo dos ativos líquidos do plano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a avaliação atuarial dos planos da Elektro demonstraram um superavit, assim como determina uma amortização de ganhos em montantes que acarretarão em eliminação do passivo atuarial para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009.

## **Outros passivos**

O saldo conta de outros passivos, considerando-se a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 34,7%, passando de R\$ 45,9 milhões (R\$ 45,3 milhões no passivo circulante e R\$ 0,6 milhão no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 30,0 milhões (R\$ 25,1 milhões no passivo circulante e R\$ 4,9 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa redução decorreu principalmente da amortização de R\$ 10,8 milhões referente a passivos regulatórios que estavam classificados como “outros passivos” em 2007 e da reclassificação de R\$ 8,0 milhões de “outros passivos” para “passivos regulatórios”. Todos os saldos de passivos regulatórios foram reclassificados a partir de 2008 para a rubrica de passivos regulatórios, portanto, essa reclassificação de ser levada em consideração na análise de variação.



## Patrimônio líquido

A conta de patrimônio líquido apresentou um aumento de 1,9%, passando de R\$ 1.082,4 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 1.103,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu, principalmente, da constituição de reserva legal no montante de R\$ 19,5 milhões sobre o lucro líquido do exercício de 2008 que foi contabilizado na conta de reserva legal no balanço patrimonial.

## Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007

### Principais Variações nas Contas de Resultado

|   | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008 |                    | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007 |                    | Variação         |               |
|---|--|--------------------|--|--------------------|------------------|---------------|
|   | R\$ mil  | % da Receita Total | Reapresentação                                       |                    | R\$ mil          | %             |
|   |  |                    | R\$ mil  | % da Receita Total |                  |               |
| <b>Receitas operacionais</b>                                    | <b>3.719.874</b>                                     | <b>100,0</b>       | <b>3.582.762</b>                                     | <b>100,0</b>       | <b>137.112</b>   | <b>3,8</b>    |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        | <b>(1.207.397)</b>                                   | <b>(32,5)</b>      | <b>(1.326.689)</b>                                   | <b>(37,0)</b>      | <b>119.292</b>   | <b>(9,0)</b>  |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>2.512.477</b>                                     | <b>67,5</b>        | <b>2.256.073</b>                                     | <b>63,0</b>        | <b>256.404</b>   | <b>11,4</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     | <b>(1.328.595)</b>                                   | <b>(35,7)</b>      | <b>(1.070.771)</b>                                   | <b>(29,9)</b>      | <b>(257.824)</b> | <b>24,1</b>   |
| Energia comprada para revenda                                   | (1.461.478)  | (39,3)             | (1.181.576)  | (33,0)             | (279.902)        | 23,7          |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 | 132.883  | 3,6                | 110.805  | 3,1                | 22.078           | 19,9          |
| <b>Custo da operação</b>  | <b>(386.632)</b>                                     | <b>(10,4)</b>      | <b>(337.050)</b>                                     | <b>(9,4)</b>       | <b>(49.582)</b>  | <b>14,7</b>   |
| Gastos com pessoal  | (131.601)  | (3,5)              | (129.277)  | (3,6)              | (2.324)          | 1,8           |
| Gastos com materiais  | (24.875)   | (0,7)              | (23.659)   | (0,7)              | (1.216)          | 5,1           |
| Gastos com serviços de terceiros                                | (71.708)   | (1,9)              | (66.735)   | (1,9)              | (4.973)          | 7,5           |
| Depreciação e outras amortizações                               | (116.981)  | (3,1)              | (113.851)  | (3,2)              | (3.130)          | 2,7           |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (45.516)   | (1,2)              | (19.044)   | (0,5)              | (26.472)         | 139,0         |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              | 4.049  | 0,1                | 15.516   | 0,4                | (11.467)         | (73,9)        |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  | <b>797.250</b>                                       | <b>21,4</b>        | <b>848.252</b>                                       | <b>23,7</b>        | <b>(51.002)</b>  | <b>(6,0)</b>  |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    | <b>(167.198)</b>                                     | <b>(4,5)</b>       | <b>(146.256)</b>                                     | <b>(4,1)</b>       | <b>(20.942)</b>  | <b>14,3</b>   |
| Despesas com vendas   | (19.532)   | (0,5)              | (13.089)   | (0,4)              | (6.443)          | 49,2          |
| Despesas gerais administrativas                                 | (63.543)   | (1,7)              | (64.495)   | (1,8)              | 952              | (1,5)         |
| Amortização do ágio   | (7.348)  | (0,2)              | (7.348)  | (0,2)              | -                | -             |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (76.775)   | (2,1)              | (61.324)   | (1,7)              | (15.451)         | 25,2          |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     | <b>630.052</b>                                       | <b>16,9</b>        | <b>701.996</b>                                       | <b>19,6</b>        | <b>(71.944)</b>  | <b>(10,2)</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>(140.232)</b>                                     | <b>(3,8)</b>       | <b>(147.508)</b>                                     | <b>(4,1)</b>       | <b>7.276</b>     | <b>(4,9)</b>  |
| Receitas financeiras  | 66.841   | 1,8                | 103.117  | 2,9                | (36.276)         | (35,2)        |
| Despesas financeiras  | (110.973)  | (3,0)              | (152.860)  | (4,3)              | 41.887           | (27,4)        |
| Variação cambial e monetária, líquidas                          | (28.386)   | (0,8)              | (30.180)   | (0,8)              | 1.794            | (5,9)         |
| Juros sobre capital próprio                                     | (67.714)   | (1,8)              | (67.585)   | (1,9)              | (129)            | 0,2           |
| <b>Resultado operacional</b>                                    | <b>489.820</b>                                       | <b>13,2</b>        | <b>554.488</b>                                       | <b>15,5</b>        | <b>(64.668)</b>  | <b>(11,7)</b> |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> | <b>489.820</b>                                       | <b>13,2</b>        | <b>554.488</b>                                       | <b>15,5</b>        | <b>(64.668)</b>  | <b>(11,7)</b> |
| Imposto de renda  | (74.867)   | (2,0)              | (79.288)   | (2,2)              | 4.421            | (5,6)         |
| Contribuição social   | (25.754)   | (0,7)              | (30.641)   | (0,9)              | 4.887            | (15,9)        |
| Imposto de renda diferido                                       | (47.633)   | (1,3)              | (34.536)   | (1,0)              | (13.097)         | 37,9          |
| Contribuição social diferida                                    | (17.493)   | (0,5)              | (10.751)   | (0,3)              | (6.742)          | 62,7          |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         | 67.714   | 1,8                | 67.585   | 1,9                | 129              | 0,2           |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>391.787</b>                                       | <b>10,5</b>        | <b>466.857</b>                                       | <b>13,0</b>        | <b>(75.070)</b>  | <b>(16,1)</b> |

## Receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,7 bilhões, registrando aumento de 3,8%, quando comparado ao mesmo período de 2007 que foi de R\$ 3,6 bilhões. Do total da receita, 98,3% equivalia à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, conforme quadro abaixo:

|   | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de |           |                |           | Variação |         |          |        |
|---|---|-----------|----------------|-----------|----------|---------|----------|--------|
|   | 2008  |           | 2007           |           |          |         |          |        |
|   | MWh (*)   | R\$ mil   | MWh (*)        | R\$ mil   | R\$ mil  | %       | MWh      | %      |
|   |   |           | Reapresentação |           |          |         |          |        |
| <b>Receita operacional bruta</b>          | 10.875.942                                      | 3.719.874 | 10.093.479     | 3.582.762 | 137.112  | 3,8     | 782.463  | 7,8    |
| Fornecimento para consumidores            | 10.844.888                                      | 3.404.837 | 9.970.626      | 3.327.919 | 76.918   | 2,3     | 874.262  | 8,8    |
| Residencial                               | 3.346.662                                       | 1.337.752 | 3.183.538      | 1.371.474 | (33.722) | (2,5)   | 163.124  | 5,1    |
| Industrial                                | 4.052.253                                       | 1.076.460 | 3.463.548      | 912.710   | 163.750  | 17,9    | 588.705  | 17,0   |
| Comercial                                 | 1.580.340                                       | 555.913   | 1.490.276      | 575.657   | (19.744) | (3,4)   | 90.064   | 6,0    |
| Rural                                     | 807.284   | 158.079   | 809.283        | 175.087   | (17.008) | (9,7)   | (1.999)  | (0,2)  |
| Poder público                             | 229.411   | 77.256    | 262.473        | 104.733   | (27.477) | (26,2)  | (33.062) | (12,6) |
| Iluminação pública                        | 428.920   | 89.109    | 394.739        | 92.347    | (3.238)  | (3,5)   | 34.181   | 8,7    |
| Serviço público                           | 400.018   | 110.268   | 366.769        | 95.911    | 14.357   | 15,0    | 33.249   | 9,1    |
| Outras receitas                           | 31.054  | 315.037   | 122.853        | 254.843   | 60.194   | 23,6    | (91.799) | (74,7) |
| CCEE                                      | 31.054  | 12.810    | 122.853        | 13.497    | (687)    | (5,1)   | (91.799) | (74,7) |
| Receita do reposicionamento tarifário     | -   | -         | -              | (93.353)  | 93.353   | (100,0) | N/A      | N/A    |
| Receita de uso do sistema de distribuição | -   | 252.407   | -              | 300.400   | (47.993) | (16,0)  | N/A      | N/A    |
| Outras receitas                           | -   | 49.820    | -              | 34.299    | 15.521   | 45,3    | N/A      | N/A    |

(\*) informações não auditadas pelos auditores independentes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Elektro forneceu 10,8 GWh de energia elétrica a seus Clientes Finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Nesse período, destacou-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, muito embora atenuado em seu último trimestre pela crise mundial, o consumo em MWh da classe industrial cresceu 17% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. O crescimento em volume de MWh da classe industrial foi justificado pelo aquecimento da economia como um todo e, em particular, do setor de construção civil, ocorrida no primeiro semestre de 2008.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o consumo em MWh das classes residencial e comercial cresceu 5,1% e 6,0%, respectivamente, quando comparados com o mesmo período do exercício anterior em termos de MWh. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento dessas duas classes.

Em 31 de dezembro de 2008, a base de clientes da Elektro era de 2.067.151 clientes. Neste exercício houve um acréscimo de 62.258 novos clientes, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao exercício social anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita agregada de fornecimento de energia foi de R\$ 3.657,2 milhões (receita de fornecimento R\$ 3.404,8 milhões e uso do sistema R\$ 252,4 milhões) contra R\$ 3.628,9 milhões (receita de fornecimento R\$ 3.327,9 milhões e uso do sistema R\$ 300,4 milhões) no exercício social anterior), mantendo-se estável com uma variação de 0,8%. Esse desempenho ocorreu em razão dos efeitos da revisão tarifária ocorrida em agosto de 2007 com reajuste médio negativo de 18,59%, compensado parcialmente com o reajuste tarifário positivo de 10,91% na média em agosto de 2008, composto por 5,76% referente ao reajuste tarifário anual (índice de IGP-M aplicável sobre a Parcela B deduzido do Fator X, e 5,15% correspondente a compensações financeiras pertinentes relativas à CVA, subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da revisão tarifária de 2007, entre outros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, foi concluída a amortização de receita de reposicionamento tarifário, que corresponde ao diferimento de 8,44% do aumento da tarifa de 28,69% concedido na primeira Revisão Tarifária da Elektro. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003 e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, não houve a amortização de receita de reposicionamento tarifário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita de uso do sistema de distribuição foi de R\$ 252,4 milhões, contra R\$ 300,4 milhões no exercício social anterior. A redução de 16% é reflexo da migração de clientes da base “livre” para “cativo”.

#### **Deduções às receitas operacionais**

As deduções às receitas operacionais apresentaram uma redução de 9,0%, passando de R\$ 1.326,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 1.207,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A redução de R\$ 119,2 milhões, quando comparada com o exercício anterior, é devida: (i) redução de R\$ 66,4 milhões na quota anual de CCC determinada pela ANEEL no início do ano; e (ii) redução do ICMS em R\$ 39,8 milhões em virtude da redução da receita das classes residencial e comercial que possuem as alíquotas mais elevadas.

#### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica cresceu em 24,1%, passando de R\$1.070,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$1.328,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido ao incremento na quantidade de energia comprada impulsionado pelo aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado de curto prazo.

#### **Custo da operação**

##### **Gastos com pessoal**

O gasto com pessoal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 131,6 milhões comparados a R\$ 129,3 milhões no exercício social anterior. O aumento de 1,8% ocorreu em razão, basicamente, do reajuste salarial de 6,8% ocorrido em junho de 2008.

##### **Gastos com materiais**

O aumento dos gastos com materiais em 5,5%, passando de R\$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, dos gastos com manutenção e modernização do sistema elétrico.

##### **Gastos com serviços de terceiros**

O aumento dos gastos com serviços de terceiros em 7,6%, passando de R\$ 66,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, (a) do repasse da inflação do período ocorrido no momento da renovação, reajuste anual e da contratação de serviços relacionados à manutenção e modernização do sistema elétrico, dentre eles manutenção de redes, linhas, subestações e linhas de transmissão e (b) do aumento (não recorrente) de alguns serviços administrativos especialmente em despesas com honorários advocatícios terceirizados.

#### **Outras despesas operacionais líquidas**

Considerando-se as contas dos grupos “custo da operação” e “despesas operacionais”, o aumento das outras despesas operacionais líquidas, em 52,2%, passando de R\$ 80,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 122,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, da reversão de provisão no valor de R\$ 37,9 milhões em 2007, referente à ação judicial de ICMS sobre demanda que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Elektro, o risco de perda passou a ser avaliado como remoto. Referido crédito foi efetuado na conta de outras despesas operacionais líquidas em 2007.

#### **Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação**

A conta de créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação apresentou uma redução de 73,9%, passando de R\$ 15,5 milhões, no exercício social de 2007, para R\$ 4,1 milhões em 2008 devido, principalmente, a alteração do critério de contabilização dos créditos de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado a partir de dezembro de 2007, que anteriormente reduziam as despesas operacionais e passaram a ser deduzidos da própria conta de ativo imobilizado.

## Despesas operacionais

### Despesas com vendas

O aumento em 49,2% com as despesas de venda, passando de R\$ 13,1 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 19,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu basicamente em razão: (i) aumento de R\$ 1,0 milhão nas despesas de pessoal com vendas em virtude do reajuste salarial de 6,8% ocorrido em junho de 2008 e pagamentos de indenizações ocorridas em 2008; (ii) aumento de R\$ 1,1 milhão nos gastos com serviços de leitura de medidores; e (iii) aumentos diversos nas despesas de marketing, propaganda e publicidade, despesas com medição, entrega e cobrança de contas de energia elétrica, materiais relacionados com as atividades de vendas e serviços administrativos.

### Despesas gerais e administrativas

A redução de 1,5% nas despesas gerais e administrativas, passando de R\$ 64,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 63,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Nessa rubrica são registradas as despesas incorridas que estão relacionadas com a gestão ou direção da Elektro, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, algumas despesas legais e judiciais, materiais de escritório, depreciação de ativos imobilizados utilizados nas atividades administrativas e despesas de viagem de pessoal administrativo.

### Amortização mais valia do imobilizado

O montante de R\$ 7,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se a ao valor anual de amortização da mais-valia de ativo imobilizado que teve origem no ágio pela incorporação da TIL pela Elektro em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de 4,9% em relação ao exercício social anterior. Vide maiores detalhes no quadro abaixo:

|  | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de |                       | Variação        |               |
|--|---|-----------------------|-----------------|---------------|
|  | 2008 - R\$ mil                                  | 2007 - R\$ mil        | R\$ mil         | %             |
| <b>Resultado financeiro</b>                        |   |                       |                 |               |
|  |   | <b>Reapresentação</b> |                 |               |
| <b>Receitas financeiras</b>                        | <b>66.841</b>                                   | <b>103.117</b>        | <b>(36.276)</b> | <b>(35,2)</b> |
| Aplicações financeiras                             | 25.695  | 58.040                | (32.345)        | (55,7)        |
| Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso | 34.491  | 39.958                | (5.467)         | (13,7)        |
| Outras receitas financeiras                        | 6.655   | 5.119                 | 1.536           | 30,0          |
| <b>Despesas financeiras</b>                        | <b>(110.973)</b>                                | <b>(152.860)</b>      | <b>41.887</b>   | <b>(27,4)</b> |
| CPMF   | (312)   | (19.601)              | 19.289          | (98,4)        |
| Juros sobre empréstimos com terceiros              | (32.710)  | (19.499)              | (13.211)        | 67,8          |
| Juros sobre debêntures                             | (64.710)  | (95.629)              | 30.919          | (32,3)        |
| Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas        | -   | (4.241)               | 4.241           | N/A           |
| Outras despesas financeiras                        | (13.241)  | (13.890)              | 649             | (4,7)         |
| <b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>      | <b>(28.386)</b>                                 | <b>(30.180)</b>       | <b>1.794</b>    | <b>(5,9)</b>  |
| <b>Juros sobre Capital Próprio</b>                 | <b>(67.714)</b>                                 | <b>(67.585)</b>       | <b>(129)</b>    | <b>0,2</b>    |
| <b>Total</b>                                       | <b>(140.232)</b>                                | <b>(147.508)</b>      | <b>7.276</b>    | <b>(4,9)</b>  |

A variação negativa de 55,7% na conta de receitas com aplicações financeiras, no montante de R\$ 32,3 milhões ocorreu em razão, principalmente, do fato de que, durante todo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o saldo de caixa da Elektro foi menor do que o do exercício anterior em razão: (i) do resgate antecipado de debêntures da 2ª Emissão, no final de 2007, no valor de

R\$ 287,8 milhões de principal; (ii) do pagamento de dividendos intermediários que a Elektro passou a fazer a partir do segundo semestre de 2007; e (iii) dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziram as tarifas aplicadas até agosto de 2008 em 18,59% e, portanto, os valores arrecadados.

O fim da CPMF ao final de 2007 influenciou positivamente no resultado financeiro da Elektro em R\$ 19,3 milhões.

O aumento da conta de juros sobre empréstimos com terceiros de 67,8% no montante de R\$ 13,2 milhões é devido as novas captações de recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio das seguintes linhas de financiamento já existentes: (i) BNDES: R\$ 99,4 milhões, através de agentes financeiros; (ii) ELETROBRÁS: R\$ 24,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e (iii) FINEP: R\$ 5,8 milhões.

A conta de juros sobre debêntures da 2ª Emissão passou de R\$ 95,6 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 64,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Isso representou uma variação negativa de 32,3% e foi ocasionada devido ao resgate antecipado das debêntures ao final de 2007.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram em 6,8%, passando de R\$ 155,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 165,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, do efeito na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social devido ao término da amortização do reposicionamento tarifário da Elektro, que influenciou o imposto diferido em 2007. A referida taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social, calculada com base no total da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o saldo da rubrica "lucro antes da contribuição social e do imposto de renda", passou de 28%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, para 34%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

### **Lucro Líquido**

A Elektro registrou uma redução no lucro líquido de 16,1% que passou de R\$ 466,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 391,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, em virtude das variações acima descritas.

#### ***Resultado do primeiro trimestre de 2010***

Nos três primeiros meses de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1,2 bilhão, registrando aumento de 15,2%, quando comparado ao mesmo período de 2009.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 768,0 milhões, registrando crescimento de 14,2% em relação ao período de janeiro a março de 2009. O incremento observado deve-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, aliado ao maior volume de energia fornecida a clientes finais observado em todas as classes de consumo.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 23,9% em comparação ao mesmo período de 2009, devido ao incremento no volume comprado, relacionado com o volume vendido, combinado com reajustes contratuais na compra de energia.

A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 222,8 milhões, apresentando discreta redução (1,4%) em relação ao primeiro trimestre de 2009. Os resultados registrados no primeiro trimestre de 2009 foram fortemente impactados pelas temperaturas bastante elevadas, que impulsionaram o consumo de energia das classes residencial e comercial, que apresentam as tarifas mais elevadas. Este efeito elevou a base de comparação entre esses trimestres. Adicionalmente, o primeiro trimestre de 2010 foi impactado pelo registro dos efeitos do Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão da Elektro, retroativos a fevereiro de 2010 no montante de R\$ 4,3 milhões. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 6.7 das Informações Trimestrais

O resultado do serviço foi de R\$ 188,3 milhões, 2,8% menor em relação ao mesmo período de 2009.

O resultado financeiro acumulado em março de 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 14,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões em relação a 2009, devido, basicamente, à inflação medida pelo IGP-M em 2010, que reajusta a 1ª série da 2ª Emissão da Elektro, que em 31 de março de 2010 representava 30% da dívida da Companhia, conforme pode ser calculado

na tabela do item 10.1 deste Formulário de Referência. O IGP-M acumulado em março de 2010 foi de 2,8% comparado a 0,92% acumulado em março de 2009.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 114,0 milhões em março de 2010, comparado a R\$ 124,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

| <b>Conciliação EBITDA</b>   | <b>No Trimestre Encerrado<br/>em 31 de Março de<br/>2010 - R\$ mil</b> |
|---|--|
| <b>Lucro líquido</b>  | <b>114.044</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social                            | 60.043   |
| Depreciação e outras amortizações                                 | 32.660   |
| Amortização da mais valia do imobilizado                          | 1.837  |
| Resultado financeiro  | 14.261   |
| Reversão da despesa financeira com Juros<br>sobre capital próprio | -  |
| <b>EBITDA</b>   | <b>222.845</b>   |

Obs.: O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP.

### **Resultado de 2009**

Durante o ano de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões e a receita operacional líquida foi de R\$ 2,7 bilhões, registrando aumento de 8,5% e 6% respectivamente, quando comparadas a 2008.

O incremento observado deve-se aos reajustes tarifários de agosto de 2008 e agosto 2009 que implicaram em aumento médio das tarifas da Elektro de 10,91% e 12,19% respectivamente, sendo que o reajuste de 2008 afetou as receitas da Elektro de janeiro a agosto e o de 2009 de setembro a dezembro. Outro motivo do aumento foi o crescimento do consumo de energia pelas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas e registraram ritmo mais forte de crescimento do que as demais classes de consumo. Essa variação positiva foi parcialmente reduzida pelo efeito negativo do resultado definitivo da revisão tarifária de agosto de 2007, no valor de R\$ 55,8 milhões.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 9,4% em comparação ao mesmo período de 2008, devido ao incremento no volume comprado e aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra.

A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 752,4 milhões, apresentando leve queda de 0,3% em relação a 2008. O resultado do serviço foi de R\$ 618,7 milhões, com retração de 1,8% sobre o resultado de 2008.

O resultado financeiro acumulado em 2009 foi uma receita líquida de R\$ 2,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 143,2 milhões em relação a 2008, causado principalmente por (i) reversão de R\$ 95,8 milhões na provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos da Lei Complementar nº 70/91 e da Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009; e (ii) deflação do IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª Emissão, que em 31 de dezembro de 2009 representava 29% da



dívidada Companhia, conforme pode ser calculado na tabela do item 10.1 deste Formulário de Referência.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 485,6 milhões em 2009, comparado a R\$ 391,8 milhões do ano anterior. Excluindo-se os impactos dos itens não recorrentes referentes ao registro dos efeitos negativos do resultado definitivo da revisão tarifária de 2007, e à reversão da provisão relativa à incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, o lucro do período seria de R\$ 459,2 milhões, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre esses efeitos.

|  | No Exercício<br>Social Encerrado<br>em 31 de<br>Dezembro de |
|--|---|
| Conciliação EBITDA   | 2009 - R\$ mil  |
| <b>Lucro líquido</b>   | <b>485.567</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social                         | 203.633   |
| Depreciação e outras amortizações                              | 126.312   |
| Amortização da mais valia do imobilizado                       | 7.348   |
| Resultado financeiro   | (2.925)   |
| Reversão da despesa financeira com Juros sobre capital próprio | (67.559)  |
| <b>EBITDA</b>  | <b>752.376</b>  |

Obs.: O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP.

### Resultado de 2008

Durante o ano de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,7 bilhões e a receita operacional líquida foi de R\$ 2,5 bilhões, registrando aumento de 3,8% e 11,4% respectivamente, quando comparadas a 2007.

O incremento observado deve-se basicamente ao aumento do consumo na área de concessão da Elektro e aos efeitos do reajuste tarifário de 2008 de 10,91% sobre as tarifas de setembro a dezembro de 2008. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pela revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziu as tarifas em média de 18,59%, resultando em impacto negativo sobre as receitas de setembro de 2007 a agosto de 2008.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 24,1% em comparação ao mesmo período de 2007, devido ao incremento na quantidade comprada em virtude do aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

A Elektro encerrou o ano de 2008 com EBITDA, de R\$ 754,4 milhões, 8,4% menor em relação ao mesmo período de 2007 e o resultado do serviço foi de R\$ 630,1 milhões, com redução de 10,2% sobre o resultado de dezembro de 2007.

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos, apresentando redução de 4,9% em relação a 2007, devido principalmente a menores despesas com juros em função do resgate antecipado de debêntures em 2007, e pelo fim da cobrança da CPMF.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 391,8 milhões em dezembro de 2008, comparado a R\$ 466,9 milhões no ano anterior.

| <b>Conciliação EBITDA</b>                                      | <b>No Exercício Social<br/>Encerrado em 31<br/>de Dezembro de<br/>2008 - R\$ mil</b> |
|--|--|
| <b>Lucro líquido</b>   | <b>391.787</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social                         | 165.747  |
| Depreciação e outras amortizações                              | 116.981  |
| Amortização da mais valia do imobilizado                       | 7.348  |
| Resultado financeiro   | 140.232  |
| Reversão da despesa financeira com Juros sobre capital próprio | (67.714)   |
| <b>EBITDA</b>  | <b>754.381</b>   |

Obs.: O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP.

#### **B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Companhia e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos prevêem revisões tarifárias a cada quatro anos, em que as tarifas são calculadas visando ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. A última revisão tarifária da Companhia ocorreu em agosto de 2007. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação. Os reajustes tarifários da Companhia ocorrem anualmente (intra revisão) em 27 de agosto.

Dentre os custos não-gerenciáveis, cujas variações são repassadas às tarifas anualmente, destaca-se o custo da energia comprada de Itaipu, denominada em dólares norte-americanos. No primeiro trimestre de 2010, a energia de Itaipu representou 22,5% das compras de energia da Companhia (24% no ano de 2009).

O mecanismo de revisões e reajustes tarifários conta ainda com a CVA – Conta de Compensação dos Itens da Parcela A. A CVA é uma conta de compensação que acumula variações positivas ou negativas dos custos não-gerenciáveis entre reajustes ou revisões tarifárias, que são registradas como ativos ou passivos regulatórios, de modo a não impactar os resultados da Companhia. Tais variações são acumuladas e corrigidas pela taxa básica de juros (Selic) e repassadas às tarifas no reajuste ou revisão subsequente.

Finalmente, as receitas da Companhia podem ainda ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição cresceu 11,8% no acumulado dos três primeiros meses de 2010, sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 1.117,8 milhões contra R\$ 999,7 milhões em 2009. Este desempenho deveu-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, combinado ao incremento no volume de energia fornecida a clientes finais e forte crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentaram tarifas mais elevadas, aliado à retomada da atividade industrial.

Em 2009, a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição cresceu 11,7% quando comparada à receita de 2008. Este desempenho deve-se aos efeitos dos reajustes tarifários ocorridos em 2008 e 2009, com incremento médio nas tarifas de 10,91% e 12,19%, respectivamente, combinado ao acréscimo no volume de energia fornecida a clientes finais, fortemente impulsionado pelo crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento no consumo de 6,0% e 7,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se, principalmente, às altas temperaturas registradas durante o primeiro trimestre, novembro e dezembro de 2009, bem como pela retomada da oferta de crédito a pessoas físicas. Este acréscimo foi parcialmente compensado pela redução no consumo de energia da classe industrial, 3,6%, em consequência dos efeitos da crise financeira internacional. O consumo total de energia elétrica na área de concessão da Elektro sofreu redução de 0,3% em comparação com 2008.

No ano de 2008 a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição manteve-se estável com variação de 0,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho ocorreu devido aos efeitos da revisão tarifária, ocorrido em agosto de 2007, com reajuste médio negativo de 18,59%. O total de consumo de energia na área de concessão da Elektro foi 3,9% maior em relação a 2007.

Em 2007, a receita de fornecimento de energia foi 0,6% menor quando comparado com 2006. Esta redução deve-se ao impacto negativo pela alteração no critério de estimativa de Receita Não Faturada e aos efeitos da revisão tarifária média negativa de 18,59% ocorrida em agosto daquele ano.

### **C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado principalmente pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais.

O resultado financeiro é influenciado pelas variações dos indexadores dos instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia, principalmente as taxas de juros (CDI e TJLP) e a inflação (IGP-M). A companhia não possui qualquer instrumento financeiro denominado em moeda estrangeira ou qualquer instrumento derivativo.

Os comentários sobre as variações do resultado operacional estão descritos no item 10.2.a.

O resultado financeiro acumulado em março de 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 14,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões em relação a 2009, devido, basicamente, à inflação medida pelo IGP-M em 2010, que reajusta a 1ª série da 2ª Emissão da Elektro, que em 31 de março de 2010 representava 30% da dívida da Companhia, conforme pode ser calculado na tabela do item 10.1 deste Formulário de Referência. O IGP-M acumulado em março de 2010 foi de 2,8% comparado a 0,92% acumulado em março de 2009.

O resultado financeiro acumulado em 2009 foi uma receita líquida de R\$ 2,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 143,2 milhões em relação a 2008, causado principalmente pela reversão de R\$ 95,8 milhões na provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre

receitas financeiras, constituída nos termos da Lei Complementar nº 70/91 e da Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

No ano de 2008, o resultado financeiro foi de R\$ 140,2 milhões negativos, apresentando redução de 4,9% em relação a 2007, devido principalmente a menores despesas com juros em função do resgate antecipado de debêntures em 2007, e pelo fim da cobrança da CPMF.

Em 2007, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 147,5 milhões, R\$ 120,5 milhões superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, decorrente dos seguintes efeitos: (i) resgates antecipados de debêntures; e (ii) menores receitas financeiras incidentes sobre os ativos regulatórios, em função da redução da taxa de juros Selic, e do efeito de amortização desses ativos regulatórios (CVA, Parcela A e perdas decorrentes do racionamento) no período.

**10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados, quanto a:**

**A. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional, entre os anos de 2007 e 2009, até 31 de março de 2010.

**B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não possui participação societária em nenhuma sociedade.

**C. Eventos ou operações não usuais**

Em 2007 e 2009 ocorreram eventos não recorrentes que afetaram o resultado da Companhia.

Em 2007 a Elektro reverteu uma provisão relacionada à discussão sobre a definição da base de cálculo do ICMS sobre demanda no valor de R\$ 37,9 milhões. Os diretores entendem que essa reversão afetou o resultado de forma relevante.

Ainda em 2007, em decorrência da análise histórica da evolução da Receita Não Faturada, no segundo trimestre de 2007, os diretores informam que a Elektro efetuou uma mudança no critério de estimativa dessa rubrica com o propósito de ter uma melhor aderência aos valores que efetivamente vem se realizando. Como consequência, os diretores acreditam que o faturamento foi impactado negativamente em R\$ 54,6 milhões.

Em 2009 a ANEEL definiu o resultado final da revisão tarifária de 2007, até então provisório, que implicou em uma redução média das tarifas da Elektro em 20,52% ao invés de 18,59% apurado naquela data. Segundo os diretores essa revisão implicou em um impacto negativo na receita operacional bruta de 2009 de R\$ 55,8 milhões, referente aos valores arrecadados de agosto de 2007 a agosto de 2009 que estão sendo devolvidos aos consumidores.

Ainda em 2009 a Elektro reverteu uma provisão relacionada à incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$ 95,8 milhões. Os diretores entendem que tal reversão impactou positivamente o resultado financeiro.

**10.4. Comentários dos diretores sobre:**

**A. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Essas mudanças nas práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A Lei nº 11.638/07 ainda foi alterada pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09.

Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade, sejam emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pela CVM.

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, que, sob o ponto de vista dos diretores, impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia estão apresentadas na nota explicativa n.º 2 das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007. Nesta mesma nota explicativa, estão demonstrados os ajustes realizados aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, reapresentados para permitir a adequada comparabilidade das informações apresentadas.

Adicionalmente, os diretores entendem que as práticas e critérios contábeis adotados no preparo das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em continuidade ao processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e regulamentação das práticas contábeis, foram editados novos pronunciamentos e interpretações técnicos com aplicação obrigatória a partir 1º de janeiro de 2010, com registro e divulgação dos impactos até o final do exercício de 2010, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 603/09, alterada pela Deliberação CVM nº 626, de 31 de março de 2010. A relação dos pronunciamentos e interpretações que podem trazer impactos à Elektro estão apresentados na nota explicativa n.º 2.1 das Informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2010, e seus respectivos efeitos estão sendo analisados pela Administração da Companhia. Desta maneira, as demonstrações financeiras incluídas neste Formulário de Referência podem sofrer modificações oriundas da aplicação dos novos pronunciamentos.

## **B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, a Elektro passou a registrar os contratos de arrendamento mercantil, considerados como financeiros, como ativo imobilizado em contrapartida a um passivo, de acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08.

Ainda, os diretores crêem que as demais alterações introduzidas pela legislação em questão não trouxeram efeitos patrimoniais e de resultado significativos.

## **C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

As informações financeiras constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2010 e das demonstrações de resultado referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009 foram elaboradas pela Companhia de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e incluem as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e posteriores regulamentações decorrentes dos pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e vigentes até 31 de dezembro de 2009 e revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC. O relatório de revisão especial emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais do período encerrado em 31 de março de 2010, inclui parágrafo de ênfase quanto ao fato de que a Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, alterada pela Deliberação CVM nº 626, de 31 de março de 2010, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às Informações Trimestrais e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.



O parecer de auditoria, que foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, relativo às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foi emitido em 25 de fevereiro de 2010 pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e não conteve ressalvas ou parágrafo de ênfase.

O parecer de auditoria, que foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, relativo às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foi emitido em 2 de março de 2009 pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas e inclui parágrafos de ênfase quanto: (i) ao fato das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, terem sido ajustadas e reapresentadas conforme previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC nº 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Correção de Erros”. Essa questão está mencionada na nota explicativa nº 2 daquelas demonstrações financeiras, e (ii) ao fato de que nossos exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas tomadas no seu conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que foi apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referida demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria que as demonstrações financeiras básicas.

#### **10.5. Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor**

As Demonstrações Financeiras da Elektro são preparadas com base na determinação e registro de alguns ativos, passivos, receitas e despesas apurados de acordo com estimativas contábeis baseadas em experiência da Administração quanto à realização desses valores e Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais a Companhia considera críticas. Os diretores acreditam que a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação e para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

As principais práticas contábeis, consideradas críticas pelos diretores da Companhia são:

##### **Ativos e passivos regulatórios**

Em conformidade com a legislação em vigor com extensa regulamentação emitida pela ANEEL por meio de diversos atos e resoluções e ainda de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Companhia reconhece no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária.

##### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na expectativa de realização da Administração que a considera suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis, e está consistente com o Manual de Contabilidade do Serviço Elétrico (MCSE) e com a legislação tributária em vigor.

##### **Receita não faturada**

Com base no fornecimento de energia elétrica efetuado em um determinado mês, mas ainda a ser faturado no mês seguinte de acordo com os períodos de faturamento da Companhia, é contabilizada a receita não faturada em contrapartida às contas a receber de consumidores.



## **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, as alíquotas básicas são de 25% e 9% respectivamente. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da ICVM 371. A projeção para realização desses valores está baseada em expectativa de resultados tributáveis e realização das diferenças temporárias.

## **Depreciação e amortização**

A depreciação acumulada relativa aos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, estando as taxas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa da ANEEL nº 240/06 e suas respectivas vidas úteis. A parcela do ágio referente a mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos determinada em função da vida útil média dos bens existentes àquela época e se refere à incorporação da controladora Terraço. As obrigações especiais, demonstradas como redutoras do ativo imobilizado, são registradas pelo valor recebido de consumidores e União e, de acordo com a regulamentação da ANEEL, são amortizadas pela taxa média do ativo imobilizado em serviço.

## **Ajuste a valor presente**

De acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08 a Companhia analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação e vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

## **Plano de pensão**

A Elektro contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da Contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

## **Plano especial de aposentadoria**

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões, de forma consistente ao Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

## **Provisão para ações judiciais**

As demandas de natureza judicial da Companhia são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

## **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Com base nas determinações do CPC 01 (Deliberação CVM nº 527/08), e frente ao fato de não existir qualquer ativo de vida útil indefinida, a Companhia periodicamente avalia se existe qualquer indicador de desvalorização de seus ativos de longo prazo a fim de determinar seus respectivos valores recuperáveis. A Companhia não identificou indicadores de perda de valor

de seus ativos de longo prazo, tanto em decorrência dos resultados obtidos ao longo dos anos, como por fatores econômicos e regulatórios, vez que grande parte dos ativos da Companhia tem garantia regulatória de recuperação. No que se refere ao intangível, este está relacionado ao ágio, cuja vida útil é finita, por ser um direito de exploração da concessão de um serviço público.

## **PIS e COFINS**

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de 22 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia.

## **Estimativas contábeis**

A Companhia determina e registra determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas estimativas estão relacionadas principalmente a contas a receber não faturadas, provisão para crédito de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, provisão para ações judiciais, provisão do plano de pensão e provisão do plano especial de aposentadoria. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados e para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

### **10.6. Comentários dos Diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, conforme:**

#### **A. Grau de eficiência dos controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Visando mitigar os riscos que podem impactar significativamente suas demonstrações financeiras, a Companhia, anualmente, avalia seus riscos financeiros em conjunto com as áreas responsáveis a fim de atualizar a matriz de risco e o fluxograma dos 10 processos de negócio que foram mapeados dentro dos requerimentos da Lei Norte Americana *Sarbanes-Oxley*. Todos os controles internos estabelecidos para mitigar os riscos relevantes financeiros são testados por um time independente, entendendo os diretores que os seus resultados têm contribuído para o fortalecimento da efetividade desses controles, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização. Adicionalmente, em 2009, a Companhia incorporou um robusto sistema de controles de acessos de seus principais sistemas corporativos assegurando um maior controle de segregação de função sobre as atividades financeiras da empresa.

Com base no resultado destas atividades, os diretores da Companhia acreditam que seu ambiente de controles internos é adequado com o grau de eficiência bastante satisfatório.

#### **B. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Nossos auditores não efetuaram seus procedimentos com o objetivo de opinar, e não opinaram, sobre os nossos sistemas de controles internos, uma vez que este não foi o escopo do trabalho. O objetivo do trabalho foi emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e não sobre o nosso sistema de controles internos.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, nossos auditores emitiram “Cartas comentário – memorandos de sugestões sobre procedimentos contábeis e controles internos”. Estes documentos não apontaram deficiências ou recomendações que pudessem impactar significativamente nossas Demonstrações Financeiras.

#### **10.7. Comentários dos diretores sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários**

##### **A. Utilização dos recursos resultantes da oferta**

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008 não houve captações. Contudo, em 2009, a Companhia realizou a 3ª Emissão Simples, não conversíveis em ações, quirografárias, sendo que:

- i. Aproximadamente 40% dos recursos foram utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, obtida em 24 de abril de 2009;
- ii. Aproximadamente 60% dos recursos foram utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª Emissão.

##### **B. Desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Os diretores acreditam que não houve desvios na aplicação dos recursos da 3ª Emissão, assim como nos recursos da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

#### **10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

##### **A. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

###### **(i) Arrendamento mercantil operacional**

A Elektro possui contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos no encerramento de 31 de dezembro de 2009 e 31 de março de 2010, respectivamente (R\$ mil):

| Vencimento dos pagamentos<br>futuros em R\$ mil - (31/12/2009) |               |
|--|---------------|
| 2010   | 4.373         |
| 2011   | 3.334         |
| 2012   | 2.071         |
| 2013   | 1.968         |
| 2014   | 1.968         |
| Total  | <u>13.714</u> |

Vencimento dos pagamentos  
futuros em R\$ mil - (31/03/2010)

|                   |               |
|-------------------|---------------|
| 2010 (nove meses) | 3.023         |
| 2011              | 3.191         |
| 2012              | 2.062         |
| 2013              | 1.968         |
| 2014              | 1.476         |
| Total             | <u>11.720</u> |

**(ii) Carteira de recebíveis baixada**

Os valores que a Companhia mantinha referentes a cobrança da carteira de recebíveis baixados para incobráveis somavam R\$ 77.648 (base 31 de dezembro de 2009), conforme abaixo:

Cobrança efetuada por empresa terceirizada: R\$ 32.877

Cobrança efetuada juridicamente: R\$ 44.771

Os valores que a Companhia mantinha referentes a cobrança da carteira de recebíveis baixados para incobráveis somavam R\$ 81.639 (base 31 de março de 2010), conforme abaixo:

Cobrança efetuada por empresa terceirizada: R\$ 32.764

Cobrança efetuada juridicamente: R\$ 48.875

Estes valores foram baixados conforme artigo 24 da Instrução Normativa SRF Nº 093, de 24 de Dezembro de 1997:

“Art. 24. As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Poderão ser registrados como perda os créditos:

I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;

II - sem garantia, de valor:

a) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

b) acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, porém mantida a cobrança administrativa;

c) superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;”

### ***(iii) Contratos de compra futura***

Os leilões de energia são descritos a seguir, com base na data de início de suprimento, incluído os leilões futuros:

| Leilão                                 | Início do Suprimento | Realização | Quantidade Comprada Elektro (MWmed) | Preço Médio (R\$/MWh) |
|--|----------------------|------------|-------------------------------------|-----------------------|
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2005                 | 7/12/2004  | 518,3                               | 57,51                 |
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2006                 | 7/12/2004  | 333,0                               | 67,33                 |
| 1º Leilão de Energia Existente         | 2007                 | 7/12/2004  | 38,0                                | 75,46                 |
| 2º Leilão de Energia Existente         | 2008                 | 2/4/2005   | 52,2                                | 83,13                 |
| 1º Leilão de Ajuste                    | 2005                 | 31/8/2005  | -                                   | -                     |
| 3º Leilão de Energia Existente         | 2006                 | 11/10/2005 | -                                   | -                     |
| 4º Leilão de Energia Existente         | 2009                 | 11/10/2005 | 5,9                                 | 94,91                 |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2008                 | 16/12/2005 | 21,0                                | 127,50                |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2009                 | 16/12/2005 | 26,0                                | 127,81                |
| 1º Leilão de Energia Nova              | 2010                 | 16/12/2005 | 66,0                                | 117,25                |
| 2º Leilão de Ajuste                    | 2006                 | 1/6/2006   | -                                   | -                     |
| 2º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2009                 | 27/6/2006  | 38,5                                | 128,96                |
| 3º Leilão de Ajuste                    | 2006                 | 29/9/2006  | -                                   | -                     |
| 3º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2011                 | 10/10/2006 | 58,6                                | 128,89                |
| 5º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2007                 | 14/12/2006 | 4,0                                 | 104,74                |
| 4º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2010                 | 26/7/2007  | 29,2                                | 137,67                |
| 5º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2012                 | 16/10/2007 | 60,2                                | 128,73                |
| 1º Leilão de Fontes Alternativas (A-3) | 2010                 | 18/6/2007  | 4,2                                 | 137,32                |
| 6º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 27/9/2007  | -                                   | -                     |
| 6º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2008                 | 11/12/2007 | -                                   | -                     |
| Leilão UHE Santo Antônio               | 2012                 | 10/12/2007 | 40,5                                | 78,87                 |
| Leilão UHE Jirau                       | 2013                 | 19/5/2008  | 52,3                                | 71,37                 |
| 6º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2011                 | 17/9/2008  | 34,4                                | 128,42                |
| 7º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2013                 | 30/9/2008  | 112,04                              | 141,78                |
| 7º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 19/6/2008  | -                                   | -                     |
| 8º Leilão de Ajuste                    | 2008                 | 23/9/2007  | -                                   | -                     |
| 7º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2009                 | 28/11/2008 | -                                   | -                     |
| 9º Leilão de Ajuste                    | 2009                 | 20/2/2009  | 13,8                                | 145,77                |
| 8º Leilão de Energia Nova (A-3)        | 2012                 | 27/8/2009  | 1,1                                 | 144,50                |
| 8º Leilão de Energia Existente (A-1)   | 2010                 | 30/11/2009 | -                                   | -                     |
| 9º Leilão de Energia Nova (A-5)        | 2014                 | Cancelado  | -                                   | -                     |
| Leilão Belo Monte                      | 2015                 | 20/4/2010  | 117,5                               | 77,97                 |

Fonte: Resultado dos Leilões – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

### ***(iv) Contratos de construção não terminada***

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

### ***(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos

## **B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem itens adicionais aos descritos em 10.8.A que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.9. Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8**

***(i) Arrendamento mercantil operacional***

Os membros da Diretoria acreditam que as despesas referentes aos contratos de arrendamento mercantil operacional serão registradas a medida que incorrerem, conforme legislação vigente. Para maiores informações ver item 10.8.a.(i) do presente Formulário de Referência.

***(ii) Carteira de recebíveis baixada***

Os diretores entendem que os valores foram baixados conforme legislação anteriormente descrita. Para maiores informações ver item 10.8.a.(ii) do presente Formulário de Referência.

***(iii) Contratos de compra futura***

Informações detalhadas no item 7.3.E - Principais Insumos e Matérias Primas: Leilões Regulados realizados entre dezembro de 2004 a março de 2010.

**A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

***(i) Arrendamento mercantil operacional***

Os valores pagos futuramente a título de arrendamento mercantil operacional serão contabilizados como despesa operacional nos exercícios em que forem pagos.

***(ii) Carteira de recebíveis baixada***

No caso dos valores informados a título de carteira de recebíveis baixadas para incobráveis poderão afetar o resultado operacional da Companhia caso os clientes inadimplentes efetuem o pagamento de suas faturas, impactando as disponibilidades e o resultado, visto que os valores recebidos, e que já haviam sido baixados como incobráveis, serão contabilizados como recuperação de despesas.

***(iii) Contratos de compra futura***

Quanto aos contratos de compra futura, irão afetar as despesas e consequentemente o resultado operacional da Companhia somente quando ocorrer o início do suprimento e a efetiva entrega da energia comprada.

**B. Natureza e o propósito da operação**

***(i) Arrendamento mercantil operacional***

Os contratos de arrendamento mercantil operacional estão relacionados principalmente com infraestrutura, equipamentos de Call center e informática e também veículos. As contratações são realizadas de acordo com as necessidades operacionais da Companhia.

***(ii) Carteira de recebíveis baixada***

A carteira de recebíveis baixada refere-se a valores que foram faturados para clientes que permaneceram inadimplentes por um período elevado de tempo. A baixa do contas a receber ocorre de acordo com critérios estabelecidos pela Companhia com relação a inadimplência de valores a receber que estão relacionados com a legislação do imposto de renda em vigor, conforme descrito no item 10.8 (ii).



### **(iii) Contratos de compra futura**

Para garantir o suprimento de energia para os próximos períodos, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para e estabeleceu contratos futuros de compra de energia.

### **C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

#### **(i) Arrendamento mercantil operacional**

Em decorrência desses contratos, a Companhia tem uma obrigação futura de R\$ 13,7 milhões, considerando os pagamentos a serem efetuados nos exercícios de 2010 a 2014.

#### **(ii) Carteira de recebíveis baixada**

O valor referente a essa carteira de recebíveis é de R\$ 77,6 milhões, com data base em 31 de dezembro de 2009. Esses valores estão em processo de cobrança e podem ser recuperados no futuro.

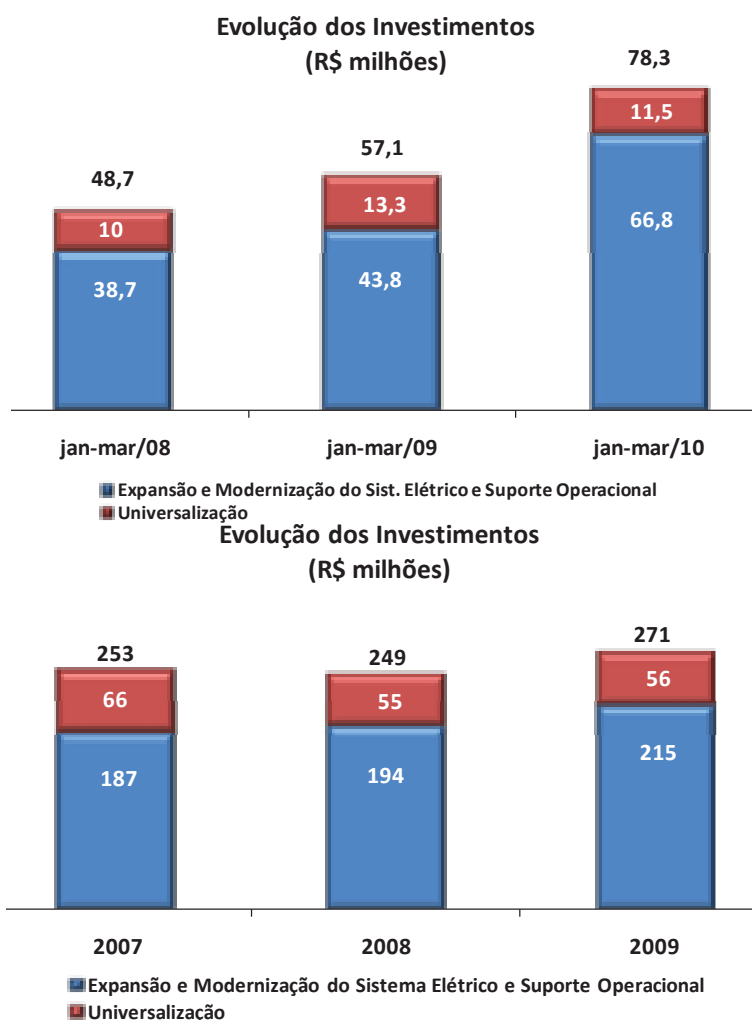
#### **(iii) Contratos de compra futura**

Através desses contratos de compra de energia, firmados através de leilão, a Companhia passa a ter uma obrigação junto aos fornecedores de energia, cujo valor futuro dependerá da quantidade de energia adquirida futuramente bem como do preço dessa energia

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor**

**A. Investimentos**

Os principais programas de investimentos realizados foram:



Obs.: Os gráficos excluem investimentos realizados com recursos de clientes.

Os investimentos da Companhia são originários da geração de caixa da Elektro, por meio de caixa gerado nas atividades operacionais e de financiamentos. Para o ano de 2010 estão programados para seguirem os mesmos patamares de anos anteriores.

**31 de março de 2010**

Até 31 de março de 2010, a Elektro havia investido R\$ 79,6 milhões, dos quais 1,3 milhão foram realizados com recursos de clientes:

- R\$ 66,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 20,3 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 4,9 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; (iii) R\$ 14,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; e (iv) R\$ 26,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;

- R\$ 11,5 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438/02, segregados da seguinte forma;
- R\$ 8,8 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.439 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
- R\$ 2,7 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os diretores acreditam que os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior, devido aos maiores investimentos em projetos de suporte operacional, referentes à aquisição de equipamentos para o Projeto Novas Tecnologias. Este projeto consiste em uma ampla gama de modificações no modelo operacional, caracterizando-se pela implantação de uma tecnologia pioneira com ganhos de produtividade e segurança.

## **2009**

No ano de 2009, a Elektro investiu R\$ 276,1 milhões, dos quais R\$ 4,6 milhões foram realizados com recursos de clientes:

- R\$ 215,0 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 94,5 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 19,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; (iii) R\$ 64 milhões em novas ligações e expansão de subestações e de linhas de transmissão; e (iv) R\$ 36,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 56,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438/02, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 45,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.564 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos, com 264 ligações acima da meta para o ano;
  - R\$ 11,0 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os diretores acreditam que os investimentos no ano de 2009 foram superiores aos realizados no ano anterior, devido a: (i) aumento de investimentos associados a novas ligações e expansão de subestações e linhas de transmissão; e (ii) projetos de suporte operacional (renovação da frota, com a antecipação de aquisições em virtude da redução do IPI, e Tecnologia da Informação pela conclusão do Projeto NEO – nova versão do sistema SAP).

## **2008**

No ano de 2008, a Elektro investiu R\$ 267,9 milhões, dos quais R\$ 18,9 milhões foram realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 194,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 102,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 22,1 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; (iii) R\$ 48,1 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; e (iv) R\$ 21,5 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 54,7 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438/02, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 41,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.590 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;

- R\$ 13,3 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os diretores acreditam que os investimentos realizados em Universalização em 2008 foram inferiores aos realizados no ano anterior, devido ao menor volume de ligações de clientes, especialmente dentro do Programa Luz para Todos (7.590 ligações em 2008 contra 9.474 em 2007, representando uma redução de R\$ 11 milhões nos investimentos). Por outro lado, houve um aumento das necessidades de investimentos em Expansão, Melhoria e Preservação do sistema elétrico (R\$ 7,0 milhões decorrentes, basicamente, de manutenção programada e expansão de obras de subestações, linhas de transmissão e distribuição).

## **2007**

No ano de 2007, a Elektro investiu R\$ 264,9 milhões, dos quais R\$ 12,1 milhões foram realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 121,4 milhões na expansão, melhorias e preservação do sistema elétrico, dos quais: (i) R\$ 75,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 13,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; e (iii) R\$ 32,6 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
- R\$ 65,6 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438/02, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 54,2 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 9.474 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos, sendo que esses valores ainda não foram totalmente comprovados junto à ELETROBRÁS;
  - R\$ 11,4 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA.

### **B. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos nas condições acima.

### **C. Novos produtos e serviços**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ou pretende lançar novos produtos.

### **10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **11. Projeções**

### **11.1. As projeções devem identificar:**

#### **a. objeto da projeção**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**b. período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os três últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza a divulgação de projeções.

**12. Assembleia geral e administração**

**12.1. Descrição da estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

A Elektro, como sociedade anônima de capital aberto, estrutura-se a partir da Assembleia Geral de Acionistas, principal instância de decisão e, nos termos do seu Estatuto Social e da legislação em vigor. Além disso, a Elektro possui um Conselho de Administração e uma Diretoria que, em conjunto, formam a administração da Companhia.

**a. Atribuições de cada órgão e comitê:**

*(i) Conselho de Administração;*

Além da Assembleia Geral, em 31 de março de 2010, a Elektro possuía como órgãos administrativos e de deliberação, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios da Elektro; eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e fixar-lhes as atribuições; fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Elektro e solicitando informações sobre os atos da administração; convocar a Assembleia Geral; manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria Executiva e sobre a proposta de destinação do resultado do exercício; manifestar-se previamente sobre qualquer proposta que a Diretoria Executiva pretende submeter à deliberação da Assembleia Geral; aprovar o orçamento de investimento a cada exercício social; deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação de garantias em operações de

interesse da Elektro de valor igual ou superior a R\$ 2 milhões (com exceção da constituição de garantias necessárias e suficientes à assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia decorrentes dos leilões de compra e venda de energia, hipótese em que, independentemente do valor, a constituição das garantias depende de decisão exclusiva da Diretoria Executiva, devendo o Conselho de Administração ser somente informado sobre as garantias constituídas nesse sentido); deliberar sobre a negociação com as próprias ações da Elektro, nos casos permitidos em lei; deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares; deliberar sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio; escolher os auditores externos; aprovar o regimento interno e os regulamentos da Elektro; coordenar o atendimento e as relações com os órgãos de classe ou governamentais para serem promovidas pela Diretoria Executiva, indicando, quando for o caso, o Diretor Presidente ou o Diretor Executivo encarregado de tais atos; e apreciar os resultados trimestrais das operações da Elektro.

Em caso de impedimento ou ausência superior a 90 (noventa) dias consecutivos de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração o substituto para o prazo restante do mandato será eleito na primeira Assembleia Geral subsequente, ficando o Conselheiro indicado nos termos acima, investido nos poderes de membro efetivo até realização da mencionada Assembleia.

*(ii) Diretoria;*

A Diretoria Executiva desempenha suas funções de acordo com o objeto social da Elektro de modo a assegurar e zelar pela condução normal de seus negócios e operações, com estrita observância das disposições do Estatuto Social e das deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e se reúne, ordinariamente, pelo menos 02 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Elektro exigir.

Compete à Diretoria Executiva, agindo como órgão colegiado, zelar pela observância da Lei e do Estatuto Social da Elektro e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral, no Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Elektro; elaborar o regimento interno e os regulamentos da Elektro; adquirir qualquer ativo fixo de valor inferior a R\$ 5 milhões; alienar, onerar qualquer ativo fixo ou constituir ônus reais e prestar garantias em operações de interesse da Elektro de valor inferior a R\$ 2 milhões, bem como recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões; a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação de garantias em operações de interesse da Elektro de valor igual ou superior a R\$ 2 milhões (com exceção do disposto abaixo com relação à constituição de garantias necessárias e suficientes à assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia decorrentes dos leilões de compra e venda de energia, hipótese em que, independentemente do valor, a constituição das garantias depende de decisão exclusiva da Diretoria Executiva); apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após manifestação do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de proposta para a destinação do lucro líquido e, se conveniente, para a constituição de reservas, além da legalmente obrigatória; alienar ou onerar bens inservíveis ou que não tenham mais utilidade para a prestação dos serviços da Elektro, em operação de valor não superior a R\$ 2 milhões; constituir as garantias necessárias e suficientes à participação da Elektro em leilões de compra e venda de energia, na forma da legislação em vigor, bem como constituir as garantias necessárias e suficientes à assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia deles decorrentes, podendo tais garantias serem emitidas em quaisquer modalidades, de forma a atender aos requisitos e regras definidas para os referidos leilões e respectivos contratos. A Diretoria Executiva deverá dar conhecimento de tais operações aos membros do Conselho de Administração, na Primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a concessão de tais garantias.

A Diretoria Executiva também possui um Regimento Interno que disciplina seu funcionamento, bem como seu relacionamento com os demais órgãos sociais, observado o disposto no Estatuto Social da Elektro e na legislação em vigor.



A Diretoria Executiva é composta de no mínimo 02 (dois) e no máximo 08 (oito) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e, 06 (seis) Diretores Executivos sem designação específica.

*(iii) Comitê de Ética;*

O Comitê de Ética é o órgão deliberativo fiscalizador do Código de Conduta da Companhia. Formado por um Presidente, um Secretário e quatro membros nomeados pela Diretoria Executiva e com mandato de até três anos, sua atuação inclui o recebimento e a avaliação das denúncias recebidas pelos diversos canais de comunicação existentes na Companhia e a recomendação, à Diretoria Executiva, das medidas a serem tomadas.

Desde 2004 o Comitê de Ética da Elektro possui um Regimento Interno, revisado em 2007 e 2008, que disciplina seu funcionamento, bem como seu relacionamento com os demais órgãos sociais, de forma que atue em absoluta consonância com os preceitos contidos no Estatuto Social da Elektro e na legislação em vigor.

*(iv) Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos; e*

A Elektro conta também com o Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos, formado pelo Diretor-Presidente, pelos Diretores, pelo *Controller* e pelo Gerente Executivo de Auditoria e Controles Internos, cujo objetivo principal é assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes, políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão de eventuais deficiências apontadas, bem como a análise das medidas de correção adotadas.

*(v) Comitê de Crise;*

Para situações imprevistas de crises e/ou desastres que representam riscos à continuidade de seu serviço essencial, a Elektro possui o Plano de Continuidade do Negócio (PCN), que consiste em ações planejadas para aplicação em situações imprevistas, de modo a facilitar o gerenciamento de crises e garantir a continuidade do negócio. O Plano de Continuidade do Negócio (PCN) é composto pelo Comitê de Crise, responsável pela estratégia de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Este Comitê é formado pelos Diretores, apenas em situações de crise, tendo como função a tomada de decisões ágeis que possam reduzir os efeitos da crise no negócio.

**b. Data de Instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:**

**Conselho Fiscal:**

No que diz respeito ao Conselho Fiscal da Elektro, por definição dos acionistas, fora estabelecido que o mesmo não tem funcionamento permanente, mas que poderá ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias, ou 5% das ações sem direito a voto.

Caso solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá determinar o número de membros efetivos e igual número de suplentes a serem eleitos, observadas as disposições legais aplicáveis; e, cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. Atualmente, o Conselho Fiscal não está em funcionamento.

**Comitê de Ética**

Constituído em 2004, conforme deliberação em reunião de Diretoria, em 5 de julho de 2004.

## **Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos**

Constituído em 2002, com o nome de Comitê de Auditoria, conforme deliberação em reunião de diretoria em 15 de abril de 2002. Em 2005, o nome do comitê foi alterado para Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos, conforme deliberação da Diretoria Executiva em 15 de novembro de 2005.

## **Comitê de Crise**

O Comitê não está instalado. Este Comitê é formado pelos Diretores, apenas em situações de crise, tendo como função a tomada de decisões ágeis que possam reduzir os efeitos da crise no negócio.

### **c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:**

Não há mecanismos de avaliação de desempenho desses órgãos.

### **d. Em relação aos membros da Diretoria, suas atribuições e poderes individuais:**

Ao Diretor Presidente compete, privativamente: (a) presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (b) responder pelo planejamento, desenvolvimento e implementação das estratégias e objetivos da Elektro; (c) coordenar e orientar as atividades dos Diretores Executivos, nas respectivas funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, bem como nas de outras funções que segundo a estrutura organizacional da Elektro reportem a este; e (d) aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional.

Ao Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores compete: (a) responder pela gestão financeira e orçamentária da Elektro; (b) fazer gestão no sentido de captar os recursos financeiros necessários aos programas aprovados, mantendo o controle das respectivas dívidas; (c) responder pela execução das práticas contábeis no âmbito da Elektro, inclusive nos aspectos patrimonial e de custos; (d) realizar, no seu âmbito de atuação, avaliações econômico-financeiras necessárias à condução dos negócios da Elektro; (e) realizar os estudos econômicos necessários à condução dos negócios, efetuando, quando for o caso, gestões externas para atender aos interesses da Elektro; (f) responder pelas funções de finanças e controladoria estabelecendo suas diretrizes; (g) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Elektro; e (h) representar a Elektro nas relações com o mercado de capitais e financeiro, interno e externo, responsabilizando-se pela prestação de informações à CVM e Bolsa de Valores.

Aos Diretores Executivos sem designação específica compete: (a) executarem as atribuições específicas atinentes a cada área de atuação, que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (b) auxiliarem o Diretor Presidente no desempenho de suas funções; e (c) auxiliarem na administração da Elektro de um modo geral.

Especificamente com relação aos Diretores Executivos sem designação específica, o Conselho de Administração da Elektro atribuiu a competência para 04 (quatro) Diretores Executivos, quais sejam: (i) Diretor Executivo Administrativo: Estabelecer as estratégias de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Suprimentos, Logística e Sustentabilidade, incluindo segurança, saúde, qualidade de vida, meio-ambiente e responsabilidade social. Definir a estratégia de comunicação da Elektro, com base nas necessidades do público envolvido, de modo a contribuir com sua a imagem no mercado; (ii) Diretor Executivo de Operações: Estabelecer as estratégias que garantam o tratamento adequado do sistema elétrico de potência, com base nos resultados operacionais e de fornecimento de energia e serviços, respondendo por seu planejamento, operação e manutenção, com vistas à inovação e melhoria contínua; (iii) Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais: Estabelecer as estratégias de negociação com o órgão regulador e demais instituições do setor. Zelar pelo cumprimento do Contrato de Concessão, da legislação e regulamentação aplicáveis ao Setor Elétrico; e (iv) Diretor Executivo Comercial e Suprimento Energia: Estabelecer as estratégias comerciais e de relacionamento com clientes. Assegurar o planejamento de compra de energia, com base nas necessidades dos clientes, de modo a garantir o melhoramento contínuo dos resultados operacionais da Elektro.

**e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria:**

A metodologia de avaliação dos membros da administração é descrita a seguir:

**Diretoria:** Com exceção do Diretor Presidente, a ferramenta utilizada para avaliar o desempenho dos demais membros da diretoria é similar à avaliação dos demais colaboradores da Companhia, qual seja, a avaliação 360° realizada a cada dois anos por pares, subordinados e gestores.. Além disso, as avaliações dos membros da Diretoria levam em consideração metas individuais, nos termos dos acordos coletivos de trabalho em vigor, e no caso do bônus, indicadores de desempenho individuais como metas individuais e avaliação de desempenho. O Diretor Presidente é avaliado pela AEI.

**Conselho de administração:** Não há avaliação específica para os membros do Conselho de Administração, ressaltando que os membros do Conselho de Administração que também são colaboradores da Companhia são avaliados através da ferramenta de avaliação 360°.

**Comitês:** Não há avaliação específica para os membros dos Comitês sendo que estes são avaliados através da ferramenta de avaliação 360°.

**12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:**

**a. Prazos de Convocação:**

A Assembleia Geral se reúne, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, na forma da lei, isto é, 15 (quinze) dias de antecedência para a primeira convocação e 8 (oito) dias de antecedência para a segunda convocação, sendo que, a Assembleia Geral também poderá se reunir, extraordinariamente, sempre que o interesse da Elektro exigir.

Os prazos de convocação da Assembleia Geral, bem como as matérias de competência da Assembleia Geral estão estabelecidas na Lei das Sociedades Anônimas e alterações subsequentes, bem como no Estatuto Social da Elektro.

**b. Competências:**

Nos termos do Estatuto Social, a convocação da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, é de competência do Conselho de Administração sendo que, é de competência da Assembleia Geral, dentre as previsões legais, tomar as contas dos administradores, relativas ao exercício social, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e dos Auditores Externos, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, bem como os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, quando instalado e, ainda, fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e, quando instalado, do Conselho Fiscal, sendo que a remuneração da administração poderá ser fixada globalmente, com indicação dos montantes totais atribuíveis a cada um destes órgãos, caso em que sua distribuição será resolvida, respectivamente, em reunião do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

**c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:**

Os documentos relativos à Assembleia Geral são disponibilizados aos Acionistas para análise na sede Corporativa da Elektro, na Rua Ary Antenor de Souza nº 321 - Jardim Nova América - Campinas/SP. Os referidos documentos também poderão ser encontrados na página da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). Na página inicial, clicar no link "Participantes do Mercado" e, em seguida, clicar em "Companhias abertas". Selecionar a opção "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações". Inserir a razão social da Elektro no campo de busca e clicar em "Continuar". Selecionar a razão social da Companhia. Clicar em "Assembleia" e selecionar o documento desejado.

**d. Identificação e administração de conflitos de interesses:**

Não há prática específica adotada pela Companhia. As regras de identificação e administração de conflito de interesses são as dispostas na legislação em vigor.

**e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:**

Não há prática específica adotada pela Companhia para a solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

**f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:**

Conforme estabelece o Estatuto Social da Elektro, para participar da Assembleia Geral, os acionistas deverão depositar na Elektro, com antecedência de pelo menos dois dias bancários úteis, contados da data fixada para a realização da Assembleia Geral, comprovante da propriedade das ações, expedido pela instituição financeira em que são mantidas em conta de depósito. O procurador e o representante legal dos acionistas deverão ainda, em igual prazo, depositar na Elektro o instrumento de mandato e os documentos comprobatórios da representação. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

**g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:**

A Elektro, tanto através da página virtual [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br) (Relação com Investidores), quanto do endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br), recebe e compartilha comentários aos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias:**

A Elektro não realiza a transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias Gerais.

**i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:**

Salvo disposições legais, a Companhia não adota mecanismos para permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

### **12.3. Datas e jornais de publicação**

**A. Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras**

Não aplicável. A Companhia publica as Demonstrações Financeiras no prazo estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, isto é, 30 dias antes da assembleia de acionistas.

**B. Convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras do exercício social findo:**

| <b>Valor Econômico</b>                | <b>1ª Convocação</b> | <b>2ª Convocação</b> | <b>3ª Convocação</b> |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Exercício Social findo em 2009</b> | 12/03/2010           | 15/03/2010           | 16/03/2010           |
| <b>Exercício Social findo em 2008</b> | 18/03/2009           | 19/03/2009           | 20/03/2009           |
| <b>Exercício Social findo em 2007</b> | 13/03/2008           | 14/03/2008           | 17/03/2008           |

| <b>DOESP</b>                          | <b>1ª Convocação</b> | <b>2ª Convocação</b> | <b>3ª Convocação</b> |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Exercício Social findo em 2009</b> | 12/03/2010           | 13/03/2010           | 16/03/2010           |
| <b>Exercício Social findo em 2008</b> | 18/03/2009           | 19/03/2009           | 20/03/2009           |
| <b>Exercício Social findo em 2007</b> | 13/03/2008           | 14/03/2008           | 15/03/2008           |

**C. Ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras**

| <b>Jornal</b>          | <b>Exercício Social findo em 2009</b> | <b>Exercício Social findo em 2008</b> | <b>Exercício Social findo em 2007</b> |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Valor Econômico</b> | 01/04/2010                            | 07/04/2009                            | 03/04/2008                            |
| <b>DOESP</b>           | 01/04/2010                            | 07/04/2009                            | 03/04/2008                            |

**D. Demonstrações financeiras**

| <b>Jornal</b>          | <b>Exercício Social findo em 2009</b> | <b>Exercício Social findo em 2008</b> | <b>Exercício Social findo em 2007</b> |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Valor Econômico</b> | 26/02/2010                            | 03/03/2009                            | 29/02/2008                            |
| <b>DOESP</b>           | 26/02/2010                            | 03/03/2009                            | 29/02/2008                            |

**12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:**

**A. Frequência das reuniões:**

As Reuniões do Conselho de Administração ocorrem ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente sempre que o interesse da Elektro exigir.

**B. Disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:**

Atualmente, tendo em vista a ausência de qualquer acordo de acionistas, não existe qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

### **C. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse:**

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Exceto pelo disposto nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, não há, atualmente, regras de identificação e administração de conflitos relativas ao Conselho de Administração.

Ressalta-se, contudo, que a Elektro assegura a representatividade de seus empregados no Conselho de Administração, através de processo eleitoral organizado pela Elektro em conjunto com a(s) entidade(s) sindical(is) representativa(s) dos empregados, de um membro efetivo e seu respectivo suplente. Ao aplicar aos conselheiros - efetivo e suplente - eleitos pelos empregados, todas as demais disposições, direitos e obrigações previstas em seu Estatuto Social e na legislação competente, a Elektro assegura a equidade entre os membros eleitos pelos acionistas e aqueles eleitos pelos empregados, e garante, dessa forma, o envolvimento de todos os interessados nos temas tratados. Além disso, salienta-se que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente são ocupados por pessoas distintas, importante instrumento para conferir ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social, a autonomia necessária no exercício da fiscalização da gestão dos Diretores Executivos.

#### **12.5. Cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem**

Não aplicável, uma vez que não há tal cláusula no Estatuto da Companhia.



**12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:**

| TABELA DADOS ADMINISTRADORES          |         |                           |                                   |  |                 |               |                  |   |   |
|---------------------------------------|---------|---------------------------|-----------------------------------|--|-----------------|---------------|------------------|---|---|
| NOME                                  | IDADE   | PROFISSÃO                 | CPF                               | CARGO ELETIVO OCUPADO  | DATA DE ELEIÇÃO | DATA DA POSSE | PRAZO DO MANDATO | OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR   | INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO |
| <b>Diretoria Executiva</b>            |         |                           |                                   |  |                 |               |                  |   |   |
| Carlos Marcio Ferreira                | 50 anos | Administrador de Empresas | 016.712.938-43                    | Diretor Presidente   | 10/5/2010       | 10/5/2010     | 03 (três) anos   | Conselheiro - Membro Efetivo.<br>Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos                                | Sim   |
| Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva    | 34 anos | Engenheiro Civil          | 047.620.157-84                    | Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores  | 2/10/2008       | 2/10/2008     | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos   | Sim   |
| Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro     | 53 anos | Engenheiro Eletricista    | 281.876.286-34                    | Diretor Executivo de Operações                               | 30/9/2009       | 30/9/2009     | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos<br>Conselheiro - Membro Suplente.                               | Sim   |
| Luiz Sergio Assad                     | 61 anos | Estatístico               | 441.655.878-34                    | Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais  | 10/5/2010       | 10/5/2010     | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos   | Sim   |
| Max Xavier Lins                       | 47 anos | Engenheiro Eletricista    | 350.048.004-72                    | Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia          | 16/6/2008       | 1/7/2008      | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos<br>Conselheiro - Membro Suplente.                               | Sim   |
| Marcio Henrique Fernandes             | 35 anos | Administrador de Empresas | 106.708.518-17                    | Diretor Executivo Administrativo                             | 30/9/2009       | 30/9/2009     | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos   | Sim   |
| <b>Conselho de Administração</b>      |         |                           |                                   |  |                 |               |                  |   |   |
| João Carlos Ribeiro de Albuquerque    | 62 anos | Engenheiro Eletricista    | 037.352.304-15                    | Presidente do Conselho                                       | 26/6/2008       | 26/6/2008     | 03 (três) anos   | -   | Sim   |
| Antonio Mario Celia Martinez-Aparicio | 52 anos | Engenheiro Industrial     | 8.668.159 (Identidade Colombiana) | Conselheiro - Membro Efetivo                                 | 26/6/2008       | 26/6/2008     | 03 (três) anos   | -   | Sim   |
| Carlos Marcio Ferreira                | 50 anos | Administrador de Empresas | 016.712.938-43                    | Conselheiro - Membro Efetivo                                 | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | Diretor Presidente.<br>Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos  | Sim   |
| Cristián Arnolds Reyes                | 44 anos | Engenheiro Industrial     | 6.792.469-8 (passaporte)          | Conselheiro - Membro Efetivo                                 | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | -   | Sim   |
| Juracy Pereira Mamede                 | 50 anos | Engenheiro Eletricista    | 957.948.168-72                    | Conselheiro - Membro Efetivo (representante dos empregados)  | 23/3/2009       | 2/4/2009      | 03 (três) anos   | Engenheiro Sênior   | Não   |
| João Gilberto Mazzon                  | 56 anos | Engenheiro Eletricista    | 019.807.098-58                    | Conselheiro - Membro Suplente                                | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | Gerente Executivo de Mercado e Suprimento de Energia  | Sim   |
| Marcio Henrique Fernandes             | 35 anos | Administrador de Empresas | 106.708.518-17                    | Conselheiro - Membro Suplente                                | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | Diretor Executivo Administrativo.<br>Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos                            | Sim   |
| Vitor Cuminato Filho                  | 38 anos | Administrador             | 102.177.748-06                    | Conselheiro - Membro Suplente                                | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | Gerente Executivo de Controladoria<br>Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos                           | Sim   |
| Maurício Antonio Penha                | 48 anos | Bacharel em Direito       | 023.553.248-75                    | Conselheiro - Membro Suplente (representante dos empregados) | 23/3/2009       | 2/4/2009      | 03 (três) anos   | Analista de Relações Comerciais Sênior  | Não   |
| Luiz Sergio Assad                     | 61 anos | Estatístico               | 441.655.878-34                    | Conselheiro - Membro Suplente                                | 30/3/2010       | 30/3/2010     | 03 (três) anos   | Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais.<br>Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos | Sim   |

**12.7. Informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

| Comitês  |         |                           |                |                               |                 |               |                  |  |   |
|--|---------|---------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------|---------------|------------------|--|---|
| NOME   | IDADE   | PROFISSÃO                 | CPF            | CARGO ELETIVO OCUPADO         | DATA DE ELEIÇÃO | DATA DA POSSE | PRAZO DO MANDATO | OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR  | INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO |
| <b>Comitê de Ética</b>   |         |                           |                |                               |                 |               |                  |  |   |
| Cynthia Maria Ambrogi  | 35 anos | Advogada                  | 199.088.828-30 | Presidente                    | 29/11/2007      | 29/11/2007    | 03 (três) anos   | Diretora Jurídica e de Compliance  | Não   |
| Alonso Renato Cesar da Silva Batalha   | 31 anos | Advogado                  | 214.207.658-09 | Secretário / Membro do Comitê | 21/5/2008       | 21/5/2008     | 03 (três) anos   | Gerente Jurídico de Compliance e Patrimônio  | Não   |
| André Augusto Telles Moreira   | 45 anos | Engenheiro Eletricista    | 450.144.936-53 | Membro do Comitê              | 29/11/2007      | 29/11/2007    | 03 (três) anos   | Superintendente de Engenharia e Planejamento   | Não   |
| Cristiane da Costa Fernandes   | 40 anos | Economista                | 112.037.268-21 | Membro do Comitê              | 29/11/2007      | 29/11/2007    | 03 (três) anos   | Gerente Executiva de Regulação Comercial   | Não   |
| Anderson Eliezer de Oliveira   | 32 anos | Contador                  | 187.665.128-83 | Membro do Comitê              | 22/4/2008       | 22/4/2008     | 03 (três) anos   | Membro do Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos<br>Gerente Executivo de Auditoria e Controles Internos | Não   |
| Carlos Alberto dos Santos  | 49 anos | Economista                | 029.133.448-28 | Membro do Comitê              | 21/9/2009       | 21/9/2009     | 03 (três) anos   | Gerente Executivo de Recursos Humanos  | Não   |
| <b>Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos</b>   |         |                           |                |                               |                 |               |                  |  |   |
| Carlos Marcio Ferreira   | 50 anos | Administrador de Empresas | 016.712.938-43 | Membro do Comitê              | 15/11/2005      | 15/11/2005    | Indeterminado    | Conselheiro - Membro Efetivo.<br>Diretor Presidente  | Não   |
| Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva   | 34 anos | Engenheiro Civil          | 047.620.157-84 | Membro do Comitê              | 2/10/2008       | 2/10/2008     | Indeterminado    | Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores  | Não   |
| Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro  | 53 anos | Engenheiro Eletricista    | 281.876.286-34 | Membro do Comitê              | 1/10/2009       | 1/10/2009     | Indeterminado    | Diretor Executivo de Operações   | Não   |
| Luiz Sergio Assad  | 61 anos | Estatístico               | 441.655.878-34 | Membro do Comitê              | 15/11/2005      | 15/11/2005    | Indeterminado    | Conselheiro - Membro Suplente.<br>Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais                          | Não   |
| Max Xavier Lins  | 47 anos | Engenheiro Eletricista    | 350.048.004-72 | Membro do Comitê              | 1/7/2008        | 1/7/2008      | Indeterminado    | Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia  | Não   |
| Marcio Henrique Fernandes  | 35 anos | Administrador de Empresas | 106.708.518-17 | Membro do Comitê              | 1/10/2009       | 1/10/2009     | Indeterminado    | Conselheiro - Membro Suplente.<br>Diretor Executivo Administrativo   | Não   |
| Anderson Eliezer de Oliveira   | 32 anos | Contador                  | 187.665.128-83 | Membro do Comitê              | 1/4/2008        | 1/4/2008      | Indeterminado    | Membro do Comitê de Ética<br>Gerente Executivo de Auditoria e Controles Internos                                       | Não   |
| Vitor Cuminato Filho   | 39 anos | Administrador             | 102.177.748-06 | Membro do Comitê              | 25/9/2006       | 25/9/2006     | Indeterminado    | Conselheiro - Membro Suplente.<br>Gerente Executivo de Controladoria   | Não   |
| <b>Comitê de Crise</b>   |         |                           |                |                               |                 |               |                  |  |   |
| Este Comitê é formado pelos Diretores, apenas em situações de crise, tendo como função a tomada de decisões ágeis que possam reduzir os efeitos da crise no negócio. O Comitê não se encontra instalado. |         |                           |                |                               |                 |               |                  |  |   |

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**A. Currículo**

**Presidente do Conselho de Administração**

**João Carlos Ribeiro de Albuquerque** – Engenheiro Eletricista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (1970), com Pós-graduação em Sistemas de Potência na COPPE-UFRJ (1973). Engenheiro da Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF, de 1971 a 1975. Engenheiro da Diretoria de Planejamento e Engenharia da ELETROBRÁS, a partir de 1975, tendo ocupado as funções de Gerente da Divisão de Programação da Geração, Gerente do Departamento de Estudos Energéticos e Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia. Foi Coordenador do Comitê Técnico de Estudos Energéticos-CTEE, do Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS) e Secretário Executivo do mesmo grupo. Nos trabalhos de reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, foi membro do Grupo de Apoio Técnico da Coordenação da Reforma do Setor Elétrico e Coordenador do Grupo de Trabalho a cargo do Agente do Planejamento Indicativo. Foi membro do Conselho de Administração do Mercado Atacadista de Energia – COEX/MAE. Atuou na Elektro, de fevereiro de 1999 a agosto de 2005, como Diretor Comercial e de Suprimento de Energia. No grupo AEI atuou como Presidente da AEI América do Sul Holding Ltda., exercendo a função de Country Manager para o Brasil e Bolívia até outubro de 2008. Foi, ainda, membro do Conselho de Administração da TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A., da GTB – Gas Transboliviano S.A. e da TRANSREDES – Transporte de Hidrocarburos Sociedad Anonima.

**Conselheiros Efetivos**

**Carlos Marcio Ferreira** – Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Elektro. Ingressou na empresa em novembro de 2004, como Diretor Executivo, tendo sido responsável pela coordenação e implementação de estratégias nas áreas de Operações, Distribuição, Comercial, Financeira, Assuntos Regulatórios, Legal e Recursos Humanos e Infraestrutura. Em abril de 2007, assumiu a Presidência da Elektro. Anteriormente à Elektro, atuou na International Paper do Brasil Ltda., indústria do ramo de produtos florestais durante 31 anos, de 1973 a 2004, tendo exercido os cargos de Vice-Presidente Sênior Financeiro e Controller, Diretor de Desenvolvimento Estratégico e várias funções de Gerência no Brasil e três anos trabalhados em fábricas nos EUA e no Escritório Central em Stamford, Connecticut. Desde 1991, participou anualmente de vários Seminários de Treinamento Executivo ministrados por professores da Harvard Business School, Dartmouth Tuck School e outras nos EUA. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela FAE Faculdade de Administração e Economia – São João da Boa Vista/SP em 1987, com especialização em Finanças pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP em 1993.

**Cristián Arnolds Reyes** – Atualmente é Presidente do Grupo de Empresas Chilquinta Energia, o qual distribui energia elétrica para mais de 450.000 clientes nas Quinta e Sétima Regiões do Chile, ingressando na empresa em 1999. O Grupo, por meio da empresa Tecnoled, também atua no ramo de construções, engenharia, fornecimento de materiais e serviços de eficiência energética para empresas de serviços públicos, grandes indústrias e clientes comerciais. Atuou como Vice Presidente de Desenvolvimento Corporativo da empresa Chilquinta S.A. (entre 1995 e 1999) antes da venda de sua atividade relacionada à energia elétrica para Sempra Energy e PSEG Americas. Anteriormente, foi Presidente da Pacifico V Region S.A. (entre 1992 e 1993), uma companhia holding de capital aberto com investimentos em mineração de cobre no Chile e geração de energia na Argentina. O Sr. Arnolds também trabalhou para a segunda maior distribuidora de energia do Chile como engenheiro de desenvolvimento corporativo e também no departamento de planejamento. Graduou-se com honra em engenharia industrial na Universidade Católica do Chile (1989). Em 1995, obteve MBA pela Wharton School da Universidade da Pennsylvania.

**Antonio Mario Celia Martínez-Aparicio** – Engenheiro formado pelo Instituto Politécnico Worcester (Massachusetts), com formação executiva na Universidade dos Andes (Colômbia) e nas escolas de negócios MIT e Wharton. Assumiu em 1992 a Presidência da Promigás, empresa líder em distribuição de gás natural na Colômbia e uma das mais importantes e tradicionais da América Latina. A Promigás está presente no Panamá, Equador, México, Chile e Peru e tem um patrimônio consolidado de USD\$ 4.5 bilhões. Tem atuado como membro do Conselho de Administração em várias organizações, como a Naturgas, e na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da ANDI (mais tradicional associação de negócios da Colômbia), por dois mandatos consecutivos, em 2006 e 2007. Ressalta-se, ainda, sua atuação, em nome do Presidente da Colômbia, como Membro do Conselho do Fundo de Investimentos para a Paz.

**Juracy Pereira Mamede** – Engenheiro Industrial Eletricista formado pela Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes (1994), com mestrado em Engenharia Elétrica pela Unicamp (2004) e bacharelado em Administração de Empresas (1985). Engenheiro da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., desde 1998, desempenhando suas funções e atividades nas áreas de Planejamento, Proteção, Manutenção e Projetos e Obras no Sistema Elétrico de Distribuição, nas Regionais de Itanhaém, Atibaia e Rio Claro. Atualmente é Engenheiro Sênior e desempenha suas atividades, desde 2008, na área de Quality Assurance da Gerência Executiva de Engenharia, na Sede Corporativa da Elektro, em Campinas, onde, desde 2001, desempenhou funções nas áreas de Manutenção do Sistema Elétrico e de Avaliação dos Processos de Engenharia. Iniciou suas atividades na Companhia Energética de São Paulo - CESP, em 1978, como Técnico Eletrotécnico, na Regional de Votuporanga. Transferido para o Departamento de Engenharia como Assistente Técnico, em São Paulo (1988) e para Regional de Itanhaém (1991).

### **Conselheiros Suplentes**

**João Gilberto Mazzon** – Formado em Engenharia Elétrica-Eletrotécnica pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo em 1978, com Especialização em Planejamento da Expansão e da Operação na Faculdade de Engenharia Elétrica da UNICAMP em 1987. Funcionário da CESP a partir de janeiro de 1979, tendo atuado em diversas áreas, destacando-se Planejamento da Expansão da Geração, Gerência da área de Parcerias e Negócios e Coordenadoria Executiva da Presidência, destacando-se a coordenação dos processos de privatização das empresas Elektro, Tietê e Paranapanema, no âmbito da CESP. Foi membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP. Na Elektro desde novembro de 1999, exerceu as gerências das áreas Empresarial/Institucional, Suprimento de Energia, Superintendência de Assuntos Regulatórios e Gerente Executivo de Relacionamento com Clientes, que engloba a Área Comercial da empresa e desde maio 2009 a Gerência Executiva de Suprimento de Energia e Planejamento Comercial.

**Marcio Henrique Fernandes** – Graduado em Administração de Empresas pela PUC-Campinas (1996), com Pós-Graduação em Administração Financeira pelo (INPG) Instituto Nacional de Pós-Graduação (1998). Cursou MBA para Controller, na FEA/USP, em 2003, e “International Business Management”, pela Euromed Marseille École de Management, em 2007 na França. Atuou na Magneti Marelli do Brasil Ltda., Indústria de Autopeças do grupo Fiat, como Analista Sênior de Controle de Gestão de Custos de fevereiro de 1995 a setembro 2000 e de setembro de 2000 a agosto de 2004 atuou na Solectron do Brasil Ltda. Empresa de Manufatura Eletrônica, tendo exercido o cargo de Supervisor de Finanças. Na Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Distribuidora de Energia Elétrica, ingressou como Gerente de Custos e Orçamento em agosto de 2004, ocupando posteriormente, os cargos de Gerente Executivo de Suprimentos e Logística da Elektro em janeiro de 2006, Diretor de TI, Suprimentos e Logística em setembro de 2007 e foi eleito Diretor Executivo Administrativo em outubro de 2009.

**Vitor Cuminato Filho** – Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Pinhalense de Ensino (1994), com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University (2002). Ocupa o cargo de Gerente Executivo de Controladoria da Elektro desde setembro de 2006. Atuou na International Paper Paper do Brasil Ltda., indústria do ramo de produtos florestais por 20 anos, de 1986 a 2006, tendo exercido os cargos de Analista Financeiro, Supervisor e Gerente de Controladoria.

**Maurício Antônio Penha** – Bacharel em Direito pela Faculdade Toledo de Ensino (1987), admitido na Companhia Energética de São Paulo - CESP em 1983, tendo ocupado as funções de Atendente da Agência Local de Castilho (1987), Controlador de Faturamento e Arrecadação na Regional e Distrito de Andradina, Administrador de Agência de Distribuição de Guaraçai (1994) e Pereira Barreto (1995), Supervisor do Call Center de Andradina onde participou da implantação do Call Center. Desde março de 2009, ocupa o cargo de Analista Comercial do Call Center da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., desempenhando funções relacionadas ao atendimento telefônico (avaliando principalmente o resultado dos indicadores regulados pela ANEEL), a análise de novas tecnologias, normas e regulamentações do setor de Call Center.

**Luiz Sergio Assad** – Estatístico formado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com curso de Administração Financeira para Setor Elétrico pela ELETROBRÁS – CAFI-USP em 1986 e Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD, França em 2005. Atuou como Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, de 1998 a 1999. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo entre 1995 e 1996 e coordenou o projeto de estruturação e implantação da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE. Atuou como membro do Conselho Fiscal da COMGAS e Eletropaulo. Na CPFL,



atuou durante 22 anos, de 1976 a 1998, em cargos de coordenação e gerência nas áreas de operação do sistema elétrico, mercado de energia elétrica, estudos tarifários, planejamento econômico-financeiro e empresarial, estudos energéticos e de relações institucionais. Foi Consultor do Secretário Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia – MME em 1994. Possui vários trabalhos publicados em revistas especializadas e participou de congressos no Brasil e exterior sobre energia elétrica e gás canalizado. Na Elektro desde maio de 1999, ocupa atualmente o cargo de Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, além de ser membro, desde janeiro de 2008 do Conselho de Administração da Chilquinta, empresa do grupo AEI, respectivamente distribuidora de energia elétrica e de gás natural no Chile. Atualmente é presidente do Sindicato das Empresas de Energia de São Paulo, desde dezembro de 2008 e vice-presidente da Associação das Concessionárias de Energia Elétrica, desde dezembro de 2007.

## **Diretoria**

### **Diretor-Presidente**

**Carlos Marcio Ferreira** – Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Elektro. Ingressou na empresa em novembro de 2004, como Diretor Executivo, tendo sido responsável pela coordenação e implementação de estratégias nas áreas de Operações, Distribuição, Comercial, Financeira, Assuntos Regulatórios, Legal e Recursos Humanos e Infraestrutura. Em abril de 2007, assumiu a Presidência da Elektro. Anteriormente à Elektro, atuou na International Paper do Brasil Ltda., indústria do ramo de produtos florestais durante 31 anos, de 1973 a 2004, tendo exercido os cargos de Vice-Presidente Sênior Financeiro e Controller, Diretor de Desenvolvimento Estratégico e várias funções de Gerência no Brasil e três anos trabalhados em fábricas nos EUA e no Escritório Central em Stamford, Connecticut. Desde 1991, participou anualmente de vários Seminários de Treinamento Executivo ministrados por professores da Harvard Business School, Dartmouth Tuck School e outras nos EUA. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela FAE Faculdade de Administração e Economia – São João da Boa Vista/SP em 1987, com especialização em Finanças pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP em 1993.

### **Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia**

**Max Xavier Lins** – Engenheiro Eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1986), especializado em Proteção de Sistemas Elétricos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1990) e MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2002/2003). Ingressou no setor elétrico através da Themag Engenharia Ltda (1986-1988), atuando como engenheiro do Departamento de Estudos de Sistemas de Potência. Entre 1989 e 2001, atuou como Chefe da Divisão de Estudos Técnicos, Chefe da Divisão Comercial e de Utilização de Energia, Gerente Comercial, Gerente de Estudos de Mercado, Tarifas e Compra de Energia e Superintendente Comercial da CELPE - Cia. Energética de Pernambuco S.A., (Distribuidora do Grupo NeoEnergia S.A.). Em abril/2001 passou a atuar como Diretor Comercial na NC Energia S.A. (Comercializadora do Grupo Neo Energia S.A.) onde foi responsável pela concepção, criação e desenvolvimento da comercializadora do Grupo NeoEnergia, tendo sido conduzido a Diretor-Presidente dessa empresa, onde permaneceu até outubro/2003. Entre novembro/2003 e junho/2008 esteve a frente da Diretoria de Gestão Comercial de Clientes Corporativos da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., ingressando na Elektro como Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia, em Julho de 2008. É Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL e membro do Conselho de Administração da COGEN-SP Associação Paulista de Cogeração de Energia. Exerce atividade docente, sendo professor concursado no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/PE.

### **Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais**

**Luiz Sergio Assad** – Estatístico formado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com curso de Administração Financeira para Setor Elétrico pela ELETROBRÁS – CAFI-USP em 1986 e Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD, França em 2005. Atuou como Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPÉ, de 1998 a 1999. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo entre 1995 e 1996 e coordenou o projeto de estruturação e implantação da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE. Atuou como membro do Conselho Fiscal da COMGAS e Eletropaulo. Na CPFL, atuou durante 22 anos, de 1976 a 1998, em cargos de coordenação e gerência nas áreas de operação do sistema elétrico, mercado de energia elétrica, estudos tarifários, planejamento econômico-financeiro e empresarial, estudos energéticos e de relações institucionais. Foi

Consultor do Secretário Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia – MME em 1994. Possui vários trabalhos publicados em revistas especializadas e participou de congressos no Brasil e exterior sobre energia elétrica e gás canalizado. Na Elektro desde maio de 1999, ocupa atualmente o cargo de Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, além de ser membro, desde janeiro de 2008 do Conselho de Administração da Chilquinta, empresa do grupo AEI, respectivamente distribuidora de energia elétrica e de gás natural no Chile. Atualmente é presidente do Sindicato das Empresas de Energia de São Paulo, desde dezembro de 2008 e vice-presidente da Associação das Concessionárias de Energia Elétrica, desde dezembro de 2007.

#### **Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores**

**Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva** – Engenheiro Civil formado com honra máxima (Suma Cum Laude) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA Executivo pelo Ibmecc-SP. Desde outubro de 2008, ocupa o cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e está na Elektro e seu grupo controlador desde 2000, onde atuou como Gerente de Planejamento Estratégico e Gerente Financeiro e de Relações com Investidores da Elektro, como Diretor de Planejamento e Suporte à Governança da Prisma Energy America do Sul Ltda., sendo responsável pelo planejamento das empresas do grupo do Cone Sul, e Diretor de Relações com Investidores da AEI (anteriormente Ashmore Energy International), baseado em Houston. Também atuou na Odebrecht como responsável pela área de projetos em empreendimentos de infraestrutura no Brasil e em Angola de 1997 a 2000.

#### **Diretor Executivo de Operações**

**Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro** – Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, (1979), especializado em Engenharia de Manutenção e Operação em Sistemas de Distribuição pela Universidade Mackenzie (1985), com MBA Executivo em Gestão de Negócios pelo IBMEC - Business School, São Paulo (2000-2002), e cursos de desenvolvimento gerencial (2005-2007) pela FGV, Fundação Dom Cabral e Rockhurst University – Continuing Education Center – USA. Atua no Setor Elétrico há 29 anos em atividades como gestão e operações de ativos de distribuição de energia, atividades comerciais e de atendimento a clientes, desenvolvimento e implantação de sistemas de automação e controle, qualidade de fornecimento e avaliação de empresas em processos de privatização e aquisição na Ásia e América Latina. Iniciou sua carreira na Gerência de Projetos e Construção de redes elétricas na Construtora Construfoma, para expansão da infraestrutura de energia da região de agronegócio no oeste de Santa Catarina (1980-1981). Foi Gerente de Distribuição na CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) no Departamento do Meio Oeste e trabalhou na supervisão técnica de sistemas elétricos em diversas cidades do Estado (1981-1988). Na CESP (Companhia Energética de São Paulo), atuou como especialista em distribuição, qualidade de energia e exerceu a coordenação técnica de distribuição no Litoral Norte de São Paulo (1988-1999). Na Elektro desde 1999, ocupou posições de Gerência do Centro de Operação de Distribuição, Gerência Executiva de Serviços Comerciais e Atendimento e Gerência Executiva de Operação. Em outubro de 2009 foi eleito Diretor Executivo de Operações.

#### **Diretor Executivo Administrativo**

**Marcio Henrique Fernandes** – Graduado em Administração de Empresas pela PUC-Campinas (1996), com Pós-Graduação em Administração Financeira pelo (INPG) Instituto Nacional de Pós Graduação (1998). cursou MBA para Controller, na FEA/USP, em 2003, e “International Business Management”, pela Euromed Marseille École de Management, em 2007 na França. Atuou na Magneti Marelli do Brasil Ltda., Indústria de Autopeças do grupo Fiat, como Analista Sênior de Controle de Gestão de Custos de fevereiro de 1995 a setembro 2000 e de setembro de 2000 a agosto de 2004 atuou na Solectron do Brasil Ltda. Empresa de Manufatura Eletrônica, tendo exercido o cargo de Supervisor de Finanças. Na Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Distribuidora de Energia Elétrica, ingressou como Gerente de Custos e Orçamento em agosto de 2004, ocupando posteriormente, os cargos de Gerente Executivo de Suprimentos e Logística da Elektro em janeiro de 2006, Diretor de TI, Suprimentos e Logística em setembro de 2007 e foi eleito Diretor Executivo Administrativo em outubro de 2009.



**B. Qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não há, para os administradores da Companhia, nos últimos 5 anos, qualquer: (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM; e, (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau**

##### **A. Administradores do emissor**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor.

##### **B. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor e os administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

##### **C. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e os controladores diretos ou indiretos do emissor

##### **D. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

#### **12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e**

##### **A. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

##### **B. Controlador direto ou indireto do emissor**

O Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, Luiz Sergio Assad, atua como membro do Conselho de Administração da Chilquinta e da Energas, empresas do grupo AEI, respectivamente distribuidora de energia elétrica e de gás natural no Chile. O Diretor Presidente, Carlos Marcio Ferreira, atua como membro do Conselho de Administração da Emdersa, empresa do grupo AEI, distribuidora de energia elétrica na Argentina.

##### **C. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável, uma vez que não há relações nas condições acima.

**12.11. Disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Elektro possui coberturas de seguro compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas e julgadas suficientes para salvaguardar seus ativos e negócios de eventuais sinistros. A apólice de Responsabilidade Civil de administradores (D&O) tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração. O seguro é renovado anualmente e, em 31 de março de 2010, possuía limite máximo de garantia de R\$ 27,6 milhões, até o qual é garantido o pagamento de indenização de todas as perdas pelas quais uma pessoa segurada venha a ser obrigada a pagar em razão de uma reclamação oriunda de um ato danoso.

A apólice também possui as seguintes extensões de coberturas: despesas de representação legal; cobertura para novas subsidiárias e para as empresas afiliadas; herdeiros, representantes legais e espólio, em caso de falecimento ou incapacidade da pessoa segurada; despesas de publicidade destinadas a reabilitar a imagem pública das pessoas seguradas; práticas trabalhistas indevidas; indisponibilidade dos bens dos segurados decorrentes de penhora on-line; processos cíveis ou criminais contra as pessoas seguradas, resultantes de lesão corporal; e processos de pessoa segurada contra pessoa segurada e Companhia contra pessoa segurada.

**12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

O Conselho de Administração, mediante convocação do seu Presidente ou de quaisquer outros dois Conselheiros, regularmente eleitos e empossados se reúne, ordinariamente, a cada 04 (quatro) meses e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Elektro exigir.

O Conselho de Administração, segundo o Estatuto Social, pode ser composto de no mínimo 04 (quatro) e no máximo 07 (sete) membros efetivos, com igual número de suplentes, sendo que um membro efetivo e um suplente são eleitos diretamente pelos empregados.

Em caso de ausência, impedimento temporário ou licença de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, assim entendidos os que não excederem 90 (noventa) dias consecutivos, exceto o eleito pelos empregados, o Conselheiro ausente, impedido ou licenciado será substituído pelo suplente mais proveito, e que esteja disponível na ocasião. O Presidente do Conselho de Administração poderá indicar, dentre os demais Conselheiros (efetivos e suplentes), o seu substituto interino nos casos de ausência, impedimento ou licenciamento.

Em caso de impedimento ou ausência superior a 90 (noventa) dias consecutivos de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração o substituto para o prazo restante do mandato será eleito na primeira Assembleia Geral subsequente, ficando o Conselheiro indicado nos termos acima, investido nos poderes de membro efetivo até realização da mencionada Assembleia.

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração**

**A. Política ou prática de remuneração**

O objetivo da política de remuneração da Companhia é remunerar os administradores levando em consideração conhecimento técnico exigido, complexidade das atividades e resultados específicos, detalhados no item 13.1 (B) (i), a seguir.

Tal política aplica-se aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária.

Com relação aos Comitês de Ética e de Avaliação de Processos e Controles Internos, instalados na Companhia e descritos no item 12,1 (a), não há remuneração específica aos membros que participam destes Conselhos, visto que são remunerados como empregados da Companhia.

## **B. Composição da remuneração**

### **(i) descrição dos elementos de remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os elementos e objetivos da remuneração da Administração da Elektro estão descritos a seguir:

#### **Conselho de Administração**

Dentre os membros do Conselho de Administração da Companhia, apenas o conselheiro representante dos empregados faz retirada mensal fixa, de *pro labore*, ou seja, somente o conselheiro representante dos empregados, possui remuneração fixa por participar do Conselho de Administração. Os demais membros do Conselho de Administração não são remunerados pela função de conselheiros que exercem na Companhia, sendo remunerados por outras funções que exercem na administração da Companhia ou do grupo econômico em que se insere a Companhia, conforme descrito no parágrafo abaixo.

Os membros do Conselho de Administração, exceto o representante dos empregados, participam do plano de opção de compra de ações da AEI, benefício que não é relacionado ao Conselho de Administração. Para mais informações acerca da remuneração baseada em ações, vide itens 13.1 (F), 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência. É importante ressaltar que as ações da Elektro não fazem parte de qualquer plano de incentivo de longo prazo.

A remuneração do Conselho de Administração objetiva incentivar o alinhamento de interesses do membro do Conselho de Administração com as metas da Companhia de forma a estimular o seu comprometimento.

#### **Diretoria Estatutária e não Estatutária**

Os membros das Diretorias Estatutária e não Estatutária recebem uma remuneração fixa (salário nominal), remuneração variável (contemplando Participação nos Lucros e Resultados e bônus), ações da controladora indireta, AEI e, ainda, determinados benefícios.

A Participação nos Lucros e Resultados é um programa baseado em metas corporativas e individuais com parâmetros estabelecidos em Acordo Coletivo de Trabalho e pagamento anual. Os bônus, por sua vez, é um programa baseado em avaliações individuais podendo ser aplicado a qualquer momento.

Para maiores informações acerca da remuneração baseada em ações da Diretoria, vide itens 13.1 (F), 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência. É importante ressaltar que as ações da Elektro não fazem parte de qualquer plano de incentivo de longo prazo. Os Diretores recebem opções de ações da controladora indireta, AEI.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta de curto prazo, tais como: a) assistência médico-hospitalar; b) assistência odontológica; c) seguro de vida; d) previdência complementar; e) check-up médico; f) veículo designado para cargos de alta liderança; e g) auxílio-alimentação.

O objetivo da remuneração fixa, bem como da remuneração variável, é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da companhia de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais qualificados.

### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

#### **Conselho de Administração**

Este subitem não se aplica ao membro do Conselho de Administração, haja vista que o único elemento de sua respectiva remuneração é um valor fixo mensal, ou seja, 100% de sua remuneração é pró-labore como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

### Diretoria Estatutária e não Estatutária

A proporção de remuneração da Diretoria Estatutária e não Estatutária está descrita a seguir:

| Proporção da Remuneração                                 | %              |
|--|----------------|
| Número de membros  | 5,16           |
| Remuneração Fixa Anual                                   | 53,44%         |
| Salário ou pró-labore                                    | 28,86%         |
| Benefícios diretos e indiretos                           | 4,92%          |
| Remuneração por participação em comitês                  | 0,00%          |
| Outros   | 19,65%         |
| Remuneração variável                                     | 36,12%         |
| Bônus  | 3,54%          |
| Participação nos resultados                              | 32,58%         |
| Remuneração por participação em reuniões                 | 0,00%          |
| Comissões  | 0,00%          |
| Outros   | 0,00%          |
| Benefícios pós-emprego                                   | 0,10%          |
| Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | 10,34%         |
| Remuneração baseada em ações*                            | 0,00%          |
| <b>Remuneração total Diretoria*</b>                      | <b>100,00%</b> |

\* Estatutária e não Estatutária

### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

#### Conselho de Administração

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração fixa mensal do conselheiro representante dos empregados é baseada em pesquisa de mercado com empresas do mesmo seguimento ou de mesmo porte da Elektro.

#### Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os elementos de remuneração da diretoria não possuem metodologia de cálculo e reajuste específicos, uma vez que são reajustados de acordo com pesquisa de mercado em empresas do mesmo seguimento ou de mesmo porte.

### (iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para a composição da remuneração são: (i) o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da companhia e (ii) o estímulo do comprometimento dos mesmos, além de (iii) atração e manutenção de profissionais qualificados.

### C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os elementos de remuneração considerados como incentivos de curto prazo são o salário-base, os benefícios, a participação no lucros e resultados (PLR) e bônus de performance.

Destes elementos, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tem indicadores como: geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, lucro líquido, DEC (Duração Equivalente por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), acidentes fatais, afastamento de funcionários por acidente, acidentes com veículos, observações de segurança e metas individuais, nos termos dos acordos coletivos de trabalho em vigor, e no caso do bônus, são considerados indicadores de desempenho individuais como: metas individuais e avaliação de desempenho.

A remuneração pelo salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores, pois seguem práticas de mercado e Acordos Coletivos da categoria.

Para os incentivos de longo prazo há plano de opção de ações da controladora indireta da Elektro (AEI). Os indicadores são definidos pela controladora indireta AEI. Há também, para incentivo de longo prazo, o Plano de Complementação de Aposentadoria, que não está relacionado a indicadores pois segue práticas de mercado.

Os indicadores acima citados referem-se à Diretoria Estatutária e à Diretoria não Estatutária.

**D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). Os incentivos de curto prazo estão diretamente relacionados aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

A estrutura acima mencionada refere-se à Diretoria Estatutária e à Diretoria não Estatutária.

**E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Conforme descrito no item 13.1.B., a remuneração é composta por itens que alinham os interesses da administração aos objetivos Companhia.

A Elektro utiliza a Participação nos Lucros e Resultados como forma de incentivo ao alcance das metas corporativas de curto prazo estabelecidas em acordo coletivo de trabalho, além de utilizar o Bônus como ferramenta de estímulo à remuneração descrita no item 13.1.B.(iv) acima. No médio e longo prazos, a remuneração baseada em ações da controladora indireta AEI e um plano de previdência complementar são utilizadas como incentivo, a fim de garantir a retenção dos profissionais, a perenidade do negócio e a valorização da empresa.

A política acima citada refere-se à Diretoria Estatutária e à Diretoria não Estatutária.

**F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Há dois planos de incentivo em que determinados diretores e conselheiros da Elektro recebem como remuneração de incentivo. Esses planos são (i) o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 da Prisma Energy International Inc. e (ii) o Plano de Incentivo 2007 da AEI (coletivamente, os “Planos da AEI”). Os Planos da AEI são descritos mais detalhadamente nos itens 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência.

Os planos acima citados referem-se à Diretoria Estatutária e à Diretoria não Estatutária.

**G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Atualmente não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado a eventos societários relacionados à Companhia para a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (R\$)**

|  | 2009             | 31/03/2010       | 2010 (Previsão)  |
|--|------------------|------------------|------------------|
| <b>Conselho de administração</b>                         |                  |                  |                  |
| Número de membros  | 5                | 5                | 5                |
| Remuneração Fixa Anual                                   | 62.400,00        | 14.400,00        | 70.000,00        |
| Salário ou pró-labore                                    | 62.400,00        | 14.400,00        | 70.000,00        |
| Benefícios diretos e indiretos                           | N/A              | N/A              | N/A              |
| Remuneração por participação em comitês                  | N/A              | N/A              | N/A              |
| Outros   | N/A              | N/A              | N/A              |
| Remuneração variável                                     | N/A              | N/A              | N/A              |
| Bônus  | N/A              | N/A              | N/A              |
| Participação nos resultados                              | N/A              | N/A              | N/A              |
| Remuneração por participação em reuniões                 | N/A              | N/A              | N/A              |
| Comissões  | N/A              | N/A              | N/A              |
| Outros   | N/A              | N/A              | N/A              |
| Benefícios pós-emprego                                   | N/A              | N/A              | N/A              |
| Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | N/A              | N/A              | N/A              |
| Remuneração baseada em ações(*)                          | N/A              | N/A              | N/A              |
| <b>Remuneração total conselho de administração</b>       | <b>62.400,00</b> | <b>14.400,00</b> | <b>70.000,00</b> |

|  | 2009                | 31/03/2010          | 2010 (Previsão)     |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Diretoria estatutária</b>                             |                     |                     |                     |
| Número de membros  | 5,16                | 5,16                | 5,16                |
| Remuneração Fixa Anual                                   | 4.426.006,89        | 1.383.364,02        | 5.271.404,96        |
| Salário ou pró-labore                                    | 2.460.083,16        | 682.710,83          | 3.111.771,76        |
| Benefícios diretos e indiretos                           | 416.367,11          | 92.322,53           | 164.962,32          |
| Remuneração por participação em comitês                  | N/A                 | N/A                 | N/A                 |
| Outros   | 1.549.556,62        | 608.330,66          | 1.994.670,88        |
| Remuneração variável                                     | 3.088.258,72        | 1.642.224,16        | 2.228.595,04        |
| Bônus  | 215.267,65          | 445.054,33          | 298.879,72          |
| Participação nos resultados                              | 2.872.991,07        | 1.197.169,83        | 1.929.715,32        |
| Remuneração por participação em reuniões                 | N/A                 | N/A                 | N/A                 |
| Comissões  | N/A                 | N/A                 | N/A                 |
| Outros   | N/A                 | N/A                 | N/A                 |
| Benefícios pós-emprego                                   | 11.381,42           | 9.996,37            | N/A                 |
| Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | 900.950,80          | N/A                 | N/A                 |
| Remuneração baseada em ações(*)                          | N/A                 | N/A                 | N/A                 |
| <b>Remuneração total Diretoria estatutária</b>           | <b>8.426.597,83</b> | <b>3.035.584,55</b> | <b>7.500.000,00</b> |

|  |                     |                     |                     |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Remuneração total todos os órgãos</b> | <b>8.488.997,83</b> | <b>3.049.984,55</b> | <b>7.570.000,00</b> |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|

(\*) Alguns membros do conselho de administração e diretoria recebem opções de ações da controladora indireta AEI. Vide itens 13.1 (F), 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência.



**13.3. Em relação à remuneração variável no último exercício social e no exercício social em curso e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (R\$ mil)**

Não há remuneração variável para membros de Conselho de Administração.

**R\$/mil**

| <b>Diretoria estatutária</b>  | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010<br/>(Previsão)</b> |
|---|-------------|-------------|-------------|----------------------------|
| Número de membros   | 5           | 5           | 5,16        | 5,16                       |
| Bônus:  |             |             |             |                            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração   | N/A         | N/A         | N/A         | 0                          |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração   | N/A         | N/A         | N/A         | 299                        |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas        | N/A         | N/A         | N/A         | 299                        |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais <sup>(1)</sup> | 188         | 389         | 215         | 445                        |
| Em relação à participação no resultado:   | -           | -           | -           |                            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração   | 846         | 699         | 799         | 965                        |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração   | 3.384       | 2.797       | 3.195       | 3.859                      |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas        | 1.692       | 1.399       | 1.598       | 1.930                      |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais                | 1.807       | 2.033       | 2.873       | N/A                        |

<sup>(1)</sup> O valor efetivamente reconhecido no resultado, referente a 2010, deve-se a uma complementação de superação de meta de 2009, pago à Diretoria Estatutária no primeiro trimestre de 2010.

|  | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010<br/>(Previsão)</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|----------------------------|
| <b>Conselho de administração</b>   |             |             |             |                            |
| Número de membros  | 6           | 5           | 5           | 5                          |
| Bônus:   |             |             |             |                            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração  | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração  | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais         | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Em relação à participação no resultado:  |             |             |             |                            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração  | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração  | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais         | N/A         | N/A         | N/A         | N/A                        |

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

**A. Termos e condições gerais:**

Planos da AEI

Em 31 de março de 2010, a Elektro não aprovou, nem esteve prestes a aprovar ou implantar quaisquer planos de remuneração com base em suas ações ou de longo prazo para seus funcionários, diretores ou conselheiros. Contudo, há dois planos de incentivo da controladora indireta AEI, por meio dos quais determinados diretores e conselheiros da Emissora recebem remuneração de incentivo, a saber: (i) o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 da Prisma Energy International Inc. e (ii) o Plano de Incentivo 2007 da AEI (em conjunto, “os Planos”).

Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 da Prisma Energy International Inc.

Em 2004, a Prisma Energy adotou o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 a Prisma Energy International Inc. (“Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004”) que premiava determinados diretores, conselheiros e empregados chave da Prisma Energy e de suas subsidiárias. O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 permaneceu ativo mesmo depois da aquisição a Prisma Energy pela Ashmore Energy International Limited entre maio e setembro de 2006.

O número máximo de *units* que pode ser objeto do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 é de 4 milhões e o número máximo de *units* a ser concedido a um determinado participante individual não poderá ser superior a 2 milhões. O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 permite a outorga na forma ou, em qualquer combinação, de opções, direito de valorização das ações, ações com certas restrições, *units* e de prêmios em dinheiro. O Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da AEI administra o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004.

O Comitê de Remuneração é responsável pela gestão do Plano e tem plena autoridade para tomar quaisquer providências necessárias ou recomendáveis com relação a sua administração. O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 poderá ser alterado pelo Comitê de Remuneração da AEI ou pelo Conselho de Administração da AEI, contudo o término do Plano não afetará os direitos, opções e ações já outorgados e exercidos no âmbito do Plano sem o consentimento por escrito do participante. O Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração da AEI não poderão autorizar a redução do preço de emissão das ações sem aprovação dos acionistas da AEI. Ademais, cancelamento de opções e re-emissão de opções com um preço menor também dependem da aprovação dos acionistas da AEI. O Plano expirará em 2014.

No âmbito do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, a Prisma Energy outorgou *units* nos anos de 2004 e 2005, dentre os quais alguns se baseavam em tempo de casa e outros em performance. Até 31 de março de 2010, todos os *units* do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 já haviam sido outorgados.

Nenhuma outra premiação foi realizada por meio do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 desde 2005. A AEI não prevê efetuar quaisquer concessões futuras nos termos deste Plano.

#### *Plano de Incentivo 2007 da AEI*

Em 2007, a AEI adotou o Plano de Incentivo 2007 da AEI que promove premiações em opções de compra de ações, direito de valorização de ações, ações com certas características de restrição de transferência, *units* com certas características de restrição de transferência, ações com base em performance, *units* com base em performance e bônus discricionário anual a certos diretores, membros do conselho de administração, empregados chave e consultores da AEI e de suas subsidiárias. . Sujeito a certos ajustes que venham a ser feitos, de tempos em tempos, para prevenir diluição ou concentração dos direitos dos participantes do Plano de Incentivo 2007 da AEI, o montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias está disponível para qualquer combinação de premiações no âmbito do Plano de Incentivo 2007 da AEI.

Exceto na hipótese em que o Conselho de Administração da AEI assuma expressamente a administração do Plano de Incentivo 2007 da AEI, o Comitê de Remuneração da AEI tem toda autoridade e discricionariedade para administrá-lo e tomar qualquer providência necessária ou aconselhável com esse fim. O Plano de Incentivo 2007 da AEI poderá ser alterado, de tempos em tempos, pelo Comitê de Compensação ou pelo Conselho de Administração da AEI. O Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração da AEI não estão autorizados a alterar qualquer opção de compra de ações que esteja em aberto que visem a diminuir seu preço sem o consentimento dos acionistas da AEI. Adicionalmente, nenhuma opção de compra de ações será cancelada ou substituída por opção de compra de ações de menor valor, sem aprovação dos acionistas da AEI. O Plano de Incentivo 2007 da AEI expirará em 2017. Os participantes de qualquer premiação no âmbito do Plano de Incentivo 2007 da AEI tornam-se elegíveis no decorrer de 4 anos, seguindo a seguinte programação: 10%, 15%, 25% e 50%. Quaisquer remunerações em ações por desempenho, desde que as condições de desempenho sejam atendidas, serão exercíveis após o encerramento do período de desempenho de 3 anos.

Opções. A outorga de direito a Opção de Compra de Ações da AEI pode ser concedida no início da respectiva relação empregatícia, no caso de mudança significativa nas competências da função exercida ou para atender a outros objetivos especiais de retenção ou de performance. A outorga periódica de opções, que geralmente é feita anualmente como parte do programa de remuneração a longo prazo, continuará a ser feita a critério do Comitê de Remuneração a participantes elegíveis. A opção de compra de ações da AEI tem seu preço de exercício igual ao valor de mercado de sua ação ordinária no dia de sua outorga, sendo que os participantes somente passam a ser elegíveis no respectivo período ou períodos de serviços contínuos, conforme requerido pelo Plano de Incentivo 2007 da AEI.

Ações Restritas. O Comitê de Remuneração da AEI outorgou e pode, no futuro, decidir outorgar ações da AEI com certas restrições de transferência a certos diretores.

Outras Premiações. O Comitê de Remuneração da AEI também tem a autoridade para outorgar *units* de ações restritas, direito de valorização de ações, ações com base em performance, *units* com base em performance aos participantes do Plano de Incentivo 2007 da AEI. O valor a ser pago a um participante que receber uma concessão de ações de desempenho ou *units* de desempenho nos termos do Plano de Incentivo 2007 poderá ser pago em dinheiro, ações ordinárias ou em uma combinação de ambos, conforme determinado pelo Comitê de Remuneração. Em virtude das regras fiscais de determinadas jurisdições estrangeiras, os direitos de valorização de ações e as *units* de ações restritas poderão ser outorgados no lugar das opções de compra de ações e de ações restritas, respectivamente.

Com relação ao trabalho exercido em 2009 e como parte do programa de remuneração de longo prazo em 2010, além das opções de ações, direitos de valorização de ações, ações restritas e *units* de ações restritas, foram outorgadas ações de desempenho aos diretores executivos, bem como a outros funcionários chave para alinhar ainda mais a remuneração total, com a criação de um valor ao acionista sustentável no longo prazo.

Cada outorga será formalizada por uma comprovação, que poderá conter os termos e as disposições, coerentes com o Plano, que o Comitê de Remuneração possa aprovar, inclusive, entre outros, disposições relacionadas: a) aos períodos exigidos de prestação de serviço ininterrupto necessários para se tornar exercível ou adquirir direitos, b) aos objetivos que devem ser alcançados como condição para a aquisição de direitos, bem como para a possibilidade de exercício no caso de opção de compra de ações ou direito de valorização de ação, c) outorgas nos casos de mudança de controle ou outra operação ou caso semelhante, d) outorgas no caso de término da relação empregatícia ou outro término dos serviços em virtude de falecimento, incapacidade ou outros, e) aplicação de restrições quanto à alienação das opções quando adquirirem direitos e f) o prazo e a forma de pagamento de ações de desempenho e *units* de desempenho.

#### **B. Principais objetivos do plano:**

A AEI criou os Planos com o objetivo de: 1) atrair profissionais qualificados que possam contribuir para o sucesso da AEI, trazendo valor aos seus acionistas, 2) alinhar uma significativa porção da remuneração dos seus participantes com os interesses de longo prazo de seus acionistas, e 3) incentivar uma cultura de pagamento mediante performance quando a performance do empregado excede objetivos pré-estabelecidos.

#### **C. Forma como o plano contribui para esses objetivos:**

Com base na remuneração por incentivo segundo o Plano de Incentivo 2007 da AEI (sujeito a aquisição de direito com base em tempo e em *performance*), a AEI busca alinhar os interesses de longo prazo de seus funcionários com os de seus acionistas, encorajando a administração dos negócios de modo a gerenciar como se fossem proprietários do negócio. Acredita-se que a AEI é capaz de reter e engajar talentos-chave com foco em metas de gestão de negócios e metas de desempenho que, quando realizados em horizontes de médio prazo conduzir a valor para os acionistas a longo prazo.

Importante ressaltar que não foram outorgadas opções no âmbito do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 desde 2006 e a AEI não espera mais outorgar opções de ações/*units* no âmbito do referido plano.

A forma como o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 contribui para alcançar os objetivos do plano segue o mesmo racional do Plano de Incentivo da AEI 2007, descrito acima.

#### **D. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:**

O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 e o Plano de Incentivo 2007 da AEI não estão inseridos na política de remuneração da Companhia, uma vez que tais planos são concedidos pela AEI, controladora indireta da Elektro.

#### **E. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:**

O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 e o Plano de Incentivo 2007 da AEI não estão inseridos na política de remuneração da Companhia, uma vez que tais planos são concedidos pela AEI.

Contudo, pela AEI ser controladora indireta da Elektro, os diretores e conselheiros da Emissora que recebem remuneração de incentivo de acordo com o Plano de Incentivo 2007 também são indiretamente incentivados a criarem valor no longo prazo para a Companhia.

**F. Número máximo de ações abrangidas:**

O número máximo de ações da AEI que podem ser emitidas segundo o Plano de Incentivo 2007 da AEI (inclusive outorga de ações restritas, opções de compra de ações e ações de desempenho) é de 15.660.340.

Em 31 de março de 2010, o número máximo de ações abrangidas era de 121.053 para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004.

**G. Número máximo de opções a serem outorgadas:**

O número máximo de opções da AEI que podem ser emitidas segundo o Plano de Incentivo 2007 da AEI (inclusive concessões de ações restritas, opções de compra de ações e ações de desempenho) é de 15.660.340.

O número máximo de *units* autorizadas no âmbito do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 foi de 4 milhões de *units*, como o limite individual de 2 milhões de *units* por participante. O Plano permitia a concessão de opções sob a forma de, ou em qualquer combinação, opções, direitos de valorização de ações, prêmios partes limitado de *units*, prêmios em dinheiro e prêmios baseados no desempenho. Em 31 de março de 2010, todas as *units* emitidas no âmbito do Plano foram exercidas.

**H. Condições de aquisição de ações:**

O Comitê de Remuneração da AEI tem plena autorização e poderes para administrar o Plano de Incentivo 2007 da AEI e determinar as outorgas e concessões nos termos do plano. As concessões segundo o Plano de Incentivo 2007 da AEI são determinadas com base na *performance* do beneficiário e da AEI como um todo, bem como em outros momentos adequados determinados pelo Comitê de Remuneração da AEI.

Os participantes de qualquer premiação no âmbito do Plano de Incentivo 2007 da AEI tornam-se elegíveis no decorrer de 4 anos, seguindo a seguinte programação: 10% no primeiro ano, 15% no segundo ano, 25% no terceiro ano e 50% no quarto ano. Quaisquer remunerações em ações por desempenho, desde que as condições de desempenho sejam atendidas, serão exercíveis após o encerramento do período de 3 anos.

Para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, as *units* foram concedidas com um período de carência de três anos, assumindo a realização de condições de desempenho pré-estabelecidas.

O Comitê de Remuneração é responsável pela gestão do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 e tem plena autoridade para tomar quaisquer providências necessárias ou recomendáveis com relação a sua administração. O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 poderá ser alterado pelo Comitê de Remuneração da AEI ou pelo Conselho de Administração da AEI, contudo o término do Plano não afetará os direitos, opções e ações já outorgadas e exercidas no âmbito do Plano sem o consentimento por escrito do participante. O Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração da AEI não poderão autorizar a redução do preço de emissão das ações sem aprovação dos acionistas da AEI. Ademais, cancelamento de opções e re-emissão de opções com um preço menor também dependem da aprovação dos acionistas da AEI. O Plano expirará em 2014.

#### **I. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:**

Para o Plano de Incentivo de 2007, a AEI estabeleceu uma política de avaliação que fornece uma metodologia aprovada para a avaliação das ações e opções antes da existência de um mercado público para as ações da AEI. Essa política de avaliação inclui avaliações relacionadas à emissão de ações, opções e outras concessões a participantes elegíveis nos termos do Plano. A política de avaliação é administrada pelo Comitê de Remuneração da AEI e pelo Conselho de Administração da AEI. Outros detalhes relacionados aos critérios de fixação de preços são fornecidos no item 13.9 deste Formulário de Referência.

Para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, a AEI estabeleceu uma política de avaliação que fornece uma metodologia aprovada para a avaliação das ações e opções antes da existência de um mercado público para as ações da AEI. Essa política de avaliação inclui avaliações relacionadas à emissão de ações, opções e outras concessões a participantes elegíveis nos termos do Plano. A política de avaliação é administrada pelo Comitê de Remuneração da AEI e pelo Conselho de Administração da AEI. Outros detalhes relacionados aos critérios de fixação de preços são fornecidos no item 13.9 deste Formulário de Referência.

#### **J. Critérios para fixação do prazo de exercício:**

Os participantes de qualquer premiação no âmbito do Plano de Incentivo 2007 da AEI tornam-se elegíveis no decorrer de 4 anos, seguindo a seguinte programação: 10%, 15%, 25% e 50%. Quaisquer remunerações em ações por desempenho, desde que as condições de desempenho sejam atendidas, serão exercíveis após o encerramento do período de desempenho de 3 anos. Na data de exercício o beneficiário deve ter vínculo empregatício com AEI ou uma de suas controladas.

Para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, as *units* foram concedidas com um período de carência de três anos, assumindo a realização de condições de desempenho pré-estabelecidas.

#### **K. Forma de liquidação:**

Para o Plano de Incentivo de 2007, todas as opções podem ser pagas com dinheiro ou ações (nesse último caso, a quantidade de ações a serem emitidas através do exercício da opção é reduzido do número de ações utilizado como pagamento do preço de exercício das opções). Não há pagamento para ações restritas.

Para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, todas as opções ou *units*, conforme o caso, podem ser pagas com dinheiro ou ações (nesse último caso, a quantidade de ações a serem emitidas através do exercício da opção é reduzido do número de ações utilizado como pagamento do preço de exercício das opções). Não há pagamento para ações/*units* restritas.

#### **L. Restrições à transferência das ações:**

Para o Plano de Incentivo de 2007, as ações adquiridas são transferíveis livremente, sujeitas à legislação aplicável a valores mobiliários bem como à legislação local.

Para o Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, as ações adquiridas são transferíveis livremente, sujeitas à legislação aplicável a valores mobiliários bem como à legislação local.

**M. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:**

O Plano de Incentivo 2007 da AEI poderá ser alterado pelo Comitê de Remuneração da AEI ou pelo Conselho de Administração da AEI, contudo o termino do plano não afetará os direitos, opções e ações já outorgadas e exercidas no âmbito dos Planos sem a o consentimento por escrito do participante. Contudo, dependendo da alteração proposta, o mesmo deverá ser aprovado pelos acionistas da AEI.

O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 poderá ser alterado pelo Comitê de Remuneração da AEI ou pelo Conselho de Administração da AEI, contudo o termino do plano não afetará os direitos, opções e ações já outorgadas e exercidas no âmbito dos Planos sem o consentimento por escrito do participante. Contudo, dependendo da alteração proposta, o mesmo deverá ser aprovado pelos acionistas da AEI.

**N. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:**

O Plano de Incentivo 2007 da AEI, quando do término da relação empregatícia, o funcionário manterá quaisquer concessões de remuneração de incentivo adquiridas que ele tenha recebido até a data da rescisão, bem como perderá quaisquer concessões de remuneração de incentivo que não tenham se tornado exercíveis até a data de rescisão.

O Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004, quando do término da relação empregatícia, o funcionário manterá quaisquer concessões de remuneração de incentivo adquiridas que ele tenha recebido até a data da rescisão, bem como perderá quaisquer concessões de remuneração de incentivo que não tenham se tornado exercíveis até a data de rescisão.

**13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Além das ações e opções para aquisição das ações da AEI detidas pelos conselheiros e diretores da Emissora em 31.12.2009 descritas abaixo, não há outras *units*, quotas, ações, opções ou valores mobiliários conversíveis em *units*, ações, quotas ou opções das empresas do grupo AEI detidas pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Elektro:

|                                  | <b>Conselho de Administração</b> | <b>Diretoria</b> |
|----------------------------------|----------------------------------|------------------|
| <b>Total de ações da AEI</b>     | 148.784                          | 69.616           |
| <b>Total de ações do Emissor</b> | 10(*)                            | 0                |
| <b>Total de opções da AEI</b>    | 500.769                          | 73.144           |
| <b>Total</b>                     | <b>649.563</b>                   | <b>142.760</b>   |

(\*) inclui Conselheiros suplentes.

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não há plano de remuneração baseado em ações reconhecido no resultado da Elektro.



**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

|  |   |
|--|---|
| (a) órgão:   | Conselho de Administração   |
| (b) número de membros:   | 5   |
| (c) em relação às opções ainda não exercíveis                          |   |
| i. quantidade:   | 450.507   |
| ii. data em que se tornarão exercíveis:                                | várias datas, variando entre 13.9.2010 a 28.2.2013  |
| iii. prazo máximo para exercício das opções:                           | várias datas, variando entre 13.9.2014 a 5.2.2016   |
| iv. prazo de restrição à transferência das ações:                      | enquanto o membro for empregado da Emissora ou de empresa de empresas que sejam controladas pela AEI  |
| v. preço médio ponderado de exercício:                                 | US\$ 14,29  |
| vi. valor justo das opções no último dia do exercício social:          | US\$ 5,901.641,70   |
| (d) em relação às opções exercíveis                                    |   |
| i. quantidade:   | 44.452  |
| ii. prazo máximo para exercício das opções:                            | 7 anos a contar da data da concessão da opção   |
| iii. prazo de restrição à transferência das ações                      | enquanto o membro for empregado da Emissora ou de empresa de empresas que sejam controladas pela AEI  |
| iv. preço médio ponderado de exercício:                                | US\$ 15,06  |
| v. valor justo das opções no último dia do exercício social:           | Em 29 de setembro de 2009, o Comitê de Remuneração da AEI aprovou o valor justo por opção de US\$ 15,00 por ação. Não houve outra aprovação, após tal data. |
| vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social: | Em 29 de setembro de 2009, o Comitê de Remuneração da AEI aprovou o valor justo por opção de US\$ 15,00 por ação. Não houve outra aprovação, após tal data. |

|   |  |
|---|--|
| (a) órgão:  | Diretoria  |
| (b) número de membros:  | 3  |
| (c) em relação às opções ainda não exercíveis                 |  |
| i. quantidade:  | 71.798   |
| ii. data em que se tornarão exercíveis:                       | várias datas, variando entre 28.2.2010 a 28.2.2013   |
| iii. prazo máximo para exercício das opções:                  | várias datas, variando entre 28.2.2014 a 5.2.2016  |
| iv. prazo de restrição à transferência das ações:             | enquanto o membro for empregado da Emissora ou de empresa de empresas que sejam controladas pela AEI |
| v. preço médio ponderado de exercício:                        | US\$ 13,73   |
| vi. valor justo das opções no último dia do exercício social: | US\$ 940.553,80  |
| d. em relação às opções exercíveis                            |  |
| i. quantidade:  | 7.146  |
| ii. prazo máximo para exercício das opções:                   | 7 anos a contar da data da concessão da opção  |
| iii. prazo de restrição à transferência das ações:            | enquanto o membro for empregado da Emissora ou de empresa de empresas que sejam controladas pela AEI |
| iv. preço médio ponderado de exercício:                       | USD\$13,77   |

|  |   |
|--|---|
| v. valor justo das opções no último dia do exercício social:           | Em 29 de setembro de 2009, o Comitê de Remuneração da AEI aprovou o valor justo por opção de US\$ 15,00 por ação. Não houve outra aprovação, após tal data. |
| vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social: | Em 29 de setembro de 2009, o Comitê de Remuneração da AEI aprovou o valor justo por opção de US\$ 15,00 por ação. Não houve outra aprovação, após tal data. |

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Exercício Social encerrado em 31.12.2009:

|  |  |
|--|--|
| a. órgão : Conselho de Administração   | a. órgão : Diretoria   |
| b. número de membros : 7   | b. número de membros : 2   |
| c. em relação às opções exercidas informar:  | c. em relação às opções exercidas informar:  |
| i. número de ações : 6.610   | i. número de ações : 994   |
| ii. preço médio ponderado de exercício: US\$ 14,80   | ii. preço médio ponderado de exercício: US\$ 14,20   |
| iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas: US\$ (4.015,10)                   | iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas: US\$ (7.526,39)                   |
| d. em relação às ações entregues informar:   | d. em relação às ações entregues informar:   |
| i. número de ações: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues   | i. número de ações: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues   |
| ii. preço médio ponderado de aquisição: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues   | ii. preço médio ponderado de aquisição: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues   |
| iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues | iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas: não aplicável, uma vez que ações não foram entregues |

Não houve opções exercidas nos exercícios fiscais de 2007, 2008 e 2009. O período de *lock-up* não é aplicável às opções não adquiridas e adquiridas/não exercidas.

**13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)**

**(a) Modelo de precificação**

O modelo de precificação é o Black-Scholes-Merton.

**(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

A AEI estabeleceu uma metodologia para a avaliação das ações e opções para todos os fins antes da existência de um mercado público para as ações da AEI. Essa política de avaliação inclui avaliações relacionadas à emissão de ações, opções e outras concessões a participantes elegíveis nos termos dos Planos de Incentivo da AEI. A política de avaliação é administrada pelo Comitê de Remuneração da AEI e pelo Conselho de Administração da AEI.

Os valores justos médios ponderados e as suposições de avaliação utilizadas para avaliar as opções de ações emitidas nos termos do Plano de Incentivo 2007 da AEI são divulgados por períodos indicados conforme segue:

|  | 2009      | 2008      | 2007   |
|--|-----------|-----------|--------|
| Justo Valor Médio Ponderado de Concessões (US\$) | 3,77      | 5,39      | 4,61   |
| Volatilidade Esperada                            | 29,22%    | 25,37%    | 25,00% |
| Taxa de Juros Isenta de Risco                    | 1,55%     | 3,20%     | 4,00%  |
| Produto de Dividendo                             | 0,00%     | 0,00%     | 0,00%  |
| Vida Útil Esperada                               | 5,08 anos | 6,58 anos | 7 anos |

Todas as premissas utilizadas no modelo de precificação foram informadas neste item 13.9 (b).

**(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O justo valor de cada concessão de opção de compra de ações foi estimado utilizando o modelo de Black-Scholes-Merton.

O justo valor de mercado das ações é derivado pelo cálculo do justo valor da AEI no nível da empresa e então pela determinação do valor por ação. Uma combinação de abordagens é utilizada para determinar o valor da empresa, inclusive baseado em resultado, na análise de mercado e na avaliação de caso base utilizando um terceiro. Para cada avaliação, a AEI utilizará no mínimo duas das três abordagens, considerando também outros fatores relevantes da empresa e do setor.

**(d) Forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada teve como base as alterações semanais do preço de ações (e mais recentemente com base em alterações mensais de preço de ações) durante um período de quatro a cinco anos de determinadas empresas comparáveis que se aproximam bastante da AEI em diversidade geográfica, natureza de operações e perfil de risco. A taxa de juros livre de risco tem como base os rendimentos do departamento de tesouro dos Estados Unidos, em vigor no momento da concessão. A vida útil esperada tem como base cálculos simplificados do prazo esperado para companhias de capital fechado

**(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, uma vez que não foi incorporada nenhuma outra característica da opção.

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, os planos de previdência em vigor em 31 de março de 2010 estão descritos abaixo:

| Planos de Previdência   | Conselho de administração | Diretoria estatutária   |  |
|---|---------------------------|---|--|
| Número de membros   | NA                        | 1   | 5  |
| Nome do plano   | NA                        | PSAP  | Unibanco AIG   |
| Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar   | NA                        | 1   | 1  |
| Condições para se aposentar antecipadamente   | NA                        | - 30 anos (homem) e 25 anos (mulher) de tempo de serviço comprovado.<br>- 15 anos de filiação ao plano.   | Sem possibilidade  |
| Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | NA                        | 165.864,51  | 1.041.072,48   |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores                                | NA                        | 2.190,10  | 73.277,19  |
| Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições  | NA                        | <p>O participante pode optar pelo recebimento do saldo das contribuições de acordo com a modalidade do benefício:</p> <p>1-Benefício Definido – BD</p> <p>- Serão restituídos os saldos da contribuição mensal feita pelo participante e da joia atuarial (caso tenha sido paga).</p> <p>- As contribuições relativas à patrocinadora feitas pelos participantes autopatrocinados, a partir de julho de 2005, serão devolvidas, exceto as destinadas à cobertura de benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).</p> <p>2-Contribuição Variável – CV</p> <p>- Serão restituídos os saldos das contribuições do participante e até 90% das contribuições feitas pelo patrocinador, conforme o tempo de filiação do participante (0,5% para cada mês). A forma de recebimento das contribuições pode ser à vista ou parcelada em até 60 meses.</p> <p>- O participante que transferiu suas contribuições de plano previdenciário de entidade aberta poderá resgatar essas contribuições.</p> <p>Tanto para o benefício BD quanto para o benefício CV haverá incidência de Imposto de Renda sobre o valor do resgate.</p> | <p>Os empregados podem retirar a qualquer momento a sua parte do plano. Automaticamente, a parte empresa proporcional é transferida para um Fundo Empresa. Regras para recebimento da parte empresa:</p> <p>1 -Demissão motivada por iniciativa do empregado - 50% do saldo a partir de 36 meses de participação ao programa, acrescido de 10% a cada 12 meses, limitado a 100% a partir de 96 meses de participação no programa.</p> <p>2-Demissão motivada por iniciativa do empregador - 50% do saldo a partir de 36 meses de participação ao programa, acrescido de 25% a cada 12 meses, limitado a 100% a partir de 60 meses de participação no programa.</p> |
| *Valores expressos em Reais (R\$)   |                           |   |  |
| *Informações atualizados até 31/3/2010  |                           |   |  |

**H. O plano apresenta a possibilidade de resgate antecipado sob as seguintes condições:**

Os empregados podem retirar a qualquer momento a sua participação do plano. Automaticamente, a parte proporcional à empresa é transferida para um Fundo-Empresa.

As regras para resgate são:

- Demissão motivada por iniciativa do empregado - 50% do saldo a partir de 36 meses de participação ao programa, acrescido de 10% a cada 12 meses, limitado a 100% a partir de 96 meses de participação no programa.
- Demissão motivada por iniciativa do empregador - 50% do saldo a partir de 36 meses de participação ao programa, acrescido de 25% a cada 12 meses, limitado a 100% a partir de 60 meses de participação no programa.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal**

|                                       | 2009         |
|---------------------------------------|--------------|
| <b>Conselho de administração (*)</b>  |              |
| Número de membros                     | 5            |
| Valor da maior remuneração individual | 62.400       |
| Valor da menor remuneração individual | 62.400       |
| Valor médio de remuneração individual | 12.480       |
| <b>Diretoria Estatutária</b>          |              |
| Número de membros                     | 5,16         |
| Valor da maior remuneração individual | 1.966.733,22 |
| Valor da menor remuneração individual | 939.331,10   |
| Valor médio de remuneração individual | 1.633.061,60 |

Valores em R\$

(\*) Dentre os membros do Conselho de Administração da Companhia, apenas o conselheiro representante dos empregados faz retirada mensal fixa, de *pro labore*, ou seja, somente o conselheiro representante dos empregados, possui remuneração fixa por participar do Conselho de Administração, sendo que os demais membros são remunerados pelas funções que exercem na administração da Companhia, não relacionadas ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração, exceto o representante dos empregados, participam do plano de opção de compra de ações da AEI, esse benefício não é relacionado ao Conselho de Administração. Para mais informações acerca da remuneração baseada em ações, vide itens 13.1 (F), 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência. É importante ressaltar que as ações da Elektro não fazem parte de qualquer plano de incentivo de longo prazo.

Os valores acima referentes à remuneração da Diretoria Estatutária incluem salário, benefícios diretos e indiretos, participação nos resultados, benefícios pós-emprego e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)**

Nos casos de dispensa sem justa causa, ou por motivo de reorganização societária, fica assegurado o recebimento de indenização, proporcional ao tempo de serviço, porém limitada a um teto salarial, além das verbas legais. Também terá direito a cobertura médica e odontológica, por prazo determinado, dentro do plano vigente na Companhia, e pagamento de uma consultoria visando sua recolocação profissional, dentro das regras e políticas definidas pela Companhia.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não se aplica, uma vez que nenhum membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são partes relacionadas aos controladores diretos e indiretos da Companhia.

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não se aplica, uma vez que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária não recebem remuneração em razão de serviços de consultoria ou assessoria prestados à Elektro.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Alguns membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração de empresas do grupo AEI por exercerem o cargo de administrador da Companhia. As empresas que pagam tal remuneração são afiliadas da AEI. O montante pago em 2009 foi de R\$ 7.225.133,90 e R\$ 857.118,45 durante o primeiro trimestre de 2010.

Os membros da Diretoria da empresa não recebem remuneração do controlador, de empresas sob controle comum e nem de controladas, exceto a remuneração baseada em ações, nos termos Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 e Plano de Compra de Ações 2007, descritos nos itens 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência. Tais planos de incentivo são concedidos pela acionista controladora indireta da Elektro, a AEI.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A tabela abaixo estabelece os nomes de cada diretor executivo e conselheiro da Emissora que adquiriu Ações Restritas e/ou opções de compra das ações ordinárias da AEI nos termos do Plano de Incentivo AEI 2007 e Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 da Prisma Energy International Inc. em cada período nela indicado, bem como o valor de opção/exercício:

| <b>Exercício Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2009</b> |                  |                            |                                  |
|---|------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Nome:   | Ações Restritas  | Opções de Ações Concedidas | Preço de Opção/Exercício em US\$ |
| <b>Conselho de Administração</b>                            |                  |                            |                                  |
| Carlos Marcio Ferreira                                      | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| João Carlos Ribeiro de Albuquerque                          | Não              | Não                        | -                                |
| Marcio Henrique Fernandes <sup>(1)</sup>                    | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Vitor Cuminato Filho  | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| James Alton Hughes  | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Cristián Arnolds Reyes                                      | Não              | Não                        | -                                |
| Antonio Celia Martínez-Aparicio                             | Não              | Não                        | -                                |
| Juracy Pereira Mamede                                       | Não              | Não                        | -                                |
| João Gilberto Mazzon  | Não              | Não                        | -                                |
| Maurício Antônio Penha                                      | Não              | Não                        | -                                |
| <b>Total do Plano de Incentivo AEI</b>                      | <b>35.159,00</b> | <b>227.028,00</b>          |                                  |
| <b>Diretores<sup>(2)</sup></b>                              |                  |                            |                                  |
| Francisco Alfredo Fernandes                                 | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Marcio Henrique Fernandes                                   | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Luiz Sergio Assad   | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Max Xavier Lins   | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Carlos Marcio Ferreira                                      | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva                          | Sim              | Sim                        | 13,10                            |
| <b>Total do Plano de Incentivo AEI</b>                      | <b>5.687,00</b>  | <b>36.716,00</b>           |                                  |

<sup>(1)</sup> Atualmente é membro suplente do conselho de administração e diretor.

<sup>(2)</sup> Caso um membro do conselho de administração atuar como diretor por um determinado período, as informações relacionadas a ações ordinárias ou opção de compra de ações nos termos do Plano de Incentivo AEI 2007 e do Plano de Incentivo de Compra de Ações 2004 da Prisma Energy International Inc. serão incluídas como pertencentes ao conselho de administração e excluídas da diretoria.



**Trimestre encerrado em 30 de março de 2010**

| Nome:                                  | Ações<br>Restritas | Opções de<br>Ações<br>Concedidas | Preço de<br>Opção/Exercício<br>em US\$ |
|--|--------------------|----------------------------------|--|
| <b>Conselheiros</b>                    |                    |                                  |  |
| Carlos Marcio Ferreira                 | Sim                | Sim                              | 14,45                                  |
| João Carlos Ribeiro de Albuquerque     | Não                | Não                              |  |
| Marcio Henrique Fernandes              | Sim                | Sim                              | 14,45                                  |
| Vitor Cuminato Filho                   | Sim                | Sim                              | 14,45                                  |
| James Alton Hughes                     | Sim                | Sim                              | 14,45                                  |
| Cristián Arnolds Reyes                 | Não                | Não                              | -                                      |
| Antonio Celia Martínez-Aparício        | Sim                | Sim                              | 14,45                                  |
| Juracy Pereira Mamede                  | Não                | Não                              | -                                      |
| João Gilberto Mazzon                   | Não                | Não                              | -                                      |
| Maurício Antônio Penha                 | Não                | Não                              | -                                      |
| <b>Total do Plano de Incentivo AEI</b> | <b>51.568,00</b>   | <b>165.875,00</b>                |  |

**Diretores<sup>(1)</sup>**

|  |                 |                  |       |
|--|-----------------|------------------|-------|
| Carlos Marcio Ferreira                 | Sim             | Sim              | 14,45 |
| Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro      | Sim             | Sim              | 14,45 |
| Luiz Sergio Assad                      | Sim             | Sim              | 14,45 |
| Max Xavier Lins                        | Sim             | Sim              | 14,45 |
| Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva     | Sim             | Sim              | 14,45 |
| Marcio Henrique Fernandes              | Sim             | Sim              | 14,45 |
| <b>Total do Plano de Incentivo AEI</b> | <b>5.572,00</b> | <b>18.851,00</b> |       |

<sup>(1)</sup> Caso um membro do conselho de administração atuar como diretor por um determinado período, as informações relacionadas a ações ordinárias ou opção de compra de ações nos termos do Plano de Incentivo 2007 da AEI e do Plano de Incentivo de Compra de Ações de Longo Prazo Prisma serão incluídas como pertencentes ao conselho de administração e excluídas da diretoria.

## 14. Recursos humanos

### 14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

| A - Número de empregados  | 31/12/2007   | 31/12/2008   | 31/12/2009   | 31/3/2010    |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Mato Grosso do Sul</b> | <b>34</b>    | <b>37</b>    | <b>39</b>    | <b>46</b>    |
| Administrativo            | 3            | 2            | 4            | 3            |
| Operacional               | 30           | 34           | 34           | 42           |
| Técnico                   | 1            | 1            | 1            | 1            |
| <b>São Paulo</b>          | <b>2.656</b> | <b>2.641</b> | <b>2.979</b> | <b>3.215</b> |
| Administrativo            | 801          | 774          | 709          | 741          |
| Call Center               | 292          | 309          | 338          | 334          |
| Operacional               | 1.144        | 1.118        | 1.490        | 1.704        |
| Técnico                   | 419          | 440          | 442          | 436          |
| <b>Total geral</b>        | <b>2.690</b> | <b>2.678</b> | <b>3.018</b> | <b>3.261</b> |

| B - Número de terceiros   | 31/12/2007   | 31/12/2008   | 31/12/2009   | 31/3/2010    |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Mato Grosso do Sul</b> | <b>32</b>    | <b>32</b>    | <b>32</b>    | <b>32</b>    |
| Administrativo            | 4            | 4            | 4            | 4            |
| Operacional               | 28           | 28           | 28           | 28           |
| <b>São Paulo</b>          | <b>4.350</b> | <b>3.476</b> | <b>2.953</b> | <b>2.848</b> |
| Administrativo            | 412          | 342          | 292          | 292          |
| Operacional               | 3.938        | 3.134        | 2.661        | 2.556        |
| <b>Total geral</b>        | <b>4.382</b> | <b>3.508</b> | <b>2.985</b> | <b>2.880</b> |

|                               | 31/12/2007   | 31/12/2008   | 31/12/2009   | 31/3/2010    |
|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Empregados + Terceiros</b> | <b>7.072</b> | <b>6.186</b> | <b>6.003</b> | <b>6.141</b> |

| C - Índice de rotatividade    | 31/12/2007    | 31/12/2008    | 31/12/2009    | 31/3/2010    |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| <b>Índice de rotatividade</b> | <b>10,00%</b> | <b>12,03%</b> | <b>18,23%</b> | <b>6,22%</b> |

#### **D. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas**

Em 31 de março de 2010, a Elektro havia sido citada em 863 ações trabalhistas, das quais aproximadamente 154 foram movidas por ex-empregados da Elektro e as 709 restantes foram movidas por ex-empregados de empresas contratadas pela Companhia.

Conforme a liquidação dos pedidos destas ações, os valores discutidos somavam aproximadamente R\$ 113,8 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 9,4 milhões encontram-se provisionados contabilmente em virtude da classificação de perda provável atribuída a parcela dos objetos discutidos conforme os prognósticos dos assessores jurídicos da Companhia.

Os principais objetos envolvidos nestes processos são a responsabilidade subsidiária ou solidária da Elektro decorrente do inadimplemento de verbas trabalhistas por empresas contratadas, pagamento de verbas rescisórias, pagamento de horas extras, indenização por acidente do trabalho e diferenças salariais.

Do total de ações trabalhistas em andamento, 12 são ações coletivas, propostas por sindicatos. Os principais pedidos envolvidos nessas ações são integração de parcelas não salariais na remuneração dos empregados, base de cálculo de horas extras e índice de reajuste dos planos de aposentadoria. As ações trabalhistas propostas por Sindicatos representam parcela significativa dos valores provisionados, acima mencionados.

#### **14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima**

Variação 2007 para 2008:

- Primarização da área de projetos técnicos
- Parte do serviço de leitura e entrega de contas passou a ser feito pelo quadro próprio
- Contratação de técnicos para atendimento a NR-10.
- Aumento dos Operadores de Teleatendimento para manter o nível de serviço em 95%.

Variação 2008 para 2009:

- Primarização dos trabalhos de ligação, religação e suspensão de fornecimento de energia.
- Primarização do serviço de inspeção de medição.
- Aumento dos Operadores de Teleatendimento para atendimento à resolução 057/2004.
- Primarização dos trabalhos de obras e manutenção do sistema elétrico.

**Variação 31/03/2009 para 31/03/2010:**

- Primarização dos trabalhos de ligação, religação e suspensão de fornecimento de energia
- Primarização do serviço de inspeção de medição
- Aumento dos Operadores de Teleatendimento para atendimento à resolução 057/2004
- Primarização dos trabalhos de obras e manutenção do sistema elétrico

### **14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor**

#### **A. Política de salários e remuneração variável**

##### **Política de Remuneração**

Os objetivos da política de remuneração da Elektro são de assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada função e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo:

- Formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Elektro, onde cada função tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas.
- Estabelecer carreiras que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados da Companhia.
- Manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, reter e desenvolver seus empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados.
- Favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo e gerencial com o suporte consultivo do RH.
- Dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado.
- Definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

##### **Remuneração Variável**

É vinculada a metas de desempenho dos indivíduos, das equipes ou da organização e inclui formas de remuneração de curto prazo (PLR) e de longo prazo (bônus executivo).

#### **B. Política de benefícios**

São facilidades, vantagens e serviços sociais que a Elektro oferece aos seus colaboradores e constituem a chamada remuneração indireta, concedida independente do cargo ocupado, em conjunto com a chamada remuneração direta (salário específico para o cargo ocupado, em função de sua avaliação).

São benefícios baseados no fato de pertencer à organização e que são oferecidas para atrair e manter colaboradores:

- AMH – Assistência Médica Hospitalar;
- AO – Assistência Odontológica: Exceto estagiários;
- Seguro de Vida – Gerentes, Gerentes Executivos, Superintendentes, Diretores e Estagiários;
- Auxílio Previdenciário / Complementação;
- Previdência Privada;
- Auxílio Alimentação;
- Cesta Base: Exceto Gerentes, Gerentes Executivos, Superintendentes, Diretores e Estagiários;
- Auxílio Creche / Babá;
- Ajuda Transferência;
- Transporte: Concessão de vale transporte conforme legislação em vigor; Estacionamento na Sede e Regionais (dentro do limite de vagas disponíveis);
- Veículo: Concessão de veículo designado para: Gerentes Executivos, Superintendentes, Diretores e Presidente;
- Valor monetário para aquisição de veículo: Concedido aos Gerentes;
- Check-Up Médico – Gerentes, Gerentes Executivos, Superintendentes e Diretores;
- Cesta de Natal.

## **Plano Especial de Aposentadoria - PEA**

A Companhia criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), em 25 de julho de 2007, mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis e continuam trabalhando. Tal plano foi prorrogado por meio do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 21 de setembro de 2009, estendendo-o até 31 de maio de 2011, com prorrogação automática até 31 de maio de 2013, caso as partes não se manifestem em contrário.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de trabalho do empregado na Companhia) além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para estarem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) prestar serviços à Companhia, (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, onde são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados, e (iii) apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 1,8 milhão registrado no passivo circulante referia-se a 27 empregados que aderiram ao plano em 2009, cujo pagamento dos benefícios para 11 desses colaboradores ocorreu durante o primeiro trimestre de 2010 e o restante ocorrerá até o fim do primeiro semestre de 2010. O valor atualizado em 31 de março de 2010 é de R\$ 1,2 milhão. Para os períodos entre 2010 e 2013, a Companhia estima que até 201 empregados possam aderir ao plano, fato que gerou uma provisão de R\$ 12,8 milhões registrada no passivo não circulante.

## **Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/Elektro)**

PSAP/ELEKTRO originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 01/07/1998 e abrange a totalidade dos Participantes transferidos para a Elektro Eletricidade e Serviços S.A., decorrente da cisão do Patrimônio da CESP. O PSAP/ELEKTRO, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), ou seja, o benefício (valor a receber) é previamente estabelecido. O PSAP/Elektro é administrado pela entidade fechada de previdência complementar Fundação CESP.

Ao aderir ao Plano Previdenciário, o participante realizará contribuições mensais obrigatórias para garantir o pagamento do Benefício Definido. Para complementar o benefício, poderão ser realizadas as contribuições adicionais Voluntária (mensalmente) e Esporádica (conforme o interesse do participante). Em dezembro de 2009, o PSAP/Elektro possuía aproximadamente 2.485 participantes ativos.

A redução do passivo em 26,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 23,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, reflete a amortização dos ganhos atuariais de acordo com os critérios societários previstos na ICVM 371, que leva em consideração o serviço futuro médio dos participantes do plano. A determinação dos montantes dos ganhos a serem amortizados a cada ano leva em consideração a avaliação atuarial dos planos que a Elektro mantém, e que oscilam em decorrência do perfil dos participantes nos planos, da taxa de desconto do cálculo do valor presente das obrigações e do valor justo dos ativos líquidos do plano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a avaliação atuarial dos planos da Elektro demonstrou um superavit, assim como determinou uma amortização de ganhos em montantes que acarretaram em eliminação do passivo atuarial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Atualmente, existem 12 ações trabalhistas movidas por participantes, que versam sobre índices de reajuste para correção do PSAP. O valor total envolvido nessas ações corresponde a aproximadamente R\$ 574 mil. Não há valores provisionados.

## Programa de Previdência Elektro – Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.

A Companhia também concede a todos os seus empregados e dirigentes o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e o Plano Modular Empresarial Coletivo (Fundo Gerador de Benefícios – FGB), ambos planos de contribuição definida e administrados pela entidade aberta de previdência complementar Unibanco AIG Vida e Previdência S.A, sendo os custos assumidos pelo Participante (contribuições mensais básicas, contribuições voluntárias e contribuições voluntárias esporádicas) e pela Companhia (contribuições básicas da empresa e contribuições extraordinárias)

Atualmente, existem 32 participantes no plano de previdência privada (PGBL e FGB) da Companhia. Nos planos PGBL e FGB da Companhia não há risco atuarial, sendo o risco dos investimentos integralmente assumidos pelos participantes do Plano.

### C. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não há plano de remuneração baseado em ações da Elektro.

#### 14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

A Elektro julga ter bom relacionamento com seus empregados e sindicatos, não tendo havido greves na empresa nos últimos três anos. Mantém relações com os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – STIEEC;
- Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – STIEESP; e
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira – SINDERGEL.

## 15. Controle

### 15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles

A Companhia é diretamente controlada pela empresa *holding* EPC, que é indiretamente controlada pela AEI, que detém aproximadamente 99,68% do seu capital social. A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Companhia entre seus acionistas diretos em 31 de março de 2010:

| Nome  | Nacionalidade | CPF<br>CNPJ        | Quantidade de<br>ações<br>ordinárias | % em ações<br>ordinárias e<br>na totalidade<br>do capital<br>social da<br>Companhia | Quantidade<br>de ações<br>preferenciais | % em ações<br>preferenciais<br>na<br>totalidade<br>do capital<br>social da<br>Companhia | Participa<br>ção de<br>acordo<br>de<br>acionistas | Data<br>da<br>última<br>alteração |
|---|---------------|--------------------|--------------------------------------|---|---|---|---|-----------------------------------|
| EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | Brasileira    | 02.538.000/0001-75 | 59.310.480                           | 64,55%  | -                                       | 0,00%   | NÃO   | N/A                               |

A EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. é detida pela AEI Brazil PD Holdings Ltd, e pela ETB – Energia Total do Brasil Ltda., conforme tabela abaixo:

#### EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.

| Nome                               | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|------------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|---|
| AEI Brazil PD Holdings Ltd.        | Ilhas Cayman  | 05.546.120/0001-02 | 178.156.433          | 46,28%  |
| AEI Brazil Power Investments Ltd.  | Ilhas Cayman  | 05.631.761/0001-65 | 896.579              | 0,23%   |
| ETB –Energia Total do Brasil Ltda. | Brasileira    | 02.886.241/0001-05 | 205.897.954          | 53,49%  |



### AEI Brazil Power Investments Ltd.

| Nome                        | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|-----------------------------|---------------|--------------------|----------------------|---|
| AEI Brazil PD Holdings Ltd. | Ilhas Cayman  | 05.546.120/0001-02 | 1,000                | 100%  |

### AEI Brazil PD Holdings Ltd.

| Nome | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|------|---------------|--------------------|----------------------|---|
| AEI  | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 10,000               | 100%  |

### ETB – Energia Total do Brasil Ltda.

| Nome                           | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|--------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|---|
| AEI                            | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 484.901.500          | 50,46%  |
| AEI Brazil Power Holdings Ltd. | Ilhas Cayman  | 07.458.716/0001-86 | 476.121.917          | 49,54%  |

### AEI Brazil Power Holdings Ltd.

| Nome | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ       | Quantidade de quotas | % em quotas e na totalidade do capital social |
|------|---------------|--------------------|----------------------|---|
| AEI  | Ilhas Cayman  | 07.458.701/0001-18 | 1,000                | 100%  |

A AEI é controlada por fundos de investimentos e veículos de propósito específicos, os “Veículos Ashmore AEI”, os quais são direta e indiretamente administrados, aconselhados ou controlados pela Ashmore.

Os Veículos Ashmore AEI detêm, coletivamente, 54,70% da AEI e, indireta e coletivamente, 54,60% da Elektro. Os outros acionistas que detêm mais de 5% da AEI são Buckland Investment Pte Ltd. e Sherbrooke, Ltd., conforme tabela abaixo:

### AEI

| Nome  | Nacionalidade | CPF/<br>CNPJ  | Quantidade de ações ordinárias da AEI | % em ações ordinárias na totalidade do capital social da AEI | % em ações ordinárias na totalidade do capital social da Elektro |
|---|---------------|---------------|---------------------------------------|--|--|
| Ashmore Emerging Markets Debt Fund  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 20.865.705                            | 8,55%  | 8,52%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 2 Limited  | Guernesei     | Não aplicável | 13.169.905                            | 5,40%  | 5,38%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 3 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 23.013.134                            | 9,43%  | 9,40%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 4 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 10.977.303                            | 4,50%  | 4,49%  |
| Ashmore Global Special Situations Fund 5 Limited Partnership  | Guernesei     | Não aplicável | 1.000.000                             | 0,41%  | 0,41%  |
| Ashmore SICAV Emerging Markets Debt Fund  | Luxemburgo    | Não aplicável | 4.363.396                             | 1,79%  | 1,78%  |
| Ashmore Global Opportunities Limited  | Guernesei     | Não aplicável | 6.237.039                             | 2,56%  | 2,55%  |
| Asset Holder PCC Limited in respect of Ashmore Emerging Markets Liquid Investment Portfolio Limited | Guernesei     | Não aplicável | 45.353.925                            | 18,59%   | 18,53%   |
| EMDCD Ltd.  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 5.091.645                             | 2,09%  | 2,08%  |
| Ashmore Emerging Markets Global Investment Portfolio Limited  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 1.435.248                             | 0,59%  | 0,59%  |
| Ashmore Growing Multi Strategy Fund Limited   | Guernesei     | Não aplicável | 905.938                               | 0,37%  | 0,37%  |
| Ashmore Emerging Markets Debt and Currency Fund   | Guernesei     | Não aplicável | 1.233.864                             | 0,51%  | 0,51%  |
| Buckland Investment Pte Ltd.  | Cingapura     | Não aplicável | 54.588.392                            | 22,37%   | 22,30%   |
| Sherbrooke, Ltd.  | Ilhas Cayman  | Não aplicável | 13.931.097                            | 5,71%  | 5,69%  |
| Outros  | Várias        | Não aplicável | 41.831.511                            | 17,14%   | 17,09%   |
| <b>TOTAL</b>  | <b>---</b>    | <b>----</b>   | <b>243.998.102</b>                    | <b>100,00%</b>   | <b>----</b>  |

A Ashmore é uma subsidiária integral indireta do Ashmore Group plc (“Ashmore Group”), integrante do FTSE 250 e cujas ações são listadas no *London Stock Exchange*. A Ashmore Group é regulada pelo *United Kingdom Financial Services Authority*. O Sr. Mark Coombs é presidente do Comitê de Investimentos da Ashmore, além de ser o presidente executivo e detentor indireto de aproximadamente 42,8% da Ashmore. O Sr. Mark Coombs é Diretor Presidente e Conselheiro do Ashmore Group. Ele é responsável por definir a estratégia geral dos investimentos dos fundos administrados pelo Ashmore Group.

Doze são os Veículos Ashmore AEI acionistas da AEI. Cada Veículo Ashmore AEI nomeou e concedeu a Ashmore poderes discricionários e de controle sobre os seus investimentos. Os investidores dos Veículos Ashmore AEI são investidores passivos e delegaram à Ashmore a gestão e a discricionariedade no processo de tomada de decisões de investimento. As decisões de investimento quanto aos Veículos Ashmore AEI cabem exclusivamente à Ashmore, enquanto gestora de tais fundos.

Nenhum investidor dos Veículos Ashmore AEI que seja pessoa física, detém, indiretamente, mais do que 5% das ações da Elektro.

#### **Buckland Investment Pte. Ltd.**

A Buckland Investment Pte Ltd. detém 22,37% das ações da AEI, que representa indiretamente 22,30% das ações da Companhia. A Buckland Investment Pte Ltd. é um veículo de investimento administrado por GIC Special Investment Pte Ltd. O GIC Special Investment Pte Ltd. é o braço de private equity do Government of Singapore Investment Corporation (Ventures) Pte Ltd., uma companhia multinacional do governo da Cingapura criada em 1981 para administrar a reserva em moeda estrangeira de Cingapura (fundo soberano da Cingapura).

#### **Sherbrooke, Ltd.**

O Sherbrooke, Ltd. detém 5,71% de participação na AEI, e, indiretamente, 5,69% da Companhia. A Sherbrooke, Ltd. é administrada pela Eton Park Capital Management, LP, uma gestora privada de fundos de hedge ("Eton Park"). A Sherbrooke, Ltd. é controlada pela Eton Park Fund, LP e pela Eton Park Master Fund, Ltd. que detêm 35% e 65%, respectivamente, de seu capital (os "Fundos Eton Park"). Os investidores dos Fundos Eton Park são investidores passivos. Nenhum investidor individual tem poder de decisão com relação a, ou ingerência sobre, os investimentos feitos pelos Fundos Eton Park. Na qualidade de gestora da Sherebrooke, Ltd. e dos Fundos Eton Park, a Eton Park administra e tem poder discricionário para tomar as decisões de investimento dos Fundos Eton Park, bem como da Sherebrooke, Ltd. O Sr. Eric Mindich é o administrador e presidente executivo da Eton Park.

**15.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1**

| Nome                                      | Nacionalidade | CPF<br>CNPJ        | Quantidade<br>de ações<br>ordinárias | % em ações<br>ordinárias e na<br>totalidade do<br>capital social da<br>Companhia | Quantidade<br>de ações<br>preferenciais | % em ações<br>preferenciais na<br>totalidade do capital<br>social da Companhia | Participa de<br>acordo de<br>acionistas | Data da<br>última<br>alteraçã<br>o |
|---|---------------|--------------------|--------------------------------------|--|---|--|---|------------------------------------|
| ETB – Energia<br>Total do Brasil<br>Ltda. | Brasileira    | 02.886.241/0001-05 | 25.964.606                           | 28,26%   | 34.535.204                              | 33,90%   |   |                                    |
| AEI<br>Investimentos<br>Energéticos Ltda. | Brasileira    | 02.761.727/0001-17 | 6.579.221                            | 7,16%  | -                                       | 0,00%  | NÃO                                     | N/A                                |
| AEI Brazil<br>Finance Ltd.                | Ilhas Cayman  | 06.377.075/0001-72 | -                                    | 0,00%  | 66.744.382                              | 65,51%   | NÃO                                     | N/A                                |
| Acionistas<br>minoritários                | Brasileira    | N/A                | 26.665                               | 0,03%  | 598.707                                 | 0,59%  | NÃO                                     | N/A                                |

**15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas**

| Descrição da distribuição do capital social         | Composição com base na Assembleia<br>Geral Ordinária e Extraordinária de<br>31/03/2010 |
|---|--|
| Número de acionistas pessoas físicas                | 899  |
| Número de acionistas pessoas jurídicas              | 149  |
| Número de acionistas pessoas estrangeiras           | 3  |
| Número de investidores institucionais               | 7  |
| Número de ações em circulação, por classe e espécie | Ações ordinárias: 91.880.972<br>Ações preferenciais: 101.878.293                       |

**15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2**

Os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nas seções “15.1” e “15.2” acima, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

**15.5. Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor**

Não há acordo de acionistas que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor.

**15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não existem alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

**15.7. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item “15”.

## **16. Transações com Partes Relacionadas**

**16.1. Regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições considerando as condições contratadas em cada operação. Tais operações incluem prestação de serviços e compartilhamento de infraestrutura e sublocação.

A acionista controladora da Companhia tem poderes para, no âmbito da assembleia geral, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas. Entretanto, a Lei das Sociedades por Ações impõe determinadas restrições a operações com partes relacionadas, proibindo conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Adicionalmente, operações com partes relacionadas são reguladas e fiscalizadas pela ANEEL e, assim, a Companhia observa tais normas no curso de seus negócios com partes relacionadas.

**16.2. Em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos três últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente**

Os valores com partes relacionadas referem-se a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do grupo. Os valores dos serviços administrativos e de compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado a partir de 1º de abril de 2004. Para AEI America do Sul Holding Ltda., o contrato tem duração de cinco anos a contar de 22 de agosto de 2005, podendo ser renovado após anuência prévia da Fundação Cesp e ANEEL. Ambos podem ser resilidos mediante notificação por escrito com pelo menos 90 dias de antecedência

Segue abaixo tabela com informações acerca de transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos três exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

|   |   |   |  |  |
|---|---|---|--|--|
| <b>a. Nome das partes relacionadas:</b>   | Elektro Comercializadora de Energia Ltda.   | Elektro Comercializadora de Energia Ltda. | AEI America do Sul Holding Ltda.                           | AEI America do Sul Holding Ltda.             |
| <b>b. Relação das partes com a Companhia:</b>                                       | Empresa ligada aos controladores diretos  | Empresa ligada aos controladores diretos  | Empresa ligada ao controlador indireto (AEI)               | Empresa ligada ao controlador indireto (AEI) |
| <b>c. Data da transação:</b>  | Íncio em 01/07/2003   | Íncio em 15/04/2004                       | Íncio em 22/08/2005  | Íncio em 22/08/2005                          |
| <b>d. Objeto do contrato:</b>   | Prestação de serviços e compartilhamento de infraestrutura  | Sublocação                                | Prestação de serviços e compartilhamento de infraestrutura | Sublocação                                   |
| <b>e. Montante envolvido:</b>   | Inicial de R\$ 11.873,00 mensais  | Inicial de R\$ 715,00 mensais             | Inicial de R\$ 41.244,20 mensais                           | Inicial de R\$ 3.269,45 mensais              |
| <b>f. Saldo existente no Ativo R\$ mil em:</b>                                      |   |   |  |  |
| <b>31.03.2010</b>   | -   | 1   | -  | 4  |
| <b>31.12.2009</b>   | 21  | 1   | 53   | 8  |
| <b>31.12.2008</b>   | 17  | 1   | 44   | 4  |
| <b>31.12.2007</b>   | 16  | 1   | 83   | 3  |
| <b>g. Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio:</b> | N/A   | N/A                                       | N/A  | N/A  |
| <b>h. Garantias e seguros relacionados:</b>   | N/A   | N/A                                       | N/A  | N/A  |
| <b>i. Duração:</b>  | Prazo indeterminado   | Prazo indeterminado                       | 22/8/2010  | 22/8/2010                                    |
| <b>j. Condições de rescisão ou extinção:</b>  | (i) Não cumprimento, por qualquer das partes, de qualquer obrigação prevista no contrato; (ii) Interrupção dos serviços, ainda que pela ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, por mais de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da ocorrência do fato; (iii) Decretação de falência ou dissolução de qualquer das partes; ou (iv) A não aprovação/anuência do contrato pela ANEEL |   |  |  |
| <b>k. Dívidas</b>   |   |   |  |  |
| <b>k.i. Natureza e razões</b>   | N/A   | N/A                                       | N/A  | N/A  |
| <b>k.ii. Taxa de juros</b>  | N/A   | N/A                                       | N/A  | N/A  |

### **16.3. Cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social**

#### **A. Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Conforme indicado no item 16.1. acima, todas as operações da Companhia que se deram com partes relacionadas foram devidamente levadas ao conhecimento e anuência prévia da ANEEL.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

## **B. Caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem as condições contratadas e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nessa linha, todos os contratos mencionados no item 16.2 proporcionam ou proporcionaram à Companhia nos últimos três exercícios sociais e no corrente as suas respectivas remunerações mensais em contrapartidas aos serviços prestados e espaços sublocados, conforme descrição abaixo dos principais termos dos referidos contratos:

*(a) Contrato de Prestação de Serviços e Compartilhamento de Infraestrutura celebrado com a Elektro Comercializadora de Energia Ltda.*

Em 1º de julho de 2003 a Companhia celebrou com a Elektro Comercializadora de Energia Ltda. o Contrato de Prestação de Serviços e Compartilhamento de Infraestrutura, que foi posteriormente aditado em 15 de abril de 2004 e em 23 de maio de 2005.

Por meio do referido instrumento contratual a Companhia deve prestar os seguintes serviços à Elektro Comercializadora de Energia Ltda.:

- Operacionalização dos registros dos contratos de energia no âmbito do MAE (Mercado Atacadista de Energia), incluindo registro e validação dos contratos e obtenção de diversos relatórios gerenciais disponibilizados no Sinercom, tais como: contabilização, liquidação, etc.;
- Execução das instruções da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. quanto à movimentação da conta corrente bancária da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., no que se refere ao pagamento de contas e aplicação de recursos e quanto à emissão e recebimento de faturas;
- Execução das instruções da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. no que se refere à cobrança, arrecadação e repasse de valores através das faturas de energia elétrica emitidas pela Companhia;
- Escrituração contábil dos movimentos realizados pela Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ao longo de cada período de apuração contábil;
- Apuração dos impostos devidos pela Elektro Comercializadora de Energia Ltda.;
- Assessoria comercial, jurídica e regulatória por ocasião da negociação de contratos de compra e venda de energia e/ou outros quaisquer; e
- Inclusão e gerenciamento da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. no sistema gerencial SAP R/3.

Além das atividades acima mencionadas a Companhia realiza o compartilhamento da infraestrutura organizacional de sua propriedade de sorte a permitir que a Elektro Comercializadora de Energia Ltda. exerça regularmente as suas atividades operacionais.

Pelos serviços prestados (acima descritos) e pela utilização de pessoal da Companhia a Elektro Comercializadora de Energia Ltda. deve reembolsar à Companhia parte dos custos incorridos mensalmente pela mesma para manutenção do pessoal e da infraestrutura disponibilizada, de forma proporcional à utilização pela Elektro Comercializadora de Energia Ltda.

O referido reembolso remonta atualmente à quantia de R\$ 14.622,19 / mês. Tal valor tem como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia. O não pagamento até a data de vencimento da prestação mensal devida à Companhia a título de reembolso ensejará a cobrança de multa moratória de 2% e juros de mora de 12% ao ano, calculado *pro rata die*.

*(b) Contrato de Sublocação celebrado com a Elektro Comercializadora de Energia Ltda.*

Em 15 de abril de 2004 a Companhia celebrou com a Elektro Comercializadora de Energia Ltda. o Contrato de Sublocação.



Por meio do referido instrumento contratual a Companhia deve sublocar à Elektro Comercializadora de Energia Ltda. parte do imóvel localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, no segundo andar do Edifício 1, denominado sala “F”, exclusivamente para fins de instalação da sede da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. O aluguel mensal devido à Companhia é de R\$ 715,00. Caso a Elektro Comercializadora de Energia Ltda. deixe de pagar o aluguel no prazo ajustado incidirá multa de 10% do valor devido e juros de 1% ao mês. O valor do aluguel será reajustado a cada 12 meses com base na variação do IGPM.

*(c) Contrato de Prestação de Serviços e Compartilhamento de Infraestrutura celebrado com a AEI América do Sul Holding Ltda.*

Em 22 de agosto de 2005 a Companhia celebrou com a AEI América do Sul Holding Ltda. o Contrato de Prestação de Serviços e Compartilhamento de Infraestrutura.

Por meio do referido instrumento contratual a Companhia deve prestar os seguintes serviços à AEI América do Sul Holding Ltda.:

- Emissão de faturas e movimentação da conta corrente bancária da AEI América do Sul Holding Ltda., execução de pagamentos, recebimento de faturas e aplicação de recursos;
- Escrituração contábil dos movimentos realizados pela AEI América do Sul Holding Ltda. ao longo de cada período de apuração contábil;
- Apuração e recolhimento dos impostos devidos pela AEI América do Sul Holding Ltda.;
- Assessoria comercial, jurídica e regulatória por solicitação da AEI América do Sul Holding Ltda.; e
- Gerenciamento da AEI América do Sul Holding Ltda. nos sistemas de gestão e operacionais, mantidos pela AEI América do Sul Holding Ltda.;
- Suporte para elaboração de relatórios gerenciais;
- Processamento da folha de pagamento da AEI América do Sul Holding Ltda.;
- Suporte nas atividades relativas à gestão de Recursos Humanos, incluindo treinamento, desenvolvimento e contratação de novos colaboradores para a AEI América do Sul Holding Ltda.; e
- Suporte para os serviços de infraestrutura administrativa, Tecnologia da Informação e telecomunicações.

Além das atividades acima mencionadas a Companhia realiza o compartilhamento da infraestrutura organizacional de sua propriedade de sorte a permitir que a AEI América do Sul Holding Ltda. exerça regularmente as suas atividades operacionais.

Pelos serviços prestados (acima descritos) e pela utilização de pessoal da Companhia a AEI América do Sul Holding Ltda. deve reembolsar à Companhia parte dos custos incorridos mensalmente pela mesma para manutenção do pessoal e da infraestrutura disponibilizada, de forma proporcional à utilização pela AEI América do Sul Holding Ltda.

O referido reembolso remonta atualmente à quantia de R\$ 41.244,20 / mês. Tal valor tem como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia. O não pagamento até a data de vencimento da prestação mensal devida à Companhia a título de reembolso ensejará a cobrança acrescida de multa moratória de 2%, correção monetária pelo IGPM e juros de mora de 12% ao ano, calculado *pro rata die*.

*(d) Contrato de Sublocação celebrado com a AEI América do Sul Holding Ltda.*

Em 22 de agosto de 2005 a Companhia celebrou com a AEI América do Sul Holding Ltda. o Contrato de Sublocação.

Por meio do referido instrumento contratual a Companhia deve sublocar à AEI América do Sul Holding Ltda. parte do imóvel localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, no segundo andar do Edifício 1, denominado sala “L”, exclusivamente para fins de instalação da sede da AEI América do Sul Holding Ltda.

O aluguel mensal devido à Companhia é de R\$ 3.269,45. Caso a AEI América do Sul Holding Ltda. deixe de pagar o aluguel no prazo ajustado incidirá multa moratória de 2%, correção monetária pelo IGPM e juros de mora de 12% ao ano, calculado *pro rata die*. O valor do aluguel será reajustado a cada 12 meses com base na variação do IGPM.

## 17. Capital social

### 17.1. Tabela contendo informações sobre o capital social

| Espécie       | Capital Emitido | Capital Subscrito (R\$) | Capital Integralizado (R\$) | Prazo para Integralização | Capital autorizado (*) |             |                     | Títulos conversíveis em ações | Condições para conversão |
|---------------|-----------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------------|------------------------|-------------|---------------------|-------------------------------|--------------------------|
|               |                 |                         |                             |                           | Quantidade de ações    | Valor (R\$) | Data da Autorização |                               |                          |
| Ordinárias    | 91.880.972      | 451.673.298             | 451.673.298                 | -                         | Não há                 | N/A         | N/A                 | Não há                        | -                        |
| Preferenciais | 101.878.293     | 500.818.652             | 500.818.652                 | -                         | Não há                 | N/A         | N/A                 | Não há                        | -                        |
| Total         | 193.759.265     | 952.491.950             | 952.491.950                 | -                         | Não há                 | N/A         | N/A                 | Não há                        | -                        |

(\*) A Companhia não tem capital autorizado.

### 17.2. Aumentos de capital do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não teve o seu capital aumentado nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

### 17.3. Desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela

O grupamento de ações ocorreu em 31 de março de 2008, sendo que nos demais períodos – 2007, 2009 e até 31 de março de 2010 – não houve movimentações.

| Grupamento de Ações              |  |                                      |
|----------------------------------|--|--------------------------------------|
| Alteração em 31 de março de 2008 | Quantidade de ações antes da aprovação | Quantidade de ações após a aprovação |
| Ações Ordinárias                 | 183.761.944.618                        | 91.880.972                           |
| Ações Preferenciais              | 203.756.586.299                        | 101.878.293                          |
| <b>Total</b>                     | <b>387.518.530.917</b>                 | <b>193.759.265</b>                   |

### 17.4. Reduções de capital do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não teve o seu capital reduzido.

### 17.5. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 18. Valores mobiliários

### 18.1. Direitos de cada classe e espécie de ação emitida

#### a) Direito a dividendos.

Para as ações ordinárias: sim

Para as ações preferenciais: sim

Em atendimento ao disposto na Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório foi fixado pelo Estatuto Social em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social autoriza a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia ainda pode declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Adicionalmente, a Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes ou de lucros acumulados de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia Geral, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Política de Dividendos:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é obrigatória a distribuição aos acionistas de dividendos que não sejam inferiores a 25% do lucro líquido da Companhia, de acordo com os termos da legislação societária.

**b) Direito de voto.**

Para as ações ordinárias: Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

Para as ações preferenciais: As ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Ainda, sem prejuízo das características acima, as ações preferenciais poderão adquirir direito de voto se durante 3 (três) exercícios sociais consecutivos não ocorrer o pagamento de dividendos de, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O direito de voto cessará quando os dividendos voltarem a ser pagos nos termos aqui citados

**c) Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação.**

Para as ações ordinárias e preferenciais: As ações da Companhia não são conversíveis em ações de outras classes ou espécies.

**d) Direitos no reembolso de capital.**

Liquidação:

No caso de liquidação da Companhia, os acionistas detentores de ações preferenciais terão prioridade no recebimento de pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.

Retirada/Recesso:

Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício do direito de recesso, nossos acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Neste caso, será devido, imediatamente, 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado pelos acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Resgate:

Para ações ordinárias e preferenciais: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária que representem, no mínimo, 50% do capital social. O resgate das ações deverá ser pago com nossos lucros acumulados, reserva de lucros ou reserva de capital. Na hipótese de o resgate não abranger a totalidade das nossas ações, será feito mediante sorteio.

**e) Direito a participação em oferta pública por alienação de controle.**

Não há regras estatutárias que disciplinem o direito a participação societária em oferta pública por alienação de controle.

**f) Restrição à circulação.**

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, o acionista da Companhia, que figure como interveniente do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, fica obrigado a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar as ações de controle, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da referida Agência, exceto na medida em que mantenham, em sua propriedade, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do total de ações ordinárias da Companhia.

**g) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários.**

A Companhia não adota critérios para alteração dos direitos assegurados pelas ações de sua emissão além daqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações, a qual prescreve que nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar

os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

**h) Outras características relevantes.**

Não existem características relevantes adicionais.

**i) Emissores estrangeiros.**

Não aplicável, pois a Companhia não é empresa estrangeira.

**18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Não aplicável. uma vez que não existem tais regras específicas, além do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

**18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não aplicável, uma vez que não existem as condições descritas acima.

**18.4. Volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos três últimos exercícios sociais**

Até o 1º trimestre de 2008, as ações da Elektro eram negociadas em lotes de mil ações. Após o processo de Grupamento de Ações, concluído em 5 de maio de 2008, cada dois lotes de mil ações foram substituídos por uma nova ação da mesma espécie.

|              |                              | Em R\$               |                      |
|--------------|------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>EKTR3</b> | <b>Volume de negociações</b> | <b>Menor cotação</b> | <b>Maior cotação</b> |
| 1º Tri/07    | 2.998,00                     | 14,99                | 14,99                |
| 2º Tri/07    | 53.568,00                    | 12,60                | 28,50                |
| 3º Tri/07    | 48.710,00                    | 17,15                | 38,00                |
| 4º Tri/07    | 7.218,00                     | 15,20                | 17,50                |
| 1º Tri/08    | 29.518,00                    | 12,00                | 15,81                |
| 2º Tri/08    | 3.000,00                     | 30,00                | 30,00                |
| 3º Tri/08    | 8.799,00                     | 29,33                | 29,33                |
| 4º Tri/08    | 4.975,00                     | 15,75                | 15,75                |
| 1º Tri/09    | 1.845,00                     | 18,45                | 18,45                |
| 2º Tri/09    | 3.500,00                     | 17,50                | 17,50                |
| 3º Tri/09    | 5.400,00                     | 18,00                | 18,00                |
| 4º Tri/09    | 5.412,00                     | 17,10                | 18,51                |

|              |                              | Em R\$               |                      |
|--------------|------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>EKTR4</b> | <b>Volume de negociações</b> | <b>Menor cotação</b> | <b>Maior cotação</b> |
| 1º Tri/07    | 1.211.616,00                 | 10,01                | 13,25                |
| 2º Tri/07    | 5.339.689,00                 | 12,00                | 21,70                |
| 3º Tri/07    | 2.203.625,00                 | 15,00                | 20,50                |
| 4º Tri/07    | 2.928.854,00                 | 12,00                | 16,19                |
| 1º Tri/08    | 2.123.702,00                 | 10,25                | 18,50                |
| 2º Tri/08    | 2.207.481,00                 | 11,00                | 28,50                |
| 3º Tri/08    | 750.931,00                   | 16,21                | 21,00                |
| 4º Tri/08    | 297.086,00                   | 10,99                | 15,99                |
| 1º Tri/09    | 347.700,00                   | 11,99                | 15,50                |
| 2º Tri/09    | 521.125,00                   | 12,20                | 18,89                |
| 3º Tri/09    | 633.086,00                   | 17,00                | 18,10                |
| 4º Tri/09    | 899.718,00                   | 17,15                | 20,00                |

## 18.5. Outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações

| Valores Mobiliários |  | 1ª Emissão - Debêntures   | 2ª Emissão - Debêntures  | 3ª Emissão - Debêntures  | 1ª Emissão - Notas Promissórias   |
|---------------------|--|---|--|--|---|
| <b>A</b>            | <b>Identificação do valor mobiliário</b>   | Debenture simples com garantia flutuante  | Debenture simples e quirográfaria  | Debenture simples e quirográfaria  | Notas Promissórias  |
| <b>B</b>            | <b>Quantidade</b>  | 6.250   | 75.000   | 30.000   | 120   |
| <b>C</b>            | <b>Valor - R\$</b>   | 10.000  | 10.000   | 10.000   | 1.000   |
| <b>D</b>            | <b>Data de Emissão</b>   | 10/5/2000   | 1/9/2005   | 18/6/2009  | 24/4/2009   |
| <b>E</b>            | <b>Restrições a circulação</b>   | Sem restrição   | Sem restrição  | Sem restrição  | Sem restrição   |
| <b>F</b>            | <b>Convertibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor</b> | Não conversível em ações  | Não conversível em ações   | Não conversível em ações   | Não conversível em ações  |
|                     | <b>[i] condições</b>   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
|                     | <b>[ii] efeitos sobre o capital social</b>   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
|                     | <b>Possibilidade de resgate</b>  | Sim   | Sim  | Sim  | Sim   |
| <b>G</b>            | <b>[i] hipóteses de resgate</b>  | Possibilidade de Oferta a exclusivo critério da Emissora e sujeito a adesão do debenturista   | Possibilidade de Oferta a exclusivo critério da Emissora e sujeito a adesão do debenturista  | Possibilidade de Oferta a exclusivo critério da Emissora e sujeito a adesão do debenturista  | Resgate antecipado, total, à exclusivo critério da Emissora   |
|                     | <b>[ii] fórmula de cálculo do valor de resgate</b>   | Sem pagamento de prêmio   | Pagamento de Prêmio apenas no resgate da 3ª Série(*)   | Pagamento de prêmio de 0,65% pro rata, a partir do 12º mês até o vencimento  | Sem pagamento de prêmio   |
|                     | <b>Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:</b>                     |   |  |  |   |
|                     | <b>[i] vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>                               | 10/5/2005 sem prazo mínimo para que o resgate antecipado fosse permitido  | 1/9/2011 e possibilidade de resgate antecipado partir do 24º mês da emissão  | 19/9/2011 e possibilidade de resgate antecipado partir do 12º mês da emissão   | Possibilidade de resgate antecipado a partir do 60º dia a contar da data da emissão   |
|                     | <b>[ii] juros</b>  | IGP-DI + 11,4% a.a.   | CDI + 1,65% a.a.<br>IGP-M + 11,8% a.a.   | CDI + 1,40% a.a.   | CDI + 2,00% a.a.  |
|                     | <b>[iii] garantia e, se real, descrição do bem objeto</b>  | Garantia flutuante, portanto, assegurava privilégio geral sobre o ativo da Emissora   | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia.  | Não há   | Não há  |
|                     | <b>[iv] na ausência de garantia, se o crédito é quirográfico ou subordinado</b>                      | -   | -  | Quirográfico   | Não se aplica   |
|                     | <b>[v] eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</b>                                      |   |  |  |   |
|                     | • a distribuição de dividendos   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
|                     | • a alienação de determinados ativos   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
| <b>H</b>            | • a contratação de novas dívidas   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
|                     | • a emissão de novos valores mobiliários   | Não se aplica   | Não se aplica  | Não se aplica  | Não se aplica   |
|                     | <b>[vi] o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato</b>                          | O Agente fiduciário das debêntures da 1ª emissão é Planner Corretora de Valores S.A., cuja remuneração compreende parcelas semestrais de R\$ 2.400,00 cada uma vencendo-se a primeira no 5º dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M. | O Agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão é Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração compreende (i) parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00, devida a primeira quando da assinatura da escritura e as demais nos mesmos dias dos trimestres subsequentes, sendo a primeira destas no valor de R\$4.500,00; e (ii) uma parcela única de R\$3.000,00 em 24 de junho de 2005. | O Agente fiduciário das debêntures da 3ª emissão é Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cuja remuneração compreende duas parcelas de R\$ 12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, sendo a primeira devida no 15º dia útil após a concessão do registro da oferta pela CVM e a segunda 12 meses após o pagamento da primeira parcela. | Não se aplica   |
| <b>I</b>            | <b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>                | Não há  | Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Emissão, dependerá da aprovação de, no mínimo, 75% dos debenturistas das Debêntures em circulação  | Alterações nas condições das debêntures, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, ao menos, 90% das Debêntures em circulação   | Alterações nas condições das Notas Promissórias (remuneração, data de vencimento ou eventos de vencimento antecipado) deverão ser aprovadas em assembleia por 100% dos titulares das Notas Promissórias em circulação |
| <b>J</b>            | <b>Outras características relevantes</b>   | Não há  | Não há   | Não há   | Não há  |

(\*) Percentual a ser aplicado ao valor unitário das Debêntures da 3ª Série, acrescido do Rendimento da 3ª Série, calculado da seguinte forma:  
 $P = d / (D \times 1\%)$ , onde:  
P = prêmio a ser pago em, valor percentual sobre o valor do resgate;  
d = quantidade de dias a transcorrer entre a data do efetivo resgate das Debêntures da 3ª Série; e  
D = quantidade de dias corridos entre a data de início do resgate e a data de vencimento das Debêntures da 3ª Série

## 18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Elektro são negociados somente no mercado brasileiro, sendo as ações ordinárias e preferenciais negociadas na BM&FBOVESPA, e as debêntures (2ª e 3ª emissão) na CETIP e BM&FBOVESPA.

## 18.7. Cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, uma vez que não há negociação em mercado estrangeiro.

## 18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Atualmente, estão em circulação parte da 2ª Emissão e a integralidade da 3ª Emissão, no valor total de R\$ 300 milhões. Em 2009, a Companhia concluiu a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias no valor de R\$ 120 milhões. Detalhes descritos no item 18.5. A 1ª Emissão de Debêntures da Elektro foi realizada em 2000, tendo apresentado vencimento final em 2005 e desde então não se encontra mais em circulação.

### 18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Na data de encerramento dos exercícios sociais de 2007, 2008, 2009 e no período encerrado em 31 de março de 2010 a Companhia não havia lançado qualquer oferta pública de aquisição de ações de terceiros, nem adquiriu ações de emissão de terceiros por meio de ofertas públicas de aquisição de ações.

### 18.10. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 4 de setembro de 2007, a CVM deferiu o pedido de procedimento diferenciado de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., realizada pela EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (controladora direta), aos acionistas da Elektro. O procedimento diferenciado consistente na dispensa das exigências contempladas no Edital de Emissão da Elektro por Alienação de Controle.

As ações ordinárias foram ofertadas pelo preço de R\$ 11,63 por lote de mil ações, representando 100% do valor pago pela AEI na aquisição da Prisma Energy.

## 19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

### 19.1. Planos de recompra de ações do emissor

Não aplicável, uma vez que não havia planos de recompra de ações da Companhia nos últimos três exercícios sociais nem no exercício corrente.

### 19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de setembro de 2007, os acionistas aprovaram o cancelamento das 13.777 ações preferenciais mantidas em tesouraria. O valor de R\$ 49,60, referente às ações em tesouraria foi lançado à conta de Reserva de Capital e não implicou em redução do Patrimônio Líquido.

| Tipo PN<br>Preferencial<br>Nominativa | 31/12/2007 |             |             | 31/12/2008 |             |             | 31/12/2009 |             |             |
|---------------------------------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|
|                                       | Quantidade | Preço médio | Preço total | Quantidade | Preço médio | Preço total | Quantidade | Preço médio | Preço total |
| Saldo inicial                         | 13.777     | 0,00        | 49,60       | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Aquisições                            | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Alienações                            | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Cancelamentos                         | 13.777     | 0,00        | 49,60       | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Saldo Final                           | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |

| Tipo ON<br>Ordinária<br>Nominativa | 31/12/2007 |             |             | 31/12/2008 |             |             | 31/12/2009 |             |             |
|------------------------------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|
|                                    | Quantidade | Preço médio | Preço total | Quantidade | Preço médio | Preço total | Quantidade | Preço médio | Preço total |
| Saldo inicial                      | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Aquisições                         | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Alienações                         | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Cancelamentos                      | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |
| Saldo Final                        | -          | -           | -           | -          | -           | -           | -          | -           | -           |

As movimentações no Capital Social ocorreram em 31 de dezembro de 2007, sendo que nos demais períodos – 2008, 2009 e até 31 de março de 2010 – não houve movimentações.

Essas ações foram adquiridas pela Companhia dos acionistas que possuíam ações até 13 de outubro de 2005 e que exerceram o direito de retirada por ocasião da cisão parcial da Companhia em decorrência do processo de desverticalização, conforme aprovado pelos órgãos de deliberação da Companhia.



**19.3. Valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social, indicar, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie**

Na data de encerramento do último exercício social e no período encerrado em 31 de março de 2010 não havia ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

**19.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**20. Política de negociação de valores mobiliários**

**20.1. Se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária**

**A. Data de aprovação**

A Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Política de Negociação”) da Elektro foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de maio de 2010.

**B. Pessoas vinculadas**

A Política de Negociação se destina aos acionistas, controladores, administradores, conselheiros, ex-administradores, colaboradores e executivos que o responsável pela política indicar, a seu exclusivo critério, como pessoas sujeitas à restrição para negociação, conforme termo de adesão assinado. As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladoras e sociedades coligadas da Companhia.

A Política de Negociação se destina, ainda, aos familiares diretamente ligados às pessoas sujeitas à Política de Negociação, tais como esposo(a), filho(a) e pais, estando sob responsabilidade da pessoa sujeita à Política de Negociação informar aos familiares diretos as restrições de negociação aplicadas na Política de Negociação.

**C. Principais características**

Definir procedimentos para a negociação de valores mobiliários por pessoas relacionadas à Elektro, de modo a cumprir as exigências com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público, de acordo com definições da Instrução CVM nº 358/2002.

**D. Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos**

Às pessoas sujeitas à Política de Negociação é vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Elektro ou de seus acionistas controladores nos seguintes períodos:

- Nos 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Elektro;
- Quando tiverem acesso à informação relevante que ainda não foi divulgada ao mercado por meio da CVM e Bolsa de Valores;
- Quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações pela própria Companhia;
- Quando houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- Após o encerramento do contrato de trabalho ou prestação de serviço até que a informação relevante seja pública;
- Nos períodos determinados pela Instrução CVM nº 358/2002.

## **20.2. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **21. Política de divulgação de informações**

### **21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

Em 25 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Elektro aprovou a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia (“Política de Divulgação”), de forma a garantir aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Visa, também, a coibir o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

### **21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Os eventos a serem considerados como Ato ou Fato Relevante devem ter sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo público, das perspectivas da Companhia.

Considera-se relevante, qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação da assembleia geral ou dos administradores ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter econômico-financeiro, técnico, legal, operacional, político-administrativo ou negocial ocorrido ou relacionado à operação da Companhia que possa influir de modo ponderável (a) na cotação de valores mobiliários da Companhia; (b) na decisão de investidores de comprar, vender ou manter valores mobiliários da Companhia, ou (c) na determinação dos investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários da Companhia.

O objetivo da divulgação de Ato ou Fato Relevante é o de assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Com isso, visa-se coibir o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os colaboradores e executivos com acesso a Informação Relevante ou quaisquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, controladas e coligadas após firmarem o termo de adesão da Política de Divulgação, deverão (i) guardar sigilo das informações relativas ao Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º).

Ainda, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, as pessoas ligadas devem entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

### **21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

A responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante é atribuída ao Diretor de Relações com Investidores, no que tange a prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores ou entidades de mercado de balcão organizado, dentre outras atribuições previstas na regulamentação publicada pela CVM. Também é responsável pela administração e fiscalização da aplicação desta Política de Divulgação.

Com o fim de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir seus deveres, ficam as pessoas ligadas obrigadas a comunicar espontânea e imediatamente Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo de poderem ser intimadas para tanto, a fim de que tomem as providências necessárias.

### **21.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **22. Negócios extraordinários**

### **22.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não aplicável, uma vez que não há aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante nas condições acima descritas.

### **22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não aplicável, uma vez que não há alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

### **22.3. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, uma vez que não há contratos nas condições acima.

### **22.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não aplicável.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

- Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2010 e de 2009 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2010 e de 2009 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

|                                  |  |                                       |
|----------------------------------|--|---------------------------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM<br><b>01748-5</b> | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL<br><b>ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A</b> | 3 - CNPJ<br><b>02.328.280/0001-97</b> |
| 4 - NIRE<br><b>353.001535-70</b> |  |                                       |

**01.02 - SEDE**

|  |                           |                           |                   |   |              |
|--|---------------------------|---------------------------|-------------------|---|--------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO<br>Rua Ary Antenor de Souza, 321 |                           |                           |                   | 2 - BAIRRO OU DISTRITO<br>Jd.Nova América |              |
| 3 - CEP<br>13053-024                                   |                           | 4 - MUNICÍPIO<br>Campinas |                   |   | 5 - UF<br>SP |
| 6 - DDD<br>019   | 7 - TELEFONE<br>2122-1095 | 8 - TELEFONE<br>2122-1092 | 9 - TELEFONE<br>- | 10 - TELEX                                |              |
| 11 - DDD<br>019  | 12 - FAX<br>2122-1560     | 13 - FAX<br>2122-1562     | 14 - FAX<br>-     |   |              |
| 15 - E-MAIL<br>rodrigo.silva@elektro.com.br            |                           |                           |                   |   |              |

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

|                                    |              |               |               |                        |        |
|------------------------------------|--------------|---------------|---------------|------------------------|--------|
| 1 - NOME                           |              |               |               |                        |        |
| Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva |              |               |               |                        |        |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO              |              |               |               | 3 - BAIRRO OU DISTRITO |        |
| Rua Ary Antenor de Souza, 321      |              |               |               | Jd.Nova América        |        |
| 4 - CEP                            |              | 5 - MUNICÍPIO |               |                        | 6 - UF |
| 13053-024                          |              | Campinas      |               |                        | SP     |
| 7 - DDD                            | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE  | 10 - TELEFONE | 11 - TELEX             |        |
| 019                                | 2122-1095    | 2122-1090     | -             |                        |        |
| 12 - DDD                           | 13 - FAX     | 14 - FAX      | 15 - FAX      |                        |        |
| 019                                | 2122-1560    | 2122-1562     | -             |                        |        |
| 16 - E-MAIL                        |              |               |               |                        |        |
| rodrigo.silva@elektro.com.br       |              |               |               |                        |        |

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

| EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO  |             | TRIMESTRE ATUAL |            |             | TRIMESTRE ANTERIOR |   |             |
|--|-------------|-----------------|------------|-------------|--------------------|---|-------------|
| 1 - INÍCIO   | 2 - TÉRMINO | 3 - NÚMERO      | 4 - INÍCIO | 5 - TÉRMINO | 6 - NÚMERO         | 7 - INÍCIO                                  | 8 - TÉRMINO |
| 01/01/2010   | 31/12/2010  | 1               | 01/01/2010 | 31/03/2010  | 4                  | 01/10/2009                                  | 31/12/2009  |
| 9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR<br>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes |             |                 |            |             |                    | 10 - CÓDIGO CVM<br>00385-9                  |             |
| 11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO<br>Maurício Pires A. Resende                        |             |                 |            |             |                    | 12 - CPF DO RESP. TÉCNICO<br>603.835.426-34 |             |

#### 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

#### 01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Número de Ações<br>(Unidades)   | 1 - TRIMESTRE ATUAL<br>31/03/2010 | 2 - TRIMESTRE ANTERIOR<br>31/12/2009 | 3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR<br>31/03/2009 |
|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--|
| <b>Do Capital Integralizado</b> |                                   |                                      |  |
| 1 - Ordinárias                  | 91.880.972                        | 91.880.972                           | 91.880.972                                     |
| 2 - Preferenciais               | 101.878.293                       | 101.878.293                          | 101.878.293                                    |
| 3 - Total                       | 193.759.265                       | 193.759.265                          | 193.759.265                                    |
| <b>Em Tesouraria</b>            |                                   |                                      |  |
| 4 - Ordinárias                  | 0                                 | 0                                    | 0  |
| 5 - Preferenciais               | 0                                 | 0                                    | 0  |
| 6 - Total                       | 0                                 | 0                                    | 0  |

#### 01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

|  |
|--|
| 1 - TIPO DE EMPRESA                    |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO                   |
| Operacional                            |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO     |
| Privada Nacional                       |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE                   |
| 1120 - Energia Elétrica                |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL                |
| Distribuição de Energia Elétrica       |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO                |
| Não Apresentado                        |
| 7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES    |
| Sem Ressalva                           |

#### 01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

|          |          |                        |
|----------|----------|------------------------|
| 1 - ITEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|----------|----------|------------------------|

#### 01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

| 1 - ITEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO                | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|----------|------------|---------------|-----------------------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 01       | RCA        | 10/11/2009    | Juros Sobre Capital Próprio | 21/01/2010       | ON                           | 0,3312551880                  |
| 02       | RCA        | 10/11/2009    | Juros Sobre Capital Próprio | 21/01/2010       | PN                           | 0,3643807070                  |
| 03       | RCA        | 25/02/2010    | Dividendo                   | 28/04/2010       | ON                           | 0,7628884660                  |
| 04       | RCA        | 25/02/2010    | Dividendo                   | 28/04/2010       | PN                           | 0,8391773120                  |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                        |  |  |           |  |
|----------------|------------------------|--|--|-----------|--|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |  |  | 3 - CNPJ  |  |
| -              |                        |  |  | . . . / - |  |

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

|          |                       |   |                                    |                         |   |                                      |
|----------|-----------------------|---|------------------------------------|-------------------------|---|--------------------------------------|
| 1 - ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades) | 8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|          |                       |   |                                    |                         |   |                                      |

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

|           |                |
|-----------|----------------|
| 1 - DATA  | 2 - ASSINATURA |
| 10/5/2010 |                |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS** Data-Base - 31/03/2010  
**EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**

**Divulgação Externa**  
  
**Legislação Societária**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO    | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - 31/03/2010 | 4 - 31/12/2009 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 1             | Ativo Total                              | 3.299.127      | 3.241.770      |
| 1.01          | Ativo Circulante                         | 1.132.682      | 1.095.114      |
| 1.01.01       | Disponibilidades                         | 332.067        | 283.832        |
| 1.01.01.01    | Bancos                                   | 13.278         | 6.888          |
| 1.01.01.02    | Aplicações financeiras                   | 318.789        | 276.944        |
| 1.01.02       | Créditos                                 | 779.117        | 789.978        |
| 1.01.02.01    | Clientes                                 | 509.898        | 484.445        |
| 1.01.02.01.01 | Consumidores, parc de débit e supridores | 553.862        | 528.357        |
| 1.01.02.01.02 | Provisão p/ crédito liquidação duvidosa  | (43.964)       | (43.912)       |
| 1.01.02.02    | Créditos Diversos                        | 269.219        | 305.533        |
| 1.01.02.02.01 | Ativos regulatórios                      | 76.738         | 130.048        |
| 1.01.02.02.02 | TUSD-G                                   | 66.583         | 62.641         |
| 1.01.02.02.03 | Tributos diferidos e a compensar         | 104.399        | 106.719        |
| 1.01.02.02.04 | Caução de fundos e depósitos vinculados  | 21.499         | 6.125          |
| 1.01.03       | Estoques                                 | 5.760          | 5.488          |
| 1.01.03.01    | Almoxarifado                             | 5.760          | 5.488          |
| 1.01.04       | Outros                                   | 15.738         | 15.816         |
| 1.01.04.01    | Outros créditos                          | 15.738         | 15.816         |
| 1.02          | Ativo Não Circulante                     | 2.166.445      | 2.146.656      |
| 1.02.01       | Ativo Realizável a Longo Prazo           | 403.517        | 422.970        |
| 1.02.01.01    | Créditos Diversos                        | 399.566        | 418.915        |
| 1.02.01.01.01 | Parcelamento de débitos e supridores     | 40.425         | 42.216         |
| 1.02.01.01.02 | Ativos regulatórios                      | 71.637         | 59.902         |
| 1.02.01.01.03 | TUSD-G                                   | 47.306         | 61.134         |
| 1.02.01.01.04 | Tributos diferidos e a compensar         | 186.687        | 202.872        |
| 1.02.01.01.05 | Caução de fundos e depósitos vinculados  | 11.171         | 10.952         |
| 1.02.01.01.06 | Depósitos judiciais                      | 42.340         | 41.839         |
| 1.02.01.02    | Créditos com Pessoas Ligadas             | 0              | 0              |
| 1.02.01.02.01 | Com Coligadas e Equiparadas              | 0              | 0              |
| 1.02.01.02.02 | Com Controladas                          | 0              | 0              |
| 1.02.01.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas               | 0              | 0              |
| 1.02.01.03    | Outros                                   | 3.951          | 4.055          |
| 1.02.01.03.01 | Outros créditos                          | 3.951          | 4.055          |
| 1.02.02       | Ativo Permanente                         | 1.762.928      | 1.723.686      |
| 1.02.02.01    | Investimentos                            | 4.254          | 4.325          |
| 1.02.02.01.01 | Participações Coligadas/Equiparadas      | 0              | 0              |
| 1.02.02.01.02 | Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio | 0              | 0              |
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas             | 0              | 0              |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas - Ágio      | 0              | 0              |
| 1.02.02.01.05 | Outros Investimentos                     | 4.254          | 4.325          |
| 1.02.02.02    | Imobilizado                              | 1.706.726      | 1.667.735      |



**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

|            |               |               |               |
|------------|---------------|---------------|---------------|
| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2010 | 4 -31/12/2009 |
| 1.02.02.03 | Intangível    | 51.948        | 51.626        |
| 1.02.02.04 | Diferido      | 0             | 0             |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO    | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - 31/03/2010 | 4 - 31/12/2009 |
|---------------|--|----------------|----------------|
| 2             | Passivo Total                            | 3.299.127      | 3.241.770      |
| 2.01          | Passivo Circulante                       | 1.106.937      | 1.119.521      |
| 2.01.01       | Empréstimos e Financiamentos             | 82.982         | 73.061         |
| 2.01.01.01    | Empréstimos e financiamentos             | 73.661         | 64.048         |
| 2.01.01.02    | Arrendamento mercantil                   | 9.321          | 9.013          |
| 2.01.02       | Debêntures                               | 325.571        | 249.296        |
| 2.01.03       | Fornecedores                             | 234.976        | 239.486        |
| 2.01.04       | Impostos, Taxas e Contribuições          | 134.989        | 126.620        |
| 2.01.05       | Dividendos a Pagar                       | 155.595        | 210.587        |
| 2.01.05.01    | Dividendos a pagar                       | 155.594        | 155.594        |
| 2.01.05.02    | Juros sobre capital próprio a pagar      | 1              | 54.993         |
| 2.01.06       | Provisões                                | 1.187          | 1.842          |
| 2.01.06.01    | Plano especial de aposentadoria          | 1.187          | 1.842          |
| 2.01.07       | Dívidas com Pessoas Ligadas              | 0              | 0              |
| 2.01.08       | Outros                                   | 171.637        | 218.629        |
| 2.01.08.01    | Encargos do consumidor                   | 28.347         | 18.162         |
| 2.01.08.02    | Provisões e encargos s/folha de pago     | 31.201         | 40.246         |
| 2.01.08.03    | Passivos regulatórios                    | 30.411         | 45.303         |
| 2.01.08.04    | TUSD-G                                   | 43.135         | 59.090         |
| 2.01.08.05    | Obrigações P&D e eficiência energética   | 13.229         | 23.900         |
| 2.01.08.06    | Outros passivos                          | 25.314         | 31.928         |
| 2.02          | Passivo Não Circulante                   | 950.836        | 994.939        |
| 2.02.01       | Passivo Exigível a Longo Prazo           | 950.836        | 994.939        |
| 2.02.01.01    | Empréstimos e Financiamentos             | 357.164        | 365.238        |
| 2.02.01.01.01 | Empréstimos e financiamentos             | 343.692        | 349.741        |
| 2.02.01.01.02 | Arrendamento mercantil                   | 13.472         | 15.497         |
| 2.02.01.02    | Debêntures                               | 368.882        | 421.318        |
| 2.02.01.03    | Provisões                                | 42.842         | 43.578         |
| 2.02.01.03.01 | Prov.p/ações judiciais,contingências líq | 30.051         | 30.787         |
| 2.02.01.03.02 | Plano especial de aposentadoria          | 12.791         | 12.791         |
| 2.02.01.04    | Dívidas com Pessoas Ligadas              | 0              | 0              |
| 2.02.01.05    | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0              | 0              |
| 2.02.01.06    | Outros                                   | 181.948        | 164.805        |
| 2.02.01.06.01 | Passivos regulatórios                    | 65.490         | 59.697         |
| 2.02.01.06.02 | TUSD-G                                   | 85.459         | 87.796         |
| 2.02.01.06.03 | Obrigações P&D e eficiência energética   | 28.189         | 14.535         |
| 2.02.01.06.04 | Outros passivos                          | 2.810          | 2.777          |
| 2.03          | Resultados de Exercícios Futuros         | 0              | 0              |
| 2.05          | Patrimônio Líquido                       | 1.241.354      | 1.127.310      |
| 2.05.01       | Capital Social Realizado                 | 952.492        | 952.492        |
| 2.05.02       | Reservas de Capital                      | 50.539         | 50.539         |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 -31/03/2010 | 4 -31/12/2009 |
|------------|--|---------------|---------------|
| 2.05.03    | Reservas de Reavaliação                  | 0             | 0             |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios                          | 0             | 0             |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas e Equiparadas      | 0             | 0             |
| 2.05.04    | Reservas de Lucro                        | 124.279       | 124.279       |
| 2.05.04.01 | Legal                                    | 124.279       | 124.279       |
| 2.05.04.02 | Estatutária                              | 0             | 0             |
| 2.05.04.03 | Para Contingências                       | 0             | 0             |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar                     | 0             | 0             |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros                       | 0             | 0             |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos  | 0             | 0             |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro                 | 0             | 0             |
| 2.05.05    | Ajustes de Avaliação Patrimonial         | 0             | 0             |
| 2.05.05.01 | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0             | 0             |
| 2.05.05.02 | Ajustes Acumulados de Conversão          | 0             | 0             |
| 2.05.05.03 | Ajustes de Combinação de Negócios        | 0             | 0             |
| 2.05.06    | Lucros/Prejuízos Acumulados              | 114.044       | 0             |
| 2.05.07    | Adiantamento para Futuro Aumento Capital | 0             | 0             |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                           | 3 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 4 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 5 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 6 - 01/01/2009 a 31/03/2009 |
|------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3.01       | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços   | 1.158.702                   | 1.158.702                   | 1.005.409                   | 1.005.409                   |
| 3.02       | Deduções da Receita Bruta               | (390.700)                   | (390.700)                   | (332.708)                   | (332.708)                   |
| 3.03       | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 768.002                     | 768.002                     | 672.701                     | 672.701                     |
| 3.04       | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos    | (538.371)                   | (538.371)                   | (437.786)                   | (437.786)                   |
| 3.04.01    | Energia comprada para revenda           | (465.241)                   | (465.241)                   | (376.507)                   | (376.507)                   |
| 3.04.02    | Créditos de PIS e COFINS sobre energia  | 42.082                      | 42.082                      | 35.100                      | 35.100                      |
| 3.04.03    | Gastos com pessoal                      | (39.986)                    | (39.986)                    | (30.202)                    | (30.202)                    |
| 3.04.04    | Gastos com materiais                    | (8.685)                     | (8.685)                     | (5.365)                     | (5.365)                     |
| 3.04.05    | Gastos com serviços de terceiros        | (21.589)                    | (21.589)                    | (20.833)                    | (20.833)                    |
| 3.04.06    | Depreciação e outras amortizações       | (32.660)                    | (32.660)                    | (30.564)                    | (30.564)                    |
| 3.04.07    | Outras despesas operacionais líquidas   | (13.388)                    | (13.388)                    | (10.509)                    | (10.509)                    |
| 3.04.08    | Créditos de PIS e COFINS sobre o custo  | 1.096                       | 1.096                       | 1.094                       | 1.094                       |
| 3.05       | Resultado Bruto                         | 229.631                     | 229.631                     | 234.915                     | 234.915                     |
| 3.06       | Despesas/Receitas Operacionais          | (55.544)                    | (55.544)                    | (44.866)                    | (44.866)                    |
| 3.06.01    | Com Vendas                              | (5.849)                     | (5.849)                     | (5.918)                     | (5.918)                     |
| 3.06.02    | Gerais e Administrativas                | (12.125)                    | (12.125)                    | (13.726)                    | (13.726)                    |
| 3.06.03    | Financeiras                             | (14.261)                    | (14.261)                    | (3.648)                     | (3.648)                     |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras                    | 23.616                      | 23.616                      | 20.815                      | 20.815                      |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras                    | (37.877)                    | (37.877)                    | (24.463)                    | (24.463)                    |
| 3.06.04    | Outras Receitas Operacionais            | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |
| 3.06.05    | Outras Despesas Operacionais            | (23.309)                    | (23.309)                    | (21.574)                    | (21.574)                    |
| 3.06.05.01 | Amortização mais valor do imobilizado   | (1.837)                     | (1.837)                     | (1.837)                     | (1.837)                     |
| 3.06.05.02 | Outras despesas operacionais líquidas   | (21.472)                    | (21.472)                    | (19.737)                    | (19.737)                    |
| 3.06.06    | Resultado da Equivalência Patrimonial   | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |
| 3.07       | Resultado Operacional                   | 174.087                     | 174.087                     | 190.049                     | 190.049                     |
| 3.08       | Resultado Não Operacional               | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |
| 3.08.01    | Receltas                                | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |

| 01.01 - IDENTIFICAÇÃO                         |  |                             |                             |                             |                             |  |
|---|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|
| 1 - CÓDIGO CVM                                | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL                   |                             | 3 - CNPJ                    |                             |                             |  |
| 01748-5                                       | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A      |                             | 02.328.280/0001-97          |                             |                             |  |
| 03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil) |  |                             |                             |                             |                             |  |
| 1 - CÓDIGO                                    | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 4 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 5 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 6 - 01/01/2009 a 31/03/2009 |  |
| 3.08.02                                       | Despesas                                 | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |  |
| 3.09  | Resultado Antes Tributação/Participações | 174.087                     | 174.087                     | 190.049                     | 190.049                     |  |
| 3.10  | Provisão para IR e Contribuição Social   | (40.499)                    | (40.499)                    | (41.394)                    | (41.394)                    |  |
| 3.11  | IR Diferido                              | (19.544)                    | (19.544)                    | (23.725)                    | (23.725)                    |  |
| 3.12  | Participações/Contribuições Estatutárias | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |  |
| 3.12.01                                       | Participações                            | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |  |
| 3.12.02                                       | Contribuições                            | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |  |
| 3.13  | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |  |
| 3.15  | Lucro/Prejuízo do Período                | 114.044                     | 114.044                     | 124.930                     | 124.930                     |  |
|   | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)   | 193.759.265                 | 193.759.265                 | 193.759.265                 | 193.759.265                 |  |
|   | LUCRO POR AÇÃO (Reais)                   | 0.58859                     | 0.58859                     | 0.64477                     | 0.64477                     |  |
|   | PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)                |                             |                             |                             |                             |  |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                              | 3 - 01.01.2010 a 31/03/2010 | 4 - 01.01.2010 a 31/03/2010 | 5 - 01.01.2009 a 31/03/2009 | 6 - 01.01.2009 a 31/03/2009 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01       | Caixa Líquido Atividades Operacionais      | 184.569                     | 184.569                     | 118.694                     | 118.694                     |
| 4.01.01    | Caixa Gerado nas Operações                 | 233.019                     | 233.019                     | 219.910                     | 219.910                     |
| 4.01.01.01 | Lucro líquido no período                   | 114.044                     | 114.044                     | 124.930                     | 124.930                     |
| 4.01.01.02 | Prov. créditos de liquidação duvidosa      | 4.878                       | 4.878                       | 5.199                       | 5.199                       |
| 4.01.01.03 | Juros e variações monetárias e cambial     | 34.158                      | 34.158                      | 18.947                      | 18.947                      |
| 4.01.01.04 | Depreciação e amortizações                 | 32.860                      | 32.860                      | 30.564                      | 30.564                      |
| 4.01.01.05 | Amortização mais valia do imobilizado      | 1.837                       | 1.837                       | 1.837                       | 1.837                       |
| 4.01.01.06 | Perda desativação/alienação de bens. liq   | 7.077                       | 7.077                       | 6.346                       | 6.346                       |
| 4.01.01.07 | Plano de pensão                            | 0                           | 0                           | (5.876)                     | (5.876)                     |
| 4.01.01.08 | Plano especial de aposentadoria            | (266)                       | (266)                       | 0                           | 0                           |
| 4.01.01.09 | Prov. ações judiciais/regulatórias liq.    | (309)                       | (309)                       | 1.740                       | 1.740                       |
| 4.01.01.10 | Amortização de tributos diferidos          | 19.544                      | 19.544                      | 23.725                      | 23.725                      |
| 4.01.01.11 | Constituição ativo/passivo regulatório     | 8.649                       | 8.649                       | 5.597                       | 5.597                       |
| 4.01.01.12 | Programa P&D e eficiência energética       | 10.747                      | 10.747                      | 6.901                       | 6.901                       |
| 4.01.02    | Variações nos Ativos e Passivos            | (48.450)                    | (48.450)                    | (101.216)                   | (101.216)                   |
| 4.01.02.01 | Consumidores                               | (28.540)                    | (28.540)                    | (24.118)                    | (24.118)                    |
| 4.01.02.02 | Almoxarifado - Ativo circulante            | (272)                       | (272)                       | (77)                        | (77)                        |
| 4.01.02.03 | Tributos a compensar                       | (1.039)                     | (1.039)                     | 13.881                      | 13.881                      |
| 4.01.02.04 | Ativos regulatórios/TUSD-G                 | 54.297                      | 54.297                      | (27.886)                    | (27.886)                    |
| 4.01.02.05 | Caução de fundos e depósitos vinculados    | (15.593)                    | (15.593)                    | 516                         | 516                         |
| 4.01.02.06 | Outros créditos                            | 182                         | 182                         | 4.437                       | 4.437                       |
| 4.01.02.07 | Juros pagos (emprést. debênt. arrend.merc) | (9.047)                     | (9.047)                     | (13.002)                    | (13.002)                    |
| 4.01.02.08 | Fornecedores/supridores energia elétrica   | 5.675                       | 5.675                       | (3.887)                     | (3.887)                     |
| 4.01.02.09 | Tributos a recolher                        | 31.979                      | 31.979                      | 20.593                      | 20.593                      |
| 4.01.02.10 | Imp. de renda/contribuição social pagos    | (23.610)                    | (23.610)                    | (21.553)                    | (21.553)                    |
| 4.01.02.11 | Passivos regulatórios/TUSD-G               | (37.365)                    | (37.365)                    | (11.831)                    | (11.831)                    |
| 4.01.02.12 | Prov. ações judiciais/regulatórias liq.    | (427)                       | (427)                       | (1.569)                     | (1.569)                     |



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 4 - 01/01/2010 a 31/03/2010 | 5 - 01/01/2009 a 31/03/2009 | 6 - 01/01/2009 a 31/03/2009 |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 4.01.02.13 | Piano especial de aposentadoria          | (611)                       | (611)                       | 0                           | 0                           |
| 4.01.02.14 | Programa P&D e eficiência energética     | (8.453)                     | (8.453)                     | (18.728)                    | (18.728)                    |
| 4.01.02.15 | Outros passivos                          | (15.626)                    | (15.626)                    | (17.992)                    | (17.992)                    |
| 4.01.03    | Outros                                   | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |
| 4.02       | Caixa Líquido Atividades de Investimento | (80.337)                    | (80.337)                    | (57.179)                    | (57.179)                    |
| 4.02.01    | Aquisições de imobilizado                | (79.628)                    | (79.628)                    | (60.491)                    | (60.491)                    |
| 4.02.02    | Aquis. imobilizado-material em depósito  | (6.546)                     | (6.546)                     | (651)                       | (651)                       |
| 4.02.03    | Obrigações especiais                     | 4.107                       | 4.107                       | 3.210                       | 3.210                       |
| 4.02.04    | Valor de venda do ativo imobilizado      | 1.614                       | 1.614                       | 753                         | 753                         |
| 4.02.05    | Valor de venda de investimento           | 116                         | 116                         | 0                           | 0                           |
| 4.03       | Caixa Líquido Atividades Financiamento   | (55.997)                    | (55.997)                    | (40.174)                    | (40.174)                    |
| 4.03.01    | Juros sobre capital próprio pagos        | (54.992)                    | (54.992)                    | (65.120)                    | (65.120)                    |
| 4.03.02    | Amortz.empréstimos/debêntures(principal) | (17.611)                    | (17.611)                    | (13.549)                    | (13.549)                    |
| 4.03.03    | Amortz.arrendamento mercantil(principal) | (2.196)                     | (2.196)                     | (1.995)                     | (1.995)                     |
| 4.03.04    | Captação de empréstimos                  | 18.802                      | 18.802                      | 30.490                      | 30.490                      |
| 4.04       | Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes | 0                           | 0                           | 0                           | 0                           |
| 4.05       | Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes | 48.235                      | 48.235                      | 21.341                      | 21.341                      |
| 4.05.01    | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes    | 283.832                     | 283.832                     | 205.020                     | 205.020                     |
| 4.05.02    | Saldo Final de Caixa e Equivalentes      | 332.067                     | 332.067                     | 226.361                     | 226.361                     |

Data-Base - 31/03/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01       | Saldo Inicial                            | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 0                                | 0                                    | 1.127.310                    |
| 5.02       | Ajustes de Exercícios Anteriores         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.03       | Saldo Ajustado                           | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 0                                | 0                                    | 1.127.310                    |
| 5.04       | Lucro / Prejuízo do Período              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 114.044                          | 0                                    | 114.044                      |
| 5.05       | Destinações                              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.01    | Dividendos                               | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.02    | Juros sobre Capital Próprio              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.03    | Outras Destinações                       | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.06       | Realização de Reservas de Lucros         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07       | Ajustes de Avaliação Patrimonial         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.01    | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.02    | Ajustes Acumulados de Conversão          | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.03    | Ajustes de Combinação de Negócios        | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.08       | Aumento/Redução do Capital Social        | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.09       | Constituição/Realização Reservas Capital | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.10       | Ações em Tesouraria                      | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.11       | Outras Transações de Capital             | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.12       | Outros                                   | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.13       | Saldo Final                              | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 114.044                          | 0                                    | 1.241.354                    |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                            | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 5.01       | Saldo Inicial                            | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 0                                | 0                                    | 1.127.310                    |
| 5.02       | Ajustes de Exercícios Anteriores         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.03       | Saldo Ajustado                           | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 0                                | 0                                    | 1.127.310                    |
| 5.04       | Lucro / Prejuízo do Período              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 114.044                          | 0                                    | 114.044                      |
| 5.05       | Destinações                              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.01    | Dividendos                               | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.02    | Juros sobre Capital Próprio              | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.05.03    | Outras Destinações                       | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.06       | Realização de Reservas de Lucros         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07       | Ajustes de Avaliação Patrimonial         | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.01    | Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.02    | Ajustes Acumulados de Conversão          | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.07.03    | Ajustes de Combinação de Negócios        | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.08       | Aumento/Redução do Capital Social        | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.09       | Constituição/Realização Reservas Capital | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.10       | Ações em Tesouraria                      | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.11       | Outras Transações de Capital             | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.12       | Outros                                   | 0                  | 0                       | 0                           | 0                     | 0                                | 0                                    | 0                            |
| 5.13       | Saldo Final                              | 952.492            | 50.539                  | 0                           | 124.279               | 114.044                          | 0                                    | 1.241.354                    |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2010**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, tem sua sede à rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de construir novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O contrato de concessão prevê que todos os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Sociedade e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação que estiver em vigor. Atualmente, não há regulamentação que trata da forma em que ocorrerá a reversão dos bens à União e de como será feito o cálculo de indenização à concessionária.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

**2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas as normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL, e as disposições da CVM incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com exceção daqueles emitidos em 2009, que estão sob análise da Sociedade e deverão ser aplicados até o fim de 2010, retroativamente a 2009, segundo permissão da Deliberação CVM nº 603/09.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Trimestrais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009, inclusive no que se refere aos critérios contábeis estabelecidos na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 que converteu em lei a Medida Provisória nº 449/08 e

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pronunciamentos técnicos do CPC, emitidos em 2008 e portanto, devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras.

**2.1. Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e Deliberados pela CVM em 2009**

Em continuidade ao processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e regulamentação das práticas contábeis, foram editados novos pronunciamentos técnicos com aplicação obrigatória a partir de 2010, de acordo com a Deliberação CVM nº 603/09. Os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos e interpretações estão sendo analisados pela Administração da Sociedade, e devido à elevada complexidade dos temas envolvidos, os possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado encontram-se ainda em fase de mensuração.

Em avaliação preliminar realizada pela Administração, a regra que pode trazer impactos relevantes é o ICPC 01 Contratos de Concessão. Esta regra muda a forma de apresentação do Ativo Imobilizado, que passa a ser demonstrado em parte como Ativo Financeiro e em parte como Ativo Intangível, e deverá impactar o resultado devido à forma de amortização do intangível e forma de registro de manutenções nos ativos.

Outros pronunciamentos e interpretações técnicas que entrarão em vigor a partir de 2010, e que podem trazer impactos à Sociedade são:

| Procedimentos  | Interpretações   |
|--|--|
| CPC 17 – Contratos de Construção                                   | ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil  |
| CPC 20 – Custos de Empréstimos                                     | ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico  |
| CPC 21 – Demonstração Intermediária                                | CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações  |
| CPC 22 – Informações por Segmento                                  | ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria  |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes    | ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos  |
| CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis                  | ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial       |
| CPC 27 – Ativo Imobilizado   | ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 |
| CPC 28 - Propriedade para Investimento                             |  |
| CPC 30 - Receitas  |  |
| CPC 32 – Tributos sobre o Lucro                                    |  |
| CPC 33 – Benefícios a Empregados                                   |  |
| CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade |  |
| CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração     |  |
| CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação                    |  |
| CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação                    |  |
| CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40   |  |

**3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

De acordo com a exigência do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Ano        |                |                |
|------------|----------------|----------------|
| Vencimento | 31/03/2010     | 31/12/2009     |
| 2010       | 41.087         | 162.900        |
| 2011       | 136.716        | 114.044        |
| 2012       | 140.986        | -              |
| Total      | <u>318.789</u> | <u>276.944</u> |

Em 31 de março de 2010, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 100% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. A Administração entende que tais aplicações não estão sujeitas a riscos significantes de mudança de valor (vide nota 37 - Instrumentos Financeiros).

4. CONTAS A RECEBER - CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

|                         | 31/03/2010     |               |               |                | 31/12/2009     |               |               |                |
|-------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
|                         | Vencidos       |               |               | Total          | Vencidos       |               |               | Total          |
|                         | A Vencer       | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                | A Vencer       | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                |
| Fornecimento            | 155.625        | 92.490        | 19.940        | 268.055        | 148.330        | 86.316        | 18.716        | 253.362        |
| Residencial             | 72.037         | 63.512        | 4.659         | 140.208        | 70.697         | 56.145        | 4.260         | 131.102        |
| Industrial              | 25.436         | 8.050         | 8.336         | 41.822         | 23.228         | 10.818        | 8.189         | 42.235         |
| Comercial               | 23.326         | 14.295        | 2.811         | 40.432         | 22.761         | 12.930        | 2.402         | 38.093         |
| Rural                   | 6.891          | 3.514         | 385           | 10.790         | 6.297          | 3.418         | 330           | 10.045         |
| Poder público           | 9.827          | 1.339         | 415           | 11.581         | 9.190          | 1.032         | 337           | 10.559         |
| Iluminação pública      | 9.563          | 1.045         | 3.246         | 13.854         | 9.306          | 756           | 3.120         | 13.182         |
| Serviço público         | 8.545          | 735           | 88            | 9.368          | 6.851          | 1.217         | 78            | 8.146          |
| Outras contas a receber | 316.344        | 2.861         | 7.027         | 326.232        | 308.113        | 2.724         | 6.374         | 317.211        |
| Parcelamentos débitos   | 42.983         | 2.861         | 7.027         | 52.871         | 46.851         | 2.724         | 6.374         | 55.949         |
| Receita não faturada    | 239.800        | -             | -             | 239.800        | 227.222        | -             | -             | 227.222        |
| Supridores              | 23.776         | -             | -             | 23.776         | 23.852         | -             | -             | 23.852         |
| Outros                  | 9.785          | -             | -             | 9.785          | 10.188         | -             | -             | 10.188         |
| Total                   | <u>471.969</u> | <u>95.351</u> | <u>26.967</u> | <u>594.287</u> | <u>456.443</u> | <u>89.040</u> | <u>25.090</u> | <u>570.573</u> |
| Circulante              | 431.544        | 95.351        | 26.967        | 553.862        | 414.227        | 89.040        | 25.090        | 528.357        |
| Não circulante          | <u>40.425</u>  | <u>-</u>      | <u>-</u>      | <u>40.425</u>  | <u>42.216</u>  | <u>-</u>      | <u>-</u>      | <u>42.216</u>  |

Em 31 de março de 2010, do montante de R\$ 23.776 classificado como Supridores, R\$ 20.057, registrados no ativo não circulante, referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

|   | 31/12/2009 | Adições /<br>Reversões | Baixas  | 31/03/2010 |
|---|------------|------------------------|---------|------------|
| Residencial                                   | 5.913      | 3.100                  | (2.688) | 6.325      |
| Industrial                                    | 4.142      | 853                    | (1.552) | 3.443      |
| Comercial                                     | 3.220      | 760                    | (380)   | 3.600      |
| Rural   | 775        | 253                    | (153)   | 875        |
| Poder público (federal, estadual e municipal) | 1.326      | (115)                  | (29)    | 1.182      |
| Iluminação pública                            | 4.844      | (115)                  | (24)    | 4.705      |
| Parcelamentos de prefeituras                  | 18.190     | (1)                    | -       | 18.189     |
| Parcelamento privado                          | 5.502      | 143                    | -       | 5.645      |
| Total   | 43.912     | 4.878                  | (4.826) | 43.964     |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o MCSE e a Administração da Sociedade a considera adequada para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

|   | Notas | 31/03/2010 |                |          | 31/12/2009 |                |           |
|---|-------|------------|----------------|----------|------------|----------------|-----------|
|   |       | Circulante | Não Circulante | Total    | Circulante | Não Circulante | Total     |
| Ativos  |       | 76.738     | 71.637         | 148.375  | 130.048    | 59.902         | 189.950   |
| CVA   | 6.1   | 70.108     | 49.571         | 119.679  | 112.801    | 42.735         | 155.536   |
| RTE   | 6.2   | 2.432      | 9.790          | 12.222   | 3.225      | 10.382         | 13.607    |
| Diferença de aliquotas e Recomposição de PIS e COFINS | 6.3   | 364        | -              | 364      | 7.580      | -              | 7.580     |
| Baixa renda   | 6.4   | 1.782      | -              | 1.782    | 2.973      | -              | 2.973     |
| Encargos do sistema isolado                           | 6.5   | -          | 2.306          | 2.306    | -          | -              | -         |
| Outros ativos regulatórios                            |       | 2.052      | 9.970          | 12.022   | 3.469      | 6.785          | 10.254    |
| Passivos  |       | (30.411)   | (65.490)       | (95.901) | (45.303)   | (59.697)       | (105.000) |
| Energia livre   | 6.2   | (5.494)    | (12.207)       | (17.701) | (6.041)    | (12.945)       | (18.986)  |
| Baixa renda   | 6.4   | (599)      | (48.099)       | (48.698) | (599)      | (46.534)       | (47.133)  |
| Passivo de Revisão Tarifária 2007                     | 6.6   | (21.730)   | -              | (21.730) | (36.493)   | -              | (36.493)  |
| Varição de encargos setoriais                         | 6.7   | -          | (4.311)        | (4.311)  | -          | -              | -         |
| Outros passivos regulatórios                          |       | (2.588)    | (873)          | (3.461)  | (2.170)    | (218)          | (2.388)   |
| Total Ativos e Passivos                               |       | 46.327     | 6.147          | 52.474   | 84.745     | 205            | 84.950    |

6.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

Por meio da Portaria Interministerial 025/2002, dos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, foi estabelecido o mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis (Parcela A), incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são obtidas pela diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários.

O quadro abaixo demonstra os saldos de CVA, referentes às variações entre os custos previstos na tarifa em períodos anteriores e os custos efetivamente incorridos pela Elektro:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

|   | 31/03/2010    |                |           | 31/12/2009    |                |          |
|---|---------------|----------------|-----------|---------------|----------------|----------|
|   | CVA 08/09 (i) | CVA 09/10 (ii) | Total     | CVA 08/09 (i) | CVA 09/10 (ii) | Total    |
| Principal corrigido                       | 172.631       | 49.571         | 222.202   | 170.663       | 42.735         | 213.398  |
| Energia comprada                          | 91.545        | (1.682)        | 89.863    | 90.491        | 13.768         | 104.259  |
| Encargos de serviço de sistema - ESS      | 25.205        | 2.982          | 28.187    | 24.913        | (1.522)        | 23.391   |
| PROINFA                                   | 19.042        | 3.075          | 22.117    | 18.830        | -              | 18.830   |
| Uso da rede básica                        | 11.731        | 6.062          | 17.793    | 11.601        | 5.764          | 17.365   |
| Conta de consumo de combustível - CCC     | 14.767        | 34.720         | 49.487    | 14.602        | 21.769         | 36.371   |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 10.341        | 4.414          | 14.755    | 10.226        | 2.956          | 13.182   |
| Amortização                               | (102.523)     | -              | (102.523) | (57.862)      | -              | (57.862) |
| Energia comprada                          | (53.658)      | -              | (53.658)  | (30.285)      | -              | (30.285) |
| Encargos de serviço de sistema - ESS      | (14.623)      | -              | (14.623)  | (8.252)       | -              | (8.252)  |
| PROINFA                                   | (11.643)      | -              | (11.643)  | (6.571)       | -              | (6.571)  |
| Uso da rede básica                        | (7.236)       | -              | (7.236)   | (4.083)       | -              | (4.083)  |
| Conta de consumo de combustível - CCC     | (9.036)       | -              | (9.036)   | (5.100)       | -              | (5.100)  |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | (6.327)       | -              | (6.327)   | (3.571)       | -              | (3.571)  |
| Total                                     | 70.108        | 49.571         | 119.679   | 112.801       | 42.735         | 155.536  |
| Ativo circulante                          | 70.108        | -              | 70.108    | 112.801       | -              | 112.801  |
| Ativo não circulante                      | -             | 49.571         | 49.571    | -             | 42.735         | 42.735   |

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2009 a 31 de março de 2010 (ciclo atual)

Por meio da Resolução Homologatória nº 874, de 25 de agosto de 2009, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009. Os valores homologados passaram a ser amortizados desde 27 de agosto de 2009 e têm previsão de término para 26 de agosto de 2010, sendo que o saldo é atualizado pela taxa de juros Selic.

A CVA referente ao período de 27 de agosto a 31 de março de 2010 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação e regras específicas em vigor e, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.877/08 deverá ser fiscalizada por auditoria independente e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em 27 de agosto de 2010, data de início da amortização quando deverá ocorrer a incorporação desses valores nas tarifas de fornecimento.

## 6.2. RTE - Recuperação das perdas de receita e Energia Livre

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL na Resolução Normativa nº 01/2004, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu pela cobrança do valor em 52 meses, aplicando para a Elektro os adicionais tarifários previstos na

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, que prevê o recebimento dos respectivos montantes envolvidos, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados nessa conta em 31 de março de 2010, de R\$ 2.432 no ativo circulante e R\$ 9.790 no ativo não circulante (R\$ 3.225 no ativo circulante e R\$ 10.382 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2009), estão sendo amortizados nos faturamentos desde o reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes a energia livre em 31 de março de 2010, no montante de R\$ 5.494 no passivo circulante e R\$ 12.207 no passivo não circulante (R\$ 6.041 no passivo circulante e R\$ 12.945 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2009), devido às geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE daqueles municípios. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL nº 2.027/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

#### 6.3. Diferenças de Alíquotas e Recomposição de PIS E COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas dos respectivos tributos diretamente na fatura do consumidor. As diferenças entre a majoração das alíquotas e as que estavam sendo consideradas nas tarifas estão contabilizadas como ativo regulatório no ativo circulante no montante de R\$ 364 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2009).

#### 6.4. Devolução Baixa Renda – Modicidade Tarifária e Subsídio

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, tem sido oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes. Os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento foram definidos pela ANEEL na Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002.

A partir do reajuste tarifário de agosto de 2008, efetivado pela Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, a ANEEL passou a considerar uma previsão de subsídio para a subclasse Baixa Renda como componente financeiro. Dessa forma, a Elektro está apurando o subsídio efetivamente concedido aos consumidores baixa renda a cada faturamento, de forma a amortizar o componente financeiro incluso na tarifa. O saldo registrado no ativo circulante de R\$ 1.782, em 31 de março de 2010 (R\$ 2.973 em 31 de dezembro de 2009), refere-se ao componente financeiro positivo no valor de R\$ 4.517, concedido no reajuste tarifário de 2009, decorrente da diferença apurada entre o valor da previsão de subsídio recebido e o efetivamente concedido aos clientes baixa renda entre 27 de agosto de 2008 e 26 de agosto de 2009. O saldo de R\$ 48.099 (R\$ 46.534 em 31 de dezembro de 2009) que permanece registrado no passivo não circulante encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

#### 6.5. Encargos do sistema isolado

O montante a ser repassado ao Tesouro Nacional será incluído na tarifa da Elektro a partir do próximo reajuste tarifário. Em função disso, a Sociedade constitui um Ativo não circulante na rubrica de "Ativos regulatórios" no valor de R\$ 2.306 em 31 de março de 2010. (vide nota 22).

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**6.6. Revisão tarifária de 2007**

Em 31 de agosto de 2009, foi registrado como passivo regulatório, no passivo circulante, o valor de R\$ 55.808, referente à conclusão da revisão tarifária de 2007, ocorrida em 2009. Este passivo está sendo amortizado desde o reajuste tarifário de 27 de agosto de 2009 e o saldo atual em 31 de março de 2010 é de R\$ 21.730 (R\$ 36.493 em 31 de dezembro de 2009).

**6.7. Variação de encargos setoriais**

Em 4 de março de 2010, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição da Elektro, que alterou os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias entre reajustes tarifários.

A nova metodologia de cálculo será implementada a partir do reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeitos a retroativos a fevereiro de 2010, preservando-se integralmente os efeitos no resultado da disciplina anteriormente vigente. Em 31 de março de 2010 o saldo a devolver para os consumidores é de R\$ 4.311, registrado como passivo regulatório.

**7. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G**

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004 determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à companhia transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

**Petrobras**

No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67/04, e desde julho de 2004, essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497/07 determinou nova tarifa TUSD-G, inferior à praticada no contrato então existente com a usina, resultando na obrigação de devolução, pela Elektro, das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro e totalmente amortizados nos ciclos 2007/2008 e 2008/2009.

**AES-Tietê e CESP**

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTSEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupiá e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL.

**Duke**

Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009. O faturamento está sendo efetuado a partir de julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo (R\$ 6.332 em 31 de março de 2010) são os valores que a Duke entende como controversos e permanecem no contas a receber de TUSD-G. Em caso de julgamento definitivo do recurso interposto pela Duke e sendo favorável a esta Geradora, a Elektro recorrerá à ANEEL de forma a manter o equilíbrio econômico/financeiro do contrato.

Em função do descrito acima, em 31 de março de 2010 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Ativo   | Notas | 31/12/2009     | Correção     | Recebimento     | 31/03/2010     |
|---|-------|----------------|--------------|-----------------|----------------|
| AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08 | (a)   | 36.119         | 700          | (4.578)         | 32.241         |
| CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08 | (a)   | 32.198         | 624          | (4.080)         | 28.742         |
| Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09          | (a)   | 55.458         | 1.008        | (3.560)         | 52.906         |
| Total Ativo                                   |       | <u>123.775</u> | <u>2.332</u> | <u>(12.218)</u> | <u>113.889</u> |
| Circulante                                    |       | 62.641         |              |                 | 66.583         |
| Não circulante                                |       | <u>61.134</u>  |              |                 | <u>47.306</u>  |
| Passivo                                       | Notas | 31/12/2009     | Correção     | Pagamento       | 31/3/2010      |
| CTEEP   | (b)   | 30.631         | 594          | (3.884)         | 27.341         |
| Passivo regulatório                           | (c)   | 116.255        | 1.761        | (16.763)        | 101.253        |
| Total Passivo                                 |       | <u>146.886</u> | <u>2.355</u> | <u>(20.647)</u> | <u>128.594</u> |
| Circulante                                    |       | 59.090         |              |                 | 43.135         |
| Não circulante                                |       | <u>87.796</u>  |              |                 | <u>85.459</u>  |

- (a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida, Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP e Decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e a Duke.
- (b) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.
- (c) Valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e que serão devolvidos aos consumidores também via tarifa, em no máximo 36 meses. No reajuste de 27 de agosto de 2009 a ANEEL homologou o passivo regulatório relativo à TUSD-G a ser devolvido para os consumidores, considerando para o ciclo de 2009/2010 o montante de R\$ 64.237.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

|  | 31/03/2010     | 31/12/2009     |
|--|----------------|----------------|
| Tributos a compensar                                       | <u>73.216</u>  | <u>72.177</u>  |
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido | 15.471         | 15.817         |
| Impostos e contribuições retidos na fonte                  | 2.460          | 2.213          |
| ICMS a recuperar   | 43.247         | 40.077         |
| PIS e COFINS a recuperar                                   | 12.038         | 14.070         |
| Tributos diferidos   | <u>217.870</u> | <u>237.414</u> |
| IR sobre prejuízos fiscais                                 | 24.370         | 37.196         |
| CSLL sobre base negativa                                   | 8.100          | 12.633         |
| IR e CS sobre diferenças temporárias                       | <u>33.279</u>  | <u>31.401</u>  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa              | 14.334         | 10.527         |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias, liquidas     | 9.615          | 13.654         |
| Plano especial de aposentadoria                            | 4.752          | 4.975          |
| Outras   | 4.578          | 2.245          |
| Benefício fiscal do ágio incorporado                       | 152.121        | 156.184        |
| Total  | <u>291.086</u> | <u>309.591</u> |
| Ativo circulante   | 104.399        | 106.719        |
| Ativo não circulante                                       | <u>186.687</u> | <u>202.872</u> |



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses.

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2010.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 de março de 2010 é como segue:

| Ano         | 31/03/2010 |
|-------------|------------|
| 2010        | 45.478     |
| 2011        | 47.435     |
| 2012        | 13.207     |
| 2013        | 13.112     |
| 2014        | 13.472     |
| 2015 a 2017 | 30.049     |
| 2018 a 2020 | 22.384     |
| 2021 a 2023 | 16.245     |
| 2024 a 2026 | 11.100     |
| 2027 a 2028 | 5.388      |
| Total       | 217.870    |

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

#### 9. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de março de 2010, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDB's, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,8% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor porém estão caucionadas conforme quadro abaixo:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

|  | 31/03/2010 |                | 31/12/2009 |                |
|--|------------|----------------|------------|----------------|
|  | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Dívidas:   |            |                |            |                |
| Eletrobrás (Luz para Todos) (i)                    | 256        | -              | 248        | -              |
| Debêntures (ii)                                    | 7.418      | -              | 2.021      | -              |
| Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (iii) | 12.208     | 11.171         | 2.362      | 10.952         |
| Fundo Educacional (iv)                             | 1.129      | -              | 1.106      | -              |
| Outros   | 488        | -              | 388        | -              |
| Total  | 21.499     | 11.171         | 6.125      | 10.952         |

- (i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobertura do próximo pagamento de juros.
- (iii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para participações em Leilões de compra de energia no curto prazo.
- (iv) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O montante de R\$ 42.340, atualizado até 31 de março de 2010, refere-se ao depósito judicial de R\$ 24.906 efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir (vide nota 24.1).

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação.

Os demais depósitos judiciais efetuados pela Sociedade estão demonstrados como redutores da conta de "Provisão para ações judiciais, líquidas" de acordo com a regra estabelecida pela Deliberação CVM nº 489/05.

11. INVESTIMENTOS

|             | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|-------------|------------|------------|
| Terrenos    | 4.254      | 4.264      |
| Edificações | -          | 61         |
| Total       | 4.254      | 4.325      |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Do montante de R\$ 4.254 registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. O saldo de R\$ 61 referente a Edificações está líquido de depreciação.

12. IMOBILIZADO

|  | Taxas<br>Anuais<br>Deprec /<br>Amortiz | 31/03/2010 |  |           | 31/12/2009 |  |           |
|--|--|------------|--|-----------|------------|--|-----------|
|  |  | Custo      | Depreciação e<br>amortização<br>acumuladas | Líquido   | Custo      | Depreciação e<br>amortização<br>acumuladas | Líquido   |
| Imobilizado em serviço                                     |  | 3.186.804  | (1.411.485)                                | 1.775.319 | 3.146.925  | (1.383.863)                                | 1.763.062 |
| Distribuição   |  | 3.086.822  | (1.365.370)                                | 1.721.452 | 3.047.599  | (1.340.108)                                | 1.707.491 |
| Linhas, Redes e Subestações de Distribuição                |  | 2.681.751  | (1.224.285)                                | 1.457.466 | 2.648.899  | (1.200.934)                                | 1.447.965 |
| Terrenos   | -                                      | 3.886      | -  | 3.886     | 3.886      | -  | 3.886     |
| Edificações, obras civis e benfeitorias                    | 2,0 a 5,0%                             | 28.533     | (15.413)                                   | 13.120    | 28.533     | (15.139)                                   | 13.394    |
| Máquinas e equipamentos                                    | 2,0 a 7,7%                             | 2.601.480  | (1.183.976)                                | 1.417.504 | 2.567.756  | (1.162.011)                                | 1.405.745 |
| Veículos   | 20,0%                                  | 38.960     | (19.984)                                   | 18.976    | 39.832     | (19.069)                                   | 20.763    |
| Móveis e utensílios  | 10,0%                                  | 8.892      | (4.912)                                    | 3.980     | 8.892      | (4.715)                                    | 4.177     |
| Sistema de Transmissão Associado a Distribuição            |  | 405.071    | (141.085)                                  | 263.986   | 398.700    | (139.174)                                  | 259.526   |
| Terrenos - Sistema de Transmissão Associado                | -                                      | 9.711      | -  | 9.711     | 9.711      | -  | 9.711     |
| Edificações, Obras - Sistema de Transmissão Associado      | 2,0 a 5,0%                             | 20.648     | (12.160)                                   | 8.488     | 19.976     | (11.988)                                   | 7.988     |
| Máquinas e Equipamentos - Sistema de Transmissão Associado | 2,0 a 7,7%                             | 374.506    | (128.738)                                  | 245.768   | 368.807    | (127.004)                                  | 241.803   |
| Veículos - Sistema de Transmissão Associado                | 20,0%                                  | -          | -  | -         | -          | -  | -         |
| Móveis e Utens. - Sistema de Transmissão Associado         | 10,0%                                  | 206        | (187)                                      | 19        | 206        | (182)                                      | 24        |
| Administração central                                      |  | 99.982     | (46.115)                                   | 53.867    | 99.326     | (43.755)                                   | 55.571    |
| Terrenos   | -                                      | 223        | -  | 223       | 223        | -  | 223       |
| Edificações, obras civis e benfeitorias                    | 2,0 a 5,0%                             | 13.288     | (11.370)                                   | 1.918     | 13.288     | (2.770)                                    | 10.518    |
| Edif, obras civis e benf - Arrendamento mercantil          | 2,0 a 5,0%                             | 20.116     | (2.903)                                    | 17.213    | 19.638     | (10.863)                                   | 8.775     |
| Máquinas e equipamentos                                    | 2,0 a 7,7%                             | 12.263     | (5.281)                                    | 6.982     | 12.263     | (5.072)                                    | 7.191     |
| Veículos   | 20,0%                                  | 6.479      | (5.598)                                    | 881       | 6.818      | (5.763)                                    | 1.055     |
| Veículos - Arrendamento mercantil                          | 20,0%                                  | 13.940     | (7.099)                                    | 6.841     | 13.940     | (6.307)                                    | 7.633     |
| Móveis e utensílios  | 10,0%                                  | 23.482     | (11.026)                                   | 12.456    | 22.965     | (10.464)                                   | 12.501    |
| Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil               | 10,0%                                  | 10.191     | (2.838)                                    | 7.353     | 10.191     | (2.516)                                    | 7.675     |
| Atividades não vinculadas à concessão                      |  |            |  |           |            |  |           |
| Mais-valia do ativo imobilizado                            | 5,0%                                   | 146.954    | (82.705)                                   | 64.249    | 146.954    | (80.868)                                   | 66.086    |
| Imobilizado em curso                                       |  | 203.081    | -  | 203.081   | 174.753    | -  | 174.753   |
| Obras  |  | 149.899    | -  | 149.899   | 116.014    | -  | 116.014   |
| Almoxarifados  |  | 48.687     | -  | 48.687    | 53.946     | -  | 53.946    |
| Compras em andamento                                       |  | 153        | -  | 153       | 153        | -  | 153       |
| Materiais em reparo  |  | 4.342      | -  | 4.342     | 4.640      | -  | 4.640     |
| Obrigações especiais                                       |  | (376.966)  | 41.043                                     | (335.923) | (372.858)  | 36.692                                     | (336.166) |
| Total  |  | 3.159.873  | (1.453.147)                                | 1.706.726 | 3.095.774  | (1.428.039)                                | 1.667.735 |
| Saldo dos bens totalmente depreciados                      |  | 336.335    |  |           | 326.754    |  |           |

A mutação do saldo do Imobilizado está demonstrada a seguir:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

|   | 31/12/2009  | Adições  | Transferências | Baixas   | 31/03/2010  |
|---|-------------|----------|----------------|----------|-------------|
| Imobilizado em serviço                                    | 1.763.062   | (35.512) | 56.480         | (8.711)  | 1.775.319   |
| Distribuição  | 1.707.491   | (33.344) | 55.963         | (8.658)  | 1.721.452   |
| Linhas, Redes e Subestações de Distribuição               | 1.447.965   | (30.576) | 47.622         | (7.545)  | 1.457.466   |
| Imobilizado em serviço                                    | 2.648.899   | -        | 47.622         | (14.769) | 2.681.752   |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (1.200.934) | (30.576) | -              | 7.224    | (1.224.286) |
| Sistema de Transmissão Associado                          | 259.526     | (2.768)  | 8.341          | (1.113)  | 263.986     |
| Imobilizado em serviço                                    | 398.700     | -        | 8.341          | (1.970)  | 405.071     |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (139.174)   | (2.768)  | -              | 857      | (141.085)   |
| Administração Central                                     | 55.571      | (2.168)  | 517            | (53)     | 53.867      |
| Imobilizado em serviço                                    | 99.326      | 478      | 517            | (339)    | 99.982      |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (43.755)    | (2.646)  | -              | 286      | (46.115)    |
| Imobilizado em curso                                      | 174.753     | 84.808   | (56.480)       | -        | 203.081     |
| Atividades não vinculadas à concessão                     | 66.086      | (1.837)  | -              | -        | 64.249      |
| Mais-valia do ativo imobilizado                           | 146.954     | -        | -              | -        | 146.954     |
| (-) Amortização Acumulada Mais-valia do ativo imobilizado | (80.868)    | (1.837)  | -              | -        | (82.705)    |
| Obrigações especiais                                      | (336.166)   | 243      | -              | -        | (335.923)   |
| Obrigações especiais                                      | (372.858)   | (4.108)  | -              | -        | (376.966)   |
| (-) Amortização Acumulada                                 | 36.692      | 4.351    | -              | -        | 41.043      |
| Total   | 1.667.735   | 47.702   | -              | (8.711)  | 1.706.726   |

A parcela do ágio referente à mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda. ocorrida em 21 de dezembro de 1998.

12.1. Obrigações Especiais

|   | 31/03/2010 |                       |           | 31/12/2009 |                       |           |
|---|------------|-----------------------|-----------|------------|-----------------------|-----------|
|   | Custo      | Amortização acumulada | Líquido   | Custo      | Amortização acumulada | Líquido   |
| Participação da União                   | (31.386)   | 3.288                 | (28.098)  | (31.385)   | 2.924                 | (28.461)  |
| Participação do consumidor              | (216.777)  | 24.699                | (192.078) | (214.886)  | 22.196                | (192.690) |
| Doações e subvenções para investimentos | (124.791)  | 12.654                | (112.137) | (122.575)  | 11.218                | (111.357) |
| Pesquisa e desenvolvimento              | (4.012)    | 402                   | (3.610)   | (4.012)    | 354                   | (3.658)   |
| Total                                   | (376.966)  | 41.043                | (335.923) | (372.858)  | 36.692                | (336.166) |

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

O saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que representa a taxa média de depreciação da conta de máquinas e equipamentos.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. INTANGÍVEL

|                       | Taxas<br>Anuais<br>Deprec /<br>Amortiz | 31/03/2010 |                          |         | 31/12/2009 |                          |         |
|-----------------------|--|------------|--------------------------|---------|------------|--------------------------|---------|
|                       |  | Custo      | Amortização<br>acumulada | Líquido | Custo      | Amortização<br>acumulada | Líquido |
| Intangível em serviço |  | 75.428     | (36.321)                 | 39.107  | 74.498     | (35.276)                 | 39.222  |
| Distribuição          |  | 2.557      | (1.035)                  | 1.522   | 2.559      | (1.007)                  | 1.552   |
| Softwares             | 20%                                    | 1.118      | (1.035)                  | 83      | 1.119      | (1.007)                  | 112     |
| Servidão              | -                                      | 1.439      | -                        | 1.439   | 1.440      | -                        | 1.440   |
| Transmissão Associada |  | 20.867     | (242)                    | 20.625  | 20.867     | (241)                    | 20.626  |
| Softwares             | 20%                                    | 242        | (242)                    | -       | 241        | (241)                    | -       |
| Servidão              | -                                      | 20.625     | -                        | 20.625  | 20.626     | -                        | 20.626  |
| Administração central |  | 52.004     | (35.044)                 | 16.960  | 51.072     | (34.028)                 | 17.044  |
| Softwares             | 20%                                    | 51.911     | (35.044)                 | 16.867  | 50.978     | (34.028)                 | 16.950  |
| Outros                | -                                      | 93         | -                        | 93      | 94         | -                        | 94      |
| Intangível em curso   |  | 12.841     | -                        | 12.841  | 12.404     | -                        | 12.404  |
| Projetos              |  | 5.565      | -                        | 5.565   | 5.800      | -                        | 5.800   |
| Servidão              |  | 7.276      | -                        | 7.276   | 6.604      | -                        | 6.604   |
| Total                 |  | 88.269     | (36.321)                 | 51.948  | 86.902     | (35.276)                 | 51.626  |

As servidões de passagem não são amortizadas, pois tem características similares a terrenos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

|                             | 31/03/2010 |          |         | 31/12/2009 |          |         |
|-----------------------------|------------|----------|---------|------------|----------|---------|
|                             | Principal  | Encargos | Total   | Principal  | Encargos | Total   |
| Moeda Nacional              |            |          |         |            |          |         |
| BNDES (*)                   |            |          |         |            |          |         |
| Finem II                    | 6.471      | 31       | 6.502   | 12.942     | 64       | 13.006  |
| Finem III                   | 98.947     | 413      | 99.360  | 107.728    | 453      | 108.181 |
| Finem IV                    | 145.637    | 1.688    | 147.325 | 143.089    | 536      | 143.625 |
| Finem Novas Tecnologias     | 17.300     | 250      | 17.550  | -          | -        | -       |
| Finame                      | 1.587      | 5        | 1.592   | 1.759      | 6        | 1.765   |
| Finame 2008                 | 2.894      | 11       | 2.905   | 3.109      | 12       | 3.121   |
| Finame 2009                 | 8.326      | 85       | 8.411   | 8.337      | 90       | 8.427   |
| Automático                  | 2.141      | 8        | 2.149   | 2.301      | 9        | 2.310   |
| Eletrobrás - Luz para Todos | 97.543     | -        | 97.543  | 99.342     | -        | 99.342  |
| Finep                       | 12.546     | 40       | 12.586  | 12.546     | 36       | 12.582  |
| Finep - 2º Ciclo            | 21.390     | 40       | 21.430  | 21.390     | 40       | 21.430  |
| Total                       | 414.782    | 2.571    | 417.353 | 412.543    | 1.246    | 413.789 |
| Circulante                  | 71.090     | 2.571    | 73.661  | 62.802     | 1.246    | 64.048  |
| Não circulante              | 343.692    | -        | 343.692 | 349.741    | -        | 349.741 |

(\*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Vencimentos do principal<br>a longo prazo |                |
|---|----------------|
| Ano                                       | 31/03/2010     |
| 2011                                      | 67.066         |
| 2012                                      | 85.160         |
| 2013                                      | 60.375         |
| 2014                                      | 49.751         |
| 2015                                      | 31.818         |
| Após 2015                                 | 49.522         |
| <b>Total</b>                              | <b>343.692</b> |

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

| Tipo                           | Garantias  | Condições Gerais                        | Pagamento de encargos                                    | de principal | inicial                 | final                   |
|--------------------------------|--|---|--|--------------|-------------------------|-------------------------|
| <b>BNDES</b>                   |  |   |  |              |                         |                         |
| Finem II                       | Vinculação das receitas de energia                       | TJLP + 6,00% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 17/07/2006              | 15/06/2010              |
| Finem III                      | Vinculação das receitas de energia                       | TJLP + 4,65% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/04/2008              | 15/09/2013              |
| Finem IV                       |  |   |  |              |                         |                         |
| Subcrédito A <sup>(1)</sup>    | Vinculação das receitas de energia                       | TJLP + 2,45% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/07/2011              | 15/12/2015              |
| Subcrédito B <sup>(1)</sup>    | Vinculação das receitas de energia                       | IPCA + 7,6% <sup>(2)</sup> + 2,45% a.a. | Anual  | Anual        | 15/03/2011              | 15/03/2014              |
| Subcrédito E <sup>(1)</sup>    | Vinculação das receitas de energia                       | TJLP + 1,55% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/09/2010              | 15/09/2014              |
| <b>FINEM Novas Tecnologias</b> |  |   |  |              |                         |                         |
| Subcrédito A                   | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia | TJLP + 1,90% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/06/2011              | 15/05/2017              |
| Subcrédito B                   | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia | TJLP + 2,90% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/06/2011              | 15/05/2017              |
| Subcrédito C                   | Propriedade fiduciária dos bens                          | 7%                                      | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/06/2011              | 15/05/2017              |
| Finame                         | Propriedade fiduciária dos bens                          | TJLP + 2,80% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/7/2008 a 15/08/2008  | 15/06/2012 a 16/07/2012 |
| Finame 2008                    | Propriedade fiduciária dos bens                          | TJLP + 2,79% a.a                        | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/07/2009 a 15/08/2009 | 15/7/2013 a 15/08/2013  |
| Finame 2009 <sup>(3)</sup>     | Propriedade fiduciária dos bens                          | De 4,5% a.a. à TJLP + 3,66% a.a         | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/3/2010 a 15/08/2010  | 17/3/2014 a 15/08/2014  |
| Automático                     | Propriedade fiduciária dos bens e nota promissória       | TJLP + 2,7% a.a                         | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal       | 15/05/2009              | 15/07/2013              |
| <b>Eletrobrás</b>              |  |   |  |              |                         |                         |
| Luz para Todos <sup>(4)</sup>  | Carta de Fiança  | RGR <sup>(5)</sup> + 5,0% a.a.          | Mensal   | Mensal       | 30/11/2006 a 30/12/2011 | 30/10/2016 a 1/11/2021  |
| <b>FINEP</b>                   |  |   |  |              |                         |                         |
| Finep                          | Carta de Fiança  | TJLP + 0,94% a.a                        | Mensal durante a carência                                | Mensal       | 15/10/2010              | 15/10/2014              |
| Finep - 2º Ciclo               | Carta de Fiança  | 4,25% a.a.                              | Mensal durante a carência                                | Mensal       | 15/04/2011              | 15/12/2017              |

(1) O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de julho 2008 à dezembro 2010, estando sujeitos à condições já definidas em contrato.

(2) Taxa de Referência divulgada pelo BNDES, equivale ao custo médio representativo das captações e instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

(3) Os contratos que fazem parte do FINAME 2009, responsáveis pelo financiamento da Frota da Elektro, receberam diferentes taxas de acordo com o objeto e período da contratação.

(4) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(5) Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):** O contrato de financiamento do BNDES "Finem II" contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

menor ou igual a 0,8; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

15. DEBÊNTURES

|                    | 31/03/2010 |          |               |         | 31/12/2009 |          |               |         |
|--------------------|------------|----------|---------------|---------|------------|----------|---------------|---------|
|                    | Principal  | Encargos | Vr. Monetária | Total   | Principal  | Encargos | Vr. Monetária | Total   |
| 2ª Emissão         | 306.248    | 21.027   | 61.542        | 388.817 | 305.914    | 13.296   | 53.282        | 372.492 |
| 1ª Série           | 250.000    | 20.519   | 61.542        | 332.061 | 250.000    | 11.365   | 53.282        | 314.647 |
| 2ª Série           | 58.140     | 508      | -             | 58.648  | 58.140     | 1.931    | -             | 60.071  |
| Custos com emissão | (1.892)    | -        | -             | (1.892) | (2.226)    | -        | -             | (2.226) |
| 3ª Emissão         | 297.600    | 8.036    | -             | 305.636 | 297.202    | 920      | -             | 298.122 |
| Série Única        | 300.000    | 8.036    | -             | 308.036 | 300.000    | 920      | -             | 300.920 |
| Custos com emissão | (2.400)    | -        | -             | (2.400) | (2.798)    | -        | -             | (2.798) |
| Total              | 603.848    | 29.063   | 61.542        | 694.453 | 603.116    | 14.216   | 53.282        | 670.614 |
| Circulante         | 265.737    | 29.063   | 30.771        | 325.571 | 208.439    | 14.216   | 26.641        | 249.296 |
| Não circulante     | 338.111    | -        | 30.771        | 368.882 | 394.677    | -        | 26.641        | 421.318 |

Em 18 de junho de 2009, a Elektro efetuou a 3ª emissão de Debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em 18 de setembro de 2011 e remuneradas pela variação da taxa de CDI, acrescida de 1,4% a.a. O registro das debêntures na CVM ocorreu em 30 de junho de 2009 e sua liquidação financeira em 1º de julho de 2009.

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

**Segunda emissão – características das duas séries vigentes**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

Em 1º de setembro de 2009, foram amortizadas pela Elektro, 33,33% das duas séries vigentes da 2ª emissão de Debêntures, acrescidos de sua respectiva remuneração, no valor total R\$ 238.966. A amortização do principal remanescente, acrescido da respectiva remuneração, ocorrerá em 2 parcelas: 33,33% em 1º de setembro de 2010 e 33,34% em 1º de setembro de 2011.

**Garantia Adicional:** Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

**Terceira emissão – série única**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

| Séries                | Qtde. em<br>circulação | Remuneração         | Pagamento dos juros  |
|-----------------------|------------------------|---------------------|--|
| Debêntures 2ª Emissão |                        |                     |  |
| 1ª Série              | 37.500                 | IGP-M + 11,80% a.a. | anual a partir de 1º de setembro de 2006                     |
| 2ª Série              | 8.721                  | CDI + 1,65% a.a.    | semestral a partir de 1º março de 2006                       |
| Debêntures 3ª Emissão |                        |                     |  |
| Série Única           | 10.000                 | CDI + 1,40%         | Semestral até dezembro de 2010 e trimestral até o vencimento |

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):**

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

**Segunda emissão** - conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão.

**Terceira emissão** - conforme cláusula de vencimento antecipado, alínea "s" da escritura da emissão.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda e terceira emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

**16. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

|   | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|
| Arrendamento mercantil financeiro a pagar |            |            |
| Veículos                                  | 8.809      | 9.587      |
| Imóveis                                   | 9.858      | 9.946      |
| Equipamentos de informática               | 4.126      | 4.977      |
| Total                                     | 22.793     | 24.510     |
| Circulante                                | 9.321      | 9.013      |
| Não circulante                            | 13.472     | 15.497     |

Os pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| Vencimentos dos pagamentos<br>futuros de longo prazo |               |
|--|---------------|
| 2011   | 2.961         |
| 2012   | 3.526         |
| 2013   | 1.816         |
| após 2013  | 5.169         |
| Total  | <u>13.472</u> |

**Arrendamento mercantil operacional**

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas em 31 de março de 2010 e de 2009, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

|   | 31/03/2010   | 31/03/2009   |
|---|--------------|--------------|
| Despesas reconhecidas no período  |              |              |
| Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento ( <i>Callcenter</i> ) | 570          | 609          |
| Locação de veículos   | -            | 57           |
| Locação de computadores   | 291          | 367          |
| Locação de impressoras  | 77           | -            |
| Locação de outros equipamentos de informática                             | 93           | 124          |
| Total   | <u>1.031</u> | <u>1.157</u> |

| Vencimento dos<br>pagamentos futuros |               |
|--------------------------------------|---------------|
| 2010 (nove meses)                    | 3.023         |
| 2011                                 | 3.191         |
| 2012                                 | 2.062         |
| 2013                                 | 1.968         |
| 2014                                 | 1.476         |
| Total                                | <u>11.720</u> |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

|   | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|
| Moeda nacional                          | 210.083    | 190.939    |
| Supridores de energia elétrica          | 159.697    | 134.511    |
| Encargos de serviço de sistema - ESS    | 6.807      | 4.653      |
| Fornecedores de materiais e serviços    | 43.579     | 51.775     |
| Moeda estrangeira                       | 24.893     | 48.547     |
| Supridores de energia elétrica - Itaipu | 25.285     | 48.672     |
| Variação cambial - Itaipu               | (392)      | (125)      |
| Total                                   | 234.976    | 239.486    |

18. TRIBUTOS A RECOLHER

|   | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido      | 15.285     | 159        |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS | 17.688     | 15.720     |
| Programa de integração social - PIS                             | 3.845      | 3.416      |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS       | 96.840     | 93.058     |
| Impostos retidos na fonte                                       | 949        | 13.772     |
| Imposto sobre serviço - ISS                                     | 382        | 495        |
| Total   | 134.989    | 126.620    |

19. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

|  | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------|------------|
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          | 4.763      | 4.763      |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     | 12.408     | 2.682      |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE | 10.353     | 9.890      |
| Encargos de capacidade emergencial - ECE               | 823        | 827        |
| Total  | 28.347     | 18.162     |

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

|                                     | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Dividendos a pagar                  | 155.594    | 155.594    |
| Juros sobre capital próprio a pagar | 1          | 54.993     |
| Total                               | 155.595    | 210.587    |

Em Assembléia Geral Ordinária de 30 de março de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 155.589, referente ao exercício de 2009. O pagamento ocorreu em 28 de abril de 2010.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Existem valores de dividendos (R\$ 5) e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 1) para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados

21. PROVISÃO E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

|                                      | 31/03/2010 | 31/12/2009 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Provisão de férias                   | 13.634     | 13.391     |
| Retenções do empregado               | 3.884      | 2.471      |
| INSS parte da empresa                | 7.586      | 7.123      |
| FGTS                                 | 1.942      | 2.419      |
| Participação nos lucros e resultados | 5.401      | 14.444     |
| Outros                               | (1.246)    | 398        |
| Total                                | 31.201     | 40.246     |

22. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro, aplicar anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pelas Leis nºs 9.991/2000 e 11.465/2007.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/09 a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional, de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, 0,30% da ROL (Receita operacional líquida), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O mecanismo para pagamento desse valor ainda não foi definido.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

| Distribuição do recurso           | Percentual de distribuição | 31/12/2009 | Ingresso | Atualização | Transferência | Realização | 31/03/2010 |
|-----------------------------------|----------------------------|------------|----------|-------------|---------------|------------|------------|
| Pesquisa de Eficiência Energética | 0,50%                      | 16.417     | 3.839    | 261         | -             | (4.378)    | 16.139     |
| Pesquisa e Desenvolvimento        | 0,20%                      | 21.427     | 1.535    | 418         | -             | (1.043)    | 22.337     |
| FNDCT                             | 0,20%                      | 394        | 2.051    | -           | -             | (2.021)    | 424        |
| MME                               | 0,10%                      | 197        | 1.026    | -           | -             | (1.011)    | 212        |
| Encargos do sistema isolado       | 0,30%                      | -          | 2.296    | 10          | -             | -          | 2.306      |
| Total                             |                            | 38.435     | 10.747   | 689         | -             | (8.453)    | 41.418     |
| Circulante                        |                            | 23.900     | 6.916    | 384         | (9.518)       | (8.453)    | 13.229     |
| Não circulante                    |                            | 14.535     | 3.831    | 305         | 9.518         | -          | 28.189     |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nºs 176/2005 e 219/2006.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente a partir de janeiro de 2009.

**23. PLANO ESPECIAL DE APOSENTADORIA**

No Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA) como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em 21 de setembro de 2009 esse plano foi prorrogado até 31 de maio de 2011, com prorrogação automática até 31 de maio de 2013, caso as partes não se manifestem em contrário.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Sociedade) além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para estarem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, onde são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O montante original de R\$ 1.842, registrado na rubrica de "Plano especial de aposentadoria" no passivo circulante refere-se a 27 colaboradores que aderiram ao plano no exercício de 2009, cujo pagamento dos benefícios para 11 desses colaboradores ocorreu durante o primeiro trimestre de 2010 e o restante ocorrerá até o fim do primeiro semestre de 2010. O valor atualizado em 31 de março de 2010 é R\$ 1.187. Para os períodos entre 2010 e 2013, a Sociedade estima que até 201 colaboradores possam aderir ao plano, o que gerou uma provisão de R\$ 12.791, registrada na mesma rubrica, no passivo não circulante.

**24. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

**24.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas**

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

|                              | 31/12/2009 | Ingresso e<br>atualização | Reversão | Liquidação | 31/03/2010 |
|------------------------------|------------|---------------------------|----------|------------|------------|
| Cíveis e ambientais          | 16.408     | 1.644                     | -        | (234)      | 17.818     |
| Trabalhistas                 | 8.807      | 828                       | -        | (213)      | 9.422      |
| Tributárias                  | 3.797      | 33                        | (2.790)  | -          | 1.040      |
| Desapropriações e servidões  | 4.324      | 713                       | (41)     | (51)       | 4.945      |
| Regulatórias                 | 2.200      | -                         | -        | -          | 2.200      |
| Total das provisões          | 35.536     | 3.218                     | (2.831)  | (498)      | 35.425     |
| (-) Depósitos judiciais      | (4.749)    | (696)                     |          | 71         | (5.374)    |
| Total das provisões líquidas | 30.787     | 2.522                     | (2.831)  | (427)      | 30.051     |

Em 31 de março de 2010, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL. As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

**PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo**

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza. Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou o parágrafo 1º e 3º da Lei 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir.

Considerando esses fundamentos técnicos, e a avaliação dos seus assessores jurídicos que avaliaram o risco de perda da contingência como remoto, a Sociedade reverteu, em 30 de junho de 2009, a provisão constituída para esta finalidade, no montante corrigido até aquela data de R\$ 95.795, sendo R\$ 80.298 de COFINS e R\$ 15.497 de PIS.

O efeito líquido da reversão dessa provisão no lucro líquido daquele exercício foi de R\$ 63.225, considerando-se o efeito da respectiva exclusão do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, no montante de R\$ 32.570.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, efetuado em 29 de outubro de 2004, no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de março de 2010 totaliza R\$ 42.340 (R\$ 41.839 em 31 de dezembro de 2009). O referido depósito será levantado somente após o trânsito em julgado da ação, e como houve a baixa da provisão o mesmo foi reclassificado para o Ativo não circulante.

**24.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível**

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contingências são de R\$ 66.923 para assuntos previdenciários, R\$ 24.535 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem, R\$ 26.470 para aspectos trabalhistas e R\$ 653.091 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado em 31 de março de 2010 é de R\$ 61.005.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de março de 2010 é de R\$ 16.972 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2009), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado em 31 de março de 2010 é de R\$ 48.768. Ambos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

A Elektro recebeu ainda dois Autos de Infração Federal lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de março de 2010 é de R\$ 491.442 (R\$ 486.138 em 31 de dezembro de 2009), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em razão de impugnação realizada pela Elektro, e, portanto, não foram provisionados.

Em Março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente a Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho, instância na qual o caso aguarda julgamento. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão no Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

Em Julho de 1998, foram ajuizadas 2 (duas) ações populares em face da Elektro e outros. Cada uma destas ações objetiva a anulação da privatização da Elektro sob a alegação, dentre outras, que o preço pago pela Elektro teria sido inaceitavelmente baixo. Tais ações estão ainda em trâmite na 1ª. Instância. Segundo os assessores jurídicos, há sólidos argumentos e indícios

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de que as ações sejam julgadas improcedentes, no mérito. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como remoto.

Em Agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações judiciais pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e outras, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange às faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação favoravelmente ao DER. A Elektro apelou ao Superior Tribunal de Justiça em Agosto de 2008 para suspender a decisão da corte paulista liminarmente, sendo que em novembro de 2008 a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. O recurso aguarda o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Sociedade, e o risco de perda foi classificado como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2010, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

| Acionista                                       | Ordinárias | Preferenciais | Total       |
|---|------------|---------------|-------------|
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221  | -             | 6.579.221   |
| EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480 | -             | 59.310.480  |
| ETB - Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606 | 34.535.205    | 60.499.811  |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -          | 66.744.382    | 66.744.382  |
| Demais acionistas                               | 26.665     | 598.706       | 625.371     |
| Total   | 91.880.972 | 101.878.293   | 193.759.265 |

A AEI é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

|  | 31/03/2010                |           |           | 31/03/2009                |           |           |
|--|---------------------------|-----------|-----------|---------------------------|-----------|-----------|
|  | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)   | R\$       | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)   | R\$       |
| Receitas operacionais                                  | 2.141.630                 | 3.193.454 | 1.158.702 | 2.084.695                 | 2.771.896 | 1.005.409 |
| Fornecimento para consumidores                         | 2.141.630                 | 2.931.893 | 1.043.295 | 2.084.695                 | 2.712.249 | 932.155   |
| Residencial  | 1.830.031                 | 990.473   | 430.836   | 1.780.095                 | 931.590   | 385.004   |
| Industrial   | 21.985                    | 980.860   | 287.388   | 22.041                    | 877.171   | 251.758   |
| Comercial  | 144.260                   | 482.728   | 186.219   | 140.501                   | 438.963   | 162.083   |
| Rural  | 123.185                   | 194.971   | 43.349    | 120.644                   | 193.507   | 39.984    |
| Poder público  | 16.347                    | 68.537    | 26.716    | 15.825                    | 63.376    | 23.772    |
| Iluminação pública                                     | 3.052                     | 106.124   | 24.372    | 2.892                     | 104.661   | 23.056    |
| Serviço público  | 2.770                     | 108.201   | 31.836    | 2.697                     | 102.981   | 28.541    |
| Não faturado   | -                         | -         | 12.579    | -                         | -         | 17.957    |
| Outras receitas  |                           | 261.561   | 115.407   |                           | 59.647    | 73.254    |
| CCEE   |                           | 261.561   | 280       |                           | 59.647    | 3.384     |
| Receita de uso do sistema de distribuição              |                           | -         | 74.457    |                           | -         | 67.574    |
| Componente financeiro - Revisão tarifária 2007         |                           | -         | 14.763    |                           | -         | -         |
| Componente financeiro - TUSD - G                       |                           | -         | 17.027    |                           | -         | -         |
| Outras receitas  |                           | -         | 8.880     |                           | -         | 2.296     |
| Deduções às receitas operacionais                      |                           |           | (390.700) |                           |           | (332.708) |
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          |                           |           | (6.667)   |                           |           | (5.413)   |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     |                           |           | (26.018)  |                           |           | (28.653)  |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE |                           |           | (34.885)  |                           |           | (27.969)  |
| ICMS sobre fornecimento                                |                           |           | (196.562) |                           |           | (172.128) |
| Recomposição de PIS e COFINS                           |                           |           | (7.216)   |                           |           | (885)     |
| COFINS   |                           |           | (88.534)  |                           |           | (76.411)  |
| PIS  |                           |           | (19.221)  |                           |           | (16.589)  |
| Programa de P&D e eficiência energética                |                           |           | (7.136)   |                           |           | (4.548)   |
| Variação de Encargos Setoriais                         |                           |           | (4.310)   |                           |           | -         |
| Outros   |                           |           | (151)     |                           |           | (112)     |
| Total  | 2.141.630                 | 3.193.454 | 768.002   | 2.084.695                 | 2.771.896 | 672.701   |

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

O valor de R\$ 14.763, registrado como "Componente financeiro – Revisão tarifária 2007", refere-se a amortização do passivo regulatório registrado no passivo circulante em virtude da revisão tarifária de 2007. O valor de R\$ 17.027 na linha de "Componente financeiro – TUSD - G" refere-se a amortização do passivo regulatório registrado na conta de TUSD-G (vide nota 7).

27. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

|  | 31/03/2010 |         | 31/03/2009 |          |
|--|------------|---------|------------|----------|
|  | MWh (*)    | R\$     | MWh (*)    | R\$      |
| Supridores de energia                                      | 3.317.386  | 297.022 | 3.136.457  | 303.118  |
| Itaipu Binacional (**)                                     | 746.396    | 76.868  | 753.618    | 97.626   |
| Contratos bilaterais                                       | 35.940     | 1.449   | 18.898     | 6.029    |
| Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR | 2.466.865  | 196.354 | 2.310.828  | 177.401  |
| PROINFA  | 68.185     | 17.196  | 53.113     | 14.924   |
| Uso do transporte de energia                               | -          | 5.155   | -          | 7.138    |
| Outros custos de energia                                   | -          | 168.219 | -          | 73.389   |
| ONS - Uso da rede básica                                   | -          | 103.101 | -          | 99.995   |
| CTEEP- Encargos de conexão                                 | -          | 8.423   | -          | 7.771    |
| Encargos de serviços do sistema - ESS                      | -          | 10.493  | -          | 6.960    |
| Constituição de CVA  | -          | 8.233   | -          | (43.964) |
| Amortização de CVA   | -          | 37.969  | -          | 2.627    |
| Total  | 3.317.386  | 465.241 | 3.136.457  | 376.507  |

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. GASTOS COM PESSOAL

|  | 31/03/2010    | 31/03/2009    |
|--|---------------|---------------|
| Remunerações                           | 28.604        | 25.262        |
| Encargos sociais                       | 10.094        | 8.872         |
| Auxílio alimentação                    | 3.217         | 2.423         |
| Assistência médica e outros benefícios | 1.994         | 1.607         |
| Indenizações trabalhistas              | 271           | 1.425         |
| Previdência privada                    | 1.321         | 1.321         |
| Plano Especial de Aposentadoria        | (266)         | -             |
| Outros                                 | 4.999         | 639           |
| <b>Total</b>                           | <b>50.234</b> | <b>41.549</b> |
| Custo da operação                      | 39.986        | 30.202        |
| Despesas com vendas                    | 1.685         | 2.958         |
| Despesas gerais e administrativas      | 8.563         | 8.389         |
| <b>Total</b>                           | <b>50.234</b> | <b>41.549</b> |

29. GASTOS COM MATERIAIS

|                                   | 31/03/2010   | 31/03/2009   |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Materiais e equipamentos          | 9.357        | 6.092        |
| <b>Total</b>                      | <b>9.357</b> | <b>6.092</b> |
| Custo da operação                 | 8.685        | 5.365        |
| Despesas com vendas               | 130          | 30           |
| Despesas gerais e administrativas | 542          | 697          |
| <b>Total</b>                      | <b>9.357</b> | <b>6.092</b> |

30. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

|   | 31/03/2010    | 31/03/2009    |
|---|---------------|---------------|
| Serviços no sistema elétrico            | 12.295        | 11.854        |
| Serviços de manutenção e conservação    | 2.762         | 4.313         |
| Serviços de leitura e entrega de contas | 5.959         | 5.572         |
| Serviços administrativos                | 3.296         | 2.736         |
| Outros serviços                         | 4.334         | 3.928         |
| <b>Total</b>                            | <b>28.646</b> | <b>28.403</b> |
| Custo da operação                       | 21.589        | 20.833        |
| Despesas com vendas                     | 4.035         | 2.930         |
| Despesas gerais e administrativas       | 3.022         | 4.640         |
| <b>Total</b>                            | <b>28.646</b> | <b>28.403</b> |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

|  | 31/03/2010    | 31/03/2009    |
|--|---------------|---------------|
| Despesas com arrecadação bancária                  | 4.352         | 4.113         |
| Taxa de fiscalização ANEEL                         | 1.775         | 1.838         |
| Seguros  | 311           | 227           |
| Aluguéis   | 2.053         | 1.069         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa      | 3.278         | 3.622         |
| Taxas e contribuições                              | 1.861         | 1.839         |
| Despesas com viagens                               | 2.669         | 1.466         |
| Propaganda e publicidade                           | 1.685         | 1.751         |
| Telefonia e telecomunicações                       | 5.901         | 4.569         |
| Software   | 18            | 1.382         |
| Provisões cíveis, trabalhistas e outras            | 121           | 2.115         |
| Perda na desativação e alienação de bens, líquidas | 6.415         | 6.502         |
| Outras   | 4.421         | (247)         |
| <b>Total</b>                                       | <b>34.860</b> | <b>30.246</b> |
| Custo da operação                                  | 13.388        | 10.509        |
| Outras despesas operacionais                       | 21.472        | 19.737        |
| <b>Total</b>                                       | <b>34.860</b> | <b>30.246</b> |

32. RESULTADO FINANCEIRO

|   | 31/03/2010      | 31/03/2009      |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                                   | <b>16.197</b>   | <b>16.479</b>   |
| Aplicações financeiras  | 5.701           | 5.830           |
| Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso            | 9.997           | 9.753           |
| Outras receitas financeiras                                   | 499             | 896             |
| <b>Despesas financeiras</b>                                   | <b>(26.365)</b> | <b>(24.085)</b> |
| Juros sobre empréstimos com terceiros                         | (8.122)         | (6.844)         |
| Juros sobre debêntures  | (15.019)        | (14.437)        |
| Outras despesas financeiras                                   | (3.224)         | (2.804)         |
| <b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>                 | <b>(4.093)</b>  | <b>3.958</b>    |
| Receitas de variação monetária                                | 7.419           | 4.336           |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 2.597           | 473             |
| Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA | 2.721           | 2.369           |
| Conta de energia elétrica em atraso                           | 821             | 175             |
| Outras  | 1.280           | 1.319           |
| Despesas de variação monetária                                | (11.512)        | (378)           |
| Principal - terceiros   | (888)           | (396)           |
| Energia livre   | (3.041)         | (1.428)         |
| Eficiência energética   | (679)           | (1.160)         |
| Debêntures  | (6.963)         | 4.217           |
| Outras  | 59              | (1.611)         |
| <b>Total</b>  | <b>(14.261)</b> | <b>(3.648)</b>  |



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

|  | 31/03/2010       |                     | 31/03/2009       |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|  | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social    | 174.087          | 174.087             | 190.049          | 190.049             |
| Alíquota nominal dos tributos                            | 15%              | 9%                  | 15%              | 9%                  |
| Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano | 10%              | -                   | 10%              | -                   |
|  | (43.516)         | (15.668)            | (47.506)         | (17.104)            |
| Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo     |                  |                     |                  |                     |
| Permanentes - despesas indedutíveis e multas             | (839)            | (20)                | (493)            | (16)                |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado      | (44.355)         | (15.688)            | (47.999)         | (17.120)            |
| Imposto de renda e contribuição social correntes         | (29.922)         | (10.577)            | (30.583)         | (10.811)            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos         | (14.433)         | (5.111)             | (17.416)         | (6.309)             |
| Total  | (44.355)         | (15.688)            | (47.999)         | (17.120)            |

34. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

|   | 31/03/2010 | 31/03/2009 |
|---|------------|------------|
|   | Resultado  | Resultado  |
| Elektro Comercializadora de Energia Ltda. | 42         | 58         |
| AEI América do Sul Holding Ltda.          | 112        | -          |
| Total                                     | 154        | 58         |

Os saldos acima se referem a serviços administrativos, compartilhamento de infra-estrutura e aluguel de salas para as empresas do grupo. Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infra-estrutura tem como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado a partir de 1º de abril de 2004. Para AEI America do Sul Holding Ltda., o contrato tem duração de cinco anos a contar de 22 de agosto de 2005, podendo ser renovado após anuência prévia da Fundação Cesp e ANEEL. Ambos podem ser interrompidos mediante notificação por escrito com pelo menos 90 dias de antecedência.

De acordo com a instrução de divulgação do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no trimestre findo em 31 de março de 2010 foi de R\$ 3.048 (R\$ 2.479 em 31 de março de 2009), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 2.476 (R\$ 2.087 em 2009) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 569 (389 em 2009). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referente ao plano de ações e opções de ações concedido pela controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de aproximadamente R\$ 2.413 no encerramento deste trimestre.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados (vide nota 35).

**35. PLANO DE PENSÃO**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

No 1º trimestre de 2010, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios comentados acima, Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD), no montante de R\$ 619 (R\$ 590 no 1º trimestre de 2009).

Devido ao fato de o plano estar superavitário, o Laudo Atuarial preparado com base em 31 de dezembro de 2009 demonstra um ativo atuarial de R\$ 7.442, que poderia ser reconhecido em 2010, mas que não está sendo reconhecido contabilmente de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, que permite o reconhecimento do ativo atuarial somente se esse valor ultrapassar o limite dos 25% das reservas matemáticas mantidas como reserva para contingência, pois somente a partir daí o ativo poderia ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de plano A e plano modular empresarial coletivo (plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos da Sociedade no 1º trimestre de 2010 foram de R\$ 174 (R\$ 183 no 1º trimestre de 2009).

**36. SEGUROS**

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

| Riscos                                 | Importância segurada |
|--|----------------------|
| Riscos operacionais e multirisco       | 680.195              |
| Responsabilidade civil terceiros       | 46.028               |
| Responsabilidade civil administradores | 27.617               |



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures também foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade:

|   | 31/03/2010     |                  | 31/12/2009     |                  |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
|   | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Aplicações financeiras                  | 318.789        | 318.789          | 276.944        | 276.944          |
| Caução de fundos e depósitos vinculados | 32.670         | 32.670           | 17.077         | 17.077           |
| Empréstimos e financiamentos            | (417.353)      | (422.055)        | (413.789)      | (418.188)        |
| Debêntures                              | (694.453)      | (723.428)        | (670.614)      | (709.455)        |

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos, atribuídas pela Standard & Poor's em 13 de maio de 2009. A Elektro teve seu *rating* corporativo elevado em um nível, de brAA para brAA+, inclusive a segunda emissão de debêntures, cujas características estão descritas na nota 15, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em um nível, de brAA+ para brAAA.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

#### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não possuía, em 31 de março de 2010, instrumentos financeiros derivativos e não havia efetuado qualquer operação com esse tipo de instrumento durante os períodos apresentados nestas Informações Trimestrais.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, entende-se como não necessária a utilização deste tipo de instrumento.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais não apresentam impactos nas demonstrações de resultado da Sociedade por estarem contempladas em seu reajuste tarifário anual, conforme mecanismo de ativos e passivos regulatórios, especificamente da CVA (vide nota 6.1). Cabe à Administração suportar eventuais

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de março de 2010, hedge natural com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

#### Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros da Elektro estão sujeitos às oscilações do CDI, IGP-M, TJLP e IPCA. A análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2010 seja mantido nos próximos 12 meses, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI: 8,93% a.a.; IGP-M: 1,94 % a.a.; TJLP: 6,08 % a.a. e IPCA: 5,17%). Neste caso, o efeito que seria registrado nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 16.258.

O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, TJLP e IPCA: (i) variação dos índices projetados para 2010, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 01 de abril de 2010: 11,25%, 6,80% e 5,18% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a manutenção da última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

#### Variação das taxas de juros

| Instrumentos  | Exposição    | Risco          | Cenário I<br>Focus (i) | Cenário II Elevação<br>do índice em 25% | Cenário III Elevação<br>do índice em 50% |
|---|--------------|----------------|------------------------|---|--|
| Aplicações Financeiras  | 318.789      | Variação CDI   | 5.809                  | 7.115                                   | 14.230                                   |
| Debêntures  | (390.708)    | Variação CDI   | (7.119)                | (8.720)                                 | (17.441)                                 |
|   | (71.919)     |                | (1.310)                | (1.605)                                 | (3.211)                                  |
| Debêntures  | (308.037)    | Variação IGP-M | (14.960)               | (1.497)                                 | (2.993)                                  |
| Financiamentos  | (235.364,00) | Variação TJLP  | 19                     | (3.579)                                 | (7.159)                                  |
| Financiamentos  | (47.617,00)  | Variação IPCA  | (7)                    | (615)                                   | (11.098)                                 |
| Impacto sobre as receitas/(despesas) financeiras líquidas (1) |              |                | (16.258)               | (7.296)                                 | (24.461)                                 |

(1) Considerando-se como base a despesa financeira líquida de R\$ 16.258 que seria registrada no caso de movimentação dos índices observados no encerramento do exercício.

#### Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

##### **Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento**

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de "Empresa de Referência" e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, que será subtraído ou acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 6.1).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

##### **Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro e o término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em 12/2004) as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

##### **Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informações não auditadas pelos auditores independentes)**

A Elektro com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que



01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

atingem sua infra-estrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções destaca-se a disponibilidade de duas subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de mais 53 subestações (SE), a automação do comando de 435 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Já as ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, os investimentos realizados nos últimos 8 anos na melhoria nos sistemas de proteção envolveram mais de R\$ 54.243 na substituição de 348 disjuntores e a substituição de 340 Km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

| Índices  | Variação % acumulada<br>nos períodos |            |
|--|--------------------------------------|------------|
|  | 31/03/2010                           | 31/03/2009 |
| Valorização/(Desvalorização) do Real frente ao Dólar | (2,29)                               | 0,93       |
| IGP-M  | 2,78                                 | (0,92)     |
| IGP-DI   | 2,76                                 | (0,95)     |
| TJLP   | 1,47                                 | 1,53       |
| Selic  | 2,03                                 | 2,90       |
| CDI  | 2,03                                 | 2,88       |
| IPCA   | 2,06                                 | 1,23       |

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

**Demonstrações do valor adicionado  
para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009  
(em milhares de reais)**

|   | Notas | 31/03/2010       | 31/03/2009       |
|---|-------|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>                               |       | <b>1.156.562</b> | <b>1.002.299</b> |
| Vendas de energia e serviços                  | 26    | 1.158.702        | 1.005.409        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 5     | (3.278)          | (3.622)          |
| Outras receitas                               |       | 1.138            | 512              |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>        |       | <b>(541.335)</b> | <b>(441.439)</b> |
| Energia comprada                              | 27    | (465.241)        | (376.507)        |
| Materiais                                     | 29    | (9.357)          | (6.092)          |
| Serviço de terceiros                          | 30    | (28.646)         | (28.403)         |
| Outros custos operacionais                    |       | (38.091)         | (30.437)         |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                 |       | <b>615.227</b>   | <b>560.860</b>   |
| Depreciação e amortizações                    |       | (34.497)         | (32.401)         |
| <b>Valor adicionado líquido</b>               |       | <b>580.730</b>   | <b>528.459</b>   |
| Receitas financeiras e variações monetárias   | 32    | 23.616           | 20.815           |
| <b>Valor adicionado a distribuir</b>          |       | <b>604.346</b>   | <b>549.274</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>       |       | <b>604.346</b>   | <b>549.274</b>   |
| Pessoal                                       | 28    | 48.568           | 40.185           |
| Impostos, taxas e contribuições               |       | 332.150          | 298.091          |
| Federais                                      |       | 135.437          | 125.865          |
| Estaduais                                     |       | 196.562          | 172.128          |
| Municipais                                    |       | 151              | 98               |
| Encargos do consumidor e outros               |       | 71.880           | 62.035           |
| Despesas financeiras e variações monetárias   |       | 37.704           | 24.033           |
| Lucros retidos                                |       | 114.044          | 124.930          |

---

|         |                                     |                    |
|---------|-------------------------------------|--------------------|
| 01748-5 | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |
|---------|-------------------------------------|--------------------|

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## DIRETORIA

CARLOS MARCIO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA  
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA PINHEIRO  
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD  
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS  
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES  
DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

VITOR CUMINATO FILHO  
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA  
CRC 1SP236785/O-3

---

|         |                                     |                    |
|---------|-------------------------------------|--------------------|
| 01748-5 | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |
|---------|-------------------------------------|--------------------|

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### PRESIDENTE

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

### CONSELHEIROS

CARLOS MARCIO FERREIRA

JURACY PEREIRA MAMEDE

CRISTIÁN ARNOLDS REYES

ANTONIO MARIO CELIA MARTÍNEZ-APARICIO

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

## COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

### JANEIRO A MARÇO DE 2010

#### 1. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2010 foi caracterizado pela contínua retomada no ritmo da economia brasileira. A recuperação da atividade industrial em níveis superiores ao resultado registrado no mesmo período do ano anterior (retração de 10%) foi fortemente impulsionada pelo aumento do consumo interno, maior concessão de crédito e melhora nos níveis de liquidez. Neste cenário de recuperação econômica, o registro de inflação mostrou-se preocupante para a economia brasileira, resultando na elevação da taxa básica de juros.

Em março de 2010, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), após uma série de deflações nos quatro trimestres anteriores, registrou inflação de 2,78%, com incremento de 3,7 pontos percentuais, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente pelo aumento nos preços de alimentos, transporte e bens de consumo final. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 2,06%, 0,8 ponto percentual acima do registrado no mesmo período de 2009, influenciado basicamente pelos itens de educação (cuja variação é sazonal no início do ano), alimentos e bebidas.

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, em março de 2010, por manter a taxa básica de juros (Selic) em 8,75% a.a., patamar mais baixo desde sua criação, em 1986. Posteriormente, em abril, o Copom decidiu elevar a taxa Selic para 9,5% a.a., após nove meses sem alteração. O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a., fixada neste nível até junho de 2010, o mais baixo patamar desde sua criação em 1984.

Segundo o efeito contrário de valorização cambial, observado em 2009, a moeda brasileira apresentou, no primeiro trimestre de 2010, desvalorização de 2,29% frente ao dólar norte-americano, encerrando o trimestre no patamar de R\$ 1,7810 / US\$.

Os estímulos ao consumo interno, criados pelo governo brasileiro, com a redução de impostos em alguns setores da economia, tais como materiais de construção, continuam vigentes, sendo que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os automóveis e eletrodomésticos (linha branca) chegou ao fim em 31 de março de 2010.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira fechou o 1º trimestre de 2010 com forte crescimento de 18,1 % em relação a igual período do ano anterior, impulsionado principalmente pelo bom desempenho no uso de bens de consumo duráveis e de capital, especialmente no setor de veículos automotores, máquinas e equipamentos, metalurgia, entre outros.

O saldo acumulado com superávit da balança comercial no 1º trimestre de 2010 foi 70,0% menor quando comparado com o mesmo período de 2009 (US\$ 895 milhões contra US\$ 2.988 milhões). As exportações e importações registraram, respectivamente, crescimento de 25,8% (atingindo US\$ 39,2 bilhões, principalmente pela retomada do poder de compra de importantes mercados, assim como pelo aumento no volume e preço de produtos básicos vendidos) e de 36,0% (atingindo US\$ 38,3 bilhões em decorrência do reaquecimento do mercado nacional e desvalorização cambial no primeiro trimestre).

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os indicadores econômicos que mais influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

| Indicadores   | Variação Acumulada |            |
|---|--------------------|------------|
|   | Jan-Mar/10         | Jan-Mar/09 |
| Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>                            | 1,7810             | 2,3152     |
| Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar | -2,29%             | 0,93%      |
| IGP-M   | 2,78%              | -0,92%     |
| IPCA  | 2,06%              | 1,23%      |
| CDI   | 2,03%              | 2,88%      |
| TJLP  | 1,47%              | 1,53%      |

<sup>(1)</sup> Cotação em 31 de março

## 2. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### 2.1. Termo aditivo ao contrato de concessão

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando alterar a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho nº 245 publicado no Diário Oficial da União. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias entre os reajustes tarifários. Em 4 de março de 2010, tal Termo Aditivo foi celebrado entre Elektro e ANEEL e a nova metodologia de cálculo é retroativa a fevereiro de 2010. A metodologia de cálculo da CVA sobre os encargos setoriais permanece sem alterações.

A Elektro registrou no primeiro trimestre de 2010, um passivo regulatório de R\$ 4,3 milhões referente aos impactos desta mudança metodológica. Estes valores serão incorporados na tarifa da Elektro como modicidade tarifária no reajuste tarifário de agosto de 2010.

### 2.2. Conta de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

Conforme definido pela Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem destinar 1,0% sobre a receita operacional líquida para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

A Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, alterou esse percentual e a partir de 1º de janeiro de 2010 e até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% sobre a receita operacional líquida deverá ser recolhido pelas empresas ao Tesouro Nacional, sendo que o mecanismo para recolhimento ainda não foi definido.

Os recursos adicionais recolhidos serão destinados para o ressarcimento de Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

No primeiro trimestre de 2010 a Elektro contabilizou no passivo o montante de R\$ 2,3 milhões que deverá ser recolhido assim que o mecanismo for definido, como também contabilizou um

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ativo que deverá ser inserido na tarifa no reajuste tarifário de agosto de 2010 como componente financeiro positivo.

**2.3. Tarifa Social para a subclasse residencial baixa renda**

A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, alterou os critérios para elegibilidade de consumidores da subclasse residencial baixa renda, os quais têm direito a um subsídio na tarifa de energia.

Os requisitos para enquadramento dos consumidores, que antes eram baseados no consumo de energia elétrica, foram alterados para levar em consideração a renda das famílias ou outras necessidades especiais, ou inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A Resolução Homologatória nº 945, de 02 de março de 2010, homologou as tarifas a serem aplicadas a partir de março de 2010 às unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social. O subsídio oferecido pela Elektro a esses consumidores será contemplado como componente financeiro no reajuste tarifário de agosto de 2010.

**2.4. Penalidades por Transgressão de Indicadores de Continuidade de Fornecimento**

A ANEEL aprovou em 15 de dezembro de 2009, por meio da Resolução Normativa nº 395, a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (Prodist), que normatizam o relacionamento entre as distribuidoras de energia elétrica e consumidores e geradores conectados aos sistemas de distribuição. Com a decisão da diretoria colegiada, a partir de 1º de janeiro de 2010, as concessionárias deixarão de pagar multas pelo eventual descumprimento dos índices coletivos de continuidade (DEC e FEC), e passarão a compensar diretamente os consumidores pela interrupção dos serviços que superarem limites individuais de Duração de Interrupção por Unidade Consumidora (DIC), Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FIC) e Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora (DMIC). A compensação será feita em forma de desconto na fatura do mês seguinte ao período de apuração.

A Resolução Normativa nº 395/2009, além de estabelecer o término da multa por transgressão dos indicadores coletivos, majorou o montante envolvido na compensação direta aos consumidores e definiu limites mais exigentes para os indicadores individuais. Assim, todo o montante a ser pago pelas distribuidoras por eventuais transgressões dos indicadores de continuidade será devido aos consumidores que tiverem o serviço interrompido acima dos limites estabelecidos.

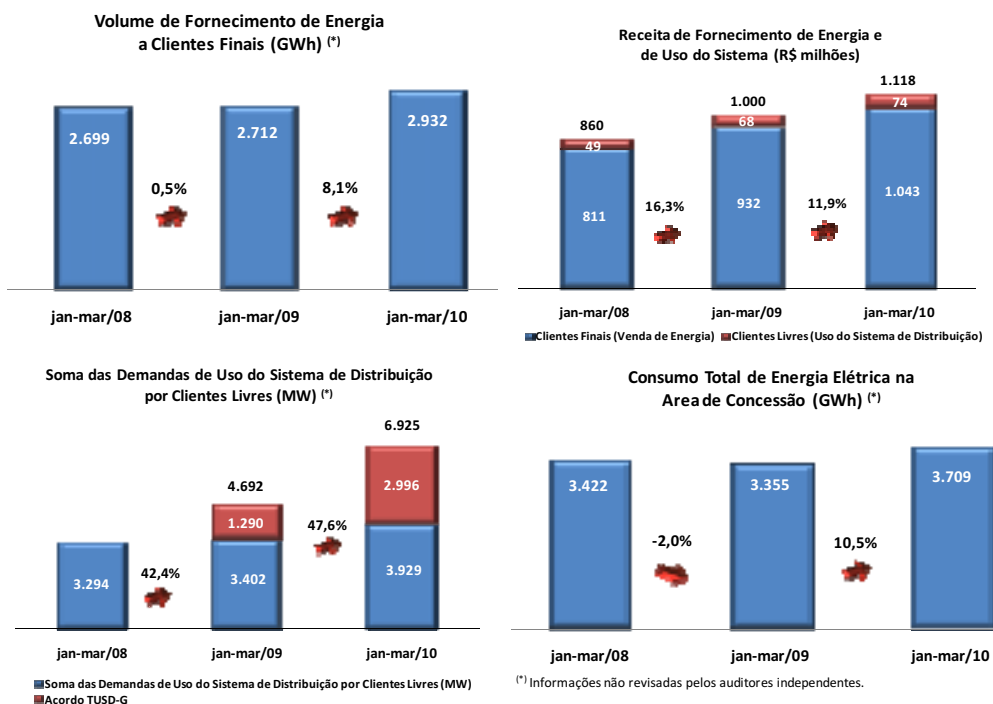


01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. DESEMPENHO COMERCIAL

3.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



Obs.:

1 - TUSD-G - Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras, conforme descrito em Nota Explicativa nº 7.

2 - Os valores de "Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais" e "Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão", referentes ao período de janeiro a março de 2009, foram reclassificados para refletir os volumes de energia medida por classe de consumo, de forma a adequar a comparação entre os períodos.

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh <sup>(1)</sup> |                |             | R\$ milhões    |              |              |
|--|--------------------|----------------|-------------|----------------|--------------|--------------|
|  | jan-mar/10         | jan-mar/09     | Var. %      | jan-mar/10     | jan-mar/09   | Var. %       |
| Residencial                                      | 990,5              | 931,6          | 6,3%        | 430,8          | 385,0        | 11,9%        |
| Industrial                                       | 980,9              | 877,2          | 11,8%       | 287,4          | 251,8        | 14,2%        |
| Comercial  | 482,7              | 439,0          | 10,0%       | 186,2          | 162,1        | 14,9%        |
| Rural  | 195,0              | 193,5          | 0,8%        | 43,3           | 40,0         | 8,4%         |
| Poder Público                                    | 68,5               | 63,4           | 8,1%        | 26,7           | 23,8         | 12,4%        |
| Iluminação Pública                               | 106,1              | 104,7          | 1,4%        | 24,4           | 23,1         | 5,7%         |
| Serviços Públicos                                | 108,2              | 103,0          | 5,1%        | 31,8           | 28,5         | 11,5%        |
| Receita não Faturada <sup>(2)</sup>              | -                  | -              | -           | 12,6           | 18,0         | -29,9%       |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>2.931,9</b>     | <b>2.712,2</b> | <b>8,1%</b> | <b>1.043,3</b> | <b>932,2</b> | <b>11,9%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW <sup>(1)</sup> |                |              | R\$ milhões |             |              |
|---|-------------------|----------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
|   | jan-mar/10        | jan-mar/09     | Var. %       | jan-mar/10  | jan-mar/09  | Var. %       |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b> | <b>6.925,0</b>    | <b>4.692,2</b> | <b>47,6%</b> | <b>74,5</b> | <b>67,6</b> | <b>10,2%</b> |

|  |                |              |              |
|--|----------------|--------------|--------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>1.117,8</b> | <b>999,7</b> | <b>11,8%</b> |
|--|----------------|--------------|--------------|

<sup>(1)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

<sup>(2)</sup> Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

No primeiro trimestre de 2010, a Elektro forneceu 2.932 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,1% quando comparado ao mesmo período de 2009.

O principal responsável por este crescimento foi a classe industrial, que apresentou elevação de 11,8% no consumo do primeiro trimestre de 2010, demonstrando importante recuperação em relação aos severos efeitos da crise financeira internacional em 2009. Os setores ligados à cadeia da construção civil apresentaram os mais relevantes crescimentos.

As classes residencial e comercial registraram aumento no consumo de 6,3% e 10,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se às altas temperaturas, nos meses de janeiro e fevereiro, que, em vários dias, atingiu 3 °C superiores às médias históricas para o mesmo período. A temperatura afeta positivamente o consumo destas classes por implicar na utilização mais intensa de equipamentos de refrigeração, como aparelhos de ar-condicionado e ventiladores.

O alto índice pluviométrico em dezembro de 2009, 44% superior à média histórica, afetou negativamente o resultado da classe rural do mês de janeiro, de modo que essa classe apresentou crescimento de apenas 0,8% no primeiro trimestre.

O crescimento do consumo acumulado até o mês de março das classes poder público e serviços públicos, representou aumento de 8,1% e 5,1% respectivamente, devido, também, às altas temperaturas verificadas nos dois primeiros meses do ano.

A classe Iluminação Pública com crescimento de 1,4% no trimestre, manteve-se dentro da média histórica de crescimento.

A demanda dos clientes livres cresceu 47,6% no primeiro trimestre de 2010 quando comparada a 2009. Este crescimento foi diretamente influenciado pela entrada das geradoras CESP e AES Tietê, em fevereiro de 2009, e Duke, em agosto de 2009, que passaram a pagar pelo uso do sistema de distribuição.

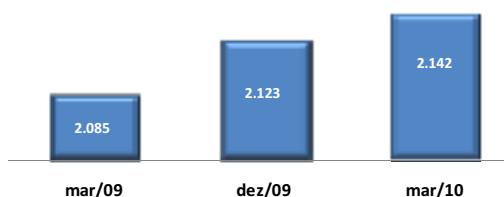
A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição cresceu 11,8% no acumulado dos três primeiros meses de 2010, sobre igual período do ano anterior. O montante

apurado foi de R\$ 1.117,8 milhões contra R\$ 999,7 milhões em 2009. Este desempenho deveu-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, combinado ao incremento no volume de energia fornecida a clientes finais e forte crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentaram tarifas mais elevadas, aliado à retomada da atividade industrial.

Na área de concessão da Elektro, considerando os clientes livres e cativos, o crescimento do mercado no primeiro trimestre de 2010 foi de 10,5%, consequência dos mesmos motivos descritos acima.

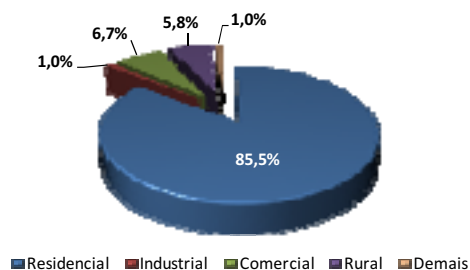
Em março de 2010, a base de clientes da Elektro foi de 2.142 milhões, um acréscimo de 19 mil novos clientes ligados nos três primeiros meses deste ano. O crescimento foi de 2,7% sobre o mês de março de 2009.

**Evolução do Número de Clientes (\*)**  
(Milhares)



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

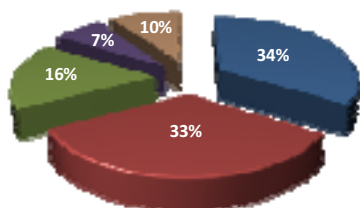
**Segmentação dos Clientes (\*\*)**  
(Total: 2,142 milhões)



### 3.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

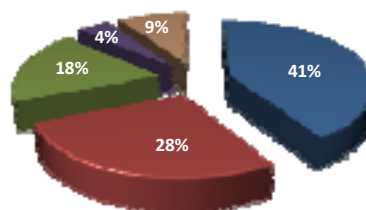
O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a março de 2010:

**Volume de Fornecimento de Energia**  
a Clientes Finais (2.931,9 GWh) (\*)



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

**Receita de Fornecimento de Energia**  
a Clientes Finais (R\$ 1.043,3 milhões)



(\*) Inclui receita não faturada a clientes finais

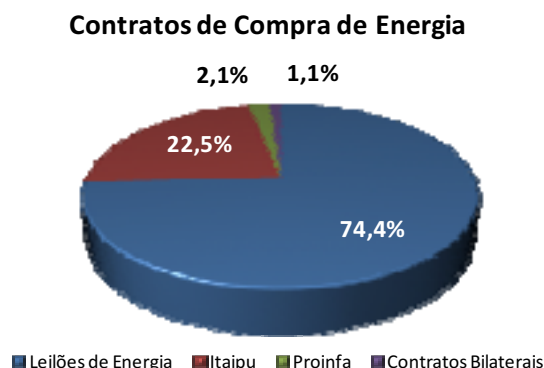
### 3.3. Contratos de Compra de Energia

Durante o primeiro trimestre de 2010, 74,4% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia, no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 22,5% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,1% de energia proveniente de

empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 1,1% de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para o período de 2010 a 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em dezembro de 2004). Parte do volume necessário para atendimento ao crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio), sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro em 31 de março de 2010:



#### 4. RESULTADOS

| Valores em R\$ milhões                       | jan-mar/10     | jan-mar/09     | Variação      |               |
|--|----------------|----------------|---------------|---------------|
|  |                |                | R\$ milhões   | %             |
| Venda de Energia Clientes Finais             | 1.043,3        | 932,2          | 111,1         | 11,9%         |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 74,5           | 67,6           | 6,9           | 10,2%         |
| Outras Receitas                              | 40,9           | 5,7            | 35,3          | 620,9%        |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>1.158,7</b> | <b>1.005,4</b> | <b>153,3</b>  | <b>15,2%</b>  |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (390,7)        | (332,7)        | 58,0          | 17,4%         |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>768,0</b>   | <b>672,7</b>   | <b>95,3</b>   | <b>14,2%</b>  |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (423,2)        | (341,4)        | 81,8          | 23,9%         |
| Gastos Operacionais                          | (156,5)        | (137,6)        | 18,9          | 13,7%         |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>188,3</b>   | <b>193,7</b>   | <b>(5,3)</b>  | <b>-2,8%</b>  |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>222,8</b>   | <b>226,1</b>   | <b>(3,3)</b>  | <b>-1,4%</b>  |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>(14,3)</b>  | <b>(3,6)</b>   | <b>(10,6)</b> | <b>290,9%</b> |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>114,0</b>   | <b>124,9</b>   | <b>(10,9)</b> | <b>-8,7%</b>  |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortizações e da despesa de IR e CS

Nos três primeiros meses de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1,2 bilhão, registrando aumento de 15,2%, quando comparado ao mesmo período de 2009.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 768,0 milhões, registrando crescimento de 14,2% em relação ao período de janeiro a março de 2009. O incremento observado deve-se aos efeitos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2009, com incremento médio de 4,98% nas tarifas, aliado ao maior volume de energia fornecida a clientes finais observado em todas as classes de consumo.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 23,9% em comparação ao mesmo período de 2009, devido ao incremento no volume comprado, relacionado com o volume vendido, combinado com reajustes contratuais na compra de energia.

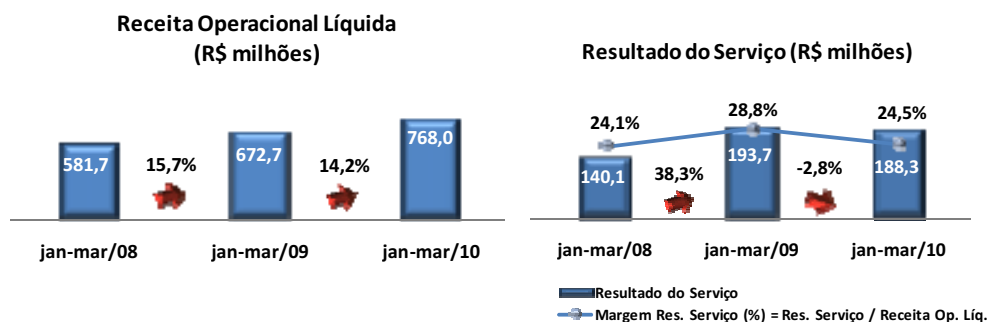
A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 222,8 milhões, apresentando discreta redução (1,4%) em relação ao primeiro trimestre de 2009. Os resultados registrados no primeiro trimestre de 2009 foram fortemente impactados pelas temperaturas bastante elevadas, que impulsionaram o consumo de energia das classes residencial e comercial, que apresentam as tarifas mais elevadas. Este efeito elevou a base de comparação entre esses trimestres. Adicionalmente, o primeiro trimestre de 2010 foi impactado pelo registro dos efeitos do Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão da Elektro, retroativos a fevereiro de 2010 no montante de R\$ 4,3 milhões. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 6.7 das Informações Trimestrais

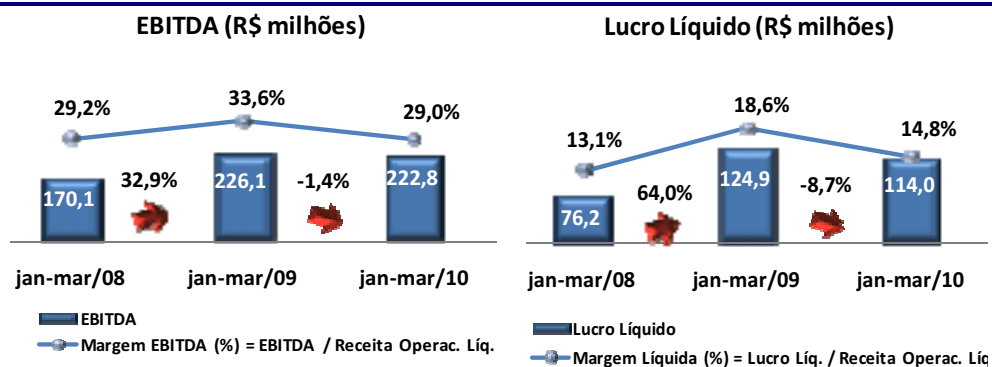
O resultado do serviço foi de R\$ 188,3 milhões, 2,8% menor em relação ao mesmo período de 2009.

O resultado financeiro acumulado em março de 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 14,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões em relação a 2009, devido, basicamente, à inflação medida pelo IGP-M em 2010, que reajusta a 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Elektro, que representa 30% da dívida da Companhia. O IGP-M acumulado em março de 2010 foi de 2,8% comparado a -0,2% acumulado em março de 2009.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 114,0 milhões em março de 2010, comparado a R\$ 124,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram os resultados operacionais da Elektro no período de janeiro a março de 2010, comparados ao mesmo período de 2009.





#### 4.1. Pagamento de Dividendos

Em Assembléia Geral Ordinária de 30 de março de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 155,6 milhões, referente ao exercício de 2009 (já deduzidos os pagamentos realizados como dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento ocorreu em 28 de abril de 2010.

### 5. ESTRUTURA DE CAPITAL

|  | 31/03/2010   |              |                |               |
|--|--------------|--------------|----------------|---------------|
|  | Curto Prazo  | Longo Prazo  | Total          |               |
|  |              |              | R\$ milhões    | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>408,5</b> | <b>726,1</b> | <b>1.134,6</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 325,6        | 368,9        | 694,5          | 61,2%         |
| BNDES Finem / Finame   | 64,7         | 221,1        | 285,8          | 25,2%         |
| Eletrobrás   | 7,3          | 90,2         | 97,5           | 8,6%          |
| Finep  | 1,6          | 32,4         | 34,0           | 3,0%          |
| Arrendamento mercantil   | 9,3          | 13,5         | 22,8           | 2,0%          |
| <b>Total da Dívida</b>   | <b>408,5</b> | <b>726,1</b> | <b>1.134,6</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>36%</b>   | <b>64%</b>   | <b>100%</b>    |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup></b> |              |              | (339,7)        |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   |              |              | <b>794,9</b>   |               |

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

Obs.: Em 31/03/2010, o passivo de Arrendamento Mercantil foi considerado para demonstração da Estrutura de Capital, contabilizado de acordo com a Lei 11.638/07 (Vide Nota Explicativa nº 16).

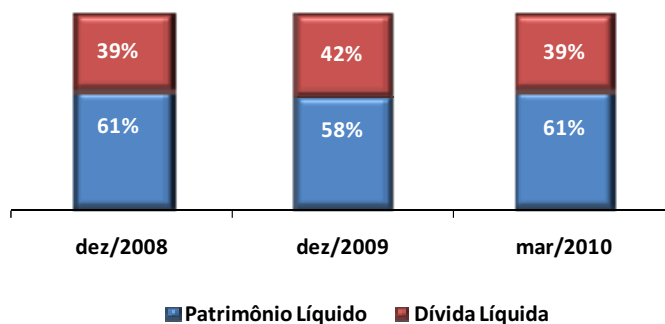
A Elektro encerrou os primeiros três meses de 2010 com endividamento líquido de R\$ 794,9 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.134,6 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 339,7 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 64% do total do endividamento.

Entre janeiro e março de 2010, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através da linha de financiamento existente no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) no montante total de R\$ 18,8 milhões, através de agentes financeiros.

Ao final do período, o grau de alavancagem da Elektro era de 39%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa.

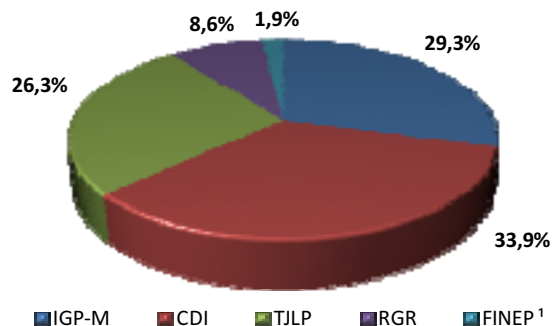
#### **Estrutura de Capital**

**Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)**



Ao final do trimestre, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:

#### **Total do Endividamento em 31/03/2010 (Total: R\$ 1.134,6 milhão)**



<sup>1</sup>Inclui financiamentos pré-fixados de R\$ 21.430 milhões

## **6. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Atualmente, a Elektro não possui qualquer transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não efetuou ao longo de 2009, e dos três primeiros meses de 2010, qualquer operação com estes instrumentos financeiros.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas



de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária a utilização deste tipo de instrumento.

Apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M), a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário previsto em seu contrato de concessão.

## 7. FLUXOS DE CAIXA

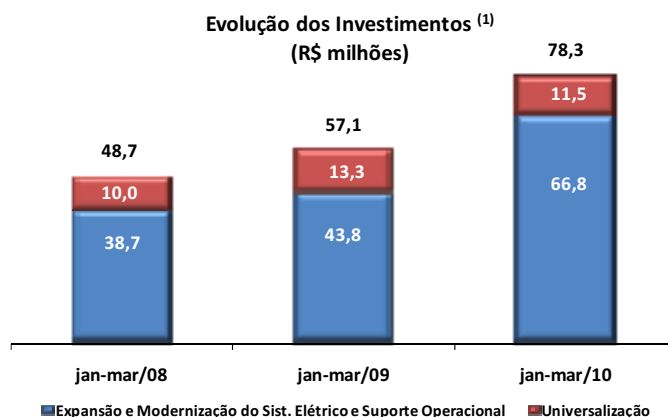
|   | Valores em R\$ milhões |               | Varição       |
|---|------------------------|---------------|---------------|
|   | 31/3/2010              | 31/3/2009     | R\$ milhões   |
|   | Reclassificação        |               |               |
| <b>Lucro líquido do período</b>   | <b>114,0</b>           | <b>124,9</b>  | <b>(10,9)</b> |
| Depreciação e outras amortizações   | 34,5                   | 32,4          | 2,1           |
| Amortização de tributos diferidos   | 19,5                   | 23,7          | (4,2)         |
| Juros e variações monetária e cambial   | 34,2                   | 18,9          | 15,2          |
| Constituição de ativo/passivo regulatório   | 8,6                    | 5,6           | 3,1           |
| Outros  | 22,1                   | 14,3          | 7,8           |
| <b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>   | <b>119,0</b>           | <b>95,0</b>   | <b>24,0</b>   |
| <b>Lucro Líquido Ajustado</b>   | <b>233,0</b>           | <b>219,9</b>  | <b>13,1</b>   |
| Variação do Capital de Giro Operacional   | (48,5)                 | (101,2)       | 52,8          |
| <b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b> | <b>184,6</b>           | <b>118,7</b>  | <b>65,9</b>   |
| Aquisições de Imobilizado   | (79,6)                 | (60,5)        | 19,1          |
| Outros  | (0,7)                  | 3,3           | (4,0)         |
| <b>Atividades de Investimento</b>   | <b>(80,3)</b>          | <b>(57,2)</b> | <b>23,2</b>   |
| Amortização de principal  | (19,8)                 | (15,5)        | (4,3)         |
| Captação de empréstimos   | 18,8                   | 30,5          | (11,7)        |
| <b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>                                 | <b>(1,0)</b>           | <b>14,9</b>   | <b>(16,0)</b> |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos  | (55,0)                 | (55,1)        | 0,1           |
| <b>Atividades de Financiamento após o Pagamento de Dividendos</b>                                   | <b>(56,0)</b>          | <b>(40,2)</b> | <b>(15,8)</b> |
| <b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>   | <b>48,2</b>            | <b>21,3</b>   | <b>26,9</b>   |
| Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)   | 283,8                  | 205,0         | 78,8          |
| <b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>                            | <b>332,1</b>           | <b>226,4</b>  | <b>105,7</b>  |

Entre janeiro e março de 2010, a geração de caixa foi de R\$ 48,2 milhões, R\$ 26,9 milhões acima do caixa registrado no mesmo período de 2009. Esta variação deve-se principalmente a:

- Incremento de R\$ 65,9 milhões em geração operacional de caixa, parcialmente compensado pela:
  - Elevação de R\$ 19,1 milhões em investimentos de projetos de suporte operacional na aquisição de equipamentos para o Projeto Novas Tecnologias (detalhes na seção 8 - Investimentos e Modernização);
  - Redução de R\$ 11,7 milhões nas captações de empréstimos, de acordo com o cronograma de liberações e gastos dos contratos vigentes; e
  - Elevação de R\$ 4,3 milhões na amortização de principal.

**8. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO**

No primeiro trimestre de 2010, a Elektro investiu R\$ 79,6 milhões, dos quais R\$ 1,3 milhão foram investimentos realizados com recursos de clientes.



<sup>(1)</sup> Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 66,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 20,3 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 4,9 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 14,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 26,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 11,5 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei n° 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 8,8 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.439 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
  - R\$ 2,7 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior, devido aos maiores investimentos em projetos de suporte operacional, referentes à aquisição de equipamentos para o Projeto Novas Tecnologias. Este projeto consiste em uma ampla gama de modificações no modelo operacional de construção e manutenção de redes de distribuição de energia, caracterizando-se pela implantação de uma tecnologia e processos pioneiros, com ganhos de produtividade e segurança.

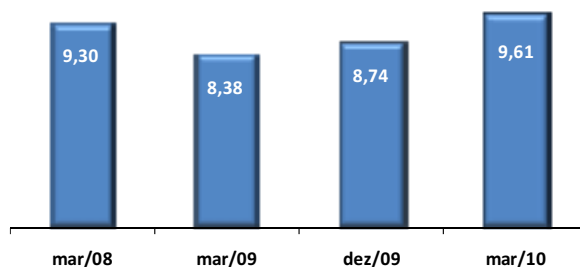
**9. DESEMPENHO OPERACIONAL**

No primeiro trimestre de 2010, a área de concessão da Elektro foi afetada por fortes tempestades com ventos, descargas atmosféricas, alagamentos e quedas de barreiras, principalmente nas áreas no entorno da região metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o mês de janeiro de 2010 foi o mais chuvoso dos últimos 63 anos no Estado de São Paulo.

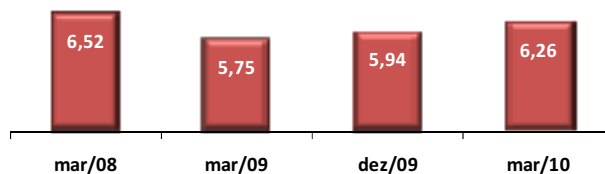
Na área de concessão da Elektro, o número de descargas atmosféricas cresceu 179% se comparado ao mesmo período de 2009. No primeiro trimestre, 26 municípios situados na área de concessão da Elektro decretaram Situação de Emergência e/ou Calamidade Pública devido às condições atmosféricas.

As condições climáticas críticas e a elevação da quantidade de descargas atmosféricas, levaram o DEC a uma elevação de 15%, se comparado ao mesmo período de 2009. O FEC teve elevação inferior a 10% se comparado ao mesmo período de 2009. Estas variações são consideradas pela administração como reduzidas frente à rigorosa situação climática, indicando que os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva, utilização de novas tecnologias, tais como digitalização e automação, mantiveram a rede suficientemente robusta.

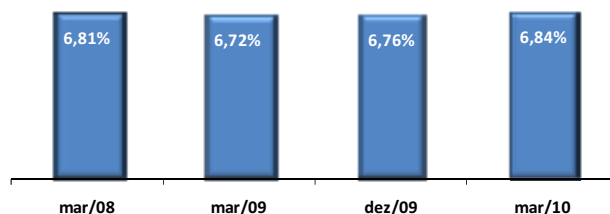
**DEC - Duração Equivalente de Interrupção  
por Consumidor (horas)**



**FEC - Frequência Equivalente de Interrupção  
por Consumidor (interrupções)**



Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2008 seriam 11,09 e 7,30, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2009 seriam 10,37 e 6,69, respectivamente. Os indicadores a partir de 31/12/2009 não consideram também os efeitos do blackout ocorrido em 10 de novembro. Casos considerados, os indicadores de 31/12/2009 seriam 13,81 e 7,83, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2010 seriam 15,31 e 8,21, respectivamente.

**Perdas de Energia**

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Obs.: 1- O cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

3- No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da LT Jaguariaíva – Itararé II de 230 KV, prevista para o exercício de 2009. Caso essa perda não fosse descontada, o índice seria 7,00%.

Até o mês de março de 2010, o Indicador de Perdas apresentou leve acréscimo quando comparado com março de 2009. A elevação observada é atribuída principalmente à forte redução do consumo do segmento industrial até o terceiro trimestre de 2009 (período impactado pela crise financeira mundial), cujas perdas são sensivelmente mais baixas do que as das demais classes de consumo, interferindo na base de cálculo do índice.

Os efeitos têm seus impactos atenuados devido à constatada tendência de recuperação do mercado e em função da manutenção e aperfeiçoamento de técnicas de recuperação de perdas comerciais, dentre as quais se destacam a substituição de medidores avariados e aumento na assertividade de inspeções em medidores e detecção de procedimentos irregulares.

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Campinas - SP

1. Revisamos as informações financeiras contidas nas Informações Trimestrais – ITR da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Sociedade.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações financeiras contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Sociedade optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Sociedade divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação CVM nº 603/09.

Campinas, 10 de maio de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende  
Contador  
CRC nº. 1 MG 049.699/O-2 "T" SP

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                                     |                    |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL              | 3 - CNPJ           |
| 01748-5        | ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A | 02.328.280/0001-97 |

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO  | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01    | 01     | IDENTIFICAÇÃO  | 1      |
| 01    | 02     | SEDE   | 1      |
| 01    | 03     | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 1      |
| 01    | 04     | REFERÊNCIA DO ITR  | 1      |
| 01    | 05     | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL   | 2      |
| 01    | 06     | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA   | 2      |
| 01    | 07     | SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS                  | 2      |
| 01    | 08     | PROVENTOS EM DINHEIRO  | 2      |
| 01    | 09     | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO                   | 3      |
| 01    | 10     | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES   | 3      |
| 02    | 01     | BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO  | 4      |
| 02    | 02     | BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO  | 6      |
| 03    | 01     | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  | 8      |
| 04    | 01     | 04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  | 10     |
| 05    | 01     | 05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010      | 12     |
| 05    | 02     | 05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010      | 13     |
| 06    | 01     | NOTAS EXPLICATIVAS   | 14     |
| 07    | 01     | COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE                                   | 51     |
| 21    | 01     | RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL  | 65     |

- 
- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009****Senhores Acionistas,**

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

**1. MENSAGEM DO PRESIDENTE**

O ano de 2009 foi um marco importante para a Elektro, um ano repleto de desafios e conquistas. Impactado pelos efeitos da crise financeira internacional, o consumo de energia em nossa área de concessão recuou 0,3% em relação ao ano anterior, nível bastante inferior aos patamares históricos de crescimento, de cerca de 4%. A conclusão pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do processo de revisão tarifária, provisório desde agosto de 2007, resultou numa redução expressiva nos custos operacionais incluídos no cálculo da tarifa de fornecimento.

Neste ambiente desafiador, mantivemo-nos firmes em nossa trajetória, construída a partir do comprometimento de nossos colaboradores e parceiros, com foco na segurança, satisfação de nossos clientes, excelência operacional, responsabilidade socioambiental e transparência com todos os públicos de relacionamento. O compromisso com a inovação e melhoria contínua de nossos processos nunca esteve tão presente na empresa. Importantes iniciativas foram concluídas em 2009, e outras se encontram em andamento e nos deixam confiantes de estarmos caminhando em direção à nossa Visão: ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País.

Em 2009, concluímos o Projeto NEO, que envolveu uma ampla revisão de processos, resultando na integração dos sistemas corporativos comercial, financeiro e técnico, garantindo consistência e eficiência na prestação de nossos serviços. Também concluímos a reestruturação da organização, tornando-a mais alinhada aos processos, mais enxuta e ágil, consolidando, assim, nosso modelo de gestão (Sistema Empresarial Elektro). Demos início a um programa de investimentos em novos equipamentos e processos de construção, manutenção e operação da rede de distribuição, em mais uma iniciativa pioneira no setor elétrico nacional, que acreditamos poder levar a Elektro a patamares ainda mais diferenciados de inovação e excelência operacional, pautada em segurança, qualidade e produtividade.

Essas ações permitiram que a Elektro tivesse um excelente resultado operacional e econômico-financeiro em 2009. Fechamos o ano com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 752 milhões, em linha com o ano anterior, mesmo considerando os itens não recorrentes que impactaram o resultado. Excluindo-se estes efeitos, o EBITDA atingiria a marca de R\$ 808 milhões, 7% superior a 2008.

Em maio de 2009, a agência de classificação de risco Standard & Poor's elevou o nível do *rating* corporativo da Elektro de brAA para brAA+, que está entre os melhores do setor de distribuição de energia. Em junho, a Elektro voltou a acessar o mercado de capitais com uma bem sucedida colocação de R\$ 300 milhões em debêntures simples. A emissão também foi classificada como brAA+.

Os indicadores operacionais de qualidade demonstraram que os contínuos investimentos em manutenção preventiva, tecnologias e automação de redes trouxeram resultados significativos. O indicador FEC (frequência equivalente de interrupção por consumidor) registrou 5,94 interrupções, o índice anual mais baixo da história da Elektro. O DEC (duração equivalente de interrupção por consumidor) registrou 8,74 horas de interrupção, também um importante resultado diante do significativo aumento das intempéries climáticas ocorridas principalmente no último trimestre de 2009.

A segurança, valor número um da Elektro, continuou presente em importantes programas, como o Comportamento pela Vida e Observações de Segurança, que foram difundidos e, sobretudo, incorporados por toda a organização.

Os programas sociais da Elektro, realizados por meio do Instituto Elektro, relacionados às áreas de educação, cultura, geração de renda para as comunidades atendidas e incentivo ao voluntariado, assim como os programas de eficiência energética, realizados conforme determinação da ANEEL, contribuíram para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade. Desta forma, consolidamos nossas práticas de sustentabilidade como signatários do “Pacto Global” da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também foram vários os prêmios e reconhecimentos públicos. A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) avaliou a Elektro como destaque em Processos, Clientes e Sociedade. Fomos ainda premiados pela quinta vez na categoria Melhor Gestão Operacional do Prêmio Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica).

Agradeço a dedicação de todos os colaboradores e o apoio de empresas parceiras, clientes, acionistas e demais *stakeholders* que fazem da Elektro uma organização cada vez mais admirada no setor elétrico brasileiro.

**Carlos Marcio Ferreira**  
Diretor-Presidente

**2. AMBIENTE ECONÔMICO**

O ano de 2009 teve seu início marcado pelos impactos da crise financeira internacional, que teve seus efeitos sobre a economia local intensificados a partir do último trimestre de 2008. No primeiro semestre de 2009, a atividade econômica interna recuou ao mais baixo nível dos últimos 34 anos. Ao longo do ano de 2009, destacou-se a forte recuperação da economia brasileira, com gradual retomada do crédito, expansão da liquidez, entrada de investimentos estrangeiros diretos e recuperação da produção industrial. O processo de reaquecimento da atividade econômica se fortaleceu no segundo semestre do ano, com a intensificação do retorno do capital estrangeiro ao mercado local. Em setembro de 2009, a agência de classificação de riscos Moody's foi a última das três grandes agências a elevar a classificação do Brasil de risco soberano de longo prazo para grau de investimento.

Pela primeira vez desde sua criação em 1989, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o ano com deflação, registrando -1,72% a.a. perante a inflação de 9,81% a.a. em 2008. O resultado foi influenciado pela queda no preço das matérias-primas brutas, bens intermediários e produtos industrializados. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 4,31% a.a., 1,6 ponto percentual abaixo do fechamento de 2008. A queda nos preços dos alimentos, quando comparados aos preços praticados em 2008, foi o principal motivo para a redução do índice.

As taxas de juros registraram reduções expressivas no primeiro semestre do ano. A taxa básica de juros (Selic) foi reduzida em 5 pontos percentuais, atingindo 8,75%, patamar mais baixo desde sua criação em 1986. Em dezembro de 2009, com o IPCA próximo do centro da meta estabelecida pelo governo (4,5% a.a.), o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por manter a Selic em 8,75% a.a.. O Conselho Monetário Nacional reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que se encontrava a 27 meses no nível de 6,25%, para 6,00% a.a., o mais baixo patamar desde sua criação em 1984.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira fechou 2009 registrando a maior queda desde 1990, com recuo de 7,4% em relação ao ano anterior. As perdas no nível de investimento, influenciadas pela deterioração da confiança no mercado, e a redução brusca da demanda internacional, causada pela diminuição da produção em geral, foram as principais agentes desse resultado.

O superávit da balança comercial encerrou o ano de 2009 1,4% inferior ao observado no mesmo período de 2008 (US\$ 24,615 bilhões contra US\$ 24,956 bilhões). As exportações e importações registraram, respectivamente, retração de 22,2% (atingindo US\$ 152,252 bilhões, principalmente em função da queda generalizada no volume e preço de produtos exportados, especialmente manufaturados) e de 25,3% (atingindo US\$ 127,637 bilhões em decorrência da queda na demanda e depreciação dos preços internacionais de *commodities*).

Os indicadores econômicos que mais influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

| Indicadores   | Variação Acumulada |         |
|---|--------------------|---------|
|   | 2009               | 2008    |
| Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>                            | 1,7412             | 2,3370  |
| Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar | 25,49%             | -31,94% |
| IGP-M   | -1,72%             | 9,81%   |
| IPCA  | 4,31%              | 5,90%   |
| CDI   | 9,84%              | 12,33%  |
| TJLP  | 6,12%              | 6,25%   |

<sup>(1)</sup> Cotação em 31 de dezembro

### **3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS**

#### **3.1. Revisão Tarifária de 2007**

Conforme previsto no contrato de concessão da Elektro, em 27 de agosto de 2007 ocorreu a revisão tarifária periódica divulgada e homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, que resultou em uma redução média das tarifas de 18,59%. Alguns parâmetros utilizados no cálculo da revisão tarifária de 2007 foram determinados em caráter provisório para todas as distribuidoras de energia elétrica do país. No caso da Elektro, os custos operacionais eficientes (também denominados como “Empresa de Referência”) e o Fator X, que visa a compartilhar ganhos de produtividade com os consumidores, eram dados provisórios.

A Diretoria da ANEEL determinou os valores definitivos para estes parâmetros, que foram recalculados pela Agência e publicados na Resolução Homologatória nº 854, de 4 de agosto de 2009. Essas alterações levaram a uma redução de 5,55% na “Empresa de Referência”, e alteração do Fator X de 1,3% para 0,4%. Estas mudanças, aplicadas àquela época, resultariam em uma redução média de 20,52% nas tarifas da Elektro ao invés de 18,59%. A diferença foi incluída como componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2009, de modo a reverter em modicidade tarifária o excesso faturado no período de 27 de agosto de 2007 a 26 de agosto de 2009. O valor de R\$ 55,8 milhões foi registrado como passivo regulatório no passivo circulante e está sendo amortizado desde 27 de agosto de 2009.

#### **3.2. Reajuste Tarifário de 2009**

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e a garantia de que a concessionária não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores de parte dos ganhos de eficiência que a concessionária alcançar no período. Para a Elektro, este reajuste ocorre anualmente no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 874, de 25 de agosto de 2009, e da Nota Técnica nº 284, de 18 de agosto de 2009, homologou o reajuste contratual anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 12,19%, composto por 7,58% relativo ao reajuste tarifário anual e 4,61% relativo a componentes financeiros adicionais. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito percebido pelos consumidores foi de 4,98%, aplicado a partir de 27 de agosto de 2009.

#### **3.3. Tarifas praticadas pela Elektro**

As tarifas praticadas pela Elektro na cobrança dos serviços de distribuição de energia elétrica são, rigorosamente, as publicadas nas Resoluções da ANEEL, a quem compete à fixação de tais tarifas, conforme estabelecido na Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Os processos de reajuste e revisão tarifários são efetuados em obediência ao disposto no contrato de concessão celebrado entre a concessionária e a União, segundo os ditames legais do país.

O contrato de concessão da Elektro, celebrado em 27 de agosto de 1998, constou como um dos anexos do Edital do Leilão de privatização, e a fórmula de reajuste constante de sua cláusula oitava – “Tarifas aplicáveis na prestação do serviço” – foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Desestatização, examinada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União antes da privatização.

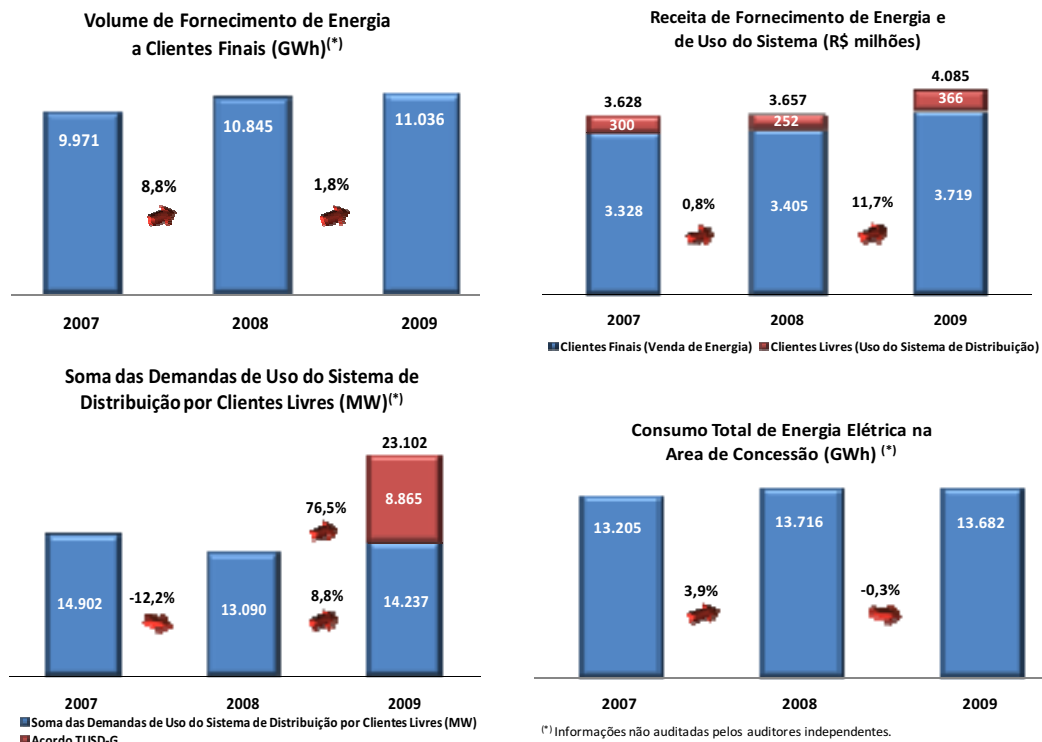
Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando a alterar a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho nº 245 publicado no Diário Oficial da União. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação

das vendas das concessionárias entre reajustes tarifários. A expectativa da Administração da Elektro é que tal Termo Aditivo, seja assinado no 1º trimestre de 2010 e a nova metodologia de cálculo implementada a partir do reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeitos no resultado a partir de fevereiro de 2010, preservando-se integralmente os efeitos da disciplina anteriormente vigente.

#### 4. DESEMPENHO COMERCIAL

##### 4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



Obs.: TUSD-G – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras, conforme descrito em Nota Explicativa nº 9.

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh <sup>(1)</sup> |                 |             | R\$ milhões    |                |             |
|--|--------------------|-----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|
|  | 2009               | 2008            | Var. %      | 2009           | 2008           | Var. %      |
| Residencial                                      | 3.547,0            | 3.346,7         | 6,0%        | 1.478,2        | 1.337,8        | 10,5%       |
| Industrial                                       | 3.907,8            | 4.052,3         | -3,6%       | 1.129,4        | 1.076,5        | 4,9%        |
| Comercial  | 1.691,4            | 1.580,3         | 7,0%        | 634,2          | 555,9          | 14,1%       |
| Rural  | 782,4              | 807,3           | -3,1%       | 163,5          | 158,1          | 3,4%        |
| Poder Público                                    | 275,9              | 229,4           | 20,3%       | 104,2          | 77,3           | 34,9%       |
| Iluminação Pública                               | 423,0              | 428,9           | -1,4%       | 93,8           | 89,1           | 5,3%        |
| Serviços Públicos                                | 408,1              | 400,0           | 2,0%        | 116,1          | 110,3          | 5,3%        |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>11.035,6</b>    | <b>10.844,9</b> | <b>1,8%</b> | <b>3.719,5</b> | <b>3.404,8</b> | <b>9,2%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW <sup>(1)</sup> |                 |              | R\$ milhões  |              |              |
|---|-------------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|   | 2009              | 2008            | Var. %       | 2009         | 2008         | Var. %       |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(2)</sup></b> | <b>23.101,6</b>   | <b>13.089,5</b> | <b>76,5%</b> | <b>365,9</b> | <b>252,4</b> | <b>44,9%</b> |

|  |                |                |              |
|--|----------------|----------------|--------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>4.085,4</b> | <b>3.657,2</b> | <b>11,7%</b> |
|--|----------------|----------------|--------------|

<sup>(1)</sup> Informações não auditadas pelos auditores independentes.

<sup>(2)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição refere-se à demanda faturada.

No ano de 2009, a Elektro forneceu 11.036 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 1,8% quando comparado com 2008.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento no consumo de 6,0% e 7,0%, respectivamente. Esse desempenho deve-se, principalmente, às altas temperaturas registradas durante o primeiro trimestre, novembro e dezembro de 2009, bem como pela retomada da oferta de crédito a pessoas físicas.

A classe industrial apresentou redução de 3,6% do consumo de energia, em consequência dos efeitos da crise financeira internacional, apesar da recuperação notada no último trimestre de 2009.

O aumento expressivo do volume de chuvas no segundo semestre de 2009, 45% superior à média histórica desses meses, refletiu diretamente no consumo dos clientes rurais irrigantes, influenciando o resultado da classe rural, que apresentou queda de 3,1% no ano de 2009, contra o crescimento de 7,9% no primeiro semestre de 2009.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 10,0% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 4,6% em 2009, devido principalmente ao aumento da demanda contratada na classe serviços públicos. Além disso, devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, no primeiro semestre de 2008, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

O aumento de 76,5% na soma das demandas de uso do sistema de distribuição, no ano de 2009, deve-se, principalmente, aos acordos celebrados com as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultaram na assinatura de contratos de uso do sistema de distribuição com tais geradoras. Segundo este acordo, e atendendo à legislação vigente, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição, e a Elektro, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão. Excluindo-se estes volumes referentes às geradoras, os demais clientes que usam o sistema de distribuição apresentaram soma das demandas de 14.237 MW, com incremento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para mais detalhes, ver Nota Explicativa nº 9.

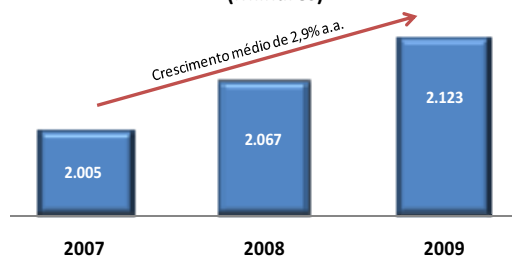
A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição foi de R\$ 4.085,4 milhões, contra R\$ 3.657,2 milhões em 2008, apresentando crescimento de 11,7%. Este desempenho deve-se aos efeitos dos reajustes tarifários ocorridos em 2008 e 2009, com incremento médio nas tarifas de 10,91% e 12,19%, respectivamente, combinado ao acréscimo no volume de energia fornecida a clientes finais, fortemente impulsionado pelo crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

Em 2009, o consumo total de energia elétrica na área de concessão da Elektro considerando os clientes finais e os chamados clientes livres, foi de 13.682 GWh, com redução de 0,3% em comparação com 2008. Os clientes livres são aqueles que atendem a certos requisitos definidos em regulação específica e podem adquirir energia em contratos com geradoras ou comercializadoras de energia, permanecendo na base de clientes da distribuidora para o serviço de distribuição. Apesar da elevação do consumo das classes residencial e comercial, esse resultado foi determinado pela queda no consumo de grandes clientes industriais, afetados pela redução da atividade econômica mundial, principalmente nos clientes livres.

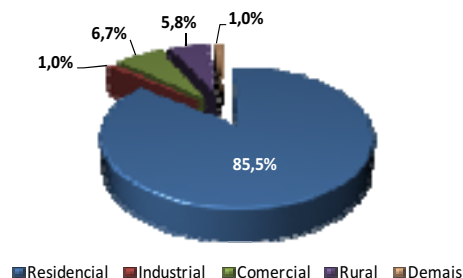
Em dezembro de 2009, a base de consumidores da Elektro foi de 2.123 mil clientes, um acréscimo de 56 mil novos clientes, resultando em um crescimento de 2,7% quando comparado ao encerramento de 2008.



**Evolução do Número de Clientes (\*)**  
(Milhares)



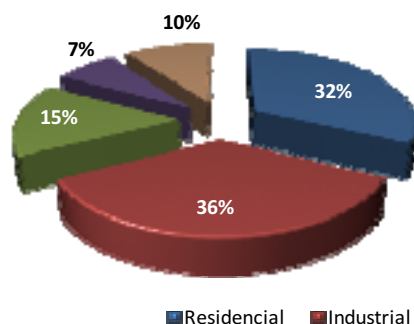
**Segmentação dos Clientes**  
(Total: 2,1 milhões)



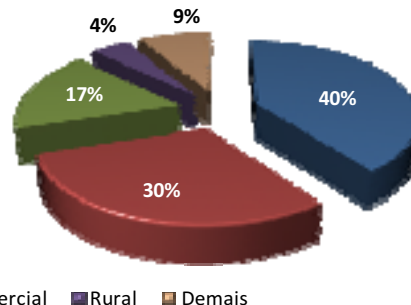
#### 4.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo de 2009:

**Volume de Fornecimento de Energia**  
a Clientes Finais (11.035,6 GWh)(\*)



**Receita de Fornecimento de Energia**  
a Clientes Finais (R\$ 3.719,5 milhões)



(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

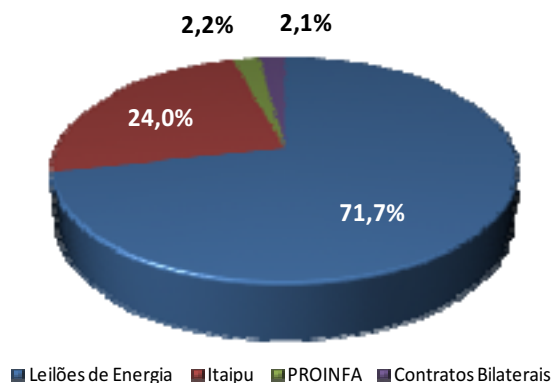
#### 4.3. Contratos de Compra de Energia

Durante o ano de 2009, 71,3% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia regulados pela ANEEL. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 24,4% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,2% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 2,1% de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, contratando suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente, sendo que a Elektro recontratará esta energia em leilões específicos a serem realizados futuramente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido em leilões já realizados para este período, sendo que as quantidades adicionais serão adquiridas nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro em 2009:

### Contratos de Compra de Energia



#### 5. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA – LEI Nº 11.638/07 E LEI Nº 11.941/09

A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especialmente em relação ao capítulo que trata da elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo critérios de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. A Lei nº 11.941/09, emitida em maio de 2009, teve por objetivo referendar e tornar lei as demais alterações societárias e disposições trazidas pela Medida Provisória 449/08.

O principal objetivo dessas alterações foi possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Reporting Standards*).

Ao longo de 2009, novos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) de forma a dar continuidade a este processo de convergência às normas internacionais; entretanto, a previsão legal para início de vigência destes pronunciamentos é 1º de janeiro de 2010. Vide detalhes sobre os pronunciamentos técnicos que serão aplicáveis à Sociedade na Nota Explicativa 2.1.

**6. RESULTADOS**

| <b>Valores em R\$ milhões</b>                | <b>2009</b>    | <b>2008</b>    | <b>Variação</b>    |                |
|--|----------------|----------------|--------------------|----------------|
|  |                |                | <b>R\$ milhões</b> | <b>%</b>       |
| Venda de Energia a Clientes Finais           | 3.719,5        | 3.404,8        | 314,7              | 9,2%           |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 365,9          | 252,4          | 113,5              | 45,0%          |
| Outras Receitas                              | (50,7)         | 62,6           | (113,4)            | -181,0%        |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>4.034,6</b> | <b>3.719,9</b> | <b>314,7</b>       | <b>8,5%</b>    |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (1.372,3)      | (1.207,4)      | (164,9)            | 13,7%          |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>2.662,3</b> | <b>2.512,5</b> | <b>149,9</b>       | <b>6,0%</b>    |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (1.453,6)      | (1.328,6)      | 125,0              | -9,4%          |
| Gastos Operacionais                          | (590,0)        | (553,8)        | 36,2               | -6,5%          |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>618,7</b>   | <b>630,1</b>   | <b>(11,3)</b>      | <b>-1,8%</b>   |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>752,4</b>   | <b>754,4</b>   | <b>(2,0)</b>       | <b>-0,3%</b>   |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>2,9</b>     | <b>(140,2)</b> | <b>143,2</b>       | <b>-102,1%</b> |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>485,6</b>   | <b>391,8</b>   | <b>93,8</b>        | <b>23,9%</b>   |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Resultado do Serviço + Amortização da Mais Valia do Imobilizado + Depreciação e Outras Amortizações.

Durante o ano de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões, registrando aumento de 8,5%, quando comparada a 2008.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,7 bilhões, registrando crescimento de 6,0% em relação a 2008. O incremento observado deve-se aos reajustes tarifários de 2008 e 2009, e ao crescimento do consumo de energia pelas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas e registraram ritmo mais forte de crescimento do que as demais classes de consumo. Essa variação positiva foi parcialmente reduzida pelo efeito negativo do resultado definitivo da revisão tarifária de agosto de 2007, no valor de R\$ 55,8 milhões, registrado na linha de Outras Receitas. Ver Notas Explicativas nº 4.1 e 8.6.

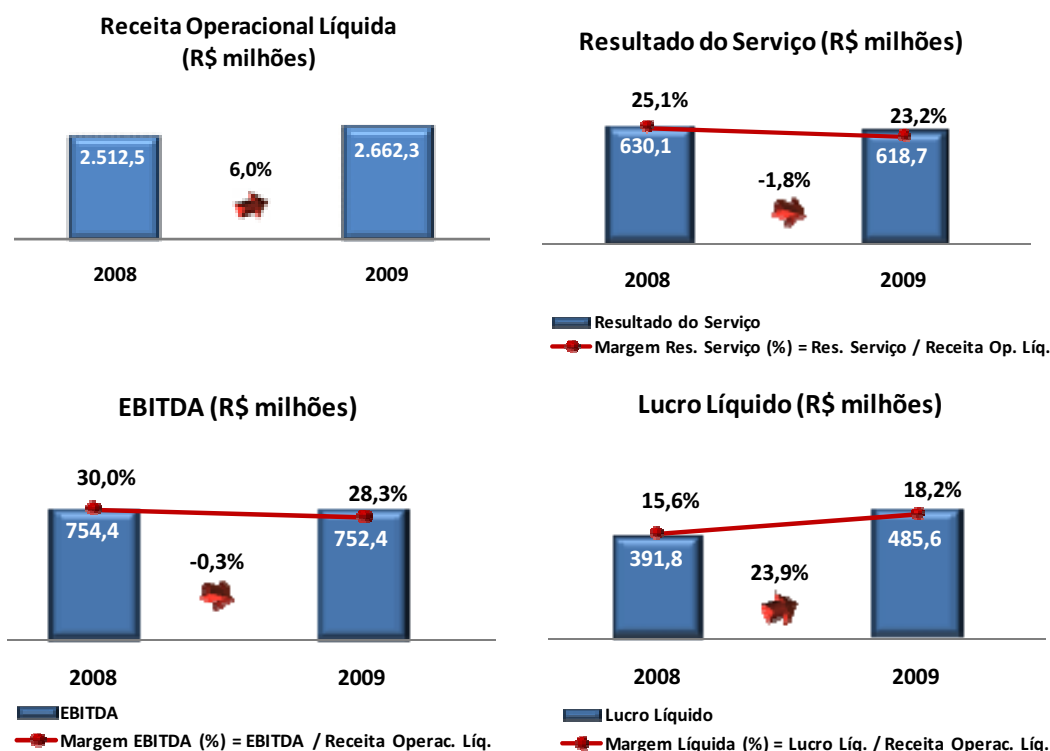
O custo da energia comprada para revenda cresceu 9,4% em comparação a 2008, devido ao incremento no volume comprado e aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra.

A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 752,4 milhões, apresentando leve queda de 0,3% em relação a 2008. O resultado do serviço foi de R\$ 618,7 milhões, com retração de 1,8% sobre o resultado de 2008. Excluindo-se os efeitos não-recorrentes referentes à determinação final dos valores preliminares da revisão tarifária de agosto de 2007, o EBITDA teria sido de R\$ 808,2 milhões, 7,1% superior ao do ano anterior.

O resultado financeiro acumulado em 2009 foi uma receita líquida de R\$ 2,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 143,2 milhões em relação a 2008, causado principalmente pela reversão de R\$ 95,8 milhões da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (ver Notas Explicativas 26.1 e 34). Desconsiderado este efeito não recorrente, o resultado financeiro seria uma despesa de R\$ 92,9 milhões, cuja variação positiva de R\$ 47,3 milhões em relação ao mesmo período de 2008 foi devida, principalmente, à deflação do IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, que representa 28% da dívida da companhia.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 485,6 milhões em 2009, comparado a R\$ 391,8 milhões do ano anterior. Excluindo-se os impactos dos itens não recorrentes referentes ao registro dos efeitos negativos do resultado definitivo da revisão tarifária de 2007, e à reversão da provisão relativa à incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, o lucro do exercício seria de R\$ 445,6 milhões (líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social).

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, no ano de 2009 comparados a 2008.



O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP.

### 6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2009, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 238,1 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2009. O pagamento foi dividido em três parcelas pagas em: 26 de agosto (R\$ 101,0 milhões), 20 de outubro de 2009 (R\$ 62,5 milhões) e 16 de dezembro de 2009 (R\$ 74,6 milhões).

Em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2009, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 67,6 milhões, referente ao exercício de 2009, realizado em 21 de janeiro de 2010.

A Administração da Elektro também propôs distribuição de dividendos no montante de R\$ 155,6 milhões, referente ao exercício de 2009 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser realizada em 30 de março de 2010.

**7. 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES**

Em 18 de junho de 2009, a Elektro efetuou a 3ª emissão de Debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 18 de setembro de 2011 e remunerada à taxa de CDI acrescida de 1,4% a.a.. Parte dos recursos provenientes das debêntures foi utilizada para o resgate antecipado da 1ª Emissão de Notas Promissórias, sendo que o restante foi destinado ao pagamento da 1ª parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária da 2ª Emissão de Debêntures, com vencimento em setembro de 2009. O registro das debêntures na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ocorreu em 30 de junho de 2009 e a liquidação financeira em 1º de julho de 2009.

**8. ESTRUTURA DE CAPITAL**

|  | 31/12/2009     |                |                |               |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total          |               |
|  |                |                | R\$ milhões    | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>322,3</b>   | <b>786,6</b>   | <b>1.108,9</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 249,3          | 421,3          | 670,6          | 60,5%         |
| BNDES Finem / Finame   | 56,3           | 224,1          | 280,4          | 25,3%         |
| Eletrobrás   | 6,9            | 92,5           | 99,4           | 9,0%          |
| Finep  | 0,8            | 33,2           | 34,0           | 3,1%          |
| Arrendamento mercantil   | 9,0            | 15,5           | 24,5           | 2,2%          |
| <b>Total da Dívida</b>   | <b>322,3</b>   | <b>786,6</b>   | <b>1.108,9</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>29%</b>     | <b>71%</b>     | <b>100%</b>    |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup></b> |                |                | (281,5)        |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   |                |                | <b>827,4</b>   |               |

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

A Elektro encerrou o ano de 2009 com endividamento líquido de R\$ 827,4 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.108,9 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 281,5 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 71% do total do endividamento.

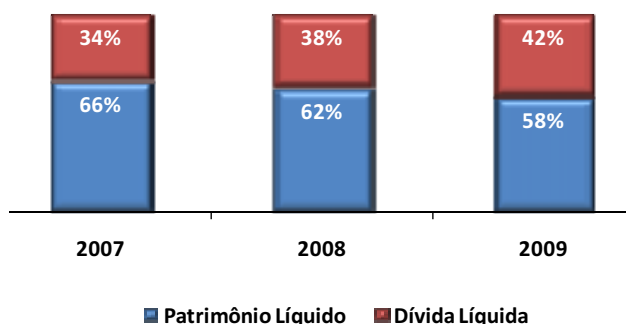
Durante o ano de 2009, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio das seguintes linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 99,7 milhões, através de agentes financeiros;
- Eletrobrás: R\$ 27,8 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia): R\$ 3,3 milhões.

Adicionalmente, para financiar novos programas de investimentos da empresa, a Elektro realizou novas captações no montante total de R\$ 39,2 milhões, sendo R\$ 8,3 milhões do BNDES, R\$ 9,5 milhões da Eletrobrás e R\$ 21,4 milhões da Finep.

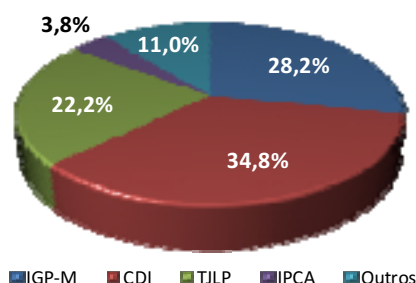
Ao final de 2009, o grau de alavancagem da Elektro era de 42%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa.

**Estrutura de Capital**  
**Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)**



Ao final do ano, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:

**Total do Endividamento em 31/12/2009**  
**(Total: R\$ 1.108,9 milhão)**



## 9. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 13 de maio de 2009, a agência de classificação de risco Standard & Poor's elevou em um nível o *rating* corporativo da Elektro de brAA para brAA+, entre os melhores do setor de distribuição de energia. A 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 750 milhões, também teve seu *rating* elevado de brAA+ para brAAA.

Neste processo, a 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 18 de junho de 2009, foi classificada pela Standard & Poor's como brAA+.

## 10. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Ao final de 2009, a Elektro não possuía derivativos e não efetuou ao longo do ano qualquer operação com estes instrumentos financeiros.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). Vide Nota Explicativa 8.1.

Com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M) a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

## 11. FLUXO DE CAIXA

|   | Valores em R\$ milhões |                | Variação      |
|---|------------------------|----------------|---------------|
|   | 2009                   | 2008           | R\$ milhões   |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   | <b>485,6</b>           | <b>391,8</b>   | <b>93,8</b>   |
| Depreciação e amortizações  | 126,3                  | 117,0          | 9,3           |
| Amortização de tributos diferidos   | 97,0                   | 63,6           | 33,4          |
| Juros e variações monetárias e cambial  | 39,8                   | 137,7          | (97,9)        |
| Constituição de ativo/passivo regulatório   | 64,7                   | 3,1            | 61,6          |
| Outros  | 25,5                   | 73,8           | (48,3)        |
| <b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>   | <b>353,3</b>           | <b>395,3</b>   | <b>(41,9)</b> |
| <b>Lucro Líquido Ajustado</b>   | <b>838,9</b>           | <b>787,1</b>   | <b>51,8</b>   |
| Varição do Capital de Giro Operacional  | (226,3)                | (260,3)        | 34,0          |
| <b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b> | <b>612,6</b>           | <b>526,8</b>   | <b>85,8</b>   |
| Aquisições de Imobilizado   | (276,1)                | (267,9)        | (8,2)         |
| Outros  | (16,2)                 | (7,6)          | (8,6)         |
| <b>Atividades de Investimento</b>   | <b>(292,2)</b>         | <b>(275,5)</b> | <b>(16,8)</b> |
| Amortização de principal  | (372,2)                | (52,3)         | (320,0)       |
| Captação de empréstimos   | 290,2                  | 128,7          | 161,4         |
| Captação de debêntures  | 297,2                  | -              | 297,2         |
| <b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>                                 | <b>215,1</b>           | <b>76,5</b>    | <b>138,7</b>  |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos  | (461,3)                | (280,1)        | (181,2)       |
| <b>Atividades de Financiamento após do Pagamento de Dividendos</b>                                  | <b>(246,2)</b>         | <b>(203,6)</b> | <b>(42,6)</b> |
| <b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>   | <b>74,2</b>            | <b>47,7</b>    | <b>26,5</b>   |
| Saldo Inicial do Exercício (excluindo caução de fundos)   | 205,0                  | 157,3          | 47,7          |
| <b>Saldo Disponível de Caixa do Exercício (excluindo caução de fundos)</b>                          | <b>279,2</b>           | <b>205,0</b>   | <b>74,2</b>   |

Obs.: Conforme esclarecimentos em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 em relação aos números publicados no exercício anterior, a fim de melhor comparação com os resultados de 2009.

Em 2009, a geração de caixa foi de R\$ 74,2 milhões, R\$ 26,5 milhões superior ao caixa registrado em 2008. Esta variação deve-se principalmente a:

- Acréscimo de R\$ 85,8 milhões na geração operacional de caixa, devido, principalmente, ao aumento no consumo das classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas e incremento de receita de demanda do uso do sistema de distribuição;
- Novas captações de empréstimos, no valor de R\$ 170,2 milhões por meio de linhas de financiamentos do BNDES, Eletrobrás e Finep e de R\$ 120,0 milhões na 1ª emissão de notas promissórias e;
- Incremento líquido de R\$ 297,2 milhões referente à captação da 3ª emissão de debêntures.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

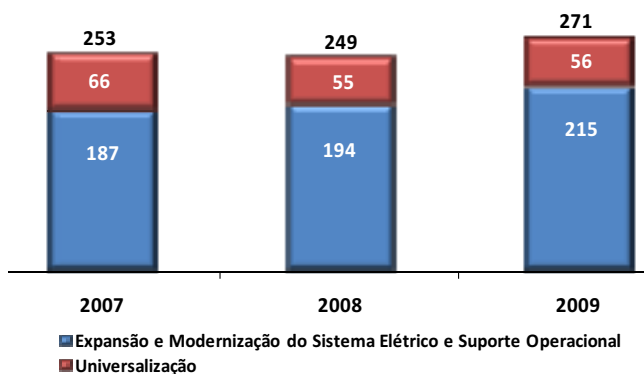
- Aumento de R\$ 16,8 milhões na atividade de investimento, devido ao maior número de novas ligações e expansão da rede e pelo aumento nos investimentos em programas de tecnologia da informação, principalmente na implantação de nova versão do sistema SAP (Projeto NEO);
- Elevação de R\$ 320,0 milhões na amortização de financiamentos (principal), especialmente sobre a 2ª emissão de debêntures, 1ª emissão de notas promissórias e financiamentos com o BNDES e;
- Aumento de R\$ 181,2 milhões em Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos em decorrência, principalmente, da elevação do lucro líquido do primeiro semestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008.



**12. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO**

No ano de 2009, a Elektro investiu R\$ 276,1 milhões, dos quais R\$ 4,6 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.

**Evolução dos Investimentos <sup>(1)</sup>**  
(R\$ milhões)



<sup>(1)</sup> Exclui investimentos realizados com recursos de clientes

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 215,0 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 94,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 19,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 64 milhões em novas ligações e expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 36,7 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 56,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei n° 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 45,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.564 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos, com 264 ligações acima da meta para o ano;
  - R\$ 11,0 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos no ano de 2009 foram superiores aos realizados no ano anterior, devido a: (i) aumento de investimentos associados a novas ligações e expansão de subestações e linhas de transmissão, e (ii) projetos de suporte operacional (renovação da frota R\$ 13,7 milhões, com a antecipação de aquisições em virtude da redução do IPI, e Tecnologia da Informação pela conclusão do Projeto NEO – nova versão do sistema SAP – R\$ 7,0 milhões).

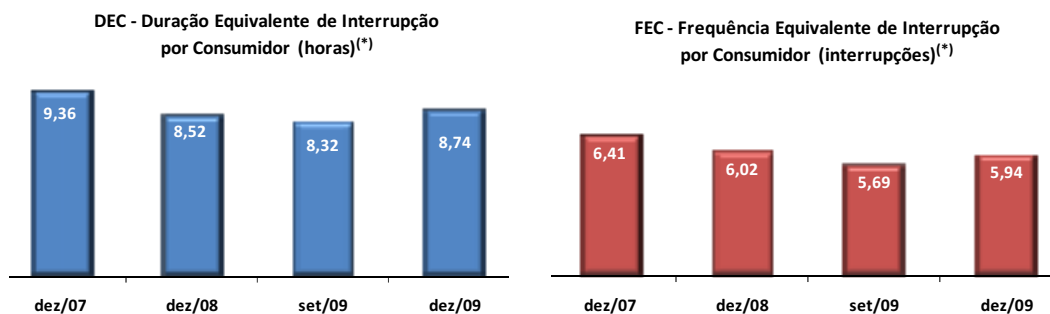
**13. DESEMPENHO OPERACIONAL**

O indicador técnico FEC, que mede a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, registrou em 2009 o melhor nível dos últimos três anos. Os resultados estão associados aos investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente, em manutenção preventiva e preservação dos ativos que melhoraram a robustez da rede, bem como aos investimentos em digitalização, automação e sistemas, que aprimoraram a eficiência no monitoramento e controle da rede, reduzindo a média de interrupções por consumidor.

O indicador técnico DEC, que mede a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, teve reduções consistentes até o 3º trimestre, porém foi afetado pelas condições climáticas atípicas no 4º trimestre e encerrou o ano em 8,74 horas, registrando discreto aumento em relação ao índice de 2008.

As chuvas, alagamentos e quedas de barreiras observadas na área de concessão da Elektro, em especial na região de Atibaia, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira, no início de janeiro de 2010, influenciarão também os indicadores operacionais de DEC e FEC do primeiro trimestre de 2010.

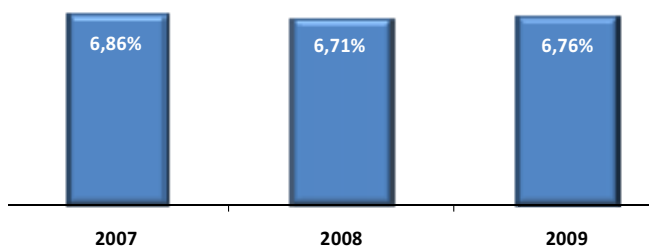
No gráfico abaixo, demonstramos os valores de DEC e FEC dos últimos três anos e, pela primeira vez, a Elektro registra FEC abaixo de 6 interrupções anuais.



<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 31/12/2007 seriam 10,97 e 7,15, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2008 seriam 10,44 e 6,89, respectivamente. Os indicadores de 31/12/2009 seriam 13,81 e 7,83, respectivamente, incluindo o evento de blecaute ocorrido em 10/11/2009.

### Perdas de Energia<sup>(\*)</sup>



<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Obs.: 1- O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

2- No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da LT Maringá – Itararé II de 230 KV, com conclusão prevista para Outubro de 2010. Caso essa perda não fosse descontada, o índice de 2009 seria 6,78%.

Até o mês de dezembro de 2009, o Indicador de Perdas apresentou leve acréscimo quando comparado a 2008. A elevação observada é atribuída principalmente à forte redução do consumo do segmento industrial no início de 2009 (período de maior impacto da crise financeira mundial), cujas perdas são sensivelmente mais baixas do que as das demais classes de consumo, interferindo na base de cálculo do índice.

Os efeitos têm seus impactos atenuados em função da manutenção e aperfeiçoamento de técnicas de recuperação de perdas comerciais, dentre as quais se destacam a substituição de medidores avariados e aumento na assertividade de inspeções em medidores e detecção de procedimentos irregulares.

**14. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITALIS**

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas a livre mercado.

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais.

| COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL                      |                   |               |                     |               |                    |               |
|---|-------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Acionista                                       | Ações Ordinárias  |               | Ações Preferenciais |               | Total de Ações     |               |
|   | Qtde.             | Part (%)      | Qtde.               | Part (%)      | Qtde.              | Part (%)      |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -                 | 0,0%          | 66.744.382          | 65,51%        | 66.744.382         | 34,45%        |
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221         | 7,16%         | -                   | 0,0%          | 6.579.221          | 3,40%         |
| EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480        | 64,55%        | -                   | 0,0%          | 59.310.480         | 30,61%        |
| ETB - Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606        | 28,26%        | 34.535.205          | 33,90%        | 60.499.811         | 31,22%        |
| Acionistas Minoritários                         | 26.665            | 0,03%         | 598.706             | 0,59%         | 625.371            | 0,32%         |
| <b>Total</b>                                    | <b>91.880.972</b> | <b>100,0%</b> | <b>101.878.293</b>  | <b>100,0%</b> | <b>193.759.265</b> | <b>100,0%</b> |
| <i>Participação sobre o total de Ações</i>      | <i>47,42%</i>     |               | <i>52,58%</i>       |               | <i>100,0%</i>      |               |

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício.

**15. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A empresa mantém canal de comunicação com o mercado pelo *website* [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br) ou pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

**16. MEIO AMBIENTE**

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade, está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2009, a Sociedade destinou o montante de R\$ 48,8 mil em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do total investido, o valor de R\$ 18,3 mil foi contabilizado como imobilizado, e está relacionado à instalação de redes compactas, isoladas e de cabos pré-reunidos.

O valor de R\$ 30,6 mil foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformadores energizados, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, limpeza de faixas, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens ECOncientes.

**17. PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS**

A Elektro implementou programas e projetos sociais com foco em educação, uso seguro e adequado de energia elétrica, promoção cultural, ensino profissionalizante e conscientização ambiental alinhados aos seus valores e princípios e contando com o apoio dos colaboradores voluntários. Em 2009, a empresa investiu R\$ 10,1 milhões em programas que focaram no desenvolvimento sustentável das comunidades da área de concessão e da Sede Corporativa da empresa, em Campinas (SP), em projetos como:

- Energia Comunitária: adequação das instalações elétricas de clientes, incluindo a doação de lâmpadas, aquecedores solares e geladeiras de baixo consumo de energia, além de ações para o desenvolvimento local com recursos próprios;

- Eficiência Energética de Prédios Públicos: garantiu o uso eficiente de energia elétrica em edifícios de atendimento público;
- Elektro nas Escolas: ações educativas que promoveram a sensibilização da comunidade escolar para o uso eficiente e seguro da energia elétrica;
- Circuito Cultural: caravana com música, teatro, cinema e museu da energia, disseminando a importância do uso seguro e eficiente da energia e;
- Escola de Eletricistas: treinou e capacitou eletricistas nos municípios de Tatuí, Registro e Andradina, além de certificá-los como eletricista instalador residencial.

Sob a gestão do Instituto Elektro, criado em 2003, programas e projetos sociais com foco em educação e apoio de voluntários da empresa foram desenvolvidos durante o ano, dentre os quais: Escola Formare Elektro, Prêmio Empreendedor Social, FazerAcontecer, Jovens EConscientes e Meninos Ecológicos.

Em parceria com o Instituto Elektro, teve início em 2009 a Escola Inclusiva Elektro para capacitar pessoas, com e sem necessidades especiais, no curso de teleatendimento e assistente administrativo, contribuindo para inserir profissionais no mercado de trabalho.

## **18. RECONHECIMENTO**

### **Prêmio as 10 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa**

Em 29 de abril de 2009, a Elektro foi eleita pela revista Gestão & RH como uma das 10 Melhores Empresas do Brasil na pesquisa nacional em Cidadania Corporativa. O prêmio avaliou quatro critérios: responsabilidade social, responsabilidade ambiental, envolvimento dos colaboradores e ética e relacionamento com os públicos de interesse.

### **Prêmio Campeões da Década**

Em 18 de junho de 2009, o Diretor-Presidente da Elektro, Carlos Marcio Ferreira, foi homenageado pela revista Consumidor Moderno no Prêmio Campeões da Década como um dos CEOs da Década. O prêmio é resultado da grande participação da Elektro em projetos ligados à sustentabilidade e por priorizar o atendimento ao cliente.

### **Prêmio Abradee de Melhor Gestão Operacional**

Em 7 de julho de 2009, a Elektro foi premiada pela quinta vez na categoria Melhor Gestão Operacional da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica). O prêmio mede a excelência operacional das ações da empresa na distribuição de energia elétrica.

### **Empresa Modelo no Prêmio Padrão de Qualidade em Contact Center**

Em 15 de setembro de 2009, a Elektro foi reconhecida como uma das empresas-modelo no Prêmio Padrão de Qualidade em Contact Center, da revista Consumidor Moderno, na categoria Energia & Utilities. O objetivo do prêmio é distinguir e valorizar as empresas que utilizam as melhores práticas e operações de contact center no Brasil.

### **IX Prêmio ABT - A Excelência no Relacionamento com o Cliente**

A empresa recebeu, em 29 de setembro de 2009, o reconhecimento no IX Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços - A Excelência no Relacionamento com o Cliente). A Elektro foi premiada na categoria "Campanha Motivacional" com o projeto "TOP Elektron - Programa de Reconhecimento Vertente Atendimento".

**Prêmio as 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO)**

Em 09 de outubro de 2009, a Elektro foi eleita pela revista Gestão & RH entre as 10 Melhores Empresas do Brasil na pesquisa nacional sobre “As 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO)”. O objetivo da pesquisa é analisar o estágio atual das “1000 Maiores Empresas Brasileiras” (critério Revista Exame), em termos de desenvolvimento humano organizacional.

**AIAREC Award 2009**

Em 30 de outubro de 2009, a Elektro recebeu o AIAREC Award 2009 na categoria Melhor Experiência do Cliente. Promovido pela Associação Iberoamericana de Relações Empresa Cliente (AIAREC), o prêmio é resultado de uma competição internacional com trabalhos de vários países iberoamericanos.

**2º Melhor Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)**

Em 25 de novembro de 2009, a Elektro foi classificada como a 2ª melhor empresa na categoria “Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras” do Prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor), que mede a satisfação do cliente. O índice é medido pela ANEEL desde 2000, e tem o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.

**Prêmio Fundação Coge**

Em 27 de novembro de 2009, a Elektro foi premiada na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Prêmio Fundação Coge 2009. O projeto vencedor foi o “Programa de Desenvolvimento Gerencial Elektro (PDGE) – Jogo de Negócio Virtual como estratégia de aprendizagem para desenvolvimento da liderança”. A Fundação Coge é uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, que promove o aprimoramento da gestão empresarial e da cultura técnica do setor elétrico. O Prêmio Fundação Coge é realizado desde 2001, com o objetivo de reconhecer práticas bem sucedidas das empresas do setor elétrico no País.

**Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)**

Em 5 de dezembro de 2009, a Elektro foi indicada pelo Prêmio Nacional da Qualidade como Destaque nos critérios Clientes, Sociedade e Processos. Conferido anualmente, o PNQ é o reconhecimento da excelência no padrão gerencial das organizações sediadas no Brasil, a partir da análise de oito critérios de excelência: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

**19. INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA ELEKTRO**

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Elektro em 2009 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações trimestrais, assim como para alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa.

A Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2009.

## **20. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

## 21. BALANÇO SOCIAL



| 1 - Base de Cálculo  | 2009 Valor (R\$ mil)  |   |  | 2008 Valor (R\$ mil)  |   |  |
|--|---|---|--|---|---|--|
| Receita líquida (RL)   | 2.662.347   |   |  | 2.512.477   |   |  |
| Resultado operacional (RO)   | 621.641   |   |  | 489.820   |   |  |
| Folha de pagamento bruta (FPB)   | 246.109   |   |  | 219.356   |   |  |
| 2 - Indicadores Sociais Internos   | Valor (R\$ mil)   | % sobre FPB   | % sobre RL   | Valor (R\$ mil)   | % sobre FPB   | % sobre RL   |
| Alimentação  | 15.612  | 6,34%   | 0,59%  | 13.660  | 6,23%   | 0,54%  |
| Transporte   | 717   | 0,29%   | 0,03%  | 600   | 0,27%   | 0,02%  |
| Encargos sociais compulsórios  | 56.831  | 23,09%  | 2,13%  | 43.445  | 19,81%  | 1,73%  |
| Previdência privada  | 4.194   | 1,70%   | 0,16%  | 3.869   | 1,76%   | 0,15%  |
| Saúde  | 11.471  | 4,66%   | 0,43%  | 9.338   | 4,26%   | 0,37%  |
| Segurança no trabalho  | 6.725   | 2,73%   | 0,25%  | 5.599   | 2,55%   | 0,22%  |
| Educação   | 608   | 0,25%   | 0,02%  | 662   | 0,30%   | 0,03%  |
| Cultura  | 80  | 0,03%   | 0,00%  | 150   | 0,07%   | 0,01%  |
| Capacitação e desenvolvimento profissional   | 5.359   | 2,18%   | 0,20%  | 5.097   | 2,32%   | 0,20%  |
| Oreches ou auxílio-creche  | 413   | 0,17%   | 0,02%  | 319   | 0,15%   | 0,01%  |
| Participação nos lucros ou resultados  | 16.795  | 6,82%   | 0,63%  | 12.865  | 5,86%   | 0,51%  |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b>  | <b>118.805</b>  | <b>48,27%</b>   | <b>4,46%</b>   | <b>95.604</b>   | <b>43,58%</b>   | <b>3,81%</b>   |
| 3 - Indicadores Sociais Externos   | Valor (R\$ mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   | Valor (R\$ mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   |
| Educação   | 1.389   | 0,22%   | 0,05%  | 2.237   | 0,46%   | 0,09%  |
| Cultura  | 3.516   | 0,57%   | 0,13%  | 2.785   | 0,57%   | 0,11%  |
| Outros   | 5.176   | 0,83%   | 0,19%  | 4.848   | 0,99%   | 0,19%  |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>  | <b>10.081</b>   | <b>1,62%</b>  | <b>0,38%</b>   | <b>9.870</b>  | <b>2,02%</b>  | <b>0,39%</b>   |
| Tributos (excluídos encargos sociais)  | 1.407.184   | 226,37%   | 52,86%   | 1.221.280   | 249,33%   | 48,61%   |
| <b>Total - Indicadores sociais externos</b>  | <b>1.417.265</b>  | <b>227,99%</b>  | <b>53,23%</b>  | <b>1.231.150</b>  | <b>251,35%</b>  | <b>49,00%</b>  |
| 4 - Indicadores Ambientais   | Valor (R\$ mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   | Valor (R\$ mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa   | 29.823  | 4,80%   | 1,12%  | 12.976  | 2,65%   | 0,52%  |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos  | 19.026  | 3,06%   | 0,71%  | 13.192  | 2,69%   | 0,53%  |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>  | <b>48.849</b>   | <b>7,86%</b>  | <b>1,83%</b>   | <b>26.168</b>   | <b>5,34%</b>  | <b>1,04%</b>   |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: <div> <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%           </div> |   |   |  |   |   |  |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional   | 2009  |   |  | 2008  |   |  |
| Nº de empregados(as) ao final do exercício   | 3.018   |   |  | 2.678   |   |  |
| Nº de admissões durante o exercício  | 675   |   |  | 319   |   |  |
| Nº de demissões no exercício   | 335   |   |  | 331   |   |  |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)   | 2.985   |   |  | 3.508   |   |  |
| Nº de estagiários(as)  | 22  |   |  | 20  |   |  |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos  | 546   |   |  | 610   |   |  |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa  | 467   |   |  | 474   |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres  | 11,33%  |   |  | 18,18%  |   |  |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa  | 428   |   |  | 274   |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)  | 2,00%   |   |  | 0,77%   |   |  |
| Nº de pessoas com deficiência  | 46  |   |  | 42  |   |  |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial  | 2009  |   |  | 2008  |   |  |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:  | 57  |   |  | 54  |   |  |
| Número total de acidentes de trabalho:   | 49  |   |  | 65  |   |  |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)            | <input type="checkbox"/> direção  | <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)            |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:   | <input type="checkbox"/> direção e gerências                                      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)       | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa         | <input type="checkbox"/> direção e gerências                                      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)       | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa         |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:   | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT         | <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT  | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT         | <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT  |
| A previdência privada contempla:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:  | <input type="checkbox"/> não são considerados                                     | <input type="checkbox"/> são sugeridos                  | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos             | <input type="checkbox"/> não são considerados                                     | <input type="checkbox"/> são sugeridos                  | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos             |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:  | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> apoia                          | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva     | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> apoia                          | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva     |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):  | na empresa 322.281  | no Procon 1703  | na Justiça 1.662   | na empresa 316.956  | no Procon 1454  | na Justiça 1.019   |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:   | na empresa 100%   | no Procon 100%  | na Justiça 15%   | na empresa 100%   | no Procon 100%  | na Justiça 13%   |
| Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):   | 2.204.634   |   |  | 1.956.420   |   |  |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):  | 63,8% governo<br>22,0% acionistas<br>8,9% colaboradores(as)<br>5,3% financiadores |   |  | 62,4% governo<br>20,1% acionistas<br>9,0% colaboradores(as)<br>8,5% financiadores |   |  |
| 7 - Outras Informações   | 2009  |   |  | 2008  |   |  |
| 1 - Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:   | 347   |   |  | 322   |   |  |
| 2 - Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):  | 4.638,0   |   |  | 4.103,0   |   |  |



## 22. COMENTÁRIOS SOBRE O BALANÇO SOCIAL

As três bases de cálculo dos indicadores sociais e ambientais apresentaram crescimento, em 2009, de 6% na receita líquida (RL), 27% no resultado operacional (RO) e 12% na folha de pagamento bruta (FPB).

O total dos indicadores sociais internos cresceu 24% em 2009 e os maiores crescimentos foram: encargos sociais compulsórios (+31%), participação nos lucros ou resultados (+31%), saúde (+23%) e segurança no trabalho (+20%). Todos esses itens aumentaram sua participação na receita líquida e na folha de pagamento bruta. A maior parte do aumento dos encargos sociais deve-se, principalmente, ao crescimento de 13% do corpo funcional e ao reajuste salarial decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho. A participação nos lucros ou resultados cresceu principalmente em função do maior resultado operacional obtido no ano. Os gastos com saúde cresceram com o aumento do quadro funcional e também devido à ocorrência de maior número de procedimentos médicos mais caros. Houve um crescimento de 5% do investimento em capacitação e desenvolvimento profissional, que está relacionado ao aumento da média de horas de treinamento de 116 (2008) para 121 (2009).

Quanto aos indicadores sociais externos, destaca-se um aumento de 15% do total de contribuições para a sociedade feitas de forma direta e indireta, neste caso por meio do recolhimento de impostos ao governo. O detalhamento dos programas sociais voltados para cultura e educação está no item 17 deste relatório.

O total dos investimentos em meio ambiente cresceu 87% em 2009. Desses investimentos, 61% estão relacionados com a operação da empresa e 39% a programas e projetos externos. A maior contribuição para esse aumento foi dada por investimentos na reforma de equipamentos para reutilização na rede (R\$ 9,3 milhões), vindo a seguir os gastos com eficiência energética (R\$ 6,0 milhões), cruzetas ecológicas (R\$ 4,7 milhões) e rede compacta (R\$ 1,8 milhão), que demanda menos manejo de vegetação e menor número de podas de árvores. Todas as metas da Elektro para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, reduzir o consumo na operação e minimizar resíduos foram cumpridas em 2009. Vale destacar a instalação de dispositivos antifurto nos transformadores localizados em regiões com maior número de ocorrência, que contribuiu para uma queda de 23% do número de derramamentos de óleo. Vide item 16 do relatório para informações sobre as atividades da Companhia em relação ao Meio Ambiente.

O corpo funcional da Elektro possuía, ao final de 2009, um número de colaboradores próprios 13% maior e um número de prestadores de serviços 15% menor. Isto se deve, em parte, à internação da atividade de construção e manutenção de redes e subestações, antes desenvolvida por empresas contratadas em certas regiões da área de concessão. Este mesmo fato contribuiu para que o número de admissões crescesse 112% no período. Também cresceu o número de pessoas com necessidades especiais, sobretudo, devido à contribuição da Escola Inclusiva Elektro, que formou sua primeira turma em 2009.

No âmbito da cidadania empresarial, vale destacar a queda de 25% do número total de acidentes de trabalho em 2009, para a qual contribuiu a consolidação do programa Comportamento pela Vida, cujo objetivo é a prevenção de acidentes baseada em mudanças de conduta. Todos os colaboradores da Elektro possuem participação nos lucros e tem direito à previdência privada. A empresa organiza e incentiva a participação de seus colaboradores em programas de trabalho voluntário e exige de seus fornecedores os mesmos padrões de conduta.

O valor adicionado a distribuir atingiu R\$ 2,2 bilhões em 2009, 13% maior do que o de 2008. Desse total, 63,8% foram para o governo sob a forma de tributos e encargos, o que mostra a relevância da empresa para a sociedade. Os 35,5% restantes foram distribuídos entre acionistas (22,0%), colaboradores (8,9%) e financiadores (5,3%).

A Elektro é signatária do Pacto Global (ONU), Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq) e promove os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU).

**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**(em milhares de Reais)**

| <b>Ativo</b>  | <b>Notas</b> | <b>31/12/2009</b> | <b>31/12/2008</b> |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                   |              | <b>1.095.114</b>  | <b>854.770</b>    |
| <b>Disponibilidades</b>                             |              | <b>279.196</b>    | <b>205.020</b>    |
| Bancos  |              | 2.252             | 3.359             |
| Aplicações financeiras                              | 5            | 276.944           | 201.661           |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>         |              | <b>815.918</b>    | <b>649.750</b>    |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores | 6            | 532.993           | 494.680           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa       | 7            | (43.912)          | (43.656)          |
| Ativos regulatórios                                 | 8            | 130.048           | 38.469            |
| TUSD-G  | 9            | 62.641            | 13.722            |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 10           | 106.719           | 105.135           |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 11           | 6.125             | 15.737            |
| Almoxarifado  |              | 5.488             | 4.153             |
| Outros créditos                                     |              | 15.816            | 21.510            |
| <b>Não circulante</b>                               |              | <b>2.146.656</b>  | <b>2.096.672</b>  |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                     |              | <b>422.970</b>    | <b>514.554</b>    |
| Parcelamentos de débitos e supridores               | 6            | 42.216            | 39.360            |
| Ativos regulatórios                                 | 8            | 59.902            | 114.846           |
| TUSD-G  | 9            | 61.134            | 31.713            |
| Tributos diferidos e a compensar                    | 10           | 202.872           | 310.194           |
| Caução de fundos e depósitos vinculados             | 11           | 10.952            | 11.711            |
| Depósitos judiciais                                 | 12           | 41.839            | -                 |
| Outros créditos                                     |              | 4.055             | 6.730             |
| <b>Investimentos</b>                                | 13           | <b>4.325</b>      | <b>4.334</b>      |
| <b>Imobilizado</b>                                  | 14           | <b>1.667.735</b>  | <b>1.537.888</b>  |
| <b>Intangível</b>                                   | 15           | <b>51.626</b>     | <b>39.896</b>     |
| <b>Total do Ativo</b>                               |              | <b>3.241.770</b>  | <b>2.951.442</b>  |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Balanços patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**(em milhares de reais)**

| <b>Passivo</b>   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2009</b> | <b>31/12/2008</b> |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                      |              | <b>1.119.521</b>  | <b>1.004.148</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                           | 16           | 64.048            | 65.325            |
| Debêntures   | 17           | 249.296           | 202.420           |
| Arrendamento mercantil                                 | 18           | 9.013             | 7.744             |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica          | 19           | 239.486           | 239.856           |
| Tributos a recolher                                    | 20           | 126.620           | 112.098           |
| Encargos do consumidor                                 | 21           | 18.162            | 24.729            |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar       | 22           | 210.587           | 223.178           |
| Provisões e encargos sobre folha de pagamento          | 23           | 40.246            | 35.116            |
| Passivos regulatórios                                  | 8            | 45.303            | 20.681            |
| TUSD-G   | 9            | 59.090            | 12.839            |
| Obrigações P&D e eficiência energética                 | 24           | 23.900            | 35.071            |
| Plano especial de aposentadoria                        | 25           | 1.842             | -                 |
| Outros passivos  |              | 31.928            | 25.091            |
| <b>Não circulante</b>                                  |              | <b>994.939</b>    | <b>844.262</b>    |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                          |              | <b>994.939</b>    | <b>844.262</b>    |
| Empréstimos e financiamentos                           | 16           | 349.741           | 241.980           |
| Debêntures   | 17           | 421.318           | 366.380           |
| Arrendamento mercantil                                 | 18           | 15.497            | 22.284            |
| Passivos regulatórios                                  | 8            | 59.697            | 57.374            |
| TUSD-G   | 9            | 87.796            | 31.713            |
| Obrigações P&D e eficiência energética                 | 24           | 14.535            | 14.401            |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas | 26.1         | 30.787            | 81.701            |
| Plano de pensão  | 37           | -                 | 23.496            |
| Plano especial de aposentadoria                        | 25           | 12.791            | -                 |
| Outros passivos  |              | 2.777             | 4.933             |
| <b>Patrimônio líquido</b>                              | 27           | <b>1.127.310</b>  | <b>1.103.032</b>  |
| Capital social   |              | 952.492           | 952.492           |
| Reserva de capital                                     |              | 50.539            | 50.539            |
| Reserva legal  |              | 124.279           | 100.001           |
| <b>Total do Passivo</b>                                |              | <b>3.241.770</b>  | <b>2.951.442</b>  |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações de resultados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

|   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2009</b>  | <b>31/12/2008</b>  |
|---|--------------|--------------------|--------------------|
| <b>Receitas operacionais</b>                                    |              | <b>4.034.621</b>   | <b>3.719.874</b>   |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        |              | <b>(1.372.274)</b> | <b>(1.207.397)</b> |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>28</b>    | <b>2.662.347</b>   | <b>2.512.477</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     |              | <b>(1.453.591)</b> | <b>(1.328.595)</b> |
| Energia comprada para revenda                                   | 29           | (1.602.500)        | (1.461.478)        |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 |              | 148.909            | 132.883            |
| <b>Custo da operação</b>  |              | <b>(437.978)</b>   | <b>(386.632)</b>   |
| Gastos com pessoal  | 30           | (150.313)          | (131.601)          |
| Gastos com materiais  | 31           | (24.940)           | (24.875)           |
| Gastos com serviços de terceiros                                | 32           | (85.335)           | (71.708)           |
| Depreciação e amortizações                                      |              | (126.312)          | (116.981)          |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | 33           | (55.662)           | (45.516)           |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              |              | 4.584              | 4.049              |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  |              | <b>770.778</b>     | <b>797.250</b>     |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    |              | <b>(152.062)</b>   | <b>(167.198)</b>   |
| Despesas com vendas   |              | (21.957)           | (19.532)           |
| Despesas gerais e administrativas                               |              | (57.592)           | (63.543)           |
| Amortização mais valia do imobilizado                           | 14           | (7.348)            | (7.348)            |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | 33           | (65.165)           | (76.775)           |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     |              | <b>618.716</b>     | <b>630.052</b>     |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>34</b>    | <b>2.925</b>       | <b>(140.232)</b>   |
| Receitas financeiras  |              | 71.100             | 66.841             |
| Despesas financeiras  |              | (65.435)           | (110.973)          |
| Variação monetária líquida                                      |              | 64.819             | (28.386)           |
| Juros sobre capital próprio                                     |              | (67.559)           | (67.714)           |
| <b>Resultado operacional</b>                                    |              | <b>621.641</b>     | <b>489.820</b>     |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> |              | <b>621.641</b>     | <b>489.820</b>     |
| Imposto de renda  | 35           | (72.089)           | (74.867)           |
| Imposto de renda diferido                                       | 35           | (75.724)           | (47.633)           |
| Contribuição social   | 35           | (34.550)           | (25.754)           |
| Contribuição social diferida                                    | 35           | (21.270)           | (17.493)           |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         |              | 67.559             | 67.714             |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               |              | <b>485.567</b>     | <b>391.787</b>     |
| <b>Lucro líquido do exercício por ação – R\$</b>                | <b>27.1</b>  | <b>2,51</b>        | <b>2,02</b>        |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
(em milhares de reais)**

|  | Notas | Capital social | Reservas de capital | Reserva legal  | Lucros/Prejuízos acumulados | Total            |
|--|-------|----------------|---------------------|----------------|-----------------------------|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2007</b> |       | <b>952.492</b> | <b>50.539</b>       | <b>80.466</b>  | <b>(1.092)</b>              | <b>1.082.405</b> |
| Lucro líquido do exercício             |       | -              | -                   | -              | 391.787                     | 391.787          |
| Destinação do lucro líquido            |       | -              | -                   | -              | -                           | -                |
| Constituição de reserva legal          |       | -              | -                   | 19.535         | (19.535)                    | -                |
| Dividendos propostos e pagos           |       | -              | -                   | -              | (303.446)                   | (303.446)        |
| Juros sobre capital próprio            |       | -              | -                   | -              | (67.714)                    | (67.714)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b> |       | <b>952.492</b> | <b>50.539</b>       | <b>100.001</b> | <b>-</b>                    | <b>1.103.032</b> |
| Lucro líquido do exercício             |       | -              | -                   | -              | 485.567                     | 485.567          |
| Destinação do lucro líquido            |       | -              | -                   | -              | -                           | -                |
| Constituição de reserva legal          | 27.3  | -              | -                   | 24.278         | (24.278)                    | -                |
| Dividendos propostos e pagos           | 27.4  | -              | -                   | -              | (393.730)                   | (393.730)        |
| Juros sobre capital próprio            | 27.4  | -              | -                   | -              | (67.559)                    | (67.559)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b> |       | <b>952.492</b> | <b>50.539</b>       | <b>124.279</b> | <b>-</b>                    | <b>1.127.310</b> |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**(em milhares de reais)**

|   | 31/12/2009       | 31/12/2008       |
|---|------------------|------------------|
| <b>Atividades operacionais</b>                            |                  |                  |
| Lucro líquido no exercício                                | 485.567          | 391.787          |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa                | 353.338          | 395.285          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa             | 21.622           | 27.537           |
| Juros e variações monetárias e cambial                    | 39.833           | 137.739          |
| Depreciação e amortizações                                | 126.312          | 116.981          |
| Amortização mais valia do imobilizado                     | 7.348            | 7.348            |
| Perda na desativação e alienação de bens, líquida         | 19.309           | 17.751           |
| Plano de pensão   | (23.496)         | (8.350)          |
| Plano especial de aposentadoria                           | 14.633           | -                |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas    | (41.570)         | 3.496            |
| Amortização de tributos diferidos                         | 96.994           | 63.613           |
| Constituição ativo/passivo regulatório                    | 64.674           | 3.114            |
| Programa de P&D e eficiência energética                   | 27.679           | 26.056           |
| Variações no ativo e passivo                              | (226.315)        | (260.292)        |
| Consumidores  | (62.535)         | (49.880)         |
| Almoxarifado  | (1.335)          | (180)            |
| Tributos a compensar                                      | 8.744            | 2.648            |
| Ativos regulatórios/TUSD-G                                | 45.123           | (81.439)         |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                   | 10.371           | 27.310           |
| Outros créditos   | 11.930           | (5.454)          |
| Imposto de renda e contribuição social pagos              | (122.730)        | (104.911)        |
| Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil) | (110.418)        | (87.393)         |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica             | (6.937)          | 22.353           |
| Tributos a recolher                                       | 124.686          | 119.246          |
| Passivos regulatórios/TUSD-G                              | (88.414)         | (71.536)         |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas    | (445)            | (10.302)         |
| Programa de P&D e eficiência energética                   | (41.941)         | (25.788)         |
| Outros passivos   | 7.586            | 5.034            |
| <b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>         | <b>612.590</b>   | <b>526.780</b>   |
| <b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>      | <b>(292.234)</b> | <b>(275.459)</b> |
| Aquisições de imobilizado                                 | (276.057)        | (267.862)        |
| Aquisições de imobilizado - material em depósito          | (52.084)         | (28.654)         |
| Obrigações especiais                                      | 31.274           | 12.172           |
| Valor de venda do ativo imobilizado                       | 4.633            | 8.885            |
| <b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>     | <b>(246.180)</b> | <b>(203.629)</b> |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos            | (461.314)        | (280.080)        |
| Amortização de empréstimos e debêntures (principal)       | (364.416)        | (47.641)         |
| Amortização de arrendamento mercantil (principal)         | (7.821)          | (4.640)          |
| Captação de empréstimos                                   | 290.169          | 128.732          |
| Captação de debêntures                                    | 297.202          | -                |
| <b>Total dos efeitos nas disponibilidades</b>             | <b>74.176</b>    | <b>47.692</b>    |
| Saldo inicial das disponibilidades                        | 205.020          | 157.328          |
| Saldo final das disponibilidades                          | 279.196          | 205.020          |
| <b>Variação nas disponibilidades</b>                      | <b>74.176</b>    | <b>47.692</b>    |
| <b>Informações Adicionais</b>                             |                  |                  |
| Atividades de investimentos não realizadas em caixa:      |                  |                  |
| Ativo imobilizado - arrendamento mercantil                | 2.226            | 12.777           |
| Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:     |                  |                  |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar          | 210.587          | 223.178          |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**(em milhares de reais)**

|   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2009</b>  | <b>31/12/2008</b>  |
|---|--------------|--------------------|--------------------|
| <b>Receitas</b>                               |              | <b>4.025.915</b>   | <b>3.707.110</b>   |
| Vendas de energia e serviços                  | 28           | 4.034.621          | 3.719.874          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7            | (12.590)           | (18.488)           |
| Outras receitas                               |              | 3.884              | 5.724              |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>        |              | <b>(1.876.659)</b> | <b>(1.723.574)</b> |
| Energia comprada                              | 29           | (1.602.500)        | (1.461.478)        |
| Materiais                                     | 31           | (27.233)           | (26.699)           |
| Serviço de terceiros                          | 32           | (117.296)          | (107.630)          |
| Outros custos operacionais                    |              | (129.630)          | (127.767)          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                 |              | <b>2.149.256</b>   | <b>1.983.536</b>   |
| Depreciação e amortizações                    |              | (133.660)          | (124.329)          |
| <b>Valor adicionado líquido</b>               |              | <b>2.015.596</b>   | <b>1.859.207</b>   |
| Receitas financeiras e variações monetárias   | 34           | 189.038            | 97.213             |
| <b>Valor adicionado a distribuir</b>          |              | <b>2.204.634</b>   | <b>1.956.420</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>       |              | <b>2.204.634</b>   | <b>1.956.420</b>   |
| Pessoal                                       | 30           | 195.609            | 176.930            |
| Impostos, taxas e contribuições               |              | 1.150.746          | 1.011.423          |
| Federais                                      |              | 430.085            | 391.432            |
| Estaduais                                     |              | 720.222            | 619.653            |
| Municipais                                    |              | 439                | 338                |
| Encargos do consumidor e outros               |              | 256.438            | 209.257            |
| Despesas financeiras e variações monetárias   |              | 116.274            | 167.023            |
| Juros sobre capital próprio                   |              | 67.559             | 67.714             |
| Dividendos propostos                          |              | 393.730            | 303.446            |
| Lucros retidos para formação da reserva legal |              | 24.278             | 20.627             |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, tem sua sede à rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de implantar novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O contrato de concessão prevê que todos os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Sociedade e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação que estiver em vigor. Atualmente, não há regulamentação que trata da forma em que ocorrerá a reversão dos bens à União e de como será feito o cálculo de indenização à concessionária.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas as normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL, e as disposições da CVM incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com exceção daqueles emitidos em 2009, que estão sob análise da Sociedade e deverão ser aplicados a partir do exercício de 2010, retroativamente a de 2009, segundo permissão da Deliberação CVM nº 603/09.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008, inclusive no que se refere aos critérios contábeis estabelecidos na Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 que converteu em lei a Medida Provisória nº 449/08 e pronunciamentos técnicos do CPC, emitidos em 2008 e, portanto devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras.

Determinados saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificados para fins de melhor comparabilidade com o exercício de 2009, conforme demonstrado abaixo:

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2008**  
(Em milhares de reais)

| Ativo   | Notas   | 31/12/2008<br>Publicado | Reclassificações | 31/12/2008<br>Reclassificado |
|---|---------|-------------------------|------------------|------------------------------|
| <b>Circulante</b>                                   |         | <b>856.105</b>          | <b>(1.335)</b>   | <b>854.770</b>               |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>         |         | <b>651.085</b>          | <b>(1.335)</b>   | <b>649.750</b>               |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores | (a)     | 499.216                 | (4.536)          | 494.680                      |
| Ativos regulatórios                                 | (a)     | 21.753                  | 16.716           | 38.469                       |
| Outros créditos                                     | (a)/(b) | 35.025                  | (13.515)         | 21.510                       |
| <b>Não circulante</b>                               |         | <b>2.098.898</b>        | <b>(2.226)</b>   | <b>2.096.672</b>             |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                     |         | <b>516.780</b>          | <b>(2.226)</b>   | <b>514.554</b>               |
| Parcelamentos de débitos e supridores               | (a)     | 41.281                  | (1.921)          | 39.360                       |
| Ativos regulatórios                                 | (a)     | 111.549                 | 3.297            | 114.846                      |
| Outros créditos                                     | (a)/(b) | 10.332                  | (3.602)          | 6.730                        |
| <b>Total do Ativo</b>                               |         | <b>2.955.003</b>        | <b>(3.561)</b>   | <b>2.951.442</b>             |
| <b>Passivo</b>                                      |         |                         |                  |                              |
| <b>Circulante</b>                                   |         | <b>1.005.483</b>        | <b>(1.335)</b>   | <b>1.004.148</b>             |
| Debêntures  | (b)     | 203.755                 | (1.335)          | 202.420                      |
| Passivos regulatórios                               | (a)     | 12.710                  | 7.971            | 20.681                       |
| Outros passivos                                     | (a)     | 33.062                  | (7.971)          | 25.091                       |
| <b>Não circulante</b>                               |         | <b>846.488</b>          | <b>(2.226)</b>   | <b>844.262</b>               |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                       |         | <b>846.488</b>          | <b>(2.226)</b>   | <b>844.262</b>               |
| Debêntures  | (b)     | 368.606                 | (2.226)          | 366.380                      |
| <b>Total do Passivo</b>                             |         | <b>2.955.003</b>        | <b>(3.561)</b>   | <b>2.951.442</b>             |

**Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro 2008**  
(Em milhares de reais)

|                                       | Notas | 31/12/2008<br>Publicado | Reclassificações | 31/12/2008<br>Reclassificado |
|---------------------------------------|-------|-------------------------|------------------|------------------------------|
| <b>Custo da operação</b>              |       | <b>(397.676)</b>        | <b>11.044</b>    | <b>(386.632)</b>             |
| Gastos com pessoal                    | (c)   | (135.884)               | 4.283            | (131.601)                    |
| Gastos com serviços de terceiros      | (c)   | (71.819)                | 111              | (71.708)                     |
| Gastos com materiais                  | (c)   | (24.955)                | 80               | (24.875)                     |
| Outras despesas operacionais líquidas | (c)   | (52.086)                | 6.570            | (45.516)                     |
| <b>Lucro operacional bruto</b>        |       | <b>786.206</b>          | <b>11.044</b>    | <b>797.250</b>               |
| <b>Despesas operacionais</b>          |       | <b>(156.154)</b>        | <b>(11.044)</b>  | <b>(167.198)</b>             |
| Despesas com vendas                   | (c)   | (15.058)                | (4.474)          | (19.532)                     |
| Outras despesas operacionais líquidas | (c)   | (70.205)                | (6.570)          | (76.775)                     |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>     |       | <b>391.787</b>          | <b>-</b>         | <b>391.787</b>               |

- (a) A partir de 2009, com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, a Sociedade passa a demonstrar os ativos e passivos regulatórios em rubricas específicas; portanto, para melhor comparabilidade a Sociedade efetuou nos saldos de 2008 a reclassificação dos montantes no ativo circulante de R\$ 4.536 de "Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores" e R\$ 12.180 de "Outros créditos" para "Ativos regulatórios" no total de R\$ 16.716. Os montantes de R\$ 1.921 e R\$ 1.376 foram reclassificados de "Parcelamentos de débitos e supridores" e "Outros créditos", no não circulante, respectivamente para "Ativos regulatórios" no total de R\$ 3.297. No Passivo circulante foi reclassificado o montante de R\$ 7.971 da rubrica de "Outros passivos" para "Passivos regulatórios".

- (b) De acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, foram reclassificados os custos com a emissão das Debêntures, da rubrica de "Outros créditos" no Ativo circulante e não circulante para a rubrica de "Debêntures" no Passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 1.335 e R\$ 2.226 respectivamente.
- (c) Alguns valores relacionados a gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros foram reclassificados entre Custos da operação e Despesas operacionais para adequação da apresentação e melhor comparabilidade com 2009.

## 2.1. Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e Deliberados pela CVM em 2009

Em continuidade ao processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e regulamentação das práticas contábeis, foram editados novos pronunciamentos técnicos com aplicação obrigatória a partir de 2010, de acordo com a Deliberação CVM nº 603/09. Os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos e interpretações estão sendo analisados pela Administração da Sociedade.

A Sociedade já iniciou os trabalhos para aplicação dos referidos pronunciamentos e interpretações e devido a sua elevada complexidade, estes trabalhos ainda se encontram em fase de mensuração, e em avaliação preliminar realizada pela Administração, a regra que pode trazer impactos relevantes é o ICPC 01 Contratos de Concessão. Esta regra muda a forma de apresentação do Ativo Imobilizado, que passa a ser demonstrado em parte como Ativo Financeiro e em parte como Ativo Intangível, e deverá impactar o resultado devido à forma de amortização do intangível e forma de registro de manutenções nos ativos.

Outros pronunciamentos e interpretações técnicas que entrarão em vigor a partir de 2010, e que podem trazer impactos à Sociedade são:

| Pronunciamentos  |
|--|
| CPC 17 - Contratos de Construção                                   |
| CPC 20 - Custos de Empréstimos                                     |
| CPC 21 - Demonstração Intermediária                                |
| CPC 22 - Informações por Segmento                                  |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes    |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis                  |
| CPC 27 - Ativo Imobilizado   |
| CPC 30 - Receitas  |
| CPC 32 - Tributos sobre o Lucro                                    |
| CPC 33 - Benefícios a Empregados                                   |
| CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade |
| CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração     |
| CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação                    |
| CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação                    |
| CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos               |
| CPC 15 a 40  |

| Interpretações   |
|--|
| ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil  |
| ICPC 04 - Alcance do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações   |
| ICPC 05 - Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria                                  |
| ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos  |
| ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial |
| ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento CPCs 27, 28, 37 e 43                        |

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. Práticas contábeis gerais

##### a. Disponibilidades

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo (vide nota 5).

##### b. Contas a receber

As contas a receber referem-se principalmente ao fornecimento de energia elétrica para os consumidores e incluem valores faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência (vide nota 6).

##### c. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor de realização ou reposição. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo imobilizado e os destinados para manutenção são classificados no ativo circulante.

##### d. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 13).

##### e. Imobilizado (vide nota 14)

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição dos materiais e equipamentos, acrescido dos custos necessários ao início de operação ou utilização do ativo, e encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação. O imobilizado é deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, baseada em taxas que estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE e Resolução Normativa da ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o CPC 06 – Arrendamento Mercantil.

A parcela do ágio referente à mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos, e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

As obrigações especiais, demonstradas como redutoras do ativo imobilizado, são registradas pelo valor recebido de consumidores e União, e de acordo com a regulamentação da ANEEL são amortizadas pela taxa média do ativo imobilizado em serviço.

##### f. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

De acordo com o CPC 01 (Deliberação CVM nº 527/08) a Sociedade efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização e que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

##### g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, as alíquotas básicas são de 25% e 9% respectivamente. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças

temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 20 e 35). Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

#### **h. PIS e COFINS**

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de 22 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia.

#### **i. Estimativas contábeis**

A Sociedade determina e registra determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas estimativas estão relacionadas principalmente a contas a receber não faturadas, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para ações judiciais, provisão do plano de pensão e provisão do plano especial de aposentadoria. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados e para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

#### **j. Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial, por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras.

#### **k. Ajuste a valor presente**

De acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, a Sociedade analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

#### **l. Plano de pensão**

A Sociedade contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados, de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 37).

#### **m. Plano especial de aposentadoria**

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões, de forma consistente ao Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 25).

#### **n. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

**o. Lucro líquido do exercício por ação**

É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço (vide nota 27.1).

**p. Fluxo de caixa**

A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao MCSE e de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa aprovado pela Deliberação CVM nº 547/08.

**q. Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do valor adicionado é elaborada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08, e em atendimento ao MCSE, e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

**3.2. Práticas contábeis específicas****a. Ativos e passivos regulatórios**

Em conformidade com a legislação em vigor, extensa regulamentação emitida pela ANEEL através de diversos atos e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade reconhece no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária (vide nota 8).

**b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o MCSE, e bem como legislação tributária, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis (vide nota 7).

**c. Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

As operações de compra e venda de energia elétrica realizadas por intermédio da CCEE e os Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são contabilizados de acordo com a competência, com base em estimativas elaboradas pela Administração da Sociedade e ajustadas após dois meses com base em relatórios reais disponibilizados pela CCEE. Os valores estimados pela Sociedade para fins de contabilização se aproximam dos valores reais fornecidos posteriormente pela CCEE.

**4. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO****4.1. Revisão tarifária periódica de 2007**

Em 27 de agosto de 2007 ocorreu a revisão tarifária periódica divulgada e homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, que implicou uma redução média das tarifas de 18,59% a partir daquela data. Alguns parâmetros utilizados no cálculo da revisão tarifária de 2007 foram determinados em caráter provisório para todas as distribuidoras de energia elétrica do país. No caso da Elektro estavam em processo de revisão por parte da ANEEL os custos operacionais eficientes (também denominados como “Empresa de Referência”) e o “Fator X”, que visa a compartilhar ganhos de produtividade com os consumidores.

A Diretoria da ANEEL, em reunião realizada em 4 de agosto de 2009, determinou os valores definitivos para esses parâmetros, resultando em uma redução de 5,55% nos valores considerados na Empresa de Referência, e redução do Fator X de 1,3% para 0,4%. A revisão tarifária definitiva determinou uma redução média de 20,52% nas tarifas da Elektro, ao invés de 18,59% proveniente da revisão tarifária de 2007, sendo a diferença considerada desde 27 de agosto de 2007. A redução foi incluída na tarifa da Elektro como componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2009, a ser revertido em modicidade tarifária o excesso faturado no período de 27 de agosto de 2007 a 26 de agosto de 2009. Conforme dados divulgados pela ANEEL, por meio da Nota

Técnica nº 267/2009, a devolução para os consumidores via tarifa ocorrerá até 26 de agosto de 2010.

Conforme o exposto acima e de acordo com o princípio da competência, a Elektro registrou, em 31 de agosto de 2009, como passivo regulatório, no passivo circulante, o valor de R\$ 55.808 em contrapartida à receita operacional. Este passivo será amortizado até 26 de agosto de 2010, de acordo com a devolução dos valores aos consumidores. O saldo atual registrado no passivo circulante, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 36.493 (vide nota 8).

#### 4.2. Reajuste tarifário de 2009

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação, pelos consumidores, de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária vai alcançando. Para a Elektro, este reajuste ocorre anualmente no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 874, de 25 de agosto de 2009, e da Nota Técnica nº 284, de 18 de agosto de 2009, homologou o reajuste contratual anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 12,19%, composto por 7,58% relativo ao reajuste tarifário anual e 4,61% relativo a componentes financeiros adicionais. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito percebido pelos consumidores é de 4,98% em média, sendo válido para os faturamentos a partir de 27 de agosto de 2009.

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a exigência do MCSE, a Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das aplicações financeiras:

| Ano        |                |                |
|------------|----------------|----------------|
| Vencimento | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
| 2009       | -              | 47.436         |
| 2010       | 162.900        | 154.225        |
| 2011       | 114.044        | -              |
| Total      | <u>276.944</u> | <u>201.661</u> |

Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixado), incluindo Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,8% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. A Administração entende que tais aplicações não estão sujeitas a riscos significantes de mudança de valor (vide nota 39 – Instrumentos Financeiros, inclusive quanto à política da Sociedade relacionada a derivativos).



**6. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES**

|                         | 31/12/2009     |               |               |                | 31/12/2008     |               |               |                |
|-------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
|                         | A Vencer       | Vencidos      |               | Total          | A Vencer       | Vencidos      |               | Total          |
|                         |                | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                |                | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                |
| Fornecimento            | 148.330        | 86.316        | 18.716        | 253.362        | 131.965        | 83.135        | 18.330        | 233.430        |
| Residencial             | 70.697         | 56.145        | 4.260         | 131.102        | 64.473         | 54.034        | 3.834         | 122.341        |
| Industrial              | 23.228         | 10.818        | 8.189         | 42.235         | 19.857         | 10.350        | 9.599         | 39.806         |
| Comercial               | 22.761         | 12.930        | 2.402         | 38.093         | 18.761         | 12.238        | 1.772         | 32.771         |
| Rural                   | 6.297          | 3.418         | 330           | 10.045         | 6.386          | 3.780         | 281           | 10.447         |
| Poder público           | 9.190          | 1.032         | 337           | 10.559         | 7.999          | 890           | 58            | 8.947          |
| Iluminação pública      | 9.306          | 756           | 3.120         | 13.182         | 8.294          | 721           | 2.761         | 11.776         |
| Serviço público         | 6.851          | 1.217         | 78            | 8.146          | 6.195          | 1.122         | 25            | 7.342          |
| Outras contas a receber | 312.749        | 2.724         | 6.374         | 321.847        | 292.509        | 3.903         | 4.198         | 300.610        |
| Parcelamentos débitos   | 46.851         | 2.724         | 6.374         | 55.949         | 51.647         | 3.903         | 4.198         | 59.748         |
| Receita não faturada    | 227.222        | -             | -             | 227.222        | 205.438        | -             | -             | 205.438        |
| Supridores              | 23.852         | -             | -             | 23.852         | 29.106         | -             | -             | 29.106         |
| Outros                  | 14.824         | -             | -             | 14.824         | 6.318          | -             | -             | 6.318          |
| <b>Total</b>            | <b>461.079</b> | <b>89.040</b> | <b>25.090</b> | <b>575.209</b> | <b>424.474</b> | <b>87.038</b> | <b>22.528</b> | <b>534.040</b> |
| Circulante              | 418.863        | 89.040        | 25.090        | 532.993        | 385.114        | 87.038        | 22.528        | 494.680        |
| Não circulante          | 42.216         | -             | -             | 42.216         | 39.360         | -             | -             | 39.360         |

Em 31 de dezembro de 2009, do montante de R\$ 23.852 classificado como Supridores, R\$ 20.057, registrados no ativo não circulante, referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

**7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição por classe:

|   | 31/12/2008    | Adições /     |                 | 31/12/2009    |
|---|---------------|---------------|-----------------|---------------|
|   |               | Reversões     | Baixas          |               |
| Residencial                                   | 5.678         | 12.207        | (11.972)        | 5.913         |
| Industrial                                    | 7.200         | 2.579         | (5.637)         | 4.142         |
| Comercial                                     | 2.248         | 3.637         | (2.665)         | 3.220         |
| Rural   | 607           | 704           | (536)           | 775           |
| Poder público (federal, estadual e municipal) | 1.044         | 751           | (469)           | 1.326         |
| Iluminação pública                            | 4.742         | 181           | (79)            | 4.844         |
| Parcelamentos de prefeituras                  | 17.049        | 1.149         | (8)             | 18.190        |
| Parcelamento privado                          | 5.088         | 414           |                 | 5.502         |
| <b>Total</b>                                  | <b>43.656</b> | <b>21.622</b> | <b>(21.366)</b> | <b>43.912</b> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o MCSE e a Administração da Sociedade a considera adequada para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

**8. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS**

|   | Notas | 31/12/2009      |                 |                  | 31/12/2008      |                 |                 |
|---|-------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|   |       | Circulante      | Não Circulante  | Total            | Circulante      | Não Circulante  | Total           |
| <b>Ativos</b>   |       | <b>130.048</b>  | <b>59.902</b>   | <b>189.950</b>   | <b>38.469</b>   | <b>114.846</b>  | <b>153.315</b>  |
| CVA   | 8.1   | 112.801         | 42.735          | 155.536          | 7.856           | 99.130          | 106.986         |
| RTE   | 8.2   | 3.225           | 10.382          | 13.607           | 5.336           | 12.419          | 17.755          |
| Diferença de aliquotas e Recomposição de PIS e COFINS | 8.3   | 7.580           | -               | 7.580            | 2.268           | -               | 2.268           |
| Baixa renda   | 8.4   | 2.974           | -               | 2.974            | -               | -               | -               |
| Ativo regulatório com transmissoras                   | 8.5   | -               | -               | -                | 6.293           | -               | 6.293           |
| Ativo de Revisão Tarifária 2007                       | 8.6   | -               | -               | -                | 12.180          | -               | 12.180          |
| Outros ativos regulatórios                            |       | 3.468           | 6.785           | 10.253           | 4.536           | 3.297           | 7.833           |
| <b>Passivos</b>                                       |       | <b>(45.303)</b> | <b>(59.697)</b> | <b>(105.000)</b> | <b>(20.681)</b> | <b>(57.374)</b> | <b>(78.055)</b> |
| Energia livre   | 8.2   | (6.041)         | (12.945)        | (18.986)         | (5.473)         | (15.484)        | (20.957)        |
| Baixa renda   | 8.4   | (599)           | (46.534)        | (47.133)         | (944)           | (41.890)        | (42.834)        |
| Passivo regulatório com transmissoras                 | 8.5   | -               | -               | -                | (6.293)         | -               | (6.293)         |
| Passivo de Revisão Tarifária 2007                     | 8.6   | (36.493)        | -               | (36.493)         | -               | -               | -               |
| Outros passivos regulatórios                          |       | (2.170)         | (218)           | (2.388)          | (7.971)         | -               | (7.971)         |
| <b>Total Ativos e Passivos</b>                        |       | <b>84.745</b>   | <b>205</b>      | <b>84.950</b>    | <b>17.788</b>   | <b>57.472</b>   | <b>75.260</b>   |

**8.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA**

Por meio da Portaria Interministerial 025/2002, dos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, foi estabelecido o mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis (Parcela A), incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são obtidas pela diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários.

O quadro abaixo demonstra os saldos de CVA, referentes às variações entre os custos previstos na tarifa em períodos anteriores e os custos efetivamente incorridos pela Elektro:

|   | 31/12/2009      |                |                 | 31/12/2008      |               |                |
|---|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|
|   | CVA 08/09 (i)   | CVA 09/10 (ii) | Total           | CVA 07/08 (iii) | CVA 08/09 (i) | Total          |
| <b>Principal</b>                          |                 |                |                 |                 |               |                |
| Energia comprada                          | 90.491          | 13.768         | 104.259         | (28.147)        | 42.647        | 14.500         |
| Encargos de serviço de sistema - ESS      | 24.913          | (1.522)        | 23.391          | 26.609          | 19.886        | 46.495         |
| PROINFA                                   | 18.830          | -              | 18.830          | 7.085           | -             | 7.085          |
| Uso da rede básica                        | 11.601          | 5.764          | 17.365          | (1.755)         | 11.668        | 9.913          |
| Conta de consumo de combustível - CCC     | 14.602          | 21.769         | 36.371          | 5.591           | 24.747        | 30.338         |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 10.226          | 2.956          | 13.182          | 1.909           | 182           | 2.091          |
| <b>Total do valor principal corrigido</b> | <b>170.663</b>  | <b>42.735</b>  | <b>213.398</b>  | <b>11.292</b>   | <b>99.130</b> | <b>110.422</b> |
| <b>Amortização</b>                        |                 |                |                 |                 |               |                |
| Energia comprada                          | (30.285)        | -              | (30.285)        | 10.459          | -             | 10.459         |
| Encargos de serviço de sistema - ESS      | (8.252)         | -              | (8.252)         | (9.074)         | -             | (9.074)        |
| PROINFA                                   | (6.571)         | -              | (6.571)         | (2.635)         | -             | (2.635)        |
| Uso da rede básica                        | (4.083)         | -              | (4.083)         | 633             | -             | 633            |
| Conta de consumo de combustível - CCC     | (5.100)         | -              | (5.100)         | (2.108)         | -             | (2.108)        |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | (3.571)         | -              | (3.571)         | (711)           | -             | (711)          |
| <b>Total amortização</b>                  | <b>(57.862)</b> | <b>-</b>       | <b>(57.862)</b> | <b>(3.436)</b>  | <b>-</b>      | <b>(3.436)</b> |
| <b>Total</b>                              | <b>112.801</b>  | <b>42.735</b>  | <b>155.536</b>  | <b>7.856</b>    | <b>99.130</b> | <b>106.986</b> |
| <b>Ativo circulante</b>                   | <b>112.801</b>  | <b>-</b>       | <b>112.801</b>  | <b>7.856</b>    | <b>-</b>      | <b>7.856</b>   |
| <b>Ativo não circulante</b>               | <b>-</b>        | <b>42.735</b>  | <b>42.735</b>   | <b>-</b>        | <b>99.130</b> | <b>99.130</b>  |

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (ciclo atual)

(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2007 a 26 de agosto de 2008

Por meio da Resolução Homologatória nº 874, de 25 de agosto de 2009, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009. Os valores homologados passaram a ser amortizados desde 27 de agosto de 2009 e tem previsão de término para 26 de agosto de 2010, sendo que o saldo é atualizado pela taxa de juros Selic.

A CVA referente ao período de 27 de agosto a 31 de dezembro de 2009 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação e regras específicas em vigor e, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.877/08 deverá ser fiscalizada por auditoria independente e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em 27 de agosto de 2010, data de início da amortização quando deverá ocorrer a incorporação desses valores nas tarifas de fornecimento.

## **8.2. RTE - Recuperação das perdas de receita e Energia Livre**

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL na Resolução Normativa nº 01/2004, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu pela cobrança do valor em 52 meses, aplicando para a Elektro os adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, que prevê o recebimento dos respectivos montantes envolvidos, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados nessa conta em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 3.225 no ativo circulante e R\$ 10.382 no ativo não circulante (R\$ 5.336 no ativo circulante e R\$ 12.419 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2008), estão sendo amortizados nos faturamentos desde o reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes a energia livre em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 6.041 no passivo circulante e R\$ 12.945 no passivo não circulante (R\$ 5.473 no passivo circulante e R\$ 15.484 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2008), devido às geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE daqueles municípios. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL nº 2.027/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

## **8.3. Diferenças de Alíquotas e Recomposição de PIS E COFINS**

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas dos respectivos tributos diretamente na fatura do consumidor. As diferenças entre a majoração das alíquotas e as que estavam sendo consideradas nas tarifas foram contabilizadas como ativo regulatório no ativo circulante no montante de R\$ 7.580 (R\$ 328 negativo em 31 de dezembro de 2008).

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS ocorrida após a mudança da legislação de cumulativo para não cumulativo, momento em que não havia repasse direto às tarifas cobradas dos consumidores. O montante de R\$ 2.596, que ainda havia registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2008, foi totalmente amortizado em 2009.

## **8.4. Devolução Baixa Renda – Modicidade Tarifária e Subsídio**

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, tem sido oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes. Os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento foram definidos pela ANEEL na Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002.

Através da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL aprovou o montante de R\$ 48.083, que foi registrado no passivo circulante e foi amortizado integralmente com base nos faturamentos entre 27 de agosto de 2007 e 26 de agosto de 2008. O saldo do passivo circulante de R\$ 599 (R\$ 944 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a diferenças do valor homologado naquele período e dos valores que foram devolvidos nos faturamentos até 27 de agosto

de 2009. O saldo de R\$ 46.534 (R\$ 41.890 em 31 de dezembro de 2008) que permanece registrado no passivo não circulante encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

A partir do reajuste tarifário de agosto de 2008, efetivado pela Resolução Homologatória nº 701/08, a ANEEL retirou o subsídio baixa renda da estrutura tarifária e passou a considerá-lo como componente financeiro. Dessa forma, a Elektro está apurando o subsídio efetivamente dado aos consumidores baixa renda a cada faturamento, e irá compensar com o componente financeiro incluso na tarifa. O saldo de R\$ 2.974, em 31 de dezembro de 2009, refere-se ao componente financeiro positivo no valor de R\$ 4.517, concedido no reajuste tarifário de 2009, referente à diferença apurada entre o valor do subsídio recebido e o efetivamente concedido aos clientes baixa renda, esse montante está registrado na rubrica de Ativos regulatórios no Ativo circulante.

#### **8.5. Custo do uso do sistema de transmissão (CUST)**

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuíam um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido à redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras), que tiveram esses valores contemplados em suas tarifas como custo na Parcela A no período anterior à revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular nº 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo das distribuidoras foi amortizado em vinte e quatro meses, sendo que cinquenta por cento foram amortizados no ciclo 2007-2008 e o restante no ciclo 2008-2009.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores e, portanto, está sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual foi deduzido desde o último reajuste tarifário seguindo o mesmo cronograma de amortização do ativo, ou seja, até agosto de 2009.

A Elektro registrou, tanto no ativo quanto no passivo, o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária e integralmente repassado aos consumidores até agosto de 2009, assim como a redução dos valores pagos de CUST.

#### **8.6. Revisão tarifária de 2007**

O valor de R\$ 12.180 registrado no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2008, refere-se ao Recurso Administrativo protocolado pela Elektro junto à ANEEL em 10 de setembro de 2007, que solicitava, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória que não foram considerados pelo regulador e a revisão dos cálculos de custos adicionais e componentes menores.

Em 27 de agosto de 2008, esse recurso foi atendido parcialmente, e para compensar o ciclo anterior no qual as tarifas da Elektro estavam menores, a ANEEL incluiu na tarifa da Elektro, para o ciclo tarifário 2008/2009, um componente financeiro positivo no montante de R\$ 15.507 que foi amortizado nos faturamentos até 26 de agosto de 2009.

Em 31 de agosto de 2009, foi registrado como passivo regulatório, no passivo circulante, o valor de R\$ 55.808, referente à conclusão da revisão tarifária de 2007, ocorrida em 2009. Este passivo está sendo amortizado desde o reajuste tarifário de 27 de agosto de 2009 e o saldo atual em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 36.493 (vide nota 4.1).

### **9. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G**

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova

Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à companhia transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

#### **Petrobras**

No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67/04, e desde julho de 2004, essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497/07 determinou nova tarifa TUSD-G, inferior à praticada no contrato então existente com a usina, resultando na obrigação de devolução, pela Elektro, das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro e totalmente amortizados nos ciclos 2007/2008 e 2008/2009.

#### **AES-Tietê e CESP**

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL.

#### **Duke**

Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009. O faturamento está sendo efetuado a partir de julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo (R\$ 3.581 em 31 de dezembro de 2009) são os valores que a Duke entende como controversos e permanecem no contas a receber de TUSD-G. Em caso de julgamento definitivo do recurso

interposto pela Duke e sendo favorável a esta Geradora, a Elektro recorrerá à ANEEL de forma a manter o equilíbrio econômico/financeiro do contrato.

Em função do descrito acima, em 31 de dezembro de 2009 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

| Ativo  | Notas | 31/12/2008    | Ingresso       | Correção      | Recebimento     | 31/12/2009     |
|--|-------|---------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|
| AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08                      | (a)   | 33.333        | 12.167         | 7.985         | (17.366)        | 36.119         |
| CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08                      | (a)   | 6.574         | 31.137         | 9.964         | (15.477)        | 32.198         |
| Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09                               | (a)   | -             | 62.261         | 1.864         | (8.667)         | 55.458         |
| Ativo regulatório (Petrobras - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07) | (b)   | 5.528         | -              | -             | (5.528)         | -              |
| <b>Total Ativo</b>   |       | <b>45.435</b> | <b>105.565</b> | <b>19.813</b> | <b>(47.038)</b> | <b>123.775</b> |
| Circulante   |       | 13.722        |                |               |                 | 62.641         |
| Não circulante   |       | 31.713        |                |               |                 | 61.134         |

| Passivo  | Notas | 31/12/2008    | Ingresso       | Correção      | Pagamento       | 31/12/2009     |
|--|-------|---------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|
| CTEEP  | (c)   | 38.206        | -              | 7.155         | (14.730)        | 30.631         |
| Petrobras - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07 | (b)   | 6.346         | -              | -             | (6.346)         | -              |
| Passivo regulatório                            | (d)   | -             | 123.815        | 14.800        | (22.360)        | 116.255        |
| <b>Total Passivo</b>                           |       | <b>44.552</b> | <b>123.815</b> | <b>21.955</b> | <b>(43.436)</b> | <b>146.886</b> |
| Circulante                                     |       | 12.839        |                |               |                 | 59.090         |
| Não circulante                                 |       | 31.713        |                |               |                 | 87.796         |

- (a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida, Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP e Decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e a Duke.
- (b) O saldo no ativo de R\$ 5.528, em 31 de dezembro de 2008, foi integralmente amortizado pelos faturamentos até agosto de 2009. O saldo registrado no passivo, de R\$ 6.346, em 31 de dezembro de 2008, foi pago até setembro de 2009 para a Petrobras, conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.
- (c) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.
- (d) Valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e que serão devolvidos aos consumidores também via tarifa, no máximo em 36 meses. No reajuste de 27 de agosto de 2009 a ANEEL homologou o passivo regulatório relativo à TUSD-G a ser devolvido para os consumidores, considerando para o ciclo de 2009/2010 o montante de R\$ 64.237.

**10. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR**

|  | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|--|------------|------------|
| Tributos a compensar                                       | 72.177     | 80.920     |
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido | 15.817     | 10.797     |
| Impostos e contribuições retidos na fonte                  | 2.213      | 1.648      |
| ICMS a recuperar   | 40.077     | 44.254     |
| PIS e COFINS a recuperar                                   | 14.070     | 24.221     |
| Tributos diferidos   | 237.414    | 334.409    |
| IR sobre prejuízos fiscais                                 | 37.196     | 72.078     |
| CSLL sobre base negativa                                   | 12.633     | 27.589     |
| IR e CS sobre diferenças temporárias                       | 31.401     | 62.444     |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa              | 10.527     | 14.682     |
| CVA  | -          | 12.212     |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias, liquidas     | 13.654     | 10.629     |
| Plano especial de aposentadoria                            | 4.975      | -          |
| Provisão PIS/COFINS - Liminar                              | -          | 23.302     |
| Outras   | 2.245      | 1.619      |
| Benefício fiscal do ágio incorporado                       | 156.184    | 172.298    |
| Total  | 309.591    | 415.329    |
| Ativo circulante   | 106.719    | 105.135    |
| Ativo não circulante                                       | 202.872    | 310.194    |

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses.

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2010.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 e dezembro de 2009 é como segue:

| Ano         | 31/12/2009 |
|-------------|------------|
| 2010        | 60.637     |
| 2011        | 51.819     |
| 2012        | 13.207     |
| 2013        | 13.112     |
| 2014        | 13.472     |
| 2015 a 2017 | 30.049     |
| 2018 a 2020 | 22.384     |
| 2021 a 2023 | 16.245     |
| 2024 a 2026 | 11.100     |
| 2027 a 2028 | 5.389      |
| Total       | 237.414    |



Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

## 11. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDB's, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,3% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significante de perda de valor porém estão caucionadas conforme quadro abaixo:

|  | 31/12/2009 |                | 31/12/2008 |                |
|--|------------|----------------|------------|----------------|
|  | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Dívidas:   |            |                |            |                |
| Eletrobrás (Luz para Todos) (i)                    | 248        | -              | 232        | -              |
| Debêntures (ii)                                    | 2.021      | -              | 4.824      | -              |
| Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (iii) | 2.362      | 10.952         | 9.090      | 11.711         |
| Fundo Educacional (iv)                             | 1.106      | -              | 1.421      | -              |
| Outros   | 388        | -              | 170        | -              |
| Total  | 6.125      | 10.952         | 15.737     | 11.711         |

- (i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobertura do próximo pagamento de juros.
- (iii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para participações em Leilões de compra de energia no curto prazo.
- (iv) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O montante atualizado de R\$ 41.839, em 31 de Dezembro de 2009, refere-se ao depósito judicial no valor de R\$ 24.906 efetuado, em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir (vide nota 26.1).

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação.

Os demais depósitos judiciais efetuados pela Sociedade estão demonstrados como redutores da conta de "Provisão para ações judiciais, líquidas" de acordo com a regra estabelecida pela Deliberação CVM nº 489/05.

**13. INVESTIMENTOS**

|              | 31/12/2009   | 31/12/2008   |
|--------------|--------------|--------------|
| Terrenos     | 4.264        | 4.264        |
| Edificações  | 61           | 70           |
| <b>Total</b> | <b>4.325</b> | <b>4.334</b> |

Do montante de R\$ 4.264 registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. O saldo de R\$ 61 referente a Edificações está líquido de depreciação.

**14. IMOBILIZADO**

|   | Taxas Anuais Deprec / Amortiz | 31/12/2009       |                                      |                  | 31/12/2008       |                                      |                  |
|---|-------------------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|
|   |                               | Custo            | Depreciação e amortização acumuladas | Líquido          | Custo            | Depreciação e amortização acumuladas | Líquido          |
| Imobilizado em serviço                              |                               | 3.146.925        | (1.383.863)                          | 1.763.062        | 2.921.281        | (1.276.794)                          | 1.644.487        |
| Distribuição  |                               | 3.047.599        | (1.340.108)                          | 1.707.491        | 2.826.719        | (1.241.316)                          | 1.585.403        |
| Linhas, Redes e Subestações de Distribuição         |                               | 2.648.899        | (1.200.934)                          | 1.447.965        | 2.483.907        | (1.111.678)                          | 1.372.229        |
| Terrenos  | -                             | 3.886            | -                                    | 3.886            | 4.151            | -                                    | 4.151            |
| Edificações, obras civis e benfeitorias             | 2,0 a 5,0%                    | 28.533           | (15.139)                             | 13.394           | 30.265           | (15.391)                             | 14.874           |
| Máquinas e equipamentos                             | 2,0 a 7,7%                    | 2.567.756        | (1.162.011)                          | 1.405.745        | 2.407.249        | (1.071.984)                          | 1.335.265        |
| Veículos  | 20,0%                         | 39.832           | (19.069)                             | 20.763           | 32.255           | (18.702)                             | 13.553           |
| Móveis e utensílios                                 | 10,0%                         | 8.892            | (4.715)                              | 4.177            | 9.987            | (5.601)                              | 4.386            |
| Sistema de Transmissão Associado a Distribuição     |                               | 398.700          | (139.174)                            | 259.526          | 342.812          | (129.638)                            | 213.174          |
| Terrenos  | -                             | 9.711            | -                                    | 9.711            | 8.962            | -                                    | 8.962            |
| Edificações, Obras                                  | 2,0 a 5,0%                    | 19.976           | (11.988)                             | 7.988            | 18.958           | (11.321)                             | 7.637            |
| Máquinas e Equipamentos                             | 2,0 a 7,7%                    | 368.807          | (127.004)                            | 241.803          | 314.651          | (118.114)                            | 196.537          |
| Móveis e Utensílios                                 | 10,0%                         | 206              | (182)                                | 24               | 241              | (203)                                | 38               |
| Administração central                               |                               | 99.326           | (43.755)                             | 55.571           | 94.562           | (35.478)                             | 59.084           |
| Terrenos  | -                             | 223              | -                                    | 223              | 223              | -                                    | 223              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias             | 2,0 a 5,0%                    | 13.288           | (2.770)                              | 10.518           | 13.289           | (2.238)                              | 11.051           |
| Edif., obras civis e benf. - Arrendamento mercantil | 2,0 a 5,0%                    | 19.638           | (10.863)                             | 8.775            | 17.615           | (9.010)                              | 8.605            |
| Máquinas e equipamentos                             | 2,0 a 7,7%                    | 12.263           | (5.072)                              | 7.191            | 11.945           | (4.299)                              | 7.646            |
| Veículos  | 20,0%                         | 6.818            | (5.763)                              | 1.055            | 6.418            | (5.241)                              | 1.177            |
| Veículos - Arrendamento mercantil                   | 20,0%                         | 13.940           | (6.307)                              | 7.633            | 13.660           | (3.161)                              | 10.499           |
| Móveis e utensílios                                 | 10,0%                         | 22.965           | (10.464)                             | 12.501           | 21.221           | (10.167)                             | 11.054           |
| Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil        | 10,0%                         | 10.191           | (2.516)                              | 7.675            | 10.191           | (1.362)                              | 8.829            |
| Atividades não vinculadas à concessão               |                               |                  |                                      |                  |                  |                                      |                  |
| Mais-valia do ativo imobilizado                     | 5,0%                          | 146.954          | (80.868)                             | 66.086           | 146.954          | (73.522)                             | 73.432           |
| Imobilizado em curso                                |                               | 174.753          | -                                    | 174.753          | 141.033          | -                                    | 141.033          |
| Obras   |                               | 116.014          | -                                    | 116.014          | 89.643           | -                                    | 89.643           |
| Almoxarifados                                       |                               | 53.946           | -                                    | 53.946           | 46.972           | -                                    | 46.972           |
| Compras em andamento                                |                               | 153              | -                                    | 153              | 153              | -                                    | 153              |
| Materiais em reparo                                 |                               | 4.640            | -                                    | 4.640            | 4.265            | -                                    | 4.265            |
| Obrigações especiais                                |                               | (372.858)        | 36.692                               | (336.166)        | (341.582)        | 20.518                               | (321.064)        |
| <b>Total</b>  |                               | <b>3.095.774</b> | <b>(1.428.039)</b>                   | <b>1.667.735</b> | <b>2.867.686</b> | <b>(1.329.798)</b>                   | <b>1.537.888</b> |
| Saldo dos bens totalmente depreciados               |                               | <b>326.754</b>   |                                      |                  | <b>251.987</b>   |                                      |                  |

A mutação do saldo do Imobilizado está demonstrada a seguir:

|   | 31/12/2008  | Adições   | Transferências | Baixas   | 31/12/2009  |
|---|-------------|-----------|----------------|----------|-------------|
| Imobilizado em serviço                                    | 1.644.487   | (138.362) | 277.525        | (20.588) | 1.763.062   |
| Distribuição  | 1.585.404   | (129.930) | 272.435        | (20.418) | 1.707.491   |
| Linhas, Redes e Subestações de Distribuição               | 1.372.230   | (119.801) | 214.363        | (18.827) | 1.447.965   |
| Imobilizado em serviço                                    | 2.483.908   | -         | 214.363        | (49.373) | 2.648.898   |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (1.111.678) | (119.801) | -              | 30.546   | (1.200.933) |
| Linhas de Transmissão Associada                           | 213.174     | (10.129)  | 58.072         | (1.591)  | 259.526     |
| Imobilizado em serviço                                    | 342.812     | -         | 58.072         | (2.184)  | 398.700     |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (129.638)   | (10.129)  | -              | 593      | (139.174)   |
| Administração Central                                     | 59.083      | (8.432)   | 5.090          | (170)    | 55.571      |
| Imobilizado em serviço                                    | 94.561      | 2.303     | 5.090          | (2.628)  | 99.326      |
| (-) Depreciação acumulada                                 | (35.478)    | (10.735)  | -              | 2.458    | (43.755)    |
| Imobilizado em curso                                      | 141.033     | 311.961   | (278.241)      | -        | 174.753     |
| Atividades não vinculadas à concessão                     | 73.432      | (7.346)   | -              | -        | 66.086      |
| Mais-valia do ativo imobilizado                           | 146.954     | -         | -              | -        | 146.954     |
| (-) Amortização Acumulada Mais-valia do ativo imobilizado | (73.522)    | (7.346)   | -              | -        | (80.868)    |
| Obrigações especiais                                      | (321.064)   | (15.102)  | -              | -        | (336.166)   |
| Obrigações especiais                                      | (341.582)   | (31.276)  | -              | -        | (372.858)   |
| (-) Amortização Acumulada                                 | 20.518      | 16.174    | -              | -        | 36.692      |
| Total   | 1.537.888   | 151.151   | (716)          | (20.588) | 1.667.735   |

A parcela do ágio referente à mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda. ocorrida em 21 de dezembro de 1998.

#### 14.1. Obrigações Especiais

|   | 31/12/2009 |                       |           | 31/12/2008 |                       |           |
|---|------------|-----------------------|-----------|------------|-----------------------|-----------|
|   | Custo      | Amortização acumulada | Líquido   | Custo      | Amortização acumulada | Líquido   |
| Participação da União                   | (31.385)   | 2.924                 | (28.461)  | (27.208)   | 1.604                 | (25.604)  |
| Participação do consumidor              | (214.886)  | 22.196                | (192.690) | (189.922)  | 13.165                | (176.757) |
| Doações e subvenções para investimentos | (122.575)  | 11.218                | (111.357) | (121.042)  | 5.561                 | (115.481) |
| Pesquisa e desenvolvimento              | (4.012)    | 354                   | (3.658)   | (3.410)    | 188                   | (3.222)   |
| Total                                   | (372.858)  | 36.692                | (336.166) | (341.582)  | 20.518                | (321.064) |

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

O saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que representa a taxa média de depreciação da conta de máquinas e equipamentos.

#### 14.2. Programa de Universalização (\*)

Em cumprimento a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA, a Sociedade efetuou a ligação de 106.953 clientes até 2009.

Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar energia elétrica para o meio rural e, através desse programa, a Sociedade efetuou a ligação de 7.564 novos clientes em 2009 com 264 ligações acima da meta para o ano, e tem a meta de ligar mais 7.300 clientes em 2010.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores previstos nos contratos do Programa Luz para Todos, e os valores efetivamente liberados e comprovados junto à Eletrobrás e que passaram a integrar o imobilizado em serviço da Sociedade, até a data de 31 de dezembro de 2009.

| Contratos                     |                    |              | Recursos próprios |                             | Recursos de terceiros<br>(Obrigações especiais) |                     | Total          |
|-------------------------------|--------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|---|---------------------|----------------|
| Referência                    | Data<br>assinatura | Situação     | Eletrobrás<br>RGR | Recursos não<br>financiados | Eletrobrás<br>CDE                               | Governo<br>Estadual |                |
| 1ª Tranche - ECFS 044/2004 MS | 22/09/2004         | Finalizado   | 1.278             | 483                         | 1.461   | -                   | 3.222          |
| 1ª Tranche - ECFS 025/2004 SP | 01/06/2004         | Finalizado   | 14.648            | 4.309                       | 9.766   | -                   | 28.723         |
| 2ª Tranche - ECFS 134/2006 MS | 04/01/2006         | Finalizado   | 1.225             | 463                         | 1.400   | -                   | 3.088          |
| 2ª Tranche - ECFS 126/2006 SP | 11/01/2006         | Finalizado   | 33.123            | 9.742                       | 22.082  | -                   | 64.947         |
| 3ª Tranche - ECFS 179/2007 SP | 30/07/2007         | Finalizado   | 36.502            | 6.442                       | -   | -                   | 42.944         |
| 3ª Tranche - ECFS 222/2008 MS | 20/06/2008         | em Andamento | 906               | 2.827                       | 1.036   | -                   | 4.769          |
| 4ª Tranche - ECFS 231/2008 SP |                    | em Andamento | 29.813            | 6.070                       | 4.587   | -                   | 40.470         |
| 5ª Tranche - ECFS 260/2009 SP |                    | em Andamento | 31.786            | 6.506                       | 4.890   | -                   | 43.182         |
| Convênio 031/2004 MS          | 08/12/2004         | em Andamento | -                 | -                           | -   | 723                 | 723            |
| <b>Total do Programa</b>      |                    |              | <b>149.281</b>    | <b>36.842</b>               | <b>45.222</b>                                   | <b>723</b>          | <b>232.068</b> |

| Valores comprovados                 |                    |              | Recursos próprios |                             | Recursos de terceiros<br>(Obrigações especiais) |                     | Total          |
|-------------------------------------|--------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|---|---------------------|----------------|
| Referência                          | Data<br>assinatura | Situação     | Eletrobrás<br>RGR | Recursos não<br>financiados | Eletrobrás<br>CDE                               | Governo<br>Estadual |                |
| 1ª Tranche - ECFS 044/2004 MS       | 22/09/2004         | Finalizado   | 988               | 1.354                       | 972   | -                   | 3.314          |
| 1ª Tranche - ECFS 025/2004 SP       | 01/06/2004         | Finalizado   | 12.000            | 12.504                      | 8.185   | -                   | 32.689         |
| 2ª Tranche - ECFS 134/2006 MS       | 04/01/2006         | Finalizado   | 830               | 1.446                       | 1.153   | -                   | 3.429          |
| 2ª Tranche - ECFS 126/2006 SP       | 11/01/2006         | Finalizado   | 22.709            | 27.828                      | 14.985  | -                   | 65.522         |
| 3ª Tranche - ECFS 179/2007 SP       | 30/07/2007         | Finalizado   | 35.502            | 17.624                      | -   | -                   | 53.126         |
| 3ª Tranche - ECFS 222/2008 MS       | 20/06/2008         | em Andamento | 272               | -                           | 308   | -                   | 580            |
| 4ª Tranche - ECFS 231/2008 SP       |                    | em Andamento | 26.831            | 8.080                       | 4.087   | -                   | 38.998         |
| 5ª Tranche - ECFS 260/2009 SP       |                    | em Andamento | 9.536             | -                           | 1.452   | -                   | 10.988         |
| Convênio 031/2004 MS                | 08/12/2004         | em Andamento | -                 | 675                         | -   | 244                 | 919            |
| <b>Total Comprovado / Realizado</b> |                    |              | <b>108.668</b>    | <b>69.511</b>               | <b>31.142</b>                                   | <b>244</b>          | <b>209.565</b> |

Nos valores realizados foram refletidos somente os valores liberados e já comprovados e inspecionados pela Eletrobrás. As variações entre o previsto no contrato e os valores realizados são em função de glosas aplicadas devido à metodologia do encerramento de crédito, de acordo com o Manual de Operacionalização Técnica da Eletrobrás, que é impactada pela diferença entre o preço contratado e o efetivamente realizado, bem como o avanço físico aprovado pela Eletrobrás.

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

#### 14.3. Investimento Remunerável (Base de Remuneração Regulatória) (\*)

O quadro abaixo demonstra os valores, atualizados pelo IGPM, aplicado nos reajustes tarifários de agosto de 2008 e de 2009, (i) do Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração para fins da revisão tarifária de 2007; e (ii) da cota de depreciação computada na mesma revisão tarifária. Ambos os valores fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida da Concessionária e foram homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 535, de 21 de agosto de 2007.

|  | Revisão Tarifária<br>agosto de 2007 | Reajuste Tarifário<br>agosto de 2008 | Reajuste Tarifário<br>agosto de 2009 |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Ativo imobilizado em serviço bruto   | 4.679.093                           | 5.386.572                            | 5.350.482                            |
| (-) Depreciação acumulada: 51,07%  | (2.389.518)                         | (2.750.813)                          | (2.732.383)                          |
| (-) Obrigação vinculada ao serviço público de energia elétrica<br>(Obrigações especiais) | (504.091)                           | (580.310)                            | (576.421)                            |
| <b>Ativo imobilizado em serviço líquido</b>  | <b>1.785.484</b>                    | <b>2.055.449</b>                     | <b>2.041.677</b>                     |
| (+) Almoxxarifado  | 3.322                               | 3.824                                | 3.798                                |
| Investimento remunerável (Base de remuneração)   | 1.788.806                           | 2.059.273                            | 2.045.476                            |
| Bens 100% depreciados  | 203.443                             | 234.203                              | 232.634                              |
| Variação do IGPM (Resolução Homologatória ANEEL n° 701<br>de 26/08/2008)                 |                                     | 15,12%                               | -0,67%                               |
| Cota de depreciação – Taxa média anual: 4,63%  |                                     |                                      |                                      |

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## 15. INTANGÍVEL

|                       | Taxas<br>Anuais<br>de Amorti-<br>zação | 31/12/2009    |                          |               | 31/12/2008    |                          |               |
|-----------------------|--|---------------|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|
|                       |  | Custo         | Amortização<br>acumulada | Líquido       | Custo         | Amortização<br>acumulada | Líquido       |
| Intangível em serviço |  | 74.498        | (35.276)                 | 39.222        | 58.476        | (33.467)                 | 25.009        |
| Distribuição          |  | 23.426        | (1.248)                  | 22.178        | 21.088        | (1.128)                  | 19.960        |
| Softwares             | 20%                                    | 1.360         | (1.248)                  | 112           | 1.360         | (1.128)                  | 232           |
| Servidão              | -                                      | 22.066        | -                        | 22.066        | 19.728        | -                        | 19.728        |
| Administração central |  | 51.072        | (34.028)                 | 17.044        | 37.388        | (32.339)                 | 5.049         |
| Softwares             | 20%                                    | 50.978        | (34.028)                 | 16.950        | 37.293        | (32.339)                 | 4.954         |
| Outros                | -                                      | 94            | -                        | 94            | 95            | -                        | 95            |
| Intangível em curso   |  | 12.404        | -                        | 12.404        | 14.887        | -                        | 14.887        |
| Projetos              |  | 5.800         | -                        | 5.800         | 8.150         | -                        | 8.150         |
| Servidão              |  | 6.604         | -                        | 6.604         | 6.737         | -                        | 6.737         |
| <b>Total</b>          |  | <b>86.902</b> | <b>(35.276)</b>          | <b>51.626</b> | <b>73.363</b> | <b>(33.467)</b>          | <b>39.896</b> |

As servidões de passagem não são amortizadas, pois tem características similares a terrenos.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

|                             | 31/12/2009     |              |                | 31/12/2008     |              |                |
|-----------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
|                             | Principal      | Encargos     | Total          | Principal      | Encargos     | Total          |
| Moeda Nacional              |                |              |                |                |              |                |
| BNDES (*)                   |                |              |                |                |              |                |
| Finem II                    | 12.942         | 64           | 13.006         | 38.780         | 196          | 38.976         |
| Finem III                   | 107.728        | 453          | 108.181        | 139.909        | 622          | 140.531        |
| Finem IV                    | 143.089        | 536          | 143.625        | 43.787         | 126          | 43.913         |
| Finame                      | 1.759          | 6            | 1.765          | 2.446          | 39           | 2.485          |
| Finame 2008                 | 3.109          | 12           | 3.121          | 3.444          | 57           | 3.501          |
| Finame 2009                 | 8.337          | 90           | 8.427          | -              | -            | -              |
| Automático                  | 2.301          | 9            | 2.310          | 2.114          | 36           | 2.150          |
| Eletrobrás - Luz para Todos | 99.342         | -            | 99.342         | 66.502         | -            | 66.502         |
| Finep                       | 12.546         | 36           | 12.582         | 9.217          | 30           | 9.247          |
| Finep - 2º Ciclo            | 21.390         | 40           | 21.430         | -              | -            | -              |
| <b>Total</b>                | <b>412.543</b> | <b>1.246</b> | <b>413.789</b> | <b>306.199</b> | <b>1.106</b> | <b>307.305</b> |
| Circulante                  | 62.802         | 1.246        | 64.048         | 64.219         | 1.106        | 65.325         |
| Não circulante              | 349.741        | -            | 349.741        | 241.980        | -            | 241.980        |

(\*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

Em 24 de abril de 2009, a Elektro obteve um financiamento por meio da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 120.000, com o objetivo de suprir necessidades de capital de giro, sobretudo associadas a incrementos nos custos não gerenciáveis (Parcela A), repassados às tarifas de energia elétrica a partir do reajuste tarifário de agosto de 2009 pelo do mecanismo da CVA (vide nota 8.1), principalmente, os custos de aquisição de energia proveniente de Itaipu, majorado em função da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano, e outros encargos setoriais. Tais Notas Promissórias estavam sujeitas a juros à taxa equivalente à variação do CDI acrescida de 2% ao ano. Em 1º de julho de 2009 essas Notas Promissórias foram liquidadas junto à CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, com recursos da 3ª Emissão de Debêntures da Sociedade.

| Vencimentos do principal<br>a longo prazo |                |
|---|----------------|
| Ano                                       | 31/12/2009     |
| 2011                                      | 80.328         |
| 2012                                      | 83.629         |
| 2013                                      | 59.310         |
| 2014                                      | 49.304         |
| 2015                                      | 32.091         |
| Após 2015                                 | 45.079         |
| <b>Total</b>                              | <b>349.741</b> |

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

| Tipo               | Garantias  | Condições Gerais          | Pagamento de encargos                                    | Pagamento de principal | Vencimento inicial      | Vencimento final        |
|--------------------|--|---------------------------|--|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| BNDES              |  |                           |  |                        |                         |                         |
| Finem II           | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 6,00% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 17/07/2006              | 15/06/2010              |
| Finem III          | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 4,65% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/04/2008              | 15/09/2013              |
| Finem IV           |  |                           |  |                        |                         |                         |
| Subcrédito A(1)    | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 2,45% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/07/2011              | 15/12/2015              |
| Subcrédito B(1)    | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | IPCA + 7,6%(2)+ 2,45% a.a | Anual  | Anual                  | 15/03/2011              | 15/03/2014              |
| Subcrédito E(1)    | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 1,55% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/09/2010              | 15/09/2014              |
| Finame             | Propriedade fiduciária dos bens financiados                    | TJLP + 2,80% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/07/2008 a 15/08/2008 | 15/06/2012 a 16/07/2012 |
| Finame 2008        | Propriedade fiduciária dos bens financiados                    | TJLP + 2,79% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/07/2009 a 15/08/2009 | 15/07/2013 a 15/08/2013 |
| Finame 2009        | Propriedade fiduciária dos bens financiados                    | TJLP + 2,83% a.a          | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/03/2010 a 15/08/2010 | 17/03/2014 a 15/08/2014 |
| Automático         | Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória | TJLP + 2,7% a.a           | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/05/2009              | 15/07/2013              |
| Eletrobrás         |  |                           |  |                        |                         |                         |
| Luz para Todos (3) | Carta de Fiança  | RGR + 5,0% a.a (4)        | Mensal   | Mensal                 | 30/11/2006 a 30/12/2011 | 30/10/2016 a 1/11/2021  |
| Finep              | Carta de Fiança  | TJLP + 0,94% a.a          | Mensal durante a carência                                | Mensal                 | 15/10/2010              | 15/10/2014              |
| Finep - 2º Ciclo   | Carta de Fiança  | 4,25% a.a.                | Mensal durante a carência                                | Mensal                 | 15/04/2011              | 15/12/2017              |

(1) O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de julho 2008 à dezembro 2010, estando sujeitos à prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos referidos investimentos

(2) Taxa de Referência divulgada pelo BNDES, equivale ao custo médio representativo das captações e instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

(3) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(4) Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):** O contrato de financiamento do BNDES “Finem II” contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA

menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

## 17. DEBÊNTURES

|                         | 31/12/2009     |               |               |                | 31/12/2008     |               |               |                |
|-------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
|                         | Principal      | Encargos      | Vr. Monetária | Total          | Principal      | Encargos      | Vr. Monetária | Total          |
| 2ª Emissão - 01/09/2005 | 305.914        | 13.296        | 53.282        | 372.492        | 458.649        | 22.298        | 87.853        | 568.800        |
| 1ª Série                | 250.000        | 11.365        | 53.282        | 314.647        | 375.000        | 17.958        | 87.853        | 480.811        |
| 2ª Série                | 58.140         | 1.931         | -             | 60.071         | 87.210         | 4.340         | -             | 91.550         |
| Custos com emissão      | (2.226)        | -             | -             | (2.226)        | (3.561)        | -             | -             | (3.561)        |
| 3ª Emissão - 01/07/2009 | 297.202        | 920           | -             | 298.122        | -              | -             | -             | -              |
| Série Única             | 300.000        | 920           | -             | 300.920        | -              | -             | -             | -              |
| Custos com emissão      | (2.798)        | -             | -             | (2.798)        | -              | -             | -             | -              |
| <b>Total</b>            | <b>603.116</b> | <b>14.216</b> | <b>53.282</b> | <b>670.614</b> | <b>458.649</b> | <b>22.298</b> | <b>87.853</b> | <b>568.800</b> |
| Circulante              | 208.439        | 14.216        | 26.641        | 249.296        | 152.735        | 22.298        | 27.387        | 202.420        |
| Não circulante          | 394.677        | -             | 26.641        | 421.318        | 305.914        | -             | 60.466        | 366.380        |

Em 18 de junho de 2009 a Elektro efetuou a 3ª emissão de Debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em 18 de setembro de 2011 e remuneradas pela variação da taxa de CDI, acrescida de 1,4% a.a. O registro das debêntures na CVM ocorreu em 30 de junho de 2009 e sua liquidação financeira em 1º de julho de 2009.

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

### Segunda emissão – características das duas séries vigentes

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

Em 1º de setembro de 2009, foram amortizadas pela Elektro, 33,33% das duas séries vigentes da 2ª emissão de Debêntures, acrescidos de sua respectiva remuneração, no valor total R\$ 238.966. A amortização do principal remanescente, acrescido da respectiva remuneração, ocorrerá em 2 parcelas: 33,33% em 1º de setembro de 2010 e 33,34% em 1º de setembro de 2011.

**Garantia Adicional:** Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

### Terceira emissão – série única

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture



| Séries                       | Qtde. em circulação | Remuneração         | Pagamento dos juros  |
|------------------------------|---------------------|---------------------|--|
| <b>Debêntures 2ª Emissão</b> |                     |                     |  |
| 1ª Série                     | 37.500              | IGP-M + 11,80% a.a. | anual a partir de 1º de setembro de 2006                     |
| 2ª Série                     | 8.721               | CDI + 1,65% a.a.    | semestral a partir de 1º março de 2006                       |
| <b>Debêntures 3ª Emissão</b> |                     |                     |  |
| Série Unica                  | 10.000              | CDI + 1,40%         | Semestral até dezembro de 2010 e trimestral até o vencimento |

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):**

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

**Segunda emissão** - conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão.

**Terceira emissão** – conforme cláusula de vencimento antecipado, alínea “s” da escritura da emissão.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda e terceira emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

**18. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

|   | 31/12/2009    | 31/12/2008    |
|---|---------------|---------------|
| Arrendamento mercantil financeiro a pagar |               |               |
| Veículos                                  | 9.587         | 11.829        |
| Imóveis                                   | 9.946         | 3.976         |
| Equipamentos de informática               | 4.977         | 14.223        |
| <b>Total</b>                              | <b>24.510</b> | <b>30.028</b> |
| Circulante                                | 9.013         | 7.744         |
| Não circulante                            | 15.497        | 22.284        |

Os pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

| Vencimentos dos pagamentos<br>futuros de longo prazo |               |
|--|---------------|
| 2011   | 5.309         |
| 2012   | 3.432         |
| 2013   | 1.712         |
| após 2013  | 5.044         |
| <b>Total</b>   | <b>15.497</b> |

**Arrendamento mercantil operacional**

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

|   | 31/12/2009   | 31/12/2008   |
|---|--------------|--------------|
| Despesas reconhecidas no período  |              |              |
| Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento ( <i>Callcenter</i> ) | 2.436        | 2.055        |
| Locação de veículos   | 70           | 172          |
| Locação de computadores   | 1.294        | 1.655        |
| Locação de impressoras  | 83           | 758          |
| Locação de outros equipamentos de informática                             | 279          | 312          |
| Total   | <u>4.162</u> | <u>4.952</u> |

|       | Vencimento dos<br>pagamentos futuros |
|-------|--------------------------------------|
| 2010  | 4.373                                |
| 2011  | 3.334                                |
| 2012  | 2.071                                |
| 2013  | 1.968                                |
| 2014  | 1.968                                |
| Total | <u>13.714</u>                        |

**19. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

|   | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
|---|----------------|----------------|
| Moeda nacional                          | <u>190.939</u> | <u>182.709</u> |
| Supridores de energia elétrica          | 134.511        | 126.311        |
| Encargos de serviço de sistema - ESS    | 4.653          | 3.525          |
| Fornecedores de materiais e serviços    | 51.775         | 52.873         |
| Moeda estrangeira                       | <u>48.547</u>  | <u>57.147</u>  |
| Supridores de energia elétrica - Itaipu | 48.672         | 57.108         |
| Variação cambial - Itaipu               | (125)          | 39             |
| Total                                   | <u>239.486</u> | <u>239.856</u> |

**20. TRIBUTOS A RECOLHER**

|   | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
|---|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido      | 159            | 257            |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS | 15.720         | 14.821         |
| Programa de integração social - PIS                             | 3.416          | 3.220          |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS       | 93.058         | 79.419         |
| Impostos retidos na fonte                                       | 13.772         | 14.329         |
| Imposto sobre serviço - ISS                                     | 495            | 52             |
| <b>Total</b>  | <b>126.620</b> | <b>112.098</b> |

**21. ENCARGOS DO CONSUMIDOR**

|  | 31/12/2009    | 31/12/2008    |
|--|---------------|---------------|
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          | 4.763         | 1.665         |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     | 2.682         | 13.657        |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE | 9.890         | 9.149         |
| Encargos de capacidade emergencial - ECE               | 827           | 258           |
| <b>Total</b>   | <b>18.162</b> | <b>24.729</b> |

**22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

|                                     | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Dividendos a pagar                  | 155.594        | 168.058        |
| Juros sobre capital próprio a pagar | 54.993         | 55.120         |
| <b>Total</b>                        | <b>210.587</b> | <b>223.178</b> |

Os saldos de dividendos e de juros sobre capital próprio a pagar estão de acordo as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício conforme mencionado na nota 27.4.

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte.

Existem valores de dividendos declarados e a pagar para acionistas minoritários no montante de R\$ 3 que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

**23. PROVISÃO E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO**

|                                      | 31/12/2009    | 31/12/2008    |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Provisão de férias                   | 13.391        | 11.260        |
| Retenções do empregado               | 2.471         | 2.608         |
| INSS parte da empresa                | 7.123         | 6.314         |
| FGTS                                 | 2.419         | 2.322         |
| Participação nos lucros e resultados | 14.444        | 12.321        |
| Outros                               | 398           | 291           |
| <b>Total</b>                         | <b>40.246</b> | <b>35.116</b> |

**24. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pelas Leis nºs 9.991/2000 e 11.465/2007.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

| Distribuição do recurso           | Percentual de distribuição | 31/12/2008    | Ingresso      | Atualização  | Transferência | Realização      | 31/12/2009    |
|-----------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|
| Pesquisa de Eficiência Energética | 0,50%                      | 18.908        | 13.839        | 1.226        | -             | (17.556)        | 16.417        |
| Pesquisa e Desenvolvimento        | 0,20%                      | 20.262        | 5.536         | 1.999        | -             | (6.370)         | 21.427        |
| FNDCT                             | 0,20%                      | 7.388         | 5.536         | -            | -             | (12.530)        | 394           |
| MME                               | 0,10%                      | 2.914         | 2.768         | -            | -             | (5.485)         | 197           |
| <b>Total</b>                      |                            | <b>49.472</b> | <b>27.679</b> | <b>3.225</b> | <b>-</b>      | <b>(41.941)</b> | <b>38.435</b> |
| Circulante                        |                            | 35.071        | 22.143        | 1.609        | 7.018         | (41.941)        | 23.900        |
| Não circulante                    |                            | 14.401        | 5.536         | 1.616        | (7.018)       | -               | 14.535        |

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nºs 176/2005 e 219/2006.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente a partir de janeiro de 2009.

**25. PLANO ESPECIAL DE APOSENTADORIA**

No Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA) como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em 21 de setembro de 2009 esse plano foi prorrogado até 31 de maio de 2011, com prorrogação automática até 31 de maio de 2013, caso as partes não se manifestem em contrário.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Sociedade) além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para estarem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: estar prestando serviços à Sociedade, ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, onde são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados, e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O montante de R\$ 1.842, registrado na rubrica de "Plano especial de aposentadoria" no passivo circulante refere-se a 27 colaboradores que aderiram ao plano no exercício de 2009 e, cujo pagamento dos benefícios ocorrerá no primeiro semestre de 2010. Para os períodos entre 2010 e 2013, a Sociedade estima que até 201 colaboradores possam aderir ao plano, o que gerou uma provisão de R\$ 12.791, registrada na mesma rubrica, no passivo não circulante.

**26. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS****26.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas**

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

|                                     | 31/12/2008     | Ingresso e<br>atualização | Reversão         | Liquidação     | Reclassificação | 31/12/2009    |
|-------------------------------------|----------------|---------------------------|------------------|----------------|-----------------|---------------|
| Cíveis e ambientais                 | 12.460         | 6.313                     | (820)            | (1.545)        | -               | 16.408        |
| Trabalhistas                        | 7.556          | 2.776                     | (220)            | (1.305)        | -               | 8.807         |
| Tributárias:                        |                |                           |                  |                |                 |               |
| COFINS                              | 78.122         | 2.176                     | (80.298)         | -              | -               | -             |
| PIS                                 | 15.085         | 412                       | (15.497)         | -              | -               | -             |
| Outras                              | 5.667          | 1.313                     | (3.183)          | -              | -               | 3.797         |
| Desapropriações e servidões         | 4.453          | 784                       | (870)            | (43)           | -               | 4.324         |
| Regulatórias                        | 1.200          | 1.006                     | (6)              | -              | -               | 2.200         |
| <b>Total das provisões</b>          | <b>124.543</b> | <b>14.780</b>             | <b>(100.894)</b> | <b>(2.893)</b> | <b>-</b>        | <b>35.536</b> |
| (-) Depósitos judiciais             | (42.842)       | (5.136)                   | -                | 2.448          | 40.781          | (4.749)       |
| <b>Total das provisões líquidas</b> | <b>81.701</b>  | <b>9.644</b>              | <b>(100.894)</b> | <b>(445)</b>   | <b>40.781</b>   | <b>30.787</b> |

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL. As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

**PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo**

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza. Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou o parágrafo 1º e 3º da Lei 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir.

Considerando esses fundamentos técnicos, e a avaliação dos seus assessores jurídicos que avaliaram o risco de perda da contingência como remoto, a Sociedade reverteu, em 30 de junho de 2009, a provisão constituída para esta finalidade, no montante corrigido até aquela data de R\$ 95.795, sendo R\$ 80.298 de COFINS e R\$ 15.497 de PIS.

O efeito líquido da reversão dessa provisão no lucro líquido do exercício é de R\$ 63.225, considerando-se o efeito da respectiva exclusão do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, no montante de R\$ 32.570.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, efetuado em 29 de outubro de 2004, no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2009 totaliza R\$ 41.839 (R\$ 39.194 em 31 de dezembro de 2008). O referido depósito será levantado somente após o transitado em julgado da ação, e como houve a baixa da provisão o mesmo foi reclassificado para Ativo não circulante.

**26.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível**

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 67.044 para assuntos previdenciários, R\$ 23.520 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem, R\$ 22.601 para aspectos trabalhistas e R\$ 641.316 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 16.797 (R\$ 16.308 em 31 de dezembro de 2008), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 47.914. Ambos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e portanto, não foram provisionados.

A Elektro recebeu ainda dois Autos de Infração Federal lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 486.138 (R\$ 459.760 em 31 de dezembro de 2008), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em razão de impugnação realizada pela Elektro, e, portanto, não foram provisionados.

Em Março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente a Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho, instância na qual o caso aguarda julgamento. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a

Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão no Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

Em Julho de 1998, foram ajuizadas 2 (duas) ações populares em face da Elektro e outros. Cada uma destas ações objetiva a anulação da privatização da Elektro sob a alegação, dentre outras, que o preço pago pela Elektro teria sido inaceitavelmente baixo. Tais ações estão ainda em trâmite na 1ª. Instância. Segundo os assessores jurídicos, há sólidos argumentos e indícios de que as ações sejam julgadas improcedentes, no mérito. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como remoto.

Em Agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações judiciais pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e outras, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange às faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação favoravelmente ao DER. A Elektro apelou ao Superior Tribunal de Justiça em Agosto de 2008 para suspender a decisão da corte paulista liminarmente, sendo que em novembro de 2008 a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. O recurso aguarda o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Sociedade, e o risco de perda foi classificado como possível.

**27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****27.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

| Acionista                                       | Ordinárias | Preferenciais | Total       |
|---|------------|---------------|-------------|
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221  | -             | 6.579.221   |
| EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480 | -             | 59.310.480  |
| ETB - Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606 | 34.535.205    | 60.499.811  |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -          | 66.744.382    | 66.744.382  |
| Demais acionistas                               | 26.665     | 598.706       | 625.371     |
| Total   | 91.880.972 | 101.878.293   | 193.759.265 |

A AEI é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

**27.2. Reservas de capital**

O valor registrado de R\$ 50.539 tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 10).

**27.3. Reserva legal**

É composta pela reserva legal no valor de R\$ 124.279, constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**27.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2009, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 238.143, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2009. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no mesmo período de 2009. O pagamento dos dividendos intermediários foi dividido em três parcelas, de R\$ 101.000, R\$ 62.536 e R\$ 74.607, pagas em 26 de agosto, 20 de outubro e 16 de dezembro de 2009, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

| Ações         |             | Dividendos Intermediários |              |
|---------------|-------------|---------------------------|--------------|
| Tipo          | Quantidade  | R\$                       | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293 | 130.856                   | 1,284438352  |
| Ordinárias    | 91.880.972  | 107.287                   | 1,167671229  |
| Total         | 193.759.265 | 238.143                   |              |

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2009, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.559 pagos em 21 de janeiro de 2010. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:



| Ações         |                    | JSCP          |              |
|---------------|--------------------|---------------|--------------|
| Tipo          | Quantidade         | R\$           | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293        | 37.123        | 0,364380707  |
| Ordinárias    | 91.880.972         | 30.436        | 0,331255188  |
| <b>Total</b>  | <b>193.759.265</b> | <b>67.559</b> |              |

Ao final do exercício de 2009, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 155.589 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2010 e será submetida a aprovação em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas a ser realizada em 30 de março de 2010. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

| Ações         |                    | Dividendos Propostos |              |
|---------------|--------------------|----------------------|--------------|
| Tipo          | Quantidade         | R\$                  | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293        | 85.494               | 0,839177312  |
| Ordinárias    | 91.880.972         | 70.095               | 0,762888466  |
| <b>Total</b>  | <b>193.759.265</b> | <b>155.589</b>       |              |

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

## 28. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

|  | 31/12/2009                |                   |                  | 31/12/2008                |                   |                  |
|--|---------------------------|-------------------|------------------|---------------------------|-------------------|------------------|
|  | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)           | R\$              | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)           | R\$              |
| Receitas operacionais                                  | 2.123.484                 | 11.340.744        | 4.034.621        | 2.067.151                 | 10.875.942        | 3.719.874        |
| Fornecimento para consumidores                         | 2.123.484                 | 11.035.607        | 3.719.498        | 2.067.151                 | 10.844.888        | 3.404.837        |
| Residencial  | 1.814.085                 | 3.547.042         | 1.478.169        | 1.763.950                 | 3.346.662         | 1.337.752        |
| Industrial   | 21.898                    | 3.907.757         | 1.129.431        | 22.112                    | 4.052.253         | 1.076.460        |
| Comercial  | 143.138                   | 1.691.450         | 634.233          | 139.733                   | 1.580.340         | 555.913          |
| Rural  | 122.382                   | 782.390           | 163.508          | 120.128                   | 807.284           | 158.079          |
| Poder público  | 16.235                    | 275.873           | 104.189          | 15.706                    | 229.411           | 77.256           |
| Iluminação pública                                     | 3.014                     | 423.025           | 93.847           | 2.847                     | 428.920           | 89.109           |
| Serviço público  | 2.732                     | 408.070           | 116.121          | 2.675                     | 400.018           | 110.268          |
| Outras receitas  |                           | 305.137           | 315.123          |                           | 31.054            | 315.037          |
| CCEE   |                           | 305.137           | 6.102            |                           | 31.054            | 12.810           |
| Receita de uso do sistema de distribuição              |                           | -                 | 365.864          |                           | -                 | 252.407          |
| Componente financeiro - Revisão tarifária 2007         |                           | -                 | (36.493)         |                           | -                 | -                |
| Componente financeiro - TUSD - G                       |                           | -                 | (53.050)         |                           | -                 | -                |
| Outras receitas  |                           | -                 | 32.700           |                           | -                 | 49.820           |
| Deduções às receitas operacionais                      |                           |                   | (1.372.274)      |                           |                   | (1.207.397)      |
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          |                           |                   | (25.609)         |                           |                   | (20.097)         |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     |                           |                   | (109.847)        |                           |                   | (73.865)         |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE |                           |                   | (120.982)        |                           |                   | (115.295)        |
| ICMS sobre fornecimento                                |                           |                   | (720.222)        |                           |                   | (619.653)        |
| Recomposição de PIS e COFINS                           |                           |                   | 2.948            |                           |                   | (8.022)          |
| COFINS   |                           |                   | (306.585)        |                           |                   | (282.710)        |
| PIS  |                           |                   | (66.561)         |                           |                   | (61.378)         |
| Programa de P&D e eficiência energética                |                           |                   | (24.977)         |                           |                   | (26.056)         |
| Outros   |                           |                   | (439)            |                           |                   | (321)            |
| <b>Total</b>   | <b>2.123.484</b>          | <b>11.340.744</b> | <b>2.662.347</b> | <b>2.067.151</b>          | <b>10.875.942</b> | <b>2.512.477</b> |

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O débito de R\$ 36.493, registrado como “Componente financeiro – Revisão tarifária 2007”, refere-se ao passivo regulatório registrado no passivo não circulante em virtude da revisão tarifária de 2007 (vide nota 4.1). O débito de R\$ 53.050 na linha de “Componente financeiro – TUSD - G” refere-se ao passivo regulatório registrado na conta de TUSD-G (vide nota 9), líquido da amortização efetuada até 31 de dezembro de 2009.

## 29. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

|  | 31/12/2009 |           | 31/12/2008 |           |
|--|------------|-----------|------------|-----------|
|  | MWh (*)    | R\$       | MWh (*)    | R\$       |
| Supridores de energia                                      | 12.799.124 | 1.188.839 | 12.298.466 | 1.043.272 |
| Itaipu Binacional (**)                                     | 3.069.207  | 342.948   | 3.101.552  | 296.267   |
| Contratos bilaterais                                       | 264.425    | 45.583    | 318.215    | 43.620    |
| Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR | 9.181.876  | 715.194   | 8.686.507  | 641.583   |
| PROINFA  | 283.616    | 59.695    | 192.192    | 33.349    |
| Uso do transporte de energia                               | -          | 25.419    | -          | 28.453    |
| Outros custos de energia                                   | -          | 413.661   | -          | 418.206   |
| ONS - Uso da rede básica                                   | -          | 406.777   | -          | 378.158   |
| CTEEP- Encargos de conexão                                 | -          | 32.461    | -          | 30.374    |
| Encargos de serviços do sistema - ESS                      | -          | 14.191    | -          | 50.601    |
| Constituição de CVA  | -          | (89.679)  | -          | (57.320)  |
| Amortização de CVA   | -          | 49.911    | -          | 16.393    |
| Total  | 12.799.124 | 1.602.500 | 12.298.466 | 1.461.478 |

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

## 30. GASTOS COM PESSOAL

|  | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|--|------------|------------|
| Remunerações                           | 107.951    | 100.403    |
| Encargos sociais                       | 37.960     | 35.011     |
| Auxílio alimentação                    | 10.480     | 9.295      |
| Assistência médica e outros benefícios | 7.673      | 7.713      |
| Indenizações trabalhistas              | 9.064      | 6.454      |
| Previdência privada                    | 4.332      | 4.448      |
| Plano Especial de Aposentadoria        | 14.633     | -          |
| Outros                                 | 3.514      | 13.607     |
| Total                                  | 195.608    | 176.930    |
| Custo da operação                      | 150.313    | 131.601    |
| Despesas com vendas                    | 11.167     | 8.678      |
| Despesas gerais e administrativas      | 34.128     | 36.651     |
| Total                                  | 195.608    | 176.930    |

**31. GASTOS COM MATERIAIS**

|                                   | 31/12/2009    | 31/12/2008    |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Materiais e equipamentos          | 27.233        | 26.699        |
| <b>Total</b>                      | <b>27.233</b> | <b>26.699</b> |
| Custo da operação                 | 24.940        | 24.875        |
| Despesas com vendas               | 340           | 159           |
| Despesas gerais e administrativas | 1.953         | 1.665         |
| <b>Total</b>                      | <b>27.233</b> | <b>26.699</b> |

**32. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

|   | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
|---|----------------|----------------|
| Serviços no sistema elétrico            | 52.343         | 42.650         |
| Serviços de manutenção e conservação    | 11.048         | 14.030         |
| Serviços de leitura e entrega de contas | 23.167         | 21.028         |
| Serviços administrativos                | 17.026         | 18.994         |
| Outros serviços                         | 13.713         | 10.928         |
| <b>Total</b>                            | <b>117.297</b> | <b>107.630</b> |
| Custo da operação                       | 85.335         | 71.708         |
| Despesas com vendas                     | 10.450         | 10.695         |
| Despesas gerais e administrativas       | 21.512         | 25.227         |
| <b>Total</b>                            | <b>117.297</b> | <b>107.630</b> |

**33. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

|  | 31/12/2009     | 31/12/2008     |
|--|----------------|----------------|
| Despesas com arrecadação bancária                  | 16.629         | 15.908         |
| Taxa de fiscalização ANEEL                         | 7.247          | 8.307          |
| Seguros  | 1.162          | 1.326          |
| Aluguéis   | 5.909          | 3.210          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa      | 12.590         | 18.488         |
| Taxas e contribuições                              | 3.259          | 3.908          |
| Despesas com viagens                               | 8.879          | 8.323          |
| Propaganda e publicidade                           | 3.290          | 5.150          |
| Telefonia e telecomunicações                       | 20.584         | 18.734         |
| Software   | 8.301          | 10.007         |
| Provisões cíveis, trabalhistas e outras            | 9.219          | 940            |
| Perda na desativação e alienação de bens, líquidas | 20.402         | 18.522         |
| Outras   | 3.356          | 9.468          |
| <b>Total</b>                                       | <b>120.827</b> | <b>122.291</b> |
| Custo da operação                                  | 55.662         | 45.516         |
| Outras despesas operacionais                       | 65.165         | 76.775         |
| <b>Total</b>                                       | <b>120.827</b> | <b>122.291</b> |

**34. RESULTADO FINANCEIRO**

|   | 31/12/2009      | 31/12/2008       |
|---|-----------------|------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                                   | <b>71.100</b>   | <b>66.841</b>    |
| Aplicações financeiras  | 24.897          | 25.695           |
| Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso            | 38.355          | 34.491           |
| Outras receitas financeiras                                   | 7.848           | 6.655            |
| <b>Despesas financeiras</b>                                   | <b>(65.435)</b> | <b>(110.973)</b> |
| Juros sobre empréstimos com terceiros                         | (40.814)        | (24.868)         |
| Juros sobre debêntures  | (64.806)        | (64.710)         |
| Outras despesas financeiras                                   | (5.930)         | (21.395)         |
| Reversão da provisão de PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras  | 46.115          | -                |
| <b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>                 | <b>64.819</b>   | <b>(28.386)</b>  |
| Receitas de variação monetária                                | 22.143          | 30.372           |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 3.366           | 10.986           |
| Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA | 15.440          | 4.725            |
| Conta de energia elétrica em atraso                           | 967             | 11.002           |
| Outras  | 2.370           | 3.659            |
|   | -               |                  |
| Despesas de variação monetária                                | 42.676          | (58.758)         |
| Principal - terceiros   | (895)           | (3.301)          |
| Energia livre   | (8.213)         | (6.680)          |
| Eficiência energética   | (3.595)         | (4.492)          |
| Debêntures  | 8.693           | (38.939)         |
| Outras  | (2.994)         | (5.346)          |
| Reversão da VM prov. de PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras  | 49.680          | -                |
| <b>Juros sobre Capital Próprio</b>                            | <b>(67.559)</b> | <b>(67.714)</b>  |
| <b>Total</b>  | <b>2.925</b>    | <b>(140.232)</b> |

As rubricas de Reversão da provisão de PIS e COFINS sobre receitas financeiras referem-se à reversão da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

**35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:**

|   | 31/12/2009          |                        | 31/12/2008          |                        |
|---|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
|   | Imposto de<br>renda | Contribuição<br>social | Imposto de<br>renda | Contribuição<br>social |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social                                     | 621.641             | 621.641                | 489.820             | 489.820                |
| Alíquota nominal dos tributos   | 15%                 | 9%                     | 15%                 | 9%                     |
| Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano                                  | 10%                 | -                      | 10%                 | -                      |
|   | (155.386)           | (55.948)               | (122.431)           | (44.084)               |
| Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo                                      |                     |                        |                     |                        |
| Permanentes - despesas indedutíveis e multas  | (1.181)             | (30)                   | (1.203)             | (77)                   |
| Créditos fiscais extemporâneos anteriormente não reconhecidos por incerteza na realização | 8.754               | 158                    | 1.134               | 914                    |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado                                       | (147.813)           | (55.820)               | (122.500)           | (43.247)               |
| Imposto de renda e contribuição social correntes  | (72.089)            | (34.550)               | (74.867)            | (25.754)               |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | (75.724)            | (21.270)               | (47.633)            | (17.493)               |
| Total   | (147.813)           | (55.820)               | (122.500)           | (43.247)               |

**36. PARTES RELACIONADAS**

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

|   | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|---|------------|------------|
|   | Resultado  | Resultado  |
| Elektro Comercializadora de Energia Ltda. | 242        | 227        |
| AEI América do Sul Holding Ltda.          | 634        | 642        |
| Total                                     | 876        | 869        |

Os saldos acima se referem a serviços administrativos, compartilhamento de infra-estrutura e aluguel de salas para as empresas do grupo. Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infra-estrutura tem como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado a partir de 1º de abril de 2004. Para AEI America do Sul Holding Ltda., o contrato tem duração de cinco anos a contar de 22 de agosto de 2005, podendo ser renovado após anuência prévia da Fundação Cesp e ANEEL. Ambos podem ser interrompidos mediante notificação por escrito com pelo menos 90 dias de antecedência.

De acordo com a instrução de divulgação do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício de 2009 foi de R\$ 8.672 (R\$ 8.117 no exercício de 2008), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 7.178 (R\$ 5.416 em 2008) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.494 (R\$ 1.554 em 2008). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referente ao plano de ações e opções de ações concedido pela controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de aproximadamente R\$ 1.500 no encerramento do exercício.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados (vide nota 37).

**37. PLANO DE PENSÃO**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

No exercício de 2009, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios comentados acima, Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD), no montante de R\$ 2.589 (R\$ 2.457 em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade mantinha registrado um passivo atuarial de R\$ 23.496, decorrente da diferença entre o valor justo dos ativos do plano e o valor presente das obrigações atuariais, determinado por avaliação atuarial preparada por atuários externos. Esse valor foi totalmente amortizado durante o exercício de 2009 devido ao superávit previsto no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2008 e confirmado em 2009.

Devido ao fato de o plano estar superavitário, o Laudo Atuarial preparado com base em 31 de dezembro de 2009 demonstra um ativo atuarial de R\$ 7.442, que não foi reconhecido contabilmente, pois, de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) (Resolução CGPC nº 26/2008), este montante não ultrapassa o limite dos 25% das reservas matemáticas mantidas como reserva para contingência, e, portanto, não há valor excedente que poderia ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições.

A seguir são demonstrados os principais resultados apurados no Laudo Atuarial de 31 de dezembro de 2009, compreendendo projeções para o exercício de 2010:

|   |                          |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|
| <b>Conciliação dos ativos e passivos</b>                              | <b>31/12/2009</b>        | <b>31/12/2008</b>        |
| Valor presente das obrigações atuariais                               | 578.905                  | 518.954                  |
| Valor justo dos ativos do plano                                       | (754.390)                | (681.732)                |
| Ativo líquido   | (175.485)                | (162.778)                |
| Ganhos atuariais não reconhecidos                                     | (168.043)                | (186.274)                |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido                                      | (7.442)                  | 23.496                   |
| <b>Apuração de (ganhos) perdas do plano</b>                           | <b>31/12/2009</b>        | <b>31/12/2008</b>        |
| Ganho ao início do ano  | (186.272)                | (64.399)                 |
| Amortização no ano  | 8.201                    | 354                      |
| (Ganho) perda nas obrigações atuariais                                | 17.194                   | (59.752)                 |
| Ganho nos ativos do plano   | (7.166)                  | (63.032)                 |
| Perda na constituição do empregado                                    | -                        | 555                      |
| Ganho no final do ano   | (168.043)                | (186.274)                |
| Intervalo não sujeito a amortização                                   | (75.439)                 | (68.173)                 |
| Parcela sujeita a amortização   | (92.604)                 | (118.099)                |
| <b>Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultados</b> | <b>31/12/2009</b>        | <b>31/12/2008</b>        |
| Custo do serviço corrente (com juros)                                 | 5.964                    | 6.318                    |
| Contribuições dos participantes                                       | 8.161                    | (2.744)                  |
| Juros sobre as obrigações atuariais                                   | 62.504                   | 54.498                   |
| Rendimento dos ativos   | (89.083)                 | (64.008)                 |
| Ganhos atuariais não reconhecidos                                     | (8.201)                  | (354)                    |
| Receita a ser apropriada pelo empregador segundo CVM-371              | (20.655)                 | (6.290)                  |
| Contribuições do empregador (BD)                                      | (2.120)                  | (2.049)                  |
| Total da receita reconhecida  | (22.775)                 | (8.339)                  |
| <b>Efeitos a reconhecer na demonstração de resultados</b>             | <b>2010</b>              | <b>2009</b>              |
| Custo do serviço corrente (com juros)                                 | 9.872                    | 8.161                    |
| Contribuições esperadas de participantes                              | (2.243)                  | (2.197)                  |
| Juros sobre as obrigações atuariais                                   | 64.373                   | 62.504                   |
| Rendimento esperado dos ativos  | (101.156)                | (89.084)                 |
| Custos de amortizações de ganhos atuariais não reconhecidos           | (6.521)                  | (8.201)                  |
| Total de receita a reconhecer   | (35.675)                 | (28.817)                 |
| <b>Premissas econômico-financeiras e demográficas</b>                 | <b>2009</b>              | <b>2008</b>              |
| Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial                      | 11,40%                   | 12,37%                   |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano             | 13,62%                   | 13,29%                   |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários                       | 7,63%                    | 7,63%                    |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios                     | 4,50%                    | 4,50%                    |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo                              | 4,50%                    | 4,50%                    |
| Taxa de desconto real para obrigação atuarial                         | 6,60%                    | 7,53%                    |
| Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano                | -                        | 8,41%                    |
| Índice estimado de aumento real dos salários                          | -                        | 3,00%                    |
| Tábua biométrica de mortalidade geral                                 | AT-83 segregada por sexo | AT-83 segregada por sexo |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez                              | Light Média              | Light Média              |
|   | Experiência              |                          |
|   | Fundação Cesp            |                          |
| Taxa bruta de rotatividade esperada                                   | 2007                     | EY_BR exp.               |
| Probabilidade de ingresso em aposentadoria                            | 100% na primeira eleg.   | 100% na primeira eleg.   |



**38. SEGUROS**

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

| Riscos                                 | Importância segurada |
|--|----------------------|
| Riscos operacionais e multirisco       | 680.195              |
| Responsabilidade civil terceiros       | 46.028               |
| Responsabilidade civil administradores | 27.617               |

A vigência de ambas apólices compreende o período de 25 de agosto de 2009 a 25 de agosto de 2010.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

**39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08, que aprovou o CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, e os critérios de avaliação e valorização dos mesmos para fins de registro nas Demonstrações Financeiras:

**Bancos e aplicações financeiras, caução de fundos e depósitos vinculados:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são classificadas como destinadas para negociação, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo, quando ocorre, tem impacto direto no resultado, e as cauções de fundos e depósitos vinculados, com utilização restrita, são classificados como mantidos até o vencimento, com mensuração determinada pela apropriação dos rendimentos ao resultado pela taxa efetiva da operação até o vencimento.

**Ativos e passivos regulatórios:** São registrados, avaliados e realizados segundo critérios definidos pela ANEEL e compreendem as seguintes rubricas: Recuperação das perdas de receita, Energia Livre, CVA, Recomposição de PIS e COFINS, Devolução baixa renda – modicidade tarifária, e TUSD-G, Outros ativos regulatórios, Passivo regulatório e Revisão tarifária. Não há parâmetro de comparação de mercado para tais ativos e passivos, em função de sua natureza regulatória.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado conforme quadro abaixo, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo”, pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão, que representa o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures,

conforme quadro abaixo foi calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Demonstrações Financeiras e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures também foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade:

|   | 31/12/2009     |                  | 31/12/2008     |                  |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
|   | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Aplicações financeiras                  | 276.944        | 276.944          | 201.661        | 201.661          |
| Caução de fundos e depósitos vinculados | 17.077         | 17.077           | 27.448         | 27.448           |
| Empréstimos e financiamentos            | (413.789)      | (418.188)        | (307.305)      | (313.138)        |
| Debêntures                              | (670.614)      | (709.455)        | (568.800)      | (577.187)        |

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos, atribuídas pela Standard & Poor's em 13 de maio de 2009. A Elektro teve seu *rating* corporativo elevado em um nível, de brAA para brAA+, inclusive a segunda emissão de debêntures, cujas características estão descritas na nota 17, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em um nível, de brAA+ para brAAA.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

#### **Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade não possuía, em 31 de dezembro de 2009, instrumentos financeiros derivativos e não havia efetuado qualquer operação com esse tipo de instrumento durante os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, entende-se como não necessária a utilização deste tipo de instrumento.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais não apresentam impactos nas demonstrações de resultado da Sociedade por estarem contempladas em seu reajuste tarifário anual, conforme mecanismo de ativos e passivos regulatórios, especificamente da CVA (vide nota 8.1). Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de dezembro de 2009, hedge natural com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

**Variação das taxas de juros**

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros da Elektro estão sujeitos às oscilações do CDI, IGP-M, TJLP e IPCA. A análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2009 seja mantido em 2010; e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI: 9,84% a.a.; IGP-M: -1,72 % a.a.; TJLP: 6,12 % a.a. e IPCA: 4,31%a.a). Neste caso, o efeito que seria registrado nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 19.918.

O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, TJLP e IPCA: (i) variação dos índices projetados para 31 de dezembro de 2010, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 31 de dezembro de 2009: 10,75%, 6%, 4,43% e 4,50% respectivamente; (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

| <b>Instrumentos</b>   | <b>Exposição</b> | <b>Risco</b>  | <b>Cenário I<br/>Focus (i)</b> | <b>Cenário II Elevação<br/>do índice em 25%</b> | <b>Cenário III Elevação<br/>do índice em 50%</b> |
|---|------------------|---------------|--------------------------------|---|--|
| Aplicações Financeiras  | 276.944          | Aumento CDI   | 2.531                          | 6.810   | 13.620   |
| Debêntures  | (360.992)        | Aumento CDI   | (3.300)                        | (8.877)   | (17.753)   |
|   | (84.048)         |               | (768)                          | (2.067)   | (4.133)  |
| Debêntures  | (314.647)        | Aumento IGP-M | (19.348)                       | (1.352)   | (2.705)  |
| Financiamentos  | (246.717)        | Aumento TJLP  | 308                            | (3.778)   | (7.556)  |
| Financiamentos  | (45.488)         | Aumento IPCA  | (86)                           | (490)   | (980)  |
| Impacto sobre as receitas/(despesas) financeiras líquidas (1) |                  |               | (19.895)                       | (7.687)   | (15.374)   |

(1) Considerando-se como base a despesa financeira líquida de R\$ 19.918 que seria registrada no caso de movimentação dos índices observados no encerramento do exercício.

**Risco de Crédito**

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

**Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento**

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de "Empresa de Referência" e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo

período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, que será subtraído ou acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 8.1).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

#### **Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

#### **Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informações não auditadas pelos auditores independentes)**

A Elektro com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infra-estrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções destaca-se a disponibilidade de duas subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de mais 53 subestações (SE), totalizando 53 SE's digitalizadas e a automação do comando de 413 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Já as ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, os investimentos realizados nos últimos 8 anos na melhoria nos sistemas de proteção envolveram mais de R\$ 53.492 na substituição de 348 disjuntores e a substituição de 599 Km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

| Índices  | Variação % acumulada<br>nos períodos |            |
|--|--------------------------------------|------------|
|  | 31/12/2009                           | 31/12/2008 |
| Valorização/(Desvalorização) do Real frente ao Dólar | 25,49                                | (31,94)    |
| IGP-M  | (1,72)                               | 9,81       |
| IGP-DI   | (1,43)                               | 9,10       |
| TJLP   | 6,12                                 | 6,25       |
| Selic  | 9,92                                 | 12,48      |
| CDI  | 9,84                                 | 12,33      |
| IPCA   | 4,31                                 | 5,90       |

**40. QUESTÕES AMBIENTAIS (\*)**

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2009, a Sociedade destinou o montante de R\$ 48.849 em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 18.287 foi contabilizado como imobilizado, e está relacionado com a instalação de redes compacta, isolada e cabo pré-reunido.

O valor de R\$ 30.562 foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, limpeza de faixa, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

**41. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando alterar a metodologia dos reajustes tarifários conforme Despacho ANEEL nº 245, publicado no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro de 2010. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias entre reajustes tarifários. A expectativa da Administração da Sociedade é que tal Termo Aditivo, seja assinado no 1º trimestre de 2010 e a nova metodologia de cálculo seja implementada a partir do reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeitos a partir de fevereiro de 2010, preservando-se integralmente os efeitos no resultado da disciplina anteriormente vigente.

**ANEXO I**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Em Milhares de reais)**

|  | 31/12/2009                     |                               | 31/12/2008  |
|--|--------------------------------|-------------------------------|-------------|
|  | Distribuição e comercialização | (*) Atividades não vinculadas | Total       |
|  | Total                          |                               | Total       |
| Receitas operacionais                                    | 4.028.836                      | 5.785                         | 4.034.621   |
| Deduções às receitas operacionais                        | (1.371.913)                    | (361)                         | (1.372.274) |
| Receitas operacionais líquidas                           | 2.656.923                      | 5.424                         | 2.662.347   |
| Custo do serviço de energia elétrica                     | (1.453.591)                    | -                             | (1.453.591) |
| Energia comprada para revenda                            | (1.602.500)                    | -                             | (1.602.500) |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada          | 148.909                        | -                             | 148.909     |
| Custo da operação  | (436.714)                      | (1.264)                       | (437.978)   |
| Gastos com pessoal                                       | (149.358)                      | (955)                         | (150.313)   |
| Gastos com materiais                                     | (24.940)                       | -                             | (24.940)    |
| Gastos com serviços de terceiros                         | (85.284)                       | (51)                          | (85.335)    |
| Depreciação e outras amortizações                        | (126.306)                      | (6)                           | (126.312)   |
| Outras despesas operacionais                             | (55.410)                       | (252)                         | (55.662)    |
| Créditos de PIS e COFINS sobre custo da operação         | 4.584                          | -                             | 4.584       |
| Lucro operacional bruto                                  | 766.618                        | 4.160                         | 770.778     |
| Despesas operacionais                                    | (144.714)                      | (7.348)                       | (152.062)   |
| Despesas com vendas                                      | (21.957)                       | -                             | (21.957)    |
| Despesas gerais administrativas                          | (57.592)                       | -                             | (57.592)    |
| Amortização do ágio                                      | -                              | (7.348)                       | (7.348)     |
| Outras despesas operacionais                             | (65.165)                       | -                             | (65.165)    |
| Resultado do serviço                                     | 621.904                        | (3.188)                       | 618.716     |
| Resultado financeiro                                     | 2.925                          | -                             | 2.925       |
| Resultado operacional                                    | 624.829                        | (3.188)                       | 621.641     |
| Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda | 624.829                        | (3.188)                       | 621.641     |
| Imposto de renda   | (72.089)                       | -                             | (72.089)    |
| Contribuição social                                      | (34.550)                       | -                             | (34.550)    |
| Imposto de renda diferido                                | (75.724)                       | -                             | (75.724)    |
| Contribuição social diferida                             | (21.270)                       | -                             | (21.270)    |
| Reversão dos juros sobre capital próprio                 | 67.559                         | -                             | 67.559      |
| Lucro líquido do exercício                               | 488.755                        | (3.188)                       | 485.567     |

(\*) Os valores referem-se a receitas e despesas atípicas relativas a prestação de serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica e amortização de ágio resultante de mais valia (vide nota 14) referente a incorporação da controladora Terraço Participações LTDA.

**DIRETORIA**

CARLOS MARCIO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA  
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA PINHEIRO  
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD  
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS  
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES  
DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

VITOR CUMINATO FILHO  
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA  
CRC 1SP236785/O-3



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

**CONSELHEIROS**

CARLOS MARCIO FERREIRA

JURACY PEREIRA MAMEDE

JAMES A. HUGHES

ANTONIO MARIO CELIA MARTÍNEZ-APARICIO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Campinas - SP

1.Examinamos os balanços patrimoniais da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2.Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 25 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSUMaurício Pires de Andrade Resende

Auditores Independentes  
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Contador  
CRC nº. 1 MG 049.699/O-2 "T" SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008****Senhores Acionistas,**

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

**1. MENSAGEM DO PRESIDENTE****Dez anos notáveis**

O ano de 2008 representou para a Elektro mais do que o momento em que comemoramos nossa primeira década de existência. É o marco de uma trajetória de sucesso repleta de grandes desafios e conquistas. Recebemos por três vezes o Prêmio Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica) de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e fomos também premiados em categorias como: Melhor Gestão Operacional, Satisfação dos Clientes, Desempenho Econômico-Financeiro e Responsabilidade Social. Nos últimos quatro anos fomos eleitos uma das 20 empresas-modelo pelo Guia Exame de Sustentabilidade (Revista Exame). Todos estes reconhecimentos refletem o nosso compromisso com a qualidade e com a melhoria contínua de nossos processos.

As premiações e os reconhecimentos estão diretamente ligados ao nosso modelo de gestão, que tem na busca permanente pela excelência operacional e no empenho de nossos colaboradores pontos fundamentais para esse sucesso. A Elektro de forma pioneira investe em novas tecnologias, na automação do sistema de distribuição, na formação e preparação de equipes de campo, na qualidade das operações e, o mais importante, na segurança, seu valor número um.

Em 2008, a Elektro obteve um excelente resultado operacional e econômico-financeiro, mesmo levando em conta os impactos da crise financeira internacional nos últimos quatro meses do ano. Fechamos o ano com uma geração operacional de caixa de R\$ 754,4 milhões, resultando numa margem EBITDA de 30%, uma das melhores do setor elétrico. Estes resultados contribuíram para a elevação do *rating* de crédito corporativo de brAA- para brAA pela agência de classificação de risco Standard & Poor's.

Os indicadores operacionais de qualidade DEC (duração equivalente de interrupção por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupção por consumidor) atingiram os melhores níveis dos últimos três anos, sendo o DEC de 8,52 horas anuais, o menor da história da empresa.

Em 2008, foram investidos R\$ 249 milhões em manutenção, ampliação e automação dos sistemas de distribuição de energia elétrica o que reafirma o nosso compromisso com a satisfação de nossos clientes.

O cenário econômico-financeiro internacional, a partir do quarto trimestre de 2008, contrariando a tendência de crescimento verificada nos oito primeiros meses do ano na economia brasileira, aponta para dúvidas e incertezas. Também para essa conjuntura a Elektro está preparada e já atua de forma proativa para mitigar possíveis efeitos da crise global em seu desempenho. Sabemos que agora, mais do que nunca, a busca pela eficiência, por meio da melhoria contínua dos processos e inovação tecnológica, é vital para o negócio.

No setor de energia elétrica a segurança é um valor fundamental. Na Elektro, ele assume a liderança em nossa cadeia de valores e nos estimula a melhorar continuamente nossos processos e metodologias por meio de inovações tecnológicas e da mudança comportamental de nossos colaboradores e parceiros em relação à segurança. Desta forma, buscamos eliminar a exposição das pessoas ao risco de acidentes.

Em 2008, implementamos uma série de programas, como o de segurança baseado no comportamento (*BBS - Behavior Based Safety*), que inclui a utilização de um sistema de observação de comportamentos seguros. Dessa forma, continuamos perseguindo a nossa meta de zero acidente.

Por fim, aproveito para celebrar com os colaboradores, empresas parceiras, clientes, acionistas e demais *stakeholders* essa nossa história de sucesso. Obrigado pelo apoio e comprometimento que fazem da Elektro uma empresa cada vez mais admirada no setor elétrico brasileiro.

**Carlos Marcio Ferreira**  
Diretor-Presidente



## 2. AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2008 foi caracterizado por dois períodos bastante divergentes na economia brasileira.

Os primeiros oito meses do ano foram marcados pelo forte ritmo da economia e pressões inflacionárias decorrentes da elevação de preços de alimentos e *commodities*, aumento na taxa básica de juros (Selic) e valorização do real frente ao dólar norte-americano. Durante este período, o Brasil obteve Grau de Investimento por duas agências de classificação de risco (*rating*) e o índice Bovespa atingiu o recorde histórico de 73,5 mil pontos em 20 de maio de 2008.

No período a partir de setembro de 2008, observou-se o agravamento dos efeitos da crise norte-americana deflagrada pelo crédito imobiliário de alto risco (*sub-prime*), que deu origem a uma profunda crise de confiança nos mercados financeiros globais e instabilidade econômica mundial. Durante o terceiro e quarto trimestres, a economia brasileira foi impactada pelos baixos níveis de liquidez nos mercados decorrentes da falta de confiança nas instituições, escassez de crédito, queda no preço das *commodities* e forte desaceleração da atividade econômica. Este período registrou declínio nas taxas de inflação e o índice Bovespa em queda brusca, atingindo 29,4 mil pontos em 27 de outubro de 2008.

O agravamento da crise internacional atingiu a moeda brasileira. Com menos recursos externos (financeiros e comerciais) e pouco crédito, em 2008, o real desvalorizou quase 32% em relação ao dólar norte-americano, encerrando o ano em R\$ 2,3370.

Influenciada pelo forte aumento no preço das *commodities* no acumulado do ano de 2008, a inflação segundo o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o ano de 2008 em 9,81%, 2,06 pontos percentuais acima da variação registrada em 2007. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também apresentou aceleração com a demanda doméstica aquecida por preços de *commodities* em alta e encerrou o ano em 5,9%, contra 4,46% em 2007.

Em abril de 2008, após sete meses em seu patamar mínimo de 11,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom), pressionado pela alta da inflação, elevou gradualmente a taxa básica de juros (Selic) que, em setembro, atingiu 13,75% ao ano. Já em janeiro de 2009, como consequência da desaceleração econômica e baixos níveis inflacionários, a Selic foi reduzida em um ponto percentual, registrando 12,75% ao ano. O Conselho Monetário Nacional vem conservando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) constante em 6,25% ao ano, desde julho de 2007, o mais baixo patamar desde sua criação em 1984. A TJLP já está fixada nesse nível até março de 2009.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira fechou 2008 com forte desaceleração de 14,5% em relação a igual período do ano anterior.

O saldo acumulado da balança comercial nos doze meses de 2008 é 38,2% menor em relação a 2007 (US\$ 24,7 bilhões contra US\$ 40,0 bilhões). As exportações e importações, cujos resultados continuam sendo recordes, registraram, respectivamente, crescimentos de 23,3% (atingindo US\$ 197,9 bilhões, causado pela elevação conjunta de preços e volume) e 43,6% (atingindo US\$ 173,2 bilhões, pelo crescimento de todas as categorias de produtos, como bens de capital, bens de consumo, matérias-primas e combustíveis).

Os indicadores econômicos que influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

| Indicadores   | Variação Acumulada |        |
|---|--------------------|--------|
|   | 2008               | 2007   |
| Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>                            | 2,3370             | 1,7713 |
| Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar | -31,94%            | 17,15% |
| IGP-M   | 9,81%              | 7,75%  |
| IPCA  | 5,90%              | 4,46%  |
| CDI   | 12,33%             | 11,82% |
| TJLP  | 6,25%              | 6,37%  |

<sup>(1)</sup> Cotação em 31 de dezembro.

### **3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS**

#### **3.1. Revisão Tarifária de 2007**

A revisão tarifária de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória nº 535 de 21 de agosto de 2007, encontrava-se provisória no que tange aos custos operacionais, sendo que deveria ser publicada a revisão tarifária definitiva quando do reajuste tarifário de 2008. Neste período, a componente das tarifas destinada à gestão de inadimplência foi elevada de 0,5% para 0,6% do faturamento bruto. Outros itens, como o modelo de cálculo dos custos operacionais não disponibilizados até a data do reajuste da Elektro, em 27 de agosto de 2008, continuam provisórios, nos termos da Resolução Homologatória nº 700, de 26 de agosto de 2008.

Em 10 de setembro de 2007, a Elektro protocolou Recurso Administrativo junto à ANEEL, no tocante ao valor da Base de Remuneração Regulatória utilizada na revisão tarifária de agosto de 2007. No reajuste tarifário de agosto de 2008, a ANEEL incluiu alguns ativos na Base de Remuneração e revisou os cálculos de custos adicionais e componentes financeiros, segundo o recurso da Elektro, resultando na inclusão de um componente financeiro de R\$ 15,5 milhões na tarifa da Elektro, os quais serão amortizados até agosto de 2009.

Em 25 de novembro de 2008, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 338, que regulamentou a metodologia a ser aplicada a certos itens que foram determinados em caráter provisório durante o segundo ciclo das revisões tarifárias das distribuidoras, visando dar-lhes forma definitiva. Dentre as alterações introduzidas, as mais significativas são as referentes ao cálculo dos custos operacionais eficientes denominados “empresa de referência”, Fator X, banco de preços regionalizados, cujos valores servirão para precificar os ativos da Base de Remuneração Regulatória e as atividades da “empresa de referência” e metodologia para apuração de perdas não técnicas.

Os ajustes na 2ª revisão tarifária da Elektro, em decorrência desta regulação serão efetuados no momento do reajuste tarifário de agosto de 2009, com exceção do banco de preços que será aplicado apenas para o 3º ciclo de revisão tarifária em 2011.

#### **3.2. Reajuste Tarifário de 2008**

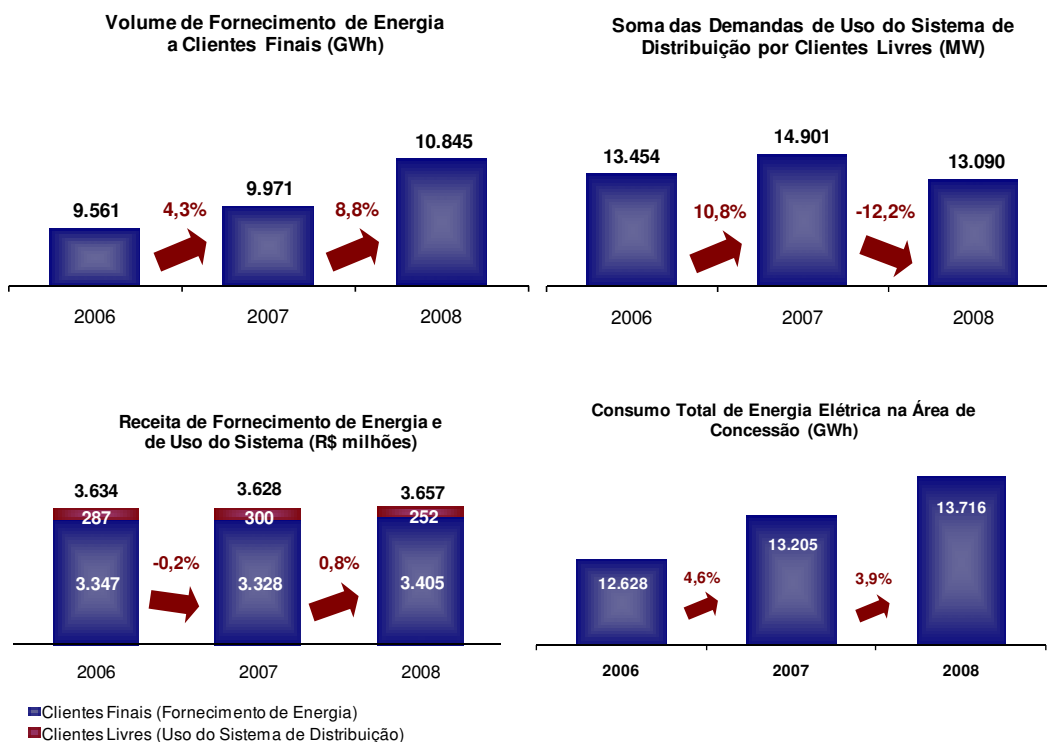
Em 26 de agosto de 2008, a ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 701, concedendo reajuste médio, a ser percebido pelo consumidor, de 10,91% às tarifas da Elektro. Este aumento é composto por 5,76% referente ao reajuste tarifário anual, tal como previsto no contrato de concessão, e 5,15% correspondente a compensações financeiras pertinentes relativas à CVA (variação dos itens de custos não gerenciáveis das distribuidoras, entre os reajustes tarifários anuais), subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da revisão tarifária de 2007 (vide acima), entre outros.

O Fator X, que é deduzido da inflação para fins do reajuste tarifário e visa ao compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade da concessionária resultou em 4,36%.

#### **3.3. Recomposição Tarifária Extraordinária – região de Presidente Prudente**

Em fevereiro de 2008, foi cassada a medida liminar concedida pela Justiça Federal que impedia a cobrança em 26 municípios da área de concessão da Elektro, na região de Presidente Prudente (Oeste do Estado de São Paulo) da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária, que visava a recompor as perdas das empresas de distribuição durante o Programa de Racionamento de Energia Elétrica.

A ANEEL decidiu pela cobrança dos adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios por 52 meses, equivalente ao período residual previsto originalmente para a cobrança em que a liminar vigorou, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008.

**4. DESEMPENHO COMERCIAL****4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**

| Fornecimento de Energia a Clientes Finais        | GWh             |                |             | R\$ milhões    |                |             |
|--|-----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|
|  | 2008            | 2007           | Var. %      | 2008           | 2007           | Var. %      |
| Residencial                                      | 3.346,7         | 3.183,5        | 5,1%        | 1.337,8        | 1.371,5        | -2,5%       |
| Industrial                                       | 4.052,3         | 3.463,5        | 17,0%       | 1.076,5        | 912,7          | 17,9%       |
| Comercial  | 1.580,3         | 1.490,3        | 6,0%        | 555,9          | 575,7          | -3,4%       |
| Rural  | 807,3           | 809,3          | -0,2%       | 158,1          | 175,1          | -9,7%       |
| Poder Público                                    | 229,4           | 262,5          | -12,6%      | 77,3           | 104,7          | -26,2%      |
| Iluminação Pública                               | 428,9           | 394,7          | 8,7%        | 89,1           | 92,3           | -3,5%       |
| Serviços Públicos                                | 400,0           | 366,8          | 9,1%        | 110,3          | 95,9           | 15,0%       |
| <b>Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b> | <b>10.844,9</b> | <b>9.970,6</b> | <b>8,8%</b> | <b>3.404,8</b> | <b>3.327,9</b> | <b>2,3%</b> |

| Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres                        | MW              |                 |               | R\$ milhões  |              |               |
|---|-----------------|-----------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
|   | 2008            | 2007            | Var. %        | 2008         | 2007         | Var. %        |
| <b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b> | <b>13.089,5</b> | <b>14.901,5</b> | <b>-12,2%</b> | <b>252,4</b> | <b>300,4</b> | <b>-16,0%</b> |

|  |                |                |             |
|--|----------------|----------------|-------------|
| <b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b> | <b>3.657,2</b> | <b>3.628,3</b> | <b>0,8%</b> |
|--|----------------|----------------|-------------|

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

No ano de 2008, a Elektro forneceu 10.845 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao ano de 2007, destacando-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

O crescimento da classe industrial é justificado pelo aquecimento da economia como um todo e em particular do setor de construção civil, no primeiro semestre de 2008, destacando-se as indústrias do ramo de cimento e cerâmica que foram representativas para esse crescimento. No entanto, os efeitos da crise financeira mundial no último trimestre de 2008 afetaram fortemente o consumo industrial, notadamente os setores de metalurgia e autopeças, os quais apresentaram significativa redução do consumo.

Durante o ano de 2008, as classes residencial e comercial cresceram 5,1% e 6,0%, respectivamente. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento destas duas classes.

Já a classe rural, quando comparada ao mesmo período de 2007, manteve seu consumo estável. A expansão do cultivo de cana-de-açúcar, na área de concessão da Elektro, justifica essa estabilidade, uma vez que esta cultura utiliza os sistemas de irrigação com menor intensidade.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 9,8% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 3,4% em 2008. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

No ano de 2008 a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, foi de R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões de 2007, mantendo-se estável com variação de 0,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se aos efeitos da revisão tarifária, ocorrido em agosto de 2007, com reajuste médio negativo de 18,59%.

Em 2008, o total de consumo de energia na área de concessão da Elektro foi de 13.716 GWh, considerando os clientes livres e cativos, um crescimento de 3,9% em relação a 2007.

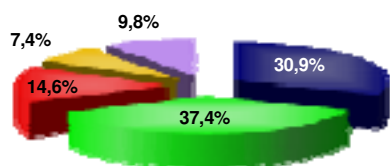
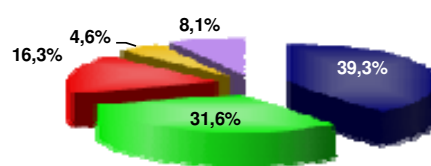
Em dezembro de 2008, a base de clientes da Elektro foi de 2.067 mil clientes, um acréscimo de 62 mil novos clientes ligados nos 12 meses do ano, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao mês de dezembro de 2007.

A Elektro distribui energia elétrica para 223 municípios do estado de São Paulo e mais cinco no estado de Mato Grosso do Sul. No total, são cerca de 5,5 milhões de pessoas atendidas.



#### 4.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo de 2008:

**Volume de Fornecimento de Energia  
a Clientes Finais (10.844,9 GWh)****Receita de Fornecimento de Energia a  
Clientes Finais (R\$ 3.404,8 milhões)**

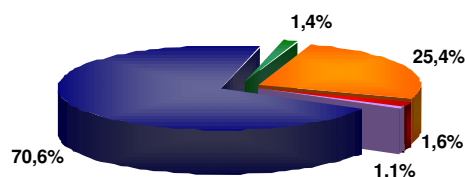
■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais

#### 4.3. Suprimento de Energia

Durante o ano de 2008, 70,6% do suprimento de energia da Elektro foi realizado através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 25,4% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 1,4% de contratos bilaterais, 1,6% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFRA), e 1,1% de compra no mercado de curto prazo (Spot) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro em 2008:

**Suprimento de Energia**

■ Leilões de Energia ■ Contratos Bilaterais ■ Itaipu ■ Proinfra ■ Mercado Spot

#### 5. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA – LEI Nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especialmente em relação ao capítulo que trata da elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo-se critérios de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

O principal objetivo das alterações foi possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Report Standards*).

Desta forma, os resultados do exercício de 2007 tiveram algumas reclassificações devido à alteração da Legislação Societária Brasileira para fins de comparabilidade com 2008. Estas reclassificações estão detalhadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras.

## 6. RESULTADOS

| Valores em R\$ milhões                       | 2008           | 2007           | Variação      |               |
|--|----------------|----------------|---------------|---------------|
|  |                |                | R\$ milhões   | %             |
| Fornecimento de Energia Clientes Finais      | 3.404,8        | 3.327,9        | 76,9          | 2,3%          |
| Reposicionamento Tarifário                   | -              | (93,4)         | (93,4)        | N/A           |
| Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição  | 252,4          | 300,4          | (48,0)        | -16,0%        |
| Outras Receitas                              | 62,6           | 47,8           | 14,8          | 31,0%         |
| <b>Receitas Operacionais</b>                 | <b>3.719,9</b> | <b>3.582,7</b> | <b>137,2</b>  | <b>3,8%</b>   |
| Deduções às Receitas Operacionais            | (1.207,4)      | (1.326,7)      | (119,3)       | -9,0%         |
| <b>Receitas Operacionais Líquidas</b>        | <b>2.512,5</b> | <b>2.256,0</b> | <b>256,5</b>  | <b>11,4%</b>  |
| Energia Comprada para Revenda <sup>(1)</sup> | (1.328,6)      | (1.070,8)      | 257,8         | 24,1%         |
| Gastos Operacionais                          | (553,8)        | (483,3)        | 70,5          | 14,6%         |
| <b>Resultado do Serviço</b>                  | <b>630,1</b>   | <b>701,9</b>   | <b>(71,8)</b> | <b>-10,2%</b> |
| <b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>                 | <b>754,4</b>   | <b>823,2</b>   | <b>(68,8)</b> | <b>-8,4%</b>  |
| <b>Resultado Financeiro</b>                  | <b>(140,2)</b> | <b>(147,5)</b> | <b>(7,3)</b>  | <b>-4,9%</b>  |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>391,8</b>   | <b>466,9</b>   | <b>(75,1)</b> | <b>-16,1%</b> |

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Resultado do Serviço + Amortização do Ágio + Depreciação e Outras Amortizações.

Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 5 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Durante o ano de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,7 bilhões, registrando aumento de 3,8%, quando comparado ao mesmo período de 2007. Do total da receita, 98,3% equivale à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,5 bilhões, registrando crescimento de 11,4% em relação aos doze meses de 2007, basicamente pelo aumento do consumo na área de concessão da Elektro e pelos efeitos do reajuste tarifário de 2008 de 10,91% sobre as tarifas de setembro a dezembro de 2008. Esta elevação é parcialmente compensada pela revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziu as tarifas em média de 18,59%, resultando em impacto negativo sobre as receitas de janeiro a agosto de 2008, quando comparado ao mesmo período de 2007.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 24,1% em comparação ao mesmo período de 2007, devido ao incremento na quantidade comprada em virtude do aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

Os gastos operacionais (custo da operação somado às despesas operacionais) de 2008 foram de R\$ 553,8 milhões contra R\$ 483,3 milhões de 2007, influenciados pela reversão da provisão de ICMS sobre demanda, no valor de R\$ 37,9 milhões em 2007, e pela mudança de critério na contabilização de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado em 2008.

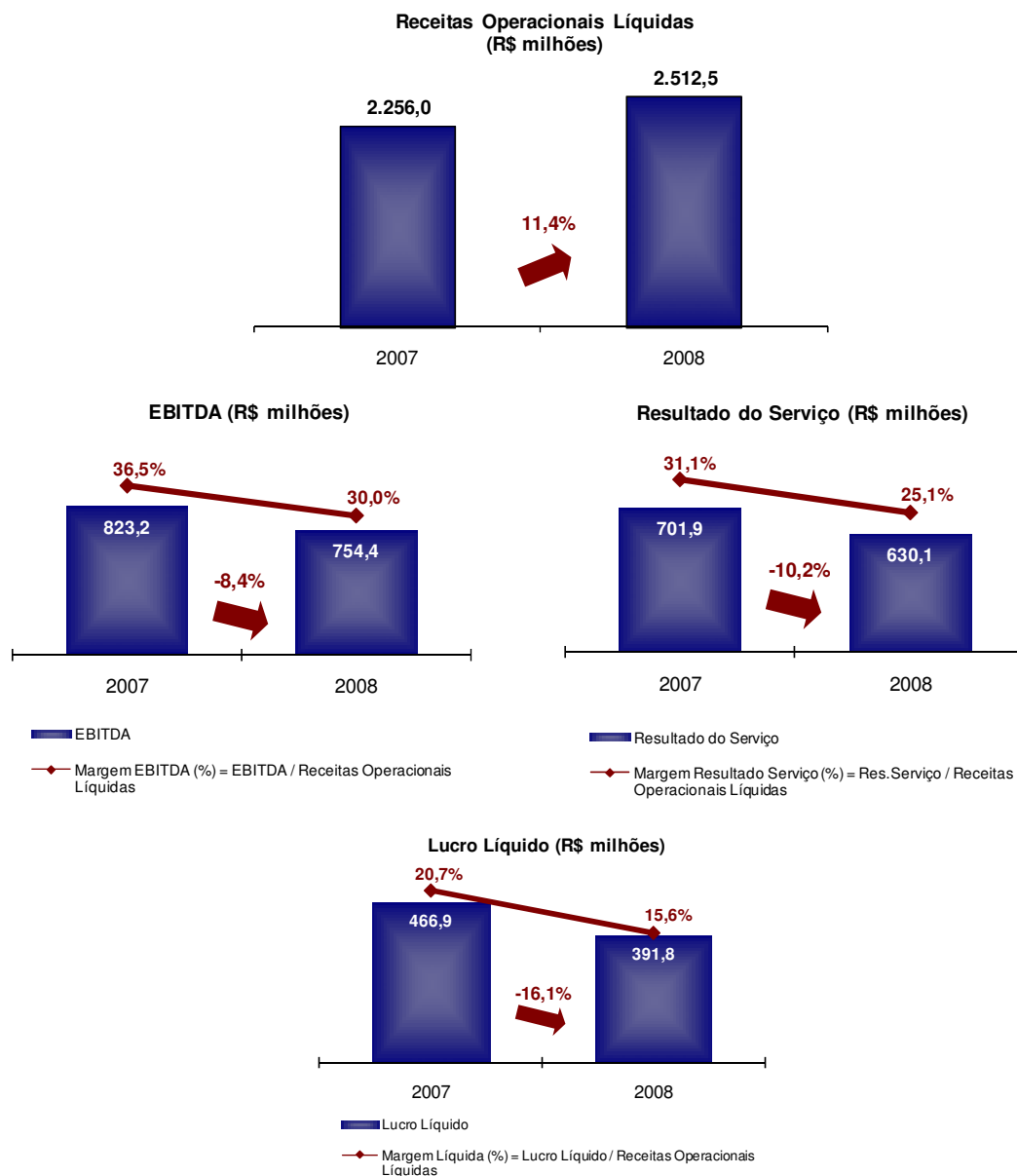
A Elektro encerrou o ano de 2008 com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 754,4 milhões, 8,4% menor em relação ao mesmo período de 2007 e o resultado do serviço foi de R\$ 630,1 milhões, com redução de 10,2% sobre o resultado de dezembro de 2007.

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos, apresentando redução de 4,9% em relação a 2007, devido principalmente a menores

despesas com juros em função do resgate antecipado de debêntures em 2007, e pelo fim da cobrança da CPMF.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 391,8 milhões em dezembro de 2008, comparado a R\$ 466,9 milhões no ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, no ano de 2008 comparado a 2007.





**6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 135,4 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2008. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em duas parcelas, nas seguintes datas: R\$ 115,3 milhões em 26 de agosto de 2008 e R\$ 20,1 milhões em 22 de outubro de 2008.

Em Reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2008, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 67,7 milhões, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, realizado em 28 de janeiro de 2009.

A Administração da Elektro também propôs distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,1 milhões, referente ao exercício de 2008 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser submetido a aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser realizada em 3 de abril de 2009.

**7. ESTRUTURA DE CAPITAL**

|  | 31/12/2008     |                |              |               |
|--|----------------|----------------|--------------|---------------|
|  | Curto<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Total        |               |
|  |                |                | R\$ milhões  | %             |
| <b>Empréstimos com Terceiros</b>                                       | <b>269,1</b>   | <b>610,6</b>   | <b>879,7</b> | <b>100,0%</b> |
| Debêntures   | 203,8          | 368,6          | 572,4        | 65,1%         |
| BNDES Finem / Finame   | 60,7           | 170,9          | 231,6        | 26,3%         |
| Eletrobrás   | 4,6            | 61,9           | 66,5         | 7,6%          |
| Finep  | -              | 9,2            | 9,2          | 1,0%          |
| <b>Total da Dívida</b>   | <b>269,1</b>   | <b>610,6</b>   | <b>879,7</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Perfil da Dívida</b>  | <b>31%</b>     | <b>69%</b>     | <b>100%</b>  |               |
| <b>Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup></b> |                |                | (211,7)      |               |
| <b>Endividamento Líquido</b>   |                |                | <b>668,0</b> |               |

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

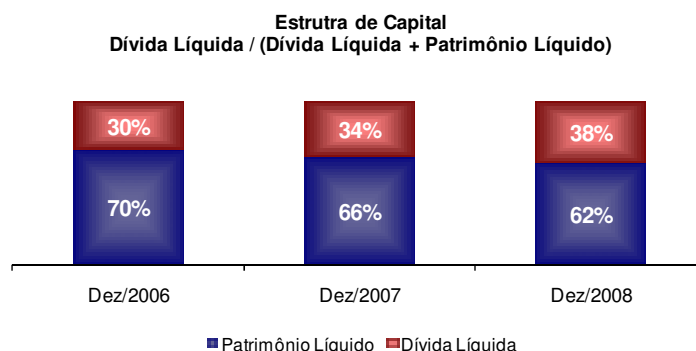
A Elektro encerrou o ano de 2008 com endividamento líquido de R\$ 668,0 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 879,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 211,7 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 69% do total do endividamento.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2008, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento já existentes:

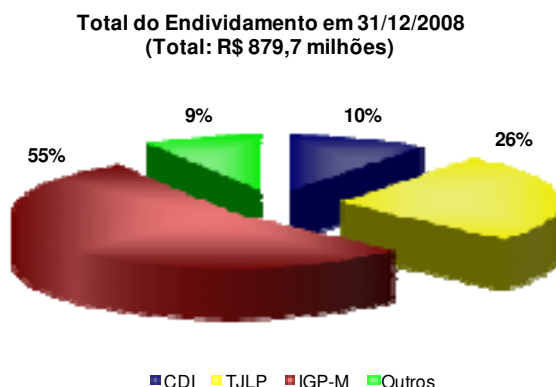
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 50,1 milhões, através de agentes financeiros;
- Eletrobrás: R\$ 14,8 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia): R\$ 5,8 milhões.

Adicionalmente, para financiar novos programas de investimentos da empresa, a Elektro realizou novas captações no montante total de R\$ 58,5 milhões, sendo R\$ 49,3 milhões do BNDES e R\$ 9,2 milhões da Eletrobrás.

Ao final de 2008, o grau de alavancagem da Elektro era de 38%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa e que vem se mantendo estável nos últimos anos.



Ao final do ano, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:



## 8. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Ao final de 2008, a Elektro não possui derivativo e não efetuou ao longo dos meses do ano qualquer operação com estes instrumentos financeiros.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

## 9. FLUXO DE CAIXA

|   | Valores em R\$ milhões |                  | Variação       |
|---|------------------------|------------------|----------------|
|   | 2008                   | 2007             | R\$ milhões    |
| <b>Lucro líquido do período</b>   | <b>391,8</b>           | <b>466,9</b>     | <b>(75,1)</b>  |
| Depreciação e outras amortizações   | 124,3                  | 121,2            | 3,1            |
| Amortização e constituição de tributos diferidos  | 63,6                   | 45,9             | 17,8           |
| Juros e variação monetária  | 137,7                  | 159,9            | (22,2)         |
| Outros  | 40,4                   | (23,9)           | 64,3           |
| <b>Despesas que não afetam o caixa</b>  | <b>366,1</b>           | <b>303,1</b>     | <b>63,0</b>    |
| <b>Lucro Líquido Ajustado</b>   | <b>757,9</b>           | <b>770,0</b>     | <b>(12,1)</b>  |
| Variação do Capital de Giro Operacional   | (143,7)                | 296,7            | (440,4)        |
| <b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b> | <b>614,2</b>           | <b>1.066,7</b>   | <b>(452,5)</b> |
| Aquisições de Imobilizado   | (267,9)                | (264,9)          | 3,0            |
| Outros  | (7,6)                  | 15,8             | (23,4)         |
| <b>Atividades de Investimento</b>   | <b>(275,5)</b>         | <b>(249,1)</b>   | <b>26,4</b>    |
| Amortização de principal e juros  | (139,7)                | (501,5)          | 361,8          |
| Captação de empréstimos e arrendamento mercantil  | 128,7                  | 133,1            | (4,3)          |
| <b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>                                 | <b>(10,9)</b>          | <b>(368,4)</b>   | <b>357,4</b>   |
| Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio   | (280,1)                | (775,5)          | 495,4          |
| <b>Atividades de Financiamento após o Pagamento de Dividendos</b>                                   | <b>(291,0)</b>         | <b>(1.143,9)</b> | <b>852,8</b>   |
| <b>Geração / (Consumo) Líquido de Caixa</b>   | <b>47,7</b>            | <b>(326,3)</b>   | <b>374,0</b>   |
| Saldo Inicial do Período  | 157,3                  | 483,6            | (326,3)        |
| <b>Saldo Disponível de Caixa do Período</b>   | <b>205,0</b>           | <b>157,3</b>     | <b>47,7</b>    |

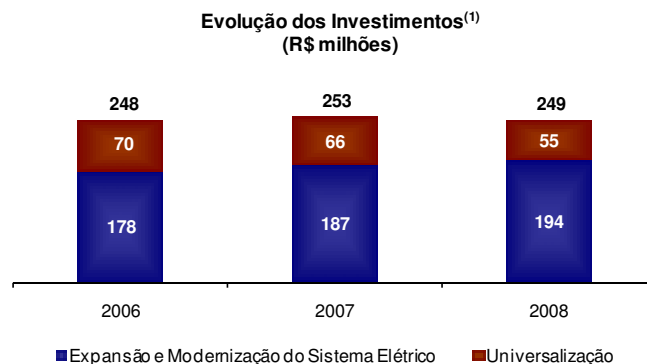
Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 5 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Em 2008, a geração de caixa foi de R\$ 47,7 milhões, R\$ 374,0 milhões superior ao consumo de R\$ 326,3 milhões de caixa registrado em 2007. Esta variação deve-se principalmente a:

- Redução de R\$ 359,8 milhões na amortização de principal e juros de dívidas, decorrentes do resgate antecipado das debêntures em 2007;
- Redução de R\$ 495,4 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, em função do acúmulo de dividendos observado em 2007, primeiro ano em que a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários, e dos efeitos da revisão tarifária de 2007 sobre os dividendos de 2008;
- Os efeitos acima são parcialmente compensados pela redução de R\$ 452,5 milhões na Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros, principalmente em função dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, que em média reduziram as tarifas em 18,59% e elevação dos desembolsos referentes aos itens da Parcela A das tarifas (itens não gerenciáveis) que sofreram aumentos, principalmente da energia comprada de Itaipu, que é denominada em dólares norte-americanos. Estes montantes compõem um ativo regulatório (CVA) que será amortizado em 12 meses a partir do reajuste tarifário de 2009. Para mais detalhes, ver Nota Explicativa nº 12.

**10. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO**

No ano de 2008, a Elektro investiu R\$ 267,9 milhões, dos quais R\$ 18,9 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.



(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

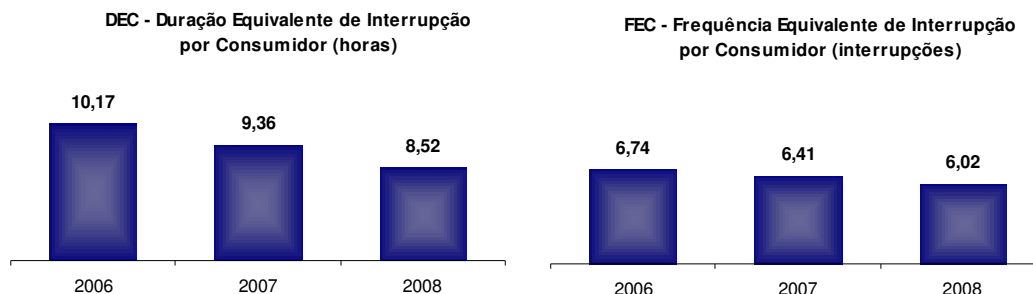
- R\$ 194,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 102,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 22,1 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 48,1 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 21,5 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 54,7 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei n° 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 41,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.590 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
  - R\$ 13,3 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados em Universalização em 2008 foram inferiores aos realizados no ano anterior, devido ao menor volume de ligações de clientes, especialmente dentro do Programa Luz para Todos (7.590 ligações em 2008 contra 9.474 em 2007, representando uma redução de R\$ 11 milhões nos investimentos). Por outro lado, houve um aumento das necessidades de investimentos em Expansão, Melhoria e Preservação do sistema elétrico (R\$ 7,0 milhões decorrentes, basicamente, de manutenção programada e expansão de obras de subestações, linhas de transmissão e distribuição).

**11. DESEMPENHO OPERACIONAL****11.1. Indicadores Operacionais**

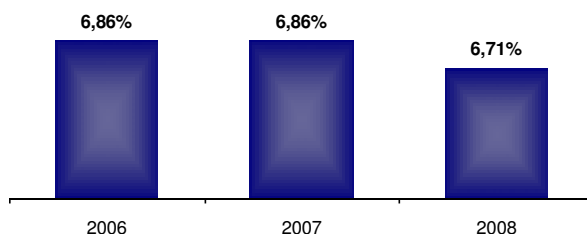
Os indicadores técnicos DEC e FEC da Elektro, que medem, respectivamente, a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor registraram, em 2008, os melhores níveis dos últimos três anos. Esses resultados devem-se aos investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e preservação dos ativos que mantiveram a robustez da rede, bem como aos investimentos em digitalização, automação e sistemas, que aprimoraram a eficiência no monitoramento e controle da rede, trazendo melhoria na qualidade do fornecimento.

No gráfico abaixo, demonstramos os valores de DEC e FEC dos últimos três anos e, pela primeira vez, a Elektro registra DEC abaixo de 9,0 horas anuais.



Obs.: Os indicadores de DEC e FEC de 2006 em diante não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela Resolução ANEEL 024/2000. Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 2006 seriam 12,81 e 7,98, respectivamente, os indicadores de DEC e FEC de 2007 seriam 10,97 e 7,15, respectivamente e os indicadores de DEC e FEC de 2008 seriam 10,44 e 6,89, respectivamente.

#### Perdas de Energia



Obs.: 1. O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

2. No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da LT Jaguariáiva – Itararé II de 230 KV, prevista para o final de 2009. Se considerado, o índice seria 6,95%, em 2008.

Em 2008, o índice de Perdas apresentou redução quando comparado ao exercício de 2007, ano que foi marcado por sensíveis oscilações do índice, que pode ser atribuída a conclusão do processo de implantação da nova configuração das medições de fronteiras, conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL 344/2002 e 067/2004, que transferiu para a Elektro, as perdas dos transformadores onde existem medições de fronteira na baixa tensão e passaram a ser contabilizadas na alta tensão. A conclusão do processo favorece a estabilidade do índice em relação aos anos anteriores.

#### 11.2. Tecnologia da Informação

Em 2008, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação focaram soluções avançadas para a melhoria contínua e qualidade no fornecimento de energia da Elektro.

Dentre eles, destacamos os seguintes projetos:

**Projeto NEO:** Este projeto visa identificar e implementar melhorias nos processos e sistemas da empresa, aprimorando a eficiência operacional e explorando todo o potencial da nova versão da ferramenta de tecnologia da informação SAP, uma importante plataforma tecnológica de gestão. Iniciado em 2007, os benefícios da nova ferramenta vão desde a redução de custos e a eliminação de atividades manuais e redundantes na rotina dos colaboradores até a prestação de serviços com mais agilidade, qualidade e segurança. A conclusão do projeto está prevista para 2009.

**Projeto Novo Data Center:** A nova plataforma tornou mais seguros os negócios da empresa, permitindo eventuais expansões de equipamentos, servidores e serviços sem a necessidade de paradas operacionais. A estrutura possui máquinas e sistemas de processamento avançados, com geração própria de energia, fornecida por uma subestação exclusiva. Os estudos realizados para a execução do projeto levaram em conta a estratégia da empresa e considerou a construção de uma sala-cofre, compartimento que emprega alta tecnologia e é isolado contra fogo e outras ameaças externas. O antigo Data Center servirá como suporte para *backups*, garantindo ainda mais segurança à operação.

## 12. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas a livre mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais.

| COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL                      |                   |                |                     |                |                    |                |
|---|-------------------|----------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| Acionista                                       | Ações Ordinárias  |                | Ações Preferenciais |                | Total de Ações     |                |
|   | Qtde.             | Part (%)       | Qtde.               | Part (%)       | Qtde.              | Part (%)       |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -                 | 0,00%          | 66.744.382          | 65,51%         | 66.744.382         | 34,45%         |
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221         | 7,16%          | -                   | 0,00%          | 6.579.221          | 3,40%          |
| EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480        | 64,55%         | -                   | 0,00%          | 59.310.480         | 30,61%         |
| ETB - Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606        | 28,26%         | 34.535.214          | 33,90%         | 60.499.820         | 31,22%         |
| Acionistas Minoritários                         | 26.665            | 0,03%          | 598.697             | 0,59%          | 625.362            | 0,32%          |
| <b>Total</b>                                    | <b>91.880.972</b> | <b>100,00%</b> | <b>101.878.293</b>  | <b>100,00%</b> | <b>193.759.265</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>Participação sobre o total de Ações</b>      | <b>47,42%</b>     |                | <b>52,58%</b>       |                | <b>100,00%</b>     |                |

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício.

## 13. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A empresa mantém canal de comunicação com o mercado pelo *website* [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br) ou pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

## 14. GRUPAMENTO DE AÇÕES

Em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Elektro na proporção de 2.000 ações existentes para uma nova ação.

Seguindo uma tendência de mercado, o grupamento de ações visou possibilitar que ações da Elektro fossem negociadas de forma unitária e não mais por lote de mil ações, situação anterior. O processo não implicou em alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 05 de maio de 2008, foi concluído o processo de grupamento de ações e a apuração das frações que resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias, que foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em julho de 2008.

**15. MEIO AMBIENTE**

No desempenho das atividades operacionais da Elektro estão contempladas a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2008, a empresa destinou R\$ 26,2 milhões em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 3,0 milhões foram contabilizados como imobilizado, e estão relacionados com a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos.

O valor de R\$ 23,2 milhões foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

Atualmente, a Elektro conta com a certificação ISO 14001 em quatro subestações e segue um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) como ferramenta de administração interna, estabelecendo as diretrizes e organizando as ações da empresa nessa área. A Elektro não faz qualquer intervenção no ambiente sem autorização das autoridades ou do gestor da unidade de conservação.

**16. PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS**

Em 2008, além dos investimentos no sistema elétrico, Universalização, tecnologia da informação e meio ambiente, a Elektro também seguiu investindo em projetos sociais que focam o desenvolvimento sustentável de comunidades da área de concessão e da Sede corporativa da empresa, em Campinas, no Estado de São Paulo.

Para contribuir ainda mais na promoção da responsabilidade social e do desenvolvimento das comunidades, a empresa criou o Instituto Elektro, que completou cinco anos em 2008 e vem implementando programas e projetos sociais com foco em educação e com o apoio de voluntários da Companhia.

Sob a responsabilidade do Instituto Elektro, seis projetos e programas sociais foram desenvolvidos durante o ano. As iniciativas reúnem três vertentes: Educare (educação para a vida, por meio dos programas Fazer Acontecer e Escola Formare Elektro), Voluntas (promoção do voluntariado e da responsabilidade social, com os programas Censo de Pessoas com Deficiência, Abrace e Prêmio Empreendedor Social) e Preservare (educação para a sustentabilidade, promovida pelo programa Jovens EConscientes).

Mais informações sobre os projetos e programas sociais da Elektro são encontradas no endereço eletrônico [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

**17. RECONHECIMENTO****50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa**

Em 29 de abril de 2008, a Elektro recebeu o prêmio "As 10 melhores empresas em cidadania corporativa", promovido pela revista Gestão & RH, que premiou as 50 melhores empresas em cidadania corporativa. O resultado serve de base para a classificação da empresa no Índice de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO), que foi realizado no segundo semestre de 2008. Foram avaliados quatro critérios: responsabilidade social; responsabilidade ambiental; ética e relacionamento com os públicos de interesse; e envolvimento dos colaboradores.

**Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC)**

Em 11 de junho de 2008, a Elektro foi eleita a melhor empresa na categoria "Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras" do Prêmio IASC, que mede a satisfação do cliente. O índice é



medido pela ANEEL desde 2000, com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.

#### **Prêmio ABRADÉE Melhor Gestão Operacional**

Em 17 de julho de 2008, a Elektro foi premiada pela quarta vez na categoria Melhor Gestão Operacional da ABRADÉE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica). O prêmio mede a excelência operacional das ações da empresa na distribuição de energia elétrica.

#### **Prêmio As 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO**

Em 02 de outubro de 2008, a Elektro foi eleita pela revista Gestão & RH entre as 10 Melhores Empresas do Brasil na pesquisa nacional sobre “As 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO”. O objetivo da pesquisa é analisar o estágio atual das “1.000 Maiores Empresas Brasileiras” (critério Revista Exame), em termos de desenvolvimento humano organizacional.

#### **Prêmio ABRASCA de Melhor Relatório Anual 2007 – Menção Honrosa**

Em 16 de outubro de 2008, a Elektro recebeu Menção Honrosa pelo Melhor Relatório Anual 2007, na categoria Aspectos Sócio-Ambientais, da Abrasca, além de ter sido classificada em 4º lugar na premiação da categoria 1 (empresas com receita líquida igual ou acima de R\$ 1 bilhão).

Criado em 1999, o prêmio tem por objetivo incentivar o aprimoramento da elaboração de relatórios com maior clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações e caráter inovador, tanto na apresentação expositiva quanto no projeto gráfico.

O 10º Prêmio de Melhor Relatório Anual 2007 contou com 94 inscritos, entre empresas de capital aberto, fechado e organizações não empresariais.

#### **Empresa-Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil**

Em 29 de outubro de 2008, o Guia Exame de Sustentabilidade elegeu a Elektro como Empresa Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. O objetivo do prêmio é destacar as empresas com bom desempenho nos diversos aspectos de sustentabilidade de maneira equilibrada. Foram avaliadas 128 empresas, sendo que apenas 20 foram consideradas como modelo.

#### **Prêmio Fundação Coge**

Em 28 de novembro de 2008, a Elektro conquistou pelo segundo ano consecutivo o Prêmio Fundação Coge, com o Projeto Sistema de Gestão do Conhecimento (SGC) na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. O prêmio tem o objetivo de divulgar projetos e práticas bem-sucedidas implementadas por empresas do setor elétrico brasileiro e, em sua oitava edição, contou com 56 projetos inscritos de 23 empresas.

### **18. INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA ELEKTRO**

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Elektro em 2008, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Demonstrações Financeiras da empresa.

A Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2008.

## 19. BALANÇO SOCIAL

| 1 - Base de Cálculo  | 2008 Valor (mil reais)  |   |  | 2007 Valor (mil reais)  |   |  |
|--|---|---|--|---|---|--|
| Receita líquida (RL)   | 2.512.477   |   |  | 2.256.073   |   |  |
| Resultado operacional (RO)   | 508.342   |   |  | 566.774   |   |  |
| Folha de pagamento bruta (FPB)   | 219.356   |   |  | 215.228   |   |  |
| 2 - Indicadores Sociais Internos   | Valor (mil)   | % sobre FPB   | % sobre RL   | Valor (mil)   | % sobre FPB   | % sobre RL   |
| Alimentação  | 13.660  | 6,23%   | 0,54%  | 12.547  | 5,83%   | 0,56%  |
| Transporte   | 600   | 0,27%   | 0,02%  | 506   | 0,24%   | 0,02%  |
| Encargos sociais compulsórios  | 43.445  | 19,81%  | 1,73%  | 42.346  | 19,67%  | 1,88%  |
| Previdência privada  | 3.869   | 1,76%   | 0,15%  | 3.832   | 1,78%   | 0,17%  |
| Saúde  | 9.338   | 4,26%   | 0,37%  | 8.564   | 3,98%   | 0,38%  |
| Segurança no trabalho  | 5.599   | 2,55%   | 0,22%  | 6.782   | 3,15%   | 0,30%  |
| Educação   | 662   | 0,30%   | 0,03%  | 344   | 0,16%   | 0,02%  |
| Cultura  | 150   | 0,07%   | 0,01%  | 110   | 0,05%   | 0,00%  |
| Capacitação e desenvolvimento profissional   | 5.097   | 2,32%   | 0,20%  | 5.224   | 2,43%   | 0,23%  |
| Creches ou auxílio-creche  | 319   | 0,15%   | 0,01%  | 320   | 0,15%   | 0,01%  |
| Participação nos lucros ou resultados  | 12.865  | 5,86%   | 0,51%  | 12.372  | 5,75%   | 0,55%  |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b>  | <b>95.604</b>   | <b>43,58%</b>   | <b>3,81%</b>   | <b>92.947</b>   | <b>43,19%</b>   | <b>4,12%</b>   |
| 3 - Indicadores Sociais Externos   | Valor (mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   | Valor (mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   |
| Educação   | 2.237   | 0,44%   | 0,09%  | 3.572   | 0,63%   | 0,16%  |
| Cultura  | 2.785   | 0,55%   | 0,11%  | 3.121   | 0,55%   | 0,14%  |
| Outros   | 4.848   | 0,95%   | 0,19%  | 5.333   | 0,94%   | 0,24%  |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>  | <b>9.870</b>  | <b>1,94%</b>  | <b>0,39%</b>   | <b>12.026</b>   | <b>2,12%</b>  | <b>0,53%</b>   |
| Tributos (excluídos encargos sociais)  | 1.221.280   | 240,25%   | 48,61%   | 1.352.310   | 238,60%   | 59,94%   |
| <b>Total - Indicadores sociais externos</b>  | <b>1.231.150</b>  | <b>242,19%</b>  | <b>49,00%</b>  | <b>1.364.336</b>  | <b>240,72%</b>  | <b>60,47%</b>  |
| 4 - Indicadores Ambientais   | Valor (mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   | Valor (mil)   | % sobre RO  | % sobre RL   |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa   | 12.976  | 2,55%   | 0,52%  | 26.484  | 4,67%   | 1,17%  |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos  | 13.192  | 2,60%   | 0,53%  | 657   | 0,12%   | 0,03%  |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>  | <b>26.168</b>   | <b>5,15%</b>  | <b>1,04%</b>   | <b>27.141</b>   | <b>4,79%</b>  | <b>1,20%</b>   |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:<br><input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |   |   |  |   |   |  |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional   | 2008  |   |  | 2007  |   |  |
| Nº de empregados(as) ao final do período   | 2.678   |   |  | 2.690   |   |  |
| Nº de admissões durante o período  | 319   |   |  | 280   |   |  |
| Nº de demissões no período   | 331   |   |  | 258   |   |  |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)   | 3.508   |   |  | 4.382   |   |  |
| Nº de estagiários(as)  | 20  |   |  | 17  |   |  |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos  | 610   |   |  | 557   |   |  |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa  | 474   |   |  | 471   |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres  | 18,18%  |   |  | 17,17%  |   |  |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa  | 274   |   |  | 259   |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)  | 0,77%   |   |  | 1,01%   |   |  |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais  | 42  |   |  | 42  |   |  |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial  | 2008  |   |  | 2007  |   |  |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa   | 54  |   |  | 52  |   |  |
| Número total de acidentes de trabalho  | 65  |   |  | 63  |   |  |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)            | <input type="checkbox"/> direção  | <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)            |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:   | <input type="checkbox"/> direção e gerências  | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)       | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa         | <input type="checkbox"/> direção e gerências  | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)       | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa         |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:   | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT         | <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT  | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT         | <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT  |
| A previdência privada contempla:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção  | <input type="checkbox"/> direção e gerências            | <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:  | <input type="checkbox"/> não são considerados   | <input type="checkbox"/> são sugeridos                  | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos             | <input type="checkbox"/> não são considerados   | <input type="checkbox"/> são sugeridos                  | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos             |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:  | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> apóia                          | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva     | <input type="checkbox"/> não se envolve   | <input type="checkbox"/> apóia                          | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva     |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):  | na empresa 316.956  | no Procon 1.454   | na Justiça 1.019   | na empresa 334.933  | no Procon 2.287   | na Justiça 1.558   |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:   | na empresa 100%   | no Procon 100%  | na Justiça 13%   | na empresa 100%   | no Procon 100%  | na Justiça 14%   |
| Valor adicionado total a distribuir (reais mil):   | 1.961.620   |   |  | 2.181.528   |   |  |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):  | 62,25% governo 9,02% colaboradores(as) 18,92% acionistas 8,76% terceiros 1,05% retido |   |  | 61,99% governo 7,92% colaboradores(as) 20,33% acionistas 8,69% terceiros 1,07% retido |   |  |
| 7 - Outras Informações   | 2008  |   |  | 2007  |   |  |
| 1 - Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:   | 322   |   |  | 316   |   |  |
| 2 - Desconto total na conta de energia elétrica destinado organizações sem fins lucrativos (reais mil):  | 4.103,0   |   |  | 4.762,9   |   |  |

**20. COMENTÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL**

Em relação ao Balanço Social da Elektro em 2008, elaborado de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) destacam-se as ações culturais voltadas para a comunidade, investimentos ambientais, em treinamento e desenvolvimento, em segurança no trabalho e na prevenção de acidentes de trabalho.

No último exercício, a redução do total de investimentos sociais voltados para a comunidade deve-se à morosidade do PAC (Programa de Apoio à Cultura do Estado de São Paulo) em aprovar os projetos culturais enviados pela empresa, e à integração da Estação Elektro e Cine Elektro num único programa - Circuito Cultural Elektro. O Circuito visa a percorrer os municípios da área de concessão da empresa para desenvolver atividades voltadas para música, teatro, cinema e museu da energia, além de disseminar a importância do uso seguro e eficiente da energia elétrica.

Quanto aos investimentos em segurança no trabalho, a redução deve-se à aquisição em 2007 dos novos uniformes para os eletricitistas – produzido com tecido antichama e faixas reflexivas, seguindo o padrão definido pelas normas regulamentadoras NR 10 (que trata de instalações e serviços em eletricidade) e NR 16 (equipamento e proteção individual).

A empresa deu continuidade em 2008 às ações de promoção da segurança como Diálogos Semanais de Segurança, informativo “Lições aprendidas”, Programa de Observação de Segurança, reuniões mensais das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa) e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat), além da criação do programa Comportamento pela Vida, que por meio de treinamentos, visa a estimular os colaboradores a abordarem seu colega quando considerar que há alguma ação insegura nos procedimentos de segurança, que visam a contribuir para a redução da ocorrência de acidentes.

Quanto aos investimentos ambientais, os valores baseiam-se de acordo com os programas e projetos da empresa. Os investimentos relacionados à produção e operação da empresa incluem a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação e poda de árvores. Os investimentos em programas e/ou projetos externos incluem os projetos de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e conscientização ambiental, como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

O valor referente ao investimento em previdência privada em 2007 (indicadores sociais internos) foi atualizado de R\$ 2.614 mil para R\$ 3.832 mil, para fins de comparação com os valores de 2008, que passaram a incluir as taxas de administração dos planos previdenciários oferecidos pela empresa.

**Balanços patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**(em milhares de Reais)**

| <b>Ativo</b>  | <b>Notas</b> | <b>31/12/2008</b> | <b>31/12/2007</b>     |
|---|--------------|-------------------|-----------------------|
|   |              |                   | <b>Reapresentação</b> |
| <b>Circulante</b>   |              | <b>856.105</b>    | <b>772.102</b>        |
| <b>Disponibilidades</b>                                       |              | <b>205.020</b>    | <b>157.328</b>        |
| Bancos  |              | 3.359             | 25.815                |
| Aplicações financeiras  | 5            | 201.661           | 131.513               |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |              | <b>651.085</b>    | <b>614.774</b>        |
| Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores           | 6            | 499.216           | 467.591               |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                 | 7            | (43.656)          | (44.258)              |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 8            | 15.737            | 44.036                |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 9            | 5.336             | -                     |
| Ativo regulatório transmissoras                               | 10           | 6.293             | 10.789                |
| TUSD-G  | 11           | 13.722            | -                     |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | 12           | 7.856             | -                     |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | 13           | 2.268             | 6.201                 |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 15           | 105.135           | 92.669                |
| Almoxarifado  |              | 4.153             | 3.973                 |
| Outros créditos   |              | 35.025            | 33.773                |
| <b>Não circulante</b>   |              | <b>2.098.898</b>  | <b>1.910.045</b>      |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                               |              | <b>516.780</b>    | <b>481.497</b>        |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>                   |              | <b>516.780</b>    | <b>481.497</b>        |
| Parcelamentos de débitos e supridores                         | 6            | 41.281            | 41.974                |
| Caução de fundos e depósitos vinculados                       | 8            | 11.711            | 10.722                |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 9            | 12.419            | 15.960                |
| Ativo regulatório transmissoras                               | 10           | -                 | 6.293                 |
| TUSD-G  | 11           | 31.713            | -                     |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | 12           | 99.130            | 8.234                 |
| Recomposição de PIS e COFINS                                  | 13           | -                 | 3.263                 |
| Tributos diferidos e a compensar                              | 15           | 310.194           | 388.921               |
| Outros créditos   |              | 10.332            | 6.130                 |
| <b>Investimentos</b>  | 16           | 4.334             | 4.343                 |
| <b>Imobilizado</b>  | 17           | 1.537.888         | 1.387.251             |
| <b>Intangível</b>   | 18           | 39.896            | 36.954                |
| <b>Total do Ativo</b>   |              | <b>2.955.003</b>  | <b>2.682.147</b>      |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Balanços patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**(em milhares de reais)**

| <b>Passivo</b>  | <b>Notas</b> | <b>31/12/2008</b> | <b>31/12/2007</b>     |
|---|--------------|-------------------|-----------------------|
|   |              |                   | <b>Reapresentação</b> |
| <b>Circulante</b>   |              | <b>1.005.483</b>  | <b>719.390</b>        |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 19           | 65.325            | 48.099                |
| Debêntures  | 20           | 203.755           | 18.618                |
| Arrendamento mercantil  | 21           | 7.744             | 2.956                 |
| Fornecedores e supridores de energia elétrica                 | 22           | 239.856           | 217.503               |
| Tributos a recolher   | 23           | 112.098           | 86.198                |
| Encargos do consumidor  | 24           | 24.729            | 18.617                |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar              | 25           | 223.178           | 143.663               |
| Salários e contribuições sociais                              |              | 35.116            | 32.954                |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 26           | 35.071            | 36.840                |
| Energia livre   | 9            | 5.473             | 8.817                 |
| Passivo regulatório transmissoras                             | 10           | 6.293             | 10.789                |
| TUSD-G  | 11           | 12.839            | -                     |
| Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA | 12           | -                 | 11.293                |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | 28           | 944               | 37.723                |
| Outros passivos   |              | 33.062            | 45.320                |
| <b>Não circulante</b>   |              | <b>846.488</b>    | <b>880.352</b>        |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                                 |              | <b>846.488</b>    | <b>880.352</b>        |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 19           | 241.980           | 177.247               |
| Debêntures  | 20           | 368.606           | 508.332               |
| Arrendamento mercantil  | 21           | 22.284            | 10.290                |
| Obrigações do programa de eficiência energética               | 26           | 14.401            | 7.872                 |
| Provisão para ações judiciais, líquidas                       | 27.1         | 81.701            | 83.189                |
| Energia livre   | 9            | 15.484            | -                     |
| Passivo regulatório transmissoras                             | 10           | -                 | 6.293                 |
| TUSD-G  | 11           | 31.713            | -                     |
| Devolução baixa renda - modicidade tarifária                  | 28           | 41.890            | 54.637                |
| Plano de pensão   | 39           | 23.496            | 31.846                |
| Outros passivos   |              | 4.933             | 646                   |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                     | 29           | <b>1.103.032</b>  | <b>1.082.405</b>      |
| Capital social  |              | 952.492           | 952.492               |
| Reserva de capital  |              | 50.539            | 50.539                |
| Reserva legal   |              | 100.001           | 80.466                |
| Prejuízos acumulados  |              | -                 | (1.092)               |
| <b>Total do Passivo</b>                                       |              | <b>2.955.003</b>  | <b>2.682.147</b>      |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações de resultados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

|   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2008</b>  | <b>31/12/2007</b>     |
|---|--------------|--------------------|-----------------------|
|   |              |                    | <b>Reapresentação</b> |
| <b>Receitas operacionais</b>                                    |              | <b>3.719.874</b>   | <b>3.582.762</b>      |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        |              | <b>(1.207.397)</b> | <b>(1.326.689)</b>    |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>30</b>    | <b>2.512.477</b>   | <b>2.256.073</b>      |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     |              | <b>(1.328.595)</b> | <b>(1.070.771)</b>    |
| Energia comprada para revenda                                   | 31           | (1.461.478)        | (1.181.576)           |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 |              | 132.883            | 110.805               |
| <b>Custo da operação</b>  |              | <b>(397.676)</b>   | <b>(337.050)</b>      |
| Gastos com pessoal  | 32           | (135.884)          | (129.277)             |
| Gastos com materiais  | 33           | (24.955)           | (23.659)              |
| Gastos com serviços de terceiros                                | 34           | (71.819)           | (66.735)              |
| Depreciação e outras amortizações                               |              | (116.981)          | (113.851)             |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | 35           | (52.086)           | (19.044)              |
| Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação              |              | 4.049              | 15.516                |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  |              | <b>786.206</b>     | <b>848.252</b>        |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    |              | <b>(156.154)</b>   | <b>(146.256)</b>      |
| Despesas com vendas   |              | (15.058)           | (13.089)              |
| Despesas gerais administrativas                                 |              | (63.543)           | (64.495)              |
| Amortização do ágio   |              | (7.348)            | (7.348)               |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | 35           | (70.205)           | (61.324)              |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     |              | <b>630.052</b>     | <b>701.996</b>        |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>36</b>    | <b>(140.232)</b>   | <b>(147.508)</b>      |
| Receitas financeiras  |              | 66.841             | 103.117               |
| Despesas financeiras  |              | (110.973)          | (152.860)             |
| Variação cambial e monetária, líquidas                          |              | (28.386)           | (30.180)              |
| Juros sobre capital próprio                                     |              | (67.714)           | (67.585)              |
| <b>Resultado operacional</b>                                    |              | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>        |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> |              | <b>489.820</b>     | <b>554.488</b>        |
| Imposto de renda  | 37           | (74.867)           | (79.288)              |
| Contribuição social   | 37           | (25.754)           | (30.641)              |
| Imposto de renda diferido                                       | 37           | (47.633)           | (34.536)              |
| Contribuição social diferida                                    | 37           | (17.493)           | (10.751)              |
| Reversão de juros sobre capital próprio                         |              | 67.714             | 67.585                |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               |              | <b>391.787</b>     | <b>466.857</b>        |
| <b>Lucro líquido do exercício por ação – R\$</b>                |              | <b>2,02</b>        | <b>2,41</b>           |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
(em milhares de reais)**

|  | Notas | Capital<br>social | Reservas de<br>capital | Reserva<br>legal | Prejuízos<br>acumulados | Total            |
|--|-------|-------------------|------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2006 (Publicado)</b>      |       | <b>952.492</b>    | <b>50.539</b>          | <b>57.121</b>    | <b>-</b>                | <b>1.060.152</b> |
| Ajustes da Lei nº 11.638/07 - Anos anteriores            | 2     | -                 | -                      | -                | (1.038)                 | (1.038)          |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2006 (Ajustado)</b>       |       | <b>952.492</b>    | <b>50.539</b>          | <b>57.121</b>    | <b>(1.038)</b>          | <b>1.059.114</b> |
| Lucro líquido do exercício                               |       | -                 | -                      | -                | 466.857                 | 466.857          |
| Destinação do lucro líquido                              |       |                   |                        |                  |                         |                  |
| Constituição de reserva legal                            |       | -                 | -                      | 23.345           | (23.345)                | -                |
| Dividendos propostos e pagos                             |       | -                 | -                      | -                | (375.981)               | (375.981)        |
| Juros sobre capital próprio                              |       | -                 | -                      | -                | (67.585)                | (67.585)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2007 (Reapresentação)</b> |       | <b>952.492</b>    | <b>50.539</b>          | <b>80.466</b>    | <b>(1.092)</b>          | <b>1.082.405</b> |
| Lucro líquido do exercício                               |       | -                 | -                      | -                | 391.787                 | 391.787          |
| Destinação do lucro líquido                              |       |                   |                        |                  |                         |                  |
| Constituição de reserva legal                            |       | -                 | -                      | 19.535           | (19.535)                | -                |
| Dividendos propostos e pagos                             |       | -                 | -                      | -                | (303.446)               | (303.446)        |
| Juros sobre capital próprio                              |       | -                 | -                      | -                | (67.714)                | (67.714)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>                  |       | <b>952.492</b>    | <b>50.539</b>          | <b>100.001</b>   | <b>-</b>                | <b>1.103.032</b> |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**(em milhares de reais)**

|   | 31/12/2008       | 31/12/2007            |
|---|------------------|-----------------------|
| <b>Atividades operacionais</b>                              |                  | <b>Reapresentação</b> |
| Lucro líquido do exercício                                  | 391.787          | 466.857               |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa                  | 366.115          | 303.134               |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa               | 27.537           | (18.029)              |
| Juros e variações monetárias                                | 137.739          | 159.934               |
| Depreciação e outras amortizações                           | 116.981          | 113.851               |
| Amortização do ágio   | 7.348            | 7.348                 |
| Ganho/Perda na baixa do ativo permanente                    | 17.751           | 12.275                |
| Plano de pensão   | (8.350)          | (3.398)               |
| Provisão para ações judiciais                               | 3.496            | (38.620)              |
| Amortização e constituição de tributos diferidos            | 63.613           | 45.851                |
| Outros  | -                | 23.922                |
| <b>Variações no ativo</b>                                   | <b>(158.204)</b> | <b>350.735</b>        |
| Consumidores e concessionários                              | (49.880)         | 111.306               |
| Almoxarifado  | (180)            | (15.833)              |
| Tributos a compensar  | 2.648            | (15.192)              |
| Ativos regulatórios   | (132.648)        | 276.758               |
| Caução de fundos  | 27.310           | 3.183                 |
| Outros créditos   | (5.454)          | (9.487)               |
| <b>Variações no passivo</b>                                 | <b>14.475</b>    | <b>(54.062)</b>       |
| Fornecedores  | 22.353           | 17.467                |
| Tributos a recolher   | 14.335           | (34.444)              |
| Passivos regulatórios                                       | (17.213)         | (15.738)              |
| Plano de pensão   | -                | (1.762)               |
| Provisão para ações judiciais                               | (10.302)         | (5.093)               |
| Programa de eficiência energética                           | 268              | (29.050)              |
| Outros passivos   | 5.034            | 14.558                |
| <b>Total das atividades operacionais</b>                    | <b>614.173</b>   | <b>1.066.664</b>      |
| <b>Atividades de investimento</b>                           | <b>(275.459)</b> | <b>(249.058)</b>      |
| Aquisições de imobilizado                                   | (267.862)        | (264.872)             |
| Aquisições de imobilizado - material em depósito            | (28.654)         | (6.797)               |
| Obrigações especiais  | 12.172           | 14.492                |
| Valor de venda do ativo imobilizado                         | 8.885            | 8.119                 |
| <b>Atividades de financiamento</b>                          | <b>(291.022)</b> | <b>(1.143.867)</b>    |
| Dividendos propostos e juros sobre capital próprio pagos    | (280.080)        | (775.479)             |
| Amortização de empréstimos e debêntures (principal e juros) | (135.034)        | (494.817)             |
| Amortização de arrendamento mercantil (principal e juros)   | (4.640)          | (6.638)               |
| Captação de empréstimos                                     | 128.732          | 133.067               |
| <b>Total dos efeitos no caixa</b>                           | <b>47.692</b>    | <b>(326.261)</b>      |
| Saldo inicial do caixa                                      | 157.328          | 483.589               |
| Saldo final do caixa  | 205.020          | 157.328               |
| <b>Variação no caixa</b>                                    | <b>47.692</b>    | <b>(326.261)</b>      |
| <b>Informações adicionais:</b>                              |                  |                       |
| Juros pagos   | 90.262           | 133.527               |
| Imposto de renda e Contribuição social pagos                | 104.911          | 113.861               |
| Encargos setoriais e outros tributos pagos                  | 1.013.476        | 1.096.565             |
| Aquisições ao imobilizado - Arrendamento mercantil          | 20.191           | 19.735                |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
(em milhares de reais)**

|  | <b>Notas</b> | <b>31/12/2008</b>  | <b>31/12/2007</b>     |
|--|--------------|--------------------|-----------------------|
|  |              |                    | <b>Reapresentação</b> |
| <b>Receitas</b>  |              | <b>3.707.110</b>   | <b>3.577.711</b>      |
| Vendas de energia e serviços                           | 30           | 3.719.874          | 3.582.762             |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa          |              | (18.488)           | (12.100)              |
| Outras receitas  |              | 5.724              | 7.049                 |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                 |              | <b>(1.723.574)</b> | <b>(1.404.679)</b>    |
| Energia comprada                                       | 31           | (1.461.478)        | (1.181.576)           |
| Materiais  | 33           | (26.699)           | (25.343)              |
| Serviço de terceiros                                   | 34           | (107.630)          | (99.174)              |
| Outros custos operacionais                             |              | (103.521)          | (79.252)              |
| Outras despesas  |              | (24.246)           | (19.334)              |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                          |              | <b>1.983.536</b>   | <b>2.173.032</b>      |
| Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações |              | (124.329)          | (121.199)             |
| <b>Valor adicionado líquido</b>                        |              | <b>1.859.207</b>   | <b>2.051.833</b>      |
| Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais | 36           | 102.413            | 129.695               |
| <b>Valor adicionado a distribuir</b>                   |              | <b>1.961.620</b>   | <b>2.181.528</b>      |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                |              | <b>1.961.620</b>   | <b>2.181.528</b>      |
| Pessoal  | 32           | 176.930            | 172.738               |
| Impostos, taxas e contribuições                        |              | 1.011.735          | 1.075.103             |
| Federais   |              | 391.744            | 415.141               |
| Estaduais  |              | 619.653            | 659.452               |
| Municipais   |              | 338                | 510                   |
| Encargos do consumidor e outros                        |              | 209.257            | 277.179               |
| Despesas financeiras                                   |              | 171.911            | 189.651               |
| Juros sobre capital próprio                            |              | 67.714             | 67.585                |
| Dividendos propostos                                   |              | 303.446            | 375.981               |
| Lucros retidos   |              | 20.627             | 23.291                |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## **1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, tem sua sede à rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, e é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de no máximo 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de implantar novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O contrato de concessão prevê que todos os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Sociedade e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação em vigor.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas, as disposições da CVM, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo das Demonstrações Financeiras atuais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive no que se refere aos critérios contábeis estabelecidos na Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e normas do CPC.

A Diretoria Executiva da Elektro autorizou, em 16 de fevereiro de 2009 a conclusão das Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e encaminhou para o Conselho de Administração que aprovou essas Demonstrações Financeiras em 2 de março de 2009.

### **2.1. Alteração da Legislação Societária e Práticas Contábeis Brasileiras e Ajustes e Reclassificações nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007**

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas mudanças nas práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A Lei nº 11.638/07 foi alterada após a publicação da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Com a nova Lei em vigor, algumas das alterações introduzidas foram regulamentadas por disposições da CVM, dentre elas, a Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, que facultou a aplicação integral da Lei nas Informações Trimestrais (ITR) de 2008 (artigos 3º ao 14º da referida instrução) e determinou a aplicação integral e compulsória, nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2008. Também em função da nova Lei alguns pronunciamentos contábeis foram emitidos pelo CPC e foram aprovados por Deliberações da CVM.

Com base nas regulamentações da CVM e CPC emitidas durante o exercício de 2008, a Sociedade efetuou a análise das mudanças de práticas contábeis e registrou contabilmente os impactos identificados em 31 de dezembro de 2008.

De acordo com o Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08, a Elektro efetuou os ajustes contábeis em 31 de dezembro de 2008 considerando a data do balanço de abertura como 31 de dezembro de 2007.

Para fins de comparabilidade e para facilitar o entendimento das Demonstrações Financeiras, a Sociedade apresenta as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 com os efeitos da Lei e das novas normas do CPC, considerando, para este fim, ajustes ao saldo de abertura em 31 de dezembro de 2006, a nível pró-forma.

Abaixo encontra-se o demonstrativo das linhas e grupos que foram alteradas no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 em função dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e normas do CPC. Adicionalmente, a Sociedade efetuou a reclassificação de determinados saldos de 2007 para torná-los comparáveis com 2008, conforme especificado abaixo.

**Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2007**  
(em milhares de reais)  
Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

|   | Notas   | 31/12/2007<br>Publicado | Ajustes da Lei<br>11.638/07 | Outras<br>Reclassificações | 31/12/2007<br>Ajustado |
|---|---------|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------|
| <b>Ativo</b>                                      |         |                         |                             |                            |                        |
| <b>Circulante</b>                                 |         | <b>786.727</b>          | <b>-</b>                    | <b>(14.625)</b>            | <b>772.102</b>         |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>       |         | <b>629.399</b>          | <b>-</b>                    | <b>(14.625)</b>            | <b>614.774</b>         |
| Outros créditos                                   | (a)     | 48.398                  | -                           | (14.625)                   | 33.773                 |
| <b>Não circulante</b>                             |         | <b>1.883.266</b>        | <b>12.154</b>               | <b>14.625</b>              | <b>1.910.045</b>       |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                   |         | <b>461.413</b>          | <b>563</b>                  | <b>19.521</b>              | <b>481.497</b>         |
| <b>Créditos, valores e bens realizáveis</b>       |         | <b>461.413</b>          | <b>563</b>                  | <b>19.521</b>              | <b>481.497</b>         |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre | (a)     | -                       | -                           | 15.960                     | 15.960                 |
| Tributos diferidos e a compensar                  | (b)     | 388.358                 | 563                         | -                          | 388.921                |
| Outros créditos                                   | (a)     | 2.569                   | -                           | 3.561                      | 6.130                  |
| <b>Imobilizado</b>                                | (c)     | <b>1.375.660</b>        | <b>11.591</b>               | <b>-</b>                   | <b>1.387.251</b>       |
| <b>Diferido</b>                                   | (a)     | <b>4.896</b>            | <b>-</b>                    | <b>(4.896)</b>             | <b>-</b>               |
| <b>Total do Ativo</b>                             |         | <b>2.669.993</b>        | <b>12.154</b>               | <b>-</b>                   | <b>2.682.147</b>       |
| <b>Passivo</b>                                    |         |                         |                             |                            |                        |
| <b>Circulante</b>                                 |         | <b>724.306</b>          | <b>2.956</b>                | <b>(7.872)</b>             | <b>719.390</b>         |
| Arrendamento mercantil                            | (c)     | -                       | 2.956                       | -                          | 2.956                  |
| Obrigações do programa de eficiência energética   | (d)     | 44.712                  | -                           | (7.872)                    | 36.840                 |
| <b>Não circulante</b>                             |         | <b>862.190</b>          | <b>10.290</b>               | <b>7.872</b>               | <b>880.352</b>         |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                     |         | <b>862.190</b>          | <b>10.290</b>               | <b>7.872</b>               | <b>880.352</b>         |
| Arrendamento mercantil                            | (c)     | -                       | 10.290                      | -                          | 10.290                 |
| Obrigações do programa de eficiência energética   | (d)     | -                       | -                           | 7.872                      | 7.872                  |
| <b>Patrimônio líquido</b>                         |         | <b>1.083.497</b>        | <b>(1.092)</b>              | <b>-</b>                   | <b>1.082.405</b>       |
| Prejuízos acumulados                              | (b) (c) | -                       | (1.092)                     | -                          | (1.092)                |
| <b>Total do Passivo</b>                           |         | <b>2.669.993</b>        | <b>12.154</b>               | <b>-</b>                   | <b>2.682.147</b>       |

**Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007**  
(em milhares de reais)

**Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações**

|   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2007</b> |                                 | <b>31/12/2007</b> |
|---|--------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|   |              | <b>Publicado</b>  | <b>Ajustes da Lei 11.638/07</b> | <b>Ajustado</b>   |
| <b>Custo da operação</b>  |              | <b>(338.245)</b>  | <b>1.195</b>                    | <b>(337.050)</b>  |
| Depreciação e outras amortizações                               | (c)          | (112.051)         | (1.800)                         | (113.851)         |
| Outras despesas operacionais                                    | (c)          | (22.039)          | 2.995                           | (19.044)          |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  |              | <b>847.057</b>    | <b>1.195</b>                    | <b>848.252</b>    |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    |              | <b>(133.971)</b>  | <b>(12.285)</b>                 | <b>(146.256)</b>  |
| Outras despesas operacionais líquidas                           | (e)          | (49.039)          | (12.285)                        | (61.324)          |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     |              | <b>713.086</b>    | <b>(11.090)</b>                 | <b>701.996</b>    |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     |              | <b>(146.231)</b>  | <b>(1.277)</b>                  | <b>(147.508)</b>  |
| Despesas financeiras  | (c)          | (151.583)         | (1.277)                         | (152.860)         |
| <b>Resultado operacional</b>                                    |              | <b>566.855</b>    | <b>(12.367)</b>                 | <b>554.488</b>    |
| Resultado não operacional                                       | (e)          | (12.285)          | 12.285                          | -                 |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> |              | <b>554.570</b>    | <b>(82)</b>                     | <b>554.488</b>    |
| Imposto de renda diferido                                       | (b)          | (34.557)          | 21                              | (34.536)          |
| Contribuição social diferida                                    | (b)          | (10.758)          | 7                               | (10.751)          |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               |              | <b>466.911</b>    | <b>(54)</b>                     | <b>466.857</b>    |

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007**  
(em milhares de reais)  
**Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações**

|   | <b>Notas</b> | <b>31/12/2007</b>  |                                 | <b>31/12/2007</b>  |
|---|--------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
|   |              | <b>Publicado</b>   | <b>Ajustes da Lei 11.638/07</b> | <b>Ajustado</b>    |
| <b>Atividades operacionais</b>                            |              |                    |                                 |                    |
| Lucro líquido do exercício                                | (c)          | 466.911            | (54)                            | 466.857            |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa                |              | <b>295.879</b>     | <b>7.255</b>                    | <b>303.134</b>     |
| Juros e variações monetárias                              | (c)          | 155.015            | 4.919                           | 159.934            |
| Depreciação e outras amortizações                         | (c)          | 112.051            | 1.800                           | 113.851            |
| Amortização e constituição de tributos diferidos          | (b)          | 45.315             | 536                             | 45.851             |
| Variações no ativo  |              | <b>351.298</b>     | <b>(563)</b>                    | <b>350.735</b>     |
| Tributos a compensar                                      | (b)          | (14.629)           | (563)                           | (15.192)           |
| <b>Total das atividades operacionais</b>                  |              | <b>1.060.026</b>   | <b>6.638</b>                    | <b>1.066.664</b>   |
| <b>Atividades de financiamento</b>                        |              | <b>(1.137.229)</b> | <b>(6.638)</b>                  | <b>(1.143.867)</b> |
| Amortização de arrendamento mercantil (principal e juros) | (c)          | -                  | (6.638)                         | (6.638)            |
| <b>Total dos efeitos no caixa</b>                         |              | <b>(326.261)</b>   | <b>-</b>                        | <b>(326.261)</b>   |

**Demonstração do valor adicionado**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007**  
**(em milhares de reais)**  
**Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações**

|  | <b>Notas</b> | <b>31/12/2007</b>  |                                 | <b>31/12/2007</b>  |
|--|--------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
|  |              | <b>Publicado</b>   | <b>Ajustes da Lei 11.638/07</b> | <b>Ajustado</b>    |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                 |              | <b>(1.407.674)</b> | <b>2.995</b>                    | <b>(1.404.679)</b> |
| Outros custos operacionais                             | (c)          | (82.247)           | 2.995                           | (79.252)           |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                          |              | <b>2.170.037</b>   | <b>2.995</b>                    | <b>2.173.032</b>   |
| Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações | (c)          | (119.399)          | (1.800)                         | (121.199)          |
| <b>Valor adicionado líquido</b>                        |              | <b>2.050.638</b>   | <b>1.195</b>                    | <b>2.051.833</b>   |
| <b>Valor adicionado a distribuir</b>                   |              | <b>2.180.333</b>   | <b>1.195</b>                    | <b>2.181.528</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                |              | <b>2.180.333</b>   | <b>1.195</b>                    | <b>2.181.528</b>   |
| Impostos, taxas e contribuições                        | (b)          | 1.075.131          | (28)                            | 1.075.103          |
| Federais   |              | 415.169            | (28)                            | 415.141            |
| Despesas financeiras                                   | (c)          | 188.374            | 1.277                           | 189.651            |
| Lucros retidos   | (c)          | 23.345             | (54)                            | 23.291             |

- (a) Com o fim de proporcionar melhor comparabilidade, nos saldos de 31 de dezembro de 2007, a Sociedade efetuou a reclassificação do montante de R\$ 15.960 da rubrica "Outros créditos" no ativo circulante para "RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre" no ativo não circulante e do montante de R\$ 4.896 referente às despesas com a 2ª emissão de Debêntures da rubrica "Diferido" para despesas antecipadas na rubrica de "Outros créditos" (R\$ 1.335 circulante e R\$ 3.561 não circulante).
- (b) Para os ajustes relacionados às mudanças de prática contábil devido à alteração na legislação societária, foram constituídas provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, pois, segundo o Regime Tributário de Transição instituído pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, esses ajustes não serão base para tributação.
- (c) Registro no ativo imobilizado dos valores decorrentes de operações que transferiram à Sociedade os benefícios, riscos e controle dos bens. No caso da Elektro, foram registrados os contratos caracterizados como arrendamento mercantil financeiro (vide nota 21), de acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela CVM através da Deliberação CVM nº 554/08.
- (d) Conforme manifestação da ANEEL por meio do Ofício nº 127, de 16 de janeiro de 2009, a Sociedade efetuou, em 31 de dezembro de 2008, a abertura da rubrica "Obrigações do programa de eficiência energética" entre passivo circulante e não circulante. Por efeito de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2007 também foram reclassificados.
- (e) Eliminação da rubrica de "Resultado não operacional" na demonstração de resultados, cujos efeitos passam a ser apresentados na rubrica "Outras despesas operacionais líquidas", conforme determinado pela Medida Provisória nº 449/2008.

Outras mudanças relevantes na legislação societária e regulamentação da CVM e do CPC e seus impactos para a Sociedade são:

- Criação do subgrupo Intangível no ativo. A Elektro já faz essa abertura no Balanço Patrimonial desde 2006, conforme instrução da Deliberação CVM nº 488/05;
- Criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir, por exemplo, o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros. Sem impacto nesse momento, pois não houve qualquer ajuste que tivesse contrapartida nessa conta;
- Obrigatoriedade de analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, investimentos e intangível. A Sociedade efetuou a análise

dos seus ativos de acordo com o Pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pela Deliberação CVM nº 527/07, e verificou, primeiramente, que não há qualquer indicador de desvalorização de seus ativos e, posteriormente, com base no fluxo de caixa descontado, verificou que os ativos são realizáveis em prazos satisfatórios;

- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Sem impacto nesse momento, pois a Sociedade avaliou seus ativos e passivos e verificou que qualquer ajuste dessa natureza seria irrelevante.

As demais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, bem como dos pronunciamentos do CPC editados durante 2008, não constantes da relação acima, não produzem efeito para a Sociedade à luz da regulamentação em vigor ou já são atendidas pela mesma como, por exemplo, a apresentação do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado, dentre outras.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1. Práticas contábeis específicas**

##### **a. Custos indiretos de obras em andamento**

São apropriados mensalmente às imobilizações em curso mediante rateio das despesas administrativas.

##### **b. Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA**

Em conformidade com a legislação em vigor e regulamentação emitida pela ANEEL através de diversas Resoluções, a Sociedade reconhece no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes a Parcela A (custos não controláveis) não cobertos pela tarifa faturada, conforme previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (vide nota 12).

#### **3.2. Práticas contábeis gerais**

##### **a. Disponibilidades**

O saldo inclui aplicações financeiras registradas ao custo e acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço, e não excedem o seu valor de mercado.

##### **b. Consumidores**

As contas a receber incluem os valores referentes ao fornecimento de energia elétrica faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência.

##### **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis

##### **d. Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

As operações de compra e venda de energia elétrica realizadas na CCEE e os Encargos de Serviços de Sistema (ESS), são contabilizados de acordo com a competência, com base em estimativas elaboradas pela Administração da Sociedade e posteriormente ajustadas com base em relatórios disponibilizados pela CCEE.

##### **e. Almoxarifado**

Os materiais em almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor de realização ou reposição. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo imobilizado e os destinados para manutenção são classificados no ativo circulante.



**f. Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 16).

**g. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, estando as taxas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa da ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados a valor presente.

A parcela do ágio referente a mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos (vide nota 15), e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

As obrigações especiais, demonstradas como redutoras do ativo imobilizado, são registradas pelo valor recebido de consumidores e União, e de acordo com a regulamentação da ANEEL, são amortizadas pela taxa média do ativo imobilizado em serviço.

**h. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, às alíquotas básicas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 15 e 37).

**i. Pis e Cofins**

Conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1, de 22 de junho de 2004, a Sociedade apresenta os créditos de Pis e Cofins não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras.

**j. Estimativas contábeis**

A Sociedade determina e registra determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados. Para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

**k. Saldos e transações em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária**

Estão atualizados com base na cotação da respectiva moeda nas datas de encerramento do balanço ou com base nos índices previstos contratualmente.

**l. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**m. Plano de pensão**

A Sociedade contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da Contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 39).

**n. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

**o. Lucro líquido do exercício por ação**

É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

**p. Fluxo de caixa**

A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e de acordo com o Pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa aprovado pela Deliberação CVM nº 547/08.

**q. Demonstração do valor adicionado**

É elaborada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08, e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

**4. REVISÃO TARIFÁRIA****4.1. Revisão tarifária periódica**

Conforme previsto no contrato de concessão da Elektro, a revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos. Esta tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar para os consumidores os ganhos de produtividade da concessionária, esperados pelo regulador, até a próxima revisão tarifária. No caso da Elektro, a primeira revisão tarifária periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda em 27 de agosto de 2007.

A ANEEL divulgou por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, o resultado provisório da segunda revisão tarifária da Sociedade, a vigorar a partir de 27 de agosto de 2007, que implicou em uma redução média das tarifas de 18,59%.

Os principais fatores que influenciaram a redução de tarifas foram:

1. Redução da taxa de retorno, expressa pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), de 11,26% para 9,95% ao ano, conforme Resolução ANEEL nº. 246, de 21 de dezembro de 2006;
2. Término do período da amortização do reposicionamento tarifário (vide nota 14) referente à primeira revisão tarifária da Elektro, ocorrida em agosto de 2003, quando o enquadramento de 28,69% foi parcelado. Em 2003 as tarifas foram reposicionadas em 20,25% e a diferença de 8,44% foi diferida para os reajustes tarifários entre 2004 e 2007, corrigidos pela taxa de juros Selic;
3. Exclusão das obrigações especiais da Base de Remuneração Bruta para fins de cálculo da quota de reintegração;
4. Repasse de ganhos de produtividade e eficiência da Elektro para seus consumidores; e
5. Redução dos valores da Conta de Consumo de Combustível (CCC), regulada pela ANEEL.

A provisoriedade da revisão tarifária homologada em 2007 foi motivada pela não conclusão da Audiência Pública 008/2006, que discute modificações na Resolução 234/2006 da ANEEL, que tratava da metodologia de cálculo para o segundo ciclo tarifário. Neste contexto, ficaram provisórios os resultados dos Custos Operacionais Eficientes e suas implicações no cálculo do Fator X. Em 2008 a ANEEL alterou apenas o valor destinado à cobertura dos custos com a gestão de inadimplência, que foi elevada de 0,5% para 0,6% do faturamento bruto.

O Recurso Administrativo protocolado pela Elektro junto à ANEEL em 10 de setembro de 2007, que solicitava, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória que não foram considerados pelo regulador e a revisão dos cálculos de custos adicionais e componentes menores em 27 de agosto de 2008, foi atendido parcialmente. Para compensar o ciclo anterior, a ANEEL incluiu na tarifa da Elektro para o ciclo atual um componente financeiro de R\$ 15.507 que está registrado na conta de outros créditos no ativo circulante, e está sendo amortizado nos faturamentos até agosto de 2009.

A formalização dessas alterações se deu por meio da Resolução Homologatória nº 700, de 26 de agosto de 2008.

Os resultados da revisão tarifária divulgados até o momento permanecem provisórios, da mesma forma que para a maioria das distribuidoras de energia elétrica no país. No caso da Elektro, os custos operacionais eficientes (também denominados como “Empresa de Referência”) estão em processo de revisão por parte da ANEEL, e podem ser revisitados no reajuste tarifário da Elektro de 2009.

#### 4.2. Reajuste tarifário

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores de parte dos ganhos de produtividade esperados pela ANEEL quando das revisões tarifárias. Para a Elektro, este reajuste ocorre anualmente no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, homologou o reajuste contratual anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 11,63%, válido a partir de 27 de agosto de 2008. O efeito a ser percebido pelos consumidores é de 10,91%, devido à retirada de componentes financeiros referentes ao reajuste de agosto de 2007.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras apresentam o seguinte perfil de vencimentos:

| Ano        |            |            |
|------------|------------|------------|
| Vencimento | 31/12/2008 | 31/12/2007 |
| 2008       | -          | 523        |
| 2009       | 47.436     | 128.584    |
| 2010       | 154.225    | 2.406      |
| Total      | 201.661    | 131.513    |

Em 31 de dezembro de 2008, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixado), incluindo Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 101,12% das taxas diárias dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

A Elektro tem uma política de aplicação financeira bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, seja público ou privado. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com que realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

**6. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES**

|                         | 31/12/2008     |               |               |                | 31/12/2007     |               |               |                |
|-------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
|                         | A Vencer       | Vencidos      |               | Total          | A Vencer       | Vencidos      |               | Total          |
|                         |                | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                |                | até 90 dias   | (+) 90 dias   |                |
| Fornecimento            | 131.965        | 83.135        | 18.330        | 233.430        | 110.935        | 79.058        | 30.398        | 220.391        |
| Residencial             | 64.473         | 54.034        | 3.834         | 122.341        | 52.809         | 48.834        | 3.648         | 105.291        |
| Industrial              | 19.857         | 10.350        | 9.599         | 39.806         | 16.914         | 10.167        | 15.687        | 42.768         |
| Comercial               | 18.761         | 12.238        | 1.773         | 32.772         | 16.232         | 12.095        | 2.008         | 30.335         |
| Rural                   | 6.386          | 3.780         | 281           | 10.447         | 5.564          | 3.747         | 320           | 9.631          |
| Poder público           | 7.999          | 890           | 59            | 8.948          | 6.823          | 1.258         | 1.376         | 9.457          |
| Iluminação pública      | 8.294          | 721           | 2.760         | 11.775         | 6.806          | 1.880         | 6.790         | 15.476         |
| Serviço público         | 6.195          | 1.122         | 24            | 7.341          | 5.787          | 1.077         | 569           | 7.433          |
| Outras contas a receber | 298.966        | 3.903         | 4.198         | 307.067        | 278.580        | 2.779         | 7.815         | 289.174        |
| Parcelamentos débitos   | 51.647         | 3.903         | 4.198         | 59.748         | 52.162         | 2.779         | 7.815         | 62.756         |
| Receita não faturada    | 205.438        | -             | -             | 205.438        | 173.446        | -             | -             | 173.446        |
| Supridores              | 31.027         | -             | -             | 31.027         | 39.378         | -             | -             | 39.378         |
| Outros                  | 10.854         | -             | -             | 10.854         | 13.594         | -             | -             | 13.594         |
| <b>Total</b>            | <b>430.931</b> | <b>87.038</b> | <b>22.528</b> | <b>540.497</b> | <b>389.515</b> | <b>81.837</b> | <b>38.213</b> | <b>509.565</b> |
| Circulante              | 389.650        | 87.038        | 22.528        | 499.216        | 347.541        | 81.837        | 38.213        | 467.591        |
| Não circulante          | 41.281         | -             | -             | 41.281         | 41.974         | -             | -             | 41.974         |

Em 31 de dezembro de 2008, do montante de R\$ 31.027 classificados como Supridores, R\$ 20.057, registrado no longo prazo referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica e contemplam: (i) R\$ 16.048 referente a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 referente a acordos bilaterais em negociação. A Sociedade não espera incorrer em perdas com a realização desses valores.

**7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição por classe:

|   | 31/12/2008    | 31/12/2007    |
|---|---------------|---------------|
| Residencial                                   | 5.678         | 4.929         |
| Industrial                                    | 7.200         | 8.353         |
| Comercial                                     | 2.248         | 2.197         |
| Rural   | 607           | 400           |
| Poder público (federal, estadual e municipal) | 1.044         | 788           |
| Iluminação pública                            | 4.742         | 7.320         |
| Parcelamentos de prefeituras                  | 17.049        | 19.398        |
| Parcelamento privado                          | 5.088         | 873           |
| <b>Total</b>                                  | <b>43.656</b> | <b>44.258</b> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. A Administração da Sociedade considera a provisão suficiente para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

A redução no saldo de Iluminação pública deve-se a negociação de débitos com Autarquias e Prefeituras Municipais.

A redução na conta de parcelamentos de prefeituras deve-se à baixa efetiva para incobráveis dos títulos com baixa probabilidade de recebimento.

O aumento do saldo de parcelamento privado deve-se ao maior provisionamento de clientes da classe industrial, em condições de insolvência financeira.

**8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS**

|  | 31/12/2008    |                | 31/12/2007    |                |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
|  | Circulante    | Não circulante | Circulante    | Não circulante |
| Dívidas:                                     |               |                |               |                |
| Eletrobrás (Luz para Todos) (i)              | 232           | -              | 11.279        | -              |
| BNDES (Finem) (ii)                           | -             | -              | 14.969        | -              |
| Debêntures (iii)                             | 4.824         | -              | 8.081         | -              |
| Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica | 9.090         | 11.711         | 8.781         | 10.722         |
| Outros                                       | 1.591         | -              | 926           | -              |
| Total  | <u>15.737</u> | <u>11.711</u>  | <u>44.036</u> | <u>10.722</u>  |

A constituição da caução de fundos decorre de cláusulas contratuais das seguintes obrigações da Sociedade:

(i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor será liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados pela Sociedade. A redução refere-se a comprovações efetuadas no período.

(ii) BNDES (Finem) – Montante acumulado para assegurar o pagamento da maior prestação mensal do financiamento.

(iii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobrir o valor do próximo pagamento de juros vencidos.

**9. RTE – RECUPERAÇÃO DAS PERDAS DE RECEITA E ENERGIA LIVRE****Acordo Geral do Setor Elétrico**

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu pela cobrança do período restante, aplicando para a Elektro os adicionais tarifários previstos na Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, em que prevê o recebimento dos respectivos montantes envolvidos, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a correção monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados na conta de RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre estão sendo amortizados nos faturamentos a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes ao passivo de energia livre (R\$ 5.473 no passivo circulante e R\$ 15.484 no passivo não circulante) devido às Geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

**10. ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO - TRANSMISSORAS**

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuem um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido à redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras), que tiveram esses valores como custo na Parcela A no período anterior à revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular nº 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo das distribuidoras será liquidado em vinte e quatro meses, sendo cinquenta por cento no ciclo 2007-2008 e o restante até agosto de 2009.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores e, portanto, está sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual está sendo deduzido desde o último reajuste tarifário e termina em agosto de 2009.

A Elektro registrou tanto no ativo quanto no passivo o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária e, portanto, o repasse já está sendo efetuado aos consumidores, assim como a redução dos valores pagos de CUST. Em 31 de dezembro de 2008 os valores registrados no ativo e passivo circulante são de R\$ 6.293. Estes valores não estão sujeitos a atualização monetária.

**11. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS - TUSD-G**

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo ONS que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro. Em 26 de junho de 2007 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497 com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobrás.

Essas resoluções determinam que a Elektro cobre esses valores dos geradores e pague à companhia transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que não seja onerada em seu resultado. Alguns geradores ajuizaram ações e obtiveram decisões liminares favoráveis ao não pagamento desses valores. Nestes casos, a ANEEL incluiu parcialmente a previsão de pagamento dos encargos na tarifa dos consumidores finais. A Elektro ajuizou ação com pedido de liminar para o não pagamento à CTEEP dos Encargos de Conexão e CUST para os casos em que não houve previsão tarifária, visando preservar o seu equilíbrio econômico-financeiro, em função do não recebimento das geradoras, nem dos consumidores. Foi concedido o pedido de liminar e determinado depósito em juízo do montante de R\$ 4.454, equivalente à parcela vencida no início de setembro de 2008, e a emissão de carta de fiança como garantia para os pagamentos a serem efetivados até o próximo reajuste tarifário (R\$ 10.635 até 31 de dezembro de 2008).

No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67, e desde julho de 2004 essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497 determinou nova tarifa TUSD-G inferior à praticada no contrato com a Petrobrás, resultando na obrigação de devolução pela Elektro das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro para amortização em 24 meses a partir de agosto de 2007.

Em função do descrito acima, em 31 de dezembro de 2008 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

| Ativo  | 31/12/2008 |             |        |
|--|------------|-------------|--------|
|  | Principal  | Amortização | Saldo  |
| Ativo Circulante                                   | 28.599     | (14.877)    | 13.722 |
| Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07 (a) | 15.613     | (10.086)    | 5.527  |
| AES - Nova Avanhandava - ref. jun/07 a mai/08 (b)  | 12.986     | (4.791)     | 8.195  |
| Ativo Não Circulante                               | 31.713     | -           | 31.713 |
| AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/07 (c)  | 25.139     | -           | 25.139 |
| CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/08 a set/08 (c)  | 6.574      | -           | 6.574  |
| Total a receber - TUSD-G                           | 60.312     | (14.877)    | 45.435 |

| Passivo  | 31/12/2008 |             |        |
|--|------------|-------------|--------|
|  | Principal  | Amortização | Saldo  |
| Passivo Circulante                                 | 29.716     | (16.877)    | 12.839 |
| Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07 (a) | 16.730     | (10.384)    | 6.346  |
| AES - Nova Avanhandava - ref. jun/07 a mai/08 (b)  | 12.986     | (6.493)     | 6.493  |
| Passivo Não Circulante                             | 31.713     | -           | 31.713 |
| AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/07 (c)  | 25.139     | -           | 25.139 |
| CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/08 a dez/08 (c)  | 6.574      | -           | 6.574  |
| Total a pagar - TUSD-G                             | 61.429     | (16.877)    | 44.552 |

- (a) O saldo de R\$ 5.527 refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo registrado no passivo circulante de R\$ 6.346, refere-se ao valor a ser pago para a Petrobrás conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.
- (b) O saldo de R\$ 8.195, refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo do passivo circulante de R\$ 6.493 está sendo pago de acordo com os vencimentos das faturas da CTEEP referentes aos períodos de julho de 2008 a junho de 2009.
- (c) Os geradores obtiveram liminares para o não pagamento destes valores para a Elektro, e a Elektro tem liminar favorável ao não pagamento para à CTEEP.

Em 13 de janeiro de 2009, foi alcançado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual estas empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas corrigidas pela taxa Selic.

Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo, permanecendo pendente a regularização do seu uso do sistema e do pagamento de seu passivo.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconhece a dívida de R\$ 49.372 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) e se compromete a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconhece a dívida de R\$ 44.009 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) e se compromete a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic.

Em vista do acordo, a Elektro peticionou à justiça, com a anuência das demais partes envolvidas no acordo, a desistência da ação judicial ajuizada por perda decorrente do não recebimento dos valores acima mencionados.



Adicionalmente, os valores contemplados no acordo que já foram ou serão recebidos dos consumidores via tarifa, serão registrados em 2009 como passivo regulatório e posteriormente devolvidos aos consumidores também via tarifa, assim que os mesmos forem homologados pela ANEEL.

## 12. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE ITENS DA PARCELA A – CVA

O mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis, incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, está previsto e se encontra em conformidade com a legislação aplicável. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da apuração da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

|   | 31/12/2008     |                 |         | 31/12/2007    |                |          |
|---|----------------|-----------------|---------|---------------|----------------|----------|
|   | CVA 07/08 (ii) | CVA 08/09 (iii) | Total   | CVA 06/07 (i) | CVA 07/08 (ii) | Total    |
| Energia comprada                          | (27.339)       | 41.845          | 14.506  | 17.160        | 868            | 18.028   |
| Transporte de energia - Itaipu            | -              | -               | -       | (330)         | (45)           | (375)    |
| Encargos de serviço de sistema - ESS      | 24.790         | 19.309          | 44.099  | 368           | (987)          | (619)    |
| PROINFRA                                  | 6.465          | -               | 6.465   | 6.268         | 613            | 6.881    |
| Uso da rede básica                        | (1.671)        | 11.289          | 9.618   | 209           | 3.530          | 3.739    |
| Outros                                    | -              | -               | -       | (577)         | -              | (577)    |
| Subtotal diferido de energia comprada     | 2.245          | 72.443          | 74.688  | 23.098        | 3.979          | 27.077   |
| Conta de consumo de combustível - CCC     | 5.075          | 24.131          | 29.206  | (43.898)      | 2.860          | (41.038) |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 1.679          | 174             | 1.853   | 6.638         | 1.085          | 7.723    |
| Total das variações dos itens da CVA      | 8.999          | 96.748          | 105.747 | (14.162)      | 7.924          | (6.238)  |
| Total da correção pela Selic              | 2.293          | 2.382           | 4.675   | (499)         | 310            | (189)    |
| Total do valor principal corrigido        | 11.292         | 99.130          | 110.422 | (14.661)      | 8.234          | (6.427)  |
| Amortização da CVA                        | (3.436)        | -               | (3.436) | 3.368         | -              | 3.368    |
| Total                                     | 7.856          | 99.130          | 106.986 | (11.293)      | 8.234          | (3.059)  |
| Ativo circulante                          | 7.856          | -               | 7.856   | -             | -              | -        |
| Ativo não circulante                      | -              | 99.130          | 99.130  | -             | 8.234          | 8.234    |
| Passivo circulante                        | -              | -               | -       | (11.293)      | -              | (11.293) |

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2006 a julho de 2007

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2007 a julho de 2008

(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2008 a dezembro de 2008 (ciclo atual)

Por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de agosto de 2007 a julho de 2008. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2008 e o seu saldo está sendo atualizado pela taxa Selic.

A CVA referente ao período de agosto a dezembro de 2008 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação em vigor, e deverá ser fiscalizada por auditoria independente, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.082, de 29 de maio de 2008 e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em agosto de 2009. A amortização desses valores deverá ocorrer a partir do momento de sua incorporação nas tarifas de fornecimento pela ANEEL que deverá ocorrer em 27 de agosto de 2009.

O crescimento do Encargo de Serviços do Sistema (ESS) foi causado pela operação de usinas termelétricas acionadas desde o final de 2007, em razão da ultrapassagem da Curva de Aversão a Risco (CAR), e por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

O crescimento da CVA referente à Energia Comprada justifica-se, principalmente pela variação cambial das faturas referentes a Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008, e também pelo alto custo da energia gerada pelas Usinas Termelétricas acionadas a partir de janeiro de 2008.

Com referência aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados – CCC-ISOL, a variação deve-se ao aumento das despesas com consumo de combustíveis para geração de energia nos sistemas

isolados. Em função destes aumentos, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 751 de 16 de dezembro de 2008, alterou os valores das quotas anuais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008.

#### **Repassse de custos de compra de energia**

Em 18 de março de 2008, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou as regras para repasse às tarifas de fornecimento de energia elétrica, referentes aos custos de compra de energia elétrica pelas concessionárias de distribuição em até 103% de seu mercado.

Após aprovada a metodologia definitiva de cálculo do excedente até 103%, a ANEEL revisitou os cálculos homologados em períodos anteriores e verificou que havia algumas diferenças de critérios que precisavam ser ajustadas. Essas diferenças foram ajustadas no reajuste tarifário de agosto de 2008, e a Elektro registrou componente financeiro negativo no valor de R\$ 12.335 na conta de outros créditos, no ativo circulante.

Na nova regra, detalhada na Nota Técnica nº 085/2008-SEM/SRE/ANEEL, foram contemplados os critérios para repasse às tarifas dos custos de compra de energia no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em decorrência das quantidades declaradas para compra nos leilões de energia elétrica, porém não adquiridas pelas distribuidoras, devido à insuficiência ou não realização dos leilões. Estão previstos, também, o repasse às tarifas referente às reduções nas cotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e a revisão das cotas de energia proveniente de Itaipu. A Elektro contabiliza a CVA sobre as quantidades frustradas desde o início de 2008 na conta de energia comprada.

### **13. RECOMPOSIÇÃO DE PIS E COFINS**

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas do PIS e COFINS diretamente na fatura do consumidor, contabilizando-as no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo relativo às referidas diferenças de alíquotas apresentou-se credor no montante de R\$ 328 (saldo devedor de R\$ 1.835 em 31 de dezembro de 2007). O direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária é assegurado pelo Contrato de Concessão e pela legislação aplicável.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS referentes a períodos anteriores. A diferença que ainda havia na Elektro a ser compensada também está registrada no ativo circulante, no valor de R\$ 2.596 (R\$ 4.366 no ativo circulante e R\$ 3.263 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2007), e foi homologada pela ANEEL no reajuste tarifário de agosto de 2008 e será amortizada nos faturamentos deste ciclo tarifário.

### **14. REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO**

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 216, de 26 de agosto de 2004, revisou, de forma definitiva, o índice de reposicionamento tarifário de agosto de 2003 da Sociedade para 28,69%. Em 27 de agosto de 2003, as tarifas foram reajustadas em 20,25%, sendo que a diferença de 8,44% foi diferida para ser aplicada de forma gradativa nos reajustes tarifários anuais, entre agosto de 2004 e agosto de 2007, quando referido percentual foi plenamente incorporado às tarifas. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003, e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a amortização gerou um impacto (redução) de R\$ 93.353 na receita (vide nota 30).

**15. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR**

|  | 31/12/2008  | 31/12/2007  |
|--|-------------|-------------|
| Tributos a compensar                                       | 80.920      | 82.055      |
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido | 10.797      | 7.995       |
| Impostos e contribuições retidos na fonte                  | 1.648       | 2.846       |
| ICMS a recuperar   | 44.254      | 42.400      |
| PIS e COFINS a recuperar                                   | 24.221      | 28.814      |
| <br>Tributos diferidos                                     | <br>334.409 | <br>399.535 |
| IR sobre prejuízos fiscais                                 | 72.078      | 102.804     |
| CSLL sobre base negativa                                   | 27.589      | 38.516      |
| IR sobre diferenças temporárias                            | 52.083      | 56.930      |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa              | 10.796      | 10.932      |
| CVA  | 8.979       | 3.381       |
| Provisão COFINS - liminar                                  | 19.531      | 18.412      |
| Outras   | 12.777      | 24.205      |
| CSLL sobre diferenças temporárias                          | 10.361      | 12.586      |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa              | 3.886       | 3.935       |
| CVA  | 3.233       | 1.217       |
| Outras   | 3.242       | 7.434       |
| Benefício fiscal do ágio incorporado                       | 172.298     | 188.699     |
| <br>Total  | <br>415.329 | <br>481.590 |
| <br>Circulante   | <br>105.135 | <br>92.669  |
| Não circulante   | 310.194     | 388.921     |

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, em grande parte, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses.

Os créditos fiscais diferidos, oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2009.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL através do Ofício nº 2182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultado tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

| Ano         | 31/12/2008 |
|-------------|------------|
| 2009        | 59.901     |
| 2010        | 60.647     |
| 2011        | 49.375     |
| 2012        | 51.343     |
| 2013        | 14.517     |
| 2014 a 2016 | 34.545     |
| 2017 a 2019 | 25.397     |
| 2020 a 2022 | 17.405     |
| 2023 a 2025 | 14.262     |
| 2026 a 2028 | 7.017      |
| Total       | 334.409    |

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

**16. INVESTIMENTOS**

|              | 31/12/2008   | 31/12/2007   |
|--------------|--------------|--------------|
| Terrenos     | 4.264        | 4.264        |
| Edificações  | 70           | 79           |
| <b>Total</b> | <b>4.334</b> | <b>4.343</b> |

Do montante de R\$ 4.264 registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

**17. IMOBILIZADO**

|   | Taxas Anuais Deprec / Amortiz | 31/12/2008       |                                     |                  | 31/12/2007       |                                     |                  |
|---|-------------------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|
|   |                               | Custo            | Depreciação e amortização acumulada | Líquido          | Custo            | Depreciação e amortização acumulada | Líquido          |
| Imobilizado em serviço                            |                               | 2.921.281        | (1.276.794)                         | 1.644.487        | 2.663.692        | (1.184.166)                         | 1.479.527        |
| Distribuição                                      |                               | 2.826.720        | (1.241.316)                         | 1.585.404        | 2.596.422        | (1.156.345)                         | 1.440.077        |
| Terrenos  | -                             | 13.113           | -                                   | 13.113           | 12.841           | -                                   | 12.841           |
| Edificações, obras civis e benfeitorias           | 2,0 a 5,0%                    | 49.224           | (26.712)                            | 22.512           | 48.199           | (24.862)                            | 23.337           |
| Máquinas e equipamentos                           | 2,0 a 7,7%                    | 2.721.900        | (1.190.098)                         | 1.531.802        | 2.494.886        | (1.108.715)                         | 1.386.171        |
| Veículos  | 20,0%                         | 32.255           | (18.702)                            | 13.553           | 31.439           | (17.664)                            | 13.775           |
| Móveis e utensílios                               | 10,0%                         | 10.228           | (5.804)                             | 4.424            | 9.057            | (5.104)                             | 3.953            |
| Administração central                             |                               | 94.561           | (35.478)                            | 59.083           | 67.270           | (27.821)                            | 39.450           |
| Terrenos  | -                             | 223              | -                                   | 223              | 223              | -                                   | 223              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias           | 2,0 a 5,0%                    | 13.288           | (2.238)                             | 11.050           | 10.259           | (1.770)                             | 8.489            |
| Edif, obras civis e benf - Arrendamento mercantil | 2,0 a 5,0%                    | 17.615           | (9.010)                             | 8.605            | 10.855           | (7.419)                             | 3.437            |
| Máquinas e equipamentos                           | 2,0 a 7,7%                    | 11.945           | (4.299)                             | 7.646            | 9.111            | (3.661)                             | 5.450            |
| Veículos  | 20,0%                         | 6.418            | (5.241)                             | 1.177            | 8.517            | (5.444)                             | 3.073            |
| Veículos - Arrendamento mercantil                 | 20,0%                         | 13.660           | (3.161)                             | 10.499           | 8.147            | (640)                               | 7.507            |
| Móveis e utensílios                               | 10,0%                         | 21.221           | (10.167)                            | 11.054           | 19.424           | (8.801)                             | 10.623           |
| Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil      | 10,0%                         | 10.191           | (1.362)                             | 8.829            | 734              | (86)                                | 648              |
| Atividades não vinculadas à concessão             |                               |                  |                                     |                  |                  |                                     |                  |
| Mais-valia do ativo imobilizado                   | 5,0%                          | 146.954          | (73.522)                            | 73.432           | 146.953          | (66.174)                            | 80.779           |
| Imobilizado em curso                              |                               | 141.033          | -                                   | 141.033          | 151.309          | -                                   | 151.309          |
| Obras   |                               | 89.643           | -                                   | 89.643           | 98.316           | -                                   | 98.316           |
| Almoxarifados                                     |                               | 46.972           | -                                   | 46.972           | 47.827           | -                                   | 47.827           |
| Compras em andamento                              |                               | 153              | -                                   | 153              | -                | -                                   | -                |
| Materiais em reparo                               |                               | 4.265            | -                                   | 4.265            | 5.166            | -                                   | 5.166            |
| Obrigações especiais                              |                               | (341.582)        | 20.518                              | (321.064)        | (329.411)        | 5.047                               | (324.364)        |
| <b>Total</b>                                      |                               | <b>2.867.686</b> | <b>(1.329.798)</b>                  | <b>1.537.888</b> | <b>2.632.543</b> | <b>(1.245.293)</b>                  | <b>1.387.251</b> |
| Saldo dos bens totalmente depreciados             |                               | 251.987          |                                     |                  | 218.162          |                                     |                  |

**17.1. Obrigações Especiais**

|   | 31/12/2008       |                       |                  | 31/12/2007       |                       |                  |
|---|------------------|-----------------------|------------------|------------------|-----------------------|------------------|
|   | Custo            | Amortização acumulada | Líquido          | Custo            | Amortização acumulada | Líquido          |
| Participação da União                   | (27.208)         | 1.604                 | (25.604)         | (25.835)         | 399                   | (25.436)         |
| Participação do consumidor              | (189.922)        | 13.165                | (176.757)        | (181.264)        | 2.781                 | (178.483)        |
| Doações e subvenções para investimentos | (121.042)        | 5.561                 | (115.481)        | (119.819)        | 1.836                 | (117.983)        |
| Pesquisa e desenvolvimento              | (3.410)          | 188                   | (3.222)          | (2.493)          | 31                    | (2.462)          |
| <b>Total</b>                            | <b>(341.582)</b> | <b>20.518</b>         | <b>(321.064)</b> | <b>(329.411)</b> | <b>5.047</b>          | <b>(324.364)</b> |

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

Eventuais compensações das obrigações especiais dependem de determinações do poder concedente, e conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que é a taxa média de depreciação da conta de máquinas e equipamentos.

**17.2. Programa de Universalização (\*)**

Em cumprimento a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA, a Sociedade efetuou a ligação de 99.359 clientes em 2008.

Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar energia elétrica para o meio rural, e através desse programa a Sociedade efetuou a ligação de 7.590 clientes em 2008 e tem a meta de ligar 7.300 em 2009.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores previstos nos contratos do Programa Luz para Todos, e os valores efetivamente comprovados junto à Eletrobrás e que passaram a integrar o imobilizado em serviço da Sociedade, até a data de 31 de dezembro de 2008.

|  | 1ª Tranche<br>ECFS<br>044/2004<br>MS | 1ª Tranche<br>ECFS<br>025/2004<br>SP | 2ª Tranche<br>ECFS<br>134/2006<br>MS | 2ª Tranche<br>ECFS<br>126/2006<br>SP | 3ª Tranche<br>ECFS<br>222/2008<br>MS | 3ª Tranche<br>ECFS<br>179/2007<br>SP | 4ª Tranche<br>ECFS<br>231/2008<br>SP | Convênio<br>031/2004<br>MS |                |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|----------------|
| Contratos de Luz para Todos                  |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Datas das assinaturas                        | 22/09/2004                           | 01/06/2004                           | 04/01/2006                           | 11/01/2006                           | 20/06/2008                           | 30/07/2007                           | 21/08/2008                           | 08/12/2004                 | Total          |
| <b>Valores previstos nos contratos</b>       |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Recursos próprios                            |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Eletrobrás - RGR                             | 1.278                                | 14.649                               | 1.225                                | 33.123                               | 906                                  | 36.502                               | 29.813                               | -                          | 117.496        |
| Recursos não financiados                     | 483                                  | 4.309                                | 463                                  | 9.742                                | 2.827                                | 6.442                                | 6.070                                | -                          | 30.336         |
| Recursos de terceiros (Obrigações especiais) |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Eletrobrás - CDE                             | 1.461                                | 9.766                                | 1.400                                | 22.082                               | 1.036                                | -                                    | 4.587                                | -                          | 40.331         |
| Governo estadual                             | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | 723                        | 723            |
| <b>Total previsto para o programa</b>        | <b>3.222</b>                         | <b>28.724</b>                        | <b>3.088</b>                         | <b>64.947</b>                        | <b>4.769</b>                         | <b>42.944</b>                        | <b>40.470</b>                        | <b>723</b>                 | <b>188.886</b> |
| <b>Valores realizados dos contratos</b>      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Recursos próprios                            |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Eletrobrás - RGR                             | 988                                  | 12.000                               | 830                                  | 22.709                               | 272                                  | 25.551                               | 8.944                                | -                          | 71.294         |
| Recursos não financiados                     | 1.354                                | 12.504                               | 1.446                                | 27.828                               | -                                    | 7.620                                | -                                    | 675                        | 51.427         |
| Recursos de terceiros (Obrigações especiais) |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                                      |                            |                |
| Eletrobrás - CDE                             | 972                                  | 8.185                                | 1.155                                | 14.985                               | 308                                  | -                                    | 1.362                                | -                          | 26.967         |
| Governo estadual                             | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | -                                    | 244                        | 244            |
| <b>Total comprovado junto à Eletrobrás</b>   | <b>3.314</b>                         | <b>32.689</b>                        | <b>3.431</b>                         | <b>65.522</b>                        | <b>580</b>                           | <b>33.171</b>                        | <b>10.306</b>                        | <b>919</b>                 | <b>149.932</b> |
| Situação do Contrato                         | Finalizado                           | Finalizado                           | Finalizado                           | Finalizado                           | Em andamento                         | Em andamento                         | Em andamento                         | Em andamento               |                |

Nos valores realizados foram refletidos somente os valores já comprovados e inspecionados pela Eletrobrás, as variações entre o previsto no contrato e os valores realizados são em função de glosas aplicadas devido à metodologia do encerramento de crédito, de acordo com o Manual de Operacionalização Técnica da Eletrobrás, que é impactada pela diferença entre o preço contratado e o efetivamente realizado, bem como o avanço físico aprovado pela Eletrobrás.

**17.3. Investimento Remunerável (Base de Remuneração Regulatória) (\*)**

O quadro abaixo demonstra os valores, atualizados pelo IGPM aplicado no reajuste tarifário de agosto de 2008, do (i) Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, e (ii) AIS sobre o qual foi calculada a cota de depreciação. Ambos os valores fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida da Concessionária definido na Revisão Tarifária de agosto de 2007 e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 535, de 21 de agosto de 2007.

|   | Revisão Tarifária<br>agosto de 2007 | Reajuste Tarifário<br>agosto de 2008 |
|---|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Ativo imobilizado em serviço bruto  | 4.679.093                           | 5.386.572                            |
| (-) Depreciação acumulada: 51,07%   | (2.389.518)                         | (2.750.813)                          |
| (-) Obrigação vinculada ao serviço público de energia elétrica (Obrigações especiais) | (504.091)                           | (580.310)                            |
| <b>Ativo imobilizado em serviço líquido</b>   | <b>1.785.484</b>                    | <b>2.055.449</b>                     |
| (+) Almoxarifado  | 3.322                               | 3.824                                |
| Investimento remunerável (Base de remuneração)  | 1.788.806                           | 2.059.273                            |
| Bens 100% depreciados   | 203.443                             | 234.203                              |
| Variação do IGPM (Resolução Homologatória ANEEL n° 701 de 26/08/2008)                 |                                     | 15,12%                               |
| Cota de depreciação – Taxa média anual: 4,63%   |                                     |                                      |

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

**18. INTANGÍVEL**

|                       | Taxas<br>Anuais<br>Deprec /<br>Amortiz | 31/12/2008    |   |               | 31/12/2007    |   |               |
|-----------------------|--|---------------|---|---------------|---------------|---|---------------|
|                       |  | Custo         | Depreciação e<br>amortização<br>acumulada | Líquido       | Custo         | Depreciação e<br>amortização<br>acumulada | Líquido       |
| Intangível em serviço |  | 58.476        | (33.467)                                  | 25.009        | 54.382        | (31.841)                                  | 22.541        |
| Distribuição          |  | 21.088        | (1.128)                                   | 19.960        | 21.088        | (947)                                     | 20.141        |
| Softwares             | 20%                                    | 1.360         | (1.128)                                   | 232           | 1.360         | (947)                                     | 413           |
| Desapropriações       | -                                      | 19.728        | -   | 19.728        | 19.728        | -   | 19.728        |
| Administração central |  | 37.388        | (32.339)                                  | 5.049         | 33.294        | (30.894)                                  | 2.400         |
| Softwares             | 20%                                    | 37.293        | (32.339)                                  | 4.954         | 33.200        | (30.894)                                  | 2.306         |
| Outros                | -                                      | 95            | -   | 95            | 94            | -   | 94            |
| Intangível em curso   |  | 14.887        | -   | 14.887        | 14.413        | -   | 14.413        |
| Projetos              |  | 8.150         | -   | 8.150         | 8.235         | -   | 8.235         |
| Desapropriações       |  | 6.737         | -   | 6.737         | 6.178         | -   | 6.178         |
| <b>Total</b>          |  | <b>73.363</b> | <b>(33.467)</b>                           | <b>39.896</b> | <b>68.795</b> | <b>(31.841)</b>                           | <b>36.954</b> |

As desapropriações de servidões de passagem não são amortizadas, pois se referem a terrenos.

**19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|                             | 31/12/2008     |              |                | 31/12/2007     |            |                |
|-----------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|------------|----------------|
|                             | Principal      | Encargos     | Total          | Principal      | Encargos   | Total          |
| Moeda Nacional              |                |              |                |                |            |                |
| BNDDES                      |                |              |                |                |            |                |
| Finem II (*)                | 38.780         | 196          | 38.976         | 64.478         | 285        | 64.763         |
| Finem III (*)               | 139.909        | 622          | 140.531        | 107.703        | 425        | 108.128        |
| Finem IV (*)                | 43.787         | 126          | 43.913         | -              | -          | -              |
| Finame (*)                  | 2.446          | 39           | 2.485          | 2.524          | 27         | 2.551          |
| Finame 2008 (*)             | 3.444          | 57           | 3.501          | -              | -          | -              |
| Automático (*)              | 2.114          | 36           | 2.150          | -              | -          | -              |
| Eletrobrás - Luz para Todos | 66.502         | -            | 66.502         | 46.476         | -          | 46.476         |
| Finep                       | 9.217          | 30           | 9.247          | 3.411          | 17         | 3.428          |
| <b>Total</b>                | <b>306.199</b> | <b>1.106</b> | <b>307.305</b> | <b>224.592</b> | <b>754</b> | <b>225.346</b> |
| Circulante                  | 64.219         | 1.106        | 65.325         | 47.345         | 754        | 48.099         |
| Não circulante              | 241.980        | -            | 241.980        | 177.247        | -          | 177.247        |

(\*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDDES.

| Vencimentos do principal<br>a longo prazo |                |
|---|----------------|
| Ano                                       | 31/12/2008     |
| 2010                                      | 58.995         |
| 2011                                      | 53.048         |
| 2012                                      | 49.904         |
| 2013                                      | 26.665         |
| 2014                                      | 18.118         |
| Após 2014                                 | 35.250         |
| <b>Total</b>                              | <b>241.980</b> |

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

| Tipo                | Garantias  | Condições Gerais      | Pagamento de encargos                                    | Pagamento de principal | Vencimento inicial      | Vencimento final        |
|---------------------|--|-----------------------|--|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| BNDDES              |  |                       |  |                        |                         |                         |
| Finem II            | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 6,00% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 17/07/2006              | 15/06/2010              |
| Finem III           | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 4,65% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/04/2008              | 15/09/2013              |
| Finem IV            |  |                       |  |                        |                         |                         |
| Subcrédito A a D(*) | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 2,45% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/07/2011              | 15/12/2015              |
| Subcrédito E(*)     | Vinculação das receitas provenientes de venda de energia       | TJLP + 1,55% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/09/2010              | 15/09/2014              |
| Finame              | Propriedade fiduciária dos bens financiados                    | TJLP + 2,80% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 31/07/2008              | 30/06/2012 a 31/07/2012 |
| Finame 2008         | Propriedade fiduciária dos bens financiados                    | TJLP + 2,79% a.a.     | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/08/2009              | 15/07/2013              |
| Automático          | Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória | TJLP + 2,7% a.a.      | Trimestral durante a carência e mensal após esse período | Mensal                 | 15/05/2009              | 15/07/2013              |
| Eletrobrás          |  |                       |  |                        |                         |                         |
| Luz para Todos (**) | Carta de Fiança  | RGR + 5,0% a.a. (***) | Mensal   | Mensal                 | 30/11/2006 a 30/11/2010 | 30/10/2016 a 30/11/2020 |
| Finep               | Carta de Fiança  | TJLP + 0,94% a.a.     | Mensal durante a carência                                | Mensal                 | 15/01/2008              | 15/10/2014              |

(\*) O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de julho 2008 a dezembro 2010, estando sujeitos à prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos referidos investimentos.

(\*\*) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(\*\*\*) Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.



**Condições Restritivas Financeiras (covenants):** O contrato de financiamento do BNDES “Finem II” contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8%; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

## 20. DEBÊNTURES

|                         | 31/12/2008     |                |                | 31/12/2007     |               |                |
|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
|                         | Principal      | Encargos       | Total          | Principal      | Encargos      | Total          |
| 2ª Emissão - 01/09/2005 |                |                |                |                |               |                |
| 1ª Série                | 375.000        | 105.811        | 480.811        | 375.000        | 61.301        | 436.301        |
| 2ª Série                | 87.210         | 4.340          | 91.550         | 87.210         | 3.439         | 90.649         |
| Total                   | <u>462.210</u> | <u>110.151</u> | <u>572.361</u> | <u>462.210</u> | <u>64.740</u> | <u>526.950</u> |
| Circulante              | 154.070        | 49.685         | 203.755        | -              | 18.618        | 18.618         |
| Não circulante          | <u>308.140</u> | <u>60.466</u>  | <u>368.606</u> | <u>462.210</u> | <u>46.122</u> | <u>508.332</u> |

A Sociedade efetuou, em 19 de setembro e 20 de dezembro de 2007, o resgate antecipado do total da 3ª série e o resgate antecipado parcial da 2ª série (10.029 debêntures), respectivamente, das debêntures em circulação referentes à sua segunda emissão pública.

Os resgates foram calculados com base no valor nominal, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura de emissão, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007 e na Assembléia Geral de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007. A Sociedade cancelou as debêntures resgatadas da 2ª e 3ª séries.

Em setembro de 2008 a Sociedade efetuou a reclassificação de 33,33% das duas séries vigentes do não circulante para o circulante, referente a amortização do principal que ocorrerá em 1º de setembro de 2009.

Características gerais da segunda emissão de debêntures da Sociedade:

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750 milhões

Valor Nominal: R\$ 10.000,00 por debênture

As características das duas séries vigentes são:

| Séries   | Qtde.  | Remuneração         | Pagamento dos juros                      |
|----------|--------|---------------------|--|
| 1ª Série | 37.500 | IGP-M + 11,80% a.a. | anual a partir de 1º de setembro de 2006 |
| 2ª Série | 8.721  | CDI + 1,65% a.a.    | semestral a partir de 1º março de 2006   |

A amortização do principal, acrescido da respectiva remuneração, das duas séries vigentes ocorrerão em 3 parcelas: 33,33% em 1º de setembro de 2009, 33,33% em 1º de setembro de 2010 e 33,34% em 1º de setembro de 2011.

**Garantia Adicional:** Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):** A segunda emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de

determinados índices financeiros, conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão. A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda emissão de debêntures está disponível no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

## 21. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente calculado com taxas que variam entre 12 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

|   | 31/12/2008    | 31/12/2007    |
|---|---------------|---------------|
| Arrendamento mercantil financeiro a pagar |               |               |
| Veículos                                  | 11.829        | 7.821         |
| Imóveis                                   | 3.976         | 4.876         |
| Equipamentos de informática               | 14.223        | 549           |
| <b>Total</b>                              | <b>30.028</b> | <b>13.246</b> |
| Circulante                                | 7.744         | 2.956         |
| Não circulante                            | 22.284        | 10.290        |

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

| Vencimentos dos pagamentos<br>futuros de longo prazo |               |
|--|---------------|
| 2010   | 8.806         |
| 2011   | 4.998         |
| 2012   | 3.274         |
| após 2012  | 5.206         |
| <b>Total</b>   | <b>22.284</b> |

### Arrendamento mercantil operacional

Conforme orientação do Pronunciamento CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles, os contratos de aluguel de equipamentos, veículos, imóveis e outros que estavam em vigência nos exercícios de 2007 e 2008.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos exercícios de 2007 e 2008, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

| Despesas reconhecidas no período  | 31/12/2008   | 31/12/2007   |
|---|--------------|--------------|
| Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento ( <i>Callcenter</i> ) | 2.055        | 1.054        |
| Locação de veículos   | 172          | 194          |
| Locação de computadores   | 1.655        | 1.900        |
| Locação de impressoras  | 758          | 937          |
| Locação de outros equipamentos de informática                             | 312          | -            |
| Serviços de impressão de fatura de energia                                | 1.886        | 453          |
| <b>Total</b>  | <b>6.838</b> | <b>4.538</b> |

Vencimentos dos  
pagamentos futuros

|       |               |
|-------|---------------|
| 2009  | 7.659         |
| 2010  | 5.338         |
| 2011  | 1.932         |
| 2012  | 161           |
| Total | <u>15.090</u> |

**22. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

|   | <u>31/12/2008</u> | <u>31/12/2007</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Moeda nacional                          | 182.709           | 181.333           |
| Supridores de energia elétrica          | 126.311           | 135.112           |
| Encargos de serviço de sistema - ESS    | 3.525             | 500               |
| Fornecedores de materiais e serviços    | 52.873            | 45.721            |
| Moeda estrangeira                       | 57.147            | 36.170            |
| Supridores de energia elétrica - Itaipu | 57.108            | 36.210            |
| Variação cambial - Itaipu               | 39                | (40)              |
| Total                                   | <u>239.856</u>    | <u>217.503</u>    |

**23. TRIBUTOS A RECOLHER**

|   | <u>31/12/2008</u> | <u>31/12/2007</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido    | 257               | -                 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFI | 14.821            | 13.548            |
| Programa de integração social - PIS                           | 3.220             | 2.941             |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS     | 79.419            | 66.979            |
| Impostos retidos na fonte                                     | 14.329            | 2.712             |
| Imposto sobre serviço - ISS                                   | 52                | 18                |
| Total   | <u>112.098</u>    | <u>86.198</u>     |

**24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR**

|  | <u>31/12/2008</u> | <u>31/12/2007</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          | 1.665             | 1.520             |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     | 13.657            | 7.767             |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE | 9.149             | 9.055             |
| Encargos de capacidade emergencial - ECE               | 258               | 275               |
| Total  | <u>24.729</u>     | <u>18.617</u>     |

**25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

|                                     | <u>31/12/2008</u> | <u>31/12/2007</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dividendos a pagar                  | 168.058           | 139.169           |
| Juros sobre capital próprio a pagar | 55.120            | 4.494             |
| Total                               | <u>223.178</u>    | <u>143.663</u>    |

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte.

Existem valores de dividendos e juros sobre capital próprio declarados e a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

**26. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida da Sociedade em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 11.465 de 28 de março de 2007.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas por ciclo de realização e de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

| Ciclo de realização | Período de faturamento | 31/12/2007    | Ingresso      | Atualização  | Realização      | 31/12/2008    |
|---------------------|------------------------|---------------|---------------|--------------|-----------------|---------------|
| 2004/2005           | out/03 a set/04        | 8.643         | -             | 868          | (5.784)         | 3.727         |
| 2005/2006           | out/04 a set/05        | 5.302         | -             | 533          | (3.548)         | 2.287         |
| 2006/2007           | out/05 a set/06        | 850           | -             | 85           | (569)           | 367           |
| 2007/2008           | out/06 a set/07        | 23.740        | -             | 2.385        | (15.887)        | 10.238        |
| 2008/2009           | out/07 a set/08        | 6.177         | 19.965        | 475          | -               | 26.617        |
| 2009/2010           | out/08 a set/09        | -             | 6.091         | 146          | -               | 6.237         |
| <b>Total</b>        |                        | <b>44.712</b> | <b>26.056</b> | <b>4.492</b> | <b>(25.788)</b> | <b>49.472</b> |

| Distribuição do recurso           | Percentual de distribuição | 31/12/2007    | Ingresso      | Atualização  | Realização      | 31/12/2008    |
|-----------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|--------------|-----------------|---------------|
| Pesquisa de Eficiência Energética | 0,50%                      | 16.872        | 13.028        | 2.260        | (13.252)        | 18.908        |
| Pesquisa e Desenvolvimento        | 0,20%                      | 17.053        | 5.211         | 2.232        | (4.234)         | 20.262        |
| FNDCT                             | 0,20%                      | 7.460         | 5.211         | -            | (5.283)         | 7.388         |
| MME                               | 0,10%                      | 3.327         | 2.606         | -            | (3.019)         | 2.914         |
| <b>Total</b>                      |                            | <b>44.712</b> | <b>26.056</b> | <b>4.492</b> | <b>(25.788)</b> | <b>49.472</b> |

|                |        |        |       |          |        |
|----------------|--------|--------|-------|----------|--------|
| Circulante     | 36.840 | 20.845 | 3.174 | (25.788) | 35.071 |
| Não circulante | 7.872  | 5.211  | 1.318 | -        | 14.401 |

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e nº 219, de 11 de abril de 2006.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais (vide nota 17.1).

**27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS****27.1. Provisão para ações judiciais líquidas**

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

|                              | 31/12/2007 | Ingresso e<br>atualização | Reversão | Liquidação | 31/12/2008 |
|------------------------------|------------|---------------------------|----------|------------|------------|
| Cíveis e ambientais          | 11.322     | 9.276                     | (5.401)  | (2.737)    | 12.460     |
| Trabalhistas                 | 7.169      | 1.884                     | (1.090)  | (407)      | 7.556      |
| Regulatórias                 | 6.312      | 2.140                     | (5.087)  | (2.165)    | 1.200      |
| Desapropriações e servidões  | 3.833      | 1.477                     | (754)    | (103)      | 4.453      |
| Tributárias:                 |            |                           |          |            |            |
| COFINS                       | 73.648     | 4.474                     | -        | -          | 78.122     |
| PIS                          | 14.241     | 844                       | -        | -          | 15.085     |
| Outras                       | 4.616      | 1.434                     | (383)    | -          | 5.667      |
| Total das provisões          | 121.141    | 21.529                    | (12.715) | (5.412)    | 124.543    |
| (-) Depósitos judiciais      | (37.952)   | (5.521)                   | 630      | -          | (42.842)   |
| Total das provisões líquidas | 83.189     | 16.008                    | (12.085) | (5.412)    | 81.701     |

A descrição da natureza das principais contingências provisionadas é como segue:

#### **Cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias**

Provisões para fazer frente, principalmente, à cobertura de ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro ou de suas contratadas, referentes à diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com a ANEEL.

#### **PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo**

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém provisão de 100% dos valores em discussão, sendo que, em 29 de outubro de 2004, foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2008, totaliza R\$ 39.194 (R\$ 36.529 em 31 dezembro de 2007).

#### **27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível**

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências é de R\$ 62.747 para assuntos previdenciários, R\$ 23.124 para assuntos cíveis, R\$ 15.243 para aspectos trabalhistas e R\$ 520.353 para questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade.

Quanto às questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 16.308 (R\$ 15.273 em 31 de dezembro de 2007), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade.

A Elektro recebeu ainda dois Autos de Infração Federal, lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 459.760 (R\$ 426.049 em 31 de dezembro de 2007), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota, visto ter sido anulado em primeira instância

administrativa em razão de impugnação realizada pela Elektro, e o Estadual como de risco de perda possível e, portanto, ambos não foram provisionados.

## 28. DEVOLUÇÃO BAIXA RENDA – MODICIDADE TARIFÁRIA

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes. Os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento foram definidos pela ANEEL na Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002.

Através da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL aprovou o montante de R\$ 48.083, que foi registrado no passivo circulante, e foi amortizado integralmente com base nos faturamentos entre 27 de agosto de 2007 e 26 de agosto de 2008. O saldo do passivo circulante de R\$ 944 refere-se a diferenças do valor homologado a serem amortizadas no ciclo tarifário atual.

Através da Resolução Normativa nº 325, de 22 de julho de 2008, a ANEEL alterou a Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002, de forma a prever que os ganhos de receita das concessionárias decorrentes da alteração dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda, não serão objeto de contabilização como passivo por parte das concessionárias que passaram pelo 2º ciclo de revisão tarifária, pois esses ganhos já foram capturados pela metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica. Desta forma, do montante de R\$ 54.637 em 31 de dezembro de 2007 registrado no passivo não circulante, os valores referentes ao período de agosto a dezembro de 2007 no total de R\$ 17.649, foram revertidos para o resultado do exercício em julho de 2008. O saldo de R\$ 41.890 que permanece registrado no passivo não circulante se encontra pendente de homologação pela ANEEL.

A partir do reajuste tarifário de agosto de 2008, efetivado pela Resolução Homologatória nº 701/08, a ANEEL retirou o subsídio baixa renda da estrutura tarifária e passou a considerá-lo como componente financeiro. Dessa forma, a Elektro irá apurar o subsídio efetivamente dado aos consumidores baixa renda a cada faturamento, e irá compensar com o componente financeiro incluso na tarifa. Se houver diferenças, estas serão compensadas no próximo reajuste tarifário.

## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

| Acionista                                       | Ordinárias | Preferenciais | Total       |
|---|------------|---------------|-------------|
| AEI Investimentos Energéticos Ltda.             | 6.579.221  | -             | 6.579.221   |
| EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. | 59.310.480 | -             | 59.310.480  |
| ETB - Energia Total do Brasil Ltda.             | 25.964.606 | 34.535.214    | 60.499.820  |
| AEI Brazil Finance Ltd.                         | -          | 66.744.382    | 66.744.382  |
| Demais acionistas                               | 26.665     | 598.697       | 625.362     |
| Total   | 91.880.972 | 101.878.293   | 193.759.265 |

A AEI (nova razão social da Ashmore Energy International) é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

### 29.2. Grupamento de ações

Em Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Elektro na proporção de 2.000 ações existentes para uma nova ação.

Seguindo uma tendência do mercado, o grupamento de ações visa possibilitar que ações sejam negociadas de forma unitária e o processo não implica em alteração do valor do capital social da

Companhia, que fica representado da seguinte forma: 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de maio de 2008 foi concluído o processo de grupamento de ações e a apuração das frações resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias, que foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (Bovespa) em julho de 2008.

### 29.3. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 50.539 tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade em 2005 no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 15).

### 29.4. Reserva legal

É constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

No cálculo da reserva legal em 31 de dezembro de 2008, foi considerado o lucro líquido do exercício somado o prejuízo acumulado do ano anterior gerado em virtude dos ajustes da Lei nº 11.638/07.

### 29.5. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 135.392, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2008. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no trimestre findo em 30 de junho de 2008. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em duas parcelas, nas seguintes datas e valores: R\$ 115.325 em 26 de agosto de 2008 e R\$ 20.067 em 22 de outubro de 2008.

| Ações         |             | Dividendos Intermediários |              |
|---------------|-------------|---------------------------|--------------|
| Tipo          | Quantidade  | R\$                       | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293 | 74.396                    | 0,730247089  |
| Ordinárias    | 91.880.972  | 60.996                    | 0,663860990  |
| Total         | 193.759.265 | 135.392                   |              |

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2008, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.714 pagos em 28 de janeiro de 2009.

| Ações         |             | JSCP   |              |
|---------------|-------------|--------|--------------|
| Tipo          | Quantidade  | R\$    | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293 | 37.208 | 0,365220708  |
| Ordinárias    | 91.880.972  | 30.506 | 0,332018826  |
| Total         | 193.759.265 | 67.714 |              |



Ao final do exercício de 2008, conforme demonstrado abaixo, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.054 com base no lucro líquido de 31 de dezembro de 2008, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. Esta proposta será submetida à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas que será convocada para aprovar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

| Ações         |             | Dividendos Propostos |              |
|---------------|-------------|----------------------|--------------|
| Tipo          | Quantidade  | R\$                  | R\$ por ação |
| Preferenciais | 101.878.293 | 92.344               | 0,906404219  |
| Ordinarias    | 91.880.972  | 75.710               | 0,824003835  |
| Total         | 193.759.265 | 168.054              |              |

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

### 30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

|  | 31/12/2008                |            |             | 31/12/2007                |            |             |
|--|---------------------------|------------|-------------|---------------------------|------------|-------------|
|  | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)    | R\$         | Nº de (*)<br>consumidores | MWh (*)    | R\$         |
| Receitas operacionais                                  | 2.067.151                 | 10.875.942 | 3.719.874   | 2.004.893                 | 10.093.479 | 3.582.762   |
| Fornecimento para consumidores                         | 2.067.151                 | 10.844.888 | 3.404.837   | 2.004.893                 | 9.970.626  | 3.327.919   |
| Residencial  | 1.763.950                 | 3.346.662  | 1.337.752   | 1.712.012                 | 3.183.538  | 1.371.474   |
| Industrial   | 22.112                    | 4.052.253  | 1.076.460   | 21.833                    | 3.463.548  | 912.710     |
| Comercial  | 139.733                   | 1.580.340  | 555.913     | 133.693                   | 1.490.276  | 575.657     |
| Rural  | 120.128                   | 807.284    | 158.079     | 117.314                   | 809.283    | 175.087     |
| Poder público  | 15.706                    | 229.411    | 77.256      | 15.019                    | 262.473    | 104.733     |
| Iluminação pública                                     | 2.847                     | 428.920    | 89.109      | 2.463                     | 394.739    | 92.347      |
| Serviço público  | 2.675                     | 400.018    | 110.268     | 2.559                     | 366.769    | 95.911      |
| Outras receitas  |                           | 31.054     | 315.037     |                           | 122.853    | 254.843     |
| CCEE   |                           | 31.054     | 12.810      |                           | 122.853    | 13.497      |
| Receita do reposicionamento tarifário (vide nota 14)   |                           | -          | -           |                           | -          | (93.353)    |
| Receita de uso do sistema de distribuição              |                           | -          | 252.407     |                           | -          | 300.400     |
| Outras receitas  |                           | -          | 49.820      |                           | -          | 34.299      |
| Deduções às receitas operacionais                      |                           |            | (1.207.397) |                           |            | (1.326.689) |
| Quota para a reserva global de reversão - RGR          |                           |            | (20.097)    |                           |            | (19.428)    |
| Quota para a conta de consumo de combustível - CCC     |                           |            | (73.865)    |                           |            | (140.269)   |
| Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE |                           |            | (115.295)   |                           |            | (117.482)   |
| ICMS sobre fornecimento                                |                           |            | (619.653)   |                           |            | (659.452)   |
| Recomposição de PIS e COFINS                           |                           |            | (8.022)     |                           |            | (16.605)    |
| COFINS   |                           |            | (282.710)   |                           |            | (287.300)   |
| PIS  |                           |            | (61.378)    |                           |            | (62.374)    |
| Programa de P&D e eficiência energética                |                           |            | (26.056)    |                           |            | (23.269)    |
| Outros   |                           |            | (321)       |                           |            | (510)       |
| Total  | 2.067.151                 | 10.875.942 | 2.512.477   | 2.004.893                 | 10.093.479 | 2.256.073   |

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

A variação na receita operacional da Sociedade tem como principal motivo o reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2008 (vide nota 4.2), além das variações ocorridas no número de consumidores e volume de energia elétrica vendida.

**31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA**

|  | 31/12/2008 |           | 31/12/2007 |           |
|--|------------|-----------|------------|-----------|
|  | MWh (*)    | R\$       | MWh (*)    | R\$       |
| Supridores de energia                                      | 12.369.086 | 1.043.272 | 11.545.131 | 893.537   |
| Itaipu Binacional (**)                                     | 3.172.172  | 296.267   | 3.148.267  | 293.703   |
| Contratos bilaterais                                       | 318.215    | 43.620    | 263.607    | 33.516    |
| Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR | 8.686.507  | 641.583   | 8.016.861  | 541.731   |
| PROINFRA   | 192.192    | 33.349    | 116.396    | 23.657    |
| Uso do transporte de energia                               | -          | 28.453    | -          | 930       |
| Outros custos de energia                                   | -          | 418.206   | -          | 288.039   |
| ONS - Uso da rede básica                                   | -          | 378.158   | -          | 296.954   |
| CTEEP- Encargos de conexão                                 | -          | 30.374    | -          | 23.546    |
| Encargos de serviços do sistema - ESS                      | -          | 50.601    | -          | 1.483     |
| Constituição de CVA  | -          | (57.320)  | -          | (38.449)  |
| Amortização de CVA   | -          | 16.393    | -          | 4.505     |
| Total  | 12.369.086 | 1.461.478 | 11.545.131 | 1.181.576 |

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

**32. GASTOS COM PESSOAL**

|   | 31/12/2008 | 31/12/2007 |
|---|------------|------------|
| Remunerações                                  | 124.479    | 123.902    |
| Encargos sociais                              | 43.406     | 44.303     |
| Auxílio alimentação                           | 11.524     | 10.964     |
| Assistência médica e outros benefícios        | 9.562      | 7.558      |
| Indenizações trabalhistas                     | 8.002      | 6.959      |
| Previdência privada                           | 5.514      | 4.844      |
| Outros  | 16.869     | 16.698     |
| (-) Transferências para imobilização em curso | (42.426)   | (42.490)   |
| Total   | 176.930    | 172.738    |
| Custo da operação                             | 135.884    | 129.277    |
| Despesas com vendas                           | 4.395      | 3.377      |
| Despesas gerais administrativas               | 36.651     | 40.084     |
| Total   | 176.930    | 172.738    |

**33. GASTOS COM MATERIAIS**

|   | 31/12/2008 | 31/12/2007 |
|---|------------|------------|
| Materiais e equipamentos                      | 141.980    | 149.158    |
| (-) Transferências para imobilização em curso | (115.281)  | (123.815)  |
| Total   | 26.699     | 25.343     |
| Custo da operação                             | 24.955     | 23.659     |
| Despesas com vendas                           | 80         | 120        |
| Despesas gerais administrativas               | 1.664      | 1.564      |
| Total   | 26.699     | 25.343     |

**34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

|   | 31/12/2008     | 31/12/2007    |
|---|----------------|---------------|
| Serviços no sistema elétrico                  | 131.975        | 114.101       |
| Serviços de manutenção e conservação          | 29.647         | 46.191        |
| Serviços de leitura e entrega de contas       | 21.028         | 20.414        |
| Serviços administrativos                      | 18.994         | 15.331        |
| Outros serviços                               | 31.160         | 23.824        |
| (-) Transferências para imobilização em curso | (125.174)      | (120.687)     |
| <b>Total</b>                                  | <b>107.630</b> | <b>99.174</b> |
| Custo da operação                             | 71.819         | 66.735        |
| Despesas com vendas                           | 10.583         | 9.592         |
| Despesas gerais administrativas               | 25.228         | 22.847        |
| <b>Total</b>                                  | <b>107.630</b> | <b>99.174</b> |

**35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

|   | 31/12/2008     | 31/12/2007    |
|---|----------------|---------------|
| Despesas com arrecadação bancária                   | 15.908         | 15.530        |
| Taxa de fiscalização ANEEL                          | 8.307          | 8.298         |
| Seguros   | 1.397          | 1.826         |
| Aluguéis  | 3.724          | 7.351         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa       | 18.488         | 12.100        |
| Taxas e contribuições                               | 4.087          | 2.346         |
| Despesas com viagens                                | 8.323          | 6.451         |
| Propaganda e publicidade                            | 5.150          | 9.155         |
| Telefonia e telecomunicações                        | 18.734         | 16.395        |
| Software  | 10.007         | 7.644         |
| Provisões cíveis, trabalhistas e outras             | 940            | (36.101)      |
| Perda na desativação e alienação de bens (líquidas) | 18.522         | 12.285        |
| Outras  | 14.310         | 26.256        |
| (-) Transferências para imobilização em curso       | (5.606)        | (9.168)       |
| <b>Total</b>  | <b>122.291</b> | <b>80.368</b> |
| Custo da operação                                   | 52.086         | 19.044        |
| Outras despesas operacionais                        | 70.205         | 61.324        |
| <b>Total</b>  | <b>122.291</b> | <b>80.368</b> |

**36. RESULTADO FINANCEIRO**

|   | 31/12/2008       | 31/12/2007       |
|---|------------------|------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                                   | <b>66.841</b>    | <b>103.117</b>   |
| Aplicações financeiras  | 25.695           | 58.040           |
| Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso            | 34.491           | 39.958           |
| Outras receitas financeiras                                   | 6.655            | 5.119            |
| <b>Despesas financeiras</b>                                   | <b>(110.973)</b> | <b>(152.860)</b> |
| CPMF  | (312)            | (19.601)         |
| Juros sobre empréstimos com terceiros                         | (32.710)         | (19.499)         |
| Juros sobre debêntures  | (64.710)         | (95.629)         |
| Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas                   | -                | (4.241)          |
| Outras despesas financeiras                                   | (13.241)         | (13.890)         |
| <b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>                 | <b>(28.386)</b>  | <b>(30.180)</b>  |
| Receitas de variação monetária                                | 30.412           | 17.028           |
| Recuperação das perdas de receita e energia livre             | 10.986           | -                |
| Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA | 4.725            | 7.650            |
| Outras  | 14.701           | 9.378            |
| Receitas de variação cambial                                  | 5.160            | 9.550            |
| Energia comprada  | 5.077            | 9.543            |
| Outras  | 83               | 7                |
| Despesas de variação monetária                                | (58.763)         | (47.213)         |
| Principal - terceiros   | (3.301)          | (509)            |
| Principal - pessoas ligadas                                   | -                | (2.853)          |
| Energia livre   | (6.680)          | (1.866)          |
| Eficiência energética   | (4.492)          | (4.267)          |
| Debêntures  | (38.939)         | (29.964)         |
| Outras  | (5.351)          | (7.754)          |
| Despesas de variação cambial                                  | (5.195)          | (9.545)          |
| Energia comprada  | (5.077)          | (9.543)          |
| Outras  | (118)            | (2)              |
| <b>Juros sobre Capital Próprio</b>                            | <b>(67.714)</b>  | <b>(67.585)</b>  |
| <b>Total</b>  | <b>(140.232)</b> | <b>(147.508)</b> |

A variação na conta de receitas sobre aplicações financeiras deve-se a redução do saldo médio de caixa disponível ao longo de 2008.

A variação na conta de juros sobre debêntures deve-se a redução da dívida devido ao resgate antecipado realizado em 2007 (vide nota 20).

A variação na conta de despesas de variação monetária sobre debêntures está associada à 1ª. série de debêntures, indexada ao IGP-M, cuja variação no exercício de 2008 (9,81%) foi superior a 2007 (7,75%).

**37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do período:**

|   | 31/12/2008       |                     | 31/12/2007       |                     |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|   | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 489.820          | 489.820             | 554.489          | 554.489             |
| Alíquota nominal dos tributos                         | 25%              | 9%                  | 25%              | 9%                  |
| Encargo do imposto, calculado à alíquota nominal      | (122.431)        | (44.084)            | (138.598)        | (49.904)            |
| Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo  |                  |                     |                  |                     |
| Permanentes   | (69)             | 837                 | 24.753           | 8.505               |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado   | (122.500)        | (43.247)            | (113.845)        | (41.399)            |
| Imposto de renda e contribuição social correntes      | (74.867)         | (25.754)            | (79.288)         | (30.641)            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos      | (47.633)         | (17.493)            | (34.557)         | (10.758)            |
| Total   | (122.500)        | (43.247)            | (113.845)        | (41.399)            |

**38. PARTES RELACIONADAS**

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

|   |     | 31/12/2008 |           | 31/12/2007 |           |
|---|-----|------------|-----------|------------|-----------|
|   |     | Ativo      | Resultado | Ativo      | Resultado |
| Elektro Comercializadora de Energia Ltda. | (a) | 18         | 227       | 17         | 213       |
| Elektro Geração S.A.                      | (a) | -          | -         | -          | 15        |
| AEI América do Sul Holding Ltda.          | (a) | 48         | 642       | 86         | 557       |
| ETB Energia Total do Brasil Ltda.         | (b) | -          | -         | -          | (7.094)   |
| Total                                     |     | 66         | 869       | 103        | (6.309)   |

- (a) Os saldos são referentes a serviços de compartilhamento administrativo e aluguel de salas para as empresas do grupo.
- (b) O valor de R\$ 7.094 no resultado de 2007 é referente a despesas de juros e variação monetária sobre empréstimos com a empresa ETB, que foi quitado em dezembro de 2007.

De acordo com a instrução de divulgação do Pronunciamento CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício de 2008 foi de R\$ 8.117 (R\$ 12.571 em 2007), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 5.416 (R\$ 7.567 em 2007), encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.554 (R\$ 2.525 em 2007) e indenizações de R\$ 1.147 (R\$ 2.479 em 2007).

**39. PLANO DE PENSÃO**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de benefício definido para 70% do salário real de contribuição e de contribuição definida para os demais 30%.

No exercício de 2008, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios comentados acima no montante de R\$ 2.457 (R\$ 2.259 no exercício de 2007).

A seguir são demonstrados os principais resultados apurados em 31 de dezembro de 2008, compreendendo projeções para o ano de 2009:

|   |                   |                   |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Conciliação dos ativos e passivos</b>                              | <b>31/12/2008</b> | <b>31/12/2007</b> |
| Valor presente das obrigações atuariais                               | 518.954           | 543.088           |
| Valor justo dos ativos do plano                                       | (681.732)         | (575.641)         |
| Ativo líquido   | (162.778)         | (32.553)          |
| Ganhos atuariais não reconhecidos                                     | (186.274)         | (64.399)          |
| Passivo atuarial líquido provisionado no passivo não circulante       | 23.496            | 31.846            |
| <b>Apuração de (ganhos) perdas do plano</b>                           | <b>31/12/2008</b> | <b>31/12/2007</b> |
| Ganho ao início do ano  | (64.399)          | (21.456)          |
| Amortização no ano  | 354               | -                 |
| (Ganho) perda nas obrigações atuariais                                | (59.752)          | 14.953            |
| Ganho nos ativos do plano   | (63.032)          | (57.896)          |
| (Ganho) perda na constituição do empregado                            | 555               | -                 |
| Ganho no final do ano   | (186.274)         | (64.399)          |
| Intervalo não sujeito a amortização                                   | (68.173)          | (57.564)          |
| Parcela sujeita a amortização   | (118.099)         | (6.835)           |
| <b>Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultados</b> | <b>31/12/2008</b> | <b>31/12/2007</b> |
| Custo do serviço corrente (com juros)                                 | 6.318             | 5.233             |
| Contribuições dos participantes                                       | (2.744)           | (2.864)           |
| Juros sobre as obrigações atuariais                                   | 54.498            | 54.088            |
| Rendimento dos ativos   | (64.008)          | (57.829)          |
| Ganhos atuariais não reconhecidos                                     | (354)             | -                 |
| Despesa (receita) a ser apropriada pelo empregador segundo CVM-371    | (6.290)           | (1.372)           |
| Contribuições do empregador   | (2.049)           | (1.897)           |
| Amortização do contrato de dívida da patrocinadora                    | -                 | (854)             |
| Receita efetivamente apropriada pelo empregador                       | (2.049)           | (2.751)           |
| Total da receita reconhecida  | (8.339)           | (4.123)           |
| <b>Efeitos a reconhecer na demonstração de resultados</b>             | <b>2009</b>       | <b>2008</b>       |
| Custo do serviço corrente (com juros)                                 | 8.161             | 6.318             |
| Contribuições esperadas de participantes                              | (2.197)           | (2.744)           |
| Juros sobre as obrigações atuariais                                   | 62.504            | 54.498            |
| Rendimento esperado dos ativos  | (89.084)          | (64.008)          |
| Custos de amortizações de ganhos atuariais não reconhecidos           | (8.201)           | (354)             |
| Total de receita a reconhecer   | (28.817)          | (6.290)           |
| <b>Premissas econômico-financeiras e demográficas</b>                 | <b>2008</b>       | <b>2007</b>       |
| Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial                      | 12,37%            | 10,24%            |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano             | 13,29%            | 11,28%            |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários                       | 7,63%             | 7,12%             |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios                     | 4,50%             | 4,00%             |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo                              | 4,50%             | 4,00%             |
| Taxa de desconto real para obrigação atuarial                         | 7,53%             | 6,00%             |
| Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano                | 8,41%             | 7,00%             |
| Índice estimado de aumento real dos salários                          | 3,00%             | 3,00%             |
|   | AT-83             | AT-83             |
| Tábua biométrica de mortalidade geral                                 | segregada         | segregada         |
|   | por sexo          | por sexo          |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez                              | Light Média       | Light Média       |
| Taxa bruta de rotatividade esperada                                   | EY_BR exp.        | EY_BR exp.        |
|   | 100% na           | 100% na           |
| Probabilidade de ingresso em aposentadoria                            | primeira eleg.    | primeira eleg.    |

**40. SEGUROS**

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

| Riscos                                 | Importância segurada<br>(em milhares) |
|--|---------------------------------------|
| Riscos operacionais e multirisco       | R\$ 451.200                           |
| Responsabilidade civil terceiros       | US\$ 25.000                           |
| Responsabilidade civil administradores | US\$ 15.000                           |

A vigência das apólices compreende os seguintes períodos:

- Riscos operacionais e multirisco e responsabilidade civil com terceiros: 25 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009;

- Responsabilidade civil administradores: 18 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

#### 41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08 que aprovou o Pronunciamento CPC 14 – Instrumentos Financeiros, a seguir encontram-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, e os critérios de avaliação e valorização dos mesmos para fins de registro nas Demonstrações Financeiras:

**Disponibilidades, caução de fundos e depósitos vinculados:** Os títulos vinculados a essas contas foram avaliados segundo as orientações do Pronunciamento CPC 14, e todos foram classificados como “disponíveis para venda”, porém, como os valores contábeis contemplam o custo acrescido dos rendimentos contratados e auferidos até a data dos balanços e aproximam-se dos valores de mercado (valor justo), não houve ajuste no patrimônio líquido decorrente dessa classificação. As cauções e depósitos vinculados têm utilização restrita.

**Ativos e passivos regulatórios:** São registrados, avaliados e realizados segundo critérios definidos pela ANEEL e compreendem as seguintes rubricas: Recuperação das perdas de receita, Energia Livre, CVA, Recomposição de PIS e COFINS, Devolução baixa renda – modicidade tarifária, Ativo e Passivo regulatório transmissoras e TUSD-G. Não há parâmetro de comparação de mercado para tais ativos e passivos, em função de sua natureza regulatória.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, conforme quadro abaixo, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das demonstrações financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do Pronunciamento CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo”, pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo, foi calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Andima na data do balanço e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures também foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos empréstimos e financiamentos e debêntures, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

|                              | 31/12/2008     |                  | 31/12/2007     |                  |
|------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                              | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Empréstimos e financiamentos | 307.305        | 313.138          | 225.346        | 226.275          |
| Debêntures                   | 572.361        | 577.187          | 526.950        | 563.873          |
| Total                        | <u>879.666</u> | <u>890.325</u>   | <u>752.296</u> | <u>790.148</u>   |

A estimativa de valor de mercado dos instrumentos financeiros da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos, atribuídas pela Standard & Poor's em 20 de março de 2008. A Elektro teve seu *rating* corporativo elevado em um nível, de brAA- para brAA, inclusive a segunda emissão de



debêntures, cujas características estão descritas na nota 20, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em um nível, de brAA para brAA+.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

#### **Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos**

Em observação a Deliberação CVM nº 550/2008, atualmente, a Elektro não possui nenhum derivativo e não efetuou nenhuma operação com instrumentos financeiros desse tipo, devido a sua política restritiva de utilização de derivativos.

De acordo com a política da Administração, que rege as operações financeiras da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito, único e específico, proteger a empresa de eventuais exposições em moedas ou taxas de juros. À exceção da energia comprada de Itaipu, conforme detalhado abaixo, atualmente não há nenhum risco cambial relevante nas operações da Elektro, e a Sociedade mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, entendendo, portanto não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M) a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas nos anos de 2008 e 2007:

| Índices  | Variação % acumulada<br>nos períodos |            |
|--|--------------------------------------|------------|
|  | 31/12/2008                           | 31/12/2007 |
| Valorização (Desvalorização) do Real frente ao Dólar | (31,94)                              | 17,15      |
| IGP-M  | 9,81                                 | 7,75       |
| IGP-DI   | 9,10                                 | 7,89       |
| TJLP   | 6,25                                 | 6,37       |
| Selic  | 12,48                                | 11,88      |
| CDI  | 12,33                                | 11,82      |
| IPCA   | 5,90                                 | 4,46       |

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

#### **Risco de Exposição Cambial**

A única exposição relevante à variação cambial da Sociedade são os pagamentos pela energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, a variação cambial referente à compra dessa energia está contemplada no reajuste tarifário anual aplicável à Sociedade, conforme mecanismo da CVA (vide nota 12).

A Sociedade não possui exposição cambial oriunda de dívidas em moeda estrangeira ou qualquer outro instrumento financeiro.

#### **Risco de Crédito**

A Sociedade não realiza previamente ao início do fornecimento de energia, análise de crédito de clientes, em função de ser uma distribuidora de energia elétrica obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iii) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (iv) cobrança judicial.

**Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento**

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de “Empresa de Referência” e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e, a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante a Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária com a função de compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, esperados pelo regulador.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da “Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A” (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 12).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

**Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 de 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

**Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informação não examinada pelos auditores independentes)**

A Elektro, visando reduzir sua exposição no caso de falha operacional no fornecimento de energia elétrica, dispõe de duas subestações móveis próprias, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.

No período de janeiro de 2002 a dezembro de 2008, a Elektro investiu aproximadamente R\$ 42.182 na implantação de novas tecnologias, incluindo: (i) digitalização de 43 subestações; (ii) melhorias nos sistemas de proteção através de substituição de 295 disjuntores; (iii) automação de redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM para supervisão e comando dos equipamentos da rede elétrica totalizando 234 religadores e (iv) substituição da rede convencional para a rede compacta totalizando 260 km.

Esses investimentos visaram, principalmente, a maior proteção da rede elétrica e redução dos desligamentos decorrentes de causas ambientais, de forma a minimizar os riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

**Risco de Aceleração de Dívidas**

A Sociedade possui debêntures (vide nota 20) e contrato de empréstimo junto ao BNDES, relativo ao Finem II (vide nota 19), ambos com cláusulas restritivas financeiras normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de

condução do curso normal das suas operações. A situação patrimonial e financeira da Sociedade é monitorada permanentemente no sentido de assegurar o cumprimento dessas condições restritivas.

#### **42. QUESTÕES AMBIENTAIS**

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2008, a Sociedade destinou o montante de R\$ 26.168 em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 2.951 foi contabilizado como imobilizado, e está relacionado com a instalação de redes compacta, isolada e cabo pré-reunido.

O valor de R\$ 23.217 foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

**ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADES**

|   | 31/12/2008                     |                               |                    |
|---|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
|   | Distribuição e comercialização | (*) Atividades não vinculadas | Total              |
| <b>Receitas operacionais</b>                                    | <b>3.714.937</b>               | <b>4.937</b>                  | <b>3.719.874</b>   |
| <b>Deduções às receitas operacionais</b>                        | <b>(1.207.064)</b>             | <b>(333)</b>                  | <b>(1.207.397)</b> |
| <b>Receitas operacionais líquidas</b>                           | <b>2.507.873</b>               | <b>4.604</b>                  | <b>2.512.477</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                     | <b>(1.328.595)</b>             | <b>-</b>                      | <b>(1.328.595)</b> |
| Energia comprada para revenda                                   | (1.461.478)                    | -                             | (1.461.478)        |
| Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada                 | 132.883                        | -                             | 132.883            |
| <b>Custo da operação</b>  | <b>(396.949)</b>               | <b>(727)</b>                  | <b>(397.676)</b>   |
| Gastos com pessoal  | (135.642)                      | (242)                         | (135.884)          |
| Gastos com materiais  | (24.916)                       | (39)                          | (24.955)           |
| Gastos com serviços de terceiros                                | (71.799)                       | (20)                          | (71.819)           |
| Depreciação e outras amortizações                               | (116.972)                      | (9)                           | (116.981)          |
| Outras despesas operacionais                                    | (51.669)                       | (417)                         | (52.086)           |
| Créditos de PIS e COFINS sobre custo da operação                | 4.049                          | -                             | 4.049              |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                  | <b>782.429</b>                 | <b>3.777</b>                  | <b>786.206</b>     |
| <b>Despesas operacionais</b>                                    | <b>(148.806)</b>               | <b>(7.348)</b>                | <b>(156.154)</b>   |
| Despesas com vendas   | (15.058)                       | -                             | (15.058)           |
| Despesas gerais administrativas                                 | (63.543)                       | -                             | (63.543)           |
| Amortização do ágio   | -                              | (7.348)                       | (7.348)            |
| Outras despesas operacionais                                    | (70.205)                       | -                             | (70.205)           |
| <b>Resultado do serviço</b>                                     | <b>633.523</b>                 | <b>(3.471)</b>                | <b>630.052</b>     |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>(140.232)</b>               | <b>-</b>                      | <b>(140.232)</b>   |
| <b>Resultado operacional</b>                                    | <b>493.291</b>                 | <b>(3.471)</b>                | <b>489.820</b>     |
| <b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b> | <b>493.291</b>                 | <b>(3.471)</b>                | <b>489.820</b>     |
| Imposto de renda  | (74.867)                       | -                             | (74.867)           |
| Contribuição social   | (25.754)                       | -                             | (25.754)           |
| Imposto de renda diferido                                       | (47.633)                       | -                             | (47.633)           |
| Contribuição social diferida                                    | (17.493)                       | -                             | (17.493)           |
| Reversão dos juros sobre capital próprio                        | 67.714                         | -                             | 67.714             |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>395.258</b>                 | <b>(3.471)</b>                | <b>391.787</b>     |

(\*) Os valores referem-se a receitas e despesas atípicas relativas a prestação de serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica e amortização de ágio resultante de mais valia (vide nota 15) referente a incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

**DIRETORIA**

CARLOS MARCIO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA  
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES  
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD  
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS  
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

VITOR CUMINATO FILHO  
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA  
CRC 1SP236785/O-3

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

**CONSELHEIROS**

CARLOS MARCIO FERREIRA

CLAUDINEI DONIZETI CECCATO

JAMES A. HUGHES

ANTONIO MARIO CELIA MARTÍNEZ-APARICIO

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Campinas - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S/A em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1 acima tomadas no seu conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que está sendo apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referida demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira básica referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, tomada no seu conjunto.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil ocorridas durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Campinas, 02 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

José Carlos Amadi  
Contador  
CRC nº. 1 SP 158025/O-0



**Emissora**

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Rua Ary Antenor de Souza, nº 321  
13053-024, Campinas - SP

**Coordenador Líder**

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares  
04538-132, São Paulo - SP

**Consultores Legais da Emissora**

**PINHEIRO NETO ADVOGADOS**

Rua Hungria, nº 1100  
01455-000, São Paulo - SP

**Consultores Legais do Coordenador Líder**

**PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS**

Avenida Paulista, nº 1842, Torre Norte, 24º andar  
01310-923, São Paulo - SP

**Auditores Independentes**

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES**

Rua José Guerra, nº 127, Chácara Santo Antonio  
04719-030, São Paulo - SP

[www.luzpublicidade.com.br](http://www.luzpublicidade.com.br)



(11) 3121-5555